DIÁRIO AMUNES OFICIAL DOS MUNICÍPIOS

ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ESPÍRITO SANTO

www.amunes.org.br



Edição Nº2.723 | **segunda-feira, 17 de Março de 2025** | **Vitória/ES**

Associação dos Municípios do Espírito Santo

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente - Luciano Miranda Salgado
Secretário - Augusto Astori Ferreira
Vice-presidente - Sidiclei Gilesde Andrade
Tesoureiro - Gedson Brandão Paulino

CONSELHO FISCAL

Membros Efetivos - Romero Luiz Endringer / Helio Carlos Ribeiro Cândido
Edmilson Meireles de Oliveira

Membros Suplentes - Josafá Storch / Jaime Santos Oliveira Junior / Dorlei Fontão da Cruz

CONSELHO DE ÉTICA

Membros Efetivos - Romário Batista Vieira / Gilmar de Souza Borges
Fernando Videira Lafayette

Membros Suplentes - Luciano Roncetti Pimenta / Marcos Geraldo Guerra
Eleardo Aparício Costa Brasil

DIRETORES REGIONAIS

Euclério de Azevedo Sampaio Júnior - Região Metropolitana / Marcos Antônio Guerra Wandermurem - Região Nordeste / Lastênio Luiz Cardoso - Região Centro Oeste / Luiz Carlos Coutinho - Região Rio Doce / Cleudenir José de Carvalho Neto - Região Caparaó / Elieser Rabello - Região Central Sul / Jocenei Marconcini Castelari - Região Litoral Sul / Leví Marques de Souza - Região Sudoeste Serrana / Vander Patrício - Região Central Serrana / Jaílson José Quiuqui - Região Noroeste

DIRETORIA DE SAÚDE

Diretor - Gesi Antônio Da Silva Júnior
Vice-diretor - Luiz Américo Borel

DIRETORIA DE EDUCAÇÃO

Diretor - André Dos Santos Sampaio
Vice-diretor - Antônio Gualhano Azevedo

DIRETORIA DE INOVAÇÃO E CIDADES INTELIGENTES

Diretor - Nemrod Emerick
Vice-diretor - Uelikson Boone

DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA

Diretor - Diego Krentz
Vice-diretor - Josemar Machado Fernandes

DIRETORIA DE PETRÓLEO E GÁS

Diretor - Fabrício Petri
Vice-diretor - Antônio da Rocha Sales

DIRETORIA DE MINERAÇÃO

Diretor - Leonardo Prando Finco
Vice-diretor - Paulo Sérgio de Nardi

DIRETORIA DE CONSÓRCIOS

Diretor - Sérgio Fonseca
Vice-diretor - André Wiler Silva Fagundes

DIRETORIA DE POLÍTICAS PARA MULHERES

Diretora - Fernanda Siqueira Sussai Milanese
Vice-diretora - Ana Izabel Malacarne de Oliveira

DIRETORIA DE AGRICULTURA

Diretor - David Mozdzen Pires Ramos
Vice-diretor - Aílton da Costa Silva

DIRETORIA DE POLÍTICAS PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Diretor - Tiago Rocha
Vice-diretor - Marcos Jauhar

Avenida Princesa Isabel, 629 - Ed. Vitória Center - Sala 401 - Centro
Vitória/ES - CEP: 29010-904 - (27) 9 9842-8048

Prefeituras

Afonso Cláudio

Termos

Termo de Apostilamento nº 001 - Contrato nº 004/2024
Processo Administrativo nº 24688/2024

Contratante: O **Município de Afonso Cláudio/ES**, por intermédio do Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob o nº 13.966.711/0001-67.
Contratada: A Fortaleza Engenharia E Contruções Ltda, CNPJ nº 20.327.178/0001-59.
Objeto: Contratação de empresa especializada para construção da Unidade de Saúde, no Centro do Município de Afonso Cláudio/ES. O presente Termo de Apostilamento tem como objeto a concessão de reajuste de preços sobre o valor do Contrato em epígrafe, especificamente sobre a sexta medição. Para a concessão do reajuste utilizou o Índices de Reajustamento de Obras Rodoviárias do DNIT, conforme previsto na Cláusula Terceira do Contrato em epígrafe e cálculo realizado pelo Setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal.
Valor: Fica acrescido o montante **R$23.643,77 (dezesseis mil, quatorze reais e sessenta e sete centavos).**
Dotação orçamentária: As despesas decorrentes do presente reajuste correrão à conta do orçamento Municipal, destinado à **Secretaria Municipal de Saúde**, referente ao exercício de 2025, à saber: 10 01 10 122 0046 - **Projeto/Atividade:** 1.043 - Construção, Ampliação, Reforma r Melhorias de Unidades de Saúde - **Elemento de Despesa:** 44905100000 - Obras e Instalações - **Fonte de Recurso:** 250000150000 - Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde - **Ficha:** 10.
Afonso Cláudio/ES, 14 de março de 2025.

Carolina Dias Gomes
Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Afonso Cláudio/ES
Contratante

Protocolo 1512909

Contrato

CONTRATO Nº 018/2025 - PROC. Nº 22532/2025
(Oriundo do Edital de Chamada Pública nº 01/2025)
ID CIDADES: 2025.001E0700001.18.0001

Contratante: O **Município de Afonso Cláudio/ES**, CNPJ nº 27.165.562/0001-41.
Contratada: A **Cooperativa dos Agricultores Familiares de Afonso Cláudio**, CNPJ nº 14.799.034/0001-00.
Objeto: Aquisição de **gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar**, bem como de grupos informais, formais ou cooperativas, com o intuito de atender às necessidades de alimentação escolar dos alunos matriculados nas unidades escolares da Rede Municipal de Ensino.
Valor: Pelo fornecimento dos gêneros alimentícios, nos quantitativos descritos no Projeto de Venda, a Contratada receberá o valor total de **R$ 711.279,75 (setecentos e onze mil, duzentos e setenta e nove reais e setenta e cinco centavos).**
Vigência: O presente contrato, nos termos do art. 105 da Lei Federal nº 14.133/2021, terá vigência iniciada na data de sua assinatura e será encerrado após 12 (doze) meses ou com a entrega total dos produtos adquiridos, prevalecendo o que ocorrer primeiro.
Assinatura: 14/03/2025.
Dotação orçamentária: Os recursos necessários ao pagamento das despesas oriundas desta Chamada Pública correrão à conta do orçamento Municipal para o exercício de 2025, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, à saber: 09 01 12 361 0023 - **Projeto/Atividade:** 2.066 - Manutenção do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - Ensino Fundamental - **Elemento de Despesa:** 33903000000 - Material de Consumo - **Fonte de Recurso:** 15520000000 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - **Fonte de Recurso:** : 155000000000 - Transferência do Salário Educação - 155200000000 - Transferências de Recursos do Fnde Referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - **Ficha:** 387; 09 02 12 365 0022 - **Projeto/Atividade:** 2.055 - Manutenção do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - Creche - **Elemento de Despesa:** 33903000000 - Material de Consumo - **Fonte de Recurso:** 15520000000 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE - **Ficha:** 619; 09 02 12 365 0022 - **Projeto/Atividade:** 2.058 - Manutenção do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - Pré-Escola - **Elemento de Despesa:** 33903000000 - Material de Consumo - **Fonte de Recurso:** 15520000000 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE - **Ficha:** 622; 09 02 12 367 0027 - **Projeto/Atividade:** 2.074 - Manutenção do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - Educação Especial - **Elemento de Despesa:** 33903000000 - Material de Consumo - **Fonte de Recurso:** 15520000000 - Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE - **Ficha:** 626.

Afonso Cláudio/ES, 14 de março de 2025.

Luciano Roncetti Pimenta
Prefeito Municipal de Afonso Cláudio/ES
Contratante

Jocimar Kepp
Presidente da Cooperativa dos Agricultores Familiares de Afonso Claudio
Contratada

Protocolo 1512697

Aditivo

TERMO Nº 010 - ADITIVO AO CONTRATO Nº 021/2023
PROC ADMINISTRATIVO Nº 18038/2024

Contratante: O **Município de Afonso Cláudio/ES**, CNPJ Nº 27.165.562/0001-41.
Contratada: A **VTX LTDA**, CNPJ sob nº

30.956.334/0001-02.
Fundamentação: art. 65, § 1º, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93.
Objeto: Replanilhamento da planilha original do Contrato nº 021/2023, conforme segue: Acréscimo de **itens existentes**, no percentual de aproximadamente 0,045% (zero vírgula, zero quatro por cento), a saber: item 17.1. Acréscimo de **novos itens**, no percentual de aproximadamente 1,63% (um vírgula sessenta e três por cento), a saber: 7.7 e 7.8 - Serviço: Habitação Construção de Casa Popular Simple; 7.7 e 7.8 - Serviço: Habitação Construção de Casa Popular com Acessibilidade.
Valor: Ao valor total do contrato em epígrafe fica acrescido o montante de **R$ 41.175,77 (quarenta e um mil, cento e setenta e cinco reais e setenta e sete centavos).** O valor não ultrapassa o limite estabelecido no art. 65, ß 1º da Lei Federal nº 8.666/93.
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo correrão à conta do orçamento, referente ao exercício de 2025, da **Secretaria Municipal de Assistência Social**, à saber: 06 01 08 244 0010 - **Projeto/Atividade:** 2.020 - Manutenção do Programa Municipal de Habitação - **Elemento Despesa:** 44905100000 - Obras e Instalações - **Fonte de Recurso:** 270400000000 - Transferências da União Referentes à Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais - **Ficha:** 164.
Disposições Gerais: Permanecem em vigor as cláusulas do Contrato original e demais condições anteriormente avençadas que não foram alteradas por este Termo.

Afonso Cláudio/ES, 14 de março de 2025.

Luciano Roncetti Pimenta
Prefeito Municipal De Afonso Cláudio/ES
Contratante

Victor Pariz Castelan
Sócio/Administrador da VTX LTDA
Contratada

Protocolo 1512434

TERMO Nº 011 - ADITIVO AO CONTRATO Nº 021/2023
PROC ADMINISTRATIVO Nº 18038/2024

Contratante: O **Município de Afonso Cláudio/ES**, CNPJ Nº 27.165.562/0001-41.
Contratada: A **VTX LTDA**, CNPJ sob nº 30.956.334/0001-02.
Fundamentação: art. 65, § 1º, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93.
Objeto: Replanilhamento da planilha original do Contrato nº 021/2023, conforme segue: Supressão no percentual de aproximadamente 4,43% (um vírgula zero três por cento), a saber: 7.1, 7.2, 16.1, 16.3, 16.5, 16.6, - Serviço: Habitação Construção de Casa Popular Simples; 7.1, 7.2 - Serviço: Habitação Construção de Casa Popular com Acessibilidade; e 17.4, 17.6, 17.7.
Valor: Ao valor total do contrato em epígrafe fica suprimido o montante de **R$ 108.598,84 (cento e oito mil, quinhentos e noventa e oito reais e oitenta e quatro centavos).** O valor não ultrapassa o limite estabelecido no art. 65, ß 1º da Lei Federal nº 8.666/93.
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo correrão à conta do orçamento, referente ao exercício de 2025, da **Secretaria Municipal de Assistência Social**, à saber: 06 01 08 244 0010 - **Projeto/Atividade:** 2.020 - Manutenção do Programa Municipal de Habitação - **Elemento Despesa:** 44905100000 - Obras e Instalações - **Fonte de Recurso:** 270400000000 - Transferências da União Referentes à Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais - **Ficha:** 164.
Disposições Gerais: Permanecem em vigor as cláusulas do Contrato original e demais condições anteriormente avençadas que não foram alteradas por este Termo.

Afonso Cláudio/ES, 14 de março de 2025.

Luciano Roncetti Pimenta
Prefeito Municipal De Afonso Cláudio/ES
Contratante

Victor Pariz Castelan
Sócio/Administrador da VTX LTDA
Contratada

Protocolo 1512439

TERMO Nº 001 - ADITIVO AO CONTRATO Nº 004/2024
PROC. ADMINISTRATIVO Nº 15750/2024

Contratante: O **Município de Afonso Cláudio/ES**, por intermédio do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, CNPJ nº 13.966.711/0001-67.
Contratada: A **Fortaleza Engenharia e Construções LTDA**, CNPJ nº 20.327.178/0001-59.
Objeto: Prorrogação do prazo da vigência e execução do contrato em epígrafe, bem como o replanilhamento da planilha original, conforme segue:
Prorrogação do prazo de vigência pelo período de 150 (cento e cinquenta) dias e do prazo de execução do serviço pelo período de 120 (cento e vinte) dias, conforme abaixo discriminado:
Vigência do Contrato 150 dias de 28/04/2025 a 25/09/2025
Execução do Serviço 120 dias de 24/04/2025 a 22/08/2025
Acréscimo de **novo item** no percentual de, aproximadamente 2,26% (dois vírgula vinte e seis por cento), a saber: subitens 4.2.6, 5.1.2, 10.1.2, referente aos itens 07, 08 e 21 do contrato, conforme planilha em anexo.
Acréscimo de **itens existentes** no percentual de, aproximadamente 4,78% (quatro vírgula setenta e oito por cento), a saber: subitens 1.1, 3.1.1, 3.3.2, 4.2.1, 4.2.2, 4.2.3, 4.2.4, 5.1.1, 5.3.1, 9.3.1, 9.4.1, 10.1.1, 12.1.1, 12.1.3, 13.1.1, 13.3.2, 14.1.1, 14.1.2, 14.2.1, 14.2.2, 14.2.4, 14.3.2, 14.4.1, 14.4.2, 14.4.5, 17.1.1, 17.1.2, 17.1.5, 17.1.6, 17.1.7, 17.1.8, 17.2.1 17.2.2, 17.4.1, 19.1.2 e 20.1.1, referentes aos itens 01, 03, 05, 07, 08, 10, 19, 20, 21, 24, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 44, 45, 47, 50 e 52, conforme planilha em anexo.
Valor: Ao valor total do contrato em epígrafe fica acrescido o montante de **R$ 177.270,96 (cento e setenta e sete mil, duzentos e setenta reais e noventa e seis centavos).** O valor não ultrapassa o limite estabelecido no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.
Dotação orçamentária: As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo correrão à conta do orçamento municipal, destinado à **Secretaria**

Municipal de Saúde, referente ao exercício de 2025, à saber: 10 01 10 122 0046 - **Projeto/Atividade:** 1.043 - Construção, Ampliação, Reforma e Melhorias de Unidades De Saúde - **Elemento Despesa:** 44905100000 - Obras e Instalações - **Fonte de Recurso:** 250000150000 - Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde - **Ficha:** 10.
Disposições Gerais: Permanecem em vigor todas as demais cláusulas do Contrato original e condições anteriormente avençadas que não foram alteradas pelo presente instrumento.

Afonso Cláudio/ES, 14 de março de 2025.

Carolina Dias Gomes
Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Afonso Cláudio/Es
Contratante

Rafael Garcia de Souza
Sócio/Administrador da Fortaleza Engenharia e Construções LTDA
Contratada

Protocolo 1512445

TERMO Nº 002 - ADITIVO AO CONTRATO Nº 004/2024
PROC. ADMINISTRATIVO Nº 15750/2024

Contratante: O **Município de Afonso Cláudio/ES**, por intermédio do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, CNPJ nº 13.966.711/0001-67.
Contratada: A **Fortaleza Engenharia e Construções LTDA**, CNPJ nº 20.327.178/0001-59.
Fundamentação: art. 65, § 1°, da Lei Federal nº 8.666/93.
Objeto: Replanilhamento da planilha original do contrato com **supressão no percentual de, aproximadamente 0,99% (zero vírgula noventa e nove por cento)** ao valor total do Contrato nº 004/2024, subitens n° 6.1.3, 6.2.3, 9.1.1, 9.2.1, 12.2.1, referente aos itens 11, 12, 17, 18 e 25 do contrato, conforme planilha em anexo.
Valor: Ao valor total do contrato em epígrafe fica suprimido o valor de **R$ 24.937,74 (vinte e quatro mil, novecentos e trinta e sete reais e setenta e quatro centavos).** O valor suprimido não ultrapassa o limite estabelecido no art. 65, § 1º da Lei Federal Nº 8.666/93.
Disposições Gerais: Permanecem em vigor todas as demais cláusulas do Contrato original e condições anteriormente avençadas que não foram alteradas pelo presente instrumento.

Afonso Cláudio/ES, 14 de março de 2025.

Carolina Dias Gomes
Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Afonso Cláudio/Es
Contratante

Rafael Garcia de Souza
Sócio/Administrador da Fortaleza Engenharia e Construções LTDA
Contratada

Protocolo 1512448

Água Doce do Norte

Decreto

DECRETO Nº 310, de março de 2025.

"Dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Municipal de Saúde e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Água Doce do Norte, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Água Doce do Norte - ES; e,
CONSIDERANDO o que dispõe a Lei Municipal nº 022/2006, de 15 de maio de 2006;

DECRETA:
Art. 1º. Nomear como Conselheiros do Conselho Municipal de Saúde do Munícipio de Água Doce do Norte, Estado do Espírito Santo, sem ônus para o Município e com a atribuição prevista na Lei Municipal acima mencionada, os seguintes cidadãos:
I - Representante dos usuários do Sistema Único de Saúde
Titular: Cristiane Gonçalves
Suplente: Paulo Antonio da Silva
Titular: Marconi Gomes de Souza
Suplente: Aryane Vitória Fernandes dos Santos
Titular: Valdeni Siqueira Pereira Alves Suplente: Felipe Ferreira
Titular: Halyne Lennon de Oliveira
Suplente: Maria Amabile de Oliveira
Titular: Johnny Alves
Suplente: Francielle Felix
Titular: Júnia de Oliveira Matos
Suplente: Rosane Diolinda Oliveira
II - Representantes dos Trabalhadores da Saúde:
Titular: Diego Chagas de Medeiros
Suplente: Querolaine Ramos Amaro
Titular: Claudiana da Silva
Suplente: Gecimar Vieira Amorim
Titular: Mateus Alves Portes
Carlos Vitor de Oliveira
III - Representante dos Prestadores de Saúde:
Titular: Patricia da Silva Bernaldino Louback
Suplente: Jader Teodoro de Souza
IV - Representantes do Poder Executivo:
Titular: Brayon Nikolas Bretas Elizeu
Suplente: Arthur Henrique dos Santos Assunção
Titular: Marcsuel Candido Eufrázio
Suplente: Meiriely de Oliveira Garcia Pimenta
Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de publicação.
Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.
Gabinete do Prefeito Municipal de Água Doce do Norte - ES, aos 14 de março de 2025.
Abraão Lincon Elizeu
Prefeito Municipal

Protocolo 1512513

Águia Branca

Decreto

DECRETO Nº 11.328/2025 E L E V A ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO.
O PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUIA BRANCA, Estado do Espírito Santo, usando da atribuição que lhe confere o art. 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e, em conformidade com o artigo 67 da Lei nº 111/91 de 27 de dezembro de 1991 e, tendo em vista o que consta do Processo Protocolado sob nº 000.795/2025,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica Concedido ao Servidor **PAULO SÉRGIO BARBOSA DE ARAÚJO**, Oficial Administrativo, Carreira VII, Classe M, Matrícula nº 005, o Adicional por Tempo de Serviço, no valor de 30% (trinta por cento) sobre o seu vencimento, a partir de 08/02/2023, referente ao sexto Quinquênio completado em 07/02/2023 em conformidade com o art. 67, § 1º da Lei Municipal nº 111/91 - Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Município de Águia Branca;

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação;

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Águia Branca, em 11 de março de 2025.

JAILSON JOSÉ QUIUQUI
Prefeito Municipal

Protocolo 1512021

DECRETO Nº 11.329/2025 E L E V A ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO.
O PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUIA BRANCA, Estado do Espírito Santo, usando da atribuição que lhe confere o art. 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e, em conformidade com o artigo 67 da Lei nº 111/91 de 27 de dezembro de 1991 e, tendo em vista o que consta do Processo Protocolado sob nº 000.596/2025,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica Concedido a Servidora **VALDIRENE DE SOUZA DA CRUZ**, Servente, Carreira I, Classe H, Matrícula nº 400, o Adicional por Tempo de Serviço, no valor de 20% (Vinte por cento) sobre o seu vencimento, a partir de 03/01/2025, referente ao quarto Quinquênio completado em 02/01/2025 - "***o período foi alterado do original em decorrência da lei Complementar Federal n.º 173, de 27 de maio de 2020, que suspendeu os efeitos de contagem de tempo de serviço para efeitos de adicional de tempo de serviço entre os dias 27/05/2020 a 31/12/2021***" em conformidade com o art. 67, § 1º da Lei Municipal nº 111/91 - Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Município de Águia Branca;

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos financeiros a 03/01/2025;

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Águia Branca, em 11 de março de 2025.

JAILSON JOSÉ QUIUQUI
Prefeito Municipal

Protocolo 1512022

DECRETO Nº 11.330/2025 D E S I G N A SERVIDOR PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.
O PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUIA BRANCA, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, e considerando o que consta do processo n.º 001.370-2025,

CONSIDERANDO a necessidade de provimento do Cargo de AGENTE DE APOIO ESCOLAR para atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público da Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO E CULTURA, no exercício 2025;

CONSIDERANDO FIM da lista de convocação para o cargo de AGENTE DE APOIO ESCOLAR no EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N° 001/2022.

CONSIDERANDO a autorização contida na Lei Municipal n.º 1.669/2021 de 01 de dezembro de 2021 C/C com a Lei 1.913/2025 de 27 de fevereiro de 2025;

D E C R E T A:

Art. 1º - Designar o servidor abaixo relacionado para exercer temporariamente a função de Agente de Apoio Escolar na Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO E CULTURA, conforme segue:

I- NOME: Jeferson Antônio de Souza Rosa
CARGO: Agente de Apoio Escolar
CARGA HORÁRIA DE: 40 horas
NO PERIODO DE: 10/03/2025 a 31/12/2025.
SECRETARIA: Secretaria Municipal de Educação e Cultura
LOCAL DE TRABALHO: EMEIEF Pedra Torta

Art. 2º- Havendo mudança na Estrutura do Quadro de Funcionários Públicos, os Servidores estarão automaticamente vinculados ao novo Regime ou Plano de Carreira.

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Águia Branca, em 11 de março de 2025.

JAILSON JOSE QUIUQUI
Prefeito Municipal

Protocolo 1512023

DECRETO N.º 11.331/2025 C O N C E D E GRATIFICAÇÃO DE ASSIDUIDADE A SERVIDOR. O PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUIA BRANCA, Estado do Espírito Santo, usando da atribuição que lhe confere o art. 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal e, em conformidade com o artigo 87 da Lei n.º 111/91 de 27 de dezembro de 1991 e, tendo em vista o que consta do Processo Protocolado sob n.º 000.796/2025,
D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido ao Servidor **PAULO SÉRGIO BARBOSA DE ARAÚJO**, Carreira VII, Classe M, Matrícula nº 005, o benefício da **Gratificação de Assiduidade** de 50,00% (cinquenta por cento) a partir de 02/02/2025, relativo ao Decênio cumprido de 31/01/2015 a 01/02/2025, nos termos do art. 87, § 3º da Lei n.º 111, de 27 de dezembro de 1991 alterado pela Lei Municipal n.º 1.762/2022;

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02/02/2025.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Águia Branca, em 11 de março de 2025.

JAILSON JOSÉ QUIUQUI
Prefeito Municipal

Protocolo 1512025

DECRETO N.º 11.332/2025 E X O N E R A SERVIDOR CONTRATADO A PEDIDO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUIA BRANCA, do Estado do Espírito Santo, usando de suas atribuições que lhe confere o art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o que consta do processo n.º 000.137/2025,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica exonerado a pedido, a partir de 02/03/2025, nos termos do art.º 6, da Lei n.º 1.670/2021 de 01 de dezembro de 2021, o servidor abaixo relacionado ocupante do cargo contratado de PROFESSOR:

CRISLANE DOS SANTOS FRANCISCO RODRIGUES

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação;

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Águia Branca, em 11 de março de 2025.

JAILSON JOSÉ QUIUQUI
Prefeito Municipal

Protocolo 1512027

DECRETO N.º 11.133/2025 E X O N E R A SERVIDOR COMISSIONADO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUIA BRANCA, do Estado do Espírito Santo, usando de suas atribuições que lhe confere o art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal;

D E C R E T A:

Art. 1º - Considerar exonerado, a partir de 11/03/2025, nos termos do art.º 35, Inciso I da Lei n.º 111/91 de 27 de dezembro de 1991, o servidor abaixo relacionado ocupante do cargo Comissionado de GERENTE DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DO PARQUE MUNICIPAL NATURAL RECANTO DO JACARÉ.

VINICIUS SILVA WROBLEWKI

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação;

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Águia Branca, em 11 de março de 2025.

JAILSON JOSÉ QUIUQUI
Prefeito Municipal

Protocolo 1512030

DECRETO Nº 11.334/2025 N O M E I A OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUIA BRANCA, Estado do Espírito Santo, usando da atribuição que lhe confere o art. 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica nomeado, a partir de 11 de março de 2025, nos termos do art. 23 da Lei nº 112, de 27 de dezembro de 1991, a Srº**. SEBASTIÃO PEREIRA VIANA FILHO**, para exercer o Cargo Comissionado de **GERENTE DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO DO PARQUE MUNICIPAL NATURAL RECANTO DO JACARÉ** desta Prefeitura Municipal de Águia Branca.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação**.**

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Águia Branca, em 11 de março de 2025.

JAILSON JOSÉ QUIUQUI
Prefeito Municipal

Protocolo 1512031

DECRETO Nº 11.335/2025 E L E V A ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO.
O PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUIA BRANCA, Estado do Espírito Santo, usando da atribuição que lhe confere o art. 62, inciso IV da Lei Orgânica

Municipal e, em conformidade com o artigo 67 da Lei nº 111/91 de 27 de dezembro de 1991 e, tendo em vista o que consta do Processo Protocolado sob nº 000.378/2025,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica Concedido ao Servidor **JULIMAR PINHEIRO ALVES**, Técnico em Contabilidade, Carreira VII, Classe M, Matrícula nº 342, o Adicional por Tempo de Serviço, no valor de 30% (trinta por cento) sobre o seu vencimento, a partir de 29/07/2024, referente ao sexto Quinquênio completado em 28/07/2024 em conformidade com o art. 67, § 1º da Lei Municipal nº 111/91 - Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis do Município de Águia Branca;

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação; retroagindo seus efeitos a 29/07/2024.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Águia Branca, em 11 de março de 2025.

JAILSON JOSÉ QUIUQUI
Prefeito Municipal

Protocolo 1512033

DECRETO N.º 11.336/2025 D E S I G N A SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO COMISSIONADA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUIA BRANCA, Estado do Espírito Santo, usando da atribuição que lhe confere o art. 62, inciso IV da Lei Orgânica Municipal,

D E C R E T A:

Art. 1º - Considerar designado, o Servidor abaixo relacionado, para exercer, a Função Comissionada, em conformidade com o art. 25 da Lei nº 112, de 27 de dezembro de 1991.

NOME	FUNÇÃO	A PARTIR DE:
Ozéias de Souza Aragão	Encarregado de Turma (FC-2)	01/03/2025

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Águia Branca, em 11 de março de 2025.

JAILSON JOSÉ QUIUQUI
Prefeito Municipal

Protocolo 1512034

DECRETO N.º 11.337/2025 TORNA SEM EFEITO O DECRETO 11.255/2025 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUIA BRANCA, do Estado do Espírito Santo, usando de suas atribuições que lhe confere o art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - **TORNAR SEM EFEITO**, o Decreto nº 11.255/2025 de 16 de fevereiro de 2025, que nomeou **ANGÉLICA FORNAZIER**, para exercer o cargo efetivo de **SECRETARIO ESCOLAR**, com carga horaria de 40 (Quarenta) horas semanais, considerando que a mesma desistiu formalmente e definitivamente da posse do referido cargo, conforme assinatura em **TERMO DE DESISTÊNCIA FORMAL DE POSSE**.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação;

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Águia Branca, em 11 de março de 2025.

JAILSON JOSE QUIUQUI
Prefeito Municipal

Protocolo 1512036

DECRETO N.º 11.339/2025 E X O N E R A SERVIDOR COMISSIONADO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUIA BRANCA, do Estado do Espírito Santo, usando de suas atribuições que lhe confere o art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal;

D E C R E T A:

Art. 1º - Considerar exonerado, a partir de 01/03/2025, nos termos do art.º 35, Inciso I da Lei n.º 111/91 de 27 de dezembro de 1991, o servidor abaixo relacionado ocupante do cargo Comissionado de ASSESSOR DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL.

KARLA LILIANE LIMA DE SOUZA

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação;

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Águia Branca, em 11 de março de 2025.

JAILSON JOSÉ QUIUQUI
Prefeito Municipal

Protocolo 1512038

DECRETO Nº 11.340/2025 D E S I G N A SERVIDOR PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.
O PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUIA BRANCA, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a necessidade de provimento do cargo de Trabalhador Braçal para atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, no exercício 2025 e 2026;

CONSIDERANDO fim da lista de convocação para o cargo de Trabalhador Braçal, no EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N° 001/2022.

CONSIDERANDO a autorização contida na Lei Municipal n.º 1.669/2021 de 01 de dezembro de 2021;

D E C R E T A:

Art. 1º - Designar o servidor abaixo relacionado para exercer temporariamente a função de Trabalhador Braçal na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos conforme segue:

I- NOME: Marcos Francisco da Cruz Filho
CARGO: Trabalhador Braçal
CARGA HORÁRIA DE: 40 horas
NO PERIODO DE: 06/03/2025 a 06/02/2026
SECRETARIA: Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos
LOCAL DE TRABALHO: a disposição da SEMOB.

Art. 2º- Havendo mudança na Estrutura do Quadro de Funcionários Públicos, os Servidores estarão automaticamente vinculados ao novo Regime ou Plano de Carreira.

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Águia Branca, em 12 de março de 2025.

JAILSON JOSE QUIUQUI
Prefeito Municipal

Protocolo 1512040

DECRETO Nº 11.341/2025 D E S I G N A SERVIDORES PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.
O PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUIA BRANCA, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, e considerando o que consta do processo n.º 001.441-2025,

CONSIDERANDO a necessidade de provimento dos Cargos de AGENTE DE APOIO ESCOLAR para atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público da Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO E CULTURA, no exercício 2025;

CONSIDERANDO FIM da lista de convocação para o cargo de AGENTE DE APOIO ESCOLAR no EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N° 001/2022.

CONSIDERANDO a autorização contida na Lei Municipal n.º 1.669/2021 de 01 de dezembro de 2021 C/C com a Lei 1.913/2025 de 27 de fevereiro de 2025;

D E C R E T A:

Art. 1º - Designar o servidor abaixo relacionado para exercer temporariamente a função de Agente de Apoio Escolar na Secretaria Municipal de EDUCAÇÃO E CULTURA, conforme segue:

I- NOME: Maria de Jesus Teixeira
CARGO: Agente de Apoio Escolar
CARGA HORÁRIA DE: 40 horas
NO PERIODO DE: 12/03/2025 a 31/12/2025.
SECRETARIA: Secretaria Municipal de Educação e Cultura
LOCAL DE TRABALHO: EMEIEF Pedra Torta

II- NOME: Sonimara Costa Putim
CARGO: Agente de Apoio Escolar
CARGA HORÁRIA DE: 40 horas
NO PERIODO DE: 12/03/2025 a 31/12/2025.
SECRETARIA: Secretaria Municipal de Educação e Cultura
LOCAL DE TRABALHO: EMEIEF Barra da Jabuticaba

Art. 2º- Havendo mudança na Estrutura do Quadro de Funcionários Públicos, os Servidores estarão automaticamente vinculados ao novo Regime ou Plano de Carreira.

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Águia Branca, em 12 de março de 2025.

JAILSON JOSE QUIUQUI
Prefeito Municipal

Protocolo 1512042

DECRETO Nº 11.342/2025 D E S I G N A SERVIDOR PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.
O PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUIA BRANCA, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a necessidade de provimento do cargo de Servente para atender a Necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no exercício 2025.

CONSIDERANDO fim da lista de convocação para o cargo de Servente, no EDITAL DE PROCESSO SELETIVO N° 001/2022.

CONSIDERANDO a autorização contida na Lei Municipal n.º 1.669/2021 de 01 de dezembro de 2021;

D E C R E T A:

Art. 1º - Designar o servidor abaixo relacionado para exercer temporariamente a função de Servente na Secretaria Municipal de Educação e Cultura conforme segue:

I- NOME: Mariana da Silva Torás Rodrigues
CARGO: Servente
CARGA HORÁRIA DE: 40 horas
NO PERIODO DE:11/03/2025 a 31/12/2025
SECRETARIA: Secretaria Municipal de Educação e Cultura
LOCAL DE TRABALHO: EMEIEF Córrego do café

Art. 2º- Havendo mudança na Estrutura do Quadro de Funcionários Públicos, os Servidores estarão automaticamente vinculados ao novo Regime ou Plano de Carreira.

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Águia Branca, em 12 de março de 2025.

JAILSON JOSE QUIUQUI
Prefeito Municipal

Protocolo 1512043

DECRETO N.º 11.343/2025 E X O N E R A SERVIDOR CONTRATADO A PEDIDO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ÁGUIA BRANCA, do Estado do Espírito Santo, usando de suas atribuições que lhe confere o art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o que consta do processo n.º 001.446/2025,

D E C R E T A:

Art. 1º - fica exonerada a pedido, a partir de 01/04/2025, nos termos do art.º 6, da Lei n.º 1.670/2021 de 01 de dezembro de 2021, o servidor abaixo relacionado ocupante do cargo contratado de PROFESSOR:

ANA LUCIA BASILIO DA SILVA

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação;

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Águia Branca, em 13 de março de 2025.

JAILSON JOSÉ QUIUQUI
Prefeito Municipal

Protocolo 1512044

Contrato

EXTRATO DO CONTRATO Nº 018/2025
CONTRATANTE: Município de Águia Branca
CONTRATADO: Alfa e Ômega Construções Ltda
DATA ASSINATURA: 14/03/2025
OBJETO: O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa para execução de obras de reforma do Auditório Municipal da Escola Municipal de Ensino Fundamental "Pe. Sérgio Banzza", na sede deste Município, conforme planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e memoriais, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
VALOR GLOBAL: R$ 122.186,27 (cento e vinte e dois mil, cento e oitenta e seis reais e vinte e sete centavos), conforme relatório de preços por itens.
VIGÊNCIA: 16/06/2026
Processo Administrativo nº 541/2025.

Protocolo 1512028

Aditivo

EXTRATO DO DÉCIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 031/2019
CONTRATANTE: Município de Águia Branca e Fundo Municipal de Assistência Social
CONTRATADO: Link Card Administradora de Benefícios Eireli
DATA ASSINATURA: 13/03/2025
OBJETO/VIGÊNCIA: O presente **Termo Aditivo** tem por objetivo prorrogar a vigência do **Contrato nº 031/2019**, para vigorar até o dia 30/04/2025, exclusivamente para fins de emissão das Notas Fiscais e liquidação do contrato.

Protocolo 1512197

EXTRATO DO DÉCIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 032/2019
CONTRATANTE: Município de Águia Branca/Fundo Municipal de Saúde
CONTRATADO: Link Card Administradora de Benefícios Eireli
DATA ASSINATURA: 13/03/2025
OBJETO/VIGÊNCIA: O presente **Termo Aditivo** tem por objetivo prorrogar a vigência do **Contrato nº 032/2019**, para vigorar até o dia 30/04/2025, exclusivamente para fins de emissão das Notas Fiscais e liquidação do contrato.

Protocolo 1512203

Alegre

Edital

AVISO DE EDITAL DE PROCESSO SELETIVO
O Município de Alegre/ES, através da Presidente da Comissão Organizadora para Processo Seletivo de Táxi, torna público que realizará o Processo Seletivo nº 001/2025 - SEAD - para Concessão de Licença para Táxi de vagas existentes, na forma do Anexo II do Edital. Demais informações poderão ser obtidas através do site: https://www.alegre.es.gov.br/
Alegre - ES, 14 de março de 2025.
FLÁVIA VIANA DE SOUZA BERALDO
Presidente da Comissão Organizadora para Processo Seletivo de Táxi
Portaria nº 4.888/2025

Protocolo 1512951

Contrato

- EXTRATO -
CONTRATO Nº. 039/2025
Contratação Direta - Inexigibilidade de Licitação: Art. 74, inciso V, da Lei nº 14.133/2021
Proc. N°: 2025-MG5CQ de 21/01/2025
Cód. ID. CidadES/TCE-ES: 2025.004E0500002.10.0003
Cód. ID. Contratação PNCP: 14946241000132-1-000004/2025
Link da publicação no PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais/14946241000132/2025/4
Ratificação da Inexigibilidade de Licitação Nº 0004/2025:
10/04/2025
CONTRATADA:
MERCEDES AMORIM DE SOUZA
- CPF n° 104.258.327-75
CONTRATANTE:
MUNICIPIO DE ALEGRE-ES.
OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL, LOCALIZADO À RUA JACOMINO POLASTRELI, Nº 81, DISTRITO DE ARARAÍ, ALEGRE-ES, PARA ATENDER AO "BENEFÍCIO AUXÍLIO MORADIA", MUNICÍPIO DE ALEGRE/ES.
VALOR: O valor mensal da contratação é de R$ 450,00 (QUATROCENTOS E CINQUENTA REAIS), perfazendo o valor total de R$ 2.700,00 (DOIS MIL E SETECENTOS REAIS).
PRAZO: O prazo de vigência da contratação é de 06 (seis) meses, contados da assinatura do contrato, vigendo, portanto, até o dia 12 de Setembro de 2025.
FONTES DE RECURSO:
- **Gestão/Unidade:** Secretaria Executiva de Assistência Social e Direitos Humanos - UG A. Social
- **Fonte de Recursos:** 166100000000 - FICHA 00041 (Benefícios Eventuais)
- **Programa de Trabalho:** 022001.0824400292.555
- **Elemento de Despesa:** 33903600000
- **Gestão/Unidade:** Secretaria Executiva de Assistência Social e Direitos Humanos - UG A. Social
- **Fonte de Recursos:** 150000009999 - FICHA 00091 (SEASDH)
- **Programa de Trabalho:** 022004.0824400292.040
- **Elemento de Despesa:** 33903600000
ASSINATURA: 12/03/2025.
Alegre/ES, 12/03/2025.
NEMROD EMERICK
Prefeito Municipal
Protocolo 1512884

Aditivo

EXTRATO DE ADITIVO
4º TERMO ADITIVO AO
CONTRATO N° 095/2024
(TP 028/2023)
Cód. CidadES/TCE-ES:
2023.004E0700001.01.0034
CONTRATADA:
CONSTRUTORA E SERVIÇOS W.B.M. LTDA - ME
- CNPJ Nº 26.570.470/0001-84
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ALEGRE-ES.
DO OBJETO: *O presente instrumento tem por objeto a prorrogação do "prazo" do contrato, conforme informações e justificativa apresentadas aos autos do Proc. Nº 7293/2023 - protocolo nº 1275 de 12/03/2025, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DA CONTENÇÃO MISTA EM CORTINAS ATIRANTADAS E SOLO GRAMPEADO A SER EXECUTADO NO BAIRRO BILAU, LOCALIZADO NO MUNICÍPIO DE ALEGRE/ES.*
DO PRAZO: *O Contrato e a execução da obra serão prorrogados por mais 03 (três) meses, vigendo, portanto, até 16 de Junho de 2025.*
ASSINATURA: 14/03/2025
Alegre/ES, 14/03/2025.
NEMROD EMERICK
Prefeito Municipal
Protocolo 1512755

Alfredo Chaves

Edital

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 001/2025
CONCURSO PÚBLICO n° 001/2023
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFREDO CHAVES/ES

O Prefeito Municipal de Alfredo Chaves/ES, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Concurso Público n° 001/2023 e Decreto Normativo n.º 2035/2024 que homologou o resultado final do Concurso Público, CONVOCA os candidatos nomeados para os cargos listados no Anexo I deste Edital, com fulcro nos itens 17.6 e 17.7 do Edital nº 001/2023 do concurso público, para apresentação prévia de documentos para posse, instrução para realização de exames admissionais, definição de local de trabalho e exercício, conforme as seguintes orientações:

1. DO LOCAL, DATA E HORÁRIO

1.1. Ficam convocados os candidatos nomeados pelos Decretos de Pessoal especificados no Anexo I deste Edital para apresentação prévia de documentação obrigatória para posse e orientação quanto aos exames admissionais.

Dia: De **13/03/2025 a 12/04/2025.**
Horário: De **07:30 as 12:00h.**
Local: Centro Administrativo Ruzerte De Paula Gaigher, localizado à Rua Lauro Ferreira Pinto, 165 - Centro - Alfredo Chaves/ES, exclusivamente, na Sala 22 - Coordenadoria Municipal de Recursos Humanos.

2. DA DOCUMENTAÇÃO

1

2
2.1 No prazo citado no item 1 deste edital, os candidatos convocados deverão apresentar TODA a documentação listada abaixo, obrigatória, conforme dispõe os itens 17.3 a 17.5 do Edital nº 001/2023.
a) Cópia simples da Certidão de Nascimento e/ou Certidão de Casamento;
b) Cópia simples do Documento de Identidade;
c) Cópia simples do Cadastro de Pessoa Física (CPF);
d) Cópia simples do Titulo de Eleitor;
e) Certidão original de quitação com a Justiça Eleitoral emitido pelo endereço eletrônico do Tribunal Regional Eleitoral, bem como a sua validação -
Disponível em: https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/autoatendimento-eleitoral#/certidoes-eleitor
f) Cópia do certificado de quitação com o serviço militar para o candidato do sexo masculino (certificado de reservista);
g) Atestado de antecedentes criminais emitido pela Polícia Civil, bem como a sua validação - Disponível em:
https://ssp.sesp.es.gov.br/rgantecedentes/xhtml/pesquisaantecedentes.jsf
h) Atestado de antecedentes criminais da Justiça Federal e da Justiça Comum dos Estados nos quais tenha o candidato residido nos últimos cinco anos, sendo que as indigitadas certidões não podem contar mais de seis meses, sob pena de recusa das mesmas;
i) Cópia simples do comprovante de residência (atual);
j) Cópia simples inscrição no PIS/PASEP;
k) Extrato de contribuição - (CNIS) - Disponível em:
https://meu.inss.gov.br/#/extrato-previdenciario
l) Cópia simples da certidão de nascimento dos (as) filhos (as) com idade até 21 anos, cartão de vacinação dos (as) filhos (as) com idade até de 07 anos, comprovante de matrícula e frequência escolar dos (as) filhos (as) com idade entre 06 e 14 anos;
m) 01 (uma) foto 3x4 recente;
n) Cópia simples de documento de conclusão do curso ou escolaridade exigida pelo requisito do cargo (conforme item 2.8 do Edital de Concurso Público n° 001/2023);
o) Declaração de Qualificação Cadastral para o E-social - Disponível em: https://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages/qualificacao/resultadoqualificacao.xhtml
p) Comprovação de possuir a nacionalidade brasileira e, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pela reciprocidade de direitos advinda da legislação específica (art. 13 do Decreto nº 70.536/1972 e art. 12 § 1º da Constituição Federal/1988);
q) Declaração de Bens e Valores (Anexo II);
r) Declaração de Bens e Valores que compõe seu patrimônio na forma de "Declaração Anual de Imposto de Renda de Pessoa Física", referente ao ano calendário anterior ao da posse. No caso dos contribuintes isentos ou dispensados de realizar a Declaração de Imposto de Renda, deverá ser preenchida e apresentada a "Declaração de Isenção do Imposto de Renda de Pessoa Física" (Anexo III).
s) Cópia simples da carteira de trabalho;
t) Cópia simples do registro no devido órgão de classe competente, desde que as atribuições da função pretendida exijam o respectivo registro, com o comprovante de quitação da anuidade devidamente paga, à época da nomeação;
u) Cópia simples da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) na categoria exigida para o cargo/função;

v) Declaração de não acumulação de cargo, emprego ou função pública (Anexo IV).
2.2. Os documentos exigidos em cópia simples devem ser entregues acompanhados dos originais para conferência, que caberá ao agente receptor, mediante a comparação entre o original e a cópia, atestar a autenticidade.
2.3. É facultado ao candidato a apresentação das cópias autenticadas em cartório.
2.4. Os documentos devem ser entregues na ordem listada no item 2.1. deste Edital.
2.5. O setor de Recursos Humanos somente receberá a documentação quando atendido integralmente o item 2.1. deste Edital, que lhe imputará emitir o Recibo de Entrega de Documentos ao candidato.
2.6. A documentação apresentada pelo candidato é condição para a posse no cargo efetivo para o qual foi nomeado.

3 DOS EXAMES ADMISSIONAIS

1.
2.
3.
3.1. Os candidatos que apresentarem toda a documentação listada no item 2.1 deste Edital receberão a autorização para realização de exames admissionais, com vistas à emissão do Atestado de Saúde Ocupacional (ASO).
3.2. O médico do trabalho, da escolha do candidato e as suas expensas, deverá indicar quais serão os exames médicos e complementares que o candidato deverá realizar, face às exigências das atividades inerentes ao cargo, tendo em vista o objetivo de averiguar as atuais condições de saúde em que se encontra.
3.3. Os exames admissionais deverão ser realizados em instituições de saúde públicas ou privadas, da escolha do candidato e as suas expensas, porém, quando privada, só serão aceitos laudos de laboratórios de análises clínicas e de anatomia patológica, que participem de algum programa de controle de qualidade e sejam supervisionadas pelas Sociedades Médicas a que estejam filiados (Sociedade Brasileira de Patologia Clínica, Sociedade Brasileira de Análises Clínicas).
3.4. No caso de Pessoas com Deficiência - PcD, será verificada também a compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do cargo pretendido.

3.5. O candidato que tenha apresentado toda a documentação listada no item 2.1 deste Edital, e esteja apto mediante o ASO, deverá comparecer para POSSE no local, data e hora estabelecidos no item posterior.

4 DO LOCAL DE TRABALHO

1.
2.
3.
4.

4.1. Os candidatos nomeados serão lotados de acordo com a necessidade e critérios estabelecidos pela Prefeitura Municipal de Alfredo Chaves/ES, a quem compete a designação do local de trabalho e a data para o início do exercício.

4.2. O setor de Recursos Humanos é responsável em informar ao candidato no dia da POSSE o local de trabalho.

5 DA POSSE

1.
2.
3.
4.
5.

5.1. Posse é o ato de investidura em cargo público.

5.2. A posse deverá verificar-se no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da publicação do Decreto de Nomeação no Diário Oficial dos Municípios (DOM/ES) - AMUNES, podendo ser prorrogado por igual período, por solicitação escrita do interessado, mediante ato da autoridade competente.

5.3. A posse dar-se-á com a assinatura do Termo de Posse e Compromisso no Centro Administrativo Ruzerte De Paula Gaigher, localizado à Rua Lauro Ferreira Pinto, 165 - Centro - Alfredo Chaves/ES, exclusivamente, na Sala 22 - Coordenadoria Municipal de Recursos Humanos, no horário de 08 as 12h.

5.4. Será tornado sem efeito o ato de nomeação do candidato que descumprir o prazo estabelecido ou não preencher os requisitos da posse, nos termos do item 17.1.2. do Edital 001/2023 do Concurso Público.

6 DO EXERCÍCIO

5.
6.

6.1. Exercício é o ato pelo qual o servidor assume as atribuições do seu cargo.

6.2. É de 15 (quinze) dias o prazo para o servidor público entrar em exercício, contados da data da posse, quando deverá iniciar suas atividades no seu local de trabalho.

6.3. O efetivo exercício dar-se-á mediante a emissão do Atestado de Exercício pelo setor de Recursos Humanos.

6.4. Não ocorrendo o exercício no prazo previsto em lei, o servidor público será exonerado de ofício, nos termos da alínea e, inciso II do art. 53 da Lei Ordinária 672/1990.

7 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.
2.
3.
4.
5.
6.
7.

7.1. O candidato nomeado que por qualquer motivo estiver impossibilitado de comparecer ao local, dia e horário estabelecidos no item 1.1 deste edital, poderá fazê-lo por meio de Procurador, legalmente constituído através de procuração com assinatura reconhecida em Cartório.

7.2. Nenhum candidato poderá alegar desconhecimento das instruções contidas neste edital e das demais regras do concurso.

7.3. A veracidade das informações prestadas será de inteira responsabilidade do candidato, podendo este responder, a qualquer momento, no caso de serem prestadas informações inverídicas ou utilizados documentos falsos, por crime contra a fé pública, o que acarreta sua eliminação do concurso.

7.4. Compõe este edital, os seguintes anexos:

I. Relação de candidatos convocados;
II. Modelo de Declaração de Isenção de Imposto de Renda;
III. Modelo de Declaração de bens e valores;
IV. Modelo de Declaração de acúmulo de cargo público.

7.5. Os casos omissos neste edital serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Administração e Coordenadoria Municipal de Recursos Humanos.

Alfredo Chaves - ES, 10 de março de 2025.

HUGO LUIZ PICOLI MENEGHEL
Prefeito

JEFFERSON GUISSO NEVES
Secretário Municipal de Administração

ANEXO I
RELAÇÃO DE CANDIDATOS CONVOCADOS

1. CARGO: Auxiliar de Serviços Gerais

Nº de Inscrição	Nome	Classificação	Modalidade	Ato de Nomeação
03758	ADILES ALVINO DA SILVA FILHO	2º	PCD	Decreto 296-P/2025
01045	LUZINETE MORAES	16º	Ampla Concorrencia	Decreto 297-P/2025
00967	ALESSANDRA ROVETTA	17º	Ampla Concorrencia	Decreto 298-P/2025

2. CARGO: Merendeira

Nº de Inscrição	Nome	Classificação	Modalidade	Ato de Nomeação
01118	JOCEANE RAMOS THOMASINE	10º	Ampla Concorrencia	Decreto 299-P/2025
01943	LAILA FERREIRA SALES	11º	Ampla Concorrencia	Decreto 300-P/2025
01124	LUANA MELLO SONCINI	12º	Ampla Concorrencia	Decreto 301-P/2025
01220	MARIA DE LURDES BENINCA MACHADO	13º	Ampla Concorrencia	Decreto 302-P/2025

3. CARGO: Psicólogo

Nº de Inscrição	Nome	Classificação	Modalidade	Ato de Nomeação
00658	SAMARA PIMENTA MONECHI	2º	Ampla Concorrencia	Decreto 303-P/2025
03910	PATRÍCIA SANTIAGO PORTUGAL	2º	Autodeclarados étnicos	Decreto 304-P/2025

4. CARGO: Cuidador

Nº de Inscrição	Nome	Classificação	Modalidade	Ato de Nomeação
02038	VALÉRIA NICHETI VILELA	14º	Ampla Concorrencia	Decreto 305-P/2025
01908	MARIANA VANELI FONSECA	15º	Ampla Concorrencia	Decreto 306-P/2025

03191	ADRIANA APARECIDA DIAS PEIXOTO	16º	Ampla Concorrencia	Decreto 307-P/2025

5. CARGO: Assistente de sala

Nº de Inscrição	Nome	Classificação	Modalidade	Ato de Nomeação
01774	BLENDHA PONTINI DELFINO	10º	Ampla Concorrencia	Decreto 308-P/2025

6. CARGO: Profissional da educação - supervisor escolar "PP"

Nº de Inscrição	Nome	Classificação	Modalidade	Ato de Nomeação
00625	HELENA LUDUVICO CALVI	3º	Ampla Concorrencia	Decreto 309-P/2025

7. CARGO: Professor MAPB - Ciências

Nº de Inscrição	Nome	Classificação	Modalidade	Ato de Nomeação
03271	FLÁVIA SATURNINO MUNIZ DE OLIVEIRA	3º	Ampla Concorrencia	Decreto 310-P/2025

8. CARGO: Professor MAPB - Geografia

Nº de Inscrição	Nome	Classificação	Modalidade	Ato de Nomeação
00613	ROSANGELA MAIOLI LANGA	3º	Ampla Concorrencia	Decreto 311-P/2025
00659	CLEBSON DO CARMO DOS SANTOS	4º	Ampla Concorrencia	Decreto 312-P/2025

9. CARGO: Professor MAPB - História

Nº de Inscrição	Nome	Classificação	Modalidade	Ato de Nomeação
01519	ALLAN FELIPE SANTANA FERNANDES	3º	Ampla Concorrencia	Decreto 313-P/2025

10. CARGO: Professor MAPB - Educação Física

Nº de Inscrição	Nome	Classificação	Modalidade	Ato de Nomeação
02590	JESSICA GAIGHER BRAVIN	6º	Ampla Concorrencia	Decreto 314-P/2025

11. CARGO: Professor MAPB - Arte

Nº de Inscrição	Nome	Classificação	Modalidade	Ato de Nomeação
01834	ALINE RIBEIRO	2º	Autodeclarados étnicos	Decreto 315-P/2025

12. CARGO: Professor MAPB - Lingua estrangeira - inglês

Nº de Inscrição	Nome	Classificação	Modalidade	Ato de Nomeação
03493	PATRICIA GRASSER DESTEFANI	2º	Ampla concorrencia	Decreto 316-P/2025

13. CARGO: Professor MAPA - BNCC (1º AO 5º ANO DO EF)

Nº de Inscrição	Nome	Classificação	Modalidade	Ato de Nomeação
02828	TALITA PAUTZ DE OLIVEIRA	9º	Ampla concorrencia	Decreto 317-P/2025
02840	IVANETE BOLDRINI	10º	Ampla concorrencia	Decreto 318-P/2025
01829	JACINEIA LEITE PIRES SANTIAGO	3º	Autodeclarados étnicos	Decreto 321-P/2025

14. CARGO: Professor MAPA - BNCC (Educação Infantil)

Nº de Inscrição	Nome	Classificação	Modalidade	Ato de Nomeação
01867	SUELLEN LAFRANCE RODRIGUES FERNANDES	7º	Ampla concorrencia	Decreto 319-P/2025

15 CARGO: Nutricionista

Nº de Inscrição	Nome	Classificação	Modalidade	Ato de Nomeação
01054	FRANCINE NOGUEIRA LAMY GARCIA PINHO	2º	Ampla concorrencia	Decreto 320-P/2025

ANEXO II
DECLARAÇÃO DE ISENÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA - PESSOA FÍSICA

Eu, _____,
portador (a) da Carteira de Identidade - RG nº _____,
e do CPF _____, residente e domiciliado (a) na _____
_____, nº _____ Bairro _____ Cidade
_____ UF _____, nomeado (a) para o cargo efetivo de _____
da Prefeitura Municipal de Alfredo Chaves/ES, DECLARO ser isento (a) da apresentação da Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física no (s) exercícios (s) _____ por não incorrer em nenhuma das hipóteses de obrigatoriedade estabelecidas pelas Instruções Normativas da Receita Federal do Brasil.

Esta declaração está em conformidade com a IN RFB 1548/2015 e a Lei n° 7.115/83 (*).
Declaro ainda, sob as penas da lei, serem verdadeiras todas as informações acima prestadas.
_____, _____ de _____ de _____.

_____
Assinatura Legível
_____

(*) A Instrução Normativa RFB nº 1548, de 25 de fevereiro de 2015, regula que, a partir do ano de 2008, deixa de existir a Declaração Anual de Isento. Ademais, a Lei nº 7.115/83 assegura que a isenção poderá ser comprovada mediante declaração escrita e assinada pelo próprio interessado. Mais informações podem ser obtidas na página da RFB na *internet*, no seguinte endereço eletrônico:
http://receita.economia.gov.br/orientacao/tributaria/declaracoes-e-demonstrativos/dai-declaracao-anual-de-isento

LEI Nº 7.115, DE 29 DE AGOSTO DE 1983.
Dispõe sobre prova documental nos casos que indica e dá outras providências.
O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º - A declaração destinada a fazer prova de vida, residência, pobreza, dependência econômica, homonímia ou bons antecedentes, quando firmada pelo próprio interessado ou por procurador bastante, e sob as penas da Lei, presume-se verdadeira.
Parágrafo único - O dispositivo neste artigo não se aplica para fins de prova em processo penal.
Art. 2º - Se comprovadamente falsa a declaração, sujeitar-se-á o declarante às sanções civis, administrativas e criminais previstas
na legislação aplicável.
Art. 3º - A declaração mencionará expressamente a responsabilidade do declarante.
Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

ANEXO III
DECLARAÇÃO DE BENS E VALORES
Eu, _____,
portador (a) da Carteira de Identidade - RG nº _____,
e do CPF _____, residente e domiciliado (a) na _____
_____, nº _____ Bairro _____ Cidade _____ UF _____, nomeado (a) para o cargo efetivo de _____ da Prefeitura Municipal de Alfredo Chaves/ES, DECLARO para devidos fins, sob as penas da Lei, que possuo os seguintes Bens:

_____
_____

Declaro ainda que, estou ciente de que a omissão de informações ou a apresentação de dados ou documentos falsos e/ou divergentes implicam no cumprimento das medidas judiciais cabíveis.

Por ser verdade, firmo a presente.

_____, _____ de _____ de _____.

_____
Assinatura Legível
_____
OBS: De acordo com capitulo IV, da Lei 8.429/1992 :

§ 1º "A declaração compreenderá imóveis, móveis, semoventes (animais), dinheiro, títulos, ações e qualquer outra espécie de bens e valores patrimoniais, localizado no País ou no exterior, e, quando for o caso, abrangerá os bens e valores patrimoniais do cônjuge ou companheiro, dos filhos e de outras pessoas que vivam sob a dependência econômica do declarante, excluídos apenas os objetos e utensílios de uso doméstico".

§ 2º A declaração de bens será anualmente atualizada e na data em que o agente público deixar o exercício do mandato, cargo, emprego ou função.

§ 3º "Será punido com a pena de demissão, a bem do serviço público, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, o agente público que se recusar a prestar declaração dos bens, dentro do prazo determinado, ou que a prestar falsa".

ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE ACUMULAÇÃO DE CARGO, EMPREGO OU FUNÇÃO PÚBLICA
Eu, _____,
portador (a) da Carteira de Identidade - RG nº _____,
e do CPF _____, residente e domiciliado (a) na _____

_____, nº _____ Bairro _____ Cidade _____ UF _____, nomeado (a) para o cargo efetivo de _____ da Prefeitura Municipal de Alfredo Chaves/ES, DECLARO para devidos fins, sob as penas da Lei, que:

( ) Não exerço nenhum outro cargo, emprego ou função no Serviço Público, quer seja na esfera Federal, Estadual ou Municipal, quer seja na Administração Direta ou Indireta, cuja acumulação seja vedada com o cargo o qual estou ocupando, conforme estabelece o caput do inciso XVI, do Artigo 37, da Constituição Federal.
( ) Exerço outro cargo, emprego ou função no Serviço Público na seguinte instituição, conforme abaixo especificado.
Esfera: ( ) Federal ( ) Estadual ( ) Municipal
Tipo de vínculo: ( ) Efetivo ( ) Comissionado ( ) Contratado
Instituição: _____
Cargo: _____
Data de Ingresso: _____
Lotação: _____
Carga horária: _____
Horário de expediente: _____

Por ser verdade, firmo a presente declaração.

Alfredo Chaves - ES, _____ de _____ de _____.

_____
Assinatura

Protocolo 1512063

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 001/2025
CONCURSO PÚBLICO n° 001/2023
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ALFREDO CHAVES/ES

O Prefeito Municipal de Alfredo Chaves/ES, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Concurso Público nº 001/2023 e Decreto Normativo n.º 2035/2024 que homologou o resultado final do Concurso Público, CONVOCA os candidatos nomeados para os cargos listados no Anexo I deste Edital, com fulcro nos itens 17.6 e 17.7 do Edital nº 001/2023 do concurso público, para apresentação prévia de documentos para posse, instrução para realização de exames admissionais, definição de local de trabalho e exercício, conforme as seguintes orientações:

1. DO LOCAL, DATA E HORÁRIO

1.1. Ficam convocados os candidatos nomeados pelos Decretos de Pessoal especificados no Anexo I deste Edital para apresentação prévia de documentação obrigatória para posse e orientação quanto aos exames admissionais.

Dia: De **13/03/2025 a 12/04/2025**
Horário: De **07:30 as 12:00h.**
Local: Centro Administrativo Ruzerte De Paula Gaigher, localizado à Rua Lauro Ferreira Pinto, 165 - Centro - Alfredo Chaves/ES, exclusivamente, na Sala 22 - Coordenadoria Municipal de Recursos Humanos.

2. DA DOCUMENTAÇÃO

1
2

2.1 No prazo citado no item 1 deste edital, os candidatos convocados deverão apresentar TODA a documentação listada abaixo, obrigatória, conforme dispõe os itens 17.3 a 17.5 do Edital nº 001/2023.

a) Cópia simples da Certidão de Nascimento e/ou Certidão de Casamento;
b) Cópia simples do Documento de Identidade;
c) Cópia simples do Cadastro de Pessoa Física (CPF);
d) Cópia simples do Titulo de Eleitor;
e) Certidão original de quitação com a Justiça Eleitoral emitido pelo endereço eletrônico do Tribunal Regional Eleitoral, bem como a sua validação -
Disponível em: https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/autoatendimento-eleitoral#/certidoes-eleitor
f) Cópia do certificado de quitação com o serviço militar para o candidato do sexo masculino (certificado de reservista);
g) Atestado de antecedentes criminais emitido pela Polícia Civil, bem como a sua validação - Disponível em:
https://ssp.sesp.es.gov.br/rgantecedentes/xhtml/pesquisaantecedentes.jsf
h) Atestado de antecedentes criminais da Justiça Federal e da Justiça Comum dos Estados nos quais tenha o candidato residido nos últimos cinco anos, sendo que as indigitadas certidões não podem contar mais de seis meses, sob pena de recusa das mesmas;
i) Cópia simples do comprovante de residência (atual);
j) Cópia simples inscrição no PIS/PASEP;
k) Extrato de contribuição - (CNIS) - Disponível em:
https://meu.inss.gov.br/#/extrato-previdenciario
l) Cópia simples da certidão de nascimento dos (as) filhos (as) com idade até 21 anos, cartão de vacinação dos (as) filhos (as) com idade até de 07 anos, comprovante de matrícula e frequência escolar dos (as) filhos (as) com idade entre 06 e 14 anos;

m) 01 (uma) foto 3x4 recente;
n) Cópia simples de documento de conclusão do curso ou escolaridade exigida pelo requisito do cargo (conforme item 2.8 do Edital de Concurso Público nº 001/2023);
o) Declaração de Qualificação Cadastral para o E-social - Disponível em: https://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages/qualificacao/resultadoqualificacao.xhtml
p) Comprovação de possuir a nacionalidade brasileira e, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pela reciprocidade de direitos advinda da legislação específica (art. 13 do Decreto nº 70.536/1972 e art. 12 § 1º da Constituição Federal/1988);
q) Declaração de Bens e Valores (Anexo II);
r) Declaração de Bens e Valores que compõe seu patrimônio na forma de "Declaração Anual de Imposto de Renda de Pessoa Física", referente ao ano calendário anterior ao da posse. No caso dos contribuintes isentos ou dispensados de realizar a Declaração de Imposto de Renda, deverá ser preenchida e apresentada a "Declaração de Isenção do Imposto de Renda de Pessoa Física" (Anexo III).
s) Cópia simples da carteira de trabalho;
t) Cópia simples do registro no devido órgão de classe competente, desde que as atribuições da função pretendida exijam o respectivo registro, com o comprovante de quitação da anuidade devidamente paga, à época da nomeação;
u) Cópia simples da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) na categoria exigida para o cargo/função;

v) Declaração de não acumulação de cargo, emprego ou função pública (Anexo IV).
2.2. Os documentos exigidos em cópia simples devem ser entregues acompanhados dos originais para conferência, que caberá ao agente receptor, mediante a comparação entre o original e a cópia, atestar a autenticidade.
2.3. É facultado ao candidato a apresentação das cópias autenticadas em cartório.
2.4. Os documentos devem ser entregues na ordem listada no item 2.1. deste Edital.
2.5. O setor de Recursos Humanos somente receberá a documentação quando atendido integralmente o item 2.1. deste Edital, que lhe imputará emitir o Recibo de Entrega de Documentos ao candidato.
2.6. A documentação apresentada pelo candidato é condição para a posse no cargo efetivo para o qual foi nomeado.

3 DOS EXAMES ADMISSIONAIS

1.
2.
3.
3.1. Os candidatos que apresentarem toda a documentação listada no item 2.1 deste Edital receberão a autorização para realização de exames admissionais, com vistas à emissão do Atestado de Saúde Ocupacional (ASO).
3.2. O médico do trabalho, da escolha do candidato e as suas expensas, deverá indicar quais serão os exames médicos e complementares que o candidato deverá realizar, face às exigências das atividades inerentes ao cargo, tendo em vista o objetivo de averiguar as atuais condições de saúde em que se encontra.
3.3. Os exames admissionais deverão ser realizados em instituições de saúde públicas ou privadas, da escolha do candidato e as suas expensas, porém, quando privada, só serão aceitos laudos de laboratórios de análises clínicas e de anatomia patológica, que participem de algum programa de controle de qualidade e sejam supervisionadas pelas Sociedades Médicas a que estejam filiados (Sociedade Brasileira de Patologia Clínica, Sociedade Brasileira de Análises Clínicas).
3.4. No caso de Pessoas com Deficiência - PcD, será verificada também a compatibilidade de sua deficiência com o exercício das atribuições do cargo pretendido.
3.5. O candidato que tenha apresentado toda a documentação listada no item 2.1 deste Edital, e esteja apto mediante o ASO, deverá comparecer para POSSE no local, data e hora estabelecidos no item posterior.

4 DO LOCAL DE TRABALHO

1.
2.
3.
4.
4.1. Os candidatos nomeados serão lotados de acordo com a necessidade e critérios estabelecidos pela Prefeitura Municipal de Alfredo Chaves/ES, a quem compete a designação do local de trabalho e a data para o início do exercício.
4.2. O setor de Recursos Humanos é responsável em informar ao candidato no dia da POSSE o local de trabalho.

5 DA POSSE

1.
2.
3.
4.
5.
5.1. Posse é o ato de investidura em cargo público.
5.2. A posse deverá verificar-se no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da publicação do Decreto de Nomeação no Diário Oficial dos Municípios (DOM/ES) - AMUNES, podendo ser prorrogado por igual período, por solicitação escrita do interessado, mediante ato da autoridade competente.
5.3. A posse dar-se-á com a assinatura do Termo de Posse e Compromisso no Centro Administrativo Ruzerte De Paula Gaigher, localizado à Rua Lauro Ferreira Pinto, 165 - Centro - Alfredo Chaves/ES, exclusivamente, na Sala 22 - Coordenadoria Municipal de Recursos Humanos, no horário de 08 as 12h.

5.4. Será tornado sem efeito o ato de nomeação do candidato que descumprir o prazo estabelecido ou não preencher os requisitos da posse, nos termos do item 17.1.2. do Edital 001/2023 do Concurso Público.

6 DO EXERCÍCIO

5.
6.

6.1. Exercício é o ato pelo qual o servidor assume as atribuições do seu cargo.
6.2. É de 15 (quinze) dias o prazo para o servidor público entrar em exercício, contados da data da posse, quando deverá iniciar suas atividades no seu local de trabalho.
6.3. O efetivo exercício dar-se-á mediante a emissão do Atestado de Exercício pelo setor de Recursos Humanos.
6.4. Não ocorrendo o exercício no prazo previsto em lei, o servidor público será exonerado de ofício, nos termos da alínea e, inciso II do art. 53 da Lei Ordinária 672/1990.

7 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.
2.
3.
4.
5.
6.
7.

7.1. O candidato nomeado que por qualquer motivo estiver impossibilitado de comparecer ao local, dia e horário estabelecidos no item 1.1 deste edital, poderá fazê-lo por meio de Procurador, legalmente constituído através de procuração com assinatura reconhecida em Cartório.
7.2. Nenhum candidato poderá alegar desconhecimento das instruções contidas neste edital e das demais regras do concurso.
7.3. A veracidade das informações prestadas será de inteira responsabilidade do candidato, podendo este responder, a qualquer momento, no caso de serem prestadas informações inverídicas ou utilizados documentos falsos, por crime contra a fé pública, o que acarreta sua eliminação do concurso.
7.4. Compõe este edital, os seguintes anexos:
I. Relação de candidatos convocados;
II. Modelo de Declaração de Isenção de Imposto de Renda;
III. Modelo de Declaração de bens e valores;
IV. Modelo de Declaração de acúmulo de cargo público.
7.5. Os casos omissos neste edital serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Administração e Coordenadoria Municipal de Recursos Humanos.

Alfredo Chaves - ES, 10 de março de 2025.

HUGO LUIZ PICOLI MENEGHEL
Prefeito

JEFFERSON GUISSO NEVES
Secretário Municipal de Administração

ANEXO I
RELAÇÃO DE CANDIDATOS CONVOCADOS
1. CARGO: Enfermeiro

Nº de Inscrição	Nome	Classificação	Modalidade	Ato de Nomeação
03061	MARIA BENEDITA MARQUES	4º	Ampla Concorrencia	Decreto 294-P/2025

2. CARGO: Médico Veterinário

Nº de Inscrição	Nome	Classificação	Modalidade	Ato de Nomeação
01213	AMANDA PEREIRA DOS ANJOS	1º	Ampla Concorrencia	Decreto 295-P/2025

ANEXO II
DECLARAÇÃO DE ISENÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA - PESSOA FÍSICA

Eu, _____,
portador (a) da Carteira de Identidade - RG nº _____,
e do CPF _____, residente e domiciliado (a) na _____
_____, nº _____ Bairro _____ Cidade
_____ UF _____, nomeado (a) para o cargo efetivo de _____
da Prefeitura Municipal de Alfredo Chaves/ES, DECLARO ser isento (a) da apresentação da Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física no (s) exercícios (s) _____ por não incorrer em nenhuma das hipóteses de obrigatoriedade estabelecidas pelas Instruções Normativas da Receita Federal do Brasil.
Esta declaração está em conformidade com a IN RFB 1548/2015 e a Lei n° 7.115/83 (*).
Declaro ainda, sob as penas da lei, serem verdadeiras todas as informações acima prestadas.
_____, _____ de _____ de _____.

_____
Assinatura Legível
_____

(*) A Instrução Normativa RFB nº 1548, de 25 de fevereiro de 2015, regula que, a partir do ano de 2008, deixa de existir a Declaração Anual de Isento. Ademais, a Lei nº 7.115/83 assegura que a isenção poderá ser comprovada mediante declaração escrita e assinada pelo próprio interessado. Mais informações podem ser obtidas na página da RFB na *internet*, no seguinte endereço eletrônico:
http://receita.economia.gov.br/orientacao/tributaria/declaracoes-e-demonstrativos/dai-declaracao-anual-de-isento

LEI Nº 7.115, DE 29 DE AGOSTO DE 1983.
Dispõe sobre prova documental nos casos que indica e dá outras providências.
O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º - A declaração destinada a fazer prova de vida, residência, pobreza, dependência econômica, homonímia ou bons antecedentes, quando firmada pelo próprio interessado ou por procurador bastante, e sob as penas da Lei, presume-se verdadeira.
Parágrafo único - O dispositivo neste artigo não se aplica para fins de prova em processo penal.
Art. 2º - Se comprovadamente falsa a declaração, sujeitar-se-á o declarante às sanções civis, administrativas e criminais previstas
na legislação aplicável.
Art. 3º - A declaração mencionará expressamente a responsabilidade do declarante.
Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

ANEXO III
DECLARAÇÃO DE BENS E VALORES

Eu, _____,
portador (a) da Carteira de Identidade - RG nº _____,
e do CPF _____, residente e domiciliado (a) na _____
_____, nº _____ Bairro _____ Cidade
_____ UF _____, nomeado (a) para o cargo efetivo de _____
da Prefeitura Municipal de Alfredo Chaves/ES, DECLARO para devidos fins, sob as penas da Lei, que possuo os seguintes Bens:

_____
_____

Declaro ainda que, estou ciente de que a omissão de informações ou a apresentação de dados ou documentos falsos e/ou divergentes implicam no cumprimento das medidas judiciais cabíveis.

Por ser verdade, firmo a presente.

_____, _____ de _____ de _____.

_____
Assinatura Legível
_____
OBS: De acordo com capitulo IV, da Lei 8.429/1992 :

§ 1º "A declaração compreenderá imóveis, móveis, semoventes (animais), dinheiro, títulos, ações e qualquer outra espécie de bens e valores patrimoniais, localizado no País ou no exterior, e, quando for o caso, abrangerá os bens e valores patrimoniais do cônjuge ou companheiro, dos filhos e de outras pessoas que vivam sob a dependência econômica do declarante, excluídos apenas os objetos e utensílios de uso doméstico".

§ 2º A declaração de bens será anualmente atualizada e na data em que o agente público deixar o exercício do mandato, cargo, emprego ou função.

§ 3º "Será punido com a pena de demissão, a bem do serviço público, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, o agente público que se recusar a prestar declaração dos bens, dentro do prazo determinado, ou que a prestar falsa".

ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE ACUMULAÇÃO DE CARGO, EMPREGO OU FUNÇÃO PÚBLICA

Eu, _____,
portador (a) da Carteira de Identidade - RG nº _____,
e do CPF _____, residente e domiciliado (a) na _____
_____, nº _____ Bairro _____ Cidade
_____ UF _____, nomeado (a) para o cargo efetivo de _____ da Prefeitura Municipal de Alfredo Chaves/ES, DECLARO para devidos fins, sob as penas da Lei, que:

( ) Não exerço nenhum outro cargo, emprego ou função no Serviço Público, quer seja na esfera Federal, Estadual ou Municipal, quer seja na Administração Direta ou Indireta, cuja acumulação seja vedada com o cargo o qual estou ocupando, conforme estabelece o caput do inciso XVI, do Artigo 37, da Constituição Federal.
( ) Exerço outro cargo, emprego ou função no Serviço Público na seguinte instituição, conforme abaixo especificado.
Esfera: ( ) Federal ( ) Estadual ( ) Municipal
Tipo de vínculo: ( ) Efetivo ( ) Comissionado ( ) Contratado
Instituição: _____
Cargo: _____
Data de Ingresso: _____
Lotação: _____
Carga horária: _____
Horário de expediente: _____

Por ser verdade, firmo a presente declaração.

Alfredo Chaves - ES, _____ de _____ de _____.

_____
Assinatura

Protocolo 1512080

Termos

TERMO ADESÃO Nº 024/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2102/2025
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Alfredo Chaves/ES - Secretaria Municipal de Esporte e Lazer
CONTRATADA: VALE COMERCIO DE PRODUTOS PARA EDUCACAO
OBJETO: Adesão à ata de registro de preço Nº 002/2024 - pregão eletrônico Nº 03/2024, do município Piranguinho, visando à Aquisição de 09 (nove) Parques Infantis atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.
VALOR: R$ 326.746,89 (trezentos e vinte e seis mil setecentos e quarenta e seis reais e oitenta e nove centavos).
ID CidadES: 2025.005E0700001.16.0001

Alfredo Chaves, 14 de março de 2025.
HUGO LUIZ PICOLI MENEGHEL
Prefeito Municipal

Protocolo 1512965

Contrato

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFREDO CHAVES - ES.
Extrato do Termo de Rescisão ao Contrato nº 108/2023/ADM, Concorrência Pública nº 01/2021, do Processo Administrativo nº 2334/2023. Fundamento: Arts. 77,78, Inciso I, da Lei n° 8.666/93.
Processo Adm. Nº 2747/2025
Contratante: Município de Alfredo Chaves/ES
Contratada: GUARASERV SERVIÇOS LTDA
Objeto: O presente termo tem por objeto a rescisão unilateral do Contrato nº 108/2023/ADM, celebrado com a empresa GUARASERV SERVIÇOS LTDA, referente a Contratação de pessoa física ou jurídica especializada na Prestação de Serviços de Recolhimento de Animais de grande porte (equinos e/ou bovinos), em vias públicas, com veículo tipo caminhão, gaiola, contendo ainda rampa para o acesso dos animais à gaiola e local adequado para o fornecimento de serviços de coleta, transporte e abrigo dos animais soltos nos espaços públicos e terrenos baldios", conforme solicitação da Secretaria Municipal de Agricultura, conforme consta nos autos do Processo Administrativo nº 2747/2025.
Assinatura: 14/03/2025.
Hugo Luiz Picoli Meneghel
Prefeito Municipal

Protocolo 1512207

Alto Rio Novo

Convocação

CONVOCAÇÃO
Fica convocada a candidata abaixo relacionada, nos termos do Título XI do Edital n°. 002/2024 (Decreto n°. 6.707/2024), conforme homologação publicada no DIO/ES, edição n°. 2.685, protocolo n°. 14727661,

fls. 23/27, de 17/01/2025, para comparecer no dia 17 de MARÇO de 2025, no horário de 07h00min (SEGUNDA-FEIRA), na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, situada na Avenida João Felipe, n°. 268, Centro, Alto Rio Novo - ES, para TOMAR POSSE NO CARGO EM QUE FOI CLASSIFICADA E ASSINAR O RESPECTIVO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO.

O não comparecimento do candidato será entendido como desistência da vaga.

1.PROFESSOR MAPA - SÉRIES INICIAIS (ANOS INICIAIS) - ENSINO INFANTIL

ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	PONTUAÇÃO
10	KAREM PIRES MONTEIRO	47

Gabinete do Prefeito, 14 de março de 2025.

ALEXANDRO DE MELO VALIM
Prefeito Municipal

Protocolo 1512383

Anchieta

Portaria

PORTARIA DE NOMEAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO

PORTARIA Nº 065, DE 13 DE MARÇO DE 2025.

Designa servidores (as) para exercer a função de Fiscal Titular e Fiscal Substituto do contrato abaixo.

O Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Anchieta/ES, nomeado através da Portaria 022/2025, no uso de suas atribuições legais e,
CONSIDERANDO que cabe à Unidade Requisitante designar o fiscal titular e seu substituto conforme artigos 11 e 12 da Instrução Normativa (IN) SCL nº 007/2017 de 29/09/2017, Versão 02, aprovada pelo Decreto Municipal n. 6340/2023, que normatiza os procedimentos para acompanhamento e controle de execução dos contratos, uniformizando os procedimentos e norteando as atividades desempenhadas pelos diversos setores da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo do Município de Anchieta/ES.
CONSIDERANDO as competências do Fiscal de Contrato previstas nos artigos 18º, 19 e 20 da Instrução Normativa acima citada, além daquelas previstas no art. 117 da Lei 14.133/2021;

RESOLVE:

Art. 1º Designar o seguinte servidores para atuarem como fiscal titular e fiscal substituto do contrato **051/2023**, via processo administrativo **3224/2024**, celebrado com a empresa **ECUSTOMIZE CONSULTORIA EM SOFTWARE S.A**, **CNPJ 09.397.355/0001-30**, cujo objeto tem por objeto a contratação do sistema denominado Portal De Compras Públicas, para a realização de licitação em meio digital, por intermédio da rede mundial de computadores, especificamente na modalidade pregão, em todas as suas formas, conforme segue abaixo:
Fiscal Titular: Patricia Hoffman, Matrícula 778-02.
Fiscal Substituto: Joselia Frontino dos Santos Marvilla, Matrícula 702209-06.
Art. 2º. Esta Portaria terá validade após sua publicação na forma da Lei Orgânica Municipal e desde acompanhada do aceite dos fiscais indicados no artigo 1° desta.
Registre-se. Publique-se e cumpra-se.

Anchieta (ES), 13 de Março de 2025.

JILVAN CARVALHO DOS SANTOS
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
Portaria nº 22/2025

Protocolo 1512379

Termos

EXTRATO DO 1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 060/2022

Processo nº: 10260/2022 - 1966/2025
ID TCES:2022.007E0700001.09.0011
Fundamento: Dispensa (art. 24, X, Lei 8666/93 e Lei 8.245/91)

CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA DE ANCHIETA E A EMPRESA LUMESLOG LTDA

DA ALTERAÇÃO DE TITULARIDADE

Passando a vigorar:

O **MUNICÍPIO DE ANCHIETA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rodovia Edival José Petri, nº. 1.620, Vila Residencial Samarco, Anchieta, ES, inscrito no **CNPJ/MF sob. 27.142.694/0001-58**, por intermédio da Prefeitura de Anchieta, representada neste ato pelo Exmo. Prefeito, **Sr. LEONARDO ANTONIO ABRANTES**, doravante denominado **LOCATÁRIO** e a empresa **LUMESLOG LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita sob o **CNPJ nº 54.432.374/0001-05**, com sua sede na Rodovia Jacintho Mattos, nº 100, Zona Rural, Chapada do À, Anchieta/ES, CEP 29.230-000, neste ato representado legalmente pela **Srª. NANCY DE CARVALHO CARRIÇO** e o **Srº. TALLES DE SOUZA PORTO**, doravante denominada **LOCADORA**, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo de contratação direta nº 10260/2022 e Protocolo Digital nº 1966/2025, em observância às disposições do Art. 24, X, da Lei 8666/93 e supletivamente a Lei 8.245/91, resolvem celebrar o presente TERMO DE APOSTILAMENTO ao Contrato Originário, mediantes as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

Protocolo 1512586

Aditivo

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 060/2022 - PROCESSO: 1966/2025
ID TCES : 2022.007E0700001.09.0011

QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ANCHIETA-ES E A EMPRESA **LUMESLOG LTDA.**

OBJETO: Prorrogação por mais 12 (doze) meses.
VALOR : R$ 174.000,00 (cento e setenta e quatro mil reais).
As despesas decorrentes da execução deste Aditivo correrão à conta abaixo especificada:

Secretaria	Classificação Funcional	Natureza de Despesa	Fonte de Recurso	Ficha
Secretaria Municipal de Educação	02071230600152115	33903910000	150000009999	2539

Protocolo 1512705

Errata

ERRATA
Na publicação de edição nº 2.697 Protocolos nº 1484973, 1484984,1484998 ,1485008 e 1485017, realizada no dia 04 de Fevereiro de 2025, DECISÃO 048/2024, DECISÃO 035/2024, DECISÃO 049/2024,DECISÃO 050/2024, DECISÃO 051/2024.

Onde se lê:

Anchieta-ES, 31 de Janeiro de 2024.

Leia-se:
Anchieta-ES, 31 de Janeiro de 2025.

Protocolo 1511964

Aracruz

Decreto

DECRETO N.º 48.225, DE 13/03/2025.

SUPLEMENTA DESPESA PREVISTA NO ORÇAMENTO PARA O EXERCICIO DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARACRUZ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI N.º 4.750/2024;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Suplementar na importância de R$217.500,00 (duzentos e dezessete mil e quinhentos reais) nas dotações descritas a seguir:

Dotação	608	
Unidade Orçamentária	12.01.00	SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA
Classificação Funcional	23.695.0033.2108	Marketing, Divulgação, Promoção, Apoio e Realizaçã
Categoria Econômica	3.3.50.41.00	CONTRIBUIÇÕES
Vínculo	2.500.0000.0000	RECURSOS ORDINÁRIOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES
Valor	202.500,00	
Dotação	596	
Unidade Orçamentária	12.01.00	SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA
Classificação Funcional	23.122.0011.2022	Administração e Manutenção da Unidade
Categoria Econômica	3.1.90.04.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO
Vínculo	1.500.0000.0000	RECURSOS ORDINÁRIOS - EXERCÍCIO CORRENTE
Valor	15.000,00	
Total	217.500,00	

Art. 2º Para cobertura das suplementações relacionadas no artigo anterior, serão utilizados recursos de anulação parcial de dotação, conforme demonstrado a seguir:

Dotação	625	
Unidade Orçamentária	12.01.00	SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA
Classificação Funcional	23.695.0033.2108	Marketing, Divulgação, Promoção, Apoio e Realização
Categoria Econômica	3.3.90.39.00	OUTROS SERV TERC PES.JURIDICA
Vínculo	2.500.0000.0000	RECURSOS ORDINÁRIOS - EXERCÍCIOS ANTERIORES
Valor	202.500,00	
Dotação	597	
Unidade Orçamentária	12.01.00	SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA

Classificação Funcional	23.122.0011.2022	Administração e Manutenção da Unidade
Categoria Econômica	3.1.90.11.00	VENCTOS E VANT FIXAS PES.CIVIL
Vínculo	1.500.0000.0000	RECURSOS ORDINÁRIOS - EXERCÍCIO CORRENTE
Valor	15.000,00	
Total Anulações	217.500,00	
Total	217.500,00	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Aracruz, 13 de março de 2025.

LUIZ CARLOS COUTINHO
Prefeito Municipal

Protocolo 1511941

DECRETO N.º 48.219, DE 13/03/2025.

NOMEIA PARA CARGO EM COMISSÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARACRUZ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFEREM AS LEIS N.º 2.898, DE 31/03/2006;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada à Senhora CLAUDIA BITTI CARLOS, matrícula 643, para exercer o Cargo em Comissão de Coordenação de Pagamentos e Arrecadação - Secretaria Municipal de Finanças - SEMFI, CC10, conforme processo n.º 8736/2025.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Aracruz, 13 de março de 2025.

LUIZ CARLOS COUTINHO
Prefeito Municipal

Protocolo 1511945

DECRETO Nº 48.212, DE 12/03/2025.

AUTORIZA A RESCISÃO DE CONTRATO DE ESTAGIÁRIA QUE MENCIONA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARACRUZ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

DECRETA:

Art.1º Fica a Gerência de Recursos Humanos - Secretaria de Administração e Recursos Humanos do Município de Aracruz, autorizada a rescindir o contrato de trabalho da estagiária abaixo descrita, conforme Processo nº 9004/2025.

Nome	Matr.	Secretaria
ALESSANDRA DO CARMO SANTOS GADIOLI	37964	SEMED

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Aracruz, 12 de março de 2025.

LUIZ CARLOS COUTINHO
Prefeito Municipal

Protocolo 1511948

DECRETO N.º 48.213, DE 12/03/2025.

NOMEIA PARA CARGO EM COMISSÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARACRUZ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI N.º 2.898, DE 31/03/2006 E SUAS ALTERAÇÕES;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Senhor LUÃ QUINTÃO CLACINO RANGEL para exercer o Cargo em Comissão de Assessor de Imprensa - Secretaria de Comunicação do Município de Aracruz - SECOM, Símbolo CC9, conforme Processo Eletrônico n.º 8.490/2025.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Aracruz, 12 de março de 2025.

LUIZ CARLOS COUTINHO
Prefeito Municipal

Protocolo 1512216

DECRETO N.º 48.216, DE 13/03/2025.

REVOGA O DECRETO MUNICIPAL N.º 46.737, DE 03/07/2024, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE ARACRUZ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE O DISPOSTO NO ART. 55, INCISO IV, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE ARACRUZ-ES;

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Decreto Municipal n.º 46.737 de 03/07/2024, que dispõe sobre a criação e o funcionamento da comissão permanente de regularização fundiária.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Aracruz, 13 de março de 2025.

LUIZ CARLOS COUTINHO
Prefeito Municipal

Protocolo 1512228

DECRETO N.º 48.217, DE 13/03/2025.

DISPÕE SOBRE A REMOÇÃO DE PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ARACRUZ.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARACRUZ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFEREM O ARTIGO 55, INCISO XIX DA LEI ORGÂNICA E O DISPOSTO NOS ARTIGOS 34,37 a 42 DA LEI N.º 4.352/2020, de 29/12/2020;

DECRETA:

Art. 1º Ficam removidos a partir de 01/01/2025, as profissionais do Magistério Público Municipal, conforme inciso I do artigo 39 da Lei n.º 4.352/2020, de 29/12/2020, abaixo relacionadas:

PEDAGOGO:

- Oziliadora Bertholini Pianca - matrícula nº 26262 - da EMEF Paulo Freire para a
Secretaria Municipal de Educação - código da secretaria 14.09.00.

- Viviane Pereira Cabidelle - matrícula nº 34693 - da EMEF Abílio Correia de
Amorim para a Secretaria Municipal de Educação - código da secretaria 14.09.00.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Aracruz, 13 de março de 2025.

LUIZ CARLOS COUTINHO
Prefeito Municipal

Protocolo 1512234

DECRETO N.º 48.218, DE 13/03/2025.

EXONERA SERVIDOR A PEDIDO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARACRUZ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E NOS TERMOS DA LEI N.º 2.898, DE 31/03/2006;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, o Senhor IGOR SOARES DE SOUZA, matrícula n.º 39.305, do Cargo de Provimento Efetivo de Professor de Educação Básica, conforme Processo Eletrônico n.º 8836/2025.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Aracruz, 13 de março de 2025.

LUIZ CARLOS COUTINHO
Prefeito Municipal

Protocolo 1512237

DECRETO N.º 48.220, DE 13/03/2025.

NOMEIA PARA CARGO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARACRUZ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E NOS TERMOS DO DA LEI N.º 2.895, DE 30/03/2006;

DECRETA:

Art. 1º Fica revogada a Função Gratificada FG. E, criada através da Lei n.º 3.264, de 23/12/2006, concedida ao Servidor JOÃO VITOR POLESI DOS SANTOS, Matrícula n.º 30.772, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, constante no Decreto n.º 47.756, de 09/01/2025, conforme Processo Eletrônico n.º 9.166/25.

Art. 2º Fica revogada a nomeação interina da Servidora THAINÁ MACHADO VASSOLER, Matrícula n.º 27181, do cargo em Comissão de Ouvidor Geral, Controladoria Geral do Município de Aracruz - CGM, Símbolo CC7, constante no Decreto n.º 47.696, de 03/01/2025, conforme Processo Eletrônico n.º 9.166/25.

Art. 3º Fica nomeado o Servidor JOÃO VITOR POLESI DOS SANTOS, Matrícula n.º 30.772, para exercer o Cargo em Comissão de Ouvidor Geral, Controladoria Geral do Município de Aracruz - CGM, Símbolo CC7, conforme Processo Eletrônico n.º 9.166/25.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Aracruz, 13 de março de 2025.

LUIZ CARLOS COUTINHO
Prefeito Municipal

Protocolo 1512242

DECRETO Nº 48.221, DE 13/03/2025.

EXONERA SERVIDOR DO QUADRO EFETIVO DA PREFEITURA DE ARACRUZ.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARACRUZ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E NOS TERMOS DA LEI Nº 2.898, DE 31/03/2006;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a Servidora SIMONE DIAS CORREIA, Matrícula 35303, do Cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE DE EDUCAÇÃO, Referência I, Classe NM30, conforme Processo nº 9044/2025.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Aracruz, 13 de março de 2025.

LUIZ CARLOS COUTINHO
Prefeito Municipal

Protocolo 1512248

DECRETO N.º 48.211, DE 12/03/2025.

DESIGNA SERVIDORES PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARACRUZ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES

LEGAIS E NOS TERMOS DA LEI N.º 2.895, DE 30/03/2006;

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os Servidores abaixo relacionados, para exercerem a respectiva Função Gratificada - **QUADRO FUNÇÕES GRATIFICADAS - CARGOS EFETIVOS** constante do Anexo II da Lei n.º 2.895/2006, na respectiva Secretaria, conforme Processo Eletrônico n.º 3.034/2025:

NOME	MATR.	FG	SECRETARIA
Jurandi Giovanni	3.295	FG 01	SEMPLA
Elton Nogueira Dias	2.811	FG 03	SEMPLA

Art. 2º Compete ao Secretário garantir que o servidor cumpra jornada de dedicação integral e que as atividades desempenhadas atendam ao que estabelecem os Art. 22 e 23 da Lei n.º 2.898/2006.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Aracruz, 12 de março de 2025.

LUIZ CARLOS COUTINHO
Prefeito Municipal

Protocolo 1512253

DECRETO N.º 48.210, DE 12/03/2025.

PERMITE A TITULO PRECÁRIO A UTILIZAÇÃO DE ÁREA PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARACRUZ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES CONTIDAS NO ARTIGO 74 DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL E ALTERAÇÕES CONSTANTES DA EMENDA N.º 022, DE 17/11/2015 E DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL N.º 4.359, DE 30/12/2020 E DECRETO N.º 46.446, DE 10/05/2024;

DECRETA:

Art. 1º Fica permitido, a título precário, o uso do espaço público localizado na Avenida Florestal, n.º 422, Térreo, Bairro Segato - Aracruz-ES , sendo uma área de 1m², com a utilização de equipamento de publicidade, tipo cavalete, ao Senhor EDGAR PEREIRA DOS REIS, portador do CNPJ sob o n.º 43.609.025/0001-08, nos termos do Art. 2º da Lei 4.359/2020, mediante pagamento de preço público, atividade EXPLORAÇÃO DE MEIOS DE PUBLICIDADE EM LOGRADOURO PÚBLICO, de acordo com o Processo Eletrônico n.º 2.258/2025.

Art. 2º São deveres do usuário do bem público municipal:
I - ocupar e desocupar o bem público no prazo determinado pela Administração Municipal, em conformidade com o disposto na Lei n.º 4.359/2020 e demais legislações afins, observando, rigorosamente, a finalidade de uso estabelecido pelo Poder Executivo;
II - zelar pelo bem público e promover todos os atos necessários à sua segurança, conservação e reparos, mantendo a área sempre limpa e urbanizada, livre de mato, lixo, insetos e outros animais nocivos à saúde pública, além de adotar as medidas necessárias para destinação correta dos resíduos sólidos e efluentes;
III - comunicar de todo e qualquer ameaça, ato de turbação ou invasão, vandalismo, bem como de marginais;
IV - o imóvel, ou seu uso, não poderá ser concedido pelo usuário, no todo ou em parte;
V- arcar com as despesas referentes aos contratos.

Parágrafo único. O usuário fica obrigado a proceder a limpeza da área no ato da desocupação para restituição ao Município.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,

Prefeitura Municipal de Aracruz, 12 de março de 2025.

LUIZ CARLOS COUTINHO
Prefeito Municipal

Protocolo 1512264

DECRETO N.º 48.231, DE 13/03/2025.

NOMEIA PARA CARGO EM COMISSÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARACRUZ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFEREM AS LEIS N.º 2.898, DE 31/03/2006;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Senhor GELSON JUNIOR DONATTI SCHIMITH BERGER, para exercer o Cargo em Comissão de Assessor Especial da SEMAM - Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Símbolo CC4, conforme Processo Eletrônico n.º 8.119/2025.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Aracruz, 13 de março de 2025.

LUIZ CARLOS COUTINHO
Prefeito Municipal

Protocolo 1512666

DECRETO N.º 48.223, DE 13/03/2025.

NOMEIA PARA CARGO EM COMISSÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARACRUZ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, USANDO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFEREM AS LEIS N.º 2.898, DE 31/03/2006;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Senhora AMORIANA NISHIHARA DE MELO LYRA, para exercer o Cargo em Comissão da Coordenação do Centro de Atenção Psico Social - SEMSA - Secretaria de Saúde, Símbolo CC10, Processo Eletrônico n.º 8491/2025.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Aracruz, 13 de março de 2025.

LUIZ CARLOS COUTINHO
Prefeito Municipal

Protocolo 1512673

DECRETO N.º 48.235, DE 14/03/2025.

SUPLEMENTA DESPESA PREVISTA NO ORÇAMENTO PARA O EXERCICIO DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARACRUZ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI N.º 4.750/2024;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Suplementar na importância de R$761.891,65 (setecentos e sessenta e um mil e oitocentos e noventa e um reais e sessenta e cinco centavos) nas dotações descritas a seguir:

Dotação	356	
Unidade Orçamentária	10.01.00	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Classificação Funcional	12.361.0020.2062	Manutenção do Transporte e Passe Escolar
Categoria Econômica	3.3.90.39.00	OUTROS SERV TERC PES.JURIDICA
Vínculo	1.500.0025.1001	RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANS. DE IMPOSTOS-MDE
Valor	115.462,00	
Dotação	742	
Unidade Orçamentária	15.01.00	SECRETARIA DE AGRICULTURA
Classificação Funcional	20.122.0011.2022	Administração e Manutenção da Unidade
Categoria Econômica	3.3.90.92.00	DESP DE EXERC ANTERIORES
Vínculo	1.500.0000.0000	RECURSOS ORDINÁRIOS - EXERCÍCIO CORRENTE
Valor	2.000,00	
Dotação	360	
Unidade Orçamentária	10.01.00	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Classificação Funcional	12.365.0011.2022	Administração e Manutenção da Unidade
Categoria Econômica	3.3.90.39.00	OUTROS SERV TERC PES.JURIDICA
Vínculo	1.500.0025.1001	RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANS. DE IMPOSTOS-MDE
Valor	185.215,00	
Dotação	366	
Unidade Orçamentária	10.01.00	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Classificação Funcional	12.365.0021.2068	Expansão, Manut.e Melhoria do Atendimento da Educ
Categoria Econômica	3.3.90.39.00	OUTROS SERV TERC PES.JURIDICA
Vínculo	1.500.0025.1001	RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANS. DE IMPOSTOS-MDE
Valor	69.550,00	
Dotação	380	
Unidade Orçamentária	10.01.00	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Classificação Funcional	12.361.0021.2071	Manutenção e Revitalização do Ensino Fundamental 3
Categoria Econômica	3.3.91.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA - INT
Vínculo	1.500.0025.1001	RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANS. DE IMPOSTOS-MDE
Valor	24.570,00	
Dotação	392	
Unidade Orçamentária	10.01.00	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Classificação Funcional	12.361.0021.1065	Construção, Ampliação, Reforma, Acessibilidade e
Categoria Econômica	4.4.90.51.00	OBRAS E INSTALACOES
Vínculo	1.500.0025.1001	RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANS. DE IMPOSTOS-MDE
Valor	345.000,00	
Dotação	664	
Unidade Orçamentária	13.01.00	SECRETARIA DE TRANSPORTE E SERVIÇOS URBANOS
Classificação Funcional	15.122.0011.2022	Administração e Manutenção da Unidade
Categoria Econômica	3.3.90.39.00	OUTROS SERV TERC PES.JURIDICA
Vínculo	1.500.0000.0000	RECURSOS ORDINÁRIOS - EXERCÍCIO CORRENTE
Valor	20.000,00	
Dotação	1137	
Unidade Orçamentária	10.01.00	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Classificação Funcional	12.365.0011.2022	Administração e Manutenção da Unidade
Categoria Econômica	3.3.90.92.00	DESP DE EXERC ANTERIORES
Vínculo	1.500.0025.1001	RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANS. DE IMPOSTOS-MDE
Valor	94,65	
Total	761.891,65	

Art. 2º Para cobertura das suplementações relacionadas no artigo anterior, serão utilizados

recursos de anulação parcial de dotação, conforme demonstrado a seguir:

Dotação	334	
Unidade Orçamentária	10.01.00	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Classificação Funcional	12.361.0021.2071	Manutenção e Revitalização do Ensino Fundamental 3
Categoria Econômica	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO
Vínculo	1.500.0025.1001	RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANS. DE IMPOSTOS-MDE
Valor	739.797,00	
Dotação	736	
Unidade Orçamentária	15.01.00	SECRETARIA DE AGRICULTURA
Classificação Funcional	20.606.0038.2133	Manutenção e Sinalização de Estradas Vicinais
Categoria Econômica	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO
Vínculo	1.500.0000.0000	RECURSOS ORDINÁRIOS - EXERCÍCIO CORRENTE
Valor	2.000,00	
Dotação	654	
Unidade Orçamentária	13.01.00	SECRETARIA DE TRANSPORTE E SERVIÇOS URBANOS
Classificação Funcional	15.451.0034.2115	Manutenção de Prédios Públicos
Categoria Econômica	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO
Vínculo	1.500.0000.0000	RECURSOS ORDINÁRIOS - EXERCÍCIO CORRENTE
Valor	20.000,00	
Dotação	338	
Unidade Orçamentária	10.01.00	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Classificação Funcional	12.365.0018.2058	Fortalecimento da Biblioteca Pública Municipal
Categoria Econômica	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO
Vínculo	1.500.0000.0000	RECURSOS ORDINÁRIOS - EXERCÍCIO CORRENTE
Valor	94,65	
Total Anulações	761.891,65	
Total	761.891,65	

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Aracruz, 14 de março de 2025.

LUIZ CARLOS COUTINHO
Prefeito Municipal

Protocolo 1513020

Edital

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACRUZ

CREDENCIAMENTO Nº 001/2025
Processo Administrativo n° 6470/2025

Torna-se público que o Município de Aracruz/ES, por meio da Secretaria de Administração e Recursos Humanos, sediado na Av. Morobá, nº 20, Bairro Morobá, Aracruz/ES - CEP: 29192-733, realizará **CREDENCIAMENTO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e do Decreto nº 11.878, de 9 de janeiro de 2024, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO
1.1. O objeto do presente procedimento é o credenciamento de instituições de ensino com vista à realização de estágio curricular obrigatório e não obrigatório, de acordo com a Lei Municipal nº 4.324/20 e Lei Federal nº 11.788/08, conforme condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
1.2. O presente credenciamento se enquadra na hipótese do art. 3º, inciso I, do Decreto nº 11.878, de 2024.
1.3. O credenciamento não obriga a administração pública a contratar.

2. DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO
2.1. Poderão participar deste credenciamento os interessados que procederem a abertura de processo eletrônico demonstrando interesse no presente credenciamento.
2.2. O interessado responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiros os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora do credenciamento por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção.
2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
2.5. Não poderão participar do credenciamento:
2.5.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
2.5.2. Pessoa física ou jurídica que esteja impedida de licitar ou contratar com a administração pública municipal em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
2.5.3. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função no processo de contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.5.4. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
2.5.5. Não poderá participar, direta ou indiretamente, do credenciamento ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021
2.6. O impedimento de que trata o item 2.5.2 será também aplicado ao interessado que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do interessado.
2.7. Em contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3. DA MANIFESTAÇÃO DA INTENÇÃO DE SE CREDENCIAR.
3.1. Os interessados deverão manifestar interesse, exclusivamente por meio de processo eletrônico (https://aracruz.prefeiturasempapel.com.br/portal/login.aspx?continue=default.aspx), por meio do requerimento de participação com a indicação de sua intenção de se credenciar para o fornecimento de estagiários para cumprimento de estágio obrigatório e/ou não obrigatório.
3.2. Todas as especificações do objeto vinculam o interessado.
3.3. A apresentação do requerimento de participação com a indicação da intenção de se credenciar implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições contidas no Termo de Referência, assumindo o credenciado o compromisso de executar o objeto nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
3.4. O interessado organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
3.5. A falsidade da declaração de que trata o item 3.4 sujeitará o interessado às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
3.6. Quando for o caso, o interessado deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DA HABILITAÇÃO
4.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do interessado de realizar o objeto do credenciamento, serão exigidos para fins de habilitação.
4.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
4.3. Na hipótese de o interessado ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
4.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original.
4.5. O órgão credenciante terá o prazo de 30 (trinta) dias úteis para analisar a documentação apresentada pelo interessado.
4.6. A habilitação será verificada por meio da Gerência Administrativa da Secretaria de Administração e Recursos Humanos, em relação aos documentos por ele abrangidos.
4.6.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
4.7. É de responsabilidade do interessado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais perante a Gerência Administrativa da Secretaria de Administração e Recursos Humanos, e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
4.7.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
4.8. A verificação pela Gerência Administrativa da Secretaria de Administração e Recursos Humanos de contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
4.9. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
4.9.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelo interessado; e
4.9.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado.
4.10. Na análise dos documentos de habilitação, a Gerência Administrativa da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos poderá sanar erros ou falhas que não alterarem sua substância ou validade jurídica.
4.11. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação no credenciamento.

5. DOS RECURSOS
5.1. A interposição de recurso referente à habilitação ou inabilitação de interessados, à anulação ou revogação do credenciamento, observará o disposto no art. 17 do Decreto nº 11.878, de 2024.

5.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de publicação da decisão.
5.3. Quando o recurso apresentado impugnar o ato de habilitação ou inabilitação do interessado:
5.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada em 03 (três) dias úteis, sob pena de preclusão;
5.3.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de publicação da decisão.
5.4. Os recursos deverão ser encaminhados por meio eletrônico (https://aracruz.prefeiturasempapel.com.br/portal/login.aspx?continue=default.aspx).
5.5. O recurso será dirigido à Gerência de Administração da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
5.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
5.7. O recurso e o pedido de reconsideração não terão efeito suspensivo.
5.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

6. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

6.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o interessado que, com dolo ou culpa:
6.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela Gerência Administrativa da Secretaria de Administração e Recursos Humanos;
6.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, deixar de apresentar amostra ou apresentá-la em desacordo com as especificações do edital.
6.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade do credenciamento;
6.1.4. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
6.1.5. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o credenciamento;
6.1.6. Fraudar o credenciamento;
6.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
6.1.7.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
6.1.7.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
6.1.7.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
6.1.8. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do credenciamento;
6.1.9. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
6.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos credenciados as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
6.2.1. Advertência;
6.2.2. Multa;
6.2.3. Impedimento de licitar e contratar e
6.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
6.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
6.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.
6.3.2. As peculiaridades do caso concreto
6.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes
6.3.4. As danos que dela provierem para a Administração Pública
6.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
6.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
6.5. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
6.6. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 6.1.1, 6.1.2, 6.1.3 e 6.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Municipal direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
6.7. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 6.1.5, 6.1.6, 6.1.7, 6.1.8 e 6.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 6.1.1, 6.1.2, 6.1.3 e 6.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
6.8. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o interessado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
6.9. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
6.10. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
6.11. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
6.12. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

7. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
7.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos enquanto este permanecer em vigor.
7.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, *pelo seguinte meio*: https://aracruz.prefeiturasempapel.com.br/portal/login.aspx?continue=default.aspx
7.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado por meio eletrônico no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido.
7.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
7.5. Acolhida a impugnação, o edital retificado será publicado no Diário Oficial dos Municípios.

8. DA CONTRATAÇÃO
8.1. Após divulgação da lista de credenciados, o órgão ou a entidade poderá convocar o credenciado para assinatura do instrumento contratual ou outro instrumento hábil, conforme disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.2. A administração poderá convocar o credenciado durante todo o prazo de validade do credenciamento para assinar o contrato ou outro instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e no edital de credenciamento.
8.3. O prazo para assinatura do instrumento contratual pelo credenciado, após convocação pela administração, será de 03 (três) dias.
8.4. O prazo de que trata o item 8.3 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação, devidamente justificada, do credenciado durante o seu transcurso, desde que o motivo apresentado seja aceito pela administração.
8.5. O prazo de vigência dos contratos decorrentes do presente credenciamento será de 36 (trinta e seis) meses.
8.6. Os contratos decorrentes de credenciamento poderão ser alterados, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.7. É vedado o cometimento a terceiros do objeto contratado sem autorização expressa da Administração.

9. DA ANULAÇÃO, DA REVOGAÇÃO E DO DESCREDENCIAMENTO
9.1. O edital de credenciamento poderá ser anulado, a qualquer tempo, em caso de vício de legalidade, ou revogado, por motivos de conveniência e de oportunidade da administração.
9.2. Na hipótese de anulação do edital de credenciamento, os instrumentos que dele resultaram ficarão sujeitos ao disposto nos art. 147 ao art. 150 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.3. A revogação do edital de credenciamento não repercutirá nos instrumentos já celebrados que dele resultaram.
9.4. Será realizado o descredenciamento quando houver:
a) pedido formalizado pelo credenciado, no prazo de 03 (três) dias;
b) perda das condições de habilitação do credenciado;
c) descumprimento injustificado do contrato pelo contratado; e
d) sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento.
9.5. O pedido de descredenciamento de que trata o item 9.4.1 não desincumbirá o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades deles recorrentes.
9.6. Nas hipóteses previstas nos subitens 9.4.2 e 9.4.3, além do descredenciamento, deverá ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na legislação.

10. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO EDITAL
10.1. O presente edital terá prazo de vigência de 36 (trinta e seis) meses a contar da publicação, podendo ser prorrogado por igual período.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS
11.1. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do interessado, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
11.3. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital
11.4. Toda documentação citada no item 5.1 do Termo de Referência deve estar devidamente atualizada quando da celebração da propensa contratação.
11.5. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

11.5.1. ANEXO I - Termo de Referência
11.5.2. ANEXO II - Minuta de Termo de Contrato

Aracruz-ES, 12 de março 2025.

MARCUS VINICIUS SOUZA COELHO
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos
Decreto nº 39.007, de 01.01.202
TERMO DE REFERÊNCIA

1. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 6470/2025

2. ASSUNTO: Credenciamento para Instituições de Ensino para Estágio Curricular.

3. DO OBJETO
3.1. Constitui objeto deste CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES DE ENSINO COM VISTA À REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO E NÃO OBRIGATÓRIO NA FORMA PREVISTA NA LEI MUNICIPAL Nº **4.324/2020** E LEI FEDERAL Nº **11.788/2008.**

4. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
4.1. De acordo com as dotações orçamentárias vigentes em cada Secretaria, no presente Exercício de 2021 e seguintes.

5. DO RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO
5.1. A documentação deverá ser enviada por meio de processo eletrônico (https://aracruz.prefeiturasempapel.com.br/portal/login.

aspx?continue=default.aspx), contendo:
a) abertura de processo demonstrando interesse no credenciamento;
b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor*;
c) No caso de sociedades por ações, deverá estar acompanhado da documentação de eleição de seus administradores;
d) Plano de Trabalho do Estágio (contendo a descrição do objeto, justificativa, metas a serem alcançadas pelo trabalho conjunto, etapas de execução, avaliação, gerência e fiscalização);
e) Cópia de publicação de Registro ou Autorização do Ministério da Educação.
f) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da empresa, com data não anterior a 90 (noventa) dias antes da data de apresentação dos documentos de habilitação (no caso de certidão de recuperação judicial positiva, a licitante deverá, juntamente com a certidão, sob pena de inabilitação, apresentar comprovação de que o plano de recuperação expressamente prevê a participação da empresa em contratações públicas, bem como que referido plano foi homologado judicialmente.)
g) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) atualizado, relativo ao domicílio ou sede do credenciado, pertinente e compatível com o objeto desta licitação;
h) prova de regularidade para com a Fazenda Estadual (do Estado de origem), e Municipal (tanto do Município de origem e localização da Empresa envolvida como aquela oriunda do Município de Aracruz/ES).
*(Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência).
i) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal relativa a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e prova de regularidade perante o Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, através de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, conforme Portarias MF 358 e 443/2014.
j) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, mediante a apresentação de: Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS ou documento equivalente que comprove a regularidade.
k) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), provando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;
l) indicação de professor orientador, com nome completo, e-mail e telefone para contato (§1º, do art. 3º, da Lei nº 11.788/2008);
m) Alvará de localização municipal.
n) Cadastro do CNPJ junto ao CNAI - Classificação Nacional de Atividade Econômica, no serviço necessário para o desenvolvimento do objeto deste Termo de credenciamento;
o) Comprovação de que a instituição interessada no credenciamento prestou, sem restrição, serviço de características semelhantes ao objeto do credenciamento, em períodos sucessivos ou não, por um prazo mínimo, que não poderá ser superior a 3 (três) anos (art. 67, §5º, da Lei Federal nº 14.133/2021).

*O contrato social ou estatuto social, consolidado dispensa a apresentação do contrato original e das alterações anteriores, devendo ser apresentadas alterações posteriores, ainda não consolidadas.
*Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão ou entidade competente.

51.1. Toda documentação citada deve estar devidamente atualizada quando da celebração da propensa contratação.

5.2. Deverão ainda, as licitantes, apresentarem as seguintes declarações:
a) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, na forma do Decreto nº 4.358/2002**.**
b) Declaração de Inexistência de Fato impeditivo**.**

5.3. Os Documentos deverão ser apresentados da seguinte forma:
a) Em originais ou publicação em Órgão Oficial, ou, ainda, por qualquer processo de cópia autenticada em Cartório, ou por servidor da administração municipal;
b) dentro do prazo de validade, para aqueles cuja validade possa expirar. Na hipótese do documento não conter expressamente o prazo de validade, deverá ser acompanhado de declaração ou regulamentação do órgão emissor que disponha sobre a validade do mesmo. Na ausência de tal declaração ou regulamentação, o documento será considerado válido pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da data de sua emissão.

6. DO PROCEDIMENTO
6.1. A Gerência Administrativa da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos poderá, durante a análise da documentação, convocar os interessados **para quaisquer esclarecimentos, porventura necessários.**
6.2. A recusa será sempre baseada no não cumprimento de quesitos estabelecidos pelo Edital de Credenciamento.
6.3. Serão credenciadas todas as empresas que satisfizerem as exigências contidas neste edital.
6.4. A Gerência Administrativa da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos poderá, mediante análise do plano de trabalho, solicitar complementação de informações, para posterior aprovação do Ordenador de despesa.

7. DAS OBRIGAÇÕES DAS CREDENCIADAS
7.1. Caberá ao credenciado apresentar o estudante que pleiteia a vaga de estagiário.
7.2. Manter-se durante toda a execução do serviço, em compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento.
7.3. Indicar professor orientador para acompanhamento efetivo do estágio.

8. DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO.
8.1. O Município se compromete a ceder vagas sempre que possível, e observar o acompanhamento por parte da Instituição de ensino em conformidade com a legislação, efetuando seus deveres legais.

8.2. Divulgar as oportunidades de estágios e as quantidades de vagas ofertadas pela concedente.

9. TERMO DE CONVÊNIO.
9.1. Será firmado o Termo de **Convênio de Estágio Curricular, Anexo II.**

10. DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO
10.1. Este credenciamento não gerara ônus financeiro para as partes, porém os Estágios que forem remunerados receberão suas verbas (BOLSAS) no dia do pagamento dos servidores municipais.

11. INSTRUÇÕES PARA IMPUGNAÇÕES E RECURSOS
11.1. A interposição de recurso/impugnação referente à habilitação ou inabilitação de interessados, à anulação ou revogação do credenciamento, observará o disposto no art. 17 do Decreto nº 11.878, de 2024.
11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de publicação da decisão.
11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o ato de habilitação ou inabilitação do interessado:
11.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada em 03 (três) dias úteis, sob pena de preclusão;
11.3.2. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de publicação da decisão.
11.4. Os recursos deverão ser encaminhados por meio eletrônico ((https://aracruz.prefeiturasempapel.com.br/portal/login.aspx?continue=default.aspx).
11.5. O recurso será dirigido à Gerência de Administração da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
11.7. O recurso e o pedido de reconsideração não terão efeito suspensivo.
11.8. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea "f" da Lei nº 14.133/21)
12.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).
12.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).
12.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).
12.3.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).
12.3.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º)
12.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).
12.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
12.8. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, §3º).
12.9. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade convocará o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

13. DA ANULAÇÃO, DA REVOGAÇÃO E DO DESCREDENCIAMENTO
13.1. O edital de credenciamento poderá ser anulado, a qualquer tempo, em caso de vício de legalidade, ou revogado, por motivos de conveniência e de oportunidade da administração.
13.2. Na hipótese de anulação do edital de credenciamento, os instrumentos que dele resultaram ficarão sujeitos ao disposto nos art. 147 ao art. 150 da Lei nº 14.133, de 2021.
13.3. A revogação do edital de credenciamento não repercutirá nos instrumentos já celebrados que dele resultaram.
13.4. Será realizado o descredenciamento quando houver:
13.4.1. Pedido formalizado pelo credenciado, no prazo de 03 (três) dias;
13.4.2. Perda das condições de habilitação do credenciado;
13.4.3. Descumprimento injustificado do contrato pelo contratado; e
13.4.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade superveniente ao credenciamento.
13.5. O pedido de descredenciamento de que trata o item 13.4.1 não desincumbirá o credenciado do cumprimento de eventuais contratos assumidos e das responsabilidades deles recorrentes.
13.6. Nas hipóteses previstas nos subitens 13.4.2 e 13.4.3, além do descredenciamento, deverá ser aberto processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, para possível aplicação de penalidade, na forma estabelecida na legislação.

14. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
14.1. Os processos eletrônicos abertos anteriormente a publicação deste Termo de Referência, devem ser atualizados e dado prosseguimento.
14.2 Fica eleito o foro da Comarca de Aracruz-ES. Estado do Espírito Santo, para solucionar quaisquer questões oriundas deste credenciamento.

14.3. Quaisquer elementos, informações ou esclarecimentos relativos a este credenciamento, serão prestados pelo telefone (**27) 3270** - **7034**.

Aracruz-ES, 12 de Março 2025.

MARCUS VINICIUS SOUZA COELHO
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos
Decreto nº 39.007, de 01.01.2021

ANEXO II

MINUTA DE CONVÊNIO DE ESTÁGIO
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2025.
CONVÊNIO Nº 0...../2025
PROCESSO Nº 6470/2025

CONVÊNIO PARA CONCESSÃO DE ESTÁGIO Nº ...../2025 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ARACRUZ/ES E ..... - **COM VISTAS À REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO CURRICULAR NA FORMA PREVISTA NA LEI MUNICIPAL Nº 4.324/2020 E LEI FEDERAL Nº 11.788/2008.**

O MUNICÍPIO DE ARACRUZ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 27.142.702/0001-66, com sede administrativa na Avenida Morobá, nº 20, Bairro Morobá, Aracruz/ES, neste ato representado pela Secretária Municipal Administração e Recursos Humanos, o Sr. **MARCUS VINICIUS SOUZA COELHO**, brasileiro, portador do **CPF nº 879.858.537-15** e da **CI nº 732.258** - **ES** ES, residente a Av. Saturnino de Brito, nº 1075, Ap 105, Praia do Canto, Vitória - ES, CEP: 29.055.180, nos termos da Lei nº 3.652/2013, regulamentada pelo Decreto nº 39.007, de 01/01/2021, doravante denominado **CONCEDENTE** e .....**..**, pessoa jurídica de direito privado, com sede a Rua ..... - SP, inscrita no CNPJ/MF sob nº .....**..**, neste ato representada por sua bastante Procuradora, a ....., brasileira, casada, portador do CPF nº..... e da RG nº .....**.**, , doravante denominada **CONVENENTE** - **INSTITUIÇÃO DE ENSINO**, tendo em vista o **Processo Administrativo nº** .....**..**, resolvem firmar o presente **Convênio** destinado à realização de estágios curriculares, em consonância com as disposições da Lei nº **11.788**/**2008** e **4.324**/**2020** e dos preceitos educacionais vigentes, mediante cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1 - O presente convênio por objeto a **concessão de estágio curricular obrigatório e não obrigatório**, **para estudantes de nível (superior**, **técnico ou do ensino médio)** visando o desenvolvimento de atividades conjuntas capazes de propiciar a plena operacionalização nos termos da Lei nº **11.788**/**2008** e Lei Municipal nº **4.324**/**2020**, e desta forma consecutar a realização do estágio obrigatório que os alunos dos diferentes Cursos Superiores da CONVENENTE poderão desenvolver junto o CONCEDENTE.
1.2 - Para fins deste Convênio entende-se como estágio as atividades de aprendizagem social, profissional e cultural proporcionadas ao estudante pela participação, nas dependências do CONCEDENTE, em situações reais de vida e trabalho ligados à sua área de estudos.
1.3 - Para fins deste Convênio fica estabelecido que o CONCEDENTE não arcará com quaisquer taxas a serem repassadas à CONVENENTE pelo fato de conceder vagas de estágios.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE
2.1 - O CONCEDENTE fixará a seu critério o número de vagas de estágio, bem como a distribuição das mesmas pelas diversas áreas de trabalho existente em sua estrutura administrativa, de acordo com o artigo 4º da Lei Municipal nº **4.324/2020.**
2.2 - O CONCEDENTE selecionará os estagiários dentre os candidatos apresentados pela CONVENENTE, informando aos mesmos, os critérios de seleção, direcionando-os para as vagas existentes, de acordo com sua área de formação;
2.3 - O CONCEDENTE fornecerá à CONVENENTE todas as informações disponíveis sobre o desempenho de cada estagiário, para que a CONVENENTE possa fazer o acompanhamento didático-pedagógico dos mesmos.
2.4 - O CONCEDENTE designará dentre os seus profissionais um supervisor de estágio que terá as seguintes responsabilidades:
a) participar da seleção dos estagiários;
b) elaborar em conjunto com o estagiário o programa de estágio;
c) orientar as atividades dos estagiários, dentro dos objetivos e políticas do CONCEDENTE e atendendo as condições previstas na área de formação dos mesmos;
d) avaliar o desempenho dos estagiários, através de formulário fornecido pela CONVENENTE.
2.5 - O CONCEDENTE se compromete a liberar o estagiário para participar de reuniões periódicas de avaliação do estágio nas dependências da CONVENENTE, sem prejuízo de qualquer ordem para o mesmo.
2.6 - O CONCEDENTE assinará com cada estagiário o Termo de Compromisso de Estágio Curricular, sem vínculo empregatício, com cada aluno escolhido para o estágio, de conformidade com o disposto no artigo 9º, inciso I, da Lei nº **11.788**/**2008**, no qual a CONVENENTE participará como interveniente;
2.7 - Estabelecer duração de estágio;
2.8 - Compatibilizar a jornada de trabalho com o horário escolar do aluno estagiário;
2.9 - Controlar a frequência do aluno estagiário, comunicando-a à CONVENENTE;
2.10 - Garantir ao estagiário um recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente no período de férias escolares, conforme determina o artigo 13 da Lei nº **11.788**/**2008**. O recesso que trata este Artigo deverá ser remunerado **quando** o estagiário receber bolsa ou outra forma de contraprestação;
2.11 - Remeter semestralmente ao Coordenador do curso o relatório sobre a frequência e aproveitamento do estagiário, com vista obrigatória ao estagiário;
2.12 - Ofertar instalações que proporcionem ao estagiário atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;
2.13 - Remeter à Instituição de Ensino, no ato do desligamento do estagiário, Termo de Realização de Estágio, contendo o resumo das atividades desenvolvidas pelo mesmo bem como a avaliação do seu desempenho.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENENTE
3.1 - A CONVENENTE, através de sua direção pedagógica poderá suspender e/ou cancelar o estágio

do estudante, que não estiver sendo aproveitado pela CONCEDENTE na sua respectiva área de formação escolar.
3.2 - A CONVENENTE indicará um professor orientador para organização, acompanhamento e avaliação do estagiário nas atividades da CONCEDENTE.
3.3 - Divulgar as oportunidades de estágios e as quantidades de vagas ofertadas pela CONCEDENTE;
3.4 - Coordenar todas as ações relacionadas ao estágio;
3.5 - Avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do estagiário;
3.6 - Celebrar Termo de Compromisso com o Estagiário ou com seu representante ou assistente legal, quando ele for absoluta ou relativamente incapaz, e com a parte CONCEDENTE, indicando as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar do estudante e ao horário e calendário escolar;
3.7 - Comunicar à empresa CONCEDENTE, de imediato e por escrito, o desligamento do ESTAGIÁRIO de seu curso;
3.8 - A Instituição de Ensino deverá manter, durante toda a execução do convênio, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigida no procedimento.

CLÁUSULA QUARTA - DO VÍNCULO
4.1 - A aceitação de estagiários pela CONCEDENTE, no recinto de suas instalações ou locais de atuação, não ensejará vínculo empregatício de qualquer natureza com a mesma, conforme preconizado no disposto do caput do Art. 3º e no Parágrafo 1º do Art. 12. da Lei nº **11.788**, de 25 de Setembro de 2008, pelo que fica a CONCEDENTE desobrigada quanto à satisfação de encargos sociais e trabalhistas.
Parágrafo Único - A vinculação dos estagiários pela CONCEDENTE, será fixada através de TERMO DE COMPROMISSO entre o estagiário, a CONCEDENTE e a INSTITUIÇÃO, conforme previsto no inciso II do Art. 3º da Lei nº. **11.788**, de 25 de Setembro de 2008.

CLÁUSULA QUINTA - DO ESTAGIÁRIO
5.1 - O estudante, para se candidatar à condição de estagiário, deverá estar regularmente matriculado e frequentando qualquer um dos Cursos Superiores oferecidos pela CONVENENTE.
5.2 - O estagiário obrigar-se-á mediante assinatura do Termo de Compromisso, a cumprir as condições fixadas para o estágio, bem como as normas estabelecidas pela CONCEDENTE, sobretudo àquelas que resguardem sigilo as informações a que tem acesso em decorrência do estágio.
5.3 - Integra o Termo de Compromisso o plano de atividades do estagiário, elaborado de acordo com a Instituição de Ensino, com a parte Concedente e com o educando, sendo incorporado ao Termo por meio de aditivos à medida que for avaliado, progressivamente, o desempenho do estudante.

CLÁUSULA SEXTA - DA JORNADA DE ATIVIDADES
6.1 - A jornada de atividade do estagiário encontra-se prevista no art. 11, da Lei nº 4.324/2020, devendo ser compatível com o horário do Curso, de tal forma que não redunde em prejuízos para as atividades acadêmicas do estudante.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO DESLIGAMENTO DO ESTÁGIO
7.1 - O Estagiário poderá ser desligado por um dos seguintes motivos:
a) a pedido do estagiário, com a devida justificativa;
b) em decorrência do descumprimento, por parte do estagiário, das condições presentes no Termo de Compromisso;
c) pelo não comparecimento ao estágio, sem motivo justificado, por mais de cinco dias consecutivos ou não, no período de um mês, ou por 30 (trinta) dias durante todo o período do estágio;
d) por reprovação em disciplina durante a realização do estágio;
e) por conclusão ou interrupção do curso;
f) a qualquer tempo no interesse da CONCEDENTE ou da CONVENENTE, com a devida justificativa.

CLÁUSULA OITAVA - DO SEGURO DE ACIDENTES PESSOAIS
8.1 - O CONVENENTE - Instituição de Ensino, **se** compromete a fazer um seguro de acidentes pessoais em favor do estagiário, cuja apólice seja compatível com os valores de mercado.

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA
9.1 - O presente Convênio vigorará pelo prazo de **36 (trinta e seis)** meses, contados a partir da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo.
§1º - Os Estágios só poderão ter início após toda documentação regularizada, sendo que os iniciados sem autorização e assinatura da Convenente - Instituição de Ensino não serão reconhecidos pela mesma.
§2º - A extinção do presente Acordo, antes do término de sua vigência como decorrência de denúncia por qualquer das partes, não prejudicará os estágios em curso.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO CERTIFICADO
10.1 - **A CONVENENTE** expedirá certificado de participação para cada estagiário, fazendo constar à vigência e a carga horária total do estágio.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO
11.1 - O presente Convênio será publicado, em resumo, no Diário Oficial dos Municípios - DOM.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO
12.1 - A extinção antecipada deste convênio poderá ocorrer na hipótese do descumprimento das obrigações assumidas, em comum acordo entre as partes, ou unilateralmente mediante notificação escrita a outra parte, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS ALTERAÇÕES
13.1 - Quaisquer acréscimos ou alterações no presente Convênio deverão constar de Termos Aditivos, os quais passarão a fazer parte integrante deste instrumento.
13.2 - Os casos omissos no Convênio serão resolvidos de comum acordo entre a Instituição de Ensino e a parte concedente, devendo ser observado as Leis 14.133/2021 e 11.788/08, inclusive podendo ser firmados, se necessário, Termos Aditivos que farão parte integrante deste Instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO
14.1 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste convênio, que não possam ser resolvidas pela mediação administrativa, as partes elegem o foro da Comarca de Aracruz/ES.
14.2 - E por estarem assim justos e de acordo, firmam o presente Instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e indicadas, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Aracruz/ES, 12 de março de 2025.

MUNICÍPIO DE ARACRUZ - CONCEDENTE
Instituição de ensino - CONVENENTE

TESTEMUNHAS:

1. _____

2. _____

Protocolo 1512473

AVISO DE EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

A Secretaria de Meio Ambiente de Aracruz, **por meio da Junta Administrativa de Impugnações Ambientais** - **JAIA**, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no inciso IV do artigo 177 do Decreto Municipal n° 45.117/2003, **NOTIFICA** o interessado abaixo nomeado, por se encontrar em lugar incerto e não sabido, ou se não for localizado no endereço, da emissão pela JAIA, dos Termos de Julgamento em Primeira Instância descritos na tabela abaixo.
O interessado terá o **prazo de vinte de 05 (cinco) dias**, contados desta publicação, para procurar a Secretaria de Meio Ambiente, que emitirá o DAM - Documento de Arrecadação Municipal para pagamento.
O interessado fica ciente que independente de sua manifestação o processo de julgamento administrativo terá continuidade.
Certifica-se ainda que o referido processo administrativo encontra-se disponível, para vistas ao interessado, na sede da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Aracruz, onde também pode ser emitido o documento de Arrecadação Municipal - DAM para pagamento da multa.

N° PROCESSO	N° DOS AUTOS	CPF / CNPJ	INTERESSADO	TERMO DE JULGAMENTO	DECISÃO
2777/2021	Auto de Constatação/embargo n° 2217/2021; Auto de Infração n° 1064/2021; Auto de Infração n° 1062/2021; Auto de Infração n° 1071/2021;	XXX.046.XXX-44	Wanderson Gonçalves Chaves	102/2024	Decretação de revelia; Manutenção dos autos;
13463/2017	Auto de Constatação/embargo n° 1764/2017; Auto de Infração n° 534/2018; Auto de Infração n° 535/2018; Auto de Infração n° 536/2018;	XXX.136.XXX-55	Juliana Monteiro Brasil Rodrigues	091/2024	Decretação de revelia; Manutenção dos autos;
15010/2016	Auto de Constatação n° 1689/2016; Auto de Constatação n° 1697/2017; Auto de Infração n° 739/2020; Auto de Infração n° 740/2020;	XX.237.XXX/0001-66	Edna de Moura Francisco Comercial	120/2024	Decretação de revelia; Manutenção dos autos;
11038/2019	Auto de Constatação nº 1957/2019; Auto de Infração n° 935/2019;	XXX.618.XXX-72	Renato da Silva Dias	122/2024	Decretação de revelia; Manutenção do auto;
1391/2020	Auto de Constatação/apreensão n° 1847/2020; Auto de Infração n° 863/2020; Auto de Infração n° 867/2020;	XXX.743.XXX-06	Diego Correia Simões	001/2025	Decretação de revelia; Manutenção dos autos;
1387/2020	Auto de Constatação/apreensão n° 1847/2020; Auto de Infração n° 863/2020; Auto de Infração n° 867/2020;	XXX.184.XXX-04	Bruno Correia da Conceição	002/2025	Decretação de revelia; Manutenção dos autos;
1392/2020	Auto de Constatação/apreensão n° 1846/2020; Auto de Infração n° 862/2020; Auto de Infração n° 866/2020;	XXX.747.XXX-80	Wellinton Viana Silva	003/2025	Decretação de revelia; Manutenção dos autos;
1393/2020	Auto de Constatação/apreensão n° 1845/2020; Auto de Infração n° 861/2020; Auto de Infração n° 865/2020;	XXX.224.XXX-11	Valdeci Santana da Conceição	004/2025	Decretação de revelia; Manutenção dos autos;

Aracruz, 14 de Março de 2025.

Aladim Fernando Cerqueira
Presidente da Junta Administrativa de Infrações Ambientais
Portaria n° 20.459/2025

Protocolo 1512945

Portaria

PORTARIA N.º 20.512, DE 12/03/2025.

NOMEIA SERVIDORES PARA COMPOR A COMISSÃO INTERNA DE SINDICÂNCIA DA SECRETARIA DE SAÚDE - SEMSA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARACRUZ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeados os servidores abaixo relacionados para compor a COMISSÃO INTERNA DE SINDICÂNCIA, para apuração e instauração do competente Processo Sindicante, para apurar supostas irregularidades praticadas por servidores contratados lotados na SEMSA.

NOME	FUNÇÃO	MATRÍCULA
Valquíria Duarte Carneiro Scarpatt	Presidente	2.408
Bruna Radavelli Rosa	Membro	28.380
Lícia Roni Pignaton	Membro	37.487

Art. 2º É competência da presente Comissão proceder com a apuração de supostas irregularidades cometidas por servidor temporário.

Art. 3º A Comissão Interna de Sindicância da SEMSA terá o prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de sua instalação, para instaurar o processo e elaborar o Relatório Final, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 4º A presente Comissão de Sindicância Interna perceberá a gratificação contida no Art. 110 da Lei n.º 2.898, de 31/03/2006.

Art. 5º A Comissão de Sindicância observará, no desenvolvimento de seus trabalhos, o que estabelece o Decreto n.º 46.795/2024, no que se aplicar.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Aracruz, 12 de março de 2025.

LUIZ CARLOS COUTINHO
Prefeito Municipal

Protocolo 1512273

PORTARIA N.º 269, DE 14/03/2025.
AUTORIZA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL NA ÁREA DE EDUCAÇÃO, POR TEMPO DETERMINADO, APROVADO NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADOSEMED N.º 005/2023, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, DO MUNICÍPIO DE ARACRUZ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E TENDO EM VISTA O DISPOSTO NA LEI N.º 2.994, DE 12/02/2007, E SUAS ALTERAÇÕES, BEM COMO NO DECRETO N.º 41.820, DE 05/04/2022, APÓS O RESULTADO FINAL HOMOLOGADO ATRAVÉS DA PORTARIA Nº 820 DE 07/12/2023.
RESOLVE:
Art. 1º Proceder à contratação por tempo determinado do candidato constante do Quadro de Contratação anexo, no respectivo cargo, carga horária e salário, com exercício na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, conforme classificação obtida no Processo Seletivo Simplificado SEMED - Edital n.º 005/2023, de acordo com o Processo Administrativo n.º 38998/2023.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Prefeitura Municipal de Aracruz, 14 de março de 2025.
JENILZA SPINASSE MORELLATO
Secretária Municipal de Educação
Decreto nº 39.008/2021
QUADRO PARA CONTRATAÇÃO
PROCESSO SELETIVO 005/2023

PORTARIA Nº 269/2025

COLOCA ÇÃO	NOME	CARGO	PERÍODO	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO
102º	MARIA SUELY NUNES AMORIM	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	a partir da data de admissão a 19/12/2025	25H	R$ 2.730,40(Nível I) R$ 3003,44(Nível II)
127º	THAIS MACHADO VASSOLER	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	a partir da data de admissão a 19/12/2025	25H	R$ 2.730,40(Nível I) R$ 3003,44(Nível II)
164º	MARCIA SILVA DE ALMEIDA	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	a partir da data de admissão a 19/12/2025	25H	R$ 2.730,40(Nível I) R$ 3003,44(Nível II)
180º	MARIA DA PEMHA LOUREIRO	PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	a partir da data de admissão a 19/12/2025	25H	R$ 2.730,40(Nível I) R$ 3003,44(Nível II)

Protocolo 1512515

PORTARIA N.º 270, DE 14/03/2025.
AUTORIZA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL NA ÁREA DE EDUCAÇÃO, POR TEMPO DETERMINADO, APROVADO NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO SEMED N.º 002/2024, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO, DO MUNICÍPIO DE ARACRUZ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E TENDO EM VISTA O DISPOSTO NA LEI N.º 2.994, DE 12/02/2007, E SUAS ALTERAÇÕES, BEM COMO NO DECRETO N.º 41.820, DE 05/04/2022, APÓS O RESULTADO FINAL HOMOLOGADO ATRAVÉS DA PORTARIA Nº 820 DE 07/12/2023.

RESOLVE:
Art. 1º Proceder à contratação por tempo determinado do candidato constante do Quadro de Contratação anexo, no respectivo cargo, carga horária e salário, com exercício na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, conforme classificação obtida no Processo Seletivo Simplificado SEMED - Edital n.º 002/2024, de acordo com o Processo Administrativo n.º 31736/2024.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Prefeitura Municipal de Aracruz, 14 de março de 2025.
JENILZA SPINASSE MORELLATO
Secretária Municipal de Educação
Decreto nº 39.008/2021

QUADRO PARA CONTRATAÇÃO
PROCESSO SELETIVO 002/2024

PORTARIA Nº 270/2025

COLOCA ÇÃO	NOME	CARGO	PERÍODO	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO
3º	ANDRE DE SOUZA CARVALHO	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS INICIAIS	a partir da data de admissão a 19/12/2025	25H	R$ 2.890,48-Nível I R$ 3.179,53-Nível II
32º	CLAUDIA MARICA DA ROSA	PEDAGOGO	a partir da data de admissão a 19/12/2025	25H	R$ 2.890,48-Nível I R$ 3.179,53-Nível II
3º	ELIANE LUCAS PEREIRA	PEDAGOGO	a partir da data de admissão a 30/12/2025	25H	R$ 2.890,48-Nível I R$ 3.179,53-Nível II
52º	CLAUDIANO MACHADO FRAGA	PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL - ANOS FINAIS GEOGRAFIA	a partir da data de admissão a 30/12/2025	25H	R$ 2.890,48-Nível I R$ 3.179,53-Nível II

Protocolo 1512517

PORTARIA/SEMSA/FMS Nº 12 de 13/03/2025

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇO DO PREGÃO ELETRÔNICO N° SRP Nº S002/2025.

RESOLVE:

A Secretária de Saúde da Prefeitura Municipal de Aracruz, do Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Municipal N° 3.337, de 25 de agosto de 2010 e sua alteração, Decreto Municipal N° 39.858 de 02 de junho de 2021, e considerando o disposto no art. 15 da Lei Federal n.° 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a Lei Municipal n.° 3.259, de 23/12/2009, o Decreto Municipal n.° 19.749, de 04/08/2009, e o **REGISTRO DE PREÇO DO PREGÃO ELETRÔNICO N° S002/2025**, do Fundo Municipal de Saúde, Unidade Gestora 501, e as empresas vencedoras resolvem:

Art. 1º Designar o servidor **Srº GILMAR TEIXEIRA, Decreto nº 47.695**; para exercer como titular a **EXECUÇÃO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇO DO PREGÃO ELETRÔNICO N° S002/2025** na ausência do fiscal titular, fica responsável a **Srª ROSÂNGELA DOS SANTOS MATHIAS**, **mat. 40.511**, que tem por objeto a contratação de empresa prestadora de serviços de locação de veículos tipo pick up sem motorista, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, através de Sistema de Registro de Preços, pelo período de 12 meses.

ATA 3/2025 - Vencedora: MASTER LOCADORA DE VEICULOS LTDAEPP
LOTE:1.
Total da ata: R$111.600,00.

Art. 2º - Dê-se ciência ao servidor designado e publique-se.

Art.3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

ROSIANE SCARPATT TÓFFOLI
Secretária de Saúde
Decreto n° 39.858 de 02/06/2021

GILMAR TEIXEIRA,
Decreto nº 47.695

ROSÂNGELA DOS SANTOS MATHIAS
Matrícula 40.511

Protocolo 1512898

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBLIDADE DE LICITAÇÃO
INTERESSADA: Secretaria de Educação de Aracruz
ASSUNTO: Aquisição da Coleção Líder em Mim (LEM)
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 74, inciso I, da Lei 14.133/2021.
PARTES: Secretaria de Educação de Aracruz e a empresa abaixo relacionada:
EMPRESA: MAVIE REPRESENTAÇÕES LTDA
VALOR: R$ 4.987.419,00 (quatro milhões, novecentos e oitenta e sete mil, quatrocentos e dezenove reais)
PROCESSO: 6833/2025
ID 2025.009E0600013.10.0003

JUSTIFICATIVA: Trata-se de Processo Administrativo para aquisição de material bibliográfico (Coleção Líder em Mim - LEM), visando a melhoria da aprendizagem dos estudantes da Rede Pública Municipal de Ensino.
O processo foi encaminhado com a devida instrução à Procuradoria-Geral do Município para emissão de parecer sobre a possibilidade jurídica da contratação, sendo recomendadas adequações ao procedimento, ficando a decisão de mérito acerca da conveniência, oportunidade, necessidade e viabilidade orçamentária a cargo da autoridade consulente.
Ante o exposto, e considerando o que destes autos consta, ratifico a inexigibilidade de licitação para que se proceda a contratação de **MAVIE REPRESENTACOES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ/MF sob o nº **45.438.565/0001-93**, estabelecida na Rua Manoel Rodrigues Madeira, nº 41, Sobradinho, Itaocara, RJ, no valor R$ 4.987.419,00 (quatro milhões, novecentos e oitenta e sete mil, quatrocentos e dezenove reais).
Publique-se.
Aracruz-ES, 14 de março de 2025
JENILZA SPINASSÉ MORELLATO
Secretária de Educação
Decreto nº 39.008, de 01/01/2021

Protocolo 1512955

PORTARIA SEMFI Nº 012/2025

DISPÕE SOBRE CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE FORAM CONFERIDAS PELA LEI Nº 3.652/2013, EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO DECRETO Nº 39.013, DE 01/01/2021.

RESOLVE
Art. 1º - Dar publicidade na forma do Anexo Único desta Portaria, à relação de restos a pagar a serem cancelados, nos termos do Artigo 3º do Decreto nº 39.067, de 08/01/2021.
Art. 2º - Os restos a pagar listados no Anexo Único desta Portaria satisfazem as condições constantes no Artigo 2º do Decreto nº 39.067, de 08/01/2021.
Art. 3º - Eventual reconhecimento de direitos após a efetivação do cancelamento dos restos a pagar listados no Anexo Único desta Portaria, poderá ser empenhado em dotações do corrente exercício à conta de despesas de exercícios anteriores, nos termos do Artigo 37 da Lei Federal nº 4.320/1964.
Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Aracruz, 14 de março de 2025

GERALDO MAGELA RAMOS
Secretário Municipal de Finanças
Decreto nº 39.013/2021

ANEXO ÚNICO DA PORTARIA DE CANCELAMENTO DE RESTOS A PAGAR
RELAÇÃO DE RESTOS A PAGAR A SEREM CANCELADOS

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
PROCESSO	RESERVA	EMPENHO/ANO	CPF/CNPJ-CREDOR	VALOR A CANCELAR
3725/2024	119/2024	123/2024	27.174.093/0001-27 -SERRA PREFEITURA MUNICIPAL	19.763,53
9466/2021	715/2024	769/2024	28.127.603/0001-78 - BANESTES S.A, - BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO	11.272,38
12926/2023	685/2024	821/2024	14.645.927/0001-93 -JULIANO GADIOLI SPERANDIO 10180414780	4.520,00
6115/2021	42/2024	43/2024	39.781.752/0001-72 - E L PRODUÇÕES DE SOFTWARE LTDA	25.121,00

GERALDO MAGELA RAMOS
Secretário Municipal de Finanças
Decreto nº 39.013/2021

Protocolo 1513008

Castelo

Decreto

DECRETO Nº 20.578, DE 12 DE MARÇO DE 2025.

DESLIGA, A PEDIDO, SERVIDORA EFETIVA VALERIA SOUZA FERREIRA DA SILVA E DECLARA A VACÂNCIA DO CARGO.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CASTELO**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 53, inciso XXVI, da Lei Orgânica do Município de Castelo, e

Considerando o que consta no processo nº 3423/2025;

DECRETA:

Art. 1º Fica desligada, a pedido, do cargo efetivo de Assistente Social, com atividades desenvolvidas na Secretaria Municipal de Saúde, a servidora pública municipal **VALERIA SOUZA FERREIRA DA SILVA**, nomeada através do Decreto n° 1.959 de 08 de abril de 1991, e declaro vago o referido cargo, em virtude da aposentadoria concedida pelo Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) no Regime Geral de Previdência Social (RGPS).
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 05 de março de 2025.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Castelo/ES, 12 de março de 2025.

JOÃO PAULO SILVA NALI
Prefeito Municipal de Castelo - ES
Protocolo 1511939

Convocação

CONVOCAÇÃO DO EDITAL Nº 03, DE 18 DE OUTUBRO DE 2024 - PROCESSO SELETIVO PARA PROVIMENTO DE VAGAS PARA OS CARGOS DE ASSISTENTE DE SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO, SECRETÁRIO ESCOLAR, MOTORISTA "D" E OPERADOR DE SERVIÇOS DE APOIO ÀS UNIDADES ESCOLARES EM REGIME DE DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA.

A Secretaria Municipal de Educação convoca o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s) a comparecer(em) munido(s) da documentação exigida, conforme Edital nº 03/2024, na Sede da Secretaria Municipal de Educação, localizada à Avenida Giovani Piassi, nº 245 - Exposição, Castelo-ES, a fim de que, havendo vaga(s) disponível(eis), proceda(m) a(s) escolha(s) para o Cargo de **Assistente de Serviços de Educação / Cuidador / Monitor de Transporte Escolar**, para o exercício no ano letivo/2025.

1. A chamada para a contratação em Designação Temporária obedecerá aos critérios de ordem de classificação final dos candidatos, bem como o atendimento a excepcional necessidade da Rede Municipal de Ensino.
2. O candidato que, por qualquer motivo, estiver impedido de comparecer ao local determinado para escolha de vaga, poderá fazê-lo por procuração.
3. Não será permitida a troca de unidade escolar, salvo necessidade da administração.

4. Não comparecendo o candidato na data, horário e local estabelecido nesta convocação, ou ocorrendo a desistência da(s) vaga(s), será(ão) convocado(s) o(s) candidato(s) seguinte(s) de acordo com a classificação.

REGIÃO I

CARGO: ASSISTENTE DE SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO / CUIDADOR / MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR
TIPO DE LISTA: GERAL

Classificação	Candidato
149	ROSAGELA BORTOLON ALLEDI
150	EDVANIA DA SILVA SGRANCIO
151	SAMILA SILVA RODRIGUES
152	NATHÁLIA FRANCIS RAMOS SILVA
153	CLAUDIA SILVA CARVALHO
154	NATÁLIA ABALADA TRAVAGLIA
155	GILCE HELENA PIANISSOLA ROSSI
156	MARIA INÊS CORADINI LOPES
157	ADRIANA FAZOLO SILVA
158	GRAZIELA CARETA BRUNO
159	VALQUIRIA DA CONCEIÇÃO COSTA
160	MARCIANA DE MORAES RAIMUNDO
161	LEANDRA OLIVEIRA DA SILVA
162	JAQUELINI CARREIRO DE OLIVEIRA

5. Documentos necessários para celebração de contrato:
a) Cédula de Identidade;
b) CPF e Qualificação Cadastral obtida através do link http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages/index.xhtml;
c) Comprovante de situação cadastral CPF obtido no site da Receita Federal do Brasil em https:/vww.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/SSL/ATCTA/CPF/ConsultaSituacao/ConsultaPublica.asp);
d) Carteira de Motorista, havendo;
e) PIS/ PASEP;
f) Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral;
g) Carteira de Trabalho - Frente e Verso;
h) Escolaridade;
i) Comprovante de Endereço atualizado;
j) Certidão de Nascimento/Casamento;
k) Certidão de Nascimento e CPF de todos os dependentes;
l) Certificado de Reservista (candidatos do sexo masculino);
m) CPF dos pais;
n) Declaração de Matrícula dos filhos - Maiores de 18 anos, se estudante, apresentar Declaração da Instituição de Ensino;
o) Telefone para contato;
p) Declaração de não ter sido condenado à pena privativa de liberdade transitada em julgado e não ter sofrido punição relacionada a função pública através de Processo Administrativo Disciplinar (fornecidas pela SEME);

q) Declaração de não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas (fornecida pela SEME).

Castelo-ES, 17 de março de 2025.

ELISANGELA DE SOUZA AVANSI
Secretária Municipal de Educação
Portaria nº 9.589/2025

Protocolo 1512037

CONVOCAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO - EDITAL Nº 05, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2023 PARA PROVIMENTO DE VAGAS PARA O CARGO DE SECRETÁRIO ESCOLAR EM REGIME DE DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA.

A Secretaria Municipal de Educação de Castelo convoca o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), a comparecer(em) munido(s) da documentação exigida, conforme Edital nº 05/2023, na Sede da Secretaria Municipal de Educação, localizada à Avenida Giovani Piassi, nº 245 - Exposição, Castelo-ES, a fim de que, havendo vaga(s) disponível(eis), proceda(m) a(s) escolha(s) para o Cargo de Secretário Escolar para o exercício do ano letivo/2025.

1. A chamada para a contratação em Designação Temporária obedecerá aos critérios de ordem de classificação final dos candidatos, bem como o atendimento a excepcional necessidade da Rede Municipal de Ensino.

2. O candidato que, por qualquer motivo, estiver impedido de comparecer ao local determinado para escolha de vaga, poderá fazê-lo por procuração.

3. Não será permitida a troca de unidade escolar, salvo necessidade da administração.

4. Não comparecendo o candidato no prazo de 24 horas, a contar da publicação do presente ato, ou ocorrendo a desistência no mesmo prazo, será(ão) convocado(s) o(s) candidato(s) seguinte(s) de acordo com a classificação.

REGIÃO I
CARGO: SECRETÁRIO ESCOLAR
TIPO DE CLASSIFICAÇÃO: HABILITADO
TIPO DE LISTA: GERAL

Classificação	Candidato
42	LUANA CARNEIRO GIORI
43	PATRICIA OLIVEIRA SILVA
44	ROSIMERI CARARO
45	FABIANA DESTEFANI FERREIRA DA COSTA NUNES
46	ELISÂNGELA DA SILVA
47	NATÁLIA ABALADA TRAVAGLIA
48	DANIELY ROSA MADEIRA DE BRUIM
49	ITAMARA DA SILVA SEMPLICIO
50	EDUARDA APARECIDA VARGAS PONCIO
51	SUYANARA PANETTO SILVA MATAVELLI
52	MARCELLE FARDIM ANDREON PAIVA
53	PATRICIA MARIA PEREIRA
54	MARIA DE LOURDES SILVA MATIAS
55	PAULA SALVE GUIZARDI
56	CRIS GREGÓRIO FERREIRA
57	GERALDO MAGELA ARRUDA
58	CAMILA PASSONI PEREIRA TANURE
59	TAIARA RAGAZZI RIBEIRO
60	BIANCA PERCILIANO FIM

5. São documentos necessários para celebração de contrato:
a) Cédula de Identidade;
b) CPF;
c) Comprovante de situação cadastral CPF obtido no site da Receita Federal do Brasil em https:/vww.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/SSL/ATCTA/CPF/ConsultaSituacao/ConsultaPublica.asp);
d) Carteira de Motorista, havendo;
e) PIS/ PASEP;
f) Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral;
g) Carteira de Trabalho - Frente e Verso;
h) Escolaridade;
i) Comprovante de Endereço atualizado;
j) Certidão de Nascimento/Casamento;
k) Certidão de Nascimento e CPF de todos os dependentes;
l) Certificado de Reservista (candidatos do sexo masculino);
m) CPF dos pais;
n) Declaração de Matrícula dos filhos - Maiores de 18 anos, se estudante, apresentar Declaração da Instituição de Ensino;
o) Telefone para contato;
p) Declaração de não ter sido condenado à pena privativa de liberdade transitada em julgado e não ter sofrido punição relacionada a função pública através de Processo Administrativo Disciplinar (fornecidas pela SEME);
q) Declaração de não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas (fornecida pela SEME).

Castelo-ES, 17 de março de 2025.

ELISANGELA DE SOUZA AVANSI
Secretária Municipal de Educação
Portaria nº 9.589/2025

Protocolo 1512039

CONVOCAÇÃO DO EDITAL Nº 03, DE 18 DE OUTUBRO DE 2024 - PROCESSO SELETIVO PARA PROVIMENTO DE VAGAS PARA OS CARGOS DE ASSISTENTE DE SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO, SECRETÁRIO ESCOLAR, MOTORISTA "D" E OPERADOR DE SERVIÇOS DE APOIO ÀS UNIDADES ESCOLARES EM REGIME DE DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA.

A Secretaria Municipal de Educação convoca o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s) a comparecer(em) munido(s) da documentação exigida, conforme Edital nº 03/2024, na Sede da Secretaria Municipal de Educação, localizada à Avenida Giovani Piassi, nº 245 - Exposição, Castelo-ES, a fim de que, havendo vaga(s) disponível(eis), proceda(m) a(s) escolha(s) para o Cargo de **Assistente de Serviços de Educação** / **Cuidador** / **Monitor de Transporte Escolar**, para o exercício no ano letivo/2025.

1. A chamada para a contratação em Designação Temporária obedecerá aos critérios de ordem de classificação final dos candidatos, bem como o atendimento a excepcional necessidade da Rede

Municipal de Ensino.
2. O candidato que, por qualquer motivo, estiver impedido de comparecer ao local determinado para escolha de vaga, poderá fazê-lo por procuração.
3. Não será permitida a troca de unidade escolar, salvo necessidade da administração.

4. Não comparecendo o candidato na data, horário e local estabelecido nesta convocação, ou ocorrendo a desistência da(s) vaga(s), será(ão) convocado(s) o(s) candidato(s) seguinte(s) de acordo com a classificação.

REGIÃO I

CARGO: ASSISTENTE DE SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO / CUIDADOR / MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR
TIPO DE LISTA: GERAL

Classificação	Candidato
163	RITA DE CÁSSIA MOREIRA DE ANDRADE
164	JULIETE MAURA PAGIO LAQUINI
165	SUYANARA PANETTO SILVA MATAVELLI
166	IRIS CONSOLI DE ARAUJO
167	KARINA COSTA BRITO DE SOUZA
168	ARTHUR CORADINI PIN
169	CAMILA SEABRA GUIMARÃES MALVESTIO
170	EDUARDA APARECIDA JAMES PAULO
171	VIVIANE ZANON BINDACO

5. Documentos necessários para celebração de contrato:
a) Cédula de Identidade;
b) CPF e Qualificação Cadastral obtida através do link http://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages/index.xhtml;
c) Comprovante de situação cadastral CPF obtido no site da Receita Federal do Brasil em https:/vww.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/SSL/ATCTA/CPF/ConsultaSituacao/ConsultaPublica.asp);
d) Carteira de Motorista, havendo;
e) PIS/ PASEP;
f) Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral;
g) Carteira de Trabalho - Frente e Verso;
h) Escolaridade;
i) Comprovante de Endereço atualizado;
j) Certidão de Nascimento/Casamento;
k) Certidão de Nascimento e CPF de todos os dependentes;
l) Certificado de Reservista (candidatos do sexo masculino);
m) CPF dos pais;
n) Declaração de Matrícula dos filhos - Maiores de 18 anos, se estudante, apresentar Declaração da Instituição de Ensino;
o) Telefone para contato;
p) Declaração de não ter sido condenado à pena privativa de liberdade transitada em julgado e não ter sofrido punição relacionada a função pública através de Processo Administrativo Disciplinar (fornecidas pela SEME);
q) Declaração de não acumulação de cargos, empregos ou funções públicas (fornecida pela SEME).

Castelo-ES, 17 de março de 2025.

ELISANGELA DE SOUZA AVANSI
Secretária Municipal de Educação
Portaria nº 9.589/2025

Protocolo 1512363

Portaria

PORTARIA Nº 9.851, DE 14 DE MARÇO DE 2025.

EXONERA NÍCIA MOREIRA BARBOSA DO CARGO DE GERENTE DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CASTELO**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 53, inciso VII e XXVI, da Lei Orgânica do Município de Castelo, e considerando o que consta no Processo nº 14064/2022.

R E S O L V E:

Art. 1º Fica exonerada **NÍCIA MOREIRA BARBOSA** do cargo de Gerente de Relações Institucionais, lotada no Gabinete do Prefeito, exercendo suas atividades na Secretaria Municipal de Finanças (SEMFI), constante do Anexo II pertencente a Lei 2.507 de 10 de maio de 2007, e modificações introduzidas pelas Leis nº: 2.557 de 17 de agosto de 2007 e 2.613 de 28 de dezembro de 2007.
Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Castelo/ES, 14 de Março de 2025.

JOÃO PAULO SILVA NALI
Prefeito Municipal de Castelo/ES

Protocolo 1512455

PORTARIA Nº 9.852, DE 14 DE MARÇO DE 2025.

NOMEIA NÍCIA MOREIRA BARBOSA NO CARGO DE COORDENADORA GERAL DE ORÇAMENTO.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CASTELO**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 53, inciso VII e XXVI, da Lei Orgânica do Município de Castelo, e conforme consta no Processo Administrativo nº 14064/2022.

R E S O L V E:

Art. 1º Fica nomeada, **NÍCIA MOREIRA BARBOSA** no cargo de Coordenadora Geral de Orçamento, lotada no Gabinete do Prefeito, exercendo suas atividades na Secretaria Municipal de Finanças (SEMFI), constante do Anexo II pertencente a Lei 2.507 de 10 de maio de 2007, e modificações introduzidas pelas Leis n. 2.557 de 17 de agosto de 2007; 2.613 de 28 de dezembro de 2007 e anexos da Lei Municipal n° 4.440 de 12 de março de 2025.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Castelo, ES, 14 de Março de 2025.

JOÃO PAULO SILVA NALI
Prefeito de Castelo - ES

Protocolo 1512459

PORTARIA Nº 9.853, DE 14 DE MARÇO DE 2025.

EXONERA JOSÉ LUIZ RODRIGUES NEVES DO CARGO DE GERENTE DE DEPARTAMENTO.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CASTELO**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 53, inciso VII e XXVI, da Lei Orgânica do Município de Castelo, e considerando o que consta no Processo nº 15291/2022.

R E S O L V E:

Art. 1º Fica exonerado, **JOSÉ LUIZ RODRIGUES NEVES** do cargo de Gerente de Departamento, lotado no Gabinete do Prefeito, exercendo suas atividades na Secretaria Municipal de Turismo, Eventos e Cultura (SEMTEC), constante do Anexo II pertencente a Lei 2.507 de 10 de maio de 2007, e modificações introduzidas pelas Leis nº: 2.557 de 17 de agosto de 2007 e 2.613 de 28 de dezembro de 2007.
Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Castelo/ES, 14 de Março de 2025.

JOÃO PAULO SILVA NALI
Prefeito Municipal de Castelo - ES

Protocolo 1512467

PORTARIA Nº 9.854, DE 14 DE MARÇO DE 2025.

NOMEIA JOSÉ LUIZ RODRIGUES NEVES NO CARGO DE COORDENADOR GERAL DO MUSEU MUNICIPAL DE HISTORIA NATURAL.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CASTELO**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 53, inciso VII e XXVI, da Lei Orgânica do Município de Castelo, e conforme consta no Processo Administrativo nº 15291/2022.

R E S O L V E:

Art. 1º Fica nomeado, **JOSÉ LUIZ RODRIGUES NEVES** no cargo de Coordenador Geral do Museu Municipal de Historia Natural, lotado no Gabinete do Prefeito, exercendo suas atividades na Secretaria Municipal de Turismo, Eventos e Cultura (SEMTEC), constante do Anexo II pertencente a Lei 2.507 de 10 de maio de 2007, e modificações introduzidas pelas Leis n. 2.557 de 17 de agosto de 2007; 2.613 de 28 de dezembro de 2007 e anexos da Lei Municipal n° 4.440 de 12 de março de 2025.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Castelo, ES, 14 de Março de 2025.

JOÃO PAULO SILVA NALI
Prefeito de Castelo - ES

Protocolo 1512468

PORTARIA Nº 9.855, DE 14 DE MARÇO DE 2025.

EXONERA GILBERTO DA SILVA SANTOS DO CARGO DE GERENTE DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CASTELO**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 53, inciso VII e XXVI, da Lei Orgânica do Município de Castelo, e considerando o que consta no Processo nº 1497/2021.

R E S O L V E:

Art. 1º Fica exonerado **GILBERTO DA SILVA SANTOS** do cargo de Gerente de Relações Institucionais, lotado no Gabinete do Prefeito, exercendo suas atividades na Secretaria Municipal de Turismo, Eventos e Cultura (SEMTEC), constante do Anexo II pertencente a Lei 2.507 de 10 de maio de 2007, e modificações introduzidas pelas Leis nº: 2.557 de 17 de agosto de 2007 e 2.613 de 28 de dezembro de 2007.
Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Castelo/ES, 14 de Março de 2025.

JOÃO PAULO SILVA NALI
Prefeito Municipal de Castelo/ES

Protocolo 1512472

PORTARIA Nº 9.856, DE 14 DE MARÇO DE 2025.

NOMEIA GILBERTO DA SILVA SANTOS NO CARGO DE COORDENADOR GERAL DE EVENTOS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CASTELO**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 53, inciso VII e XXVI, da Lei Orgânica do Município de Castelo, e conforme consta no Processo Administrativo nº 1497/2021.

R E S O L V E:

Art. 1º Fica nomeado, **GILBERTO DA SILVA SANTOS** no cargo de Coordenador Geral de Eventos, lotado no Gabinete do Prefeito, exercendo suas atividades na Secretaria Municipal de Turismo, Eventos e Cultura (SEMTEC), constante do Anexo II pertencente a Lei 2.507 de 10 de maio de 2007, e modificações introduzidas pelas Leis n. 2.557 de 17 de agosto de 2007; 2.613 de 28 de dezembro de 2007 e anexos da Lei Municipal n° 4.440 de 12 de março de 2025.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Castelo, ES, 14 de Março de 2025.

JOÃO PAULO SILVA NALI
Prefeito de Castelo - ES

Protocolo 1512475

PORTARIA Nº 9.857, DE 14 DE MARÇO DE 2025.

EXONERA ALCER DA SILVA GOUVEA DO CARGO DE GERENTE DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CASTELO**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 53, inciso VII e XXVI, da Lei Orgânica do Município de Castelo, e considerando o que consta no Processo nº 5211/2024.

R E S O L V E:

Art. 1º Fica exonerado **ALCER DA SILVA GOUVEA** do cargo de Gerente de Relações Institucionais, lotado no Gabinete do Prefeito, exercendo suas atividades na Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA), constante do Anexo II pertencente a Lei 2.507 de 10 de maio de 2007, e modificações introduzidas pelas Leis nº: 2.557 de 17 de agosto de 2007 e 2.613 de 28 de dezembro de 2007.
Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Castelo/ES, 14 de Março de 2025.

JOÃO PAULO SILVA NALI
Prefeito Municipal de Castelo/ES

Protocolo 1512477

PORTARIA Nº 9.858, DE 14 DE MARÇO DE 2025.

NOMEIA ALCER DA SILVA GOUVEA NO CARGO DE COORDENADOR GERAL DE DESENVOLVIMENTO ESPORTIVOS PARA A JUVENTUDE.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CASTELO**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 53, inciso VII e XXVI, da Lei Orgânica do Município de Castelo, e conforme consta no Processo Administrativo nº 5211/2024.

R E S O L V E:

Art. 1º Fica nomeado, **ALCER DA SILVA GOUVEA** no cargo de Coordenador Geral de Desenvolvimento Esportivos para a Juventude, lotado no Gabinete do Prefeito, exercendo suas atividades na Secretaria Municipal de Lazer, Esportes e Juventude (SEMLEJ), constante do Anexo II pertencente a Lei 2.507 de 10 de maio de 2007, e modificações introduzidas pelas Leis n. 2.557 de 17 de agosto de 2007; 2.613 de 28 de dezembro de 2007 e anexos da Lei Municipal n° 4.440 de 12 de março de 2025.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Castelo, ES, 14 de Março de 2025.

JOÃO PAULO SILVA NALI
Prefeito de Castelo - ES

Protocolo 1512479

PORTARIA Nº 9.859, DE 14 DE MARÇO DE 2025.

EXONERA DEMERVAL SEBASTIÃO RIBEIRO DE ASSIS DO CARGO DE ASSESSOR JURÍDICO.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CASTELO**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 53, inciso VII e XXVI, da Lei Orgânica do Município de Castelo, e considerando o que consta no Processo nº 17399/2023.

R E S O L V E:

Art. 1º Fica exonerado, **DEMERVAL SEBASTIÃO RIBEIRO DE ASSIS** do cargo de Assessor Jurídico, lotado no Gabinete do Prefeito, exercendo suas atividades na Procuradoria-Geral do Município, constante do Anexo II pertencente a Lei 2.507 de 10 de maio de 2007, e modificações introduzidas pelas Leis n° 2.557 de 17 de agosto de 2007 e 2.613 de 28 de dezembro de 2007.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação**.**
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Castelo, ES, 14 de Março de 2025.

JOÃO PAULO SILVA NALI
Prefeito Municipal de Castelo - ES

Protocolo 1512485

PORTARIA Nº 9.860, DE 14 DE MARÇO DE 2025.

NOMEIA DEMERVAL SEBASTIÃO RIBEIRO DE ASSIS NO CARGO DE COORDENADOR GERAL DO PROCON.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CASTELO**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 53, inciso VII e XXVI, da Lei Orgânica do Município de Castelo, e conforme consta no Processo Administrativo nº 17399/2023.

R E S O L V E:

Art. 1º Fica nomeado, **DEMERVAL SEBASTIÃO RIBEIRO DE ASSIS** no cargo de Coordenador Geral do Procon, lotado no Gabinete do Prefeito, exercendo suas atividades na Procuradoria-Geral do Município, constante do Anexo II pertencente a Lei 2.507 de 10 de maio de 2007, e modificações introduzidas pelas Leis n. 2.557 de 17 de agosto de 2007; 2.613 de 28 de dezembro de 2007 e anexos da Lei Municipal n° 4.440 de 12 de março de 2025.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Castelo, ES, 14 de Março de 2025.

JOÃO PAULO SILVA NALI
Prefeito de Castelo - ES

Protocolo 1512487

PORTARIA Nº 9.861, DE 14 DE MARÇO DE 2025.

NOMEIA DYORGINES JOSE PADOVANI DE ANDRADE NO CARGO DE COORDENADOR GERAL DE ESPORTES.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CASTELO**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 53, inciso VII e XXVI, da Lei Orgânica do Município de Castelo, e conforme consta no Processo Administrativo nº 4250/2025.

R E S O L V E:

Art. 1º Fica nomeado, **DYORGINES JOSE PADOVANI DE ANDRADE** no cargo de Coordenador Geral de Esportes, lotado no Gabinete do Prefeito, exercendo suas atividades na Secretaria Municipal de

Lazer, Esportes e Juventude, constante do Anexo II pertencente a Lei 2.507 de 10 de maio de 2007, e modificações introduzidas pelas Leis n. 2.557 de 17 de agosto de 2007; 2.613 de 28 de dezembro de 2007 e anexos da Lei Municipal n° 4.440 de 12 de março de 2025.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Castelo, ES, 14 de Março de 2025.

JOÃO PAULO SILVA NALI
Prefeito de Castelo - ES

Protocolo 1512492

PORTARIA Nº 9.862, DE 14 DE MARÇO DE 2025.

NOMEIA ELAINE CRISI DA SILVA NO CARGO DE COORDENADORA GERAL DA EDUCAÇÃO ESPECIAL.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CASTELO**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 53, inciso VII e XXVI, da Lei Orgânica do Município de Castelo, e conforme consta no Processo Administrativo nº 4251/2025.

R E S O L V E:

Art. 1º Fica nomeada, **ELAINE CRISI DA SILVA** no cargo de Coordenadora Geral da Educação Especial, lotada no Gabinete do Prefeito, exercendo suas atividades na Secretaria Municipal de Educação, constante do Anexo II pertencente a Lei 2.507 de 10 de maio de 2007, e modificações introduzidas pelas Leis n. 2.557 de 17 de agosto de 2007; 2.613 de 28 de dezembro de 2007 e anexos da Lei Municipal n° 4.440 de 12 de março de 2025.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Castelo, ES, 14 de Março de 2025.

JOÃO PAULO SILVA NALI
Prefeito de Castelo - ES

Protocolo 1512496

PORTARIA Nº 9.863, DE 14 DE MARÇO DE 2025.

NOMEIA KENIA AIOLFE LIMA NO CARGO DE COORDENADORA GERAL DE APOIO, MONITORAMENTO E DESENVOLVIMENTO DA SEME.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CASTELO**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 53, inciso VII e XXVI, da Lei Orgânica do Município de Castelo, e conforme consta no Processo Administrativo nº 1811/2023.

R E S O L V E:

Art. 1º Fica nomeada, **KENIA AIOLFE LIMA** no cargo de Coordenadora Geral de Apoio, Monitoramento e Desenvolvimento da SEME, lotada no Gabinete do Prefeito, exercendo suas atividades na Secretaria Municipal de Educação, constante do Anexo II pertencente a Lei 2.507 de 10 de maio de 2007, e modificações introduzidas pelas Leis n. 2.557 de 17 de agosto de 2007; 2.613 de 28 de dezembro de 2007 e anexos da Lei Municipal n° 4.440 de 12 de março de 2025.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Castelo, ES, 14 de Março de 2025.

JOÃO PAULO SILVA NALI
Prefeito de Castelo - ES

Protocolo 1512499

PORTARIA Nº 9.864, DE 14 DE MARÇO DE 2025.

NOMEIA MARCELO ZAGOTTO NO CARGO DE COORDENADOR GERAL DE TURISMO.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CASTELO**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 53, inciso VII e XXVI, da Lei Orgânica do Município de Castelo, e conforme consta no Processo Administrativo nº 9133/2024.

R E S O L V E:

Art. 1º Fica nomeado, **MARCELO ZAGOTTO** no cargo de Coordenador Geral de Turismo, lotado no Gabinete do Prefeito, exercendo suas atividades na Secretaria Municipal de Turismo, Eventos e Cultura, constante do Anexo II pertencente a Lei 2.507 de 10 de maio de 2007, e modificações introduzidas pelas Leis n. 2.557 de 17 de agosto de 2007; 2.613 de 28 de dezembro de 2007 e anexos da Lei Municipal n° 4.440 de 12 de março de 2025.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Castelo, ES, 14 de Março de 2025.

JOÃO PAULO SILVA NALI
Prefeito de Castelo - ES

Protocolo 1512731

PORTARIA Nº 9.865, DE 14 DE MARÇO DE 2025.

NOMEIA ELISEU SCHULZ PARA EXERCER O CARGO DE ASSISTENTE TÉCNICO DE SERVIÇOS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CASTELO**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 53, inciso VII e XXVI, da Lei Orgânica do Município de Castelo, e considerando o que consta no Processo nº 4338/2025.

R E S O L V E:

Art. 1º Fica nomeado **ELISEU SCHULZ** para exercer o cargo comissionado de Assistente Técnico de Serviços, lotado no Gabinete do Prefeito, exercendo suas atividades na Secretaria Municipal de Infraestrutura Rural, constante no Anexo II pertencente a Lei 2.507 de 10 de maio de 2007, e modificações introduzidas pelas Leis nº: 2.557 de 17 de agosto de 2007 e 2.613 de 28 de dezembro de 2007.
Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Castelo/ES, 14 de Março de 2025.

JOÃO PAULO SILVA NALI
Prefeito Municipal de Castelo/ES

Protocolo 1512826

PORTARIA Nº 9.866, DE 14 DE MARÇO DE 2025.

NOMEIA GILMAR TESSINARI PARA EXERCER O CARGO DE GERENTE DE UNIDADE DE SAÚDE.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CASTELO**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 53, inciso VII e XXVI, da Lei Orgânica do Município de Castelo, e considerando o que consta no Processo nº 4339/2025.

R E S O L V E:

Art. 1º Fica nomeado **GILMAR TESSINARI** para exercer o cargo de Gerente de Unidade de Saúde, lotado no Gabinete do Prefeito, exercendo suas atividades na Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA), constante no Anexo II pertencente a Lei 2.507 de 10 de maio de 2007, e modificações introduzidas pelas Leis nº: 2.557 de 17 de agosto de 2007 e 2.613 de 28 de dezembro de 2007.
Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Castelo/ES, 14 de Março de 2025.

JOÃO PAULO SILVA NALI
Prefeito Municipal de Castelo/ES

Protocolo 1512831

Termos

REGIMENTO DA 1ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA SAÚDE DO TRABALHADOR E DA TRABALHADORA, ETAPA MUNICIPAL DA 5ª CONFERÊNCIA ESTADUAL DA SAÚDE DO TRABALHADOR E DA TRABALHADORA E 5ª CONFERÊNCIA NACIONAL DA SAÚDE DO TRABALHADOR E DA TRABALHADORA - CNSTT/ES

CAPÍTULO I - DA NATUREZA E OBJETIVOS

Art. 1º. A 1ª Conferência Municipal da Saúde do Trabalhador e da trabalhadora, Etapa Municipal da 5ª Conferência Estadual da Saúde do Trabalhador e da trabalhadora e 5ª Conferência Nacional da Saúde do Trabalhador e da trabalhadora - CNSTT/ES, tem o objetivo de analisar as prioridades locais de saúde, formular propostas no âmbito dos Municípios, dos Estados e da União, e elaborar Relatório Final, nos prazos previstos por este Regimento.

§1º. A divulgação da Etapa Municipal será ampla, bem como a participação aberta a população em geral- trabalhadores e trabalhadoras com direito a voz e voto, em todos seus espaços.

§2º. O Documento Orientador que norteará as discussões será definido pelo Conselho Nacional de Saúde - CNS e Conselho Estadual de Saúde/ES - CES.

§3º. As propostas e diretrizes que incidirão sobre as políticas de saúde nas esferas Regional, Estadual e Nacional serão destacadas no Relatório Final da Etapa Municipal.

§4º. O Relatório Final da Etapa Municipal será de responsabilidade dos Conselhos Municipais de Saúde e deverá ser enviado à Comissão Organizadora da Etapa Estadual e até o dia 31 de março de 2025.

§5º. O registro dos dados sobre a 1ª Conferência Municipal da Saúde do Trabalhador e da trabalhadora, Etapa Municipal da 5ª Conferência Estadual da Saúde do Trabalhador e da trabalhadora e 5ª Conferência Nacional da Saúde do Trabalhador e da trabalhadora - CNSTT/ES será feito pelo Conselho Municipal de Saúde de Caste,lo/ES - CMS, até o dia 31 de março de 2024.

CAPÍTULO II - DO TEMA

Art. 2º. A 1ª Conferência Municipal da Saúde do Trabalhador e da trabalhadora, Etapa Municipal da 5ª Conferência Estadual da Saúde do Trabalhador e da trabalhadora e 5ª Conferência Nacional da Saúde do Trabalhador e da trabalhadora - CNSTT/ES, tem como tema: "**Saúde do Trabalhador e Trabalhadora como direito humano**", e como eixos temáticos:
I - A política nacional de saúde do trabalhador e trabalhadora (PNSTT)
II - As novas relações do trabalho e a STT
III - Participação popular na STT para o controle social

CAPÍTULO III - DA REALIZAÇÃO

Art. 3º. A 1ª Conferência Municipal da Saúde do Trabalhador e da trabalhadora, Etapa Municipal da 5ª Conferência Estadual da Saúde do Trabalhador e da trabalhadora e 5ª Conferência Nacional da Saúde do Trabalhador e da trabalhadora - CNSTT/ES a ser realizada em 26/03/2025, contará com 01 (uma) etapa para debate, elaboração de proposta, votação e acompanhamento de propostas.

§1º. A composição do conjunto total de Delegadas e Delegados da 1ª Conferência Municipal da Saúde do Trabalhador e da trabalhadora respeitará o estabelecido na Resolução CNS 453, sendo 50% de Usuários do SUS, 25% de Trabalhadores da Saúde e 25% de Gestores/Prestadores de Serviços de Saúde, e ainda buscará promover o mínimo de 50% de mulheres do total de participantes.

§2º. Buscará acessibilidade, considerando aspectos arquitetônicos, atitudinais, programáticos e comunicacionais a todos os participantes nos termos da legislação e normas vigentes.

§3º. As Conselheiras e Conselheiros Municipais de Saúde, titulares e suplentes, serão Delegadas e Delegados natos à Conferência Municipal de Saúde.

Art. 4º. Na 1ª Conferência Municipal da Saúde do Trabalhador e da trabalhadora, Etapa Municipal da 5ª Conferência Estadual da Saúde do Trabalhador e da trabalhadora e 5ª Conferência Nacional da Saúde do Trabalhador e da trabalhadora - CNSTT/ES), serão eleitas, de forma paritária, nos termos da Resolução CNS nº 453/2012, as Delegadas e os Delegados que participarão da Etapa Regional e da Conferência Estadual no total de 04 delegados(as) e 04 suplentes distribuídos da seguinte forma:

§1º - 02 (dois) representantes titulares e 2 (dois) suplentes dos usuários SUS, indicados pelo segmento dos usuários;

§2º - 01 (um) representante titular e 01 (um) suplente dos Trabalhadores/Profissionais de Saúde , indicados pelo respectivo segmento;

§3º - 01 (um) representante titular e 01 (um) suplente da Gestão, indicados pelo respectivo segmento;

§4º. O resultado da eleição das Delegadas e Delegados da Etapa Municipal será enviado pelos Conselhos Municipais de Saúde à Comissão Organizadora da Etapa Estadual até o dia 31 de março de 2025.

§5º. A 1ª Conferência Municipal da Saúde do Trabalhador e da trabalhadora, Etapa Municipal da 5ª Conferência Estadual da Saúde do Trabalhador e da trabalhadora e 5ª Conferência Nacional da Saúde do Trabalhador e da trabalhadora - CNSTT/ES, deverá incentivar que sejam eleitas pessoas que ainda **não** participaram de outras conferências e que tenham demonstrado compromisso ético e político com a conferência, bem como com os debates em torno do tema central da Conferência Estadual de Saúde e Etapa 5ª Conferência Nacional de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde.

§6º. O Conselho Municipal de Saúde de Castelo/ES deve indicar um representante da Delegação Municipal, dentre as Delegadas e Delegados eleitos, para articulação com a Comissão Organizadora Estadual.

§7º. Só poderão participar das etapas subsequentes, na condição de Delegadas e Delegados, as pessoas que participarem ativamente nos processos e atividades preparatórias da Etapa Municipal.

§8º. Poderá compor a delegação dos Municípios para a etapa Estadual da Conferência Estadual de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, todas as pessoas interessadas nos debates, desde que se inscrevam na condição de participante livre, para os quais não será assegurada hospedagem e alimentação.

Art. 5º. A responsabilidade pela realização da 1ª Conferência Municipal da Saúde do Trabalhador e da trabalhadora, Etapa Municipal da 5ª Conferência Estadual da Saúde do Trabalhador e da trabalhadora e 5ª Conferência Nacional da Saúde do Trabalhador e da trabalhadora - CNSTT/ES, incluído o seu acompanhamento, será de competência da Secretaria Municipal de Saúde de Castelo - ES e do Conselho Municipal de Saúde, com apoio solidário de movimentos, entidades e instituições.

Art. 6º. A 1ª Conferência Municipal da Saúde do Trabalhador e da trabalhadora, Etapa Municipal da 5ª Conferência Estadual da Saúde do Trabalhador e da trabalhadora e 5ª Conferência Nacional da Saúde do Trabalhador e da trabalhadora - CNSTT/ES, será presidida pelo Secretário Municipal de Saúde de Castelo/ES e coordenada pelo Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Castelo/ES, e, em sua ausência ou impedimento, pelo Coordenador Adjunto da Comissão Organizadora.

Art. 7º. A 1ª Conferência Municipal da Saúde do Trabalhador e da trabalhadora, Etapa Municipal da 5ª Conferência Estadual da Saúde do Trabalhador e da trabalhadora e 5ª Conferência Nacional da Saúde do Trabalhador e da trabalhadora - CNSTT/ES, será constituída por 04 momentos estratégicos:

I- A Plenária de Abertura;
II- palestras;
III- Grupos de Trabalho;
IV- A Plenária Final.

§1º. Os Grupos de Trabalho serão compostos paritariamente por Delegadas e Delegados, nos termos da Resolução CNS nº 732 de 02 de fevereiro de 2024 do Conselho Nacional de Saúde, com participação de convidadas e convidados, estes proporcionalmente divididos em relação ao seu número total.

§2º. A Plenária Final tem por objetivo debater, aprovar ou rejeitar propostas provenientes dos Grupos de Trabalho, bem como as moções de âmbito Municipal, Estadual, Nacional e Internacional.

§3º. O Relatório aprovado será encaminhado ao Conselho Estadual de Saúde/ES e a Secretaria de Municipal de Saúde de Castelo/ES, devendo ser amplamente divulgado, por meios eletrônicos e impressos, e servirá de base para os processos posteriores de monitoramento e acompanhamento.

§4º. A Plenária Final da Conferência será ainda um momento celebratório aos lutadores sociais pela defesa do direito à saúde.

Art. 8º. As propostas de Regulamento da 1ª Conferência Municipal da Saúde do Trabalhador e da trabalhadora, Etapa Municipal da 5ª Conferência Estadual da Saúde do Trabalhador e da trabalhadora e 5ª Conferência Nacional da Saúde do Trabalhador e da trabalhadora - CNSTT/ES, será elaborado e definido pelo plenário do Conselho Municipal de Saúde de Castelo/ES, instância máxima de caráter permanente e deliberativa das políticas de saúde no âmbito Municipal.

CAPÍTULO IV - DA ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO ORGANIZADORA

Art. 9º. A Comissão Organizadora da 1ª Conferência Municipal da Saúde do Trabalhador e da trabalhadora, Etapa Municipal da 5ª Conferência Estadual da Saúde do Trabalhador e da trabalhadora e 5ª Conferência Nacional da Saúde do Trabalhador e da trabalhadora - CNSTT/ES será composta por 04 membros.

§1º. A Comissão Organizadora será formada por membros do Conselho Municipal de Saúde de Castelo/ES e da Secretaria Municipal de Saúde de Castelo/ES.

§2º. A Comissão Organizadora será coordenada pelo Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Castelo/ES e, na sua ausência ou impedimento, pela Secretária - Executiva do CMS que exercerá as funções de Coordenadora Adjunta.

§3º. A Comissão Organizadora contará ainda com um Relator que será responsável por toda parte documental da Conferência, em especial a elaboração do Relatório Final a ser encaminhado ao Conselho Estadual de Saúde/ES - CES.

§4º. Os membros da Comissão Organizadora serão indicados pelo Pleno do CMS;

§5º A Comissão Organizadora poderá convidar outros atores para contribuir com o processo organizativo da Conferência.

CAPÍTULO V - DOS PARTICIPANTES

Art. 10. A 1ª Conferência Municipal da Saúde do Trabalhador e da trabalhadora, Etapa Municipal da 5ª Conferência Estadual da Saúde do Trabalhador e da trabalhadora e 5ª Conferência Nacional da Saúde do Trabalhador e da trabalhadora - CNSTT/ES, terá um público variável de trabalhadores em geral, conforme os seus distintos momentos estratégicos.

§1º. A definição dos participantes buscará atender aos seguintes critérios de equidade:

I - Gênero, identidade de gênero e diversidade sexual;
II - Étnico-raciais, de modo a garantir representatividade aos diversos grupos que compõe as populações negra e indígena, e as comunidades originárias e tradicionais, respeitadas as diferenças e proporcionalidades locais;
III - Representatividade rural e urbana, considerando as trabalhadoras e os trabalhadores do campo e da cidade;
IV - Geracional, estimulando, especialmente, a participação de entidades, coletivos e movimentos de jovens e de idosos e aposentados;
V - Pessoas com deficiência e com necessidades especiais, patologias e doenças raras ou negligenciadas.

Art. 11. Os participantes da 1ª Conferência Municipal da Saúde do Trabalhador e da trabalhadora, Etapa Municipal da 5ª Conferência Estadual da Saúde do Trabalhador e da trabalhadora e 5ª Conferência Nacional da Saúde do Trabalhador e da trabalhadora - CNSTT/ES distribuir-se-ão nas seguintes categorias:
I - Delegadas e Delegados, com direito a voz e voto;
II - Convidadas e Convidados, com direito a voz.

Art. 12. Os interessados em participar da 1ª Conferência Municipal da Saúde do Trabalhador e da trabalhadora, Etapa Municipal da 5ª Conferência Estadual da Saúde do Trabalhador e da trabalhadora e 5ª Conferência Nacional da Saúde do Trabalhador e da trabalhadora - CNSTT/ES como Delegadas e Delegados deverão se inscrever no dia da Conferência.

§1º. É terminantemente proibido a inscrição de trabalhadores da saúde e gestores municipais nas vagas destinadas aos usuários, assim como, de gestores municipais nas vagas destinadas aos trabalhadores da saúde.

§2º. O não preenchimento das vagas destinadas a qualquer dos segmentos não será impeditivo para realização da Conferência Municipal.

Art. 13. O Conselho Municipal de Saúde de Castelo/ES e a Secretaria Municipal de Saúde de Castelo/ES, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 1º deste regimento, deverá promover a ampla divulgação da Conferência nos canais de comunicação disponíveis como, mídia escrita, falada e eletrônica.

CAPÍTULO VI - DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 14. As despesas com a preparação e realização da 1ª Conferência Municipal da Saúde do Trabalhador e da trabalhadora, Etapa Municipal da 5ª Conferência Estadual da Saúde do Trabalhador e da trabalhadora e 5ª Conferência Nacional da Saúde do Trabalhador e da trabalhadora - CNSTT/ES, correrão à conta de dotações orçamentárias consignadas pela Secretaria Municipal de Saúde de Castelo/ES.

§1º. A Secretaria Municipal de Saúde de Castelo/ES arcará com as despesas de deslocamento do Município até o local do evento dos Delegados eleitos para as Etapas Regional e Estadual.

CAPÍTULO VII - DO ACOMPANHAMENTO DAS ETAPAS E DO MONITORAMENTO

Art. 15. Caberá ao Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Castelo/ES, bem como às demais esferas do Controle Social, acompanhar o andamento da Etapa Municipal e da Etapa Estadual da Conferência Estadual de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, assim como o monitoramento das propostas aprovadas.

CAPÍTULO VIII - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 16. Os casos não tratados neste Regimento serão resolvidos pela Comissão Organizadora "ad referendum" do Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Castelo/ES.

Castelo/ES, 07 de março de 2025.

WAGNER JOSÉ INACIO
PRESIDENTE
Conselho Municipal de Saúde de Castelo/ES
Protocolo 1511951

TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO Nº 1.20706/2023.
Referente Processo Administrativo nº 020706/2023.

CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE CASTELO/ES
ESTUDANTE: SARAH FIA AUGUSTO
INTERVENIENTE: ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO JOÃO BLEY

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO
O termo de Compromisso tem por objetivo formalizar as condições básicas para realização de ESTÁGIO DE ESTUDANTE da Instituição de Ensino junto ao MUNICÍPIO CONCEDENTE, no qual, obrigatório ou não, deve ser de interesse curricular e pedagogicamente útil, o qual constituirá comprovante da inexistência de vínculo empregatício.

CLÁUSULA SEGUNDA - NATUREZA JURÍDICA DO CONTRATO DE ESTÁGIO
Em razão do seu enquadramento legal específico, o Contrato de Estágio não tem natureza salarial, não gerando, por consequência, vínculo empregatício, firmado entre o CONCEDENTE, o aluno ESTAGIÁRIO, e a INSTITUIÇÃO DE ENSINO, sob a forma de TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA
O prazo de vigência do TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO será pelo prazo de 12 (doze) meses, a contar da publicação deste Termo na Imprensa Oficial, permitida a prorrogação, tudo conforme descrito no Processo Administrativo nº 020706/2023.

CLÁUSULA QUARTA - OBRIGAÇÕES DO CONCEDENTE
No desenvolvimento do Estágio ora compromissado, caberá à Empresa Concedente:
a) O CONCEDENTE deverá adotar alguma modalidade de controle da assiduidade do ESTAGIÁRIO, bem como, permitir o acompanhamento do estágio através de visitas inopinadas por professores credenciados.
b) Proporcionar ao ESTAGIÁRIO atividades de aprendizagem social, profissional e cultural, compatíveis com o contexto básico da profissão, ao qual seu curso se refere.
c) Proporcionar a INSTITUIÇÃO DE ENSINO, sempre que necessário, subsídios que possibilitem o acompanhamento, a supervisão e avaliação do Estágio.
d) O estágio não cria vínculo empregatício de qualquer natureza e o ESTAGIÁRIO **receberá bolsa no valor de 500,00 (quinhentos reais) mensais**, ressalvado o que dispuser a legislação previdenciária, devendo o estudante, em qualquer hipótese, estar segurado contra acidentes pessoais.
e) Caberá ao CONCEDENTE, a responsabilidade de formalizar seguro contra acidentes pessoais a favor do estagiário, de conformidade com o disposto no Art. 9ª, inciso IV da Lei nº 11.788/2010.
f) O horário no Estágio não deverá em nenhuma hipótese prejudicar a presença do aluno em sua frequência às aulas e provas do Curso no qual está matriculado.
g) O ESTAGIÁRIO(A) será supervisionado por profissional designado por ato próprio para que realize o acompanhamento.

CLÁUSULA QUINTA - DA PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
Todas as despesas decorrentes deste Termo de Compromisso de Estágio correrão na funcional programática, assim especificada:

Dotação Orçamentária	Elemento de Despesa	Ficha	Origem
012001.1812200012.176	33903600	0583	SEMMA - 15000009999 - Estágio
012001.1812200012.176	33904900	0584	SEMMA - 150000009999 - Auxílio transporte

CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO
No desenvolvimento do Estágio ora compromissado, caberá à Instituição de Ensino:
a) Proceder o acompanhamento do estágio através da Coordenação do Curso, pertencente a Instituição de Ensino.
b) Se houver solicitação expressa a INSTITUIÇÃO DE ENSINO providenciará a divulgação no "Mural de Aviso" de material fornecido pela CONCEDENTE, anunciando vagas para indicação de alunos interessados no estágio.

CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO ESTAGIÁRIO
a) O ESTAGIÁRIO se obriga a cumprir fielmente a Programação do Estágio.
b) Obriga-se o ESTAGIÁRIO a cumprir as normas internas do CONCEDENTE, e, em especial, respeitando aquelas pertinentes e à ética profissional.
c) O ESTAGIÁRIO deverá informar de imediato e por escrito o CONCEDENTE e a INSTITUIÇÃO DE ENSINO a respeito de qualquer fato que interrompa, suspenda ou cancele o estágio.

CLÁUSULA OITAVA - DIA(S) E HORÁRIO(S) DO ESTÁGIO
O estágio será realizado de segunda-feira à sexta-feira no horário, formas e endereço estabelecido pelo CONCEDENTE, respeitada a legislação relativa a matéria.

CLÁUSULA NONA - ATIVIDADES DO ESTÁGIO
O ESTAGIÁRIO, trimestralmente, deverá elaborar relatório das atividades realizadas, na forma e padrões estabelecidos, comprometendo-se a não divulgar aquilo que o Município julgar assunto reservado ou confidencial e do qual tiver conhecimento durante o estágio.

CLÁUSULA DÉCIMA - RESCISÃO
Constituem motivos para interrupção da vigência do presente Termo de Compromisso de Estágio:
a) Abandono do curso, cancelamento e/ou trancamento de matrícula;
b) O não cumprimento do convencionado neste Termo de Regularização e Compromisso de Estágio Extracurricular. c) Fica assegurado as partes a rescisão deste Termo de Compromisso, a qualquer momento, sem aviso prévio, nem indenização de qualquer espécie.
d) Estar de dependência em 03 (três) ou mais disciplinas (matérias) ou reprovamento;
e) Demais hipóteses previstas no convênio firmado entre MUNICÍPIO CONCEDENTE e a INSTITUIÇÃO DE ENSINO.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO
Fica eleito o foro de Castelo - ES para dirimir quaisquer questões decorrentes do cumprimento/descumprimento das obrigações reciprocamente assumidas no presente Termo, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha ser.

Estando de acordo com as condições acima estipuladas, firmam o presente instrumento em 05 (cinco) vias de igual teor e forma.

Castelo-ES, 14 de março de 2025.

JOÃO PAULO SILVA NALI
Prefeito Municipal de Castelo-ES
Protocolo 1512701

Contrato

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTELO
CONTRATO SEME Nº. 248/2025
PROCESSO SELETIVO - SEME - 03/2024
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTENTE DE SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO

01- CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE CASTELO, no Estado do Espírito Santo, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Nossa Senhora da Penha, nº 103, na cidade de Castelo, Estado do Espírito Santo, inscrito no CNPJ sob nº. 27.165.638/0001-39, representado neste ato pelo seu Prefeito, **Sr. JOÃO PAULO SILVA NALI**,

brasileiro, casado, agente político, inscrito no CPF 102.235.697-63, RG 1.867.520-SSP/ES, residente e domiciliado à Rua Dr. Gastão Correia de Lima, nº 213, Bairro Centro, na Cidade de Castelo, Estado do Espírito Santo, CEP: 29.360-000.

02 - CONTRATADO(A): MARIA SEBASTIANA DA ROSA BOSSER, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 099.284.067-82, CI nº 1.474.096-ES, residente e domiciliada à Rua João Sasso, nº 02, Castelo III, Município de Castelo, Estado do Espírito Santo.

03 - OBJETO: Prestação de serviço por designação temporária no Cargo de Assistente de Serviços de Educação, com carga horária semanal de 40 horas, no "CEIM ERLITA BICALHO NEMER", tudo de acordo com o Processo Seletivo, Edital Nº 03/2024 oriundo da Secretaria Municipal de Educação. Os recursos para cobertura dos encargos decorrentes do presente termo correrão à conta da dotação 007008.1236500 412.604-31900400000, Elemento Despesa FUNDEB 70% - Educação Infantil - Creche (0 a 03 anos), constante do vigente orçamento.

Pelo presente instrumento, as partes acima identificadas têm, entre si, justas e acertadas o presente Contrato de Prestação de Serviços, descritos e caracterizados no campo 03 (três), nos termos da Lei Municipal nº 4.150/2022, mediante as cláusulas e condições adiante estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O prazo de vigência do presente contrato terá início a partir de **17 de março de 2025** com **término em 23 de dezembro de 2025**, podendo ser rescindido ou prorrogado de acordo com as necessidades da SEME.
CLÁUSULA SEGUNDA: O CONTRATANTE excepcionalmente contrata o CONTRATADO para executar os serviços referidos no campo 03 (três), de acordo com as normas e o regulamento do CONTRATANTE, devendo este especificar os detalhes necessários à perfeita consecução do serviço, e a forma como ele deve ser entregue.
CLÁUSULA TERCEIRA: Salvo com a expressa autorização do CONTRATANTE, não pode o CONTRATADO transferir ou subcontratar os serviços previstos neste instrumento, sob o risco de ocorrer a rescisão imediata.
CLÁUSULA QUARTA: O CONTRATANTE fornecerá, mediante prévia requisição das Secretarias Municipais e obedecidas às normas internas de aquisição, as ferramentas e os equipamentos necessários ao desenvolvimento do objeto descrito no campo 03 (três).
CLÁUSULA QUINTA: O CONTRATADO deverá cumprir o estabelecido neste contrato com zelo profissional, utilizando-se de ferramentas/equipamento da CONTRATANTE para a realização dos serviços.
CLÁUSULA SEXTA: Os horários da jornada de trabalho serão fixados pela Secretaria Municipal de Educação, obedecido ao disposto nesta cláusula. A jornada de trabalho não excederá a 08 (oito) horas diárias de efetivo serviço. Haverá entre duas jornadas de trabalho um período mínimo de 11 (onze) horas consecutivas de descanso, e as despesas com alimentação e transporte serão por conta do CONTRATADO.
CLÁUSULA SÉTIMA: O valor mensal do presente contrato é de R$ 1.518,00 (um mil, quinhentos e dezoito reais) pagável no último dia útil do mês, subsequente ao vencido, estando sujeito a descontos e alterações previstos em lei.

§ 1- O valor dos serviços previstos nesta cláusula serão pagos de acordo com os dias efetivamente trabalhados, após a devida comprovação pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA: É assegurado as partes a rescisão do presente contrato antes do término do prazo.

CLÁUSULA NONA: Para dirimir quaisquer questões que direta ou indiretamente se originem deste contrato, as partes elegem o Foro desta Comarca de Castelo, Espírito Santo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim ajustados, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas abaixo que também o assinam.

Castelo-ES, 14 de março de 2025.

JOÃO PAULO SILVA NALI
Prefeito Municipal

MARIA SEBASTIANA DA ROSA BOSSER
Contratado(a)

TESTEMUNHAS:

_____

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTELO
CONTRATO SEME Nº. 247/2025
PROCESSO SELETIVO - SEME - 03/2024
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTENTE DE SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO

01- CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE CASTELO, no Estado do Espírito Santo, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Nossa Senhora da Penha, nº 103, na cidade de Castelo, Estado do Espírito Santo, inscrito no CNPJ sob nº. 27.165.638/0001-39, representado neste ato pelo seu Prefeito, **Sr. JOÃO PAULO SILVA NALI**, brasileiro, casado, agente político, inscrito no CPF 102.235.697-63, RG 1.867.520-SSP/ES, residente e domiciliado à Rua Dr. Gastão Correia de Lima, nº 213, Bairro Centro, na Cidade de Castelo, Estado do Espírito Santo, CEP: 29.360-000.

02 - CONTRATADO(A): APARECIDA DE FÁTIMA RODRIGUES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 094.284.837-37 e CI nº 2.129.123-ES, residente e domiciliada à Rua Guedes, s/nº, Santa Bárbara, no Município de Castelo, Estado do Espírito Santo.

03 - OBJETO: Prestação de serviço por designação temporária no Cargo de Assistente de Serviços de Educação, com carga horária semanal de 40 horas, no "CEIM PROFESSORA MARIA DE LURDES SILVA BORTOLO", tudo de acordo com o Processo Seletivo, Edital Nº 03/2024 oriundo da Secretaria Municipal de Educação. Os recursos para cobertura dos encargos decorrentes do presente termo correrão à conta da

dotação 007008.1236500412.605-31900400000, Elemento Despesa FUNDEB 70% - Educação Infantil - Pré-Escola (04 e 05 anos), constante do vigente orçamento.

Pelo presente instrumento, as partes acima identificadas têm, entre si, justas e acertadas o presente Contrato de Prestação de Serviços, descritos e caracterizados no campo 03 (três), nos termos da Lei Municipal nº 4.150/2022, mediante as cláusulas e condições adiante estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O prazo de vigência do presente contrato terá início a partir de **11 de março de 2025** com **término em 23 de dezembro de 2025**, podendo ser rescindido ou prorrogado de acordo com as necessidades da SEME.
CLÁUSULA SEGUNDA: O CONTRATANTE excepcionalmente contrata o CONTRATADO para executar os serviços referidos no campo 03 (três), de acordo com as normas e o regulamento do CONTRATANTE, devendo este especificar os detalhes necessários à perfeita consecução do serviço, e a forma como ele deve ser entregue.
CLÁUSULA TERCEIRA: Salvo com a expressa autorização do CONTRATANTE, não pode o CONTRATADO transferir ou subcontratar os serviços previstos neste instrumento, sob o risco de ocorrer a rescisão imediata.
CLÁUSULA QUARTA: O CONTRATANTE fornecerá, mediante prévia requisição das Secretarias Municipais e obedecidas às normas internas de aquisição, as ferramentas e os equipamentos necessários ao desenvolvimento do objeto descrito no campo 03 (três).
CLÁUSULA QUINTA: O CONTRATADO deverá cumprir o estabelecido neste contrato com zelo profissional, utilizando-se de ferramentas/ equipamento da CONTRATANTE para a realização dos serviços.
CLÁUSULA SEXTA: Os horários da jornada de trabalho serão fixados pela Secretaria Municipal de Educação, obedecido ao disposto nesta cláusula. A jornada de trabalho não excederá a 08 (oito) horas diárias de efetivo serviço. Haverá entre duas jornadas de trabalho um período mínimo de 11 (onze) horas consecutivas de descanso, e as despesas com alimentação e transporte serão por conta do CONTRATADO.
CLÁUSULA SÉTIMA: O valor mensal do presente contrato é de R$ 1.518,00 (um mil, quinhentos e dezoito reais) pagável no último dia útil do mês, subsequente ao vencido, estando sujeito a descontos e alterações previstos em lei.

§ 1- O valor dos serviços previstos nesta cláusula serão pagos de acordo com os dias efetivamente trabalhados, após a devida comprovação pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA: É assegurado as partes a rescisão do presente contrato antes do término do prazo.

CLÁUSULA NONA: Para dirimir quaisquer questões que direta ou indiretamente se originem deste contrato, as partes elegem o Foro desta Comarca de Castelo, Espírito Santo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim ajustados, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas abaixo que também o assinam.

Castelo-ES, 11 de março de 2025.

JOÃO PAULO SILVA NALI
Prefeito Municipal

APARECIDA DE FÁTIMA RODRIGUES
Contratado(a)

TESTEMUNHAS:

_____

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTELO
CONTRATO SEME Nº. 250/2025
PROCESSO SELETIVO - SEME - 03/2024
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTENTE DE SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO

01- CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE CASTELO, no Estado do Espírito Santo, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Nossa Senhora da Penha, nº 103, na cidade de Castelo, Estado do Espírito Santo, inscrito no CNPJ sob nº. 27.165.638/0001-39, representado neste ato pelo seu Prefeito, **Sr. JOÃO PAULO SILVA NALI**, brasileiro, casado, agente político, inscrito no CPF 102.235.697-63, RG 1.867.520-SSP/ES, residente e domiciliado à Rua Dr. Gastão Correia de Lima, nº 213, Bairro Centro, na Cidade de Castelo, Estado do Espírito Santo, CEP: 29.360-000.

02 - CONTRATADO(A): JOELMA PEREIRA BATISTA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 123.529.297-50 e CI nº 3.203.272-ES, residente e domiciliada à Rua Maria Aparecida Silva Adriano, nº 26, Garagem, no Município de Castelo, Estado do Espírito Santo.

03 - OBJETO: Prestação de serviço por designação temporária no Cargo de Assistente de Serviços de Educação, com carga horária semanal de 40 horas, no "CEIM PROFESSORA MARIA DE LURDES SILVA BORTOLO", tudo de acordo com o Processo Seletivo, Edital Nº 03/2024 oriundo da Secretaria Municipal de Educação. Os recursos para cobertura dos encargos decorrentes do presente termo correrão à conta da dotação 007008.1236500412.605-31900400000, Elemento Despesa FUNDEB 70% - Educação Infantil - Pré-Escola (04 e 05 anos), constante do vigente orçamento.

Pelo presente instrumento, as partes acima identificadas têm, entre si, justas e acertadas o presente Contrato de Prestação de Serviços, descritos e caracterizados no campo 03 (três), nos termos da Lei Municipal nº 4.150/2022, mediante as cláusulas e condições adiante estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O prazo de vigência do presente contrato terá início a partir de **11 de março de 2025** com **término em 23 de dezembro de 2025**, podendo ser rescindido ou prorrogado de acordo com as necessidades da SEME.
CLÁUSULA SEGUNDA: O CONTRATANTE excepcionalmente contrata o CONTRATADO para executar os serviços referidos no campo 03 (três),

de acordo com as normas e o regulamento do CONTRATANTE, devendo este especificar os detalhes necessários à perfeita consecução do serviço, e a forma como ele deve ser entregue.
CLÁUSULA TERCEIRA: Salvo com a expressa autorização do CONTRATANTE, não pode o CONTRATADO transferir ou subcontratar os serviços previstos neste instrumento, sob o risco de ocorrer a rescisão imediata.
CLÁUSULA QUARTA: O CONTRATANTE fornecerá, mediante prévia requisição das Secretarias Municipais e obedecidas às normas internas de aquisição, as ferramentas e os equipamentos necessários ao desenvolvimento do objeto descrito no campo 03 (três).
CLÁUSULA QUINTA: O CONTRATADO deverá cumprir o estabelecido neste contrato com zelo profissional, utilizando-se de ferramentas/ equipamento da CONTRATANTE para a realização dos serviços.
CLÁUSULA SEXTA: Os horários da jornada de trabalho serão fixados pela Secretaria Municipal de Educação, obedecido ao disposto nesta cláusula. A jornada de trabalho não excederá a 08 (oito) horas diárias de efetivo serviço. Haverá entre duas jornadas de trabalho um período mínimo de 11 (onze) horas consecutivas de descanso, e as despesas com alimentação e transporte serão por conta do CONTRATADO.
CLÁUSULA SÉTIMA: O valor mensal do presente contrato é de R$ 1.518,00 (um mil, quinhentos e dezoito reais) pagável no último dia útil do mês, subsequente ao vencido, estando sujeito a descontos e alterações previstos em lei.

§ 1- O valor dos serviços previstos nesta cláusula serão pagos de acordo com os dias efetivamente trabalhados, após a devida comprovação pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA: É assegurado as partes a rescisão do presente contrato antes do término do prazo.

CLÁUSULA NONA: Para dirimir quaisquer questões que direta ou indiretamente se originem deste contrato, as partes elegem o Foro desta Comarca de Castelo, Espírito Santo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim ajustados, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas abaixo que também o assinam.

Castelo-ES, 11 de março de 2025.

JOÃO PAULO SILVA NALI
Prefeito Municipal

JOELMA PEREIRA BATISTA
Contratado(a)

TESTEMUNHAS:

_____

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTELO
CONTRATO SEME Nº. 249/2025
PROCESSO SELETIVO - SEME - 03/2024
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTENTE DE SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO

01- CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE CASTELO, no Estado do Espírito Santo, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Nossa Senhora da Penha, nº 103, na cidade de Castelo, Estado do Espírito Santo, inscrito no CNPJ sob nº. 27.165.638/0001-39, representado neste ato pelo seu Prefeito, **Sr. JOÃO PAULO SILVA NALI**, brasileiro, casado, agente político, inscrito no CPF 102.235.697-63, RG 1.867.520-SSP/ES, residente e domiciliado à Rua Dr. Gastão Correia de Lima, nº 213, Bairro Centro, na Cidade de Castelo, Estado do Espírito Santo, CEP: 29.360-000.

02 - CONTRATADO(A): BRUNA APARECIDA SIMÕES ZANELATO ASTORI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 057.657.887-85, CI nº 3.235.209-ES, residente e domiciliada à Rua Vereador Warley Costa, nº 147, Independência, no Município de Castelo, Estado do Espírito Santo.

03 - OBJETO: Prestação de serviço por designação temporária no Cargo de Assistente de Serviços de Educação, com carga horária semanal de 40 horas, no "CEIM PROFESSORA MARIA DE LURDES SILVA BORTOLO", tudo de acordo com o Processo Seletivo, Edital Nº 03/2024 oriundo da Secretaria Municipal de Educação. Os recursos para cobertura dos encargos decorrentes do presente termo correrão à conta da dotação 007008.1236500412.604-31900400000, Elemento Despesa FUNDEB 70% - Educação Infantil - Creche (0 a 03 anos), constante do vigente orçamento.

Pelo presente instrumento, as partes acima identificadas têm, entre si, justas e acertadas o presente Contrato de Prestação de Serviços, descritos e caracterizados no campo 03 (três), nos termos da Lei Municipal nº 4.150/2022, mediante as cláusulas e condições adiante estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O prazo de vigência do presente contrato terá início a partir de **11 de março de 2025** com **término em 23 de dezembro de 2025**, podendo ser rescindido ou prorrogado de acordo com as necessidades da SEME.
CLÁUSULA SEGUNDA: O CONTRATANTE excepcionalmente contrata o CONTRATADO para executar os serviços referidos no campo 03 (três), de acordo com as normas e o regulamento do CONTRATANTE, devendo este especificar os detalhes necessários à perfeita consecução do serviço, e a forma como ele deve ser entregue.
CLÁUSULA TERCEIRA: Salvo com a expressa autorização do CONTRATANTE, não pode o CONTRATADO transferir ou subcontratar os serviços previstos neste instrumento, sob o risco de ocorrer a rescisão imediata.
CLÁUSULA QUARTA: O CONTRATANTE fornecerá, mediante prévia requisição das Secretarias Municipais e obedecidas às normas internas de aquisição, as ferramentas e os equipamentos necessários ao desenvolvimento do objeto descrito no campo 03 (três).
CLÁUSULA QUINTA: O CONTRATADO deverá cumprir o estabelecido neste contrato com

zelo profissional, utilizando-se de ferramentas/ equipamento da CONTRATANTE para a realização dos serviços.
CLÁUSULA SEXTA: Os horários da jornada de trabalho serão fixados pela Secretaria Municipal de Educação, obedecido ao disposto nesta cláusula. A jornada de trabalho não excederá a 08 (oito) horas diárias de efetivo serviço. Haverá entre duas jornadas de trabalho um período mínimo de 11 (onze) horas consecutivas de descanso, e as despesas com alimentação e transporte serão por conta do CONTRATADO.
CLÁUSULA SÉTIMA: O valor mensal do presente contrato é de R$ 1.518,00 (um mil, quinhentos e dezoito reais) pagável no último dia útil do mês, subsequente ao vencido, estando sujeito a descontos e alterações previstos em lei.

§ 1- O valor dos serviços previstos nesta cláusula serão pagos de acordo com os dias efetivamente trabalhados, após a devida comprovação pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA: É assegurado as partes a rescisão do presente contrato antes do término do prazo.

CLÁUSULA NONA: Para dirimir quaisquer questões que direta ou indiretamente se originem deste contrato, as partes elegem o Foro desta Comarca de Castelo, Espírito Santo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim ajustados, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas abaixo que também o assinam.

Castelo-ES, 11 de março de 2025.

JOÃO PAULO SILVA NALI
Prefeito Municipal

BRUNA APARECIDA SIMÕES ZANELATO ASTORI
Contratado(a)

TESTEMUNHAS:

_____

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTELO
CONTRATO SEME Nº. 251/2025
PROCESSO SELETIVO - SEME - 03/2024
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTENTE DE SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO

01- CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE CASTELO, no Estado do Espírito Santo, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Nossa Senhora da Penha, nº 103, na cidade de Castelo, Estado do Espírito Santo, inscrito no CNPJ sob nº. 27.165.638/0001-39, representado neste ato pelo seu Prefeito, **Sr. JOÃO PAULO SILVA NALI**, brasileiro, casado, agente político, inscrito no CPF 102.235.697-63, RG 1.867.520-SSP/ES, residente e domiciliado à Rua Dr. Gastão Correia de Lima, nº 213, Bairro Centro, na Cidade de Castelo, Estado do Espírito Santo, CEP: 29.360-000.

02 - CONTRATADO(A): LUCIANA AMBROSIM, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 093.405.207-77, CI nº 1.844.544-ES, residente e domiciliada à Rua Bernardino Monteiro, nº 453, Nossa Senhora Aparecida, Município de Castelo, Estado do Espírito Santo.

03 - OBJETO: Prestação de serviço por designação temporária no Cargo de Assistente de Serviços de Educação, com carga horária semanal de 40 horas, no "CEIM SEBASTIÃO DE MORAES", tudo de acordo com o Processo Seletivo, Edital Nº 03/2024 oriundo da Secretaria Municipal de Educação. Os recursos para cobertura dos encargos decorrentes do presente termo correrão à conta da dotação 007008.1236500 412.604-31900400000, Elemento Despesa FUNDEB 70% - Educação Infantil - Creche (0 a 03 anos), constante do vigente orçamento.

Pelo presente instrumento, as partes acima identificadas têm, entre si, justas e acertadas o presente Contrato de Prestação de Serviços, descritos e caracterizados no campo 03 (três), nos termos da Lei Municipal nº 4.150/2022, mediante as cláusulas e condições adiante estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O prazo de vigência do presente contrato terá início a partir de **11 de março de 2025** com **término em 23 de dezembro de 2025**, podendo ser rescindido ou prorrogado de acordo com as necessidades da SEME.
CLÁUSULA SEGUNDA: O CONTRATANTE excepcionalmente contrata o CONTRATADO para executar os serviços referidos no campo 03 (três), de acordo com as normas e o regulamento do CONTRATANTE, devendo este especificar os detalhes necessários à perfeita consecução do serviço, e a forma como ele deve ser entregue.
CLÁUSULA TERCEIRA: Salvo com a expressa autorização do CONTRATANTE, não pode o CONTRATADO transferir ou subcontratar os serviços previstos neste instrumento, sob o risco de ocorrer a rescisão imediata.
CLÁUSULA QUARTA: O CONTRATANTE fornecerá, mediante prévia requisição das Secretarias Municipais e obedecidas às normas internas de aquisição, as ferramentas e os equipamentos necessários ao desenvolvimento do objeto descrito no campo 03 (três).
CLÁUSULA QUINTA: O CONTRATADO deverá cumprir o estabelecido neste contrato com zelo profissional, utilizando-se de ferramentas/ equipamento da CONTRATANTE para a realização dos serviços.
CLÁUSULA SEXTA: Os horários da jornada de trabalho serão fixados pela Secretaria Municipal de Educação, obedecido ao disposto nesta cláusula. A jornada de trabalho não excederá a 08 (oito) horas diárias de efetivo serviço. Haverá entre duas jornadas de trabalho um período mínimo de 11 (onze) horas consecutivas de descanso, e as despesas com alimentação e transporte serão por conta do CONTRATADO.
CLÁUSULA SÉTIMA: O valor mensal do presente contrato é de R$ 1.518,00 (um mil, quinhentos e dezoito reais) pagável no último dia útil do mês, subsequente ao vencido, estando sujeito a descontos e alterações previstos em lei.

§ 1- O valor dos serviços previstos nesta cláusula serão pagos de acordo com os dias efetivamente trabalhados, após a devida comprovação pela

Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA: É assegurado as partes a rescisão do presente contrato antes do término do prazo.

CLÁUSULA NONA: Para dirimir quaisquer questões que direta ou indiretamente se originem deste contrato, as partes elegem o Foro desta Comarca de Castelo, Espírito Santo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim ajustados, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas abaixo que também o assinam.

Castelo-ES, 11 de março de 2025.

JOÃO PAULO SILVA NALI
Prefeito Municipal

LUCIANA AMBROSIM
Contratado(a)

TESTEMUNHAS:

_____

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTELO
CONTRATO SEME Nº. 252/2025
PROCESSO SELETIVO - SEME - 03/2024
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTENTE DE SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO

01- CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE CASTELO, no Estado do Espírito Santo, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Nossa Senhora da Penha, nº 103, na cidade de Castelo, Estado do Espírito Santo, inscrito no CNPJ sob nº. 27.165.638/0001-39, representado neste ato pelo seu Prefeito, **Sr. JOÃO PAULO SILVA NALI**, brasileiro, casado, agente político, inscrito no CPF 102.235.697-63, RG 1.867.520-SSP/ES, residente e domiciliado à Rua Dr. Gastão Correia de Lima, nº 213, Bairro Centro, na Cidade de Castelo, Estado do Espírito Santo, CEP: 29.360-000.

02 - CONTRATADO(A): MARIA DE LOURDES NOGUEIRA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 108.793.127-42 e CI nº 4.023.242, residente e domiciliada à Rua Carlos Henrique Frauches, nº 50, Independência, no Município de Castelo, Estado do Espírito Santo.

03 - OBJETO: Prestação de serviço por designação temporária no Cargo de Assistente de Serviços de Educação, com carga horária semanal de 40 horas, na EMEIEF MADALENA PISA, executando atividades de Cuidador de Alunos Público-Alvo da Educação Especial, tudo de acordo com o Processo Seletivo, Edital Nº 03/2024 oriundo da Secretaria Municipal de Educação. Os recursos para cobertura dos encargos decorrentes do presente termo correrão à conta da dotação 007008.1236100442.603 - 31900400000, Elemento Despesa - Profissionais da Educação Básica - FUNDEB 70% - Ensino Fundamental, constante do vigente orçamento.

Pelo presente instrumento, as partes acima identificadas têm, entre si, justas e acertadas o presente Contrato de Prestação de Serviços, descritos e caracterizados no campo 03 (três), nos termos da Lei Municipal nº 4.150/2022, mediante as cláusulas e condições adiante estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O prazo de vigência do presente contrato terá início a partir de **11 de março de 2025** com **término em 23 de dezembro de 2025**, podendo ser rescindido ou prorrogado de acordo com as necessidades da SEME.
CLÁUSULA SEGUNDA: O CONTRATANTE excepcionalmente contrata o CONTRATADO para executar os serviços referidos no campo 03 (três), de acordo com as normas e o regulamento do CONTRATANTE, devendo este especificar os detalhes necessários à perfeita consecução do serviço, e a forma como ele deve ser entregue.
CLÁUSULA TERCEIRA: Salvo com a expressa autorização do CONTRATANTE, não pode o CONTRATADO transferir ou subcontratar os serviços previstos neste instrumento, sob o risco de ocorrer a rescisão imediata.
CLÁUSULA QUARTA: O CONTRATANTE fornecerá, mediante prévia requisição das Secretarias Municipais e obedecidas às normas internas de aquisição, as ferramentas e os equipamentos necessários ao desenvolvimento do objeto descrito no campo 03 (três).
CLÁUSULA QUINTA: O CONTRATADO deverá cumprir o estabelecido neste contrato com zelo profissional, utilizando-se de ferramentas/ equipamento da CONTRATANTE para a realização dos serviços.
CLÁUSULA SEXTA: Os horários da jornada de trabalho serão fixados pela Secretaria Municipal de Educação, obedecido ao disposto nesta cláusula. A jornada de trabalho não excederá a 08 (oito) horas diárias de efetivo serviço. Haverá entre duas jornadas de trabalho um período mínimo de 11 (onze) horas consecutivas de descanso, e as despesas com alimentação e transporte serão por conta do CONTRATADO.
CLÁUSULA SÉTIMA: O valor mensal do presente contrato é de R$ 1.518,00 (um mil, quinhentos e dezoito reais) pagável no último dia útil do mês, subsequente ao vencido, estando sujeito a descontos e alterações previstos em lei.

§ 1- O valor dos serviços previstos nesta cláusula serão pagos de acordo com os dias efetivamente trabalhados, após a devida comprovação pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA: É assegurado as partes a rescisão do presente contrato antes do término do prazo.

CLÁUSULA NONA: Para dirimir quaisquer questões que direta ou indiretamente se originem deste contrato, as partes elegem o Foro desta Comarca de Castelo, Espírito Santo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim ajustados, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas abaixo que também o assinam.

Castelo-ES, 11 de março de 2025.

JOÃO PAULO SILVA NALI
Prefeito Municipal

MARIA DE LOURDES NOGUEIRA
Contratado(a)

TESTEMUNHAS:

_____

_____

CONTRATO SEME Nº 259/2025
Prestação de Serviços por Designação Temporária - DT

01. CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE CASTELO, no Estado do Espírito Santo, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Nossa Senhora da Penha, nº 103, na cidade de Castelo, Estado do Espírito Santo, inscrito no CNPJ sob nº. 27.165.638/0001-39, representado neste ato pelo seu Prefeito, **Sr. JOÃO PAULO SILVA NALI**, brasileiro, casado, agente político, inscrito no CPF 102.235.697-63, RG 1.867.520-SSP/ES, residente e domiciliado à Rua Dr. Gastão Correia de Lima, nº 213, Bairro Centro, na Cidade de Castelo, Estado do Espírito Santo, CEP: 29.360-000.

02. CONTRATADO(A): KARINA GOMES DE SOUZA ARÊAS, brasileira, casada, professora, inscrita no CPF sob o nº 134.443.817-27, CI 3.050.659-ES, residente e domiciliada à Comunidade de Benfica, s/n, Zona Rural, no Município de Castelo, Estado do Espírito Santo.

03. OBJETO: Prestação de serviços, por designação temporária, como PROFESSOR "M" - nível V, ministrando 10 horas/aula semanais - EMEIEF ANTONIO SASSO - Dotação Orçamentária - 007008.1236100442.603 - 31900400000, Elemento Despesa - Profissionais da Educação Básica - FUNDEB 70% - Ensino Fundamental para a Secretaria Municipal de Educação, Município de Castelo, Estado do Espírito Santo, atuando em aulas vagas, no turno vespertino - ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL. As despesas com alimentação e transportes serão por conta do CONTRATADO.

Pelo presente instrumento um lado o Município enunciado e qualificado no campo 01 (um), de ora em diante chamado simplesmente CONTRATANTE e de outro lado o professor enunciado e qualificado no campo 02 (dois) chamado simplesmente CONTRATADO, têm entre si ajustado a prestação dos serviços descritos e caracterizados no campo 03 (três), nos termos da Lei Municipal nº 4.150/2022, mediante as cláusulas e condições adiante estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O CONTRATANTE excepcionalmente contrata os serviços especializados do CONTRATADO para ministrar aulas aos alunos, pertencentes a rede escolar da Secretaria Municipal de Educação, como referido no campo 03 (três), conforme Processo Seletivo SEME nº 04/2023.

CLÁUSULA SEGUNDA: O valor dos serviços serão pagos de acordo com os dias efetivamente trabalhados e proporcional à carga horária semanal, após a devida comprovação pela Secretaria Municipal de Educação, cujo valor mensal base é de R$ 2.446,31 (dois mil, quatrocentos e quarenta e seis reais e trinta e um centavos) pagável até o 10º dia útil, subsequente ao vencido, estando sujeito a descontos e alterações previstos em lei.

CLÁUSULA TERCEIRA: O prazo de vigência do presente instrumento com início dia 06 de março de 2025 e com término em 13 de março de 2025 (08 dias), podendo ser rescindido ou prorrogado de acordo com as necessidades da SEME.

CLÁUSULA QUARTA: O CONTRATADO deverá cumprir o estabelecido neste contrato com zelo profissional e conhecimento técnico, utilizando-se de ferramental próprio para a realização dos serviços, inclusive veículo próprio para os deslocamentos que se fizerem necessários.

CLÁUSULA QUINTA: O CONTRATADO realizará as suas tarefas de maneira autônoma e sem qualquer vínculo empregatício com o Município, de maneira que o único relacionamento mantido com o CONTRATADO é o decorrente das cláusulas e condições deste termo, não assumindo o CONTRATANTE nenhum outro compromisso ou obrigação, por qualquer denominação que tenha, além do que aqui está expresso e manifestamente consignado.

CLÁUSULA SEXTA: O presente contrato poderá ser rescindido antes do prazo pactuado na cláusula terceira, desde que o CONTRATADO se mostre inabilitado para a prática dos serviços contratados ou infrinja qualquer das cláusulas ora estabelecidas.

CLÁUSULA SÉTIMA: Para dirimir quaisquer questões que direta ou indiretamente se originem deste contrato, as partes elegem o Foro desta Comarca de Castelo, Espírito Santo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim ajustados, firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas abaixo que também o assinam.

CASTELO-ES, 06 de março de 2025.

JOÃO PAULO SILVA NALI
Prefeito Municipal

KARINA GOMES DE SOUZA ARÊAS
Professor Contratado

Testemunhas:

_____

_____

RETIFICAÇÃO DO CONTRATO SEME Nº 193/2025
Prestação de Serviços por Designação Temporária - DT

01. CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE CASTELO, no Estado do Espírito Santo, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Nossa Senhora da Penha, nº 103, na cidade de Castelo, Estado do Espírito Santo, inscrito no CNPJ sob

nº. 27.165.638/0001-39, representado neste ato pelo seu Prefeito, **Sr. JOÃO PAULO SILVA NALI**, brasileiro, casado, agente político, inscrito no CPF 102.235.697-63, RG 1.867.520-SSP/ES, residente e domiciliado à Rua Dr. Gastão Correia de Lima, nº 213, Bairro Centro, na Cidade de Castelo, Estado do Espírito Santo, CEP: 29.360-000.

02. CONTRATADO(A): KARINA GOMES DE SOUZA ARÊAS, brasileira, casada, professora, inscrita no CPF sob o nº 134.443.817-27, CI 3.050.659-ES, residente e domiciliada à Comunidade de Benfica, s/n, Zona Rural, no Município de Castelo, Estado do Espírito Santo.

03. OBJETO: Prestação de serviços, por designação temporária, como PROFESSOR "M" - nível V, ministrando 35 horas/aula semanais - EMEIEF ANTONIO SASSO - Dotação Orçamentária - 007008.1236100442.603 - 31900400000, Elemento Despesa - Profissionais da Educação Básica - FUNDEB 70% - Ensino Fundamental para a Secretaria Municipal de Educação, Município de Castelo, Estado do Espírito Santo, atuando em aulas vagas, no turno vespertino - ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL. As despesas com alimentação e transportes serão por conta do CONTRATADO.

Pelo presente instrumento um lado o Município enunciado e qualificado no campo 01 (um), de ora em diante chamado simplesmente CONTRATANTE e de outro lado o professor enunciado e qualificado no campo 02 (dois) chamado simplesmente CONTRATADO, têm entre si ajustado a prestação dos serviços descritos e caracterizados no campo 03 (três), nos termos da Lei Municipal nº 4.150/2022, mediante as cláusulas e condições adiante estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O CONTRATANTE excepcionalmente contrata os serviços especializados do CONTRATADO para ministrar aulas aos alunos, pertencentes a rede escolar da Secretaria Municipal de Educação, como referido no campo 03 (três), conforme Processo Seletivo SEME nº 04/2023.

CLÁUSULA SEGUNDA: O valor dos serviços serão pagos de acordo com os dias efetivamente trabalhados e proporcional à carga horária semanal, após a devida comprovação pela Secretaria Municipal de Educação, cujo valor mensal base é de R$ 2.446,31 (dois mil, quatrocentos e quarenta e seis reais e trinta e um centavos) pagável até o 10º dia útil, subsequente ao vencido, estando sujeito a descontos e alterações previstos em lei.

CLÁUSULA TERCEIRA: O prazo de vigência do presente instrumento terá início a partir de 14 de março de 2025 com término em 23 de dezembro de 2025, podendo ser rescindido ou prorrogado de acordo com as necessidades da SEME.

CLÁUSULA QUARTA: O CONTRATADO deverá cumprir o estabelecido neste contrato com zelo profissional e conhecimento técnico, utilizando-se de ferramental próprio para a realização dos serviços, inclusive veículo próprio para os deslocamentos que se fizerem necessários.

CLÁUSULA QUINTA: O CONTRATADO realizará as suas tarefas de maneira autônoma e sem qualquer vínculo empregatício com o Município, de maneira que o único relacionamento mantido com o CONTRATADO é o decorrente das cláusulas e condições deste termo, não assumindo o CONTRATANTE nenhum outro compromisso ou obrigação, por qualquer denominação que tenha, além do que aqui está expresso e manifestamente consignado.

CLÁUSULA SEXTA: O presente contrato poderá ser rescindido antes do prazo pactuado na cláusula terceira, desde que o CONTRATADO se mostre inabilitado para a prática dos serviços contratados ou infrinja qualquer das cláusulas ora estabelecidas.

CLÁUSULA SÉTIMA: Para dirimir quaisquer questões que direta ou indiretamente se originem deste contrato, as partes elegem o Foro desta Comarca de Castelo, Espírito Santo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim ajustados, firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas abaixo que também o assinam.

CASTELO-ES, 06 de março de 2025.

JOÃO PAULO SILVA NALI
Prefeito Municipal

KARINA GOMES DE SOUZA ARÊAS
Professor Contratado

Testemunhas:

_____

_____

CONTRATO SEME Nº 246/2025
Prestação de Serviços por Designação Temporária - DT

01. CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE CASTELO, no Estado do Espírito Santo, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Nossa Senhora da Penha, nº 103, na cidade de Castelo, Estado do Espírito Santo, inscrito no CNPJ sob nº. 27.165.638/0001-39, representado neste ato pelo seu Prefeito, **Sr. JOÃO PAULO SILVA NALI**, brasileiro, casado, agente político, inscrito no CPF 102.235.697-63, RG 1.867.520-SSP/ES, residente e domiciliado à Rua Dr. Gastão Correia de Lima, nº 213, Bairro Centro, na Cidade de Castelo, Estado do Espírito Santo, CEP: 29.360-000.

02. CONTRATADO(A): DORAÍNES PINÃO FEJOLI, brasileira, casada, professora, inscrita no CPF sob o nº 027.695.787-31, CI 1.169.081-ES, residente e domiciliada à Rua Adalton Santos, nº 551, Niterói, no Município de Castelo, Estado do Espírito Santo.

03. OBJETO: Prestação de serviços, por designação temporária, como PROFESSOR "M" - Especialização ENSINO RELIGIOSO (atuando na disciplina de Ensino Religioso) - ministrando 01 horas/aula semanais - EMEF NESTOR GOMES - Dotação Orçamentária - 007008.1236100442.603 - 31900400000, Elemento Despesa - Profissionais da Educação Básica - FUNDEB 70% - Ensino Fundamental para a Secretaria

Municipal de Educação, Município de Castelo, Estado do Espírito Santo, atuando em cargo vago, nos turnos matutino/vespertino. As despesas com alimentação e transportes serão por conta do CONTRATADO.

Pelo presente instrumento um lado o Município enunciado e qualificado no campo 01 (um), de ora em diante chamado simplesmente CONTRATANTE e de outro lado o professor enunciado e qualificado no campo 02 (dois) chamado simplesmente CONTRATADO, têm entre si ajustado a prestação dos serviços descritos e caracterizados no campo 03 (três), nos termos da Lei Municipal nº 4.150/2022, mediante as cláusulas e condições adiante estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O CONTRATANTE excepcionalmente contrata os serviços especializados do CONTRATADO para ministrar aulas aos alunos, pertencentes a rede escolar da Secretaria Municipal de Educação, como referido no campo 03 (três), conforme Processo Seletivo SEME nº 04/2023.

CLÁUSULA SEGUNDA: O valor dos serviços serão pagos de acordo com os dias efetivamente trabalhados e proporcional à carga horária semanal, após a devida comprovação pela Secretaria Municipal de Educação, cujo valor mensal base é de R$ 2.446,31 (dois mil, quatrocentos e quarenta e seis reais e trinta e um centavos) pagável até o 10º dia útil, subsequente ao vencido, estando sujeito a descontos e alterações previstos em lei.

CLÁUSULA TERCEIRA: O prazo de vigência do presente instrumento terá início a partir de 13 de março de 2025 com término em 23 de dezembro de 2025, podendo ser rescindido ou prorrogado de acordo com as necessidades da SEME.
CLÁUSULA QUARTA: O CONTRATADO deverá cumprir o estabelecido neste contrato com zelo profissional e conhecimento técnico, utilizando-se de ferramental próprio para a realização dos serviços, inclusive veículo próprio para os deslocamentos que se fizerem necessários.

CLÁUSULA QUINTA: O CONTRATADO realizará as suas tarefas de maneira autônoma e sem qualquer vínculo empregatício com o Município, de maneira que o único relacionamento mantido com o CONTRATADO é o decorrente das cláusulas e condições deste termo, não assumindo o CONTRATANTE nenhum outro compromisso ou obrigação, por qualquer denominação que tenha, além do que aqui está expresso e manifestamente consignado.

CLÁUSULA SEXTA: O presente contrato poderá ser rescindido antes do prazo pactuado na cláusula terceira, desde que o CONTRATADO se mostre inabilitado para a prática dos serviços contratados ou infrinja qualquer das cláusulas ora estabelecidas.

CLÁUSULA SÉTIMA: Para dirimir quaisquer questões que direta ou indiretamente se originem deste contrato, as partes elegem o Foro desta Comarca de Castelo, Espírito Santo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim ajustados, firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas abaixo que também o assinam.

CASTELO-ES, 13 de março de 2025.

JOÃO PAULO SILVA NALI
Prefeito Municipal

DORAÍNES PINÃO FEJOLI
Professor Contratado

Testemunhas:

_____

_____

CONTRATO SEME Nº 257/2025
Prestação de Serviços por Designação Temporária - DT

01. CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE CASTELO, no Estado do Espírito Santo, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Nossa Senhora da Penha, nº 103, na cidade de Castelo, Estado do Espírito Santo, inscrito no CNPJ sob nº. 27.165.638/0001-39, representado neste ato pelo seu Prefeito, **Sr. JOÃO PAULO SILVA NALI**, brasileiro, casado, agente político, inscrito no CPF 102.235.697-63, RG 1.867.520-SSP/ES, residente e domiciliado à Rua Dr. Gastão Correia de Lima, nº 213, Bairro Centro, na Cidade de Castelo, Estado do Espírito Santo, CEP: 29.360-000.

02. CONTRATADO(A): ELAINE BRUNELLI FACINI, brasileira, casada, professora, inscrita no CPF sob o nº 124.122.657-12, CI 3.888.933-ES, residente e domiciliada à Rua Luiz Borges Vilaschi, nº 426, Volta Redonda, no Município de Castelo, Estado do Espírito Santo.

03. OBJETO: Prestação de serviços, por designação temporária, como PROFESSOR "M" - nível V, ministrando 10 horas/aula semanais - EMEIEF REINALDO FIM - Dotação Orçamentária - 007008.1236100442.603 - 31900400000, Elemento Despesa - Profissionais da Educação Básica - FUNDEB 70% - Ensino Fundamental para a Secretaria Municipal de Educação, Município de Castelo, Estado do Espírito Santo, atuando em aulas vagas, no turno vespertino - ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL. As despesas com alimentação e transportes serão por conta do CONTRATADO.

Pelo presente instrumento um lado o Município enunciado e qualificado no campo 01 (um), de ora em diante chamado simplesmente CONTRATANTE e de outro lado o professor enunciado e qualificado no campo 02 (dois) chamado simplesmente CONTRATADO, têm entre si ajustado a prestação dos serviços descritos e caracterizados no campo 03 (três), nos termos da Lei Municipal nº 4.150/2022, mediante as cláusulas e condições adiante estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O CONTRATANTE excepcionalmente contrata os serviços especializados do CONTRATADO para ministrar aulas aos alunos, pertencentes a rede escolar da Secretaria Municipal de Educação, como referido no campo 03 (três), conforme Processo Seletivo SEME nº 04/2023.

CLÁUSULA SEGUNDA: O valor dos serviços serão pagos de acordo com os dias efetivamente trabalhados

e proporcional à carga horária semanal, após a devida comprovação pela Secretaria Municipal de Educação, cujo valor mensal base é de R$ 2.446,31 (dois mil, quatrocentos e quarenta e seis reais e trinta e um centavos) pagável até o 10º dia útil, subsequente ao vencido, estando sujeito a descontos e alterações previstos em lei.

CLÁUSULA TERCEIRA: O prazo de vigência do presente instrumento terá início a partir de 17 de março de 2025 com término em 23 de dezembro de 2025, podendo ser rescindido ou prorrogado de acordo com as necessidades da SEME.

CLÁUSULA QUARTA: O CONTRATADO deverá cumprir o estabelecido neste contrato com zelo profissional e conhecimento técnico, utilizando-se de ferramental próprio para a realização dos serviços, inclusive veículo próprio para os deslocamentos que se fizerem necessários.

CLÁUSULA QUINTA: O CONTRATADO realizará as suas tarefas de maneira autônoma e sem qualquer vínculo empregatício com o Município, de maneira que o único relacionamento mantido com o CONTRATADO é o decorrente das cláusulas e condições deste termo, não assumindo o CONTRATANTE nenhum outro compromisso ou obrigação, por qualquer denominação que tenha, além do que aqui está expresso e manifestamente consignado.

CLÁUSULA SEXTA: O presente contrato poderá ser rescindido antes do prazo pactuado na cláusula terceira, desde que o CONTRATADO se mostre inabilitado para a prática dos serviços contratados ou infrinja qualquer das cláusulas ora estabelecidas.

CLÁUSULA SÉTIMA: Para dirimir quaisquer questões que direta ou indiretamente se originem deste contrato, as partes elegem o Foro desta Comarca de Castelo, Espírito Santo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim ajustados, firmam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas abaixo que também o assinam.

CASTELO-ES, 17 de março de 2025.

JOÃO PAULO SILVA NALI
Prefeito Municipal

ELAINE BRUNELLI FACINI
Professor Contratado

Testemunhas:

_____
_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTELO
CONTRATO SEME Nº. 254/2025
PROCESSO SELETIVO - SEME - 03/2024
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTENTE DE SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO

01- CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE CASTELO, no Estado do Espírito Santo, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Nossa Senhora da Penha, nº 103, na cidade de Castelo, Estado do Espírito Santo, inscrito no CNPJ sob nº. 27.165.638/0001-39, representado neste ato pelo seu Prefeito, **Sr. JOÃO PAULO SILVA NALI**, brasileiro, casado, agente político, inscrito no CPF 102.235.697-63, RG 1.867.520-SSP/ES, residente e domiciliado à Rua Dr. Gastão Correia de Lima, nº 213, Bairro Centro, na Cidade de Castelo, Estado do Espírito Santo, CEP: 29.360-000.

02 - CONTRATADO(A): SAMILA SILVA RODRIGUES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 173.045.447-08, CI nº 4.020.901-ES, residente e domiciliada à Rua Pedro Magnago, nº 480, Aracuí, Município de Castelo, Estado do Espírito Santo.

03 - OBJETO: Prestação de serviço por designação temporária no Cargo de Assistente de Serviços de Educação, com carga horária semanal de 40 horas, no "CEIM PROFESSORA MARIA DE LURDES SILVA BORTOLO", tudo de acordo com o Processo Seletivo, Edital Nº 03/2024 oriundo da Secretaria Municipal de Educação. Os recursos para cobertura dos encargos decorrentes do presente termo correrão à conta da dotação 007008.1236500412.605-31900400000, Elemento Despesa FUNDEB 70% - Educação Infantil - Pré-Escola (04 e 05 anos), constante do vigente orçamento.

Pelo presente instrumento, as partes acima identificadas têm, entre si, justas e acertadas o presente Contrato de Prestação de Serviços, descritos e caracterizados no campo 03 (três), nos termos da Lei Municipal nº 4.150/2022, mediante as cláusulas e condições adiante estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O prazo de vigência do presente contrato terá início a partir de **11 de março de 2025** com **término em 23 de dezembro de 2025**, podendo ser rescindido ou prorrogado de acordo com as necessidades da SEME.
CLÁUSULA SEGUNDA: O CONTRATANTE excepcionalmente contrata o CONTRATADO para executar os serviços referidos no campo 03 (três), de acordo com as normas e o regulamento do CONTRATANTE, devendo este especificar os detalhes necessários à perfeita consecução do serviço, e a forma como ele deve ser entregue.
CLÁUSULA TERCEIRA: Salvo com a expressa autorização do CONTRATANTE, não pode o CONTRATADO transferir ou subcontratar os serviços previstos neste instrumento, sob o risco de ocorrer a rescisão imediata.
CLÁUSULA QUARTA: O CONTRATANTE fornecerá, mediante prévia requisição das Secretarias Municipais e obedecidas às normas internas de aquisição, as ferramentas e os equipamentos necessários ao desenvolvimento do objeto descrito no campo 03 (três).
CLÁUSULA QUINTA: O CONTRATADO deverá cumprir o estabelecido neste contrato com zelo profissional, utilizando-se de ferramentas/ equipamento da CONTRATANTE para a realização dos serviços.
CLÁUSULA SEXTA: Os horários da jornada de trabalho serão fixados pela Secretaria Municipal de Educação, obedecido ao disposto nesta cláusula. A jornada de trabalho não excederá a 08 (oito) horas diárias de efetivo serviço. Haverá entre duas jornadas de trabalho um período mínimo de 11 (onze) horas consecutivas de descanso, e as

despesas com alimentação e transporte serão por conta do CONTRATADO.
CLÁUSULA SÉTIMA: O valor mensal do presente contrato é de R$ 1.518,00 (um mil, quinhentos e dezoito reais) pagável no último dia útil do mês, subsequente ao vencido, estando sujeito a descontos e alterações previstos em lei.

§ 1- O valor dos serviços previstos nesta cláusula serão pagos de acordo com os dias efetivamente trabalhados, após a devida comprovação pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA: É assegurado as partes a rescisão do presente contrato antes do término do prazo.

CLÁUSULA NONA: Para dirimir quaisquer questões que direta ou indiretamente se originem deste contrato, as partes elegem o Foro desta Comarca de Castelo, Espírito Santo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim ajustados, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas abaixo que também o assinam.

Castelo-ES, 11 de março de 2025.

JOÃO PAULO SILVA NALI
Prefeito Municipal

SAMILA SILVA RODRIGUES
Contratado(a)

TESTEMUNHAS:

_____

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTELO
CONTRATO SEME Nº. 255/2025
PROCESSO SELETIVO - SEME - 03/2024
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTENTE DE SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO

01- CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE CASTELO, no Estado do Espírito Santo, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Nossa Senhora da Penha, nº 103, na cidade de Castelo, Estado do Espírito Santo, inscrito no CNPJ sob nº. 27.165.638/0001-39, representado neste ato pelo seu Prefeito, **Sr. JOÃO PAULO SILVA NALI**, brasileiro, casado, agente político, inscrito no CPF 102.235.697-63, RG 1.867.520-SSP/ES, residente e domiciliado à Rua Dr. Gastão Correia de Lima, nº 213, Bairro Centro, na Cidade de Castelo, Estado do Espírito Santo, CEP: 29.360-000.

02 - CONTRATADO(A): CLÁUDIA SILVA CARVALHO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 157.490.977-06, CI nº 3.538.278-ES, residente e domiciliada à Rua Moura, nº 294, Centro, Município de Castelo, Estado do Espírito Santo.

03 - OBJETO: Prestação de serviço por designação temporária no Cargo de Assistente de Serviços de Educação, com carga horária semanal de 40 horas, no "CEIM SEBASTIÃO DE MORAES", tudo de acordo com o Processo Seletivo, Edital Nº 03/2024 oriundo da Secretaria Municipal de Educação. Os recursos para cobertura dos encargos decorrentes do presente termo correrão à conta da dotação 007008.1236500 412.604-31900400000, Elemento Despesa FUNDEB 70% - Educação Infantil - Creche (0 a 03 anos), constante do vigente orçamento.

Pelo presente instrumento, as partes acima identificadas têm, entre si, justas e acertadas o presente Contrato de Prestação de Serviços, descritos e caracterizados no campo 03 (três), nos termos da Lei Municipal nº 4.150/2022, mediante as cláusulas e condições adiante estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O prazo de vigência do presente contrato terá início a partir de **11 de março de 2025** com **término em 23 de dezembro de 2025**, podendo ser rescindido ou prorrogado de acordo com as necessidades da SEME.
CLÁUSULA SEGUNDA: O CONTRATANTE excepcionalmente contrata o CONTRATADO para executar os serviços referidos no campo 03 (três), de acordo com as normas e o regulamento do CONTRATANTE, devendo este especificar os detalhes necessários à perfeita consecução do serviço, e a forma como ele deve ser entregue.
CLÁUSULA TERCEIRA: Salvo com a expressa autorização do CONTRATANTE, não pode o CONTRATADO transferir ou subcontratar os serviços previstos neste instrumento, sob o risco de ocorrer a rescisão imediata.
CLÁUSULA QUARTA: O CONTRATANTE fornecerá, mediante prévia requisição das Secretarias Municipais e obedecidas às normas internas de aquisição, as ferramentas e os equipamentos necessários ao desenvolvimento do objeto descrito no campo 03 (três).
CLÁUSULA QUINTA: O CONTRATADO deverá cumprir o estabelecido neste contrato com zelo profissional, utilizando-se de ferramentas/ equipamento da CONTRATANTE para a realização dos serviços.
CLÁUSULA SEXTA: Os horários da jornada de trabalho serão fixados pela Secretaria Municipal de Educação, obedecido ao disposto nesta cláusula. A jornada de trabalho não excederá a 08 (oito) horas diárias de efetivo serviço. Haverá entre duas jornadas de trabalho um período mínimo de 11 (onze) horas consecutivas de descanso, e as despesas com alimentação e transporte serão por conta do CONTRATADO.
CLÁUSULA SÉTIMA: O valor mensal do presente contrato é de R$ 1.518,00 (um mil, quinhentos e dezoito reais) pagável no último dia útil do mês, subsequente ao vencido, estando sujeito a descontos e alterações previstos em lei.

§ 1- O valor dos serviços previstos nesta cláusula serão pagos de acordo com os dias efetivamente trabalhados, após a devida comprovação pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA: É assegurado as partes a rescisão do presente contrato antes do término do prazo.

CLÁUSULA NONA: Para dirimir quaisquer questões que direta ou indiretamente se originem deste contrato, as partes elegem o Foro desta Comarca de Castelo, Espírito Santo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim ajustados, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas abaixo que também o assinam.

Castelo-ES, 11 de março de 2025.

JOÃO PAULO SILVA NALI
Prefeito Municipal

CLÁUDIA SILVA CARVALHO
Contratado(a)

TESTEMUNHAS:
_____

_____

Protocolo 1512201

CONTRATO No 1.02029/2025.
Processo Administrativo nº 002029/2025.
Referente ao Pregão Eletrônico No 48/2024 - SRP (Processo Administrativo n° 019229/2023).
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CASTELO/ES
CONTRATADO: SILVANA APARECIDA CAMPANHA VENTURIN
OBJETO: O objeto do presente instrumento é a contratação de AQUISIÇÃO DE REFIL PARA CARIMBO, ENCADERNAÇÃO E IMPRESSÃO COLORIDA, VISANDO ATENDER A DEMANDA NECESSÁRIA DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da sua publicação, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.
PREÇO: O valor total da contratação é de **R$16.950,10 (dezesseis mil novecentos e cinquenta reais e dez centavos).**
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Dotação Orçamentária	Elemento de Despesa	Ficha	Origem
0070051236100402.074	33903000000	0305	SEME - 255000000000 - Transferência do salário educação.

Castelo-ES, 10 de março de 2025.

JOÃO PAULO SILVA NALI
Prefeito Municipal de Castelo-ES

Protocolo 1512795

CONTRATO Nº 2.01252/2023.
Processo Administrativo nº 001252/2023.
Tomada de Preço nº: 003/2023.
CONTRATANTE: Município de Castelo/ES
CONTRATADO: CONSTRUTORA J.V. LTDA - ME
OBJETO: O objeto do presente instrumento é a **prestação de serviços de adequação e melhorias no Centro de Esportes e Eventos Cícero Correa de Lima Filho (Castelão)**, do Município de Castelo/ES, que será prestado nas condições estabelecidas no Projeto Básico e demais documentos técnicos que se encontram anexos ao Instrumento Convocatório do certame que deu origem a este instrumento contratual.
VIGÊNCIA: O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da publicação do contrato, podendo ser prorrogado desde que em acordo com a Lei Geral de Licitações.
PREÇO: O valor total da contratação é de **R$417.255,92 (quatrocentos e dezessete mil duzentos e cinquenta e cinco reais e noventa e dois centavos).**
PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Todas as despesas decorrentes deste Contrato correrão na funcional programática, assim especificada:

Dotações Orçamentárias	Elemento de Despesa	Ficha	Fonte de Recurso
0200132781200251.166	44905100000	0748	SEMLEJ - 270400000000 - Transferências da União Referentes a Compensações financeiras

Castelo-ES, 14 de março de 2025.

JOÃO PAULO SILVA NALI
Prefeito Municipal de Castelo-ES

Protocolo 1512879

Errata

ERRATA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO Nº 1.02962/2025.

Na publicação do dia 07/03/2025, referente ao Contrato no 1.02962/2025, firmado entre o **MUNICÍPIO DE CASTELO** E **A SRª. LAIS DE SOUZA BENTO.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE CASTELO-ES VEM, POR MEIO DESTA ERRATA, RETIFICAR O CONTRATO Nº 1.02962/2025, EM SUA CLÁUSULA ABAIXO DESCRITA:

ONDE SE LÊ:
[...]
CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR
2.1 - O valor mensal do presente contrato é de R$1.432,72 (mil quatrocentos e trinta e dois reais e setenta e dois centavos), pagável até o 10º (décimo) dia útil, subsequente ao vencido, com os descontos e alterações previstos em Lei.

LEIA-SE:
[...]
CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR
2.1 - O valor mensal do presente contrato é de R$1.571,31 (mil quinhentos e setenta e um reais e trinta e um centavos), pagável até o 10º (décimo) dia útil, subsequente ao vencido, com os descontos e alterações previstos em Lei.

JUSTIFICATIVA
A presente errata se justifica, no equívoco da digitação do valor mensal a ser pago no presente contrato.

Castelo-ES, 11 de março de 2025.

JOÃO PAULO SILVA NALI
Prefeito Municipal de Castelo-ES

Protocolo 1512052

Colatina

Decreto

Decreto Nº 0030880/2025 - 14 de março de 2025

Suplementação de Dotações Orçamentárias

O Prefeito Municipal de COLATINA, no Estado do ESPIRITO SANTO, usando de atributos legais que lhe são conferidos através da Lei Nº 0007296/2024 e

CONSIDERANDO a necessidade de adequar algumas classificações das despesas, quanto a sua natureza.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto o crédito SUPLEMENTAR no valor de R$ 16.000,00 (dezesseis mil reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

Artigo 2º - Os recursos a serem utilizados para atender ao que dispõe o artigo anterior é proveniente de:
ANULAÇÃO nos termos de que dispõe o Art. 43, Parágrafo Primeiro, inciso III, da Lei Federal nº 4.320,64,
conforme segue:
Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

COLATINA, 14 de MARÇO de 2025

RENZO DE VASCONCELOS

PREFEITO MUNICIPAL
Decreto Nº 0030880/2025 - 14 de março de 2025

ANEXO ÚNICO

Fonte Elemento Despesa Acrescimo Redução

ÓRGÃO: 060 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

AÇÃO:2.031 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS DE APOIO À ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

150000000001 339030000000 , 00 16.000,00

150000000001 449052000016.000,00 0,00

Total por Ação 16.000,00 16.000,00
Total por Unidade 16.000,00 16.000,00

Total por Órgão 16.000,00 16.000,00

Total da Movimentação 16.000,00 16.000,00

RENZO DE VASCONCELOS

PREFEITO MUNICIPAL

Protocolo 1512716

DECRETO Nº 30.883, DE 14 DE MARÇO DE 2025.

Regulamenta a Lei Municipal nº 7.303/2025, em especial a concessão de bolsas no âmbito do Regime Municipal de Residência em Saúde do Município de Colatina, atualiza valores de bolsas de preceptoria e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Colatina, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 7.303/2025, e:

Considerando a necessidade de regulamentar a implementação de novas formas de Residência Profissional, notadamente multiprofissional, com base na Lei Municipal nº 7.303/2025;
Considerando as disposições das Leis Municipais nº 6.289/2016 e 6.490/2018, que tratam do pagamento de bolsa de estudos a médicos residentes e a médicos preceptores, respectivamente, bem como sua necessidade de atualização;
Considerando a importância das Portarias do Ministério da Saúde para a regulação, financiamento e organização dos programas de Residência em saúde, dentre elas a Portaria GM/MS nº 635/2023, que institui e Define incentivos para equipes multiprofissionais (eMulti) na Atenção Primária; a Portaria GM/MS nº 1143/2005, que apoia programas de residência em medicina de família e comunidade; a Portaria GM/MS nº 1248/2013, referente às estratégias de qualificação das Redes de Atenção à Saúde por meio de formação de especialistas; a Portaria GM/MS nº 3005/2024, que atualiza regras de atenção domiciliar e do Programa Melhor em Casa; e a Portaria GM/MS nº 3493/2024, que institui nova metodologia de cofinanciamento federal para a Atenção Primária à Saúde;
Considerando a Lei nº 11.129/2005 e a Portaria Interministerial MEC/MS nº 7/2021, que instituíram a Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde - CNRMS, responsável pelo credenciamento e supervisão dos programas de residência multiprofissional no Brasil;
Considerando a crescente demanda por profissionais de diversas especialidades nos diversos programas de Saúde do Minstério da Saúde e equipes multiprofissionais, abrangendo profissionais médicos, enfermeiros, farmacêuticos, nutricionistas, fisioterapeutas, psicólogos, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais, fonoaudiólogos, odontólogos, dentre outros, conforme previsto nas citadas Portarias Ministeriais, **DECRETA**:

Art. 1º Este Decreto regulamenta a Lei Municipal nº 7.303/2025 no que se refere à concessão de bolsas para preceptores dos programas de residência médica e multiprofissional em saúde no Município de Colatina, bem como à atualização dos valores previstos na Lei Municipal nº 6.490/2018.

Art. 2º Fica autorizada a contratação de preceptores multiprofissionais em saúde por meio de convênios ou parcerias com instituições de ensino (públicas

ou privadas sem fins lucrativos) credenciadas pelos órgãos competentes, que desenvolvam programa educacional de residência médica e multiprofissional, de modo que possam atuar nos cenários de prática da rede municipal de saúde.
§**1º** Os campos de prática para tais preceptores compreenderão, preferencialmente:
I - Equipes de Saúde da Família (eSF);
II - Equipes Multiprofissionais (eMulti);
III - Equipes de Saúde Bucal (eSB);
IV - Centros de Atenção Psicossocial (CAPS);
V - Centro de Especialidades Odontológicas (CEO);
VI - Serviços hospitalares e unidades de atenção especializada;
VII - Demais serviços da Rede de Atenção à Saúde (RAS) do Município.
§**2º** As atividades desenvolvidas pelos preceptores deverão respeitar as diretrizes nacionais para a formação em serviço, inclusive no tocante à carga horária, conteúdos teórico-práticos e supervisão de preceptores.
§**3º** A atuação desses profissionais em equipes multiprofissionais (eMulti) deverá seguir as regras da Portaria GM/MS nº 635/2023, que prevê a composição de equipes compostas por diferentes categorias profissionais, em articulação com a Rede de Atenção à Saúde (RAS), fortalecendo as ações de promoção, prevenção, tratamento e reabilitação no território.
§**4º** Face o disposto neste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios com Entidades que tenham sido autorizadas pela Comissão Nacional de Residência Medica - CNRM e/ou Comissão Nacional de Residência Multiprofissional em Saúde - CNRMS a desenvolver atividades/programas de formação de residência medica.

Art. 3º Para fins deste Decreto, entende-se como preceptor o profissional de saúde que:
I - Supervisiona diretamente os residentes e profissionais nos serviços de saúde, garantindo a integração entre teoria e prática no ambiente assistencial;
II - Participa do planejamento, monitoramento e avaliação das atividades desenvolvidas;
III - Atua como facilitador do aprendizado e desenvolvimento profissional dos residentes e servidores das unidades, de acordo com as diretrizes pedagógicas do programa de residência;
IV - Mantém a articulação com as instituições de ensino conveniadas para garantir o cumprimento das diretrizes do programa de formação.

Art. 4º Fica atualizado o valor da **bolsa de preceptoria** estabelecida pela Lei Municipal nº 6.490/2018, que passa a ser de **R$ 12.000,00 (doze mil reais)** destinada aos Médicos preceptores pertencentes ao Programa de Residência Medica, mediante cadastro, pela Secretaria Municipal de Saúde ou mediante convênio com Entidades Regionais que tenham sido autorizadas pelas autoridades competentes a executar programas de formação em residência, que atuam nas Unidades de Saúde por no mínimo 40 horas semanais de disponibilidade nas unidades de saúde do Município, podendo serem realizadas como 32 horas em unidades de saúde e 8 horas de planejamento e ensino, de acordo com as Portarias de Consolidação do Ministério da Saúde.

Art. 5º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a pagar o valor referente a "bolsa de preceptoria", através da Secretaria Municipal de Saúde, destinada aos Profissionais Preceptores Multiprofissionais, pertencentes ao Programa de Residência Medica, mediante cadastro, pela Secretaria Municipal de Saúde ou mediante convênio com Entidades Regionais que tenham sido autorizadas pelas autoridades competentes a executar programas de formação em residência, que atuam na Rede de Atenção à Saúde (RAS) do Município, de acordo com as Portarias de Consolidação do Ministério da Saúde.
§**1º** A bolsa preceptoria será de R$ 8.000,00 (oito mil reais) para preceptores médicos em áreas de especialidades como Anestesiologia, Clínica Médica, Cirurgia Geral, Cirurgia do Trauma, Cancerologia Clínica, Cancerologia Cirúrgica, Cancerologia Pediátrica, Cardiologia, Cardiologia Pediátrica, Cirurgia Cardiovascular, Ginecologia e Obstetrícia, Geriatria, Medicina de Família e Comunidade, Medicina Intensiva, Medicina de Urgência, Neonatologia, Nefrologia, Neurocirurgia, Neurologia, Ortopedia e Traumatologia, Pediatria, Psiquiatria, Radiologia e Diagnóstico por Imagem, Radioterapia, Medicina Nuclear, Patologia/Patologia Clínica/Medicina Laboratorial, Transplantes e outros especialidade médicas que atuam nas Unidades de Saúde do município por 20 horas semanais, 16 (dezesseis) horas em unidades de saúde e 4 (quatro) horas de planejamento e ensino;
§**2º** A bolsa preceptoria será de R$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) para preceptores multiprofissionais em categorias não médicas, como enfermeiro, cirurgião-dentista, assistente social, farmacêutico, nutricionista, psicólogo, educador físico, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional, biomédico, médico veterinário, sanitarista e outras com carga horária mínima de 40 (quarenta) horas na Rede de Atenção à Saúde (RAS) do Município, de acordo com as Portarias de Consolidação do Ministério da Saúde.

Art. 6º As bolsas concedidas aos preceptores possuem natureza jurídica de doação com encargos, nos termos da legislação federal aplicável, e não configuram vínculo empregatício com o Município de Colatina ou qualquer outra entidade pública ou privada.
§**1º** O pagamento das bolsas será realizado a título de doação com encargos, com fundamento nas Leis Federais nº 10.973/2004 e nº 9.250/1995, sendo isento de desconto de imposto de renda, nos termos da legislação vigente.
§**2º** As bolsas não caracterizam contraprestação de serviços, não geram direitos trabalhistas ou previdenciários e não poderão ser utilizadas como base de cálculo para outros benefícios.
§**3º** O pagamento das bolsas está condicionado:
I - À efetiva exercício de preceptoria no período correspondente, conforme estabelecido em convênio ou pela Secretaria Municipal de Saúde;
II - Ao cumprimento da carga horária estabelecida para a preceptoria;
III - À entrega de relatórios de produção e atividades comprovando o desempenho das funções de preceptor;
IV - À manutenção da regularidade documental e das certidões exigidas pela administração.

Art. 7º A bolsa de preceptoria será **suspensa ou cancelada** nos seguintes casos:
I - Descumprimento da carga horária mínima

estabelecida neste Decreto;
II - Falta de comprovação das atividades no mês de referência;
III - Irregularidade na documentação necessária para recebimento da bolsa;
IV - Suspensão ou descredenciamento do programa de residência ao qual o preceptor está vinculado.
§**1º** Caso o preceptor tenha atuado por período **inferior a 10 (dez) dias** no mês de referência, a bolsa **não será paga**.
§**2º** A concessão da bolsa poderá ser **revogada a qualquer momento** por descumprimento das normas estabelecidas neste Decreto, assegurado o **direito ao contraditório e ampla defesa**.

Art. 8º As bolsas concedidas poderão ser **revogadas a qualquer tempo**, mediante **processo administrativo**, caso seja verificada qualquer irregularidade ou descumprimento dos requisitos estabelecidos neste Decreto.

Art. 9º A Secretaria Municipal de Saúde poderá editar normas complementares para disciplinar a execução deste Decreto, inclusive quanto a prazos, formas de comprovação de atividades e critérios de supervisão dos residentes.

Art. 10 As despesas decorrentes deste Decreto correrão à conta das dotações orçamentárias próprias da Secretaria Municipal de Saúde, podendo ser suplementadas conforme necessidade.

Art. 11 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, **revogando-se as disposições em contrário**, especialmente aquelas que conflitam com os novos valores e regras aqui estabelecidos.

Prefeitura Municipal de Colatina, 14 de março de 2025.

_____
Prefeito Municipal

Protocolo 1512923

Portaria

PORTARIA Nº 10/2025, DE 10 DE MARÇO DE 2025.
Dispõe sobre a abertura de sindicância e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Colatina, do Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e atendendo a solicitação contida nos autos do processo administrativo nº 004763/2025,

RESOLVE instaurar SINDICÂNCIA, em face do servidor M.J.T., matrícula nº 025682, ocupante do cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS, a fim de apurar possível inobservância dos deveres funcionais previstos nos arts. 152, XI, 153, XVI c/c art. 168, V e VII, todos da Lei Complementar nº 035/2005.

PARA TANTO, constituo comissão sindicante composta pelos servidores: Cristiano Albano Balarini, Philipe Lemos Soares Ottz e Cristina Arrebola, para, sob a presidência do primeiro, conduzir os procedimentos necessários à apuração dos fatos narrados neste caderno processual, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data de assinatura da presente, atendendo o disposto no art. 179, §1º, do mesmo diploma legal alhures.

Esta portaria entra em vigor na data da sua assinatura.

Prefeitura Municipal de Colatina, 10 de março de 2025.

_____
Prefeito Municipal

Protocolo 1511988

Aditivo

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 08 AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 014/2018.
LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE COLATINA-ES
LOCADOR: SSB ALUGUEIS DE IMOVEIS LTDA
OBJETO: O presente termo tem por finalidade ADITAR o contrato nº 014/2018 no que se refere ao prazo de vigência do mesmo, onde consta na Cláusula Primeira, por mais 12 (doze) meses, a partir do dia 1º (primeiro) de março de 2025 até o dia 28 (vinte e oito) de fevereiro de 2026, conforme solicitado em Ofício SEMUS/GS Nº 010/2024 (fl.02 do Processo nº 001024/2025).
EFEITO FINANCEIRO: Para efeito desta prorrogação, fica fixada uma despesa mensal de R$ 6.999,74 (seis mil novecentos e noventa e nove reais e setenta e quatro centavos), perfazendo uma despesa global de R$ 83.996,88 (oitenta e três mil novecentos e noventa e seis reais e oitenta e oito centavos), conforme valor reajustado (fl. 15) e Despacho da SEMUS (fl. 02).
DATA DA ASSINATURA: 26 de fevereiro de 2025.
RAUL EDMO TEIXEIRA AMITI
Secretário Municipal de Saúde

Protocolo 1512411

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 04 AO CONTRATO DE LOCAÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 010/2022.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COLATINA-ES.
CONTRATADA: INOVAPTT TECNOLOGIA LTDA
OBJETO: O presente termo tem por finalidade **ADITAR** o contrato nº 010/2022 no que se refere ao prazo de vigência do mesmo, onde consta na Cláusula Oitava, por mais 12 (doze) meses, a partir do dia **25 (vinte e cinco) de março de 2025 até o dia 24 (vinte e quatro) de março de 2026**, conforme solicitado em Ofício PMC/SEMTRAN Nº 042/2025 (fl.481)
EFEITO FINANCEIRO: Para os efeitos do presente Termo Aditivo, fica estabelecida a **despesa global no valor de R$ 213.032,16 (duzentos e treze mil e trinta e dois reais e dezesseis centavos).**
DATA DA ASSINATURA: 13 de março de 2025.
GERALDO CEZAR SEIDEL DALLA BERNARDINA
Secretário Municipal de Administração

Protocolo 1512746

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 035/2024.
ID CidadES: 2024.019E0700001.09.0001.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE COLATINA-ES.
CONTRATADA: LE CARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA.
OBJETO: O presente Termo tem por finalidade **ADITAR** o valor do contrato em epígrafe no importe de **R$ 73.500,00 (setenta e três mil e quinhentos reais**), com o propósito de cobrir as despesas até a vigência final do mesmo, respeitando o limite permitido de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicialmente contratado, conforme Ofício SEGEDP Nº 129/2025 (fls. 647).
EFEITO FINANCEIRO: Para os efeitos do presente Termo Aditivo, fica estabelecida uma **despesa global** no valor de **R$ 73.500,00 (setenta e três mil e quinhentos reais**), conforme Ofício SEGEDP Nº 129/2025 (fls. 647).
DATA DA ASSINATURA: 14 de março de 2025.
RAUL EDMO TEIXEIRA AMITI
Secretário Municipal de Saúde.

Protocolo 1512927

Conceição da Barra

Decreto

DECRETO Nº 5.900, DE 10 DE MARÇO DE 2025.

NOMEIA CANDIDATA APROVADA EM CONCURSO PÚBLICO n.º 001/2018 PARA CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE CONCEIÇÃO DA BARRA, **ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, no uso das atribuições que lhe são conferidas de acordo com o Artigo 100, Inciso VII da Lei Orgânica deste Município e de acordo com o resultado do concurso público **001/2018** devidamente publicado na Imprensa Oficial do Estado do Espírito Santo;
CONSIDERANDO a homologação do concurso público através do Decreto Municipal n.º **5.074 de 28/01/2019** devidamente publicada na imprensa Oficial do Estado do Espírito Santo, dia 30/01/2019;
CONSIDERANDO que o MM Juíz da 1.ª Vara Cível da Comarca de Conceição da Barra por decisão judicial transitada em julgado, através da ação judicial n.º **5000010-80.2021.8.08.0015**, **condenou** o Município na Obrigação de Fazer consistente a convocação e nomeação da **Claudia Paranaguá Gomes da Silva**, aprovada no **concurso público 001/2018**, para o cargo de Operador de Serviços Sociais (Cuidador), tudo em conformidade com o **PA n.º 1849/2025 apenso ao PA 2459/2025.**

D E C R E T A:

Art. 1.º - **FICA** nomeada a Candidata aprovada no concurso público n.º 001/2018, **CLAUDIA PARANAGUÁ GOMES DA SILVA**, para o cargo de provimento efetivo de **OPERADOR DE SERVIÇOS SOCIAIS (CUIDADOR).**

Art. 2.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ressaltando que a nomeação somente surtirá os efeitos legais **após a efetiva assinatura do Termo de Posse** e revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Conceição da Barra, Estado do Espírito Santo, aos dez dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e cinco.

José Erivan Tavares de Moraes
Rômulo Assis Vasconcelos
Prefeito
Gestor Especial de Governo

Portaria n.º 018/2025

Protocolo 1512332

Contrato

Prefeitura Municipal De Conceição Da Barra
Resumo De Contrato de Nº 073/2025.
Proc.: Nº 2112/2025.
Inexigível de Licitação, conforme Artigo 74, II da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.
Contratante: Prefeit. Munic. de Conc. da Barra e Secret. Munic. de Turismo.
Contratada S&S LOCAÇÕES PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA-ME
CNPJ-MF sob o nº 09.208.990/0001-22, O valor total do presente contrato é de R$ 15.000,00 (Quinze Mil Reais), sendo o valor por apresentação R$ 7.500,00 (Sete Mil Quinhentos Reais).
Objeto: Prestação de Serviços Artísticos, com a obrigação de Show Musical com duração em média de 02 horas da atração musical regional "BANDA DIEGO RODRIGUES", conforme abaixo descriminado, que se realizará nos dias 28 de Fevereiro 2025 e 03 de Março de 2025, no Município de Conceição da Barra-ES, para a realização do evento denominado "Programação do CARNAVAL de 2025", de acordo com o requerimento e justificativa constantes no Processo Administrativo nº 2112/2025 de 20 de Fevereiro 2025.
Da Dotação Orçamentária: 20.02.00 Secretaria Municipal de Cultura e Turismo
20.02.10 Gestão Secretaria Municipal de Cultura e Turismo
Classificação Funcional: 13.695.0017.2.0118
Natureza da Despesa: 3.3.90.39.23
Recurso: 1.500.0000.0000
Vigência: 31 de Dezembro de 2025.
Assinatura: Conceição da Barra-ES, 28 de Fevereiro de 2025.

José Erivan Tavares de Moraes
Prefeito

Protocolo 1511940

Prefeitura Municipal De Conceição Da Barra
Resumo De Contrato de Nº 074/2025.
Proc.: Nº 2363/2025.
Inexigível de Licitação, conforme Artigo 74, II da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.
Contratante: Prefeit. Munic. de Conc. da Barra e Secret. Munic. de Turismo.
Contratada WL PRODUÇÕES E SRVIÇOS EIRELLI
CNPJ/MF sob o nº 40.112.201/0001-03, O valor total do presente contrato é de R$ 6.500,00 (Seis

Mil Quinhentos Reais).
Objeto: Prestação de Serviços Artísticos, com a obrigação de Show Musical com duração em média de 02 horas da atração musical regional "BANDA KASO MARCADO", conforme abaixo descriminado, que se realizará no dia 01 de Março 2025, no Município de Conceição da Barra-ES, para a realização do evento denominado "Programação do CARNAVAL 2025", de acordo com o requerimento e justificativa constantes no Processo Administrativo nº 2363/2025 de 27 de Fevereiro 2025.
Da Dotação Orçamentária: 20.02.00 Secretaria Municipal de Cultura e Turismo
20.02.10 Gestão Secretaria Municipal de Cultura e Turismo
Classificação Funcional: 13.695.0017.2.0118
Natureza da Despesa: 3.3.90.39.23
Recurso: 1.500.0000.0000
Vigência: 31 de Dezembro de 2025.
Assinatura: Conceição da Barra-ES, 28 de Fevereiro de 2025.

José Erivan Tavares de Moraes
Prefeito

Protocolo 1511952

Prefeitura Municipal De Conceição Da Barra
Resumo De Contrato de Nº 075/2025.
Proc.: Nº 2364/2025.
Inexigível de Licitação, conforme Artigo 74, II da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.
Contratante: Prefeit. Munic. de Conc. da Barra e Secret. Munic. de Turismo.
Contratada VALMAR DA COSTA GRAÇA - MEI
CNPJ/MF sob o nº 34.652.948/0001-43, O valor total do presente contrato é de R$ 11.000,00 (Onze Mil Reais), sendo o valor por apresentação R$ 5.500,00 (Cinco Mil Quinhentos Reais).
Objeto: Prestação de Serviços Artísticos, com a obrigação de Show Musical com duração em média de 02 horas da atração musical regional "BANDINHA PÔR DO SOL", conforme abaixo descriminado, que se realizará nos dias 28 de Fevereiro 2025 e 01 de Março 2025, no Município de Conceição da Barra-ES, para a realização do evento denominado "Programação do CARNAVAL 2025", de acordo com o requerimento e justificativa constantes no Processo Administrativo nº 2364/2025 de 27 de Fevereiro 2025.**Da Dotação Orçamentária:** 20.02.00 Secretaria Municipal de Cultura e Turismo
20.02.10 Gestão Secretaria Municipal de Cultura e Turismo
Classificação Funcional: 13.695.0017.2.0118
Natureza da Despesa: 3.3.90.39.23
Recurso: 1.500.0000.0000
Vigência: 31 de Dezembro de 2025.
Assinatura: Conceição da Barra-ES, 28 de Fevereiro de 2025.

José Erivan Tavares de Moraes
Prefeito

Protocolo 1511954

Prefeitura Municipal De Conceição Da Barra
Resumo De Contrato de Nº 076/2025.
Proc.: Nº 2325/2025.
Inexigível de Licitação, conforme Artigo 74, II da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.
Contratante: Prefeit. Munic. de Conc. da Barra e Secret. Munic. de Turismo.
Contratada CLÁUDIO JESUS DO NASCIMENTO-Claudinho Nascimento Produções
CNPJ/MF nº 32.349.259/0001-39, O valor total do presente contrato é de R$ 9.000,00 (Nove Mil Reais), sendo o valor por apresentação R$ 4.500,00 (Quatro Mil Quinhentos Reais).
Objeto: Prestação de Serviços Artísticos, com a obrigação de Show Musical com duração em média de 02 horas da atração musical regional "BANDA CLAUDINHO NASCIMENTO", conforme abaixo descriminado, que se realizará no dia 02 de Março de 2025, sendo (duas apresentações nesta data), no Município de Conceição da Barra-ES, para a realização do evento denominado "Programação do CARNAVAL de 2025", de acordo com o requerimento e justificativa constantes no Processo Administrativo nº 2325/2025 de 26 de Fevereiro 2025.
Da Dotação Orçamentária: 20.02.00 Secretaria Municipal de Cultura e Turismo
20.02.10 Gestão Secretaria Municipal de Cultura e Turismo
Classificação Funcional: 13.695.0017.2.0118
Natureza da Despesa: 3.3.90.39.23
Recurso: 1.500.0000.0000
Vigência: 31 de Dezembro de 2025.
Assinatura: Conceição da Barra-ES, 28 de Fevereiro de 2025.

José Erivan Tavares de Moraes
Prefeito

Protocolo 1511956

Prefeitura Municipal De Conceição Da Barra
Resumo De Contrato de Nº 077/2025.
Proc.: Nº 1109/2025
Inexigível de Licitação, conforme Artigo 74, II da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.
Contratante: Prefeit. Munic. de Conc. da Barra e Secret. Munic. de Cultura.
Contratada CLÁUDIO JESUS DO NASCIMENTO-Claudinho Nascimento Produções
CNPJ/MF nº 32.349.259/0001-39, O valor total do presente contrato é de R$ 4.500,00 (Quatro Mil Quinhentos Reais).
Objeto: Prestação de Serviços Artísticos, com a obrigação de Show Musical com duração em média de 02 horas da atração musical regional "BANDA CLAUDINHO NASCIMENTO", conforme abaixo descriminado, que se realizará no dia 28 de Fevereiro 2025, no Município de Conceição da Barra-ES, para a realização do evento denominado "1º Encontro do Reis de Bois", de acordo com o requerimento e justificativa constantes no Processo Administrativo nº 1109/2025 de 27 de Janeiro 2025.
Da Dotação Orçamentária: 20.02.00 Secretaria Municipal de Cultura e Turismo
20.02.10 Gestão Secretaria Municipal de Cultura e Turismo
Classificação Funcional: 13.695.0017.2.0118
Natureza da Despesa: 3.3.90.39.23
Recurso: 1.500.0000.0000
Vigência: 31 de Dezembro de 2025.
Assinatura: Conceição da Barra-ES, 28 de Fevereiro de 2025.

José Erivan Tavares de Moraes
Prefeito

Protocolo 1511958

Conceição do Castelo

Contrato

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N° 022/2025

CONTRATANTE: Município de Conceição do Castelo, ES. **CONTRATADA:** NP TECNOLOGIA E GESTAO DE DADOS LTDA. **OBJETO:** Serviço de assinatura de ferramenta de pesquisa e comparação de preços praticados pela Administração Pública, através da contratação da licença de uso por 01 ano do Sistema Banco de Preços, visando atender as necessidades do Município de Conceição do Castelo, ES. **VIGENCIA:** 13 de março de 2025 a 13de março de 2026. **VALOR:** R$ 24.600,00 (vinte e quatro mil e seiscentos reais). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 020001 -Secretaria Municipal de Administração, Cultura e Turismo, ficha 186, fonte de recurso 150000000000 (Recurso Próprio) e elemento de despesa 3.3.90.39.00000 (Outros Serviços de Terceiros -Pessoa Jurídica). **AMPARO LEGAL:** Artigo 74, inciso Ida Lei nº 14.133, protocolo GED n° 1568/2025, processo GED n° 1205/2025 e Código de Identificação Cidades: 2025.021E0700001.10.0006. Conceição do Castelo, ES, 14 de março de 2025.

VALBER DE VARGAS FERREIRA
Prefeito Municipal

Protocolo 1512575

Domingos Martins

Decreto

DECRETO NORMATIVO Nº 4.831/2025

DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - BIÊNIO 2025-2027.

O Prefeito de Domingos Martins, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- Considerando a criação do Conselho Municipal de Meio Ambiente através da Lei Municipal nº 1.584 de Dezembro de 2001, alterada pela Lei nº 2.263 de agosto de 2010;
-Considerando o Conselho Municipal de Meio Ambiente, órgão colegiado, autônomo de caráter consultivo, deliberativo e normativo com arranjo tripartite e paritário e integrante do sistema municipal de meio ambiente;

-Considerando o Edital nº 01/2025 de seleção de vagas para compor o Conselho de Meio Ambiente publicado no DOM/ES e no Site da Prefeitura Municipal de Domingos em 03 de fevereiro de 2025;

-Considerando o Decreto Normativo nº 3.298/2018 que regulamenta o Regimento Interno e o procedimento de seleção continuada de vagas;

D E C R E T A:

Art. 1º Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal de Meio Ambiente - CONSEMA, os seguintes membros, titulares e suplentes além de seu Presidente e de sua Secretaria Executiva pelo período de 17 de Março de 2025 à 17 de Março de 2027:

I - PRESIDENTE
Leonardo Batista Borlot - Secretário Municipal de Meio Ambiente

II - REPRESENTANTE DOS SETOR PÚBLICO

Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Luiz Feliphe Alves Bravin (titular)
George Hilton Venturim (Suplente)

Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano
Alberto Schlens Lampier (titular)
Ângela Paula Lyra (suplente)

Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Espírito Santo -IDAF
Stefânia Canal Sgulmaro (titular)
José Adnan Souza (suplente)

Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural - INCAPER
Raoni Ludovino de Sá (titular)
Alexandre Neves Mendonça (suplente)

Polícia Militar Ambiental
Subtenente Osvaldo Pinheiro da Silva Júnior (titular)
Sargento Renato Tomé Barros (suplente)

III - REPRESENTANTES DO SETOR DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA
Titulares:
AMOAVES - Associação Martinense de Observadores de Aves:
Adalberto da Cunha Ramaldes (titular)
José Borges de Oliveira Filho (suplente)

Associação Serrana Capixaba de Produtores Rurais
Deyvid Alberto Hehr (titular)
Rosangela Kruger Hehr (suplente)

OAB/ES - Organização de Advogados do Brasil
Dr. Vinicius José Lopes Coutinho (titular)
Dr. Gustavo Giubert Laranja (suplente)

Suplente:
Não existem suplentes até a presente publicação.

IV - REPRESENTANTES DO SETOR PRIVADO
Titulares
Venturini Empreendimentos e Participações LTDA
Leonardo Venturini de Sá (titular)
Victor Venturini de Sá (suplente)

Chequer Mendes e Ind. e Com. De Bebidas e Alimentos LTDA:
Marcos Chequer Soares (titular)
Daniel Wruck Bringe (suplente)

Heron Carlos Alves Moreira MEI
Heron Carlos Alves Moreira (titular)
Sabrina Schneider (suplente)

Rural Consultoria LTDA ME
Rodrigo Manzoli (titular)
Lediany Kely Pereira Bergamim (suplente)

Aguinaldo Rios Rangel MEI
Aguinaldo Rios Rangel (titular)
Sulesia Mayer Rios Rangel (suplente)

Suplente:
Não existem suplentes até a presente publicação.

V - SECRETARIA EXECUTIVA
Bruna Neitzel

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Domingos Martins - ES, 14 de março de 2025.

EDUARDO JOSÉ RAMOS
Prefeito

Protocolo 1512913

DECRETO NORMATIVO Nº 4.832/2025

RETIFICA A EMENTA DO DECRETO NORMATIVO Nº 4.829/2025.

O Prefeito de Domingos Martins, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica alterado a ementa do Decreto Normativo nº 4.829/2025 que passa a vigorar com a seguinte redação:

"***CONVOCA A "6ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS IDOSAS DE DOMINGOS MARTINS - 2025".***

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam ratificados os demais termos do Decreto ora retificado.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Domingos Martins - ES, 14 de março de 2025.

EDUARDO JOSÉ RAMOS
Prefeito

Protocolo 1512987

DECRETO NORMATIVO Nº 4.827/2025

CONVOCA A "1ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS LGBTQIA+ DOMINGOS MARTINS".

O Prefeito Municipal de Domingos Martins, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando a realização da 4ª CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DAS PESSOAS LGBTQIA+;

D E C R E T A:

Art. 1º Fica convocada a "1ª Conferência Municipal dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ Domingos Martins", a ser realizada no dia 11 de abril de 2025, no Auditório da Escola Muncipal de Ensino Fundamental e Médio "Mariano Ferreira de Nazareth", localizado na Travessa Augusto Schwambach, nº 137 - Centro, Domingos Martins - ES, das 08:00 h às 16:00 h, tendo como tema central: "Construindo a Política Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+", sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social.

Art. 2º Nomear a Comissão Organizadora da 1ª Conferência Municipal dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+, encarregada de planejar, coordenar, executar e monitorar as atividades, que terá a seguinte composição:

Milena Ferreira Amorim Pacheco
Francislene Del Puppo de Jesus
Juliana Marques Silva

Art. 3º As despesas decorrentes da realização da Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal de Assistência Social.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Domingos Martins - ES, 06 de março de 2025.

EDUARDO JOSÉ RAMOS
Prefeito

DECRETO NORMATIVO Nº 4.828/2025

RETIFICA O ARTIGO 3º, DO DECRETO NORMATIVO Nº 4.827/2025 QUE CONVOCA A 1ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DAS PESSOAS LGBTQIA+.

O Prefeito de Domingos Martins, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica alterado o art. 3º, do Decreto Normativo n.º 4.827/2025 que passa a vigorar com a seguinte redação:

"***Art. 3º*** *As despesas decorrentes da realização da Conferência Municipal das Pessoas LGBTQIA+, correrão por conta de dotação própria do orçamento do órgão gestor municipal de Assistência Social."*

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam ratificados os demais termos do Decreto ora retificado.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Domingos Martins - ES, 07 de março de 2025.

EDUARDO JOSÉ RAMOS
Prefeito

Protocolo 1512996

Portaria

PORTARIA DE PESSOAL Nº 765/2025

TRANSFERE O SERVIDOR WILSON COUTINHO NASCIMENTO PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS.

O Prefeito de Domingos Martins, Estado do Espírito Santo no uso de suas atribuições, e,

considerando os termos da CI/PMDM/SECEDU/Nº 138/2025.

R E S O L V E:

Art. 1º Fica o servidor **Wilson Coutinho Nascimento** - **Trabalhador Braçal**, lotado no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, **transferido**, para a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, a partir de **01 de março de 2025.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Domingos Martins - ES, 17 de fevereiro de 2025.

EDUARDO JOSÉ RAMOS
Prefeito

Protocolo 1512289

PORTARIA DE PESSOAL Nº 723/2025

TRANSFERE A SERVIDORA SUELI APARECIDA VALKE PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

O Prefeito de Domingos Martins, Estado do Espírito Santo no uso de suas atribuições, e,

considerando os termos da CI/PMDM/SECEDU/Nº 126/2025.

R E S O L V E:

Art. 1º Fica a servidora **Sueli Aparecida Valke** - **Servente**, lotada no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, **transferida**, para a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, a partir de **01 de março de 2025.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Domingos Martins - ES, 13 de fevereiro de 2025.

EDUARDO JOSÉ RAMOS
Prefeito

Protocolo 1512291

Ecoporanga

Aditivo

6º TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO 085/2023
Contratante: O MUNICIPIO DE ECOPORANGA-ES, 27.167.311/0001-04
Contratada: POSTO SANTA HELENA, CNPJ nº 21.147.684/0001-29
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL DERIVADOS DE PETRÓLEO (GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL S10, ÓLEO DIESEL INTERIOR S500, ARLA.) PARA O ABASTECIMENTO DA FROTA DOS VEÍCULOS PRÓPRIOS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE ECOPORANGA
Vigência: 60 (sessenta) dias,
ID: 2023.025E0600001.01.0005
Jose Luiz Mendes
Prefeito

Protocolo 1513012

3º TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO 086/2023
Contratante: O MUNICIPIO DE ECOPORANGA-ES, 27.167.311/0001-04
Contratada: POSTO SANTA HELENA, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ nº 14.798.479/0001-68
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL DERIVADOS DE PETRÓLEO (GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL S10, ÓLEO DIESEL INTERIOR S500, ARLA.) PARA O ABASTECIMENTO DA FROTA DOS VEÍCULOS PRÓPRIOS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE ECOPORANGA.
Vigência: 60 (sessenta) dias
ID: 2023.025E0600001.01.0005
Jose Luiz Mendes
Prefeito

Protocolo 1513023

3º TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO 088/2023
Contratante: O MUNICIPIO DE ECOPORANGA-ES, 27.167.311/0001-04
Contratada: POSTO SANTA HELENA, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CNPJ nº 44.491.527/0001-31
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL DERIVADOS DE PETRÓLEO (GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL S10, ÓLEO DIESEL INTERIOR S500, ARLA.) PARA O ABASTECIMENTO DA FROTA DOS VEÍCULOS PRÓPRIOS PERTENCENTES AO MUNICÍPIO DE ECOPORANGA.
Vigência: 60 (sessenta) dias,
ID: 2023.025E0600001.01.0005
Jose Luiz Mendes
Prefeito

Protocolo 1513038

Fundão

Edital

COMUNICADO
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 02/2025

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO, com endereço na Rua São José, nº 135 - Centro, 29.185-000 - Fundão - ES através da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, neste ato representada pela Fiscalização de Serviços Públicos, vem, através deste, após insucesso na tentativa de entrega do Auto de Notificação por A.R. (aviso de recebimento) pelo município de Fundão, tornar público a **NOTIFICAÇÃO** da pessoa jurídica **RESIDENCIAL FAZENDA HZ LTDA**, titular do **CNPJ 12.328.023/0001-09** e proprietária do **LOTE 11 QUADRA T**, **RUA DAS UVAS E LOTEAMENTO AGAZÊ.** A Notificação se dá pela infringência ao Art. 484 da Lei Municipal 1033/2015, onde lê-se:

Art. 484. Os proprietários e inquilinos são obrigados a conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, prédios pátios e terrenos dentro dos limites da cidade ou em suas áreas de expansão, mantidos livres de mato, lixo e águas estagnadas.

§ **1º** As providências para o escoamento das águas estagnadas e limpeza das propriedades particulares competem ao respectivo proprietário.

§ **2º** Os proprietários ou responsáveis deverão evitar a formação de focos de proliferação de insetos ficando obrigados a assumir a execução de medidas que forem determinadas para sua extinção.

Tendo o mesmo, o **prazo de execução de 05 (cinco) dias úteis** a partir da publicação da presente notificação, conforme §2 do art. 599 da Lei Municipal de nº1.033/2015.

A cidadã poderá apresentar a defesa contra a ação de fiscalização, junto a autoridade municipal competente, no prazo de 15(quinze) dias contados desta publicação.

Da data da imposição da multa, terá a infratora o prazo de 15 (quinze) dias para efetuar o pagamento ou interpor recurso, consoante ao disposto no § 2º do artigo 607 da Lei Municipal 1033/2015.

A autuada fica ciente que independente de sua manifestação, o processo de julgamento administrativo terá continuidade.

Cientifica-se ainda que o referido processo encontra-se disponível para vista e cópia a envolvida, no Setor de Fiscalização, que por sua vez, se encontra na Rua Luiza Gon Pratti, nº41 Centro, Fundão-ES, onde também poderá ser emitido o Documento de Arrecadação Municipal - DAM, para o pagamento da multa, caso não sanada a irregularidade ou ainda que sanada após o prazo estipulado.

O não pagamento de multa aplicada após a respectiva confirmação em processo transitado em julgado na instância definitiva de julgamento administrativo, será inscrita em Dívida Ativa e executada judicialmente, em conformidade com a legislação pertinente.

Etevaldo Moraes Junior
Gerente de Fiscalização
Decreto Municipal 80/2025

Protocolo 1512285

COMUNICADO
EDITAL DE AUTUAÇÃO 05/2025
AUTO DE INFRAÇÃO 12/2025

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FUNDÃO, com endereço na Rua São José, nº 135 - Centro, 29.185-000 - Fundão - ES através da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, neste ato representada pela Fiscalização de Serviços Públicos, vem, através deste, após insucesso na tentativa de entrega por A.R. (aviso de recebimento) pelo município de Fundão, tornar público a **AUTUAÇÃO** da Srª. **MARIA HELENA DE MELO BERNADI**, titular do **CPF** ***835.606-** e proprietária do **LOTE 02 QUADRA P**, **SETOR 05 DA RUA PAPOULA E LOTEAMENTO PRAIA GRANDE.**. A Autuação se dá pelo infringimento ao Art. 305 da Lei Municipal 1033/2015, onde lê-se:

Art. 484. Os proprietários e inquilinos são obrigados a conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, prédios pátios e terrenos dentro dos limites da cidade ou em suas áreas de expansão, mantidos livres de mato, lixo e águas estagnadas.

§ **1º** As providências para o escoamento das águas estagnadas e limpeza das propriedades particulares competem ao respectivo proprietário.

§ **2º** Os proprietários ou responsáveis deverão evitar a formação de focos de proliferação de insetos ficando obrigados a assumir a execução de medidas que forem determinadas para sua extinção.

Da data da imposição da multa, terá o infrator o prazo de 15 (quinze) dias para efetuar o pagamento ou interpor recurso, consoante ao disposto no § 2º do artigo 607 da Lei Municipal 1033/2015.

O autuado fica ciente que independente de sua manifestação, o processo de julgamento administrativo terá continuidade.

Cientifica ainda que o referido processo encontra-se disponível para vista e cópia ao envolvido no Setor de Fiscalização, que por sua vez, se situa na Rua Luiza Gon Pratti, nº41 Centro, Fundão-ES, onde também poderá ser emitido o Documento de Arrecadação Municipal - DAM, para o pagamento da multa gerada pela presente autuação. Além da forma presencial, também é possível contatar o Setor Fiscalizatório através do e-mail sesim.fiscalizacao@fundao.es.gov.br.

O não pagamento de multa aplicada após a respectiva confirmação em processo transitado em julgado na instância definitiva de julgamento administrativo, será inscrita em Dívida Ativa e executada judicialmente, em conformidade com a legislação pertinente.

Etevaldo Moraes Júnior
Gerente de Fiscalização
Decreto Municipal 80/2025

Protocolo 1512293

Guaçuí

Decreto

DECRETO Nº 13.954, DE 11 DE MARÇO DE 2025

NOMEIA SUPERINTENDENTE DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Guaçuí, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista os termos da Lei Municipal nº 4.221/2018 que dispõe sobre a Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Guaçuí, que cria cargos de provimento em Comissão e de funções de confiança e do Processo nº 1954/2025;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Sr. WILLIAM PIRES NUNES, para exercer o cargo comissionado de SUPERINTENDENTE DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE, junto à Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 06 de março de 2025.

Parágrafo único - A presente nomeação é demissível "*ad nutun*".

Art. 2º - Os vencimentos e procedimentos para o exercício do cargo são os constantes em lei específica.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06 de março de 2025.

Guaçuí - ES, 11 de março de 2025.

VAGNER RODRIGUES PEREIRA
Prefeito Municipal

DHENIS MONTEIRO DA SILVA
Procurador Geral do Município

EDIELSON DE SOUZA RODRIGUES
Secretário Municipal de Saúde

Protocolo 1512235

DECRETO N.º 13.942, DE 10 DE MARÇO DE 2025

Altera os Incisos I, II, III, IV e VI do Art. 1º do Decreto nº 13.309/2024.

O Prefeito Municipal de Guaçuí, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e;

CONSIDERANDO o que dispõe o art. 4º da Lei Municipal nº 4.245 de 04 de dezembro de 2018.

CONSIDERANDO os termos do **Art. 7º** da Lei Municipal nº 4.245/2018, o qual reza: "**O mandato dos membros do Conselho Municipal de Turismo de Guaçuí (COMTURG) será de dois anos, sem impedimento de uma recondução, com exceção dos representantes do Poder Executivo Municipal, cujos mandatos coincidirão com o mandato do Governo Municipal.**"

CONSIDERANDO o que consta do processo nº 1.802/2025, da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte;

RESOLVE:

Art. 1º - Ficam alterados os Incisos I, II, III, IV e VI do Art. 1º do Decreto nº 13.309/2024, que nomeia membros para o Conselho Municipal de Turismo de Guaçuí, passando a vigorar com a seguinte redação:

I) Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes:
a) Titular: John Kennedy Gomes Alves;
b) Suplente: Iasmim Diniz Faria.

I) Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento Alimentar:
a) Titular: Bruno Miguel Bodevan Veiga;
b) Suplente: Taiany Oliveira de Paula.

I) Secretaria Municipal de Meio Ambiente:
a) Titular: Roberto Martins;
b) Suplente: Bernadeth de Lourdes Polido.

I) Secretaria Municipal de Educação:
Titular: Patrícia Santos;
Suplente: Jorge José Jabor.

Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Públicos:
Titular: Victor Manoel Leal de Oliveira;
Suplente: Maysa Rodrigues de Carvalho.

Parágrafo único - Os demais dispositivos e membros do referido Conselho, constantes no Decreto nº 13.309/2024, permanecem inalterados.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Guaçuí - ES, 10 de março de 2025.

VAGNER RODRIGUES PEREIRA
Prefeito Municipal

DHENIS MONTEIRO DA SILVA
Procurador Geral do Município

JOHN KENNEDY GOMES ALVES
Secretário Municipal de Cultura, Turismo e Esporte

Protocolo 1512259

DECRETO Nº 13.946, DE 11 DE MARÇO DE 2025

NOMEIA SERVIDOR EFETIVO PARA FUNÇÃO DE CONFIANÇA.

O Prefeito Municipal de Guaçuí, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista os termos da Lei Municipal nº 4.221/2018 que dispõe sobre a Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Guaçuí, que cria cargos de provimento em Comissão e de funções de confiança e do Processo nº 1504/2025;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o servidor efetivo, Sr. ELIONARDO DOS SANTOS DE OLIVEIRA, para exercer a Função de Confiança de ENCARREGADO DE TURMA DE VIGIA, junto à Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Recursos Humanos, a partir de 07 de março de 2025.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 07 de março de 2025.

Guaçuí - ES, 11 de março de 2025.

VAGNER RODRIGUES PEREIRA
Prefeito Municipal

DHENIS MONTEIRO DA SILVA
Procurador Geral do Município

RENAN LEAL DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Gestão Administrativa e Recursos Humanos

Protocolo 1512267

DECRETO Nº 13.943, DE 10 DE MARÇO DE 2025

NOMEIA SUBGERENTE DE FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO.

O Prefeito Municipal de Guaçuí, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista os termos da Lei Municipal nº 4.221/2018 que dispõe sobre a Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Guaçuí, que cria cargos de provimento em Comissão e de funções de confiança e do Processo nº **1994**/2025;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Sra. JULIA APARECIDA DA SILVA CARVALHO, para exercer o cargo comissionado de SUBGERENTE DE FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO, junto à Secretaria Municipal de Gestão Administrativa e Recursos Humanos, a partir de 06 de março de 2025.

Parágrafo único - A presente nomeação é demissível "*ad nutun*".

Art. 2º - Os vencimentos e procedimentos para o exercício do cargo são os constantes em lei específica.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06 de março de 2025.

Guaçuí - ES, 10 de março de 2025.

VAGNER RODRIGUES PEREIRA
Prefeito Municipal

DHENIS MONTEIRO DA SILVA
Procurador Geral do Município

RENAN LEAL DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Gestão Administrativa e Recursos Humanos

Protocolo 1512279

DECRETO Nº 13.929, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2025

Exonera Superintendente de Infraestrutura e Serviços Públicos.

O Prefeito Municipal de Guaçuí, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista os termos do Processo nº 1722/2025 da Superintendência de Recursos Humanos;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar o Sr. JEAN KARLO SARAIVA DE PAULA, do cargo comissionado de SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS, da Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Públicos, a partir do dia 28 de fevereiro de 2025.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Guaçuí - ES, 26 de fevereiro de 2025.

VAGNER RODRIGUES PEREIRA
Prefeito Municipal

DHENIS MONTEIRO DA SILVA
Procurador Geral do Município

ALVIMAR ALVES GABRI
Secretário Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Públicos

Protocolo 1512863

DECRETO Nº. 13.930, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2025

Nomeia Superintendente de Projetos e Fiscalização Urbana.

O Prefeito Municipal de Guaçuí, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista os termos da Lei Municipal nº 4.221/2018 que dispõe sobre a Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Guaçuí, que cria cargos de provimento em Comissão e de funções de confiança e do Processo nº 1722/2025;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Sr. JEAN KARLO SARAIVA DE PAULA para exercer o cargo comissionado de SUPERINTENDENTE DE PROJETOS E FISCALIZAÇÃO URBANA, junto à Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Públicos, a partir de 01 de março de 2025.

Parágrafo único - A presente nomeação é demissível "*ad nutun*".

Art. 2º - Os vencimentos e procedimentos para o exercício do cargo são os constantes em lei específica.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Guaçuí - ES, 26 de fevereiro de 2025.

VAGNER RODRIGUES PEREIRA
Prefeito Municipal

DHENIS MONTEIRO DA SILVA
Procurador Geral do Município

ALVIMAR ALVES GABRI
Secretário Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Públicos

Protocolo 1512869

Guarapari

Decreto

DECRETO Nº. 168/2025

DISPÕE SOBRE CANCELAMENTO DA DESPESA INSCRITA EM RESTOS A PAGAR PROCESSADO, NO EXERCÍCIO DE 2024, PORÉM, NÃO CONSUMADO O IMPLEMENTO DE CONDIÇÃO NA SUA TOTALIDADE, CONSIDERANDO A IMPOSSIBILIDADE DE SUA REALIZAÇÃO, NA FORMA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAPARI**, Estado do Espírito Santo, no uso da competência e atribuições que lhes conferem as Constituições da República e do Estado do Espírito Santo, no exercício da direção superior da Administração, tendo em vista o superior e predominante interesse do Município, fulcrado no que dispõe a legislação vigente aplicável à espécie, Lei n.º 4.320/64 de 17/03/64, considerando não haver ocorrido o implemento de condição na sua totalidade e a impossibilidade de sua realização.

D E C R E T A:

Art. 1º - - Ficam, por força deste decreto, cancelados os créditos empenhados e liquidados no exercício de 2024, inscritos em Restos a Pagar Processados, no balanço geral do Município de Guarapari, a saber:

UG: 201 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO

EXERCÍCIO DE 2024:	
Empenho 2815	8.561,25
Liquidação 4558	8.561,25
TOTAL DO EXERCÍCIO DE 2024	8.561,25

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Guarapari-ES, 11 de março de 2025.

RODRIGO LEMOS BORGES
PREFEITO MUNICIPAL

Protocolo 1511993

DECRETO Nº. 156/2025

ESTABELECE A PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E O CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO MENSAL DE DESEMBOLSO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO DE 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAPARI, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 88, incisos III, da Lei Orgânica do Município;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica estabelecido a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso do Município de Guarapari - ES para o exercício financeiro de 2025, conforme Anexo I deste Decreto.

§ 1º. O disposto no *caput* deste artigo tem por objeto atender aos ditames dos arts. 8º e 9º da Lei Complementar nº 101, de 05 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF)

§ 2º. Considera-se Programação Financeira a distribuição mensal da receita estimada para o exercício de 2025, conforme a Lei nº 5.030, de 20 de dezembro de 2024 (Lei Orçamentária Anual - LOA), com as modificações promovidas pela Lei nº 5.039, de 16 de janeiro de 2025.

§ 3º. Considera-se Cronograma de Execução Mensal de Desembolso o instrumento de planejamento que visa compatibilizar a execução da despesa em conformidade com o efetivo ingresso das receitas.

Art. 2º. A programação Financeira e o Cronograma de Execução mensal de Desembolso, considera:

I - As disponibilidades financeiras existentes ao final do exercício de 2024, inclusive as reservas financeiras do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Guarapari - Estado do Espírito Santo;

II - A afluência mensal provável da receita própria e das transferências para a municipalidade, em conformidade com os valores previstos na Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2025, considerando o comportamento da arrecadação verificada no histórico anterior;

III - O pagamento dos valores inscritos em restos a pagar, bem como a previsão de cancelamento parcial ou total de valores inscritos até a data de 31 de dezembro de 2025;

IV - O pagamento das despesas a serem realizadas em conformidade com a Lei nº 5.030, de 20 de dezembro de 2024 (Lei Orçamentária Anual - LOA), com as modificações promovidas pela Lei nº 5.039, de 16 de janeiro de 2025.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo a 1º (primeiro) de janeiro de 2025.

Guarapari/ES, 25 de fevereiro de 2025.

RODRIGO LEMOS BORGES
Prefeito Municipal

Protocolo 1512051

DECRETO Nº. 162/2025

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO E FUNÇÃO GRATIFICADA

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAPARI, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 88, incisos III e IX, da Lei Orgânica do Município, c/c art. 19 da Lei nº 1.278/1991;

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica **EXONERADA**, a pedido, a servidora do cargo de provimento em comissão e função gratificada, conforme quadro abaixo:

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO - SEMED

NOME	CARGO	Lotação	DATA DA EXONERAÇÃO
ELIZABETH SOUZA FERNANDES MERENCIO	DIRETORA	CEMEI TERCÍLIA ASTORI GOBBI	24/02/2025

Art. 2º - Este decreto entra em vigor nesta data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Guarapari/ES, 24 de fevereiro de 2025.

RODRIGO LEMOS BORGES
Prefeito Municipal

Protocolo 1512053

DECRETO Nº. 158/2025

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO EFETIVO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAPARI, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 88, incisos III e IX, da Lei Orgânica do Município, c/c art. 19 da Lei nº 1.278/1991;

Considerando a solicitação contida no Processo Administrativo nº. 2952/2025;

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica **EXONERADO** "**a pedido**" o senhor **LUCAS EDSON MEDEIROS**, ocupante dos cargos em efetivos de **PROFESSOR MAPA V**, **detentor de 2 cadeiras (matricula nº 14623 e matricula nº 17168)** na Secretaria Municipal e Educação - SEMED.

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01.02.2025.

Guarapari/ES, 25 de fevereiro de 2025.

RODRIGO LEMOS BORGES
Prefeito Municipal

Protocolo 1512054

DECRETO Nº. 157/2025

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO FETIVO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAPARI, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 88, incisos III e IX, da Lei Orgânica do Município, c/c art. 19 da Lei nº 1.278/1991;

Considerando a solicitação contida no Processo Administrativo nº. 2511/2025;

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica **EXONERADA** "**a pedido**" a senhora **MARINA VERONICA GRASSELI GARCIA**, ocupante do cargo em efetivo de **PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO A**, **na função REGENTE DE CLASSE**, **25 horas**, na Secretaria Municipal e Educação - SEMED.

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 30.01.2025.

Guarapari/ES, 25 de fevereiro de 2025.

RODRIGO LEMOS BORGES
Prefeito Municipal

Protocolo 1512055

DECRETO Nº 169/2025

DISPÕE SOBRE RERRATIFICAÇÃO DO DECRETO DE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR DE CARGO EM COMISSÃO E FUNÇÃO DE CONFIANÇA Nº 96/2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAPARI, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 88, incisos III e IX, da Lei Orgânica do Município, c/c art. 19 da Lei nº 1.278/1991;

D E C R E T A:

Art. 1º - Rerratificar o Decreto nº 096/2025, de 11 de fevereiro de 2025, passando a vigorar com a seguinte redação:
Onde se lê:
"**Art. 2º** - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03.02.2025.".
Leia-se:
"**Art. 2º** - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 22.01.2025.".
Art. 2º - Ficam inalterados os demais dispositivos do Decreto Municipal nº. 96/2025.
Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 22.01.2025.

Guarapari/ES, 12 de março de 2025.

RODRIGO LEMOS BORGES
Prefeito Municipal

Protocolo 1512571

DECRETO nº 170/2025

Dispõe sobre exoneração de servidores efetivos ocupantes de cargo comissionado de diretor adjunto escolar, e nomeação de outros para os mesmos cargos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAPARI, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 88, incisos III e IX, da Lei Orgânica do Município, c/c art. 19 da Lei nº 1.278/1991, DECRETA:

Art. 1°. Ficam **EXONERADOS**, "a pedido", os servidores BIANCA GOMES FERREIRA, ocupante do cargo comissionado de diretora adjunta escolar da EMEF Costa e Silva, do respectivo cargo, nomeada para tal pelo Decreto 128/2025; e EDINALDO FIDELES DA SILVA, ocupante do cargo comissionado de diretor adjunto escolar do EMEF Darcy Ribeiro, do respectivo cargo, nomeado pelo Decreto 128/2025;

Art. 2°. Ficam **NOMEADOS** para os cargos de diretor adjunto escolar da EMEF Costa e Silva, da EMEF Benedita Martins de Souza e da EMEF Darcy Ribeiro, os servidores EDINALDO FIDELES DA SILVA, LILLYANN MARCIA BRUNO DE SOUZA e OLGA RODRIGUES VICENTE FERNANDES, respectivamente.

Art. 3º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 14 de março de 2025.

Art. 4°. Revogam-se as disposições em contrário.

Guarapari/ES, 14 de março de 2025.

RODRIGO LEMOS BORGES
Prefeito Municipal de Guarapari
Protocolo 1512653

DECRETO Nº. 171/2025

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E NOMEAÇÃO DE SERVIDOR EM CARGO EM COMISSÃO E FUNÇÃO GRATIFICADA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAPARI, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, contidas no art. 88 incisos III e IX, da Lei Orgânica do Município, c/c art. 19 da Lei nº 1.278/1991;
D E C R E T A:

Art. 1º - Fica **EXONERADO** o seguinte servidor:

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOB	
SERVIDOR	CARGO
PABLO THIERES PERIM	ASSISTENTE TÉCNICO

Art. 2º - Fica **NOMEADO** o seguinte servidor:

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOB	
SERVIDOR	CARGO
GILBERTO MARCHIORI FERREIRA	ASSISTENTE TÉCNICO

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06.03.2025.
Guarapari/ES, 14 de março de 2025.

RODRIGO LEMOS BORGES
Prefeito Municipal
Protocolo 1512960

Deliberação

RERRATIFICAÇÃO DE TERMO DE POSSE

O **PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAPARI**, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais contidas no inciso III e IX do Art. 88, da Lei Orgânica Municipal - LOM, considerando as informações contidas no Processo Administrativo nº. 200545/2024, **RERRATIFICA** o **TERMO DE POSSE E COMPROMISSO**, assinado em 22 de junho de 1990, pelo servidor:

Onde se lê: "22 (vinte e dois) dias do mês de junho do ano de 1990, perante o Sr. BENEDITO SOTER LYRA, Prefeito Municipal de Guarapari, Estado do Espírito Santo, compareceu a Sra. ANA ELISA CERQUEIRA LEITE, nomeada pelo Decreto nº 1.832/90 de **22/06/1991** para exercer, em caráter efetivo, o cargo de AJUDANTE DE SERVIÇO - ATENDENTE, desta Prefeitura, tendo-se comprometido, pelo presente termo, a desempenhar honrada e fielmente os deveres inerentes ao cargo. Foi-lhe dada posse, para os efeitos do disposto no art. 21, parágrafo único, do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Espírito Santo. Faz parte integrante deste termo a declaração em anexo, dos bens e valores que constituem o patrimônio do empossado, que será rubricado pelo Sr. Prefeito. Para constar, lavrou-se o presente termo, subscrito por mim UBIRAJARA DE ALMEIDA, Secretário Municipal de Administração, pelo empossado e pelo Sr. Prefeito. Dado e passado na sede da administração da Prefeitura Municipal de Guarapari, Estado do Espírito Santo, aos 22 (vinte e dois) dias do mês de junho, do ano de mil novecentos e noventa (1990).
Guarapari-ES, 22 de junho de 1990

Leia-se: "22 (vinte e dois) dias do mês de junho do ano de 1990, perante o Sr. BENEDITO SOTER LYRA, Prefeito Municipal de Guarapari, Estado do Espírito Santo, compareceu a Sra. ANA ELISA CERQUEIRA LEITE, nomeada pelo Decreto nº 1.832/90 de **22/06/1990** para exercer, em caráter efetivo, o cargo de AJUDANTE DE SERVIÇO - ATENDENTE, desta Prefeitura, tendo-se comprometido, pelo presente termo, a desempenhar honrada e fielmente os deveres inerentes ao cargo. Foi-lhe dada posse, para os efeitos do disposto no art. 21, parágrafo único, do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Espírito Santo. Faz parte integrante deste termo a declaração em anexo, dos bens e valores que constituem o patrimônio do empossado, que será rubricado pelo Sr. Prefeito. Para constar, lavrou-se o presente termo, subscrito por mim UBIRAJARA DE ALMEIDA, Secretário Municipal de Administração, pelo empossado e pelo Sr. Prefeito. Dado e passado na sede da administração da Prefeitura Municipal de Guarapari, Estado do Espírito Santo, aos 22 (vinte e dois) dias do mês de junho, do ano de mil novecentos e noventa (1990).

Guarapari-ES, 22 de junho de 1990

Guarapari/ES, 27 de fevereiro de 2025.

RODRIGO LEMOS BORGES
Prefeito Municipal

ANA ELISA CERQUEIRA LEITE
Empossada

Protocolo 1512934

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO - 002/2025

CONCEDENTE: MUNICIPIO DE GUARAPARI/ES
ESTUDANTE: MARCIELE DA CRUZ SIMÕES.

OBJETO: CELEBRAM ENTRE SI O ADITAMENTO AO TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO (TCE Nº. 9356347), FIRMADO ENTRE A UNIDADE CONCEDENTE, O ESTAGIÁRIO E A INSTITUIÇÃO DE ENSINO INSTITUTO FEDERAL DE CIENCIA E TECNOLOGIA DO ESPIRITO SANTO - IFES GUARAPARI. VIGÊNCIA DE 17/03/2025 ATÉ 16/03/2026.

Protocolo 1512937

EXTRATO DO TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO - 001/2025

CONCEDENTE: MUNICIPIO DE GUARAPARI/ES
ESTUDANTE: MARIANA DE SOUZA BENEVIDES.

OBJETO: CELEBRAM ENTRE SI O ADITAMENTO AO TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO (TCE Nº. 9366525), FIRMADO ENTRE A UNIDADE CONCEDENTE, O ESTAGIÁRIO E A INSTITUIÇÃO DE ENSINO UNIVERSIDADE PITÁGORAS UNOPAR ANHANGUERA. VIGÊNCIA DE 17/03/2025 ATÉ 16/03/2026.

Protocolo 1512942

COMUNICADO DE ELIMINAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GUARAPARI-ES torna público que o candidato abaixo convocado para o Concurso Público Municipal, **Edital nº. 001/2020**, através da **Convocação Nº 42/2024**, publicada dia 18/12/2024, no Diário Oficial dos Municípios, **ESTÁ SENDO ELIMINADO POR DESISTÊNCIA**, em face do descumprimento ao procedimento admissional de ingresso no serviço público municipal, com fulcro nos itens 15.5 (2ª fase - exame médico pré-admissional) e **15.8.1 do Edital Nº. 001/2020**, **combinado com o ato de Convocação Nº. 01/2022**, **Anexo II (2ª fase)**.

PROFISSIONAL ESPECIALISTA EM SAÚDE II - ENFERMEIRA		
CLASS.	Nº INSC.	CANDIDATO
55º	000407	ANA PAULA COSTA MARTINS

RODRIGO LEMOS BORGES
PREFEITO MUNICIPAL

Protocolo 1512941

Convocação

COMUNICADO DE CONVOCAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GUARAPARI-ES torna público que o participante abaixo classificado fica convocado para comparecer no Administrativo da Secretaria Municipal de Integração da Cidade, situado à Rua Josias Cerutti, nº717, Praia do Morro - Guarapari/ES, no prazo de **05 (cinco) dias úteis, contados a partir da publicação deste COMUNICADO, no horário de 08:30 ao 12:00 e de 14:00 às 17:00 horas**, para retirar o crachá de identificação e o Documento de Arrecadação Municipal - DAM referente ao licenciamento da atividade,

CONVOCAÇÃO DE SUPLENTES - CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CADASTRAMENTO Nº003/2023					
Nome	Processo	Categoria	Praia	Data de Nasc.	Pontuação
Aracelis da Silva	31406/2023	Cadeiras e Ombrelone	Praia do Morro	28/08/1978	34

O NÃO COMPARECIMENTO NO PRAZO ESTABELECIDO IMPLICARÁ EM SUA ELIMINAÇÃO, INDEPENDENTE DE NOTIFICAÇÃO, OCASIONANDO A CONVOCAÇÃO DO PRÓXIMO CANDIDATO CLASSIFICADO.

Guarapari (ES), 13 de março de 2025.

RONALDO GOMES
Secretário Municipal de Integração da Cidade

Protocolo 1512991



Portaria

PORTARIA/GAB Nº. 84/2025

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA SEM VENCIMENTOS

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAPARI, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, contidas no art.88, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto no Processo Administrativo nº. 1701/2025;

RESOLVE:

Art. 1º - **CONCEDER LICENÇA SEM VENCIMENTOS**, pelo período de 04 (quatro) anos, a partir do dia 01 de fevereiro de 2025, o servidor **RODRIGO DO NASCIMENTO BORRETI**, ocupante do cargo efetivo de **TECNICO ADMINISTRATIVO E CONTABIL, na função ASSISTENTE ADMINISTRATIVO**, **40HR**, lotado na Secretaria Municipal de Educação - SEMED.

Parágrafo Único - A servidora licenciada de que trata o **caput** deste artigo, deverá comparecer ao local de trabalho onde se encontra lotada, no primeiro dia útil subsequente ao término desta licença sem vencimentos, para continuar o exercício das funções inerentes ao cargo que ocupa**.**

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA - SE

Dada e passada no Gabinete do Prefeito Municipal de Guarapari, Estado do Espírito Santo, aos 20 (vinte) dias do mês de fevereiro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

RODRIGO LEMOS BORGES
Prefeito Municipal

Protocolo 1512049

PORTARIA/GAB Nº. 93/2025

DISPÕE SOBRE REGIME ESPECIAL DE TRABALHO - REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA PREVISTA EM LEI 8.112/1990.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAPARI, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, contidas no art.88, inciso III, da Lei Orgânica do Município - LOM.
Considerando a aplicação do art. 98 §2º e §3º da Lei 8.112/1990 ao caso concreto, conforme decisão proferida pelo Superior Tribunal Federal no Recurso Extraordinário nº 1.237.867 sob o tema 1.097, com Repercussão Geral;
Considerando o disposto no Processo Adm. nº. 2926/2025;

RESOLVE:

Art. 1º - **AUTORIZAR** o servidor **FELIX TADEU JULIATTI**, ocupante do cargo efetivo de **PROFISSIONAL EM ESPECIALIDADES**, na função de **ADMINISTRADOR**, 40 (quarenta) horas, localizado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Captação - **SEMDEC**, a atuar em Regime Especial de trabalho com redução de 30% da totalidade da carga horária de trabalho, conforme art. 2º da Lei Complementar nº 153/2024, reduzindo sua carga horária total para **28 (vinte e oito) horas semanais, sem prejuízo de sua remuneração.**

Art. 2º - A redução de carga horária autorizada por meio desta Portaria terá vigência de 01 (um) ano contado da data de sua publicação, podendo ser prorrogado por igual período, se atendidos os pressupostos para sua renovação.

CUMPRA - SE

Dada e passada no Gabinete do Prefeito Municipal de Guarapari, Estado do Espírito Santo, aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de fevereiro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

RODRIGO LEMOS BORGES
Prefeito Municipal

Protocolo 1512050

PORTARIA/GAB Nº. 90/2025

CONCEDE LICENÇA A SERVIDOR PARA DESEMPENHO DE MANDATO CLASSISTA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAPARI, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, contidas no art.88, inciso III, da Lei Orgânica do Município,

Considerando ainda o disposto no Processo Administrativo nº. 32.384/2024;
RESOLVE:

Art. 1º-. Conceder licença remunerada à servidora **MARCELA PEREIRA ANTUNES**, nomeada para prover o cargo efetivo de Agente de Atendimento em Saúde B, na função de Agente Comunitário de Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde - SEMSA, **para o desempenho de mandato classista**, **quadriênio 2025/2028**, **junto ao SINTRAG** - **Sindicato dos Trabalhadores da Administração Direta e Indireta e do Poder Legislativo do Município de Guarapari**, com fulcro no art. 193 da Lei nº 1278/1991, art. 105 da Lei Orgânicas do Município - LOM e arts. 122, IX; 147, §§ e 183, III da Lei Complementar nº 046/1994.

Art. 2º - A frequência funcional deverá ser atestada pelo SINTRAG e encaminhada a Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Recursos Humanos - SEMAD, até o dia 12 de cada mês.
Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 13/01/2025.

CUMPRA - SE

Dada e passada no Gabinete do Prefeito Municipal de Guarapari, Estado do Espírito Santo, aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de fevereiro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

RODRIGO LEMOS BORGES
Prefeito Municipal

Protocolo 1512056

PORTARIA/GAB Nº. 96/2025

DISPÕE SOBRE A RECENTRALIZAÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES REFERENTES À ILUMINAÇÃO PÚBLICA, MANUTENÇÃO DE REDES DE DISTRIBUIÇÃO, DE REPOSIÇÃO DE LÚMINÁRIAS E DE PROJETOS PARA AMPLIAÇÃO E EXTENSÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, NAS ÁREAS URBANA E RURAL E OS POSTES, ANTERIORMENTE DELEGADAS À COMPANHIA DE MELHORAMENTOS E DESENVOLVIMENTO URBANO DE GUARAPARI - CODEG, TRANSFERINDO-AS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOB.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAPARI e **O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS**, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela legislação vigente,
CONSIDERANDO a necessidade de aprimorar a prestação dos serviços públicos de iluminação no Município;
CONSIDERANDO o interesse público na otimização dos recursos e na eficácia dos serviços prestados à população;
CONSIDERANDO os princípios da Administração Pública, notadamente os princípios da eficiência, economicidade, legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade;
CONSIDERANDO a necessidade de garantir a economicidade na prestação dos serviços públicos, otimizando os recursos financeiros e administrativos do Município;
CONSIDERANDO a autonomia do Município, garantida pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica do Município de Guarapari no art. 22, VIII e XI "e", para organizar e prestar serviços públicos essenciais de iluminação pública;
CONSIDERANDO a conveniência administrativa de recentralizar as atribuições relativas à gestão, manutenção e operação da rede de iluminação pública e dos postes;
CONSIDERANDO que a recentralização dos serviços permitirá maior controle, eficiência e qualidade na execução das atividades de iluminação pública;
CONSIDERANDO que o contrato n.º 004/2021, celebrado entre a CODEG e a empresa SALVADOR ENGENHARIA LTDA, para a execução dos serviços de iluminação pública tem como termo final a data de 04/05/2025, sendo necessária a transição ordenada das atividades;
CONSIDERANDO as disposições do Decreto-Lei nº 200/1967, que orienta a gestão dos contratos administrativos e a reestruturação da administração pública;

RESOLVEM:

Art. 1º Ficam recentralizadas no âmbito da Administração Direta as atribuições relativas à iluminação pública, a manutenção de redes de distribuição, de reposição de luminárias e de projetos para ampliação e extensão de iluminação pública, nas áreas urbana e rural, e os postes, anteriormente delegadas à Companhia de Melhoramentos e Desenvolvimento Urbano de Guarapari - CODEG.
Art. 2º A execução dos serviços mencionados no artigo anterior será pela Secretaria Municipal de Obras - SEMOB, que assumirá integralmente a responsabilidade pela gestão, manutenção e aprimoramento da rede de iluminação.
Art. 3º A CODEG deverá, no prazo de 90 (noventa) dias, transferir à SEMOB toda a documentação, ativos, contratos e demais informações relevantes relacionadas aos serviços ora recentralizados, garantindo a continuidade dos serviços.
Art. 4º A SEMOB adotará as providências necessárias para assegurar a continuidade e a melhoria dos serviços, podendo celebrar contratos, ajustes e convênios, nos termos da legislação vigente, observando os princípios da economicidade e da eficiência.
Art. 5º Para assegurar a transição ordenada dos serviços, ficam estabelecidas as seguintes regras:
I - A CODEG continuará executando os serviços de iluminação pública, de modo precário, até o Município licitar os serviços previstos no art. 1º, possuindo como data limite *o dies ad quem* em 15/10/2025, garantindo a continuidade dos serviços, de forma ininterrupta, sem prejuízo à população;
II - A SEMOB designará uma equipe técnica especializada para acompanhar e gerir o processo de transição, absorvendo as atividades operacionais relacionadas à manutenção e gestão da iluminação pública;
III - Serão realizados treinamentos e capacitações aos servidores que assumirão as funções relativas à iluminação pública na SEMOB, garantindo a continuidade do conhecimento técnico e operacional;
IV - Quaisquer pendências ou divergências identificadas durante o processo de transição deverão ser formalmente comunicadas entre as partes, para a adoção imediata de providências corretivas;
V - A SEMOB e a CODEG deverão apresentar relatório conjunto sobre a efetivação da transição no prazo de 30 (trinta) dias após a conclusão do processo.
Art. 6º Fica autorizada a Secretaria Municipal de Obras - SEMOB, a promover a abertura de processo licitatório, na modalidade que entender pertinente, para a execução dos serviços previstos no art. 1º desta Portaria, devendo apresentar à Secretaria Municipal de Administração, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação desta Portaria, o termo de referência detalhado, que contemplará as especificações técnicas, orçamentárias e demais requisitos necessários à formalização do certame.
Art. 7º Os casos omissos serão regulamentados pela SEMOB.
Art. 8º Esta Portaria Conjunta entra em vigor na data de sua publicação

Guarapari - ES., 27 de fevereiro de 2025.

RODRIGO LEMOS BORGES
Prefeito Municipal

MARCELO BARBOSA CIRINO
Secretário Municipal de Obras

Protocolo 1512565

PORTARIA/GAB Nº. 92/2025

DISPÕE SOBRE REGIME ESPECIAL DE TRABALHO - REDUÇÃO DE CARGA HORÁRIA PREVISTA EM LEI 8.112/1990.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAPARI, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, contidas no art.88, inciso III, da Lei Orgânica do Município - LOM.
Considerando a aplicação do art. 98 §2º e §3º da Lei 8.112/1990 ao caso concreto, conforme decisão proferida pelo Superior Tribunal Federal no Recurso Extraordinário nº 1.237.867 sob o tema 1.097, com

Repercussão Geral;
Considerando o disposto no Processo Adm. nº. 29352/2024;

RESOLVE:

Art. 1º - **AUTORIZAR** a servidora **NATALIA DE ALMEIDA MEDANHA BARRIENTOS**, ocupante do cargo efetivo de **TECNICO ADMINISTRATIVO E CONTABIL**, na função de **ASSISTENTE ADMINISTRATIVO**, 40 (quarenta) horas, localizada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Cidade e Habitação - **SEMDEH**, a atuar em Regime Especial de trabalho com redução de 30% da totalidade da carga horária de trabalho, conforme art. 2º da Lei Complementar nº 153/2024, reduzindo sua carga horária total para **28 (vinte e oito) horas semanais, sem prejuízo de sua remuneração.**

Art. 2º - A redução de carga horária autorizada por meio desta Portaria terá vigência de 01 (um) ano contado da data de sua publicação, podendo ser prorrogado por igual período, se atendidos os pressupostos para sua renovação.

CUMPRA - SE

Dada e passada no Gabinete do Prefeito Municipal de Guarapari, Estado do Espírito Santo, aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de fevereiro de 2025 (dois mil e vinte e cinco).

RODRIGO LEMOS BORGES
Prefeito Municipal

Protocolo 1512822

PORTARIA/SEMED Nº. 026/2025

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES PARA ATUAREM NA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DAS AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO PROVENIENTES DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇO Nº 23/2025 E 24/2025.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GUARAPARI, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR os servidores da Secretaria Municipal de Educação - SEMED, abaixo relacionados, para atuarem na gestão e fiscalização das Autorizações de Fornecimento - AF, provenientes das **ATAS DE REGISTRO DE PREÇO N.º 23/2025 E 24/2025**, cujo o objeto visa a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL DE LIMPEZA, VIA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, EM ATENDIMENTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED:**
I - Gestora do Contrato: ROSANA BISPO URSINI, ocupante do cargo de **Subsecretária Municipal de Educação**, Matrícula 161845;
II - Fiscal Titular: SEVERIANO MACHADO NETO, ocupante do cargo de **Profissional MAPP**, Matrícula 017076;
II - Fiscal Suplente: MARCELO ROSA DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de **Agente de Serviço Operacional I**, Matrícula 223467.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Guarapari/ES, 10 de maço de 2025.

JACIARA MORAES LYRIO DEZAN
Secretária Municipal de Educação
Decreto nº 032/2025

Protocolo 1512970

Termos

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO DE Nº. 2366/2025

DISTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARAPARI/ES E FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEMTAC.
DISTRATADO: YAN FERREIRA
OBJETO: FICA ANTECIPADAMENTE RESCINDIDO UNILATERALMENTE O CONTRATO INDICADO NA CLÁUSULA PRIMEIRA, COM DATA RETROATIVA A PARTIR DE 09/01/2025, EM RAZÃO DA SOLICITAÇÃO DO CONTRATADO, DE ACORDO COM O PROCESSO Nº 2366/2025, NA FORMA DA CLAUSULA QUINTA, INCISO III DO CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE TRABALHO, JUSTIFICADAS ENTRE AS PARTES, RENUNCIANDO AO DIREITO DE EXIGIR, JUDICIAL OU EXTRAJUDICIALMENTE, A APLICAÇÃO DE PENALIDADES, MULTAS E/OU INDENIZAÇÕES, POR AMBAS AS PARTES.

Protocolo 1512065

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO DE Nº. 1904/2025

DISTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARAPARI/ES E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE- SEMSA.
DISTRATADA: MARILZA ROSA

OBJETO: FICA ANTECIPADAMENTE RESCINDIDO UNILATERALMENTE O CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 2148/2024, CUJO OBJETO ERA A CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE PROFISSIOANL, PARA ATUAR COMO TÉCNICO EM ENFERMAGEM, CUJA VIGÊNCIA CONTRATUAL TEVE INÍCIO EM 12 DE DEZEMBRO DE 2024.
A PRESENTE RECISÃO ANTECIPADA DO CONTRATO TEMPORÁRIO DE TRABALHO É A PARTIR DE 23 DE JANEIRO DE 2025.

Protocolo 1512376

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO DE Nº. 4585/2025

DISTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARAPARI/ES E SECRETARIA MUNICIPAL DE INTEGRAÇÃO DA CIDADE - SEMIC
DISTRATADO: GUSTAVO DE SOUZA MACIEL

OBJETO: O PRESENTE TERMO TEM POR OBJETO O DISTRATO/RESCISÃO CONTRATO Nº 2251/2024, CONFORME O PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 22320/2043.
FICA RESCINDIDO/DISTRATADO A PARTIR DE 17 DE FEVEREIRO DE 2025.

Protocolo 1512392

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO DE Nº. 1606/2025

DISTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARAPARI/ES E FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSA
DISTRATADO: MARCELO NOLASCO DE SOUZA

OBJETO: O PRESENTE TERMO TEM POR OBJETO O DISTRATO/RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 2167/2024, CUJO OBJETO ERA A CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE PROFISSIONAL, PARA ATUAR COMO ENFERMEIRO.
FICA RESCINDIDO/DISTRATADO A PARTIR DE 07 DE JANEIRO DE 2025.

Protocolo 1512535

Contrato

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 26.998/2024
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARAPARI/ES.
CONTRATADA: JANILY VIANA GASPERIN

OBJETO: CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO POR 06 (SEIS) MESES, A PARTIR DA ASSINATURA DO TERMO ADMINISTRATIVO CONTRATUAL, (14 DE JANEIRO DE 2025 À 13 DE JULHO DE 2025), PODENDO SER PRORROGADO OU NÃO, DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE DO EDITAL, DE PROFISSIONAL PARA O DESEMPENHO DA FUNÇÃO DE ODONTÓLOGO - 40 HORAS/SEMANAIS, PARA ATUAR NO MUNICÍPIO DE GUARAPARI.

Protocolo 1512071

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 27.207/2024
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARAPARI/ES.
CONTRATADA: ALZINA ALMEIDA DAVID FILHA

OBJETO: CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO POR 06 (SEIS) MESES, A PARTIR DA ASSINATURA DO TERMO ADMINISTRATIVO CONTRATUAL, (29 DE JANEIRO DE 2025 À 28 DE JULHO DE 2025), PODENDO SER PRORROGADO POR IGUAL PERÍODO, DE PROFISSIONAL PARA O DESEMPENHO DA FUNÇÃO DE MÉDICO CLÍNICO GERAL - 24 HORAS/SEMANAIS, PARA ATUAR NO MUNICÍPIO DE GUARAPARI.

Protocolo 1512073

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 631/2025
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARAPARI/ES.
CONTRATADA: KELVIA DE FREITAS SILVEIRA RIBEIRO

OBJETO: TEM POR FINALIDADE ATENDER À NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, PARA A CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS NECESSÁRIOS PARA ATENDER A NECESSIDADE DE PROFISSIONAIS NA ÁREA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA, DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, DESENVOLVIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E CIDADANIA - SEMTAC.
O PROFISSIONAL CONTRATADO ATUARÁ COMO ASSISTENTE SOCIAL. A VIGÊNCIA DESTA CONTRATAÇÃO SERÁ DE 12 (DOZE) MESES, A PARTIR DE 24/02/2025 ATÉ A DATA DE 23/02/2026.

Protocolo 1512076

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 27.207/2024
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARAPARI/ES.
CONTRATADO: BRUNO CESAR BARBOSA

OBJETO: CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO POR 06 (SEIS) MESES, A PARTIR DA ASSINATURA DO TERMO ADMINISTRATIVO CONTRATUAL, (03 DE FEVEREIRO DE 2025 À 02 DE AGOSTO DE 2025), PODENDO SER PRORROGADO POR IGUAL PERÍODO, DE PROFISSIONAL PARA O DESEMPENHO DA FUNÇÃO DE MÉDICO CLÍNICO GERAL - 24 HORAS/SEMANAIS, PARA ATUAR NO MUNICÍPIO DE GUARAPARI.

Protocolo 1512099

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 26.998/2024
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARAPARI/ES.
CONTRATADA: MICHELLY FREIRE CORREA BERGAMINI.

OBJETO: CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO POR 06 (SEIS) MESES, A PARTIR DA ASSINATURA DO TERMO ADMINISTRATIVO CONTRATUAL, (20 DE JANEIRO DE 2025 À 19 DE JULHO DE 2025), PODENDO SER PRORROGADO OU NÃO, DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE DO EDITAL, DE PROFISSIONAL PARA O DESEMPENHO DA FUNÇÃO DE ODONTÓLOGO - 40 HORAS/SEMANAIS, PARA ATUAR NO MUNICÍPIO DE GUARAPARI.

Protocolo 1512104

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 26.998/2024
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARAPARI/ES.
CONTRATADA: VIVIAN VITÓRIA DOS ANJOS.

OBJETO: CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO POR 06 (SEIS) MESES, A PARTIR DA ASSINATURA DO TERMO ADMINISTRATIVO CONTRATUAL, (15 DE JANEIRO DE 2025 À 14 DE JULHO DE 2025), PODENDO SER PRORROGADO OU NÃO, DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE DO EDITAL, DE PROFISSIONAL PARA O DESEMPENHO DA FUNÇÃO DE ODONTÓLOGO - 40 HORAS/SEMANAIS, PARA ATUAR NO MUNICÍPIO DE GUARAPARI.

Protocolo 1512111

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 26.998/2024
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARAPARI/ES.
CONTRATADO: BRUNO MUZI VIEIRA DA SILVA

OBJETO: CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO POR 06 (SEIS) MESES, A PARTIR DA ASSINATURA DO TERMO ADMINISTRATIVO CONTRATUAL, (16 DE JANEIRO DE 2025 À 15 DE JULHO DE 2025), PODENDO SER PRORROGADO OU NÃO, DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE DO EDITAL, DE PROFISSIONAL PARA O DESEMPENHO DA FUNÇÃO DE ODONTÓLOGO - 40 HORAS/SEMANAIS, PARA ATUAR NO MUNICÍPIO DE GUARAPARI.

Protocolo 1512117

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO TEMPORÁRIO
PROCESSO ADMINISTRATIVO DE Nº 1456/2025

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARAPARI/ES.

CONTRATADA: MARLUCE ALMEIDA DOS SANTOS PASSOS

OBJETO: O PRESENTE CONTRATO TEM POR FINALIDADE ATENDER À NECESSIDADE TEMPORÁRIA, PARA A CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS NECESSÁRIOS PARA ATENDER A NECESSIDADE DE PROFISSIONAIS NA ÁREA DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA, DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E CIDADANIA - SEMTAC.
O PROFISSIONAL CONTRATADO ATUARÁ COMO ASSISTENTE SOCIAL NO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, A PARTIR DE 27/02/2025 ATÉ A DATA DE 26/02/2026.

Protocolo 1512348

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 020/2024
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARAPARI/ES.
CONTRATADA: ALINE SANTOS MARIANO

OBJETO: CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE PROFISSIONAL PARA DESEMPENHO DA FUNÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - 40 HORAS/SEMANAL PARA ATUAR NO MUNICÍPIO DE GUARAPARI-ES, NO PERÍODO DE 06 (SEIS) MESES, 28 DE FEVEREIRO DE 2025 À 27 DE AGOSTO DE 2025.
A REMUNERAÇÃO PELOS SERVIÇOS ORA PRESTADOS SERÁ DE R$ 1.574,07 (HUM MIL E QUINHENTOS E SETENTA E QUATRO REAIS E SETE CENTAVOS).

Protocolo 1512607

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº. 019/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO DE Nº 31619/2024

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARAPARI/ES.
CONTRATADO: DENILSON ISIDORO LOURENÇO

OBJETO: O PRESENTE ADITIVO TEM COMO OBJETO A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 019/2024, PARA DESEMPENHO DA FUNÇÃO DE MOTORISTA - 40 HORAS/SEMANAL, PELO PERÍODO DE 15 DE FEVEREIRO À 14 DE AGOSTO DE 2025, NO PERÍODO DE 06 MESES PODENDO SER PRORROGADO POR IGUAL PERÍODO.
A REMUNERAÇÃO PELOS SERVIÇOS ORA PRESTADOS SERÁ DE R$ 1.782,61 (UM MIL E SETECENTOS E OITENTA E DOIS REAIS E SESSENTA E UM CENTAVOS) MENSAL.

Protocolo 1512802

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 019/2024.
PROCESSO ADMINISTRATIVO DE Nº 31619/2024

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARAPARI/ES.
CONTRATADO: BRUNO SOARES GOMES

OBJETO: O PRESENTE ADITIVO TEM COMO OBJETO A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 019/2024, PARA DESEMPENHO DA FUNÇÃO DE MOTORISTA - 40 HORAS/SEMANAL, PELO PERÍODO DE 23 DE JANEIRO DE 2025 ATÉ 22 DE JULHO DE 2025, NO PERÍODO DE 06 MESES PODENDO SER PRORROGADO POR IGUAL PERÍODO.
A REMUNERAÇÃO PELOS SERVIÇOS ORA PRESTADOS SERÁ DE R$ 1.782,61 (UM MIL E SETECENTOS E OITENTA E DOIS REAIS E SESSENTA E UM CENTAVOS) MENSAL.

Protocolo 1512806

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº. 019/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO DE Nº 31619/2024

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARAPARI/ES.
CONTRATADO: ANDERSON SIMÕES SANT'ANA

OBJETO: O PRESENTE ADITIVO TEM COMO OBJETO A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 019/2024, PARA DESEMPENHO DA FUNÇÃO DE MOTORISTA - 40 HORAS/SEMANAL, PELO PERÍODO DE 23 DE JANEIRO DE 2025 ATÉ 22 DE JULHO DE 2025, NO PERÍODO DE 06 MESES PODENDO SER PRORROGADO POR IGUAL PERÍODO.
A REMUNERAÇÃO PELOS SERVIÇOS ORA PRESTADOS SERÁ DE R$ 1.782,61 (UM MIL E SETECENTOS E OITENTA E DOIS REAIS E SESSENTA E UM CENTAVOS) MENSAL.

Protocolo 1512811

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº. 019/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO DE Nº 31619/2024

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARAPARI/ES.
CONTRATADO: NORMILTON MAIA DOS SANTOS

OBJETO: O PRESENTE ADITIVO TEM COMO OBJETO A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 019/2024, PARA DESEMPENHO DA FUNÇÃO DE MOTORISTA - 40 HORAS/SEMANAL, PELO PERÍODO DE 23 DE JANEIRO DE 2025 ATÉ 22 DE JULHO DE 2025, NO PERÍODO DE 06 MESES PODENDO SER PRORROGADO POR IGUAL PERÍODO.
A REMUNERAÇÃO PELOS SERVIÇOS ORA PRESTADOS SERÁ DE R$ 1.782,61 (UM MIL E SETECENTOS E OITENTA E DOIS REAIS E SESSENTA E UM CENTAVOS) MENSAL.

Protocolo 1512815

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 006/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 26119/2024
CÓDIGO IDENTIFICADOR: 2024.028E0700001.01.0063

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARAPARI/ES.
CONTRATADA: EMPRESA PARQUE PARAÍSO LTDA.

OBJETO: EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE CEMITÉRIO COM CESSÃO DE 600 (SEISCENTAS) CAPAS, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E CIDADANIA - SEMTAC.

VALOR: O VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO É DE R$ 2.278.800,00 (DOIS MILHÕES, DUZENTOS E SETENTA E OITO MIL E OITOCENTOS REAIS).

Protocolo 1512843

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº. 014/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO DE Nº 21320/2024

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARAPARI/ES.
CONTRATADO: PAULO HENRIQUE SANT'ANA **RODRIGUES**

OBJETO: CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE PROFISSIONAL PARA DESEMPENHO DA FUNÇÃO DE SALVA - VIDAS PARA ATUAR NO MUNICÍPIO DE GUARAPARI-ES, NO PERÍODO DE 27 DE FEVREIRO DE 2025 ATÉ 27 DE AGOSTO DE 2025.
A REMUNERAÇÃO PELOS SERVIÇO ORA PRESTADOS SERÁ DE R$ 1.548,00 (HUM MIL, QUINHENTOS E QUARENTA E OITO REAIS).

Protocolo 1512952

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº. 014/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO DE Nº 21320/2024

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARAPARI/ES.
CONTRATADO: RAFAEL BARROS CORREA

OBJETO: CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE PROFISSIONAL PARA DESEMPENHO DA FUNÇÃO DE SALVA - VIDAS PARA ATUAR NO MUNICÍPIO DE GUARAPARI-ES, NO PERÍODO DE 27 DE FEVREIRO DE 2025 ATÉ 27 DE AGOSTO DE 2025.
A REMUNERAÇÃO PELOS SERVIÇO ORA PRESTADOS SERÁ DE R$ 1.548,00 (HUM MIL, QUINHENTOS E QUARENTA E OITO REAIS).

Protocolo 1512957

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº. 014/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO DE Nº 21320/2024

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARAPARI/ES.
CONTRATADA: MICHELLE WAGNER PRISSO

OBJETO: CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE PROFISSIONAL PARA DESEMPENHO DA FUNÇÃO DE SALVA - VIDAS PARA ATUAR NO MUNICÍPIO DE GUARAPARI-ES, NO PERÍODO DE 27 DE FEVREIRO DE 2025 ATÉ 27 DE AGOSTO DE 2025.
A REMUNERAÇÃO PELOS SERVIÇO ORA PRESTADOS SERÁ DE R$ 1.548,00 (HUM MIL, QUINHENTOS E QUARENTA E OITO REAIS).

Protocolo 1512962

Aditivo

EXTRATO DO CONTRATO DÉCIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 101/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 1878/2025

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARAPARI/ES.
CONTRATADA: 3 S SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM LTDA

OBJETO: O PRESENTE TERMO TEM COMO OBJETO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 101/2022 POR 03 (TRÊS) MESES, CONTADOS A PARTIR DO DIA 03 DE FEVEREIRO DE 2025 A 02 DE MAIO DE 2025, CONFORME JUSTIFICATIVAS CONSTANTES NO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1878/2025.

Protocolo 1512059

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 003/2024.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 31846/2024

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARAPARI/ES.
CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DE GUARAPARI-ES.

OBJETO: - O presente Termo Aditivo tem por objeto a **RERRATIFICAÇÃO DO PRIMEIRO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº.003/2024.**

Onde se lê:

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CESSÃO DE USO Nº.003/2024 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE GUARAPARI E A ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DE GUARAPARI.

O **MUNICÍPIO DE GUARAPARI/ES**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Alencar Moraes de Rezende, nº 100, Jardim Boa Vista, Guarapari-ES, inscrito no CNPJ sob o nº 27.165.190/0001-53, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, **Sr. RODRIGO LEMOS BORGES**, divorciado, servidor público, inscrito no CPF nº 080.648.607-41, portador do RG nº1221444/SSP, e a **SECRETARIA DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E CIDADANIA** - SETAC, representada pela Srª **TATIANA COZER PINTO PERIM**, brasileira, portadora do RG nº.134.0216/SSP/ES e inscrita no CPF 069.745.787-76, doravante denominados **CONCEDENTES** e a **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE**, inscrita no CNPJ nº.02.325.057/0001-96, com sede à Rua Vereador Jorge Simões, nº.10, neste ao representada pela Srª **MARIA LUCIA GOMES TEDOLDI**, portadora do RG nº.183.728/ES, inscrita no CPF sob nº.328.342.417-91, doravante denominada **CONVENENTE**, têm justos e acordados o presente **TERMO ADITIVO AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº.003/2024**, em conformidade com o Processo Administrativo nº.31.846/2024, que se fará reger pelas cláusulas e condições que seguem:

Leia-se:

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CESSÃO DE USO Nº.003/2024 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE GUARAPARI E A ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DE GUARAPARI.

O **MUNICÍPIO DE GUARAPARI/ES**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Alencar Moraes de Rezende, nº 100, Jardim Boa Vista, Guarapari-ES, inscrito no CNPJ sob o nº 27.165.190/0001-53, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, **Sr. RODRIGO LEMOS BORGES**, divorciado, servidor público, inscrito no CPF nº 080.648.607-41, portador do RG nº1221444/SSP, e a **SECRETARIA DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA E CIDADANIA** - SETAC, representada pela Srª **TATIANA COZER PINTO PERIM**, brasileira, portadora do RG nº.134.0216/SSP/ES e inscrita no CPF 069.745.787-76, doravante denominados **CONCEDENTES** e a **ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DE GUARAPARI**, inscrita no CNPJ nº.28.565.687/0001-21, com sede à Rua Alencar Moraes de Resende, nº.100, Bairro Jardim Boa Vista, Guarapari/ES, neste ao representada

pela Srª **MARIA LUCIA GOMES TEDOLDI**, portadora do RG nº.183.728/ES, inscrita no CPF sob nº.328.342.417-91, doravante denominada **CONVENENTE**, têm justos e acordados o presente **TERMO ADITIVO AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº.003/2024**, em conformidade com o Processo Administrativo nº.31.846/2024, RESOLUÇÃO COSMAG Nº.002/2025, que se fará reger pelas cláusulas e condições que seguem:

Protocolo 1512061

EXTRATO DO CONTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 216/2023.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 3723/2025

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARAPARI/ES.
CONTRATADA: ASTORI CONSTRUTORA E MONTAGENS - EIRELI

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 216/2023 PELO PERÍODO DE 02 (DOIS) MESES, CONTADOS A PARTIR DO DIA 26 DE FEVEREIRO DE 2025ª 25 DE ABRIL DE 2025, CONFORME SOLICITAÇÃO E AUTORIZAÇÃO CONTIDAS NO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3723/2025.

Protocolo 1512131

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº. 116/2024.
PROCESSO ADMINISTRATIVO DE Nº 30516/2024

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARAPARI/ES.
CONTRATADA: POLIANE SILVA DE SOUZA

OBJETO: O PRESENTE ADITIVO TEM COMO OBJETO A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 116/2024, PELO PERÍODO DE 21/12/2024 ATÉ O TÉRMINO DA LICENÇA MATERNIDADE, EM RAZÃO DA ESTABILIDADE PROVISÓRIA.

Protocolo 1512238

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº. 1816/2024.
PROCESSO ADMINISTRATIVO DE Nº 32133/2024

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARAPARI/ES.
CONTRATADA: WILHANARA MAIOLI

OBJETO: O PRESENTE ADITIVO TEM COMO OBJETO A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 1816/2024, PELO PERÍODO DE 21/12/2024 ATÉ O TÉRMINO DA LICENÇA MATERNIDADE, EM RAZÃO DA ESTABILIDADE PROVISÓRIA.

Protocolo 1512244

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº. 1816/2024.
PROCESSO ADMINISTRATIVO DE Nº 30489/2024

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARAPARI/ES.
CONTRATADA: MARIANA CARVALHO GOMES

OBJETO: O PRESENTE ADITIVO TEM COMO OBJETO A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 1816/2024, PELO PERÍODO DE 21/12/2024 ATÉ O TÉRMINO DA LICENÇA MATERNIDADE, EM RAZÃO DA ESTABILIDADE PROVISÓRIA.

Protocolo 1512251

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº. 736/2024.
PROCESSO ADMINISTRATIVO DE Nº 30491/2024

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARAPARI/ES.
CONTRATADA: RENATA ARPINI VIANA

OBJETO: O PRESENTE ADITIVO TEM COMO OBJETO A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 736/2024, PELO PERÍODO DE 21/12/2024 ATÉ O TÉRMINO DA LICENÇA MATERNIDADE, EM RAZÃO DA ESTABILIDADE PROVISÓRIA.

Protocolo 1512254

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº. 484/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO DE Nº 28613/2024

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARAPARI/ES.
CONTRATADA: LUCIELI DOS SANTOS VIEIRA

OBJETO: O PRESENTE ADITIVO TEM COMO OBJETO A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 484/2024, PELO PERÍODO DE 21/12/2024 ATÉ O TÉRMINO DA LICENÇA MATERNIDADE, EM RAZÃO DA ESTABILIDADE PROVISÓRIA.

Protocolo 1512258

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº. 1108/2024.
PROCESSO ADMINISTRATIVO DE Nº 29300/2024

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARAPARI/ES.
CONTRATADA: BIANCHA SOUZA GONÇALVES SILVA

OBJETO: O PRESENTE ADITIVO TEM COMO OBJETO A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 1108/2024, PELO PERÍODO DE 21/12/2024 ATÉ O TÉRMINO DA LICENÇA MATERNIDADE, EM RAZÃO DA ESTABILIDADE PROVISÓRIA.

Protocolo 1512263

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº. 1672/2024.
PROCESSO ADMINISTRATIVO DE Nº 30251/2024

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARAPARI/ES.
CONTRATADA: ANDREZA SILVA LIMA

OBJETO: O PRESENTE ADITIVO TEM COMO OBJETO A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 1672/2024, PELO PERÍODO DE 21/12/2024 ATÉ O TÉRMINO DA LICENÇA MATERNIDADE, EM RAZÃO DA ESTABILIDADE PROVISÓRIA.

Protocolo 1512265

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº. 1454/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO DE Nº 29.630/2024

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARAPARI/ES.
CONTRATADA: KARLA BRUMANO CAMPOS

OBJETO: O PRESENTE ADITIVO TEM COMO OBJETO A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº. 1454/2024, PELO PERÍODO DE 21/12/2024 ATÉ O TÉRMINO DA LICENÇA MATERNIDADE, EM RAZÃO DA ESTABILIDADE PROVISÓRIA.

Protocolo 1512268

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº. 536/2024.
PROCESSO ADMINISTRATIVO DE Nº 29597/2024

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARAPARI/ES.
CONTRATADA: JULIANA DA SILVA PEREIRA

OBJETO: O PRESENTE ADITIVO TEM COMO OBJETO A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 536/2024, PELO PERÍODO DE 21/12/2024 ATÉ O TÉRMINO DA LICENÇA MATERNIDADE, EM RAZÃO DA ESTABILIDADE PROVISÓRIA.

Protocolo 1512274

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº. 1769/2024.
PROCESSO ADMINISTRATIVO DE Nº 29.643/2024

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARAPARI/ES.
CONTRATADA: SAMANTHA DE SOUZA RODRIGUES

OBJETO: O PRESENTE ADITIVO TEM COMO OBJETO A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 1769/2024, PELO PERÍODO DE 21/12/2024 ATÉ O TÉRMINO DA LICENÇA MATERNIDADE, EM RAZÃO DA ESTABILIDADE PROVISÓRIA.

Protocolo 1512275

EXTRATO DO CONTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 869/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 5242/2025

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARAPARI/ES.
CONTRATADA: ADELINO XAVIER CELESTE

OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM COMO OBJETIVO A PRORROGAÇÃO DO CONTARTO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 869/2024, PELO PERÍODO DE 31/01/2025 A 30/01/2026, EM RAZÃO DA MANUTENÇÃO DA NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

Protocolo 1512413

EXTRATO DO CONTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 1999/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 5242/2025

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARAPARI/ES.
CONTRATADA: ELIEZIO VICTOR DE SOUZA

OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM COMO OBJETIVO A PRORROGAÇÃO DO CONTARTO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 1999/2024, PELO PERÍODO DE 11/01/2025 A 14/02/2025, EM RAZÃO DA MANUTENÇÃO DA NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

Protocolo 1512417

EXTRATO DO CONTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 2031/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 5242/2025

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARAPARI/ES.
CONTRATADA: RINALDO NEVES CRUZ

OBJETO: O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM COMO OBJETIVO A PRORROGAÇÃO DO CONTARTO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 2031/2024, PELO PERÍODO DE 11/01/2025 A 14/02/2025, EM RAZÃO DA MANUTENÇÃO DA NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

Protocolo 1512419

EXTRATO DO CONTRATO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 009/2020.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 3358/2025

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARAPARI/ES.
CONTRATADA: NILZA DE ALMEIDA PEREIRA

OBJETO: OS CONTRATANTES RESOLVEM PRORROGAR POR 06 (SEIS) MESES, O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 009/2020, CONTADOS A PARTIR DE 06 DE MARÇO DE 2025 A 07 DE SETEMBRO DE 2025, DE ACORDO COM A AUTORIZAÇÃO E JUSTIFICATIVAS CONSTANTES NOS AUTOS.
O REAJUSTE REFERENTE AO VALOR DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 009/2020 É DE APROXIMADAMENTE 8,44% (OITO VIRGULA QUARENTA E QUATRO CENTAVOS), CONFORME O ÍNDICE IGP-M RESULTANDO NO VALOR DE R$ 2.871,05 (DOIS MIL OITOCENTOS E SETENTA E UM REAIS E CINCO CENTAVOS).

Protocolo 1512828

Ibiraçu

Edital

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
EDITAL Nº 005/2025
Contratação Temporária

O Município de Ibiraçu, Estado do Espírito Santo, por intermédio da SEMGOV faz saber que fará realizar, nos termos das Leis Municipais, **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO** com vistas à contratação temporária de profissionais para atendimento às necessidades

de excepcional interesse público do Município de Ibiraçu, conforme Processos Administrativos nº 1469/2025 da SEMGOV **Cargos: DIVERSOS CARGOS**. **Inscrições: 20 e 21 de Março de 2025**, no horário de 08h às 11h e de 12:30h às 15:30h no Complexo Cultural Roque Peruchi. O edital poderá ser acessado através do site: **www.ibiracu.es.gov.br.**

Ibiraçu/ES, 14 de Março de 2025.
EDUARDO MAROZZI ZANOTTI
Prefeito Municipal
Protocolo 1512832

Portaria

PORTARIA Nº 26.367/2025

DISPÕE SOBRE REVOGAÇÃO DE GOZO DE FÉRIAS.

O Prefeito do Município de Ibiraçu, Estado do Espírito Santo, usando de suas atribuições legais;

Considerando o poder dever de autotutela da Administração Pública;

Considerando o pedido através do processo nº. 1481/2025;

RESOLVE:

Art. 1º Fica **REVOGADA** a Portaria nº 26.366/25, que concedia férias a servidora **VANESSA ANGELO SFALSIN SEIXAS**, ocupante do cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO SAÚDE**, com início em 12/02/2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 12/02/2025, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ibiraçu/ES, 12 de março de 2025.

EDUARDO MAROZZI ZANOTTI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, em 12 de março de 2025.
Protocolo 1512820

PORTARIA Nº 26.368/2025

DISPÕE SOBRE EXTENSÃO DE CARGA HORÁRIA PARA SERVIDORA QUE ESPECIFICA.

O Prefeito do Município de Ibiraçu, Estado do Espírito Santo, no exercício de suas atribuições legais, e;

Considerando o pedido formulado através do Processo n.º 001345/2025;

Considerando o art. 44 da Lei Municipal n.º 3.643/2015, bem como o art. 62 da Lei Municipal n.º 3.644/2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Estender a carga horária do servidor abaixo relacionado:

I - LUCÉLIA MARIA FOLLI, efetiva no cargo de **PROFESSOR MAPA**, em 15 (quinze) horas semanais, a partir de 03/02/2025 a 31/12/2025 para atuar na EMEF Professora Ericina Macedo Pagiola.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 03/02/2025, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ibiraçu, em 12 de março de 2025.

EDUARDO MAROZZI ZANOTTI
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria Municipal de Administração, em 12 de março de 2025.
Protocolo 1512823

PORTARIA Nº 26.369/2025

DISPÕE SOBRE EXTENSÃO DE CARGA HORÁRIA PARA SERVIDORA QUE ESPECIFICA.

O Prefeito do Município de Ibiraçu, Estado do Espírito Santo, no exercício de suas atribuições legais, e;

Considerando o pedido formulado através do Processo n.º 001353/2025;

Considerando o art. 44 da Lei Municipal n.º 3.643/2015, bem como o art. 62 da Lei Municipal n.º 3.644/2015;

RESOLVE:

Art. 1º. Estender a carga horária do servidor abaixo relacionado:

I - CLÁUDIA VALÉRIA GIACOMIN, efetiva no cargo de **PROFESSOR MAPA**, em 15 (quinze) horas semanais, a partir de 06/03/2025 a 31/12/2025 para atuar na EMEF Pendanga.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 06/03/2025, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ibiraçu, em 12 de março de 2025.

EDUARDO MAROZZI ZANOTTI
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na Secretaria Municipal de Administração, em 12 de março de 2025.
Protocolo 1512830

Ibitirama

Decreto

DECRETO Nº. 158/2025

NOMEIA O CONSELHO DE FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL DE INVESTIMENTOS, BENEFICIÁRIO DOS REPASSES PROVENIENTES DO FUNDO CIDADES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBITIRAMA, **ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, no uso de suas atribuições legais, estabelecidas pelo Art. 79 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1º. Fica nomeado, nos termos da Lei Municipal nº 976/2020, os membros para comporem o Conselho de Fiscalização e Acompanhamento do Fundo de Desenvolvimento Municipal, conforme a seguir exposto:

REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

1 - **Ian Ferreira Pirovani dos Santos** - Secretário Municipal da Fazenda
2 - **Vaneila Westphal Weberling Justo** - Gestora Municipal de Convênios
3 - **Elisângela Leal Ribeiro** - Chefe de Gabinete

REPRESENTANTE DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL

1 - **Pedro Henrique Pereira** - Vereador

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

I - Associação de Agricultores Familiares da Comunidade de Figueira
1 - **Valdeci Ferreira da Costa** (Titular)
2 - **João Batista Filho** (Suplente)

II - Sindicato da Agricultura Familiar
1 - Geovane Ogioni Timoteo

III - Associação Comercial de Ibitirama/ES
1 - **Raniely Faria B. Martins** (Titular)
2 - **Vander de Matos Justo** (Suplente)

Art. 2º. O mandato para membro do Conselho Municipal de Fiscalização e Acompanhamento do Fundo Municipal de Investimentos, beneficiário dos repasses provenientes do Fundo CIDADES, será considerado relevante serviço prestado ao município e não será remunerado, em conformidade com o Art. 6º da Lei Municipal nº 976/2020.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário, inclusive o Decreto nº 093/2025.

Gabinete do Prefeito;

Ibitirama -ES, 11 de Março de 2025.

REGINALDO SIMÃO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Protocolo 1512649

DECRETO Nº 159/2025

NOMEIA SELMA MARIA RADAEL PARA RESPONDER INTERINAMENTE PELO CARGO DE COORDENADOR GERAL DAS CRECHES MUNICIPAIS, REF.CC-1.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBITIRAMA, **ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, no uso de suas atribuições legais, estabelecidas pelo Artigo 79 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA

Art. 1° - Fica nomeada **SELMA MARIA RADAEL**, para responder interinamente pelo cargo de Coordenador Geral das Creches Municipais, REF. CC-1.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 12/03/2025.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito,

Ibitirama-ES, 11 de Março de 2025.

REGINALDO SIMÃO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Protocolo 1512652

DECRETO Nº. 161/2025

Altera a composição do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação de Ibitirama/ES-CACSFUNDEB, instituída pelo Decreto nº 107/2023, de 16/03/2023.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBITIRAMA-ES, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 49 da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal Nº 807/2012, alterada pela Lei Municipal Nº 904/2015;

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterado o Decreto nº 107/2023, de 16 de março de 2023, que instituiu o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação de Ibitirama/ES, conforme segue:

Art. 2º. Altera o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação de Ibitirama-ES, em segmentos específicos, que será composto pelos seguintes membros:

I- Representantes do Poder Executivo Municipal
1-Titular: Veridiane Ribeiro Teodoro Vieira

1.1- Suplente: Sebastião Rodrigues de Freitas

2- Titular: Maria Euziana Polastreli Quinto
2.1- Suplente: Marilene Andrade Moralis

II- Representante dos Professores da Educação Básica
1-Titular: Naira Cristina Lemos da Cunha
1.1-Suplente: Iérica de Oliveira Gomes Miranda

III- Representante dos Diretores das Escolas Básicas Públicas
1-Titular: Idalina do Carmo Serrão - **VICE-PRESIDENTE**
1.1-Suplente: Charlys Silva Peixoto

IV- Representante dos Servidores Técnico--Administrativos das Escolas Básicas Pública da rede Municipal de Ensino
1-Titular: Antônio Marcos Pereira
1.1Suplente: Jovani Paulo Costa Bernardino

V- Representante dos Pais de alunos das Escolas Públicas Municipais
1 - Titular: Carla Renata Ferreira dos Santos Moralis - **PRESIDENTE**
1.1- Suplente: Willian Vargas de Carvalho

2-Titular: Tatiane Carlos Gomes Baptista
2.1-Suplente: Ângelo Moisés de Souza Gonçalves

VI- Representantes dos Estudantes da Educação Básica Pública Municipal, Maiores de 18 Anos das Escolas Públicas Municipais
1 - Titular: Bruno Moreira de Andrade
1.1-Suplente: João Pedro Fonseca da Silva

2-Titular: Kayllani Gomes Vieira
2.1-Suplente: Nayelle Silva Nascimento

VII- Representante do Conselho Municipal de Educação (COMEDI)
1 - Titular: Patrick Teixeira
1.1-Suplente: Heloísa Barbosa Alves da Silva

VIII- Representante do Conselho Tutelar
1- Titular: Maria Carolina Thebas Polastreli
1.1- Suplente: Áurea Ritiele de Souza Moreira

IX- Representante de Organizações da Sociedade Civil
1- Titular: Simonia Maria Costa Gomes
1.1- Suplente: José Luiz Faria

2- Titular: Flávia Oliveira da Silva
2.1 Suplente: Dineia Marinho Oliveira

Art.3º O prazo do mandato dos conselheiros nomeados na forma do artigo primeiro é 31 de dezembro de 2026.

Art. 4º. Fica revogado o Decreto Nº 107/2023.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito,

Ibitirama - ES, 12 de Março de 2025.

REGINALDO SIMÃO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Protocolo 1512657

DECRETO Nº 163/2025

NOMEIA O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - COMEDI.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBITIRAMA-ES, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 49 da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal Nº 807/2012, alterada pela Lei Municipal Nº. 904/2015;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados, os membros abaixo designados, para compor o CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - COMEDI:

I - **REPRESENTANTE DO GOVERNO MUNICIPAL**
a) Titular: Sebastião de Freitas Rodrigues (vice-presidente);
b) Suplente: Milena da Silva Figueiredo.

II - **REPRESENTANTE DA COMUNIDADE ESCOLAR**

Representante do Magistério Público Municipal
a) Titular: Viviane Araújo Nascimento Toledo;
b) Suplente: Adinaldo Rodrigues do Carmo.

Representante do Magistério Público Estadual
a) Titular: Elenice Constância Machado de Souza;
b) Suplente: Leonardo Esposti de Oliveira.

Representante dos Pais de Alunos da Rede Pública Municipal
a) Titular: Patrick Teixeira;
b) Suplente: Marilene Teodoro Monteiro.

III - REPRESENTANTE DAS ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL

Representante do Conselho Tutelar
a) Titular: Maria Carolina Thebas Polastreli;
b) Suplente: Áurea Ritiele de Souza Moreira.

Representante das Instituições Religiosas
a) Titular: Thiago Marques Gomes;
b) Suplente: Michelle de Oliveira Ataíde Guedes.

Representante das Associações ou Instituições com trabalhos comunitários, devidamente organizadas e registradas
a) Titular: Vanderley Vezula (presidente);
b) Suplente: Ricardo Luiz Machado Cozaqueve.

Representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais
a) Titular: Heloísa Barbosa Alves da Silva;
b) Suplente: Eli Roberto de Almeida.

IV - Representante do Poder Legislativo Municipal, indicado pelo Plenário da Câmara
a) Titular: José Paula Machado Filho;
b) Suplente: Marciel Moreira Alves.

Art. 2º O prazo do mandato dos conselheiros nomeados na forma do artigo anterior é 31 de dezembro de 2026.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogado o Decreto Nº 566/2022

Gabinete do Prefeito,

Ibitirama-ES, 12 de Março de 2025.

REGINALDO SIMÃO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Protocolo 1512660

DECRETO Nº 164/2025

NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE DE INVENTÁRIO ANUAL DE BENS EM ALMOXARIFADO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBITIRAMA-ES, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 49 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. A Comissão Permanente de **Inventário Anual de Bens em Almoxarifado** fica assim composta:

PRESIDENTE - IAN PABLO SOUZA PIMENTEL
MEMBRO - JOSÉ ELIAS MASSANTE
MEMBRO - RAONI FURTADO BERNARDO
MEMBRO - MARCELO PIROVANI MATAVELI
MEMBRO - VERIDIANE RIBEIRO TEODORO VIEIRA

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 016/2024.

Gabinete do Prefeito,

Ibitirama-ES, 13 de Março de 2025.

REGINALDO SIMÃO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Protocolo 1512663

DECRETO Nº 165/2025

EXONERA, A PEDIDO, ELISABETE CAETANO XAVIER DO CARGO DE COORDENADOR ESCOLAR. REF. CC-4

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBITIRAMA-ES, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 79 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica exonerada, a pedido, **ELISABETE CAETANO XAVIER**, do cargo de Coordenador Escolar. REF. CC-4.
Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31/03/2025.
Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito,

Ibitirama-ES, 14 de Março de 2025.

REGINALDO SIMÃO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Protocolo 1512667

DECRETO Nº 166/2025

NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBITIRAMA-ES, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º. Ficam nomeados na forma da Lei Complementar n° 036/2023; do Art. 9º do Decreto nº 543/2022, bem como do Processo Administrativo nº 234/2023, os membros para comporem a **COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS**, conforme abaixo:

INÁCIA DA PENHA PROVETI GONÇALVES - Presidente
VICTOR NASSER FONSECA - Membro
ELISÂNGELA LEAL RIBEIRO - Membro
VERIDIANE RIBEIRO TEODORO - Membro
MARILENE ANDRADE MORALES - Membro

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3° - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº. 014/2024.

Gabinete do Prefeito,

Ibitirama-ES, 14 de Março de 2025.

REGINALDO SIMÃO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Protocolo 1512672

DECRETO Nº 167/2025

TORNA SEM EFEITO O DECRETO N°. 612/2024 QUE NOMEOU MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBITIRAMA-ES, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 79 da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o Processo Nº 2168/2025;

DECRETA

Art. 1º. Fica sem efeito o Decreto N°. 612/2024 que nomeou membros para compor o Conselho Municipal de Saúde.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeito,

Ibitirama-ES, 14 de Março de 2025.

REGINALDO SIMÃO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Protocolo 1512676

Portaria

PORTARIA Nº. 066/2025.

SUSPENDE FÉRIAS DA SERVIDORA ÉRIKA CAMPOS ALVES.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBITIRAMA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições legais, estabelecidas pelo Artigo 79 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:
Art. 1º Suspender as férias da servidora **ÉRIKA CAMPOS ALVES**, a partir do dia 10 de Março de 2025.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 10/03/2025.
Gabinete do Prefeito,
Ibitirama-ES, 11 de Março de 2025.

REGINALDO SIMÃO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Protocolo 1512678

PORTARIA Nº. 067/2025

CONCEDE EXTENSÃO DE CARGA HORÁRIA A PROFESSORA SÔNIA REGINA DE OLIVEIRA ATAÍDE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBITIRAMA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições legais, estabelecidas pelo Artigo 79 da Lei Orgânica Municipal, e considerando o Processo Nº 1956/2025.

RESOLVE:
Art. 1º. Fica incluída uma extensão na carga horária da professora **SÔNIA REGINA DE OLIVEIRA ATAÍDE** de 15h, ou seja, passando de 25h para 40h semanais.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos à 04 de fevereiro de 2025 e vigorando até 22 de dezembro de 2025.
Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito,
Ibitirama-ES, 12 de Março de 2025.

REGINALDO SIMÃO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Protocolo 1512684

Termos

TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 002/2025

TERMO DE CESSÃO DE USO DE IMÓVEL PÚBLICO QUE ENTRE SI FIRMAM O MUNICÍPIO DE IBITIRAMA-ES, EM PARCERIA COM A PARÓQUIA SAGRADO CORAÇÃO DE JESUS.

O Município de Ibitirama, Estado do Espírito Santo, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o Nº. 31.726.490/0001-31, doravante denominado, **CEDENTE** com sede na Avenida Anísio Ferreira da Silva, 56, Centro, Ibitirama, Estado do Espírito Santo, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor **REGINALDO SIMÃO DE SOUZA**, brasileiro, casado, CPF/MF no 031.404.567-86, residente e domiciliado Ladeira de São Jorge, s/n, centro, Ibitirama-ES, Estado do Espírito Santo, e a Paróquia Sagrado Coração de Jesus, com sede na Rua Monsenhor Miguel Sanctis, N°83, Centro, Divino de São Lourenço - ES, denominado **CESSIONÁRIO**, resolvem de comum, firmar o presente Termo de Cessão do Uso do Imóvel Publico localizado na Avenida Acidália Vieira Knust, objetivando a instalação da Comunidade São Miguel Arcanjo, em regime "PROVISÓRIO" mediante as cláusulas e condições ora pactuadas:

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O presente Termo tem por objeto formalizar a autorização do USO, do imóvel público, o prédio da antiga creche, localizado na Avenida Acidália Vieira Knust, Bairro Santa Bárbara, Ibitirama - ES, permanecendo a propriedade do referido bem do CEDENTE.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA - DA ENTREGA E ADMINISTRAÇÃO

2.1 - O CEDENTE autoriza neste ato o USO do bem descrito na Cláusula Primeira, livre e desembaraçado de quaisquer ônus judiciais e extrajudiciais, exclusivamente para instalação da Comunidade São Miguel Arcanjo.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

3.1 - O presente TERMO terá o seu início em 06 de Março de 2025, término em 05 de Março de 2027.

Parágrafo único: O CEDENTE poderá, a qualquer momento, independentemente de notificação, rescindir o presente termo.

4 - CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES.

4.1 - Constituem obrigações do CESSIONÁRIO:

a) Utilizar o bem cedido exclusivamente para a finalidade a que se propõe, não podendo ceder o uso do mesmo, mediante aluguel, subcontrato, arrendamento ou qualquer outra forma, durante a vigência deste Termo;

b) O CESSIONÁRIO compromete-se a devolver o bem recebido em cessão de uso, ao final da vigência do referido termo, nas mesmas condições de uso e conservação, ressalvados os desgastes decorrentes do uso natural.

5 - CLÁUSULA QUINTA - DA ALTERAÇÃO

5.1 - Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, vedada à alteração do objeto, assim como quaisquer modificações na destinação ou utilização.

6 - CLÁUSULA SEXTA - DA RESCISÃO E ALTERAÇÕES

6.1 - O presente instrumento poderá ser alterado, exceto quanto ao seu objeto, através de Termos Aditivos; bem como rescindido a qualquer momento pelo CEDENTE; independentemente de aviso prévio, a seu critério.

7 - CLÁUSULA SETIMA - PRIMEIRA - DO FORO

7.1 - Fica eleito o foro da Seção Judiciária da Justiça Estadual de Ibitirama/ES, com exclusão a qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir as questões que derivem deste Termo.

E por estarem entre si justos e contratados, de pleno acordo, assinam o presente Termo de Cessão de Uso, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para todos os efeitos legais.

Ibitirama/ES, 25 de Fevereiro de 2025.

REGINALDO SIMÃO DE SOUZA
Prefeito Municipal
CEDENTE

Paróquia Sagrado Coração de Jesus
ADILSON SANTANA DO CARMO
CESSIONÁRIO

Protocolo 1512307

Iconha

Decreto

DECRETO INDIVIDUAL Nº 8.521/2025
EXONERA SERVIDOR A PEDIDO

O PREFEITO MUNICIPAL DE ICONHA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso das atribuições legais;

DECRETA

Art. 1º - Exonerar, a pedido, em 01 de março de 2025, o servidor Sr. **MARCELO DOS SANTOS**, matrícula nº 033032-01, do Cargo de AUXILIAR DE CUIDADOR.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 01 de março de 2025, revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

ICONHA-ES, 14 de março de 2025.

GEDSON BRANDAO PAULINO
PREFEITO MUNICIPAL

Protocolo 1512144

Itaguaçu

Decreto

DECRETO Nº. 11.492/2025

Exonera Diretor Escolar.

O Prefeito do Município de Itaguaçu, Estado do Espírito Santo, usando de suas prerrogativas legais que lhe confere o inciso VIII do Art. 74 da Lei Orgânica do Município de Itaguaçu;

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerada a senhora **ANDRESSA DUQUE BAZONI HOFFMANN** do cargo de Diretora Escolar, localizada na Direção da CEI EMEF "Padre Alonso", pertencente à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e Cumpra-se.

Itaguaçu/ES, 31 de janeiro de 2025.

DARLY DETTMANN
Prefeito Municipal

Publicada em 31/01/2025.

EDVÂNIA SONIA PAGUNG SOARES DA MOTA
Secretária Municipal de Administração
Decreto nº. 11.427/2025

Protocolo 1512206

DECRETO Nº 11.493/2025

Nomeia Diretor.

O Prefeito Municipal de Itaguaçu, Estado do Espírito Santo, usando de suas prerrogativas legais;

DECRETA:

Art.1º- Fica exonerada a senhora **NEUZELI FEHELBERG** do Cargo Comissionado de Diretora Administrativa de Unidade Mista, na Direção Administrativa da Unidade Municipal de Urgência e Emergência - "Nossa Senhora da Boa Família", vinculada a Secretaria Municipal de Saúde, **a partir do dia 01 de fevereiro de 2025.**

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e Cumpra-se.

Itaguaçu/ES, 31 de janeiro de 2025.

DARLY DETTMANN
Prefeito Municipal

Publicada em 31/01/2025.

EDVÂNIA SONIA PAGUNG SOARES DA MOTA
Secretária Municipal de Administração
Decreto nº. 11.427/2025

Protocolo 1512311

DECRETO Nº 11.494/2025

Exonera Controlador.

O Prefeito Municipal de Itaguaçu, Estado do Espírito Santo, usando de suas prerrogativas legais;

DECRETA:

Art.1º- Fica exonerado o senhor **OSMAR ROBERTO MAPELI**, do Cargo Comissionado de Controlador Municipal.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e Cumpra-se.

Itaguaçu/ES, 03 de fevereiro de 2025.

DARLY DETTMANN
Prefeito Municipal

Publicada em 03/02/2025

EDVÂNIA SONIA PAGUNG SOARES DA MOTA
Secretária Municipal de Administração
Decreto nº. 11.427/2025

Protocolo 1512407

DECRETO Nº 11.495/2025

Exonera Assessor Jurídico Municipal.

O Prefeito Municipal de Itaguaçu, Estado do Espírito Santo, usando de suas prerrogativas legais;

DECRETA:

Art.1º- Fica exonerado o senhor **GABRIEL BECALLI SOARES**, do cargo Comissionado de Assessor Jurídico Municipal.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e Cumpra-se.

Itaguaçu/ES, 03 de fevereiro de 2025.

DARLY DETTMANN
Prefeito Municipal

Publicada em 03/02/2025

EDVÂNIA SONIA PAGUNG SOARES DA MOTA
Secretária Municipal de Administração
Decreto nº. 11.427/2025

Protocolo 1512408

DECRETO Nº 11.512/2025

DESIGNA COMISSÃO ORGANIZADORA PARA REALIZAR O PROCESSO SELETIVO PARA PROFESSOR MUNICIPAL COORDENADOR DO PACTO PELA APRENDIZAGEM NO ESPÍRITO SANTO (PAES) E A COMPOR CADASTRO DE RESERVA NO MUNICÍPIO DE ITAGUAÇU/ES.

O Prefeito do Município de Itaguaçu, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso VIII do Art. 74 da Lei Orgânica do Município de Itaguaçu;

- Considerando o OFÍCIO PMI/SEMECI nº086/2025.

DECRETA:

Art. 1° - Designar a Comissão organizadora do processo seletivo para Professor Municipal Coordenador do PAES (Pacto pela Aprendizagem no Espírito Santo)e compor cadastro de reserva no Município de Itaguaçu, a ser composta pelos seguintes membros:

- **Superintendente Regional de Educação de Colatina** - Rita de Cassia Firme Thevenard de Negreiros Piffer;
Suplente: Lucimar da Silva Santos
- **Secretário Municipal de Educação e Cultura de Itaguaçu** - Átila Lamberti Gumes;
Suplente: Claudiana Assunção
- **Assessor do Regime de Colaboração da SRE de Colatina** - Ghutiéres Bragatto;
Suplente: Gislane Roberta Marques
- **Técnica da SEMECI** - Geliani Surlo Margon;
Suplente: Rafaela Pagung Padovani da Silva

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Itaguaçu - ES, 04 de fevereiro de 2025.

DARLY DETTMANN
Prefeito Municipal

Publicada em 04/02/2025.

EDVÂNIA SONIA PAGUNG SOARES DA MOTA
Secretária Municipal de Administração
Decreto nº. 11.427/2025

Protocolo 1512579

DECRETO Nº 11.496/2025

Exonera servidor por motivo de aposentadoria.

O Prefeito do Município de Itaguaçu, Estado do Espírito Santo, usando de suas atribuições legais,

- Considerando o que dispõe a Lei Municipal de nº. 1.319/2011 - Art. 52, inciso V;

- Considerando a necessidade de formalização dos atos administrativos;

DECRETA:

Art. 1º - Exonerar, por motivo de aposentadoria o servidor público municipal **ADILSON MACIEL**, Artífice Especializado, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, agradecendo-lhe e parabenizando-lhe pelos 37(trinta e sete) anos e 16 (dezesseis) dias, que exerceu suas funções com zelo, esmero, pontualidade e responsabilidade.

Art. 2º - O pagamento resultante deste ato ficará a cargo do INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação**.**

Publique-se e Cumpra-se.

Itaguaçu/ES, 03 de fevereiro de 2025.

DARLY DETTMANN
Prefeito Municipal

Publicada em 03/02/2025

EDVÂNIA SONIA PAGUNG SOARES DA MOTA
Secretária Municipal de Administração
Decreto nº. 11.427/2025

Protocolo 1512595

DECRETO Nº 11.497/2025

Exonera servidor por motivo de aposentadoria.

O Prefeito do Município de Itaguaçu, Estado do Espírito Santo, usando de suas atribuições legais,

- Considerando o que dispõe a Lei Municipal de nº. 1.319/2011;

- Considerando o processo nº 001100/2025;

- Considerando a necessidade de formalização dos atos administrativos;

DECRETA:

Art. 1º - Exonerar a pedido, por motivo de aposentadoria o servidor público municipal **JORGE ROSA**, Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, agradecendo-lhe e parabenizando-lhe pelos 33(trinta e três) anos, 05 (cinco) meses e 01 (um) dia, que exerceu suas funções com zelo, esmero, pontualidade e responsabilidade.

Art. 2º - O pagamento resultante deste ato ficará a cargo do INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação**.**

Publique-se e Cumpra-se.

Itaguaçu/ES, 03 de fevereiro de 2025.

DARLY DETTMANN
Prefeito Municipal

Publicada em 03/02/2025

EDVÂNIA SONIA PAGUNG SOARES DA MOTA
Secretária Municipal de Administração
Decreto nº. 11.427/2025

Protocolo 1512599

DECRETO Nº. 11.498/2025

Nomeia Assessor.

O Prefeito do Município de Itaguaçu, Estado do Espírito Santo, usando de suas prerrogativas legais que lhe confere o inciso VIII do Art. 74 da Lei Orgânica do Município de Itaguaçu;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado **ELIOSSANDRO CARLOS LOSS**, para exercer o cargo Comissionado de Assessor.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e Cumpra-se.

Itaguaçu/ES, 03 de fevereiro de 2025.

DARLY DETTMANN
Prefeito Municipal

Publicada em 03/02/2025

EDVÂNIA SONIA PAGUNG SOARES DA MOTA
Secretária Municipal de Administração
Decreto nº. 11.427/2025

Protocolo 1512614

DECRETO Nº 11.499/2025

Nomeia Diretor Administrativo.

O Prefeito Municipal de Itaguaçu, Estado do Espírito Santo, usando de suas prerrogativas legais;

DECRETA:

Art.1º- Fica nomeado **JOANACY HALLER PEREIRA** no Cargo Comissionado de Diretor Administrativo de Unidade Mista, na Direção Administrativa da Unidade Municipal de Urgência e Emergência - "Nossa Senhora da Boa Família", vinculada a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e Cumpra-se.

Itaguaçu/ES, 03 de fevereiro de 2025.

DARLY DETTMANN
Prefeito Municipal

Publicada em 03/02/2025

EDVÂNIA SONIA PAGUNG SOARES DA MOTA
Secretária Municipal de Administração
Decreto nº. 11.427/2025

Protocolo 1512632

DECRETO Nº 11.500/2025

Nomeia Gerente.

O Prefeito do Município de Itaguaçu, Estado do Espírito Santo, usando de suas prerrogativas legais que lhe confere o inciso VIII do Art. 74 da Lei Orgânica do Município de Itaguaçu;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado **BRENNO DOMINICINI HANSTENREITER**, no cargo Comissionado de Gerente de Meio Ambiente, pertencente à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itaguaçu/ES, 03 de fevereiro de 2025.

DARLY DETTMANN
Prefeito Municipal

Publicada em 03/02/2025

EDVÂNIA SONIA PAGUNG SOARES DA MOTA
Secretária Municipal de Administração
Decreto nº. 11.427/2025

Protocolo 1512639

DECRETO Nº 11.501/2025

Nomeia Gerente.

O Prefeito do Município de Itaguaçu, Estado do Espírito Santo, usando de suas prerrogativas legais que lhe confere o inciso VIII do Art. 74 da Lei Orgânica do Município de Itaguaçu;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada **PATRICIA NASCIMENTO BINDA**, no cargo Comissionado de Gerente de Planejamento e Projetos, pertencente à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itaguaçu/ES, 03 de fevereiro de 2025.

DARLY DETTMANN
Prefeito Municipal

Publicada em 03/02/2025

EDVÂNIA SONIA PAGUNG SOARES DA MOTA
Secretária Municipal de Administração
Decreto nº. 11.427/2025

Protocolo 1512647

DECRETO Nº. 11.502/2025

Nomeia Diretor Escolar.

O Prefeito do Município de Itaguaçu, Estado do Espírito Santo, usando de suas prerrogativas legais que lhe confere o inciso VIII do Art. 74 da Lei Orgânica do Município de Itaguaçu;

DECRETA:

Art.1º - Fica nomeada **ANGELA SARTER BRENNER PIONTKOWSKY** no cargo de Diretora Escolar, no desempenho da função de Diretor Escolar, localizada na Direção da EMEF "Padre Alonso", pertencente à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e Cumpra-se.

Itaguaçu/ES, 03 de fevereiro de 2025.

DARLY DETTMANN
Prefeito Municipal

Publicada em 03/02/2025.

EDVÂNIA SONIA PAGUNG SOARES DA MOTA
Secretária Municipal de Administração
Decreto nº. 11.427/2025

Protocolo 1512648

DECRETO Nº 11.503/2025

Nomeia Subsecretário.

O Prefeito do Município de Itaguaçu, Estado do Espírito Santo, usando de suas prerrogativas legais que lhe confere o inciso VIII do Art. 74 da Lei Orgânica do Município de Itaguaçu;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado **FLAVIO ROBERTO DICBERNER**, no cargo Comissionado de Subsecretário na Subsecretaria de Agricultura e Meio Ambiente, pertencente à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itaguaçu/ES, 03 de fevereiro de 2025.

DARLY DETTMANN
Prefeito Municipal

Publicada em 03/02/2025

EDVÂNIA SONIA PAGUNG SOARES DA MOTA
Secretária Municipal de Administração
Decreto nº. 11.427/2025

Protocolo 1512650

DECRETO Nº 11.504/2025

Nomeia Subsecretário.

O Prefeito do Município de Itaguaçu, Estado do Espírito Santo, usando de suas prerrogativas legais que lhe confere o inciso VIII do Art. 74 da Lei Orgânica do Município de Itaguaçu;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado **JACIMAR CAMUZZI**, no cargo Comissionado de Subsecretário na Subsecretaria de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano, pertencente à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itaguaçu/ES, 03 de fevereiro de 2025.

DARLY DETTMANN
Prefeito Municipal

Publicada em 03/02/2025

EDVÂNIA SONIA PAGUNG SOARES DA MOTA
Secretária Municipal de Administração
Decreto nº. 11.427/2025

Protocolo 1512654

DECRETO Nº 11.505/2025

Nomeia Subsecretário.

O Prefeito do Município de Itaguaçu, Estado do Espírito Santo, usando de suas prerrogativas legais que lhe confere o inciso VIII do Art. 74 da Lei Orgânica do Município de Itaguaçu;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado **JADELSON RODRIGUES FERREIRA**, no cargo Comissionado de Subsecretário na Subsecretaria de Esportes, Turismo e Lazer, pertencente à Secretaria Municipal de Esportes, Turismo e Lazer.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itaguaçu/ES, 03 de fevereiro de 2025.

DARLY DETTMANN
Prefeito Municipal

Publicada em 03/02/2025

EDVÂNIA SONIA PAGUNG SOARES DA MOTA
Secretária Municipal de Administração
Decreto nº. 11.427/2025

Protocolo 1512659

DECRETO Nº 11.506/2025

Nomeia Subsecretário.

O Prefeito do Município de Itaguaçu, Estado do Espírito Santo, usando de suas prerrogativas legais que lhe confere o inciso VIII do Art. 74 da Lei Orgânica do Município de Itaguaçu;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a servidora **GELIANI SURLO MARGON**, no cargo Comissionado de Subsecretária na Subsecretaria de Educação, pertencente à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itaguaçu/ES, 03 de fevereiro de 2025.

DARLY DETTMANN
Prefeito Municipal

Publicada em 03/02/2025

EDVÂNIA SONIA PAGUNG SOARES DA MOTA
Secretária Municipal de Administração
Decreto nº. 11.427/2025

Protocolo 1512662

DECRETO Nº. 11.507/2025

Exonera Coordenador.

O Prefeito Municipal de Itaguaçu, Estado do Espírito Santo, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII do Art. 74 da Lei Orgânica do Município de Itaguaçu,

DECRETA:

Art. 1°- Fica exonerada a Senhora **ALEXANDRA VALKENIER PLASTER**, do Cargo Comissionado de Coordenador de Atenção Primária, pertencente à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação;

Publique-se e Cumpra-se.

Itaguaçu/ES, 03 de fevereiro de 2025.

DARLY DETTMANN
Prefeito Municipal

Publicado em 03/02/2025.

EDVÂNIA SONIA PAGUNG SOARES DA MOTA
Secretária Municipal de Administração
Decreto nº. 11.427/2025

Protocolo 1512664

DECRETO Nº. 11.508/2025

Nomeia Gestora do Fundo Municipal para Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa.

O Prefeito Municipal de Itaguaçu, Estado do Espírito Santo, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII do Art. 74 da Lei Orgânica do Município de Itaguaçu,

☐ Considerando a Lei Municipal nº 1.844/2022, que criou o Fundo Municipal para Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa

☐ Considerando o Processo nº 001031/2025;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora **MARIA JÚLIA BORTOLINI DETTMANN**, para ser a Gestora do Fundo Municipal para Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa do Município de Itaguaçu.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando o Decreto de nº 10.464/2022.

Itaguaçu/ES, 03 de fevereiro de 2025.

DARLY DETTMANN
Prefeito Municipal

Publicada em 03/02/2025

EDVÂNIA SONIA PAGUNG SOARES DA MOTA
Secretária Municipal de Administração
Decreto nº. 11.427/2025

Protocolo 1512669

DECRETO Nº. 11.510/2025

Nomeia Ouvidor

O Prefeito do Município de Itaguaçu, Estado do Espírito Santo, usando de suas prerrogativas legais, e;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado **GABRIEL BECALLI SOARES**, No Cargo de Ouvidor, Órgão de Assessoramento, pertencente ao Gabinete do Prefeito.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e Cumpra-se.

Itaguaçu/ES, 04 de fevereiro de 2025.

DARLY DETTMANN
Prefeito Municipal

Publicada em 04/02/2025.

EDVÂNIA SONIA PAGUNG SOARES DA MOTA
Secretária Municipal de Administração
Decreto nº. 11.427/2025

Protocolo 1512674

DECRETO Nº 11.511/2025

Nomeia Controlador.

O Prefeito Municipal de Itaguaçu, Estado do Espírito Santo, usando de suas prerrogativas legais;

DECRETA:

Art.1º- Fica nomeada a servidora **BARBARA COMPER**, no Cargo Comissionado de Controlador Municipal.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e Cumpra-se.

Itaguaçu/ES, 04 de fevereiro de 2025.

DARLY DETTMANN
Prefeito Municipal

Publicada em 04/02/2025

EDVÂNIA SONIA PAGUNG SOARES DA MOTA
Secretária Municipal de Administração
Decreto nº. 11.427/2025

Protocolo 1512964

DECRETO Nº. 11.513/2025

Nomeia Coordenador.

O Prefeito Municipal de Itaguaçu, Estado do Espírito Santo, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII do Art. 74 da Lei Orgânica do Município de Itaguaçu,

DECRETA:

Art. 1°- Fica nomeado o servidor **VANDERSON ANGELO ZAGER**, para exercer o Cargo Comissionado de Coordenador de Vigilância Ambiental em Saúde, pertencente à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação;

Publique-se e Cumpra-se.

Itaguaçu/ES, 04 de fevereiro de 2025.

DARLY DETTMANN
Prefeito Municipal

Publicada em 04/02/2025

EDVÂNIA SONIA PAGUNG SOARES DA MOTA
Secretária Municipal de Administração
Decreto nº. 11.427/2025

Protocolo 1512972

DECRETO Nº 11.514/2025

Nomeia Gerente.

O Prefeito do Município de Itaguaçu, Estado do Espírito Santo, usando de suas prerrogativas legais que lhe confere o inciso VIII do Art. 74 da Lei Orgânica do Município de Itaguaçu;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado **ANGELO ANTONIO ROCON FERREIRA**, no cargo Comissionado de Gerente de Cultura, na Subsecretaria de Cultura, pertencente à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itaguaçu/ES, 04 de fevereiro de 2025.

DARLY DETTMANN
Prefeito Municipal

Publicada em 04/02/2025

EDVÂNIA SONIA PAGUNG SOARES DA MOTA
Secretária Municipal de Administração
Decreto nº. 11.427/2025

Protocolo 1512979

DECRETO N° 11.515/2025
NOMEIA COMISSÃO INTERSETORIAL PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO MUNICÍPIO DE ITAGUAÇU/ES.

O Prefeito do Município de Itaguaçu, Estado do Espírito Santo, Santo, usando de suas prerrogativas legais que lhe confere o inciso VIII do Art. 74 da Lei Orgânica do Município de Itaguaçu;

- Considerando o OF.PMI/SEMUAS Nº 39/2025;

RESOLVE:

Art. 1° - Nomear a Comissão para atualização do Plano Municipal de Medida Socioeducativo para o próximo decênio (2025-2034), a ser composta pelos seguintes membros:

Representante da Secretaria de Assistência Social
Titular: Joana Paula de Souza Vieira
Suplente: Simone Cristina Tetemann dos Santos

Representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Titular: Sarah Nicolini
Suplente: Geliani Surlo Margon

Representante da Secretaria Municipal de Esportes, Turismo e Lazer
Titular: Ediara Cancian Tetemann
Suplente: Wander João Zanotti

Representante da Secretaria Municipal de Saúde
Titular: Lucelia Magri Bergamaschi
Suplente: Andreia Stork

Representante do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente

Titular: Ana Flávia Mendonça Rodrigues
Suplente: Ana Célia Ferreira Pizzaia

Representante do Conselho Tutelar
Titular: Josilanny da Silva
Suplente: Renata Cristina Bucher

Representante do Conselho Municipal de Assistência Social
Titular: Denize Mariana Luxinger
Suplente: Uélica Katiucia Kutz Hell Batista

Representante do Conselho Municipal de Saúde
Titular: Rizonete Bastos da Silva

Representante do Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Titular: Willian Phillyp Batista Torres
Suplente: Carla Maria Galo de Freitas

Representante do Fórum - Comarca de Itaguaçu
Titular: Socrates Delai
Suplente: Tulio Xavier Martins

Representante da Delegacia Civil
Titular: Renan Alves dos Santos
Suplente: Felipe Cancelieri

Representante do Batalhão Policia Militar
Titular: Márcio Fontana

Art. 2° - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Itaguaçu/ES, 04 de fevereiro de 2025.

DARLY DETTMANN
Prefeito Municipal

Publicada em 04/02/2025.

EDVÂNIA SONIA PAGUNG SOARES DA MOTA
Secretária Municipal de Administração
Decreto nº. 11.427/2025

Protocolo 1512998

DECRETO Nº 11.517/2025

Altera Comissão de Desenvolvimento Funcional com a atribuição de coordenar os procedimentos relativos à Avaliação Periódica de Desempenho e procedimentos relativos à Avaliação dos Servidores em Estágio Probatório.

O Prefeito do Município de Itaguaçu, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais;

- Considerando a Lei Municipal nº. 1.322/2011 que Cria o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Itaguaçu, alterada pela Lei 1.579/2015;
- Considerando o Artigo 29 da Lei acima descrita;
- Considerando a Lei Municipal nº. 1.323/2011 que Cria o "Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores do Magistério Público do Município de Itaguaçu" alterada pela Lei n°1.580/2015;
- Considerando o Artigo 38 e ss da Lei acima descrita;
- Considerando a Lei Municipal nº. 1.321/2011 que Cria Plano de Cargos e Carreiras e Sistema de Vencimento dos Servidores Públicos dos Quadros de Cargos de Administração da Prefeitura do Município de Itaguaçu, alterada pela Lei n°1.578/2015.
- Considerando o Artigo 26 da Lei acima descrita;
- Considerando a Lei Municipal nº. 1.457/2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Comissão de Desenvolvimento Funcional com a atribuição de coordenar os procedimentos relativos à Avaliação Periódica de Desempenho e procedimentos relativos à Avaliação dos Servidores em Estágio Probatório do Plano de Carreira do Magistério da Prefeitura do Município de Itaguaçu, como segue:

I - Representantes designados pelo Prefeito:
- Osmar Roberto Mapeli
- Patricia Nascimento Binda

II - Representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais:
- Vanya Aparecida Casotti

Art. 2º - Fica nomeada a Comissão de Desenvolvimento Funcional com atribuição de coordenar os procedimentos relativos à Avaliação Periódica de Desempenho e procedimentos relativos à Avaliação dos Servidores em Estágio Probatório dos Quadros de Cargos de Administração da Prefeitura do Município de Itaguaçu, como segue:

I - Representantes designados pelo Prefeito:
- Gabriel Becalli Soares

II - Representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais:
- Vanya Aparecida Casotti

Art. 3º - Fica nomeada a Comissão de Desenvolvimento Funcional com a atribuição de coordenar os procedimentos relativos à Avaliação Periódica de Desempenho e procedimentos relativos à Avaliação dos Servidores em Estágio Probatório da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Itaguaçu, como segue:

I - Representantes designados pelo Prefeito:
- Marcia Helena Lamberti Gumes
- Claudio Ferreira da Silva e Souza

II - Representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais:
- Vanya Aparecida Casotti

Art. 4º - Fica concedido a gratificação nos moldes a Lei Municipal nº. 1.457/2013.

Art. 5º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto de n° 11.225/2024.

Itaguaçu/ES, 07 de fevereiro de 2025.

DARLY DETTMANN
Prefeito Municipal

Publicada em 07/02/2025.

EDVÂNIA SONIA PAGUNG SOARES DA MOTA
Secretária Municipal de Administração
Decreto nº. 11.427/2025

Protocolo 1513004

DECRETO Nº. 11.518/2025

Nomeia Coordenador.

O Prefeito Municipal de Itaguaçu, Estado do Espírito Santo, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII do Art. 74 da Lei Orgânica do Município de Itaguaçu,

- Considerando o ofício SMS de nº103/2025;

DECRETA:

Art. 1°- Fica nomeada a Senhora **MARILETE CAMILO FREITAS**, no Cargo Comissionado de Coordenador de Atenção Especializada, pertencente à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação;

Publique-se e Cumpra-se.

Itaguaçu/ES, 10 de fevereiro de 2025.

DARLY DETTMANN
Prefeito Municipal

Publicado em 10/02/2025.

EDVÂNIA SONIA PAGUNG SOARES DA MOTA
Secretária Municipal de Administração
Decreto nº. 11.427/2025

Protocolo 1513011

DECRETO Nº. 11.519/2025

Altera Membros do *Conselho Municipal de Fiscalização e Acompanhamento do Fundo Municipal de Investimento.*

O Prefeito Municipal de Itaguaçu, Estado do Espírito Santo, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII do Art. 74 da Lei Orgânica do Município de Itaguaçu,

Considerando a Lei Complementar Estadual nº. 712, de 13 de setembro de 2013, alterada pela Lei Complementar 759/2014 e a Lei Municipal 1.513/2014;

DECRETA:

Art. 1º - Altera a composição dos membros do Conselho Municipal de Fiscalização e Acompanhamento do Fundo Municipal de Investimento, criado pela Lei Municipal nº. 1.513 de 10 de fevereiro de 2014, conforme segue:

Representantes da Sociedade Civil Organizada:

- Aloizio Gomes de Souza Filho
- Vânya Aparecida Casotti

Representantes do Poder Executivo Municipal:

- **Maria Aparecida Fernandes Magevski**
- **Gilberto Salla**
- **Marina e Silva Rogério Sperandio**

Representante do Legislativo Municipal:

- Orlando Alves dos Santos Netto

Art. 2º - São atribuições do Conselho:

I - fiscalizar a aplicação dos recursos;
II - realizar avaliações semestrais sobre aplicação dos recursos; e
III - elaborar relatório sobre aplicação dos recursos e avaliação, no mês de março de cada ano, para envio ao legislativo municipal e estadual.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Itaguaçu/ES, 10 de fevereiro de 2025.

DARLY DETTMANN
Prefeito Municipal

Publicada em 10/02/2025.

EDVÂNIA SONIA PAGUNG SOARES DA MOTA
Secretária Municipal de Administração
Decreto nº. 11.427/2025

Protocolo 1513022

Itarana

Termos

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL
CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO
N° 030/2025

Processo n° 001463/2025 de 11/03/2025.
Origem: Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITARANA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO/SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADO: LUCCAS JOSE KRAUSE BINDA

O Município de Itarana/ES, face ao requerimento, processo nº 001463/2025 de 11/03/2025 e com base na Cláusula Sétima, item 7.2 do Contrato de Trabalho nº 030/2025, efetua a presente rescisão amigável nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA
Fica rescindido, a pedido, o Contrato Administrativo de Trabalho nº 030/2025, do servidor **LUCCAS JOSE KRAUSE BINDA**, **MÉDICO**, a partir do dia **14/03/2025**, garantidos os direitos previstos em contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA
Os Contratantes dão plena, geral e irrevogável quitação recíproca das obrigações contratuais até esta rescisão.

Assinam os Contratantes o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, acompanhado das testemunhas abaixo, para que surtam seus legais efeitos.

Itarana/ES, 14 de março de 2025.

CONTRATANTE:

VANDER PATRICIO
Prefeito do Município de Itarana/ES

VANESSA ARRIVABENE
Secretária Municipal de Saúde - SEMUS

CONTRATADO:

LUCCAS JOSE KRAUSE BINDA

TESTEMUNHAS:

Protocolo 1512148

TERMO DE RESCISÃO
TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO N° 018/2025

Processo n° 001506/2025 de 12/03/2025.
Origem: Secretaria Municipal de Educação - SEMED.

CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE ITARANA/ES

ESTAGIÁRIA: ANA ANGELICA NOVAES

O Município de Itarana/ES, face ao requerimento, processo nº 001506/2025 de 12/03/2025 e com base na Cláusula Décima, item 10.1.3 do Termo de Compromisso de Estágio nº 018/2025, efetua a presente rescisão amigável nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA
Fica rescindido, a pedido, o Termo de Compromisso de Estágio nº 018/2024, da Sr.ª **ANA ANGELICA NOVAES**, **ESTAGIÁRIA**, a partir do dia **07/03/2025**, garantidos os direitos previstos em contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA
Os Contratantes dão plena, geral e irrevogável quitação recíproca das obrigações contratuais até esta rescisão.

Assinam os Contratantes o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, acompanhado das testemunhas abaixo, para que surtam seus legais efeitos.

Itarana/ES, 14 de março de 2025.

CONCEDENTE:

VANDER PATRICIO
Prefeito do Município de Itarana/ES

ESTAGIÁRIA:

ANA ANGELICA NOVAES

TESTEMUNHAS:

Protocolo 1512159

TERMO DE RESCISÃO
TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO N° 017/2025

Processo n° 001477/2025 de 12/03/2025.
Origem: Secretaria Municipal de Educação - SEMED.

CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE ITARANA/ES

ESTAGIÁRIA: MARIA EDUARDA PEREIRA DUARTE

O Município de Itarana/ES, face ao requerimento, processo nº 001477/2025 de 12/03/2025 e com base na Cláusula Décima, item 10.1.3 do Termo de Compromisso de Estágio nº 017/2025, efetua a presente rescisão amigável nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA
Fica rescindido, a pedido, o Termo de Compromisso de Estágio nº 017/2024, da Sr.ª **MARIA EDUARDA PEREIRA DUARTE**, **ESTAGIÁRIA**, a partir do dia **07/03/2025**, garantidos os direitos previstos em contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA
Os Contratantes dão plena, geral e irrevogável quitação recíproca das obrigações contratuais até esta rescisão.

Assinam os Contratantes o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, acompanhado das testemunhas abaixo, para que surtam seus legais efeitos.

Itarana/ES, 14 de março de 2025.

CONCEDENTE:

VANDER PATRICIO
Prefeito do Município de Itarana/ES

ESTAGIÁRIA:

MARIA EDUARDA PEREIRA DUARTE

TESTEMUNHAS:

Protocolo 1512164

Contrato

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO N° 378/2025

Processo n° 001537/2025 de 13/03/2025.
Origem: Secretaria Municipal de Educação - SEMED.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITARANA, **ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 27.104.363/0001-23, sediado à Rua Elias Estevão Colnago, n° 65, Centro, Itarana/ES, representado pelo Prefeito Sr. Vander Patricio, brasileiro, divorciado, residente na Rua Francisco Perin, n° 65, Itaraninha - Itarana/ES, portador do CPF nº 096.XXX.XXX-XX.

CONTRATADA: PATRICIA PIACENTINI, portadora do CPF n° 030.XXX.XXX-XX.

BASE LEGAL: Contrato Administrativo de Trabalho em regime especial temporário regulado pela Lei Municipal n° 856/2008 que "Autoriza o executivo municipal a realizar contratação temporária de pessoal para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do Inciso IX do art. 37 da CF e dá outras providências", pela

Lei Municipal n° 813/2008, que "Dispõe sobre o plano de cargos e carreiras e define o sistema de vencimentos dos servidores públicos dos quadros de cargos do poder executivo e dá outras providências" e pelo Edital de Processo Seletivo Simplificado n° 002/2024, que se regerá pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A CONTRATADA será lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, para atuar na CMEI "Santa Terezinha Ana Gomes de Abreu Toniato", como **Auxiliar de Creche**, nível I, padrão de vencimento A, com vencimento-base de R$ 1.518,00 (um mil e quinhentos e dezoito reais).

CLÁUSULA SEGUNDA: A carga horária da CONTRATADA será de 35 (trinta e cinco) horas semanais, e suas atribuições serão exercidas de acordo com o plano de trabalho a ser determinado pelo Secretário respectivo com observância da Lei Municipal n° 813/2008.

CLÁUSULA TERCEIRA: Nos termos do art. 4º da Lei Municipal nº 856/2008, ficam assegurados à CONTRATADA, os seguintes direitos:
3.1. Jornada de trabalho, serviço extraordinário, repouso semanal remunerado, adicional noturno, nos termos da Lei;
3.2. Férias remuneradas à razão de 1/12 (um doze avos) por mês de trabalho, se igual ou superior a 30 (trinta) dias;
3.3. Décimo terceiro vencimento, proporcional ao tempo de serviço prestado, se igual ou superior a 30 (trinta) dias;
3.4. Licenças:
3.4.1. Para tratamento de saúde, com base em perícia médica;
3.4.2. Por motivo de acidente em trabalho;
3.4.3. A maternidade, na forma da Lei;
3.4.4. A paternidade, na forma da Lei.

CLÁUSULA QUARTA: A CONTRATADA **não poderá:**
4.1. Receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato;
4.2. Ser nomeada ou designada, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança;

4.3. Cumular cargo público, exceto as acumulações permitidas constitucionalmente, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de autoridade solicitante da admissão.

CLÁUSULA QUINTA: A CONTRATADA está sujeita aos mesmos deveres e proibições, bem como ao mesmo regime de responsabilidade, vigente para os servidores públicos municipais e será vinculada para efeito previdenciário, ao Regime Geral de Previdência Social, na forma da Lei 9.717/98.

CLÁUSULA SEXTA: A vigência do presente contrato tem como termo inicial o dia **24 de março de 2025 e termo final em 19 de dezembro de 2025**.

CLÁUSULA SÉTIMA: São causas de extinção do presente contrato, sem direito à indenização:
7.1. O término do prazo contratual;
7.2. A iniciativa da CONTRATADA;
7.3. A conveniência administrativa, através de ato unilateral, pela Administração;
7.4. A conduta da CONTRATADA incompatível com os serviços prestados, devidamente apurada em sindicância administrativa.

CLÁUSULA OITAVA: O Foro competente para dirimir questões deste Contrato é o da Comarca de Itarana/ES.

Estando de pleno acordo, assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, perante as testemunhas, para que surtam seus legais efeitos.

Itarana/ES, 14 de março de 2025.

CONTRATANTE:

VANDER PATRICIO
Prefeito do Município de Itarana/ES

CONTRATADA:

PATRICIA PIACENTINI

TESTEMUNHAS:

Protocolo 1512153

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO N° 379/2025

Processo n° 001534/2025 de 13/03/2025.
Origem: Secretaria Municipal de Educação - SEMED.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITARANA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 27.104.363/0001-23, sediado à Rua Elias Estevão Colnago, n° 65, Centro, Itarana/ES, representado pelo Prefeito Sr. Vander Patricio, brasileiro, divorciado, residente na Rua Francisco Perin, n° 65, Itaraninha - Itarana/ES, portador do CPF nº 096.XXX.XXX-XX.

CONTRATADA: MARIA HELENA VIGANO FIOROTTI, portadora do CPF n° 071.XXX.XXX-XX.

BASE LEGAL: Contrato Administrativo de Trabalho em regime especial temporário regulado pela Lei Municipal n° 856/2008 que "Autoriza o executivo municipal a realizar contratação temporária de pessoal para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do Inciso IX do art. 37 da CF e dá outras providências", pela Lei Municipal n° 813/2008, que "Dispõe sobre o plano de cargos e carreiras e define o sistema de vencimentos dos servidores públicos dos quadros de cargos do poder executivo e dá outras providências" e pelo Edital de Processo Seletivo Simplificado n° 002/2024, que se regerá pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A CONTRATADA será lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, para atuar na CMEI "Santa Terezinha Ana Gomes de Abreu Toniato", como **Auxiliar de Creche**, nível I, padrão de vencimento A, com vencimento-base de R$ 1.518,00 (um mil e quinhentos e dezoito reais).

CLÁUSULA SEGUNDA: A carga horária da CONTRATADA será de 35 (trinta e cinco) horas semanais, e suas atribuições serão exercidas de acordo com o plano de trabalho a ser determinado pelo Secretário respectivo com observância da Lei Municipal n° 813/2008.

CLÁUSULA TERCEIRA: Nos termos do art. 4º da Lei Municipal nº 856/2008, ficam assegurados à

CONTRATADA, os seguintes direitos:
3.1. Jornada de trabalho, serviço extraordinário, repouso semanal remunerado, adicional noturno, nos termos da Lei;
3.2. Férias remuneradas à razão de 1/12 (um doze avos) por mês de trabalho, se igual ou superior a 30 (trinta) dias;
3.3. Décimo terceiro vencimento, proporcional ao tempo de serviço prestado, se igual ou superior a 30 (trinta) dias;
3.4. Licenças:
3.4.1. Para tratamento de saúde, com base em perícia médica;
3.4.2. Por motivo de acidente em trabalho;
3.4.3. A maternidade, na forma da Lei;
3.4.4. A paternidade, na forma da Lei.

CLÁUSULA QUARTA: A CONTRATADA **não poderá:**
4.1. Receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato;
4.2. Ser nomeada ou designada, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança;

4.3. Cumular cargo público, exceto as acumulações permitidas constitucionalmente, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade de autoridade solicitante da admissão.

CLÁUSULA QUINTA: A CONTRATADA está sujeita aos mesmos deveres e proibições, bem como ao mesmo regime de responsabilidade, vigente para os servidores públicos municipais e será vinculada para efeito previdenciário, ao Regime Geral de Previdência Social, na forma da Lei 9.717/98.

CLÁUSULA SEXTA: A vigência do presente contrato tem como termo inicial o dia **24 de março de 2025 e termo final em 19 de dezembro de 2025**.

CLÁUSULA SÉTIMA: São causas de extinção do presente contrato, sem direito à indenização:
7.1. O término do prazo contratual;
7.2. A iniciativa da CONTRATADA;
7.3. A conveniência administrativa, através de ato unilateral, pela Administração;
7.4. A conduta da CONTRATADA incompatível com os serviços prestados, devidamente apurada em sindicância administrativa.

CLÁUSULA OITAVA: O Foro competente para dirimir questões deste Contrato é o da Comarca de Itarana/ES.

Estando de pleno acordo, assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, perante as testemunhas, para que surtam seus legais efeitos.

Itarana/ES, 14 de março de 2025.

CONTRATANTE:

VANDER PATRICIO
Prefeito do Município de Itarana/ES

CONTRATADA:

MARIA HELENA VIGANO FIOROTTI

TESTEMUNHAS:

Protocolo 1512601

RESUMO DO CONTRATO Nº 005/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA/ES, CNPJ Nº 27.104.363/0001-23
CONTRATADO: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, inscrita no CNPJ Nº 61.198.164/0001-60
OBJETO: O objeto do presente instrumento é a contratação para futura prestação de serviços de seguro veicular, em atendimento a Prefeitura Municipal de Itarana e Secretaria Municipal de Saúde de Itarana/ES, nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo I deste contrato.
VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente ao da publicação do extrato na imprensa oficial, conforme Art. 2º da Lei Municipal nº 1115/2024.
VALOR: R$ 900,00 (novecentos reais)
AMPARO LEGAL: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2025
PROCESSO N°: 004756/2024 de 23 de outubro de 2024 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças - SEMAF

ID CidadES Contratação nº 2025.036E0700001.01.0003

Itarana/ES, 14 de Março de 2025

Vander Patricio
Prefeito do Município de Itarana

Protocolo 1512861

RESUMO DO CONTRATO Nº 006/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA/ES, CNPJ Nº 27.104.363/0001-23
CONTRATADO: GENTE SEGURADORA S.A, inscrita no CNPJ Nº 90.180.605/0001-02
OBJETO: O objeto do presente instrumento é a contratação para futura prestação de serviços de seguro veicular, em atendimento a Prefeitura Municipal de Itarana e Secretaria Municipal de Saúde de Itarana/ES, nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo I deste contrato.
VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente ao da publicação do extrato na imprensa oficial, conforme Art. 2º da Lei Municipal nº 1115/2024.
VALOR: R$ 6.200,00 (seis mil e duzentos reais)
AMPARO LEGAL: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2025
PROCESSO N°: 004756/2024 de 23 de outubro de 2024 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças - SEMAF

ID CidadES Contratação nº 2025.036E0700001.01.0003

Itarana/ES, 14 de Março de 2025

Vander Patricio
Prefeito do Município de Itarana

Protocolo 1512864

RESUMO DO CONTRATO Nº 007/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA/ES, CNPJ Nº 27.104.363/0001-23
CONTRATADO: SEGUROS SURA S/A, inscrita no

CNPJ Nº 33.065.699/0001-27
OBJETO: O objeto do presente instrumento é a contratação para futura prestação de serviços de seguro veicular, em atendimento a Prefeitura Municipal de Itarana e Secretaria Municipal de Saúde de Itarana/ES, nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo I deste contrato.
VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente ao da publicação do extrato na imprensa oficial, conforme Art. 2º da Lei Municipal nº 1115/2024.
VALOR: R$ 9.399,36 (nove mil trezentos e noventa e nove reais trinta e seis centavos)
AMPARO LEGAL: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2025
PROCESSO N°: 004756/2024 de 23 de outubro de 2024 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças - SEMAF

ID CidadES Contratação nº 2025.036E0700001.01.0003

Itarana/ES, 14 de Março de 2025

Vander Patricio
Prefeito do Município de Itarana

Protocolo 1512867

RESUMO DO CONTRATO Nº 010/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA/ES, CNPJ Nº 27.104.363/0001-23 e FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ Nº 14.492.062/0001-72
CONTRATADO: MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A, inscrita no CNPJ Nº 61.074.175/0001-38
OBJETO: O objeto do presente instrumento é a contratação para futura prestação de serviços de seguro veicular, em atendimento a Prefeitura Municipal de Itarana e Secretaria Municipal de Saúde de Itarana/ES, nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo I deste contrato.
VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente ao da publicação do extrato na imprensa oficial, conforme Art. 2º da Lei Municipal nº 1115/2024.
VALOR: R$ 660,00 (seiscentos e sessenta reais)
AMPARO LEGAL: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2025
PROCESSO N°: 004756/2024 de 23 de outubro de 2024 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças - Semaf

ID CidadES Contratação nº 2025.036E0700001.01.0003
Itarana/ES, 14 de Março de 2025
Vander Patricio
Prefeito do Município de Itarana
Vanessa Arrivabene
Secretária Municipal de Saúde

Protocolo 1512871

RESUMO DO CONTRATO Nº 011/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA/ES, CNPJ Nº 27.104.363/0001-23 e FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ Nº 14.492.062/0001-72
CONTRATADO: SEGUROS SURA S/A, inscrita no CNPJ Nº 33.065.699/0001-27
OBJETO: O objeto do presente instrumento é a contratação para futura prestação de serviços de seguro veicular, em atendimento a Prefeitura Municipal de Itarana e Secretaria Municipal de Saúde de Itarana/ES, nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo I deste contrato.
VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente ao da publicação do extrato na imprensa oficial, conforme Art. 2º da Lei Municipal nº 1115/2024.
VALOR: R$ 12.371,34 (doze mil trezentos e setenta e um reais trinta e quatro centavos)
AMPARO LEGAL: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2025
PROCESSO N°: 004756/2024 de 23 de outubro de 2024 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças - Semaf

ID CidadES Contratação nº 2025.036E0700001.01.0003
Itarana/ES, 14 de Março de 2025
Vander Patricio
Prefeito do Município de Itarana
Vanessa Arrivabene
Secretária Municipal de Saúde

Protocolo 1512873

RESUMO DO CONTRATO Nº 012/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA/ES, CNPJ Nº 27.104.363/0001-23 e FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ Nº 14.492.062/0001-72
CONTRATADO: GENTE SEGURADORA S.A, inscrita no CNPJ Nº 90.180.605/0001-02
OBJETO: O objeto do presente instrumento é a contratação para futura prestação de serviços de seguro veicular, em atendimento a Prefeitura Municipal de Itarana e Secretaria Municipal de Saúde de Itarana/ES, nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo I deste contrato.
VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir do primeiro dia útil subsequente ao da publicação do extrato na imprensa oficial, conforme Art. 2º da Lei Municipal nº 1115/2024.
VALOR: R$ 6.300,00 (sies mil e trezentos reais)
AMPARO LEGAL: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90003/2025
PROCESSO N°: 004756/2024 de 23 de outubro de 2024 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças - Semaf

ID CidadES Contratação nº 2025.036E0700001.01.0003
Itarana/ES, 14 de Março de 2025
Vander Patricio
Prefeito do Município de Itarana
Vanessa Arrivabene
Secretária Municipal de Saúde

Protocolo 1512878

Aditivo

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO N° 293/2025

Processo n°: 001470/2025 de 11/03/2025.
Origem: Secretaria Municipal de Educação - SEMED.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITARANA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 27.104.363/0001-23,

sediado à Rua Elias Estevão Colnago, n° 65, Centro, Itarana/ES, representado pelo Prefeito Sr. Vander Patricio, brasileiro, divorciado, residente na Rua Francisco Perin, n° 65, Itaraninha - Itarana/ES, portador do CPF nº 096.XXX.XXX-XX.

CONTRATADA: LETICIA CORTELETTI, portadora do CPF n° 122.XXX.XXX-XX.

PRIMEIRA: DO OBJETO DO ADITIVO
O presente Termo tem como finalidade ALTERAR a cláusula primeira do contrato, que passará a viger com a seguinte redação:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A CONTRATADA será lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, para atuar na CMEI "Santa Terezinha Ana Gomes de Abreu Toniato" e EMEIEF "Luiza Grimaldi", como **Professor A-PA**, nível III, padrão de vencimento A, obedecendo às normas legais atinentes ao magistério público municipal, perfazendo um total de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, com vencimento base de R$ 5.038,61 (cinco mil e trinta e oito reais e sessenta e um centavos).

SEGUNDA: **VIGÊNCIA DO ADITIVO**
Este Aditivo passa a viger a partir do primeiro dia útil após a publicação no Diário Oficial dos Municípios do Espírito Santo - DOM/ES.

TERCEIRA: DA RATIFICAÇÃO CONTRATUAL
Ficam ratificadas em todos os seus termos e condições as demais cláusulas do Contrato ora aditado, ficando este Termo fazendo parte integrante e complementar daquele, a fim de que juntos produzam um só efeito.

Estando de pleno acordo, assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, perante as testemunhas, para que surtam seus legais efeitos.

Itarana/ES, 14 de março de 2025.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITARANA

CONTRATADA: LETICIA CORTELETTI

TESTEMUNHAS:

Protocolo 1512057

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO N° 213/2025

Processo n°: 001473/2025 de 11/03/2025.
Origem: Secretaria Municipal de Educação - SEMED.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITARANA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 27.104.363/0001-23, sediado à Rua Elias Estevão Colnago, n° 65, Centro, Itarana/ES, representado pelo Prefeito Sr. Vander Patricio, brasileiro, divorciado, residente na Rua Francisco Perin, n° 65, Itaraninha - Itarana/ES, portador do CPF nº 096.XXX.XXX-XX.

CONTRATADA: ORMI NASCIMENTO COUTO, portadora do CPF n° 119.XXX.XXX-XX.

PRIMEIRA: DO OBJETO DO ADITIVO
O presente Termo tem como finalidade ALTERAR a cláusula primeira do contrato, que passará a viger com a seguinte redação:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A CONTRATADA será lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, para atuar na CMEI "Santa Terezinha Ana Gomes de Abreu Toniato", como **Professor A-PA**, nível III, padrão de vencimento A, obedecendo às normas legais atinentes ao magistério público municipal, perfazendo um total de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, com vencimento base de R$ 5.038,61 (cinco mil e trinta e oito reais e sessenta e um centavos).

SEGUNDA: **VIGÊNCIA DO ADITIVO**
Este Aditivo passa a viger a partir do primeiro dia útil após a publicação no Diário Oficial dos Municípios do Espírito Santo - DOM/ES.

TERCEIRA: DA RATIFICAÇÃO CONTRATUAL
Ficam ratificadas em todos os seus termos e condições as demais cláusulas do Contrato ora aditado, ficando este Termo fazendo parte integrante e complementar daquele, a fim de que juntos produzam um só efeito.

Estando de pleno acordo, assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, perante as testemunhas, para que surtam seus legais efeitos.

Itarana/ES, 14 de março de 2025.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITARANA

CONTRATADA: ORMI NASCIMENTO COUTO

TESTEMUNHAS:

Protocolo 1512060

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO N° 333/2025

Processo n°: 001468/2025 de 11/03/2025.
Origem: Secretaria Municipal de Educação - SEMED.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITARANA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 27.104.363/0001-23, sediado à Rua Elias Estevão Colnago, n° 65, Centro, Itarana/ES, representado pelo Prefeito Sr. Vander Patricio, brasileiro, divorciado, residente na Rua Francisco Perin, n° 65, Itaraninha - Itarana/ES, portador do CPF nº 096.XXX.XXX-XX.

CONTRATADA: BRUNELA APARECIDA CORTELETTI BARLOESIUS, portadora do CPF n° 118.XXX.XXX-XX.

PRIMEIRA: DO OBJETO DO ADITIVO
O presente Termo tem como finalidade ALTERAR a cláusula primeira do contrato, que passará a viger com a seguinte redação:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A CONTRATADA será lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, para atuar na CMEI "Santa Terezinha Ana Gomes de Abreu Toniato", como **Professor A-PA**, nível III, padrão de vencimento A, obedecendo às normas legais atinentes ao magistério público municipal, perfazendo um total de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, com vencimento base de R$ 5.038,61 (cinco mil e trinta e oito reais e sessenta e um centavos).

SEGUNDA: **VIGÊNCIA DO ADITIVO**
Este Aditivo passa a viger a partir do primeiro dia útil

após a publicação no Diário Oficial dos Municípios do Espírito Santo - DOM/ES.

TERCEIRA: DA RATIFICAÇÃO CONTRATUAL
Ficam ratificadas em todos os seus termos e condições as demais cláusulas do Contrato ora aditado, ficando este Termo fazendo parte integrante e complementar daquele, a fim de que juntos produzam um só efeito.

Estando de pleno acordo, assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, perante as testemunhas, para que surtam seus legais efeitos.

Itarana/ES, 14 de março de 2025.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITARANA

CONTRATADA: ORMI NASCIMENTO COUTO

TESTEMUNHAS:

Protocolo 1512064

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO N° 322/2025

Processo n°: 001472/2025 de 11/03/2025.
Origem: Secretaria Municipal de Educação - SEMED.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITARANA, **ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 27.104.363/0001-23, sediado à Rua Elias Estevão Colnago, n° 65, Centro, Itarana/ES, representado pelo Prefeito Sr. Vander Patricio, brasileiro, divorciado, residente na Rua Francisco Perin, n° 65, Itaraninha - Itarana/ES, portador do CPF nº 096.XXX.XXX-XX.

CONTRATADA: KEILLA SCARDUA COLOMBO, portadora do CPF n° 102.XXX.XXX-XX.

PRIMEIRA: DO OBJETO DO ADITIVO
O presente Termo tem como finalidade ALTERAR a cláusula primeira do contrato, que passará a viger com a seguinte redação:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A CONTRATADA será lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, para atuar na CMEI "Santa Terezinha Ana Gomes de Abreu Toniato", como **Professor A-PA**, nível III, padrão de vencimento A, obedecendo às normas legais atinentes ao magistério público municipal, perfazendo um total de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, com vencimento base de R$ 5.038,61 (cinco mil e trinta e oito reais e sessenta e um centavos).

SEGUNDA: **VIGÊNCIA DO ADITIVO**
Este Aditivo passa a viger a partir do primeiro dia útil após a publicação no Diário Oficial dos Municípios do Espírito Santo - DOM/ES.

TERCEIRA: DA RATIFICAÇÃO CONTRATUAL
Ficam ratificadas em todos os seus termos e condições as demais cláusulas do Contrato ora aditado, ficando este Termo fazendo parte integrante e complementar daquele, a fim de que juntos produzam um só efeito.

Estando de pleno acordo, assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, perante as testemunhas, para que surtam seus legais efeitos.

Itarana/ES, 14 de março de 2025.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITARANA

CONTRATADA: KEILLA SCARDUA COLOMBO

TESTEMUNHAS:

Protocolo 1512078

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO N° 182/2025

Processo n°: 001475/2025 de 11/03/2025.
Origem: Secretaria Municipal de Educação - SEMED.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITARANA, **ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 27.104.363/0001-23, sediado à Rua Elias Estevão Colnago, n° 65, Centro, Itarana/ES, representado pelo Prefeito Sr. Vander Patricio, brasileiro, divorciado, residente na Rua Francisco Perin, n° 65, Itaraninha - Itarana/ES, portador do CPF nº 096.XXX.XXX-XX.

CONTRATADA: ROMILDA FELIX DA ROCHA, portadora do CPF n° 082.XXX.XXX-XX.

PRIMEIRA: DO OBJETO DO ADITIVO
O presente Termo tem como finalidade ALTERAR a cláusula primeira do contrato, que passará a viger com a seguinte redação:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A CONTRATADA será lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, para atuar na CMEI "Santa Terezinha Ana Gomes de Abreu Toniato", como **Professor A-PA**, nível III, padrão de vencimento A, obedecendo às normas legais atinentes ao magistério público municipal, perfazendo um total de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, com vencimento base de R$ 5.038,61 (cinco mil e trinta e oito reais e sessenta e um centavos).

SEGUNDA: **VIGÊNCIA DO ADITIVO**
Este Aditivo passa a viger a partir do primeiro dia útil após a publicação no Diário Oficial dos Municípios do Espírito Santo - DOM/ES.

TERCEIRA: DA RATIFICAÇÃO CONTRATUAL
Ficam ratificadas em todos os seus termos e condições as demais cláusulas do Contrato ora aditado, ficando este Termo fazendo parte integrante e complementar daquele, a fim de que juntos produzam um só efeito.

Estando de pleno acordo, assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, perante as testemunhas, para que surtam seus legais efeitos.

Itarana/ES, 14 de março de 2025.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITARANA

CONTRATADA: ROMILDA FELIX DA ROCHA

TESTEMUNHAS:

Protocolo 1512086

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO N° 211/2025

Processo n°: 001465/2025 de 11/03/2025.
Origem: Secretaria Municipal de Educação - SEMED.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITARANA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 27.104.363/0001-23, sediado à Rua Elias Estevão Colnago, n° 65, Centro, Itarana/ES, representado pelo Prefeito Sr. Vander Patricio, brasileiro, divorciado, residente na Rua Francisco Perin, n° 65, Itaraninha - Itarana/ES, portador do CPF nº 096.XXX.XXX-XX.

CONTRATADA: CRISTIANE NUNES, portadora do CPF n° 119.XXX.XXX-XX.

PRIMEIRA: DO OBJETO DO ADITIVO
O presente Termo tem como finalidade ALTERAR a cláusula primeira do contrato, que passará a viger com a seguinte redação:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A CONTRATADA será lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, para atuar na EMEIEF "Luiza Grimaldi", como **Professor A-PA**, nível III, padrão de vencimento A, obedecendo às normas legais atinentes ao magistério público municipal, perfazendo um total de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, com vencimento base de R$ 5.038,61 (cinco mil e trinta e oito reais e sessenta e um centavos).

SEGUNDA: **VIGÊNCIA DO ADITIVO**
Este Aditivo passa a viger a partir do primeiro dia útil após a publicação no Diário Oficial dos Municípios do Espírito Santo - DOM/ES.

TERCEIRA: DA RATIFICAÇÃO CONTRATUAL
Ficam ratificadas em todos os seus termos e condições as demais cláusulas do Contrato ora aditado, ficando este Termo fazendo parte integrante e complementar daquele, a fim de que juntos produzam um só efeito.

Estando de pleno acordo, assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, perante as testemunhas, para que surtam seus legais efeitos.

Itarana/ES, 14 de março de 2025.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITARANA

CONTRATADA: CRISTIANE NUNES

TESTEMUNHAS:

Protocolo 1512096

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO N° 133/2025

Processo n°: 001467/2025 de 11/03/2025.
Origem: Secretaria Municipal de Educação - SEMED.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITARANA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 27.104.363/0001-23, sediado à Rua Elias Estevão Colnago, n° 65, Centro, Itarana/ES, representado pelo Prefeito Sr. Vander Patricio, brasileiro, divorciado, residente na Rua Francisco Perin, n° 65, Itaraninha - Itarana/ES, portador do CPF nº 096.XXX.XXX-XX.

CONTRATADA: MARINA HOFFMANN BORTOLINI, portadora do CPF n° 124.XXX.XXX-XX.

PRIMEIRA: DO OBJETO DO ADITIVO
O presente Termo tem como finalidade ALTERAR a cláusula primeira do contrato, que passará a viger com a seguinte redação:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A CONTRATADA será lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, para atuar na EMEIEF "Luiza Grimaldi", como **Professor A-PA**, nível III, padrão de vencimento A, obedecendo às normas legais atinentes ao magistério público municipal, perfazendo um total de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, com vencimento base de R$ 5.038,61 (cinco mil e trinta e oito reais e sessenta e um centavos).

SEGUNDA: **VIGÊNCIA DO ADITIVO**
Este Aditivo passa a viger a partir do primeiro dia útil após a publicação no Diário Oficial dos Municípios do Espírito Santo - DOM/ES.

TERCEIRA: DA RATIFICAÇÃO CONTRATUAL
Ficam ratificadas em todos os seus termos e condições as demais cláusulas do Contrato ora aditado, ficando este Termo fazendo parte integrante e complementar daquele, a fim de que juntos produzam um só efeito.

Estando de pleno acordo, assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, perante as testemunhas, para que surtam seus legais efeitos.

Itarana/ES, 14 de março de 2025.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITARANA

CONTRATADA: MARINA HOFFMANN BORTOLINI

TESTEMUNHAS:

Protocolo 1512113

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO N° 319/2025

Processo n°: 001474/2025 de 11/03/2025.
Origem: Secretaria Municipal de Educação - SEMED.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITARANA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 27.104.363/0001-23, sediado à Rua Elias Estevão Colnago, n° 65, Centro, Itarana/ES, representado pelo Prefeito Sr. Vander Patricio, brasileiro, divorciado, residente na Rua Francisco Perin, n° 65, Itaraninha - Itarana/ES, portador do CPF nº 096.XXX.XXX-XX.

CONTRATADA: TANIA MARA CAETANO, portadora do CPF n° 896.XXX.XXX-XX.

PRIMEIRA: DO OBJETO DO ADITIVO
O presente Termo tem como finalidade ALTERAR a cláusula primeira do contrato, que passará a viger com a seguinte redação:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A CONTRATADA será lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, para atuar na CMEI "Santa Terezinha Ana Gomes de Abreu Toniato", como **Professor A-PA**, nível III, padrão de vencimento A, obedecendo às normas legais atinentes ao magistério público municipal, perfazendo um total de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, com vencimento base de R$ 5.038,61 (cinco mil e trinta

e oito reais e sessenta e um centavos).

SEGUNDA: **VIGÊNCIA DO ADITIVO**
Este Aditivo passa a viger a partir do primeiro dia útil após a publicação no Diário Oficial dos Municípios do Espírito Santo - DOM/ES.

TERCEIRA: DA RATIFICAÇÃO CONTRATUAL
Ficam ratificadas em todos os seus termos e condições as demais cláusulas do Contrato ora aditado, ficando este Termo fazendo parte integrante e complementar daquele, a fim de que juntos produzam um só efeito.

Estando de pleno acordo, assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, perante as testemunhas, para que surtam seus legais efeitos.

Itarana/ES, 14 de março de 2025.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITARANA

CONTRATADA: TANIA MARA CAETANO

TESTEMUNHAS:

Protocolo 1512115

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO N° 375/2025

Processo n°: 001471/2025 de 11/03/2025.
Origem: Secretaria Municipal de Educação - SEMED.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITARANA, **ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 27.104.363/0001-23, sediado à Rua Elias Estevão Colnago, n° 65, Centro, Itarana/ES, representado pelo Prefeito Sr. Vander Patricio, brasileiro, divorciado, residente na Rua Francisco Perin, n° 65, Itaraninha - Itarana/ES, portador do CPF nº 096.XXX.XXX-XX.

CONTRATADA: LIRIEL SEIFELT SILVA, portadora do CPF n° 165.XXX.XXX-XX.

PRIMEIRA: DO OBJETO DO ADITIVO
O presente Termo tem como finalidade ALTERAR a cláusula primeira do contrato, que passará a viger com a seguinte redação:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A CONTRATADA será lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, para atuar na CMEI "Santa Terezinha Ana Gomes de Abreu Toniato" e EMEIEF "Luiza Grimaldi", como **Professor A-PA**, nível I, padrão de vencimento A, obedecendo às normas legais atinentes ao magistério público municipal, perfazendo um total de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, com vencimento base de R$ 5.038,61 (cinco mil e trinta e oito reais e sessenta e um centavos).

SEGUNDA: **VIGÊNCIA DO ADITIVO**
Este Aditivo passa a viger a partir do primeiro dia útil após a publicação no Diário Oficial dos Municípios do Espírito Santo - DOM/ES.

TERCEIRA: DA RATIFICAÇÃO CONTRATUAL
Ficam ratificadas em todos os seus termos e condições as demais cláusulas do Contrato ora aditado, ficando este Termo fazendo parte integrante e complementar daquele, a fim de que juntos produzam um só efeito.

Estando de pleno acordo, assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, perante as testemunhas, para que surtam seus legais efeitos.

Itarana/ES, 14 de março de 2025.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITARANA

CONTRATADA: LIRIEL SEIFELT SILVA

TESTEMUNHAS:

Protocolo 1512121

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO N° 217/2025

Processo n°: 001495/2025 de 12/03/2025.
Origem: Secretaria Municipal de Educação - SEMED.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITARANA, **ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 27.104.363/0001-23, sediado à Rua Elias Estevão Colnago, n° 65, Centro, Itarana/ES, representado pelo Prefeito Sr. Vander Patricio, brasileiro, divorciado, residente na Rua Francisco Perin, n° 65, Itaraninha - Itarana/ES, portador do CPF nº 096.XXX.XXX-XX.

CONTRATADA: ANDREIA ALVES DE OLIVEIRA, portadora do CPF n° 085.XXX.XXX-XX.

PRIMEIRA: DO OBJETO DO ADITIVO
O presente Termo tem como finalidade ALTERAR a cláusula primeira do contrato, que passará a viger com a seguinte redação:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A CONTRATADA será lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, para atuar na EMEIEF "Luiza Grimaldi" e CMEI "Santa Terezinha Ana Gomes de Abreu Toniato", como **Professor A-PA**, nível III, padrão de vencimento A, obedecendo às normas legais atinentes ao magistério público municipal, perfazendo um total de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, com vencimento base de R$ 5.038,61 (cinco mil e trinta e oito reais e sessenta e um centavos).

SEGUNDA: **VIGÊNCIA DO ADITIVO**
Este Aditivo passa a viger a partir do primeiro dia útil após a publicação no Diário Oficial dos Municípios do Espírito Santo - DOM/ES.

TERCEIRA: DA RATIFICAÇÃO CONTRATUAL
Ficam ratificadas em todos os seus termos e condições as demais cláusulas do Contrato ora aditado, ficando este Termo fazendo parte integrante e complementar daquele, a fim de que juntos produzam um só efeito.

Estando de pleno acordo, assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, perante as testemunhas, para que surtam seus legais efeitos.

Itarana/ES, 14 de março de 2025.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITARANA

CONTRATADA: ANDREIA ALVES DE OLIVEIRA

TESTEMUNHAS:

Protocolo 1512134

Jaguaré

Portaria

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARÉ
Estado Do Espírito Santo

PORTARIA Nº 418, DE 13 DE MARÇO DE 2025

"Dispõe sobre a concessão de licença sem vencimento para tratar de assuntos particulares"

MARCOS ANTÔNIO GUERRA WANDERMUREM, PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUARÉ, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei.
CONSIDERANDO o disposto no Art. 122, da Lei Complementar nº 683/2006, alterada pela Lei Complementar nº 1463/2019 e Decreto nº 44/2019.
CONSIDERANDO solicitação do servidor, anuência da Secretaria Municipal de Educação e manifestação da Gerência de Recursos Humanos, constante no Processo Administrativo nº 2223/2025**.**

RESOLVE:
Art. 1° - **CONCEDER LICENÇA SEM VENCIMENTO PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES**, por um período de 09 (nove) meses, a **LEYLA BERNINE DOS SANTOS GAMA**, matrícula nº 014508, estatutário no cargo de Professor PA, vinculado a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01 de abril de 2025.
Art. 2° - Autorizar o Departamento de Recursos Humanos a adotar as providências legais de praxe decorrentes do disposto neste instrumento.
Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação.
REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos treze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte cinco (13.03.2025).

Marcos Antônio Guerra Wandermurem
Prefeito Municipal
Protocolo 1512090

João Neiva

Convocação

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL N° 001/2025

A Comissão do Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2025 - SEMSA, nomeada pela Portaria nº 14.128/2025, torna Público a CONVOCAÇÃO Nº 02, do Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2025.
Ficam os candidatos convocados a comparecerem na Secretaria Municipal de Saúde - Semsa, Rua: Plácido Vassolo, nº 48, 2º Pavimento - Centro - João Neiva/ES, com as documentações originais e cópias para conferência, conforme consta no item 11 e 12.1 do edital.

Data: 18/03/2025 às 8 h

Cargo: Agente Público Administrativo

Classificação	Nº de Inscrição	Nome Completo
01	96	Ricardo Gama de Moraes Silva

Cargo: Auxiliar de Serviços Gerais

Classificação	Nº de Inscrição	Nome Completo
02	15	Maria Terezinha Serri

Cargo: Enfermeiro I

Classificação	Nº de Inscrição	Nome Completo
02	59	Ana Paula Rocha do Sacramento

João Neiva/ES, 14 de março de 2025.

Celmara Carla de Souza Carrara
Presidente Comissão do Processo Seletivo Simplificado Semsa Nº 001/2025
Portaria nº 14.128/2025
Protocolo 1512370

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL N° 004/2023

A Comissão do Processo Seletivo Simplificado Nº 004/2023 - SEMSA, nomeada pela Portaria nº 13.173/2023, torna Público a **CONVOCAÇÃO Nº 44**, do Processo Seletivo Simplificado Nº 004/2023.

Ficam os candidatos convocados a comparecerem na Secretaria Municipal de Saúde - Semsa, Rua: Plácido Vassolo, nº 48, 2º Pavimento - Centro - João Neiva/ES, com as documentações originais e cópias para conferência, conforme consta no item 11 e 12.1 do edital.

Data: 18/03/2025 às 08 h

Cargo: Cirurgião Dentista do Programa de Saúde Bucal

Classificação	Nº de Inscrição	Nome Completo
01	44	Ana Carolina Cuzzuol Fracalossi
02	32	Viviane da Cunha Castro
03	37	Gabriely Favarato Scopel Morellato

João Neiva/ES, 14 de março de 2025.

Rosilene Maria Fachetti Milani
Presidente da Comissão do Processo Seletivo Simplificado Semsa Nº 004/2023
Portaria N° 13.173/2023
Protocolo 1512373

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL N° 003/2023

A Comissão do Processo Seletivo Simplificado Nº 003/2023 - SEMSA, nomeada pela Portaria nº 12.986/2023, torna Público a CONVOCAÇÃO Nº 37, do Processo Seletivo Simplificado Nº 003/2023.
Ficam os candidatos convocados a comparecerem na Secretaria Municipal de Saúde - Semsa, Rua: Plácido Vassolo, nº 48, 2º Pavimento - Centro - João Neiva/ES, com as documentações originais e cópias para conferência, conforme consta no item 09 e 10.1 do edital.

Data: 18/03/2025 às 8 h

Cargo: Cirurgião Dentista do Programa Saúde Bucal

Classificação	Nº de Inscrição	Nome Completo
06	46	Luisa Rodrigues Morellato Obs.: Reclassificação em conformidade com o edital nº 003/2023.

João Neiva/ES, 14 de março de 2025.

Rosilene Maria Fachetti Milani
Presidente Comissão do Processo Seletivo Simplificado Semsa Nº 03/2023
Portaria nº 12.986/2023

Protocolo 1512377

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL N° 004/2024

A Comissão do Processo Seletivo Simplificado Nº 004/2024 - SEMSA, nomeada pela Portaria nº 13.983/2024, torna Público a **CONVOCAÇÃO Nº 04**, do Processo Seletivo Simplificado Nº 004/2024.

Ficam os candidatos convocados a comparecerem na Secretaria Municipal de Saúde - Semsa, Rua: Plácido Vassolo, nº 48, 2º Pavimento - Centro - João Neiva/ES, com as documentações originais e cópias para conferência, conforme consta no item 11 e 12 do edital.

Data: 18/03/2025 às 8 h

Cargo: Atendente de Consultório Dentário do Programa de Saúde Bucal

Classificação	Nº de Inscrição	Nome Completo
01	04	Josenilda Adão
02	14	Karolini Favero Zerbini
03	01	Pollyana Nascimento Oliveira

João Neiva/ES, 14 de março de 2025.

Celmara Carla de Souza Carrara
Presidente da Comissão do Processo Seletivo Simplificado Semsa Nº 004/2024
Portaria N° 13.983/2024

Protocolo 1512380

Portaria

PORTARIA Nº 104, de 14 de março de 2025.

Designa servidor para atuar como Fiscal de Contrato que especifica.

A **Secretária Municipal de Saúde de João Neiva**, Gestora do Fundo Municipal de Saúde de João Neiva/ES, no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando a necessidade de designação de servidor para atuar como fiscal de Contrato Administrativo Nº 004/2025, cujo objeto é locação do imóvel situado à Rua Fortunato A. Tessarolo, nº150, Centro, João Neiva/ES, CEP: 29680-000, para abrigar o funcionamento da Base Descentralizada SAMU 192, tendo como inventariante a Sra. Regina Lucia de Freitas Tessarolo, representante do espólio do Sr. Augusto Tessarolo, designada Locadora.

Considerando que todas e quaisquer aquisições e serviços prestados ao Município devem ser fiscalizados, a fim de atender o princípio da eficiência, assim como as cláusulas contatuais, por ser uma das exigências da Lei Federal 14.133/2021.

RESOLVE:
Art. 1º. Designar a servidora **Rosilene Maria Fachetti Milani**, ocupante do cargo de Secretária Executiva, para exercer a função de fiscal de Contrato de Contrato Administrativo Nº 004/2025, celebrado entre o município e a Sra. Regina Lucia de Freitas Tessarolo, inventariante, representante do espólio do Sr. Augusto Tessarolo, designada Locadora.
Art. 2º. O fiscal do contrato designado através do art. 1º, deverá observar a Lei Federal nº 14.133/2021 e demais legislações e orientações pertinentes à fiscalização e acompanhamento de contratos.
Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Secretária Municipal de Saúde de João Neiva, em 14 de março de 2025.

Amanda Morellato Carlesso Campostrini
Secretária Municipal de Saúde

Registrada e publicada, em 14 de março de 2025.

Daniela da Silva Souza
Assessora Técnica Administrativo

Protocolo 1512959

Laranja da Terra

Decreto

DECRETO Nº 0266/2025

NOMEIA COMISSÃO COORDENADORA DO PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso de

suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 68 da Lei Orgânica Municipal n° 43/90.

DECRETA

ARTIGO 1º - Fica constituída a Comissão Coordenadora do Processo Seletivo para Contratação Temporária de profissionais para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Laranja da Terra/ES, que será composta pelos seguintes integrantes:
I - Simone Kalke Camporese, Gerente de Recursos Humanos - Presidente;
ll - Mateus Martins Loose, Assessor de Nível Superior Para Assuntos Jurídicos - Secretário;
III - Vandeti Krauser, Gerente do Fundo Municipal de Assistência Social - Membro;
IV - Thais Ludtke Naimeke, Agente Ambiental - Membro.

ARTIGO 2° - Constitui atribuição da Comissão mencionada no artigo anterior, realizar o trabalho técnico de organizar, coordenar, executar e concluir todo o procedimento necessário à realização do Processo Seletivo Simplificado em comento.

ARTIGO 3° - Este Decreto em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Laranja da Terra/ES em 11 de março de 2025.

JOADIR LOURENÇO MARQUES
Prefeito Municipal

Protocolo 1512026

DECRETO Nº 0267/2025

EXONERA ASSISTENTE OPERACIONAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA, **ESTADO DO ESPIRITO SANTO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 68 da Lei Municipal nº 43/90.

DECRETA:

ARTIGO 1º - Exonerar a senhora **SONIA VIEIRA DA SILVA** no cargo de Assistente Operacional, REF CC-4, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

ARTIGO 2º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos, inclusive financeiros, em 28 de fevereiro de 2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Laranja da Terra/ES, 12 de março de 2025.

JOADIR LOURENÇO MARQUES
Prefeito Municipal

Protocolo 1512029

DECRETO Nº 0268/2025

Dispõe sobre a nomeação dos membros representantes do Poder Público e da Sociedade Civil para a nova composição do Conselho Municipal do Idoso (CMI).

O PREFEITO MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA, **ESTADO DO ESPIRITO SANTO**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Artigo 68 da Lei Orgânica Municipal de nº 43/1990, e;
Considerando a Lei Municipal de nº 590/2010 que dispõe sobre a Criação do Conselho Municipal do Idoso (CMI) e dá outras providências, e;
Considerando o termino do atual mandato do Conselho Municipal do Idoso registrado pelo Decreto municipal nº 0704/2022.
Considerando o Processo Administrativo Nº 1024/2025.

DECRETA:

ARTIGO 1º. Nomear os novos membros, do Poder Público e da Sociedade Civil, para compor o Conselho Municipal do Idoso (CMI) para o período de 2025/2027;

ARTIGO 2ª. O Conselho Municipal do Idoso (CMI) de Laranja da Terra - ES obedecerá especialmente às prerrogativas legais estabelecidas nos Artigos 48, 52 e 53 da Lei Federal n° 10.741/2003, bem como, as previsões legais da Lei Municipal n° 590/2010 c/c 1004/2021.

ARTIGO 3ª. Fica assim estabelecida a nova composição do Conselho Municipal do Idoso (CMI):

I - REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL

a) Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS
Membro Titular: Lucinéia Holz - mandato reconduzido
Membro Suplente: Celina Siring - mandato reconduzido

b) Secretaria Municipal de Educação - SEMED
Membro Titular: Micheli Seibel Berger Burzlaff
Membro Suplente: Marcélia Klitzke de Oliveira

c) Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS
Membro Titular: Rosangela Maria de Oliveira
Membro Suplente: Vanise Wagner

d) Secretaria Municipal de Cultura Turismo e Esporte
Membro Titular: Adilson José Fernandes
Membro suplente: Willian Ponath Littig

II - REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL/ ÓRGÃOS NÃO GOVERNAMENTAIS

a) Idosos representantes usuários de serviços e benefícios prestados a pessoa idosa
Membro Titular: Sebastiana Fleger Gabrecht - mandato reconduzido
Membro Suplente: Diana Maria da Silva Oliveira
Membro Titular: Dalila Sarter Pissoler - mandato reconduzido
Membro Suplente: Elci Seibel
Membro Titular: Rosa Helena Soares Tesch - mandato reconduzido
Membro Suplente: Ereni Jaske Flegler
Membro Titular: Regina Jaske Vervloerte - mandato reconduzido
Membro Suplente: Serafina Jacob Saibel - mandato reconduzido

ARTIGO 4º. Este Decreto entra em vigor na data de

sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Laranja da Terra/ES, 13 de março de 2025.

JOADIR LOURENÇO MARQUES
Prefeito Municipal

Protocolo 1512032

Portaria

PORTARIA N° 0120/2025

PRORROGA FÉRIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA, **ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 68 da Lei Orgânica Municipal n° 43/90.
Considerando o Processo Administrativo Nº 636/2025

RESOLVE

ARTIGO 1° - Prorrogar as férias do servidor **LUIZ PENA DE OLIVEIRA**, Trabalhador Braçal, Carreira I, Classe D, programadas para o período de 03/02/2025 a 04/03/2025, referente ao período aquisitivo de 28/02/2024 a 27/02/2025, ficando as mesmas programadas para o período de 02/06/2025 a 01/07/2025.

ARTIGO 2°- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Laranja da Terra/ES, 10 de março de 2025

HELIO STORCH
Secretário Municipal de Administração

JOADIR LOURENÇO MARQUES
Prefeito Municipal

Protocolo 1512070

PORTARIA N° 0121/2025

PRORROGA FÉRIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA, **ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 68 da Lei Orgânica Municipal n° 43/90.
Considerando o Processo Administrativo Nº 636/2025

RESOLVE

ARTIGO 1° - Prorrogar as férias da servidora **SONIA SCHREIBER**, Trabalhador Braçal, Carreira I, Classe A programadas para o período de 02/06/2025 a 01/07/2025, referente ao período aquisitivo de 26/04/2024 a 22/04/2025, ficando as mesmas programadas para o período de 01/07/2025 a 30/07/2025.

ARTIGO 2°- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Laranja da Terra/ES, 10 de março de 2025

HELIO STORCH
Secretário Municipal de Administração

JOADIR LOURENÇO MARQUES
Prefeito Municipal

Protocolo 1512077

PORTARIA N° 0122/2025

DISPÕE SOBRE A LOCALIZAÇÃO DA SERVIDORA ROSINETE MELO MUNDT NA EMEFTI "UNIÃO LARANJENSE".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA, **ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 68 da Lei Orgânica Municipal n° 43/90;
Considerando o Processo Administrativo Nº 683/2025

RESOLVE

ARTIGO 1° - Localizar a servidora **ROSINETE MELO MUNDT**, ocupante do cargo de Pedagoga recebida do Município de Afonso Claudio, para exercer suas atividades na EMEFTI "União Laranjense", turnos matutino e vespertino, com carga horária de 40 horas semanais, com início em 03/02/2025 e término previsto para 22/12/2025.

ARTIGO 2°- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias, retroagindo seus efeitos inclusive financeiros a 02 de fevereiro de 2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Laranja da Terra/ES, 10 de março de 2025.

HELIO STORCH
Secretário Municipal de Administração

JOADIR LOURENÇO MARQUES
Prefeito Municipal

Protocolo 1512088

PORTARIA N° 0123/2025

CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTOS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA, **ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 68 da Lei Orgânica Municipal n° 43/90, e;
Considerando o que consta do Processo Administrativo n° 306/2025.

RESOLVE

ARTIGO 1° - Conceder licença sem vencimentos para trato de interesses particulares ao senhor **ISMAEL DALMAN**, Pedreiro, Carreira II, Classe H, por um período de 02 anos, com início em 03/02/2025 e término previsto em 02/02/2027.

ARTIGO 2°- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Laranja da Terra/ES, 10 de março de 2025.

HELIO STORCH
Secretário Municipal de Administração

JOADIR LOURENÇO MARQUES
Prefeito Municipal

Protocolo 1512094

PORTARIA N° 0124/2025

NOMEIA DOUGLAS FAGUNDES BRANDÃO E ROMENIQUE RATON COMO REPRESENTEANTES MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA PARA REPRESENATAR O PREFEITO NO COLEGIADO REGIONAL DA MICRORREGIÃO DE ÁGUAS E ESGOTO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO (MRAE/ES).

O PREFEITO MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA, **ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 68 da Lei Orgânica Municipal n° 43/90.
RESOLVE

ARTIGO 1° - Ficam nomeados DOUGLAS FAGUNDES BRANDÃO, Vice-Prefeito Municipal e ROMENIQUE RATON, Gerente de Meio Ambiente, como representantes municipais de Laranja da Terra para representar o Prefeito, em caso de ausência, no Colegiado Regional da Microrregião de Águas e Esgoto do Estado do Espírito Santo (MRAE/ES), conforme Art. 13, Inciso II, do Regimento Interno da MRAE/ES.

ARTIGO 2°- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Laranja da Terra/ES, 11 de março de 2025.

HELIO STORCH
Secretário Municipal de Administração

JOADIR LOURENÇO MARQUES
Prefeito Municipal

Protocolo 1512106

PORTARIA N° 0125/2025

ESTENDE CARGA HORÁRIA E LOCALIZA SERVIDOR

O PREFEITO MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA, **ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 68 da Lei Orgânica Municipal n° 43/90;
Considerando as demandas identificadas pela Secretaria Municipal de Educação no Processo nº 420/2025;
RESOLVE

ARTIGO 1º - Conceder extensão de carga horária de 25 (vinte e cinco) para 40 (quarenta) horas semanais à servidora TATIANA CUSTODIO DOS SANTOS ocupante do cargo de Professora A Educação Infantil, Nível IV, Padrão 1, com início em 01/02/2025 e com término previsto em 31/12/2025, e com a alocação da servidora para exercer atividades pedagógicas na CEMEI "Emílio Jaske".

ARTIGO 2°- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Laranja da Terra/ES, 12 de março de 2025.

HELIO STORCH
Secretário Municipal de Administração

JOADIR LOURENÇO MARQUES
Prefeito Municipal

Protocolo 1512112

PORTARIA N° 0126/2025

ESTENDE CARGA HORÁRIA E LOCALIZA SERVIDOR

O PREFEITO MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA, **ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 68 da Lei Orgânica Municipal n° 43/90;
Considerando as demandas identificadas pela Secretaria Municipal de Educação no Processo nº 421/2025;
RESOLVE

ARTIGO 1º - Conceder extensão de carga horária de 25 (vinte e cinco) para 35 (trinta e cinco) horas semanais à servidora JOSIMERE DIAS VIEIRA BENFICA PINTO ocupante do cargo de Professora A Anos Iniciais, Nível IV, Padrão 3, com início em 03/02/2025 e com término previsto em 31/12/2025, e com a alocação da servidora para exercer atividades pedagógicas na EMEFTI "União Laranjense".

ARTIGO 2°- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Laranja da Terra/ES, 12 de março de 2025.

HELIO STORCH
Secretário Municipal de Administração

JOADIR LOURENÇO MARQUES
Prefeito Municipal

Protocolo 1512118

PORTARIA N° 0127/2025

REVOGA PORTARIA N° 072/2025, QUE ESTENDE A CARGA HORÁRIA E LOCALIZA A SERVIDORA SUELI POTRATZ BAUTZ.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA, **ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 68 da Lei Orgânica Municipal n° 43/90; e nos termos do artigo 129, inciso III da Lei 184/97.
Considerando o Processo Administrativo Nº 885/2025.

RESOLVE

ARTIGO 1º - Revogar a Portaria n° 072/2025, datada de 17 de fevereiro de 2025, que estende a carga horária e localiza a Servidora Sueli Potratz Bautz para exercer atividades pedagógicas nas Escolas Municipais "Norberto Klug" e "Valentim Perozini".

ARTIGO 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Laranja da Terra/ES, 12 de março de 2025.

HELIO STORCH
Secretário Municipal de Administração

JOADIR LOURENÇO MARQUES
Prefeito Municipal

Protocolo 1512130

PORTARIA N° 0128/2025

ESTENDE CARGA HORÁRIA E LOCALIZA SERVIDORA

O PREFEITO MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA, **ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 68 da Lei Orgânica Municipal n° 43/90;
Considerando o Processo Administrativo nº 885/2025;
RESOLVE

ARTIGO 1º - Conceder extensão de carga horária de 25 (vinte e cinco) para 36 (trinta e seis) horas semanais à servidora SUELI POTRATZ BAUTZ, ocupante do cargo de Professora A Anos Iniciais, Nível IV, Padrão 2, com início em 03/02/2025 e com término previsto em 22/12/2025, e com a alocação da servidora para exercer suas atividades na EMEIEF "Valentim Perozini", anos iniciais, no turno matutino e vespertino.

ARTIGO 2°- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Laranja da Terra/ES, 12 de março de 2025.

HELIO STORCH
Secretário Municipal de Administração

JOADIR LOURENÇO MARQUES
Prefeito Municipal

Protocolo 1512141

PORTARIA N° 0129/2025

DISPÕE SOBRE A LOCALIZAÇÃO DO SERVIDOR CARLOS AUGUSTO SCHULTZ NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA, **ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 68 da Lei Orgânica Municipal n° 43/90;
RESOLVE

ARTIGO 1° - Localizar o servidor **Carlos Augusto Schultz**, Assistente Técnico, REF CC-3, para exercer suas atividades na Secretaria Municipal de Educação a partir de 01 de fevereiro de 2025.

ARTIGO 2°- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições contrárias.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.
Laranja da Terra/ES, 12 de março de 2025

HELIO STORCH
Secretário Municipal de Administração

JOADIR LOURENÇO MARQUES
Prefeito Municipal

Protocolo 1512147

PORTARIA N° 0130/2025

DISPÕE SOBRE A LOCALIZAÇÃO DO SERVIDOR ALONCIO CAMILO DA SILVA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LARANJA DA TERRA, **ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 68 da Lei Orgânica Municipal n° 43/90;
RESOLVE

ARTIGO 1° - Localizar o servidor **Aloncio Camilo da Silva**, Motorista Habilitação D, Carreira II, Classe C, para exercer suas atividades na Secretaria Municipal de Educação a partir de 31 de janeiro de 2025.

ARTIGO 2°- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições contrárias.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Laranja da Terra/ES, 12 de março de 2025

HELIO STORCH
Secretário Municipal de Administração

JOADIR LOURENÇO MARQUES
Prefeito Municipal

Protocolo 1512155

Contrato

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 012/2025.
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 61/2025.
ID TCE-ES: 2025.041E0500002.09.0003
CONTRATANTE: Fundo Municipal de Saúde de Laranja da Terra.
CONTRATADA: PRO-RAD CONSULTORES EM RADIOPROTEÇÃO S/S LTDA.
OBJETO: **Prestação de serviços de dosimetria de radiação e concessão do direito ao uso de dosímetros.**
VALOR GLOBAL: **R$ 1.452,00**
VIGÊNCIA: 14/03/2025 a 14/03/2026
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Órgão: 121 - Fundo Municipal de Saúde
Unidade Orçamentaria: 121 - Fundo Municipal de Saúde
Código: 121121.1030100392.167 - Manut. do Atend. De Mamografia e Raio X
Elemento de Despesa: 33903900000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte de Recurso:
500 0015 - Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde
502 0015 - Receita da Compensação de Impostos - Saúde
600 0000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS Provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde.

Protocolo 1512481

Mantenópolis

Decreto

DECRETO Nº 30, DE 14 DE MARÇO DE 2025.

"Nomeia os membros que integrarão o Grupo Gestor Local do Programa de Acompanhamento e Monitoramento do Acesso e Permanência na Escola de Pessoas com Deficiência, Beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social - Programa BPC na Escola, instituído pelo Decreto Municipal nº 018, de 29 de julho de 2013."

O **Prefeito Municipal de Mantenópolis**, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, em especial as conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e em consonância com as disposições previstas no Decreto Municipal nº 018, de 29 de julho de 2013,

DECRETA

Art. 1º - Sem ônus para o Município de Mantenópolis/ES, pelo exercício de suas funções, e com as atribuições previstas no Decreto Municipal nº 018, de 29 de julho de 2013, que o instituiu, NOMEIO o Grupo Gestor Local do Programa de Acompanhamento e Monitoramento do Acesso e Permanência na Escola de Pessoas com Deficiência, beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social - Programa BPC na Escola, composto pelos seguintes membros:

I. Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social:
a)Membro Titular: Silmara Gomes Da Silva Reis
b) Membro Suplente: Marli de Fátima da Silva Mariano

I. Representantes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Turismo:
a)Membro Titular: Yasmim Fideles Chaves
b) Membro Suplente: Odeir Silva dos Reis

I. Representantes da Secretaria Municipal de Saúde:
a) Membro Titular: Géssica Teixeira de Souza
b) Membro Suplente: Rhaine Cristina Valentim

Art. 2º - A Coordenação da Equipe Técnica da Secretaria Municipal de Assistência Social, responsável pela aplicação do questionário de identificação das barreiras para o acesso e permanência na escola das pessoas com deficiência beneficiárias do BPC, ficará a cargo da servidora pública municipal Thayane Rodrigues da S. Hasttereiter, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.
Gabinete do Prefeito, Mantenópolis/ES, em 14 de março de 2025.

LÚCIO MARQUES DE MORAIS
Prefeito Municipal

Protocolo 1512619

Contrato

EXTRATO DE CONTRATO
SENHA ID: 2025.043E0700001.09.0001

NÚMERO DO CONTRATO: 001/2025
TIPO DO CONTRATO: Prestação de Serviços.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Mantenópolis-ES.
CNPJ: 27.167.345/0001-90

CONTRATADO: LUAN R LEAO
CNPJ: 50.415.185/0001-73
ENDEREÇO: RUA FLORENTINO ADAO DE OLIVEIRA, 98 - NOVO PROGRESSO - SÃO JOÃO DO MANTENINHA - MG - CEP: 35277-000.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE CONSULTORIA PARA A ÁREA DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS, EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 00050 - SERVICOS DE CONSULTORIA (003003.0412200042.008.33903 500000.150000000000)

VALOR TOTAL: R$56.000,00 (cinquenta e seis mil reais)

VIGÊNCIA: 17 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

DATA DA ASSINATURA: 17 de janeiro de 2025.

DATA DA PUBLICAÇÃO: 17 de março de 2025.

_____
Setor de Contratos
ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR(A) RESPONSÁVEL PELA PUBLICAÇÃO:

Protocolo 1512297

EXTRATO DE CONTRATO
SENHA ID: 2025.043E0700001.09.0002

NÚMERO DO CONTRATO: 002/2025
TIPO DO CONTRATO: Prestação de Serviços.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Mantenópolis-ES.
CNPJ: 27.167.345/0001-90

CONTRATADO: ISAQUE AUGUSTO DE FREITAS
CNPJ: 09747177706
ENDEREÇO: Avenida Presidente Vargas s/n, Centro, Mantenópolis/ES, CEP 29770-000.

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a contratação de serviços de locução e divulgação dos atos administrativos, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 33903600000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física Plano de Trabalho 002002.0412200032.003 - Manutenção das atividades do Gabinete do Prefeito Fonte de Recurso: 150000000000 - Recursos não vinculados de impostos e transferências de impostos.

VALOR TOTAL: R$ 30.800,00 (trinta mil e oitocentos reais)

VIGÊNCIA: 04 de fevereiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

DATA DA ASSINATURA: 04 de fevereiro de 2025.

DATA DA PUBLICAÇÃO: 17 de março de 2025.

_____
Setor de Contratos
ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR(A) RESPONSÁVEL PELA PUBLICAÇÃO:

Protocolo 1512306

EXTRATO DE CONTRATO
SENHA ID: 2025.043E0700001.09.0003

NÚMERO DO CONTRATO: 003/2025
TIPO DO CONTRATO: Prestação de Serviços.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Mantenópolis-ES.
CNPJ: 27.167.345/0001-90

CONTRATADO: INSTITUTO CONHECER
CNPJ: 17.681.574/0001-75
ENDEREÇO: Rua Mestre Gomes, 240 - Gloria - Vila Velha - Es - Cep: 29122-100

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a contratação de palestrante para professores da rede municipal de educação da abertura do ano letivo de 2025.
.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 00339 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA (00700 8.1236100232.052.33903900000.155000000000).

VALOR TOTAL: R$ 12.000,00 (doze mil reais)

VIGÊNCIA: 31 de janeiro de 2025 a 31 de maio de 2025

DATA DA ASSINATURA: 31 de janeiro de 2025.

DATA DA PUBLICAÇÃO: 17 de março de 2025.

_____
Setor de Contratos
ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR(A) RESPONSÁVEL PELA PUBLICAÇÃO:

Protocolo 1512313

EXTRATO DE CONTRATO
SENHA ID: 2025.043E0700001.09.0004

NÚMERO DO CONTRATO: 004/2025
TIPO DO CONTRATO: Prestação de Serviços.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Mantenópolis-ES.
CNPJ: 27.167.345/0001-90

CONTRATADO: Consórcio Público Para Tratamento E Destinação Final Adequada De Resíduos Sólidos Da Região Doce Oeste Do Estado Do Espírito Santo - CONDOESTE
CNPJ: 11.422.312/0001-00
ENDEREÇO: Praça Isidoro Binda , n.º 04, Bairro Vila Nova, Colatina/ES, CEP 29.702-040

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a formalização de contrato de rateio dos municípios integrantes do CONDOESTE, para rateio das despesas do consórcio.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 33717000000 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS
FICHA 333
PLANO DE TRABALHO: 009010.1545200302.125 - PARTICIPAÇÃO NO CONSÓRCIO PARA TRATAMENTO FINAL ADEQUADO DE RESIDOS SÓLIDOS REGIÃO DOCE OESTE - CONDOESTE
FONTE DE RECURSO: 150000000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS.

VALOR TOTAL: R$ 42.000,00 (quarenta e dois mil reais)

VIGÊNCIA: 13 de fevereiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

DATA DA ASSINATURA: 13 de fevereiro de 2025.

DATA DA PUBLICAÇÃO: 17 de março de 2025.

_____
Setor de Contratos
ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR(A) RESPONSÁVEL PELA PUBLICAÇÃO:

Protocolo 1512320

EXTRATO DE CONTRATO
SENHA ID: 2025.043E0700001.09.0005

NÚMERO DO CONTRATO: 005/2025
TIPO DO CONTRATO: Prestação de Serviços.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Mantenópolis-ES.
CNPJ: 27.167.345/0001-90

CONTRATADO: Consórcio Público Para Tratamento E Destinação Final Adequada De Resíduos Sólidos Da Região Doce Oeste Do Estado Do Espírito Santo - CONDOESTE
CNPJ: 11.422.312/0001-00
ENDEREÇO: Praça Isidoro Binda , n.º 04, Bairro Vila Nova, Colatina/ES, CEP 29.702-040

OBJETO: O presente termo tem por objeto a formalização de contrato de prestação de serviço de coleta, transporte, tratamento e destinação final de Resíduos de Serviços de Saúde - RSS.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 33933900000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - CONSÓRCIO PÚBLICO DO QUAL O ENTE PARTICIPE
FICHA 334
PLANO DE TRABALHO:
009010.1545200302.125 - PARTICIPAÇÃO NO CONSÓRCIO PARA TRATAMENTO FINAL ADEQ. DE RESID. SOLID. REG. DOCE OESTE - CONDOESTE
FONTE DE RECURSO:
150000000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS.

VALOR TOTAL: R$ 63.676,80 (sessenta e três mil, seiscentos e setenta e seis reais e oitenta centavos)

VIGÊNCIA: 13 de fevereiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

DATA DA ASSINATURA: 13 de fevereiro de 2025.

DATA DA PUBLICAÇÃO: 17 de março de 2025.

Setor de Contratos
ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR(A) RESPONSÁVEL PELA PUBLICAÇÃO:

Protocolo 1512323

EXTRATO DE CONTRATO
SENHA ID: 2025.043E0700001.09.0006

NÚMERO DO CONTRATO: 006/2025
TIPO DO CONTRATO: Prestação de Serviços.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Mantenópolis-ES.
CNPJ: 27.167.345/0001-90

CONTRATADO: Consórcio Público Da Região Noroeste - CIM NOROESTE
CNPJ: 02.236.721/0001-20
ENDEREÇO: Av. João Quiuqui, Nº 26, sala 101, Centro - Águia Branca - ES

OBJETO: O presente instrumento tem por objeto ratear as despesas do Consórcio entre os entes Consorciados para o efetivo funcionamento da Câmara Setorial de Meio Ambiente, Agricultura - CSMAA.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: - **Projeto / Atividade**: 1812200142.130 - CONTRIBUIÇÃO AO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO NOROESTE - CIM NOROESTE

Elementos de Despesa	Valor	Fonte
3.1.71.70.00- Rateio pela participação em Consórcio Público	34.375,00	0000129
3.3.71.70.00- Rateio pela participação em Consórcio Público	55.000,00	0000130
4.4.71.70.00 - Rateio pela participação em Consórcio Público	625,00	0000131
TOTAL	90.000,00	

VALOR TOTAL: R$ 90.000,00 (noventa mil reais)

VIGÊNCIA: 25 de fevereiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

DATA DA ASSINATURA: 25 de fevereiro de 2025.

DATA DA PUBLICAÇÃO: 17 de março de 2025.

Setor de Contratos
ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR(A) RESPONSÁVEL PELA PUBLICAÇÃO:

Protocolo 1512329

EXTRATO DE CONTRATO
SENHA ID: 2025.043E0700001.09.0007

NÚMERO DO CONTRATO: 007/2025
TIPO DO CONTRATO: Prestação de Serviços.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Mantenópolis-ES.
CNPJ: 27.167.345/0001-90

CONTRATADO: Associação De Reciclagem De Mantenópolis - AREMA
CNPJ: 41.825.073/0001-08
ENDEREÇO: Córrego Manteninha, Saída para São Geraldo, Zona Rural, s/nº, Mantenópolis - Espírito Santo

OBJETO: O presente instrumento tem por objeto a contratação de serviço de coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, realizado por associação..

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: - Projeto / Atividade: - 006006.1812200142.027 - Manutenção das atividades de setor da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - Dotação 33903900000 Ficha: 125 - Fonte de Recurso: 150000000000

VALOR TOTAL: R$ 127.632,84 (cento e vinte e sete mil seiscentos e trinta e dois reais e oitenta e quatro centavos).

VIGÊNCIA: 25 de fevereiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

DATA DA ASSINATURA: 25 de fevereiro de 2025.

DATA DA PUBLICAÇÃO: 17 de março de 2025.

Setor de Contratos
ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR(A) RESPONSÁVEL PELA PUBLICAÇÃO:

Protocolo 1512333

EXTRATO DE CONTRATO
SENHA ID: 2025.043E0500001.09.0001

NÚMERO DO CONTRATO: 0001/2025
TIPO DO CONTRATO: Prestação de Serviços.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Mantenópolis-ES.
CNPJ: 27.167.345/0001-90

CONTRATADO: CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO NOROESTE - CIM NOROESTE
CNPJ: 02.236.721/000-20
ENDEREÇO: Avenida João Quiuqui, nº 26, Sala 101, Centro, Águia Branca - ES,
CEP 29.795-000,.

OBJETO: O presente contrato tem objeto a gestão associada dos serviços de
Controle, gerenciamento, operacionalização e execução das ações e atividades do
Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2.140 - CIM NOROESTE - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS - SAMU
FONTE RECURSO: 150000150000 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE
IMPOSTOS - SAÚDE
0000061 | 33933900000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 0 - CONSÓRCIO PÚBLICO DO QUAL O ENTE PARTICIPE

VALOR TOTAL: R$ 223.287,18 (duzentos e vinte

e três mil duzentos e oitenta e sete reais e dezoito centavos).

VIGÊNCIA: 18 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

DATA DA ASSINATURA: 18 de janeiro de 2025.

DATA DA PUBLICAÇÃO: 17 de março de 2025.

Setor de Contratos
ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR(A) RESPONSÁVEL PELA PUBLICAÇÃO:

Protocolo 1512735

EXTRATO DE CONTRATO
SENHA ID: 2025.043E0500001.16.0001

NÚMERO DO CONTRATO: 0002/2025
TIPO DO CONTRATO: Compra de Material.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Mantenópolis-ES.
CNPJ: 27.167.345/0001-90

CONTRATADO: HOSPIDROGAS COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 5.997.345/0001-46
ENDEREÇO: Rua Alan Kardec, nº 467, Bairro Divino Espírito Santo, Vila Velha/ES, CEP 29106-400.

OBJETO: O presente contrato tem objeto contratação/aquisição de materiais médicohospitalares para atendimento das necessidades da Secretaria Executiva de Saúde em seus núcleos de atuação.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2.108 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE PRESTADOS PELO PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL
Fonte Recurso: 150000150000 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE
0000075 | 33903000000 - MATERIAL DE CONSUMO
Fonte Recurso: 160000000000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL
0000075 | 33903000000 - MATERIAL DE CONSUMO

VALOR TOTAL: R$ 57.948,85 (cinquenta e sete mil, novecentos e quarenta e oito reais e oitenta e cinco centavos).

VIGÊNCIA: 28 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

DATA DA ASSINATURA: 28 de janeiro de 2025.

DATA DA PUBLICAÇÃO: 17 de março de 2025.

Setor de Contratos
ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR(A) RESPONSÁVEL PELA PUBLICAÇÃO:

Protocolo 1512743

EXTRATO DE CONTRATO
SENHA ID: 2025.043E0500001.09.0002

NÚMERO DO CONTRATO: 0003/2025
TIPO DO CONTRATO: Compra de Material.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Mantenópolis-ES.
CNPJ: 27.167.345/0001-90

CONTRATADO: CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO NOROESTE - CIM NOROESTE
CNPJ: 02.236.721/0001-20
ENDEREÇO: Av. João Quiuqui, nº 26, sala 101, Centro - Águia Branca - ES, CEP 29.795-000.

OBJETO: a contratação da prestação de serviços de assistência à saúde, com execução parcelada, no município CONTRATANTE, por intermédio do CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO NOROESTE.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2.144 - CIM NOROESTE - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS - PLANTÕES MÉDICOS
Fonte Recurso: 150000150000 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE
0000065 | 33933900000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - CONSÓRCIO PÚBLICO DO QUAL O ENTE PARTICIPE

VALOR TOTAL: O valor total do presente contrato é estimado em R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), podendo ser alterado, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2.

VIGÊNCIA: 21 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

DATA DA ASSINATURA: 21 de janeiro de 2025.

DATA DA PUBLICAÇÃO: 17 de março de 2025.

Setor de Contratos
ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR(A) RESPONSÁVEL PELA PUBLICAÇÃO:

Protocolo 1512757

EXTRATO DE CONTRATO
SENHA ID: 2025.043E0500001.09.0003

NÚMERO DO CONTRATO: 0004/2025
TIPO DO CONTRATO: Prestação de Serviços.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Mantenópolis-ES.
CNPJ: 27.167.345/0001-90

CONTRATADO: CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO NOROESTE - CIM NOROESTE
CNPJ: 02.236.721/000-20
ENDEREÇO: Avenida João Quiuqui, nº 26, Sala 101, Centro, Águia Branca - ES, CEP 29.795-000,.

OBJETO: O presente contrato tem objeto estabelecer as condições e obrigações pelas partes signatárias, por meio da gestão associada de serviços públicos, visando a prestação dos serviços públicos de saúde de consultas, exames, procedimentos e consultas especializadas e de apoio para diagnóstico, constante da Tabela de Valores de Serviços e Procedimentos de Saúde - TVSPS.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2.139 - CIM

NOROESTE - CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS - PROGRAMA
Fonte Recurso: 160000000000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE MANUTENÇÃO
0000060 | 33933900000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - CONSÓRCIO PÚBLICO DO QUAL O ENTE PARTICIPE

VALOR TOTAL: O valor total anual estimado para a execução do presente objeto é de até R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

VIGÊNCIA: 18 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

DATA DA ASSINATURA: 18 de janeiro de 2025.

DATA DA PUBLICAÇÃO: 17 de março de 2025.

_____
Setor de Contratos
ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR(A) RESPONSÁVEL PELA PUBLICAÇÃO:
Protocolo 1512765

EXTRATO DE CONTRATO
SENHA ID: 2025.043E0500001.09.0004

NÚMERO DO CONTRATO: 0005/2025
TIPO DO CONTRATO: Prestação de Serviços.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Mantenópolis-ES.
CNPJ: 27.167.345/0001-90

CONTRATADO: CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO NOROESTE - CIM NOROESTE
CNPJ: 02.236.721/000-20
ENDEREÇO: Avenida João Quiuqui, nº 26, Sala 101, Centro, Águia Branca - ES,
CEP 29.795-000,.

OBJETO: O presente contrato tem objeto ratear as despesas do CONSÓRCIO entre os Entes CONSORCIADOS nos termos do art. 8º da Lei n.º 11.107/2005, e, com base na Resolução Orçamentária aprovada pela Assembléia Geral.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2.141 - CIM NOROESTE - RATEIO CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE
Fonte Recurso: 150000150000 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE
0000062 | 3171700000 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS
0000064 | 4471700000 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO
Fonte Recurso: 160000000000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DOS SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL
0000063 | 3371700000 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS

VALOR TOTAL: R$ 104.984,93 (cento e quatro mil, novecentos e oitenta e quatro reais e noventa e três centavos).

VIGÊNCIA: 18 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025

DATA DA ASSINATURA: 18 de janeiro de 2025.

DATA DA PUBLICAÇÃO: 17 de março de 2025.

_____
Setor de Contratos
ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR(A) RESPONSÁVEL PELA PUBLICAÇÃO:
Protocolo 1512769

Aditivo

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO
SENHA ID: 2023.043E0700001.01.0006

NÚMERO DO CONTRATO: 00001/2024
TIPO DO CONTRATO: Prestação de Serviços.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Mantenópolis-ES.
CNPJ: 27.167.345/0001-90

CONTRATADO: UNIAO EMPREENDIMENTOS E SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA
CNPJ 09.537.480/0001-07
ENDEREÇO: RUA JOSE NATAL LEMOS PEREIRA, S/N - PARQUE RESIDENCIAL JARDINS - COLATINA - ES CEP: 29709-653

OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo a prorrogação do prazo de vigência do Contrato de Prestação de Serviços nº 0012/2024, firmado com a empresa UNIAO EMPREENDIMENTOS E SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0090.10.1512200262.062 - Manutenção das atividades as Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Urbanos - Ficha 000309 Fonte de Recurso: 15000000000 - Recurso não vinculados de impostos e transferências de impostos (Próprios).

VIGÊNCIA: Fica prorrogado por 06 (seis) meses, o contrato de prestação de serviços nº 000012/2024, tendo início no dia 23 de fevereiro de 2024 e término prorrogado para o dia **24 de agosto de 2025**.

DATA DA ASSINATURA: 24 DE FEVEREIRO DE 2025.

DATA DA PUBLICAÇÃO: 14 DE MARÇO DE 2025.

_____
Setor de Contratos
ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR(A) RESPONSÁVEL PELA PUBLICAÇÃO:
Protocolo 1511953

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO
SENHA ID: 2023.043E0700001.02.0034

NÚMERO DO CONTRATO: 027/2024
TIPO DO CONTRATO: Compra de Materiais.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Mantenópolis-ES.
CNPJ: 27.167.345/0001-90

CONTRATADO: SAMPAIO MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA

CNPJ: 27.352.251/0001-91
ENDEREÇO: PRAÇA DOM LUIZ, 246 - CENTRO - MANTENÓPOLIS - ES - CEP: 29770000.

OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo o aditivo de valor do Contrato de Compra de Materiais nº 0027/2024, firmado com a empresa **SAMPAIO MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA**.

DOTAÇÃOORÇAMENTÁRIA:00361-150000000000 - MATERIAL DE CONSUMO - 010011.0824400342. 067.33903000000.150000000000 - PREFEITURA MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS

VALOR: R$ 203.194,11 (duzentos e três mil cento e noventa e quatro reais e onze centavos).

DATA DA ASSINATURA: 31 de Janeiro de 2025.

DATA DA PUBLICAÇÃO: 17 de março de 2025.

Setor de Contratos
ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR(A)
RESPONSÁVEL PELA PUBLICAÇÃO:
Protocolo 1512623

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO
SENHA ID: 2024.043E0700001.01.0007

NÚMERO DO CONTRATO: 058/2024
TIPO DO CONTRATO: Obras e Serviços de Engenharia.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Mantenópolis-ES.
CNPJ: 27.167.345/0001-90

CONTRATADO: CONSTRUTORA AJB LTDA ME
CNPJ: 18.957.023/0001-54
ENDEREÇO: AVENIDA CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM, 2240 - SHELL - LINHARES - ES - CEP: 29901-612.

OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo o aditivo de prorrogação de prazo do Contrato de Obras e Serviços de Engenharia nº 0058/2024, firmado com a empresa **CONSTRUTORA AJB LTDA ME**.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
009010.2678200332.066 - Abertura e Conservação de Estradas Vicinais - Ficha 0000351.
Dotação: 3.3.90.3900000 - Outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica.
Fonte de Recurso: 17000000 - Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União.

PRAZO: Fica prorrogado o prazo do Contrato nº 000058/2024, tendo seu início no dia 01 de janeiro com término prorrogado para o dia 01 de maio de 2025.

DATA DA ASSINATURA: 01 de Janeiro de 2025.

DATA DA PUBLICAÇÃO: 17 de março de 2025.

Setor de Contratos
ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR(A)
RESPONSÁVEL PELA PUBLICAÇÃO:
Protocolo 1512637

EXTRATO DO 2º TERMO APOSTILAMENTO
SENHA ID: 2024.043E0700001.02.0007

NÚMERO DA ATA: 022/2024
TIPO DO CONTRATO: Compra de insumos.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Mantenópolis-ES.
CNPJ: 27.167.345/0001-90

CONTRATADO: PADARIA TROPICAL LTDA
CNPJ: 19.831.622/0001-90
ENDEREÇO: Avenida Presidente Vargas, 238, centro, Mantenópolis, cep:29.770-000.

OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo repactuação dos preços registrados, com fundamento no item 6 da Ata de Registro de Preços nº 000022/2024, firmado com a empresa **PADARIA TROPICAL LTDA**.

VALOR:

ITEM	VALOR INICIAL UNITÁRIO	VALOR REAJUSTADO
Pó de café torrado e moído produto de 1° qualidade, embalagem: 500 g aluminizada, selo de pureza emitido pela Associação Brasileira da Indústria do Café - ABIC prazo de validade minimo de 6 meses data de fabricação máximo 60 dias.	R$ 19,11	R$ 39,00

.

DATA DA ASSINATURA: 25 de feveireiro de 2025.

DATA DA PUBLICAÇÃO: 17 de março de 2025.

Setor de Contratos
ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR(A)
RESPONSÁVEL PELA PUBLICAÇÃO:
Protocolo 1512640

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO
SENHA ID: 2023.043E0500001.02.0001

NÚMERO DO CONTRATO: 000016/2024
TIPO DO CONTRATO: Prestação de Serviços.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Mantenópolis-ES.
CNPJ: 27.167.345/0001-90

CONTRATADO: BAHIA TRANSPORTES E TURISMO LTDA
CNPJ: 11.495.310/0001-40
ENDEREÇO: Avenida Presidente Vargas, nº 1271, Bairro Sol Poente, Mantenópolis/ES, CEP 29770-000.

OBJETO: O presente instrumento tem por objetivo a prorrogação do prazo de vigência do Contrato de Prestação de Serviços nº 0016/2024, firmado com a empresa **BAHIA TRANSPORTES E TURISMO LTDA**.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2.102 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC
Fonte Recurso: 150000150000 - RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIA DE IMPOSTOS - SAÚDE
0000068 | 33903900000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Fonte Recurso: 160000000000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES DO GOVERNO FEDERAL - Bloco de Manutenção
0000068 | 33903900000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA.

VIGÊNCIA: Fica o prazo de vigência extendido até a data de 31 de dezembro de 2025.

DATA DA ASSINATURA: 03 DE JANEIRO DE 2025.

DATA DA PUBLICAÇÃO: 17 DE MARÇO DE 2025.

_____
Setor de Contratos
ASSINATURA E CARIMBO DO SERVIDOR(A)
RESPONSÁVEL PELA PUBLICAÇÃO:

Protocolo 1512850

Marechal Floriano

Decreto

DECRETO Nº. 12.618/2025

ALTERA A REDAÇÃO DO ART. 1º DO DECRETO MUNICIPAL Nº 12.363/2024, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARECHAL FLORIANO, **ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, no uso de suas atribuições legais, e,
- **CONSIDERANDO** que o Município de Marechal Floriano repactuou no dia 14 de janeiro de 2025 com o Ministério Público do Estado do Espírito Santo, novos prazos e obrigações referentes ao Termo de Ajustamento de Conduta - GAMPES 2024.0011.4222-62;
DECRETA:
Art. 1º - O art. 1º do Decreto Municipal nº 12.363/2024, passa a vigorar com a seguinte redação:
"**Art. 1º** - Ficam nomeados os membros a seguir relacionados, para comporem a Comissão de Revisão, Atualização e Estruturação dos Planos de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos Municipais do Município de Marechal Floriano/ES:
- **MARICEIA JAHRING BLANK** - Secretaria Municipal de Administração
- **CRISTIANA DAS CHAGAS** - Secretaria Municipal de Administração - Setor de RH
- **SIMONE CATARINA LEMKE CANCELLIERI** - Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos
- **BIANCA MARQUES** - Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos
- **MARIA ARLETE NOVAES MORAES SILVA** - Secretaria Municipal de Saúde
- **ELISSA ORLANDI** - Secretaria Municipal de Saúde
- **ADENILDE STEIN SILVA** - Secretaria Municipal de Educação
- **DJANYRA EDILENE CHRIST STEIN** - Secretaria Municipal de Educação
- **LEONISIO ERLI KLIPPEL** - Secretaria Municipal de Educação
- **ALOISIO LIRA** - Procuradoria Geral do Município
- **FILIPE KIEFER PERES** - Procuradoria Geral do Município
- **ERQUIAS OLIVEIRA DA SILVA** - Ajudante de Máquinas - Secretaria Municipal de Interior e Transportes
Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se, Publica-se e Cumpra-se.
Marechal Floriano/ES, em 12 de Março de 2025.

ANTÔNIO LIDINEY GOBBI
PREFEITO MUNICIPAL

Protocolo 1512763

Contrato

EXTRATO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº025/2025
ID TCEES 2025.045E0700001.09.0033
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL FLORIANO/ES.
CONTRATADA: BREDA IMPRESSÃO DIGITAL LTDA, CNPJ nº. 18.072.839/0001-09
BJETO: AQUISIÇÃO DE WIND BANNER.
VALOR: R$ 4.350,00 (quatro mil trezentos e cinquenta reais vinte centavos).
FUNDAMENTAÇÃO: Dispensa de Licitação Nº 032/2025.
DATA DA ASSINATURA: 14/03/2025.

Protocolo 1512696

EXTRATO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº014/2025
ID TCEES 2024.045E0500001.02.0002
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL FLORIANO/ES.
CONTRATADA: MIAMIMED PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA, CNPJ nº. 38.259.748/0001-86.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS (MATERIAL DE CONSUMO E INSTRUMENTAIS ODONTOLÓGICOS) E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS.
VALOR: R$ 7.200,00 (sete mil duzentos reais).
FUNDAMENTAÇÃO: Pregão Presencial Nº 000015/2024.
DATA DA ASSINATURA: 14/03/2025.

Protocolo 1512712

Marilândia

Contrato

Resumo do Contrato de Rateio Nº 007/2025
Proc. 7066/2024
CONSORCIADO: Prefeitura Municipal de Marilândia
CONSÓRCIO: Consórcio Público Intermunicipal Para Fortalecimento da Produção e Comercialização de Produtos Hortigranjeiros - COINTER
CNPJ: 09.595.691/0001-98
Valor: R$ 30.000,00
Prazo de Vigência: A partir de sua assinatura até 31 de dezembro de 2025
Marilândia, 29 de janeiro de 2025
Augusto Astori Ferreira - Prefeito Municipal

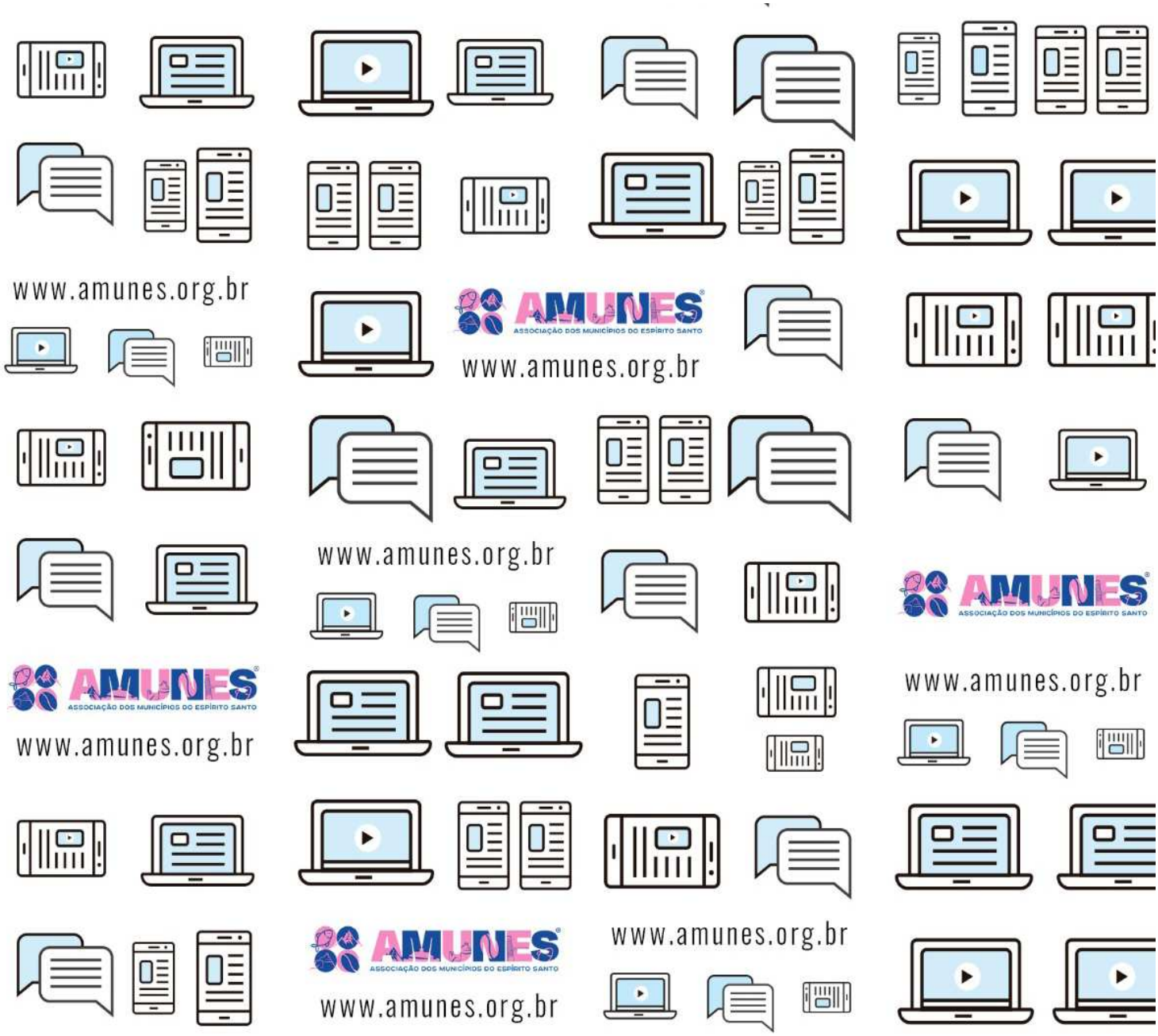
Protocolo 1511965

Muqui

Ordem de Fornecimento

EXTRATO DE AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO DIRETA
PREGÃO ELETRÔNICO 156/2024
Ata nº SERP 0723/2024
Processo nº 2024-MGKKW
Contratante: Município de Muqui-ES, através do Fundo Municipal de Saúde, na condição de participante.
Objeto: Aquisição de medicamentos para atendimento aos Munícipes. Recurso/Ficha: 186, Fonte 1500001; Processo Adm.: 0748/2025 EMPRESA: MED CENTER COMERCIAL LTDA., CNPJ: 00.874.929/0001-40; VALOR R$ 207,00 (duzentos e sete reais).
José Marcos de Castro
Secretário Municipal de Saúde

Protocolo 1511946



Nova Venécia

Decreto

DECRETO Nº 21.079, DE 13 DE MARÇO DE 2025

NOMEIA CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2023, NO CARGO DE TÉCNICO EM MEIO AMBIENTE.

O PREFEITO DE NOVA VENÉCIA, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 64, inciso XXI, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o estabelecido no inciso I, Artigo 9º da Lei Municipal nº 2.021 de 20 de dezembro de 1994 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art.1º Fica nomeado o candidato aprovado no Concurso Público Edital nº 001/2023, homologado através do Decreto nº 19.670 de 20 de junho 2024, publicado no Diário Oficial de 24 de junho de 2024, nos termos do Artigo 9º da Lei Municipal nº 2.021 de 20 de dezembro de 1994, conforme segue:

Quadro Geral - Prefeitura Municipal				
Classificação	Nome	Cargo	Carreira Classe	Carga Horária
1º	Eluazio Junior Schneider Kerner	Técnico em Meio Ambiente	VII-A	44 horas semanais

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

GABINETE DO PREFEITO DE NOVA VENÉCIA, em 13 de março de 2025.

Mário Sérgio Lubiana
Prefeito

Protocolo 1512240

DECRETO Nº 21.061, DE 13 DE MARÇO DE 2025

NOMEIA CANDIDATA APROVADA NO CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2023, NO CARGO DE ATENDENTE.

O PREFEITO DE NOVA VENÉCIA, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 64, inciso XXI, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o estabelecido no inciso I, Artigo 9º da Lei Municipal nº 2.021 de 20 de dezembro de 1994 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art.1º Fica nomeada a candidata aprovada no Concurso Público Edital nº 001/2023, homologado através do Decreto nº 19.670 de 20 de junho 2024, publicado no Diário Oficial de 24 de junho de 2024, nos termos do Artigo 9º da Lei Municipal nº 2.021 de 20 de dezembro de 1994, conforme segue:

Secretaria Municipal de Saúde				
Classificação	Nome	Cargo	Carreira Classe	Carga Horária
2º	Victoria dos Santos Ross	Atendente	II-A	44 horas semanais

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO DE NOVA VENÉCIA, em 13 de março de 2025.

Mário Sérgio Lubiana
Prefeito

Protocolo 1512249

DECRETO Nº 21.062, DE 13 DE MARÇO DE 2025

NOMEIA CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2023, NO CARGO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO.

O PREFEITO DE NOVA VENÉCIA, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 64, inciso XXI, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o estabelecido no inciso I, Artigo 9º da Lei Municipal nº 2.021 de 20 de dezembro de 1994 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art.1º Fica nomeado o candidato aprovado no Concurso Público Edital nº 001/2023, homologado através do Decreto nº 19.670 de 20 de junho 2024, publicado no Diário Oficial de 24 de junho de 2024, nos termos do Artigo 9º da Lei Municipal nº 2.021 de 20 de dezembro de 1994, conforme segue:

Secretaria Municipal de Saúde				
Classificação	Nome	Cargo	Carreira Classe	Carga Horária
2º	João Pedro Souza Cellia	Auxiliar Administrativo	IV-A	44 horas semanais

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.
PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
GABINETE DO PREFEITO DE NOVA VENÉCIA, em 13 de março de 2025.
Mário Sérgio Lubiana
Prefeito

Protocolo 1512256

DECRETO Nº 21.063, DE 13 DE MARÇO DE 2025

NOMEIA CANDIDATAS APROVADAS NO CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2023, NO CARGO DE CONTADOR.

O PREFEITO DE NOVA VENÉCIA, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 64, inciso XXI, da Lei Orgânica Municipal,
Considerando o estabelecido no inciso I, Artigo 9º da Lei Municipal nº 2.021 de 20 de dezembro de 1994 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),
DECRETA:
Art.1º Ficam nomeadas as candidatas aprovadas no Concurso Público Edital nº 001/2023, homologado através do Decreto nº 19.670 de 20 de junho 2024, publicado no Diário Oficial de 24 de junho de 2024, nos termos do Artigo 9º da Lei Municipal nº 2.021 de 20 de dezembro de 1994, conforme segue:

Secretaria Municipal de Saúde				
Classificação	Nome	Cargo	Carreira Classe	Carga Horária
1º	Ana Carolina de Araújo Lima	Contador	IX-A	44 horas semanais
2º	Ivanete Binow	Contador	IX-A	44 horas semanais

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.
PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
GABINETE DO PREFEITO DE NOVA VENÉCIA, em 13 de março de 2025.
Mário Sérgio Lubiana
Prefeito

Protocolo 1512287

DECRETO Nº 21.064, DE 13 DE MARÇO DE 2025

NOMEIA CANDIDATA APROVADA NO CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2023, NO CARGO DE ENFERMEIRO.

O PREFEITO DE NOVA VENÉCIA, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 64, inciso XXI, da Lei Orgânica Municipal,
Considerando o estabelecido no inciso I, Artigo 9º da Lei Municipal nº 2.021 de 20 de dezembro de 1994 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),
DECRETA:
Art.1º Fica nomeada a candidata aprovada no Concurso Público Edital nº 001/2023, homologado através do Decreto nº 19.670 de 20 de junho 2024, publicado no Diário Oficial de 24 de junho de 2024, nos termos do Artigo 9º da Lei Municipal nº 2.021 de 20 de dezembro de 1994, conforme segue:

Secretaria Municipal de Saúde				
Classificação	Nome	Cargo	Carreira Classe	Carga Horária
6º	Mariana Monique Araújo Souza Autodeclarado Étnicos - Negro/Pardo	Enfermeiro	IX-A	40 horas semanais

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.
PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
GABINETE DO PREFEITO DE NOVA VENÉCIA, em 13 de março de 2025.
Mário Sérgio Lubiana
Prefeito

Protocolo 1512294

DECRETO Nº 21.065, DE 13 DE MARÇO DE 2025

NOMEIA CANDIDATA APROVADA NO CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2023, NO CARGO DE FONOAUDIÓLOGO.

O PREFEITO DE NOVA VENÉCIA, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 64, inciso XXI, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o estabelecido no inciso I, Artigo 9º da Lei Municipal nº 2.021 de 20 de dezembro de 1994 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art.1º Fica nomeada a candidata aprovada no Concurso Público Edital nº 001/2023, homologado através do Decreto nº 19.670 de 20 de junho 2024, publicado no Diário Oficial de 24 de junho de 2024, nos termos do Artigo 9º da Lei Municipal nº 2.021 de 20 de dezembro de 1994, conforme segue:

Secretaria Municipal de Saúde				
Classificação	Nome	Cargo	Carreira Classe	Carga Horária
2º	Lidiane Serrano Silva	Fonoaudiólogo	IX-A	20 horas semanais

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO DE NOVA VENÉCIA, em 13 de março de 2025.

Mário Sérgio Lubiana
Prefeito

Protocolo 1512304

DECRETO Nº 21.066, DE 13 DE MARÇO DE 2025

NOMEIA CANDIDATA APROVADA NO CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2023, NO CARGO DE ODONTÓLOGO.

O PREFEITO DE NOVA VENÉCIA, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 64, inciso XXI, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o estabelecido no inciso I, Artigo 9º da Lei Municipal nº 2.021 de 20 de dezembro de 1994 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art.1º Fica nomeada a candidata aprovada no Concurso Público Edital nº 001/2023, homologado através do Decreto nº 19.670 de 20 de junho 2024, publicado no Diário Oficial de 24 de junho de 2024, nos termos do Artigo 9º da Lei Municipal nº 2.021 de 20 de dezembro de 1994, conforme segue:

Secretaria Municipal de Saúde				
Classificação	Nome	Cargo	Carreira Classe	Carga Horária
2º	Leticia Aparecida Margotto Schneider	Odontólogo	IX-A	20 horas semanais

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO DE NOVA VENÉCIA, em 13 de março de 2025.

Mário Sérgio Lubiana
Prefeito

Protocolo 1512314

DECRETO Nº 21.067, DE 13 DE MARÇO DE 2025

NOMEIA CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2023, NO CARGO DE PSICÓLOGO.

O PREFEITO DE NOVA VENÉCIA, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 64, inciso XXI, da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o estabelecido no inciso I, Artigo 9º da Lei Municipal nº 2.021 de 20 de dezembro de 1994 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art.1º Fica nomeado o candidato aprovado no Concurso Público Edital nº 001/2023, homologado através do Decreto nº 19.670 de 20 de junho 2024, publicado no Diário Oficial de 24 de junho de 2024, nos termos do Artigo 9º da Lei Municipal nº 2.021 de 20 de dezembro de 1994, conforme segue:

Secretaria Municipal de Saúde				
Classificação	Nome	Cargo	Carreira Classe	Carga Horária
2º	Frederico Gonçalves Rodrigues	Psicólogo	IX-A	20 horas semanais

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.
PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
GABINETE DO PREFEITO DE NOVA VENÉCIA, em 13 de março de 2025.
Mário Sérgio Lubiana
Prefeito

Protocolo 1512324

DECRETO Nº 21.068, DE 13 DE MARÇO DE 2025
NOMEIA CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2023, NO CARGO DE TÉCNICO EM CONTABILIDADE.
O PREFEITO DE NOVA VENÉCIA, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 64, inciso XXI, da Lei Orgânica Municipal,
Considerando o estabelecido no inciso I, Artigo 9º da Lei Municipal nº 2.021 de 20 de dezembro de 1994 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),
DECRETA:
Art.1º Fica nomeado o candidato aprovado no Concurso Público Edital nº 001/2023, homologado através do Decreto nº 19.670 de 20 de junho 2024, publicado no Diário Oficial de 24 de junho de 2024, nos termos do Artigo 9º da Lei Municipal nº 2.021 de 20 de dezembro de 1994, conforme segue:

Secretaria Municipal de Saúde				
Classificação	Nome	Cargo	Carreira Classe	Carga Horária
1º	Adimar Junior Pereira Carvalho	Técnico em Contabilidade	VII-A	44 horas semanais

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.
PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
GABINETE DO PREFEITO DE NOVA VENÉCIA, em 13 de março de 2025.
Mário Sérgio Lubiana
Prefeito

Protocolo 1512341

DECRETO Nº 21.069, DE 13 DE MARÇO DE 2025
NOMEIA CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2023, NO CARGO DE VIGIA.
O PREFEITO DE NOVA VENÉCIA, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 64, inciso XXI, da Lei Orgânica Municipal, Considerando o estabelecido no inciso I, Artigo 9º da Lei Municipal nº 2.021 de 20 de dezembro de 1994 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),
DECRETA:
Art.1º Fica nomeado o candidato aprovado no Concurso Público Edital nº 001/2023, homologado através do Decreto nº 19.670 de 20 de junho 2024, publicado no Diário Oficial de 24 de junho de 2024, nos termos do Artigo 9º da Lei Municipal nº 2.021 de 20 de dezembro de 1994, conforme segue:

Secretaria Municipal de Saúde				
Classificação	Nome	Cargo	Carreira Classe	Carga Horária
2º	Hiarley Gonçalves Inacio	Vigia	I-A	44 horas semanais ou Escala

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.
PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
GABINETE DO PREFEITO DE NOVA VENÉCIA, em 13 de março de 2025.

Mário Sérgio Lubiana
Prefeito

Protocolo 1512349

DECRETO Nº 21.080, DE 13 DE MARÇO DE 2025
NOMEIA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2023, NO CARGO DE AGENTE DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA.
O PREFEITO DE NOVA VENÉCIA, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 64, inciso XXI, da Lei Orgânica Municipal,
Considerando o estabelecido no inciso I, Artigo 9º da Lei Municipal nº 2.021 de 20 de dezembro de 1994 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),
DECRETA:
Art.1º Ficam nomeados os candidatos aprovados no Concurso Público Edital nº 001/2023, homologado através do Decreto nº 19.670 de 20 de junho 2024, publicado no Diário Oficial de 24 de junho de 2024, nos termos do Artigo 9º da Lei Municipal nº 2.021 de 20 de dezembro de 1994, conforme segue:

Secretaria Municipal de Saúde				
Classificação	Nome	Cargo	Carreira Classe	Carga Horária
1º	Joilk da Costa Gomes	Agente de Vigilância Sanitária	Nível I-A	44 horas semanais

2º	Michelle Eleoterio dos Santos	Agente de Vigilância Sanitária	Nível I-A	44 horas semanais

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.
PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
GABINETE DO PREFEITO DE NOVA VENÉCIA, em 13 de março de 2025.
Mário Sérgio Lubiana
Prefeito

Protocolo 1512358

DECRETO Nº 21.070, DE 13 DE MARÇO DE 2025
NOMEIA CANDIDATAS APROVADAS NO CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2023, NO CARGO DE ASSISTENTE SOCIAL.
O PREFEITO DE NOVA VENÉCIA, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 64, inciso XXI, da Lei Orgânica Municipal,
Considerando o estabelecido no inciso I, Artigo 9º da Lei Municipal nº 2.021 de 20 de dezembro de 1994 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),
DECRETA:
Art.1º Ficam nomeadas as candidatas aprovadas no Concurso Público Edital nº 001/2023, homologado através do Decreto nº 19.670 de 20 de junho 2024, publicado no Diário Oficial de 24 de junho de 2024, nos termos do Artigo 9º da Lei Municipal nº 2.021 de 20 de dezembro de 1994, conforme segue:

Secretaria de Assistência Social				
Classificação	Nome	Cargo	Carreira Classe	Carga Horária
14	Flavia da Silva Santos Autodeclarado Étnicos Negro/Pardo	Assistente Social	IX-A	30 horas semanais
3º	Cleociana de Melo Santos	Assistente Social	IX-A	30 horas semanais
4º	Alexsandra Holz Rossin	Assistente Social	IX-A	30 horas semanais
6º	Lucia Possebon da Silva Damaceno Pessoa com Deficiência/PCD	Assistente Social	IX-A	30 horas semanais
5º	Ionia de Souza Oliveira	Assistente Social	IX-A	30 horas semanais

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.
PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
GABINETE DO PREFEITO DE NOVA VENÉCIA, em 13 de março de 2025.
Mário Sérgio Lubiana
Prefeito

Protocolo 1512387

DECRETO Nº 21.071, DE 13 DE MARÇO DE 2025
NOMEIA CANDIDATAS APROVADAS NO CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2023, NO CARGO DE ATENDENTE.
O PREFEITO DE NOVA VENÉCIA, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 64, inciso XXI, da Lei Orgânica Municipal,
Considerando o estabelecido no inciso I, Artigo 9º da Lei Municipal nº 2.021 de 20 de dezembro de 1994 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),
DECRETA:
Art.1º Ficam nomeadas as candidatas aprovadas no Concurso Público Edital nº 001/2023, homologado através do Decreto nº 19.670 de 20 de junho 2024, publicado no Diário Oficial de 24 de junho de 2024, nos termos do Artigo 9º da Lei Municipal nº 2.021 de 20 de dezembro de 1994, conforme segue:

Secretaria de Assistência Social				
Classificação	Nome	Cargo	Carreira Classe	Carga Horária
2º	Maira Mendes de França Alves	Atendente	II-A	44 horas semanais
3º	Gabriela Pinheiro Branques	Atendente	II-A	44 horas semanais

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.
PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
GABINETE DO PREFEITO DE NOVA VENÉCIA, em 13 de março de 2025.
Mário Sérgio Lubiana
Prefeito

Protocolo 1512528

DECRETO Nº 21.072, DE 13 DE MARÇO DE 2025

NOMEIA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2023, NO CARGO DE CONTADOR.

O PREFEITO DE NOVA VENÉCIA, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 64, inciso XXI, da Lei Orgânica Municipal,
Considerando o estabelecido no inciso I, Artigo 9º da Lei Municipal nº 2.021 de 20 de dezembro de 1994 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art.1º Ficam nomeados os candidatos aprovados no Concurso Público Edital nº 001/2023, homologado através do Decreto nº 19.670 de 20 de junho 2024, publicado no Diário Oficial de 24 de junho de 2024, nos termos do Artigo 9º da Lei Municipal nº 2.021 de 20 de dezembro de 1994, conforme segue:

Secretaria de Assistência Social				
Classificação	Nome	Cargo	Carreira Classe	Carga Horária
2º	Felipe de Mattos Oliveira	Contador	IX-A	44 horas semanais
3º	Adalto Ezidio	Contador	IX-A	44 horas semanais

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO DE NOVA VENÉCIA, em 13 de março de 2025.

Mário Sérgio Lubiana
Prefeito

Protocolo 151539

DECRETO Nº 21.073, DE 13 DE MARÇO DE 2025

NOMEIA CANDIDATA APROVADA NO CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2023, NO CARGO DE EDUCADOR SOCIAL.

O PREFEITO DE NOVA VENÉCIA, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 64, inciso XXI, da Lei Orgânica Municipal,
Considerando o estabelecido no inciso I, Artigo 9º da Lei Municipal nº 2.021 de 20 de dezembro de 1994 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art.1º Fica nomeada a candidata aprovada no Concurso Público Edital nº 001/2023, homologado através do Decreto nº 19.670 de 20 de junho 2024, publicado no Diário Oficial de 24 de junho de 2024, nos termos do Artigo 9º da Lei Municipal nº 2.021 de 20 de dezembro de 1994, conforme segue:

Secretaria de Assistência Social				
Classificação	Nome	Cargo	Carreira Classe	Carga Horária
1º	Mayara Bis	Educador Social	VII-A	44 horas semanais

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO DE NOVA VENÉCIA, em 13 de março de 2025.

Mário Sérgio Lubiana
Prefeito

Protocolo 1512548

DECRETO Nº 21.074, DE 13 DE MARÇO DE 2025

NOMEIA CANDIDATA APROVADA NO CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2023, NO CARGO DE ESCRITURÁRIO.

O PREFEITO DE NOVA VENÉCIA, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 64, inciso XXI, da Lei Orgânica Municipal,
Considerando o estabelecido no inciso I, Artigo 9º da Lei Municipal nº 2.021 de 20 de dezembro de 1994 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

DECRETA:

Art.1º Fica nomeada a candidata aprovada no Concurso Público Edital nº 001/2023, homologado através do Decreto nº 19.670 de 20 de junho 2024, publicado no Diário Oficial de 24 de junho de 2024, nos termos do Artigo 9º da Lei Municipal nº 2.021 de 20 de dezembro de 1994, conforme segue:

Secretaria de Assistência Social				
Classificação	Nome	Cargo	Carreira Classe	Carga Horária
2º	Juliana Dutra Miotto Mendes	Escriturário	VI-A	44 horas semanais

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO DE NOVA VENÉCIA, em 13 de março de 2025.

Mário Sérgio Lubiana
Prefeito

Protocolo 1512558

DECRETO Nº 21.075, DE 13 DE MARÇO DE 2025

NOMEIA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2023, NO CARGO DE MOTORISTA.

O PREFEITO DE NOVA VENÉCIA, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, conferidas

pelo Artigo 64, inciso XXI, da Lei Orgânica Municipal,
Considerando o estabelecido no inciso I, Artigo 9º da Lei Municipal nº 2.021 de 20 de dezembro de 1994 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),
DECRETA:
Art.1º Ficam nomeados os candidatos aprovados no Concurso Público Edital nº 001/2023, homologado através do Decreto nº 19.670 de 20 de junho 2024, publicado no Diário Oficial de 24 de junho de 2024, nos termos do Artigo 9º da Lei Municipal nº 2.021 de 20 de dezembro de 1994, conforme segue:

Secretaria de Assistência Social				
Classificação	Nome	Cargo	Carreira Classe	Carga Horária
2º	Wagner José Cosme Espindula	Motorista	VI-A	44 horas semanais
3º	Ygor Ribeiro de Souza	Motorista	VI-A	44 horas semanais
4º	Wellington de Jesus	Motorista	VI-A	44 horas semanais

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.
PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
GABINETE DO PREFEITO DE NOVA VENÉCIA, em 13 de março de 2025.
Mário Sérgio Lubiana
Prefeito

Protocolo 1512568

DECRETO Nº 21.076, DE 13 DE MARÇO DE 2025
NOMEIA CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2023, NO CARGO DE OPERADOR DE SISTEMA EM PROGRAMAS SOCIAIS.
O PREFEITO DE NOVA VENÉCIA, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 64, inciso XXI, da Lei Orgânica Municipal,
Considerando o estabelecido no inciso I, Artigo 9º da Lei Municipal nº 2.021 de 20 de dezembro de 1994 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),
DECRETA:
Art.1º Fica nomeado o candidato aprovado no Concurso Público Edital nº 001/2023, homologado através do Decreto nº 19.670 de 20 de junho 2024, publicado no Diário Oficial de 24 de junho de 2024, nos termos do Artigo 9º da Lei Municipal nº 2.021 de 20 de dezembro de 1994, conforme segue:

Secretaria de Assistência Social				
Classificação	Nome	Cargo	Carreira Classe	Carga Horária
1º	Ângelo Gabriel da Silva Miranda	Operador de Sistema em Programas Sociais	IV-A	44 horas semanais

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.
PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
GABINETE DO PREFEITO DE NOVA VENÉCIA, em 13 de março de 2025.
Mário Sérgio Lubiana
Prefeito

Protocolo 1512577

DECRETO Nº 21.077, DE 13 DE MARÇO DE 2025
NOMEIA CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2023, NO CARGO DE PEDREIRO.
O PREFEITO DE NOVA VENÉCIA, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 64, inciso XXI, da Lei Orgânica Municipal, Considerando o estabelecido no inciso I, Artigo 9º da Lei Municipal nº 2.021 de 20 de dezembro de 1994 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),
DECRETA:
Art.1º Fica nomeado o candidato aprovado no Concurso Público Edital nº 001/2023, homologado através do Decreto nº 19.670 de 20 de junho 2024, publicado no Diário Oficial de 24 de junho de 2024, nos termos do Artigo 9º da Lei Municipal nº 2.021 de 20 de dezembro de 1994, conforme segue:

Secretaria de Assistência Social				
Classificação	Nome	Cargo	Carreira Classe	Carga Horária
2º	Valdeir Gomes Roberto	Pedreiro	V-A	44 horas semanais

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.
PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
GABINETE DO PREFEITO DE NOVA VENÉCIA, em 13 de março de 2025.
Mário Sérgio Lubiana
Prefeito

Protocolo 1512602

DECRETO Nº 21.078, DE 13 DE MARÇO DE 2025
NOMEIA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 001/2023, NO CARGO DE PSICÓLOGO.
O PREFEITO DE NOVA VENÉCIA, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 64, inciso XXI, da Lei Orgânica Municipal,
Considerando o estabelecido no inciso I, Artigo 9º da Lei Municipal nº 2.021 de 20 de dezembro de 1994 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),
DECRETA:
Art.1º Ficam nomeados os candidatos aprovados no Concurso Público Edital nº 001/2023, homologado através do Decreto nº 19.670 de 20 de junho 2024, publicado no Diário Oficial de 24 de junho de 2024, nos termos do Artigo 9º da Lei Municipal nº 2.021 de 20 de dezembro de 1994, conforme segue:

Secretaria de Assistência Social				
Classificação	Nome	Cargo	Carreira Classe	Carga Horária
2º	Yan de Jesus Lopes	Psicólogo	IX-A	20 horas semanais
6º	Ivy Regina Medeiros Fernandes Autodeclarado Étnicos - Negro/Pardo	Psicólogo	IX-A	20 horas semanais
3º	Felipe Rafael Kosloski	Psicólogo	IX-A	20 horas semanais
39	Emilio Morgan Uliana Pessoa com deficiência/ PCD	Psicólogo	IX-A	20 horas semanais
4º	Karoliny Apolinario Martinho	Psicólogo	IX-A	20 horas semanais

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.
PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
GABINETE DO PREFEITO DE NOVA VENÉCIA, em 13 de março de 2025.
Mário Sérgio Lubiana
Prefeito

Protocolo 1512635

Pancas

Contrato

CONTRATO Nº 15/2025.
PROCESSO Nº 187/2025.
ID: 2025.053E0700001.10.0004
Contratante: Prefeitura Municipal de Pancas. Contratada: **EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA SA.**
Objeto: Contratação de empresa para execução dos serviços de retirada de transformador trifásico de 75 kVA, posto 566E; instalação de transformador trifásico de 112,5 kVA, classe 25 kV, tensão de fornecimento 220/127 V; para atendimento ao padrão de entrada da construção da nova UBS VILA NOVA, localizada R. Crisoberilo, Vila Nova, Pancas - ES, conforme SS nº 32585, projeto nº 45068.
Valor Global: R$ 12.276,53 (Doze mil duzentos e setenta e seis reais e cinquenta e três centavos)
Data assinatura: 14/03/2025

AGMAIR ARAUJO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Protocolo 1512465

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 017/2025 Processo Administrativo nº 481/2025 - (Prefetura Municipal de Pancas) **Processo Administrativo nº 007/2024** - (CIM NOROESTE) Pregão Eletrônico nº 001/2024
ID: 2025.501C2600010.16.0002
Contratante: Prefeitura Municipal de Pancas. Contratada: **LOCASIL LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.**
Objeto: Futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de veículos automotores incluindo manutenção mecânica, elétrica e substituição de pneus, inclusive seguro total, sem motorista, para atender eventuais necessidades dos munícipios consorciados.
Valor Global: R$ 69.456,00 (Sessenta e nove mil quatrocentos e cinquenta e seis reais).
Data assinatura: 14/03/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 018/2025 Processo Administrativo nº 548/2025 - (Prefetura Municipal de Pancas) **Processo Administrativo nº 007/2024** - (CIM NOROESTE) Pregão Eletrônico nº 001/2024
ID: 2025.501C2600010.16.0002
Contratante: Prefeitura Municipal de Pancas. Contratada: **LOCASIL LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.**
Objeto: Futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de veículos automotores incluindo manutenção mecânica, elétrica e substituição de pneus, inclusive seguro total, sem motorista, para atender eventuais necessidades dos munícipios consorciados.
Valor Global: R$ 363.140,00 (Trezentos e sessenta e três mil cento e quarenta reais)
Data assinatura: 14/03/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 019/2025 Processo Administrativo nº 485/2025 - **(**Prefetura Municipal de Pancas) **Processo Administrativo nº 007/2024** - (CIM NOROESTE) Pregão Eletrônico nº 001/2024
ID: 2025.501C2600010.16.0002
Contratante: Prefeitura Municipal de Pancas. Contratada: **LOCASIL LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.**
Objeto: Futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de veículos automotores incluindo manutenção mecânica, elétrica e substituição de pneus, inclusive seguro total, sem motorista, para atender eventuais necessidades dos munícipios consorciados.
Valor Global: R$ 78.876,00 (Setenta e oito mil oitocentos e setenta e seis reais)
Data assinatura: 14/03/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 020/2025 Processo Administrativo nº 499/2025 - **(**Prefetura Municipal de Pancas) **Processo Administrativo nº 007/2024** - (CIM NOROESTE) Pregão Eletrônico nº 001/2024
ID: 2025.501C2600010.16.0002
Contratante: Prefeitura Municipal de Pancas. Contratada: **LOCASIL LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.**
Objeto: Futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de locação de veículos automotores incluindo manutenção mecânica, elétrica e substituição de pneus, inclusive seguro total, sem motorista, para atender eventuais necessidades dos munícipios consorciados.
Valor Global: R$ 34.728,00 (Trinta e quatro mil setecentos e vinte oito reais)
Data assinatura: 14/03/2025

AGMAIR ARAUJO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Protocolo 1512488

CONTRATO Nº 022/2025 Processo Administrativo nº 607/2025 - Prefeitura Municipal de Pancas - ES
Ata de Registro de Preço nº017/2024- Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari - RO
Pregão Eletrônico nº 0015/2024 - Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari - RO
Processo Administrativo nº 508/PMCJ/2024 - Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari - RO
ID: 2025.053E0700001.16.0001
Contratante: Prefeitura Municipal de Pancas. Contratada: **PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA**
Objeto: O objeto do presente instrumento é a contratação de Registro de Preço para Eventual e Futura Contratação de empresa para prestação de serviços de gerenciamento, controle e fornecimento de combustíveis, através de sistema informatizado e integrado com tecnologia de cartão magnético ou cartão eletrônico tipo smart com chip, por meio de rede credenciada habilitada para abastecimento, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Pancas/ES, por um período de 12 (doze) meses, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Valor Global: R$ 2.266.573,00 (Dois milhões duzentos e sessenta e seis mil e quinhentos e setenta reais).
Data assinatura: 14/03/2025

AGMAIR ARAUJO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Protocolo 1512511

Pedro Canário

Decreto

DECRETO Nº 275, DE 14 DE MARÇO DE 2024.

"CONVOCAÇÃO PARA A 8ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DESTA MUNICIPALIDADE".

O **PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRO CANÁRIO, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, no uso de suas atribuições legais, com base no artigo 74 inciso V da Lei Orgânica do Município:

DECRETA

Art. 1º- Fica convocada a 8ª Conferência Municipal Saúde, a ser realizada no dia 18 de março de 2025, na Câmara Municipal no período da tarde das 12:30h às 17:30h.

Art.2º. A 8ª Conferência Municipal tratará do seguinte tema:

- **SAÚDE DO TRABALHADOR E TRABALHADORA COMO DIREITO HUMANO**;

Art. 3º - A Comissão Organizadora será composta pelos seguintes membros:

I. COORDENADOR GERAL: Fabricio Crulhe Rodrigues
II. COORDENADOR ADJUNTO: Paula Contarini Monteiro
III. RELATOR: Fabrícia Almerino Vieira
IV. SECRETÁRIO COMUNICAÇÃO: Heloísa Viana Gomes
V. COORDENADOR DE ARTICULAÇÃO E MOBILIZAÇÃO: Maria dos Anjos Ribeiro
VI. COORDENADOR DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA: Katiany Silva de Jesus

Parágrafo Único - As despesas decorrentes para elaboração da referida conferência, ocorrerão por conta de recursos da Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
REGISTRE-SE; **PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE**.

Secretaria Municipal de Governo do Município de Pedro Canário, Estado do Espírito Santo, ao décimo quarto dia do mês de março do ano de dois mil e vinte e cinco.

KLEILSON MARTINS REZENDE
Prefeito Municipal

Publicado no mural da Prefeitura Municipal de Pedro Canário, Estado do Espírito Santo, ao décimo quarto dia do mês de março do ano de dois mil e vinte e cinco

NATHALYA PIRES DE BRITO GASPARINI
Secretária Municipal de Governo

Fabricio Crulle Rodrigues
Presidente do Conselho Municipal de saúde

Protocolo 1512980

Errata

Errata referente ao Contrato 39/2025 do processo 1444/2025

A Prefeitura Municipal de Pedro Canário, representada pelo Prefeito Municipal, torna público, para conhecimento dos interessados que com relação ao Termo, que teve seu resumo publicado sob Protocolo nº Protocolo 1511684 do dia 14 de março de 2025.
Onde se lê: "R$ 64.080,00 (Sessenta e quatro mil e oitenta reais)".
Leia-se: "R$ 96.720,00 (noventa e seis mil, setecentos e vinte reais)".
Demais cláusulas e condições continuam inalteradas.
Pedro Canário, 14 de março de 2025.

KLEILSON MARTINS REZENDE
Prefeito Municipal

Errata referente ao Contrato 40/2025 do processo 1444/2025

A Prefeitura Municipal de Pedro Canário, representada pelo Prefeito Municipal, torna público, para conhecimento dos interessados que com relação ao Termo, que teve seu resumo publicado sob Protocolo nº Protocolo 1511684 do dia 14 de março de 2025.
Onde se lê: "R$ 128.243,00 (cento e vinte e oito mil, duzentos e quarenta e três reais)".
Leia-se: "R$ R$ 206.329,00 (duzentos e seis mil, trezentos e vinte e nove reais)".
Demais cláusulas e condições continuam inalteradas.
Pedro Canário, 14 de março de 2025.

KLEILSON MARTINS REZENDE
Prefeito Municipal

Protocolo 1512132

ERRATA DE TERMO DE ADESÃO DE ATA

Na publicação no diário oficial do Estado do Espírito Santo, no dia 11 de março de 2024, sob o nº de **protocolo** 1507658, referente a solicitação formulada pela Prefeitura Municipal de Marechal Floriano/ES, almejando aderir a ata de registro de preços nº 056/2024, oriunda do Pregão Presencial 0014/2023, celebrada entre o Município de Pedro Canário e a empresa VALENCE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA.

ONDE SE LÊ: **BRUNO TEÓFILO ARAÚJO Prefeito Municipal**

LEIA-SE: KLEILSON MARTINS REZENDE Prefeito Municipal

Pedro Canário, ES, 13 de março de 2025.

KLEILSON MARTINS REZENDE
Prefeito Municipal

Protocolo 1512140

Piúma

Decreto

DECRETO Nº 3.028, DE 14 DE MARÇO DE 2025.
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÕES DE CANDIDATOS HABILITADOS NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2024 DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PIÚMA/ES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
PAULO CELSO COLA PEREIRA, Prefeito do Município de Piúma, Estado do Espírito Santo, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 102, inciso X da Lei Orgânica Municipal.
DECRETA:
Art. 1º Ficam NOMEADOS nos termos do art. 102, inc. X da Lei Orgânica do Município de Piúma/ES, e do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Piúma, Lei nº 1.840, de 23 de dezembro de 2011, sobretudo os artigos 10, inc. I; 12, inc. I; 13 e artigos 16 a 26, os candidatos abaixo relacionados, habilitados em concurso público para provimento nos cargos do Poder Executivo Municipal, tendo em vista o que consta no processo administrativo nº 8273/2024, nos termos do Decreto nº 2.958/2025 que homologou o resultado final do Concurso Público, publicado em 06 de janeiro de 2025, objeto do Edital nº 001/2024, publicado em 01 de outubro de 2024.
CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO

AMPLA CONCORRÊNCIA (AC)		
NOME	INSCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
PEDRO COSTA DE CARVALHO	0011152	24º
SHYRLENE PEREIRA DE SOUZA MONSORES	0016502	26º
JHONATA LUNS SOUZA	0020986	27º

CARGO: AGENTE FISCAL

AMPLA CONCORRÊNCIA (AC)		
NOME	INSCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
LARA FASSARELLA OLIVEIRA	0017764	5º

CARGO: PROFESSOR PA

AMPLA CONCORRÊNCIA (AC)		
NOME	INSCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
THAÍS DE AZEVEDO SAMPAIO GUIMARÃES	0022146	30º
HÉRICA BENEVIDES MARVILA DO ROZARIO	0019828	31º

LILIANE DONATELI CICILIOTI LONGUE	0021122	32º
BRUNO FERREIRA HOTT	0018640	33º
REGILENE ALVES DOS SANTOS	0025417	34º
SUZANA DO NASCIMENTO CARLETE SANTIAGO	0019971	35º

PESSOA COM DEFICIÊNCIA (PcD)		
JAQUELINE PORTO PRETT	0020379	5º

PESSOA NEGRA (PN)		
NOME	INSCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
VALÉRIA BISSA TEXEIRA	0019934	9º
JULIO CESAR ALMEIDA MOREIRA	0024080	10º

CARGO: PROFESSOR PB - HISTÓRIA

AMPLA CONCORRÊNCIA (AC)		
NOME	INSCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
MARCO ANTÔNIO PIETRANI RAPUANO	0011782	2º

CARGO: PROFESSOR PB - LÍNGUA PORTUGUESA

AMPLA CONCORRÊNCIA (AC)		
NOME	INSCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
RÂYNA SEDANO	0021293	6º

CARGO: PROFESSOR PB - MATEMÁTICA

AMPLA CONCORRÊNCIA (AC)		
NOME	INSCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
ALEKSANDER DE SOUZA MINGUTA	0025662	4º

Art. 2º Os candidatos nomeados para provimento dos cargos, por este Decreto, deverão seguir todos os procedimentos estabelecidos no Edital SEMAD nº 004/2025 - CHAMADA PARA POSSE DOS CANDIDATOS NOMEADOS DO CONCURSO 001/2024, publicado no Diário Oficial do Estado - AMUNES na data de 17 de março de 2025.
Parágrafo único. O prazo para posse será estabelecido no Edital informado no caput deste artigo, com fulcro no art. 22, §1º (in fine), da Lei Municipal nº 1.840/2011, bem como o prazo para entrar em exercício será de até 05 (cinco) dias a contar da data da posse, com fundamento no art. 25, §2º do Estatuto dos Servidores do Município de Piúma/ES.
Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Piúma/ES, 14 de março de 2025.
Paulo Celso Cola Pereira
Prefeito Municipal
REGISTRE-SE E
PUBLIQUE-SE
_____/_____/_____

Protocolo 1512875

Edital

EDITAL SEMAD nº 004/2025
CHAMADA PARA POSSE DOS CANDIDATOS NOMEADOS NO CONCURSO
DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÚMA/ES Nº 001/2024
A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PIÚMA/ES - SEMAD convoca os candidatos nomeados para provimentos dos cargos e na quantidade indicada no Decreto nº 3.028/2025 de 14 de março de 2025, publicado no Diário Oficial do Estado - AMUNES na data de 17 de março de 2025.
DOS CANDIDATOS NOMEADOS PARA PROVIMENTOS DOS CARGOS
Fica estabelecido que os candidatos nomeados, conforme o Decreto nº 3.028/2025 de 14 de março de 2025, publicado no Diário Oficial do Estado - AMUNES na data de 17 de março de 2025, deverão:
Realizar os exames de saúde informados no ANEXO I e se apresentar conforme datas e horários indicados nos quadros I, II e III a depender da modalidade escolhida pelo candidato ao se inscrever no concurso (AC; PcD ou PN) e do cargo.
Confirmar o recebimento da notificação de nomeação através do e-mail (cadastrado no momento da inscrição);
Os candidatos classificados em cota reservada para Pessoas Negras deverão se apresentar à Comissão de Heteroidentificação para a validação da declaração, conforme Edital do Concurso Público nº 001/2024 e Decreto Municipal nº 2.795 de 20 de janeiro de 2025, nas datas e horários previstos nos quadros abaixo.
Apresentar a documentação original descrita no ANEXO I deste Edital, pessoalmente, para conferência e posse na sede da Prefeitura Municipal de Piúma, no Departamento de Recursos Humanos da SEMAD, localizada na avenida Felicindo Lopes, 238, Acaiaca, Piúma/ES, bem como as declarações e informações cadastrais dos ANEXOS II a IV deste Edital, em ordem, dia e horário descritos nos quadros abaixo.
Após apresentar a documentação e os laudos ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal o candidato irá se apresentar no Departamento de Tecnologia da Informação da Prefeitura para enviar todos os documentos na íntegra por meio do acesso cidadão.
Em seguida, com a cópia do protocolo via e-Docs, retornará ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura para assinar o Termo de Posse (ANEXO V deste Edital) em 02 (duas) vias, devendo uma permanecer com o Departamento e a outra entregue ao candidato devidamente preenchida e assinada.
O candidato também deverá apresentar um breve currículo de, no máximo, uma lauda informando a sua experiência profissional.
Somente serão autorizadas prorrogações de posse que não ultrapassarem 05 (cinco) dias em relação a data estabelecida neste Edital.

DA POSSE E DO EXERCICIO NO CARGO
A posse será realizada nas datas e horários indicados nos quadros abaixo.
O candidato tomará posse para o cargo que foi habilitado e classificado, no nível e padrão iniciais da carreira.
O prazo para posse está fundamentado no art. 22, §1º (in fine), da Lei Municipal nº 1.840/2011.
O prazo para entrar em exercício será de até 05 (cinco) dias a contar da data da posse, com fundamento no art. 25, §2º do Estatuto dos Servidores do Município de Piúma/ES.
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS
Nenhum candidato poderá alegar desconhecimento das instruções contidas neste Edital e das demais normas do Concurso Público.
Os casos omissos a este Edital serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Administração.
QUADRO I - CANDIDADOS DA AMPLA CONCORRÊNCIA
CARGO: CARGO: PROFESSOR PA

AMPLA CONCORRÊNCIA (AC)					
NOME	INSCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	DATA DA PERÍCIA MÉDICA	DATA DA POSSE	HORÁRIO DA POSSE
THAÍS DE AZEVEDO SAMPAIO GUIMARÃES	0022146	30º	18/03/2025 08h às 12h	19/03/2025	08:00h
HÉRICA BENEVIDES MARVILA DO ROZARIO	0019828	31º	18/03/2025 08h às 12h	19/03/2025	08:00h
LILIANE DONATELI CICILIOTI LONGUE	0021122	32º	18/03/2025 08h às 12h	19/03/2025	08:00h
BRUNO FERREIRA HOTT	0018640	33º	18/03/2025 08h às 12h	19/03/2025	08:30h
REGILENE ALVES DOS SANTOS	0025417	34º	18/03/2025 08h às 12h	19/03/2025	08:30h
SUZANA DO NASCIMENTO CARLETE SANTIAGO	0019971	35º	18/03/2025 08h às 12h	19/03/2025	08:30h

PESSOA NEGRA (PN)					
NOME	INSCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	DATA DA PERÍCIA MÉDICA	DATA DA POSSE	HORÁRIO DA POSSE
VALÉRIA BISSA TEXEIRA	0019934	9º	18/03/2025 08h às 12h	19/03/2025	09:00h
JULIO CESAR ALMEIDA MOREIRA	0024080	10º	18/03/2025 08h às 12h	19/03/2025	09:00h

PESSOA COM DEFICIÊNCIA (PcD)					
NOME	INSCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	DATA DA PERÍCIA MÉDICA	DATA DA POSSE	HORÁRIO DA POSSE
JAQUELINE PORTO PRETT	0020379	5º	18/03/2025 08h às 12h	19/03/2025	09:00h

CARGO: PROFESSOR PB - HISTÓRIA

AMPLA CONCORRÊNCIA (AC)					
NOME	INSCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	DATA DA PERÍCIA MÉDICA	DATA DA POSSE	HORÁRIO DA POSSE
MARCO ANTÔNIO PIETRANI RAPUANO	0011782	2º	18/03/2025 08h às 12h	19/03/2025	09:30h

CARGO: PROFESSOR PB - LÍNGUA PORTUGUESA

AMPLA CONCORRÊNCIA (AC)					
NOME	INSCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	DATA DA PERÍCIA MÉDICA	DATA DA POSSE	HORÁRIO DA POSSE
RÂYNA SEDANO	0021293	6º	18/03/2025 08h às 12h	19/03/2025	09:30h

CARGO: PROFESSOR PB - MATEMÁTICA

	AMPLA CONCORRÊNCIA (AC)					
NOME		INSCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	DATA DA PERÍCIA MÉDICA	DATA DA POSSE	HORÁRIO DA POSSE
ALEKSANDER DE SOUZA MINGUTA		0025662	4º	18/03/2025 08h às 12h	19/03/2025	09:30h

CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO

AMPLA CONCORRÊNCIA (AC)					
NOME	INSCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	DATA DA PERÍCIA MÉDICA	DATA DA POSSE	HORÁRIO DA POSSE
PEDRO COSTA DE CARVALHO	0011152	24º	18/03/2025 08h às 12h	19/03/2025	09:30h
SHYRLENE PEREIRA DE SOUZA MONSORES	0016502	26º	18/03/2025 08h às 12h	19/03/2025	09:30h
JHONATA LUNS SOUZA	0020986	27º	18/03/2025 08h às 12h	19/03/2025	10:00h

CARGO: AGENTE FISCAL

AMPLA CONCORRÊNCIA (AC)					
NOME	INSCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	DATA DA PERÍCIA MÉDICA	DATA DA POSSE	HORÁRIO DA POSSE
LARA FASSARELLA OLIVEIRA	0017764	5º	18/03/2025 08h às 12h	19/03/2025	10:00h

QUADRO INFORMATIVO - II

CANDIDADOS - RESERVA DE COTAS - VALIDAÇÃO DA AUTODECLARAÇÃO.
DATA DE APRESENTAÇÃO À COMISSÃO DE HETEROIDENTIFICAÇÃO: 18/03/2025
LOCAL: SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL - SALA DE REUNIÃO DO GABINETE.
HORÁRIO: DAS 9H ÀS 10:30H.
TODOS OS CANDIDATOS HABILITADOS NA RESERVA DE COTA (PN) E QUE FORAM NOMEADOS PELO DECRETO Nº 3.028/2025, DE 14 DE MARÇO DE 2025.

QUADRO INFORMATIVO - III
OS CANDIDATOS DOS CARGOS DE PROFESSOR PA e PROFESSOR PB

DATA DE APRESENTAÇÃO À SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PARA ESCOLHA DE VAGAS: 19/03/2025
LOCAL: SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL - SALA DE REUNIÕES DA SEME.
HORÁRIO: DAS 13:00H.
TODOS OS CANDIDATOS HABILITADOS QUE FORAM NOMEADOS PELO DECRETO Nº 3.028/2025, DE 14 DE MARÇO DE 2025.
Piúma/ES, 14 de março de 2025.

Sebastião Elias Campos Junior
Secretário Municipal de Administração

Paulo Celso Cola Pereira
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E
PUBLIQUE-SE
_____/_____/_____

ANEXO I

AGENTE ADMINISTRATIVO/ AGENTE FISCAL

EXAMES A SEREM APRESENTADOS NA PERÍCIA MÉDICA:
Hemograma Completo/VDRL/Glicemia de jejum/ Urina/ Fezes (parasitológico);
Eletrocardiograma (para candidatos acima de 35 anos).
SENDO APROVADO NA PERÍCIA MÉDICA, NO DIA E HORA, CONFORME INDICADO NO EDITAL DE CHAMADA PARA A POSSE, O CANDIDATO DEVERÁ APRESENTAR A SEGUINTE DOCUMENTAÇÃO:

Cópia da Certidão de Nascimento, ou Casamento, ou Declaração de União Estável feita perante Tabelião (se for o caso);
Cópia da Carteira de Identidade (apresentar original para conferência);
Cópia do CPF (apresentar original para conferência);
Comprovante da situação cadastral do CPF emitido pelo link https://servicos.receita.fazenda.gov.br/servicos/cpf/consultasituacao/consultapublica.asp em que conste que o candidato está com situação REGULAR;
01 foto 3x4 recente;
Cópia do Certificado de Reservista (apresentar original para conferência);
Cópia do Comprovante de Residência atualizado (no mínimo dos últimos 03 meses);
Cópia (frente e verso) do Título de Eleitor acompanhado do documento de Regularidade junto à justiça Eleitoral emitido pelo site http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral;
Cópia da Comprovação da Escolaridade exigida para o cargo, acompanhado do Histórico Escolar, conforme Edital (apresentar original para conferência)- ENSINO MÉDIO COMPLETO + CURSO BÁSICO DE INFORMÁTICA DE 80 (OITENTA) HORAS.
Cópia da Carteira de Trabalho profissional onde conste fotografia, número/série, data de expedição, filiação, local de nascimento. (sendo possível apresentar na versão impressa no caso de CTPS Digital);
Documento que conste o número atualizado e consolidado do PIS ou PASEP acompanhado da consulta de qualificação cadastral do e-social onde conste a mensagem "os dados estão corretos" a ser emitida no link https://consultacadastral.inss.gov.br/esocial/pages/qualificacao/qualificar.xhtml.
Consulta de Vínculos cadastrados no Tribunal de Contas do Espírito Santo, emitido pelo link https://paineldecontrole.tcees.tc.br/folhaDePagamento/2020/municipal/null/consultaDeVinculo/idEsferaAdministrativa/077/1;
Certidões Negativas de 1ª e 2ª instância, de NATUREZA CRIMINAL, geradas no site https://sistemas.tjes.jus.br/certidaonegativa/sistemas/certidao/CERTIDAOPESQUISA.cfm;
Última Declaração de Imposto de Renda com o recibo de entrega na Receita Federal, conforme item 10.5.1 do Edital 001/2024.
Cópia da Certidão de Nascimento e CPF dos filhos menores de idade. Para filhos menores de 07 anos deverá ser apresentada cópia atualizada da Caderneta de Vacinação e para filhos maiores de 07 anos e menores de 15 deverá ser apresentada Declaração de Frequência Escolar.
Registro em órgão de classe e comprovante do Conselho que conste situação REGULAR, quando necessário;
Declaração de raça/cor;
Laudo Médico de Portador de Necessidades Especiais (PcD), original legível ou cópia autenticada em cartório, quando for o caso;
Laudo Médico emitido pela Junta Oficial, declarando apto o candidato para o serviço público.
O CANDIDATO DEVERÁ APRESENTAR OS ORIGINAIS DOS DOCUMENTOS ELENCADOS ACIMA, PARA SEREM CONFERIDOS PELO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DA PREFEITURA MUNICIPAL.
OS CANDIDATOS PODERÃO DIRIMIR SUAS DÚVIDAS JUNTO AO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, ATRAVÉS DO TELEFONE 3520-6500 (RAMAL 1072).

PROFESSOR PA
EXAMES A SEREM APRESENTADOS NA PERÍCIA MÉDICA:
Hemograma Completo/VDRL/Glicemia de jejum/ Urina/ Fezes (parasitológico);
Eletrocardiograma (para candidatos acima de 35 anos).
SENDO APROVADO NA PERÍCIA MÉDICA, NO DIA E HORA, CONFORME INDICADO NO EDITAL DE CHAMADA PARA A POSSE, O CANDIDATO DEVERÁ APRESENTAR A SEGUINTE DOCUMENTAÇÃO:
Cópia da Certidão de Nascimento, ou Casamento, ou Declaração de União Estável feita perante Tabelião (se for o caso);
Cópia da Carteira de Identidade (apresentar original para conferência);
Cópia do CPF (apresentar original para conferência);
Comprovante da situação cadastral do CPF emitido pelo link https://servicos.receita.fazenda.gov.br/servicos/cpf/consultasituacao/consultapublica.asp em que conste que o candidato está com situação REGULAR;
01 foto 3x4 recente;
Cópia do Certificado de Reservista (apresentar original para conferência);
Cópia do Comprovante de Residência atualizado (no mínimo dos últimos 03 meses);
Cópia (frente e verso) do Título de Eleitor acompanhado do documento de Regularidade junto à justiça Eleitoral emitido pelo site http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral;
Cópia da Comprovação da Escolaridade exigida para o cargo, acompanhado do Histórico Escolar, conforme Edital (apresentar original para conferência) - FORMAÇÃO DOCENTE DE NÍVEL SUPERIOR, EM CURSO ESPECÍFICO DE GRADUAÇÃO PLENA PARA ATUAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL E NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL.
Cópia da Carteira de Trabalho profissional onde conste fotografia, número/série, data de expedição, filiação, local de nascimento. (sendo possível apresentar na versão impressa no caso de CTPS Digital);
Documento que conste o número atualizado e consolidado do PIS ou PASEP acompanhado da consulta de qualificação cadastral do e-social onde conste a mensagem "os dados estão corretos" a ser emitida no link https://consultacadastral.inss.gov.br/esocial/pages/qualificacao/qualificar.xhtml.
Consulta de Vínculos cadastrados no Tribunal de Contas do Espírito Santo, emitido pelo link https://paineldecontrole.tcees.tc.br/folhaDePagamento/2020/municipal/null/consultaDeVinculo/idEsferaAdministrativa/077/1;
Certidões Negativas de 1ª e 2ª instância, de NATUREZA CRIMINAL, geradas no site https://sistemas.tjes.jus.br/certidaonegativa/sistemas/certidao/CERTIDAOPESQUISA.cfm;
Última Declaração de Imposto de Renda com o recibo de entrega na Receita Federal, conforme item 10.5.1 do Edital 001/2024.
Cópia da Certidão de Nascimento e CPF dos filhos menores de idade. Para filhos menores de 07 anos deverá

ser apresentada cópia atualizada da Caderneta de Vacinação e para filhos maiores de 07 anos e menores de 15 deverá ser apresentada Declaração de Frequência Escolar.
Registro em órgão de classe e comprovante do Conselho que conste situação REGULAR, quando necessário;
Declaração de raça/cor;
Laudo Médico de Portador de Necessidades Especiais (PcD), original legível ou cópia autenticada em cartório, quando for o caso;
Laudo Médico emitido pela Junta Oficial, declarando apto o candidato para o serviço público.
O CANDIDATO DEVERÁ APRESENTAR OS ORIGINAIS DOS DOCUMENTOS ELENCADOS ACIMA, PARA SEREM CONFERIDOS PELO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DA PREFEITURA MUNICIPAL.
OS CANDIDATOS PODERÃO DIRIMIR SUAS DÚVIDAS JUNTO AO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, ATRAVÉS DO TELEFONE 3520-6500 (RAMAL 1072).

PROFESSOR PB: MATEMÁTICA
EXAMES A SEREM APRESENTADOS NA PERÍCIA MÉDICA:
Hemograma Completo/VDRL/Glicemia de jejum/ Urina/ Fezes (parasitológico);
Eletrocardiograma (para candidatos acima de 35 anos).
SENDO APROVADO NA PERÍCIA MÉDICA, NO DIA E HORA, CONFORME INDICADO NO EDITAL DE CHAMADA PARA A POSSE, O CANDIDATO DEVERÁ APRESENTAR A SEGUINTE DOCUMENTAÇÃO:
Cópia da Certidão de Nascimento, ou Casamento, ou Declaração de União Estável feita perante Tabelião (se for o caso);
Cópia da Carteira de Identidade (apresentar original para conferência);
Cópia do CPF (apresentar original para conferência);
Comprovante da situação cadastral do CPF emitido pelo link https://servicos.receita.fazenda.gov.br/servicos/cpf/consultasituacao/consultapublica.asp em que conste que o candidato está com situação REGULAR;
01 foto 3x4 recente;
Cópia do Certificado de Reservista (apresentar original para conferência);
Cópia do Comprovante de Residência atualizado (no mínimo dos últimos 03 meses);
Cópia (frente e verso) do Título de Eleitor acompanhado do documento de Regularidade junto à justiça Eleitoral emitido pelo site http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral;
Cópia da Comprovação da Escolaridade exigida para o cargo, acompanhado do Histórico Escolar, conforme Edital (apresentar original para conferência) -FORMAÇÃO DOCENTE DE NÍVEL SUPERIOR, EM CURSO ESPECÍFICO DE GRADUAÇÃO PLENA PARA O EXERCÍCIO NOS QUATRO ÚLTIMOS ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL;
Registro em órgão de classe e comprovante do Conselho, que conste situação REGULAR, quando for o caso;
Cópia da Carteira de Trabalho profissional onde conste fotografia, número/série, data de expedição, filiação, local de nascimento. (sendo possível apresentar na versão impressa no caso de CTPS Digital);
Documento que conste o número atualizado e consolidado do PIS ou PASEP acompanhado da consulta de qualificação cadastral do e-social onde conste a mensagem "os dados estão corretos" a ser emitida no link https://consultacadastral.inss.gov.br/esocial/pages/qualificacao/qualificar.xhtml.
Consulta de Vínculos cadastrados no Tribunal de Contas do Espírito Santo, emitido pelo link https://paineldecontrole.tcees.tc.br/folhaDePagamento/2020/municipal/null/consultaDeVinculo/idEsferaAdministrativa/077/1;
Certidões Negativas de 1ª e 2ª instância, de NATUREZA CRIMINAL, geradas no site https://sistemas.tjes.jus.br/certidaonegativa/sistemas/certidao/CERTIDAOPESQUISA.cfm;
Última Declaração de Imposto de Renda com o recibo de entrega na Receita Federal, conforme item 10.5.1 do Edital 001/2024.
Cópia da Certidão de Nascimento e CPF dos filhos menores de idade. Para filhos menores de 07 anos deverá ser apresentada cópia atualizada da Caderneta de Vacinação e para filhos maiores de 07 anos e menores de 15 deverá ser apresentada Declaração de Frequência Escolar.
Registro em órgão de classe e comprovante do Conselho que conste situação REGULAR, quando necessário;
Declaração de raça/cor;
Laudo Médico de Portador de Necessidades Especiais (PcD), original legível ou cópia autenticada em cartório, quando for o caso;
Laudo Médico emitido pela Junta Oficial, declarando apto o candidato para o serviço público.
O CANDIDATO DEVERÁ APRESENTAR OS ORIGINAIS DOS DOCUMENTOS ELENCADOS ACIMA, PARA SEREM CONFERIDOS PELO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DA PREFEITURA MUNICIPAL.
OS CANDIDATOS PODERÃO DIRIMIR SUAS DÚVIDAS JUNTO AO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, ATRAVÉS DO TELEFONE 3520-6500 (RAMAL 1072).

PROFESSOR PB: HISTÓRIA/ LÍNGUA PORTUGUESA
EXAMES A SEREM APRESENTADOS NA PERÍCIA MÉDICA:
Hemograma Completo/VDRL/Glicemia de jejum/ Urina/ Fezes (parasitológico);
Eletrocardiograma (para candidatos acima de 35 anos).
SENDO APROVADO NA PERÍCIA MÉDICA, NO DIA E HORA, CONFORME INDICADO NO EDITAL DE CHAMADA PARA A POSSE, O CANDIDATO DEVERÁ APRESENTAR A SEGUINTE DOCUMENTAÇÃO:
Cópia da Certidão de Nascimento, ou Casamento, ou Declaração de União Estável feita perante Tabelião (se for o caso);
Cópia da Carteira de Identidade (apresentar original para conferência);
Cópia do CPF (apresentar original para conferência);
Comprovante da situação cadastral do CPF emitido pelo link https://servicos.receita.fazenda.gov.br/servicos/cpf/consultasituacao/consultapublica.asp em que conste que o candidato está com situação REGULAR;
01 foto 3x4 recente;
Cópia do Certificado de Reservista (apresentar original para conferência);

Cópia do Comprovante de Residência atualizado (no mínimo dos últimos 03 meses);
Cópia (frente e verso) do Título de Eleitor acompanhado do documento de Regularidade junto à justiça Eleitoral emitido pelo site http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral;
Cópia da Comprovação da Escolaridade exigida para o cargo, acompanhado do Histórico Escolar, conforme Edital (apresentar original para conferência) -FORMAÇÃO DOCENTE DE NÍVEL SUPERIOR, EM CURSO ESPECÍFICO DE GRADUAÇÃO PLENA PARA O EXERCÍCIO NOS QUATRO ÚLTIMOS ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL;
Registro em órgão de classe e comprovante do Conselho, que conste situação REGULAR, quando for o caso;
Cópia da Carteira de Trabalho profissional onde conste fotografia, número/série, data de expedição, filiação, local de nascimento. (sendo possível apresentar na versão impressa no caso de CTPS Digital);
Documento que conste o número atualizado e consolidado do PIS ou PASEP acompanhado da consulta de qualificação cadastral do e-social onde conste a mensagem "os dados estão corretos" a ser emitida no link https://consultacadastral.inss.gov.br/esocial/pages/qualificacao/qualificar.xhtml.
Consulta de Vínculos cadastrados no Tribunal de Contas do Espírito Santo, emitido pelo link https://paineldecontrole.tcees.tc.br/folhaDePagamento/2020/municipal/null/consultaDeVinculo/idEsferaAdministrativa/077/1;
Certidões Negativas de 1ª e 2ª instância, de NATUREZA CRIMINAL, geradas no site https://sistemas.tjes.jus.br/certidaonegativa/sistemas/certidao/CERTIDAOPESQUISA.cfm;
Última Declaração de Imposto de Renda com o recibo de entrega na Receita Federal, conforme item 10.5.1 do Edital 001/2024.
Cópia da Certidão de Nascimento e CPF dos filhos menores de idade. Para filhos menores de 07 anos deverá ser apresentada cópia atualizada da Caderneta de Vacinação e para filhos maiores de 07 anos e menores de 15 deverá ser apresentada Declaração de Frequência Escolar.
Registro em órgão de classe e comprovante do Conselho que conste situação REGULAR, quando necessário;
Declaração de raça/cor;
Laudo Médico de Portador de Necessidades Especiais (PcD), original legível ou cópia autenticada em cartório, quando for o caso;
Laudo Médico emitido pela Junta Oficial, declarando apto o candidato para o serviço público.
O CANDIDATO DEVERÁ APRESENTAR OS ORIGINAIS DOS DOCUMENTOS ELENCADOS ACIMA, PARA SEREM CONFERIDOS PELO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DA PREFEITURA MUNICÍPAL.
OS CANDIDATOS PODERÃO DIRIMIR SUAS DÚVIDAS JUNTO AO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS, ATRAVÉS DO TELEFONE 3520-6500 (RAMAL 1072).
ANEXO II

INFORMAÇÕES CADASTRAIS

NOME:					
CPF:	DATA DE NASCIMENTO:				
DEFICIÊNCIA:	GR.SANGUÍNEO/RH:	COR/ORIGEM:	SEXO:		
NOME DA MÃE:					
NOME DO PAI:					
NATURALIDADE/ UF:	NACIONALIDADE:				
ESTRANGEIRO:	PAÍS:	DATA DE CHEGADA:			
NÚMERO DO PASSAPORTE:	TIPO DE VISTO:	TÉRMINO DA VALIDADE:			
ESTADO CIVIL:	NOME DO CÔNJUGE:				
ESCOLARIDADE:	HABILITAÇÃO/CURSO:				
REGISTRO PROFISSIONAL:	ÓRGÃO/CONSELHO:				
IDENTIDADE:	ÓRGÃO EXPEDIDOR:	UF:	DATA DA EXPEDIÇÃO:		
TÍTULO DE ELEITOR N.º	UF:	ZONA:	SEÇÃO:	DATA DE EXPEDIÇÃO:	
DOCUMENTO MILITAR N.º	CATEGORIA:	ÓRGÃO EXPEDIDOR:	SÉRIE:		
CARTEIRA DE TRABALHO N.º	SÉRIE/ UF:	PIS/PASEP:			
ENDEREÇO/CONTATO					

LOGRADOURO:				
N.º:	COMPLEMENTO:	BAIRRO:		
MUNICÍPIO:			UF:	CEP:
TEL:	CEL:		EMAIL:	

Piúma, _____ de _____ de _____.

_____
Assinatura do Servidor (a)

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE NÃO ACÚMULO DE CARGO PÚBLICO
Eu, _____, inscrito (a) no CPF sob o n.º _____, DECLARO para os fins do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal, sob pena de responsabilidade, civil, penal e administrativa, que NÃO EXERÇO NESTA DATA, cargo, emprego ou função pública em quaisquer esferas do governo, incluindo autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público, nas situações proibidas pela legislações em vigor. Declaro também que não possuo aposentadoria em cargos não acumuláveis, conforme §10, do art. 37, da Constituição Federal de 1988.

Piúma, _____ de _____ de _____.

_____
Assinatura do Candidato (a)

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE RAÇA/COR
Eu, _____, portador da cédula de identidade (RG) n.º _____, expedida em _____, órgão expedidor _____, e do CPF registrado sob o n.º _____, embaixo das penas da Lei, me autodeclaro:

( ) BRANCO ( ) PRETO ( ) PARDO ( ) INDÍGENA ( ) AMARELO

Estou ciente de que, em caso de falsidade ideológica, ficarei sujeito às sanções prescritas no Código Penal e às demais cominações legais aplicáveis.

Piúma/ES, _____ de _____ de _____.

_____
Assinatura do Candidato (a)

ANEXO V

TERMO DE POSSE E COMPROMISSO

Aos xx (xxxx) dias do mês de XXX de 2025, compareceu a/o Sr/Sra. XXXXXXXXXXXXXX, por ter sido nomeado (a) para o cargo de XXXXXXXXXX, pelo Decreto n.º XXX de XX de XXXX de 2025, vindo a prestar o devido compromisso de bem, e fielmente desempenhar as atribuições, deveres e responsabilidades inerentes ao referido cargo.

_____
Paulo Celso Cola Pereira
Prefeito de Piúma

_____
Empossado (a)

Protocolo 1512946

Aditivo

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 016/2024
PROCESSO ADM Nº 5021/2023 (11037/2024)
TOMADA DE PREÇOS Nº 010/2023
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PIÚMA - CNPJ Nº 27.165.695/0001-18
CONTRATADA: C Z SUL CAPIXABA CONSTRUÇÕES EIRELI - CNPJ Nº 24.964.358/0001-00
OBJETO: Fica acrescido o valor de R$ 26.379,37 (vinte e seis mil, trezentos e setenta nove reais e trinta sete centavos) aos itens 11.1 e 11.2 já existentes na planilha, o que corresponde a um acréscimo de 2,35% sobre o valor da reforma.
Novo Valor Global: R$ 2.408.441,87 (dois milhões, quatrocentos e oito mil, quatrocentos e quarenta um reais e oitenta sete centavos)
Piúma/ES, 14 de março de 2025
Paulo Celso Cola Pereira
Prefeito Municipal

Protocolo 1512816

Ponto Belo

Lei

LEI 747/2025

Institui a "Semana Municipal da Mulher" no Município de Ponto Belo/ES, e dá outras providências.
O Prefeito do Município de Ponto Belo, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber a todos, que a Câmara Municipal de Vereadores, deliberou e aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º Fica instituída a Semana Municipal da Mulher no âmbito do Município de Ponto Belo/ES, que será comemorada, anualmente, na semana em que estiver incluído o dia 08 de março, quando se celebra o Dia Internacional da Mulher.

Parágrafo único. A comemoração, referida no caput, poderá abranger ações conjutas da Secretaria Municipal da Saúde; da Secretaria Municipal de Educação e Cultura; da Secretaria Municipal de Turismo e Esporte; da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º Para obtenção dos objetivos desta Lei, o Poder Público Municipal poderá:

§ **1º** Organizar palestras, conferências e outras atividades que venham promover a defesa, atendimento, orientação social, jurídica e/ou psicológica às mulheres, abordando temas como a saúde da mulher, a mulher na agricultura e demais assuntos importantes, devem ser abordados, para podermos resgatar a importância da mulher na sociedade e com esses debates possamos conscientizar e promover o bem-estar, auto estima e o envolvimento social.

§ **2º** Poderão firmar convênios e/ou parcerias com entidades que desenvolvam estudos e serviços sobre a questão da mulher.

Art. 3º O presidente da Câmara Municipal de Vereadores convocará Sessão solene para comemorar a Semana Municipal da Mulher, nesta Sessão serão homenageadas mulheres que se destacaram no Município.

§ **1º** Cada Vereador poderá indicar o nome de duas Mulheres a serem homenageadas.

Art. 4º A Semana Municipal da Mulher constará no Calendário Oficial de Eventos do Município de Ponto Belo/ES.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.
Gabinete do Prefeito, 13 de março de 2025.

MARCOS COUTINHO SANT'AGUIDA **DO NASCIMENTO**
Prefeito Municipal

Protocolo 1512158

Decreto

DECRETO Nº 977 , DE 13 DE MARÇO DE 2025.

Regulamenta, no âmbito do Poder Executivo Municipal, a Lei Federal nº 12.846/2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil das pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública.

O Prefeito Municipal de Ponto Belo/ES, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas,
DECRETA:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Este decreto regulamenta, no âmbito do Poder Executivo municipal, a Lei Federal nº 12.846, de 2013, disciplinando o processo administrativo destinado à apuração da responsabilidade administrativa de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública Municipal direta e indireta.

Art. 2º. Em caso de omissão deste decreto, a Lei Federal nº 9.784, de 1999, que regulamenta o processo administrativo na Administração Pública Federal, serão aplicadas supletiva e subsidiariamente.

CAPÍTULO II
DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE RESPONSABILIZAÇÃO

Art. 3º. A apuração da responsabilidade administrativa de pessoa jurídica que possa resultar na aplicação das sanções previstas no art. 6º da Lei Federal nº 12.846/2013 será efetuada por meio de Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

Art. 4º. A competência para instauração e julgamento do PAR é concorrente entre a autoridade máxima do Órgão Central de Controle Interno e a autoridade máxima do órgão ou entidade contra a qual foi praticado o ato lesivo.

§1º. Caso o legitimado para a instauração do PAR não possua elementos suficientes para instaurar o processo administrativo de responsabilização, poderá determinar a instauração de investigação preliminar, sigilosa e não punitiva, a fim de obter maiores informações do suposto ilícito e indícios de sua autoria.

§2º. A investigação preliminar e o processo administrativo de responsabilização poderão ter início de ofício ou a partir de representação ou denúncia, formuladas por escrito e contendo a narrativa dos fatos.

§3º. Os agentes públicos têm o dever de comunicar ao órgão central ou à unidade de Controle Interno a prática de qualquer ato ilícito previsto na Lei Federal nº 12.846/2013.

Art. 5º. A instauração do processo administrativo de responsabilização dar-se-á mediante portaria a ser publicada no meio de comunicação oficial do município e deverá conter:

I- o nome, o cargo e a matrícula da autoridade instauradora e dos membros integrantes da comissão;

II- a indicação do membro que presidirá a comissão;

III- o nome empresarial, a firma, a razão social ou a denominação da pessoa jurídica, conforme o caso, e o número de inscrição no CNPJ;

IV- o número do processo administrativo onde estão narrados os fatos a serem apurados;

V - a síntese dos fatos apontados, a indicação clara do objeto a ser investigado e das normas pertinentes à infração apurada.
Parágrafo único. Fatos não mencionados na portaria poderão ser apurados no mesmo PAR, independentemente de aditamento ou complementação do ato de instauração, desde que sejam garantidos o contraditório e a ampla defesa.

Art. 6º. O PAR será conduzido por comissão processante composta por dois ou mais servidores estáveis, designados pela autoridade instauradora.

Parágrafo único. A autoridade instauradora poderá requisitar servidores estáveis de outros órgãos ou entidades da Administração Pública Municipal indireta para integrar a comissão processante.

Art. 7º. Quando houver indícios de fraude ou grave irregularidade e risco de dano irreparável ou de difícil reparação, a autoridade instauradora, a pedido da comissão processante, poderá suspender de forma cautelar os efeitos do ato ou do contrato objeto da investigação.

Parágrafo único. Da decisão cautelar de que trata o *caput* deste artigo, caberá pedido de reconsideração a ser encaminhado à autoridade instauradora, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de preclusão.

Art. 8º. O PAR deverá ser concluído no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de publicação do ato que a instituir, admitida a prorrogação por igual período.

Art. 9º. Instaurado o PAR, a comissão processante notificará a pessoa jurídica para, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da notificação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

§1º Do instrumento de intimação prevista no *caput* deste artigo constará:

I - a identificação da portaria instauradora do PAR com a respectiva data de publicação;
II - o número do PAR instaurado;
III - a informação de que a pessoa jurídica tem o prazo de 30 (trinta) dias corridos para, querendo, apresentar defesa escrita; e
IV - a indicação do local onde a pessoa jurídica intimada poderá ter acesso aos autos e protocolar sua defesa e demais petições.

§2º. As notificações serão realizadas por meio eletrônico, via postal ou qualquer meio que assegure certeza de ciência da pessoa jurídica acusada.

§3º. Estando a parte estabelecida em local incerto, não sabido ou inacessível, ou caso não tenha êxito a intimação na forma do *caput*, a notificação será realizada por edital publicado no meio de comunicação dos atos oficiais, iniciando-se a contagem do prazo de defesa a partir da publicação.

§4º. A pessoa jurídica poderá ser notificada no domicílio de seu representante legal.

§5º. As sociedades sem personalidade jurídica serão notificadas no domicílio da pessoa a quem couber a administração de seus bens, aplicando-se, caso infrutífera, o disposto no §3º deste artigo.

Art. 10. Caso a pessoa jurídica apresente em sua defesa informações e documentos referentes à existência e ao funcionamento de programa de integridade, a comissão processante deverá examiná-lo segundo os parâmetros indicados em Regulamento do Poder Executivo federal, nos termos do parágrafo único do art. 7º da Lei Federal nº 12.846/2013, para subsidiar a dosimetria da multa a ser proposta, caso o município não possua regulamento próprio.

Art. 11. Concluída a instrução, na hipótese de produção de novas provas, a pessoa jurídica será notificada para apresentar alegações finais no prazo de 5 (cinco) dias, contados da data de notificação.

Art. 12. Encerrada a apuração, a comissão processante elaborará relatório final sobre os fatos apurados, do qual constará:

I - descrição dos fatos apurados durante a instrução probatória;
II - detalhamento das provas, bem como apreciação da defesa e dos argumentos jurídicos que a lastreiam;
III - indicação de eventual prática de ilícitos administrativos, cíveis ou criminais por parte de agentes públicos;
IV - manifestação sobre a existência e

funcionamento de programa de integridade, desde que apresentados os documentos comprobatórios para atender o disposto no art. 22 deste Decreto;
V - conclusão objetiva quanto à responsabilização ou não da pessoa jurídica, sugerindo, de forma motivada, as possíveis sanções a serem aplicadas, resguardada a dosimetria à autoridade julgadora;

VI - o(s) enquadramento(s) legal(is) nos termos da Lei Federal nº 12.846, de 2013, Lei Federal nº 14.133, de 2021, e demais normas de licitações e contratos, se houver, individualizado(s) para cada pessoa jurídica processada, se for o caso.

Parágrafo único. A comissão processante, após a conclusão do procedimento administrativo, dará conhecimento ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas de sua existência, para apuração de eventuais ilícitos.

Art. 13. Após a emissão do relatório final, os autos serão encaminhados ao órgão de assessoria jurídica para elaboração de manifestação no prazo de 10 (dez) dias.

Art. 14. Depois da manifestação da assessoria jurídica, os autos serão encaminhados à autoridade instauradora para julgamento no prazo de 15 (quinze) dias, prorrogável por igual período, diante da complexidade da causa.

Art. 15. Se a decisão for contrária ao relatório da comissão, deverá ser fundamentada com base nas provas produzidas no PAR.

Art. 16. Caberá pedido de reconsideração à autoridade julgadora, com efeito suspensivo, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data de publicação da decisão.

Art. 17. Encerrado o processo na esfera administrativa, a decisão final será publicada no meio de comunicação oficial do município.

Art. 18. A pessoa jurídica contra a qual foram impostas sanções no PAR e que não interpor pedido de reconsideração deverá cumpri-las no prazo de 30 (trinta) dias, contado do fim do prazo para interposição do pedido de reconsideração.

Parágrafo único. Mantida a decisão administrativa sancionadora no julgamento do pedido de reconsideração, será concedido à pessoa jurídica o mesmo prazo previsto no *caput*, para cumprimento das sanções que lhe foram impostas, contado da data de publicação da nova decisão.

CAPÍTULO III
DA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES

Art. 19. As pessoas jurídicas estão sujeitas às seguintes sanções administrativas, conforme o art. 6º da Lei Federal nº 12.846/2013:

I- multa no valor de 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, a qual nunca será inferior à vantagem auferida; e

II- publicação extraordinária da decisão administrativa sancionadora.

Art. 20. A multa levará em consideração a gravidade e a repercussão social da infração, bem como os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

§1º. No relatório final da comissão processante, deverá constar o valor da multa, conforme os critérios do artigo 7º da Lei Federal nº 12.846/2013, bem como a estimativa da vantagem auferida ou pretendida pela pessoa jurídica.

§2º. O valor da vantagem auferida ou pretendida equivale aos ganhos obtidos ou pretendidos pela pessoa jurídica que não ocorreriam sem a prática do ato lesivo, somado, quando for o caso, ao valor correspondente a qualquer vantagem indevida prometida ou dada a agente público ou a terceiros.

Art. 21. Caso não seja possível utilizar o critério do valor do faturamento bruto da pessoa jurídica no ano anterior ao da instauração do PAR, a multa será calculada entre R$ 6.000,00 (seis mil reais) e R$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais).

Parágrafo único. Em qualquer hipótese, o valor final da multa não poderá exceder a 3 (três vezes) a vantagem pretendida ou auferida.

Art. 22. O prazo para pagamento da multa será de 30 (trinta) dias, contado na forma do art. 18.

Art. 23. A pessoa jurídica sancionada publicará a decisão condenatória nos meios de comunicação do município lesado, bem como afixará edital, pelo prazo mínimo de 30 (trinta) dias, no próprio estabelecimento ou no local de exercício da atividade, de modo visível ao público, e em seu sítio eletrônico, caso existente.

CAPÍTULO IV
DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE

Art. 24. Para fins do disposto neste Decreto, programa de integridade consiste, no âmbito de uma pessoa jurídica, no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes, com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública.

Parágrafo único. O programa de integridade deve ser estruturado, aplicado e atualizado de acordo com as regras estabelecidas em regulamento do Poder Executivo federal, nos termos do parágrafo único do art. 7º da Lei Federal nº 12.846/2013.

CAPÍTULO V
DO ACORDO DE LENIÊNCIA

Art. 25. O acordo de leniência será celebrado com as pessoas jurídicas responsáveis pela prática dos atos lesivos previstos na Lei Federal nº 12.846/2013 e dos ilícitos administrativos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, com vistas à isenção ou à atenuação das respectivas sanções, desde que colaborem efetivamente com as investigações e o processo administrativo, observados os requisitos previstos nos arts. 16 e 17 da Lei Federal nº 12.846/2013.

Art. 26. Compete à autoridade máxima do Órgão Central de Controle Interno ou à autoridade instauradora celebrar acordos de leniência no âmbito do Poder Executivo municipal, nos termos do Capítulo V da Lei Federal nº 12.846/2013, sendo vedada a sua delegação.

Art. 27. A proposta do acordo de leniência será sigilosa e autuada em autos apartados do PAR.

Parágrafo único: A proposta do acordo de leniência poderá ser feita até a conclusão do relatório a ser elaborado no PAR.

Art. 28. Não importará em confissão quanto à matéria de fato, nem reconhecimento da ilicitude da conduta, a proposta de acordo de leniência rejeitada na fase de negociação, da qual não se fará qualquer divulgação.

Art. 29. A proposta de acordo de leniência poderá ser realizada na forma escrita ou oral, devendo conter a qualificação completa da pessoa jurídica e de seus representantes, e incluirá, no mínimo:

I- a previsão de identificação dos demais envolvidos no suposto ilícito, quando couber;

II- o resumo da prática supostamente ilícita; e
III- a descrição das provas e documentos a serem apresentados na hipótese de sua celebração.
§ 1º. No caso de apresentação da proposta de acordo de leniência na forma oral, deverá ser solicitada reunião com a autoridade instauradora e com o servidor responsável pelo Órgão de Controle Interno, quando este não tiver instaurado o PAR, bem como com membro da Procuradoria-Geral do Município, da qual será lavrado termo em duas vias assinadas pelos presentes, sendo uma entregue à proponente.
§ 2º Se apresentada por escrito, deverá a proposta de acordo de leniência ser protocolada junto à Administração Pública municipal, em envelope lacrado, endereçado à autoridade instauradora ou à autoridade máxima do Órgão Central de Controle Interno, identificado com os dizeres: "Proposta de Acordo de Leniência nos termos da Lei Federal nº 12.846/2013" e "Confidencial".

§ 3º Em todas as reuniões de negociação do acordo de leniência haverá registro dos temas tratados, em duas vias, assinado pelos presentes, o qual será mantido em sigilo, devendo uma das vias ser entregue ao representante da pessoa jurídica.

Art. 30. A fase de negociação do acordo de leniência, que será confidencial, pode durar até 60 (sessenta) dias, contados da apresentação da proposta, prorrogáveis, motivadamente.

Art. 31. Do instrumento do acordo de leniência constará obrigatoriamente:

I - a descrição da prática denunciada, incluindo a identificação dos participantes que a pessoa jurídica tenha conhecimento e o relato de suas participações no ilícito, com a individualização das condutas;

II - a confissão da participação da pessoa jurídica no ilícito, com a individualização de sua conduta, e a declaração de ter cessado completamente o seu envolvimento, antes ou a partir da data de propositura do acordo;

III - a lista com os documentos fornecidos ou que a pessoa jurídica se obriga a fornecer com o intuito de demonstrar a existência da prática denunciada, com o prazo para a sua disponibilização.

Art. 32. A celebração do acordo de leniência poderá:
I - isentar a pessoa jurídica das sanções previstas no inciso II do art. 6º e no inciso IV do art. 19 da Lei Federal nº 12.846, de 2013;
II - reduzir em até 2/3 (dois terços) o valor da multa aplicável, prevista no inciso I do art. 6º da Lei Federal nº 12.846/2013; e

III - isentar ou atenuar as sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, ou em outras normas de licitações e contratos administrativos.

Parágrafo único. Os benefícios do acordo de leniência serão estendidos às pessoas jurídicas que integrarem o mesmo grupo econômico, de fato e de direito, desde que tenham firmado o acordo em conjunto, respeitadas as condições nele estabelecidas.

Art. 33. Em caso de descumprimento do acordo de leniência:

I - a pessoa jurídica perderá os benefícios pactuados e ficará impedida de celebrar novo acordo pelo prazo de 3 (três) anos, contado do conhecimento pela Administração Pública do referido descumprimento;

II - o PAR, referente aos atos e fatos incluídos no acordo, será retomado; e

III - será cobrado o valor integral da multa, descontando-se as frações já pagas.

Parágrafo único. O descumprimento do acordo de leniência será registrado no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, administrado pelo Poder Executivo federal.

Art. 34. Se o acordo de leniência não for firmado, eventuais documentos entregues serão devolvidos à proponente, sendo vedado seu uso para fins de sua responsabilização, salvo quando deles já se tinha conhecimento antes da proposta do acordo de leniência ou se fosse possível obtê-los pelos meios ordinários da apuração.

CAPÍTULO VI
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 35. Caberá ao responsável pelo Órgão Central de Controle Interno registrar as sanções aplicadas no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) e no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), observada a legislação pertinente.

Art. 36. O Órgão Central de Controle Interno poderá solicitar à Procuradoria-Geral do Município ou ao Ministério Público que promova a indisponibilidade de bens, direitos ou valores necessários à garantia

do pagamento da multa ou da reparação integral do dano causado, ressalvado o direito do terceiro de boa-fé, conforme previsto no § 4º do artigo 19 da Lei Federal nº 12.846/2013.

Art. 37. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Ponto Belo/ES, 13 de março de 2025.

MARCOS COUTINHO SANT'AGUIDA **DO NASCIMENTO**

Prefeito Municipal

Protocolo 1512312

Contrato

RESUMO DE CONTRATOS

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO/ES.

CONTRATO Nº. 001/2025

REFERENTE: Presencial 018/2023 Ata de Registro de Preços nº 004/2024

CONTRATADA: JOÃO LUCAS CARDOSO NASCIMENTO, CNPJ nº 35.997.456/0001-52

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de lavagem e lubrificação de veículos que compõem a frota da Prefeitura Municipal de Ponto Belo/ES, especificamente, as seguintes secretarias: Educação, Cultura e Esportes; Gabinete; Infraestrutura e Transportes; Agricultura e Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente e Turismo.

VALOR GLOBAL: 126.938,00 (cento e vinte e seis mil novecentos e trinta e oito reais).

Período de vigência: 18 de fevereiro de 2025 a 19 de dezembro de 2025.

MARCOS COUTINHO SANT'AGUIDA **DO NASCIMENTO**
Prefeito Municipal

Protocolo 1512403

RESUMO DE CONTRATOS

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO/ES.

CONTRATO Nº. 002/2025

REFERENTE: Presencial 017/2023 Ata de Registro de Preços nº 006/2024

CONTRATADA: CANTÃO- OFICINA E AUTO PEÇAS EIRELI, CNPJ:32.480.170/0001-07, CPF 043.661.207-04

OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviços de borracharia para manutenção da frota de veículos oficiais da Prefeitura Municipal de Ponto Belo/ES e suas correspondentes secretarias, a saber: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico, Secretaria de Gabinete, Secretaria Municipal de Infraestrutura e Transportes, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo.

VALOR GLOBAL: R$ 166.480,00 (cento e sessenta e seis mil quatrocentos e oitenta reais).

Período de vigência: 06 de fevereiro de 2025 a 05 de fevereiro de 2026.

MARCOS COUTINHO SANT'AGUIDA **DO NASCIMENTO**
Prefeito Municipal

Protocolo 1512405

Santa Leopoldina

Decreto

DECRETO Nº 329/2025

ALTERA O DECRETO Nº 124/2025.

O Prefeito Municipal de Santa Leopoldina, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica desta municipalidade,

D E C R E T A

Art. 1º - Altera a composição da **Comissão Permanente de Sindicância** - **CPS**, deste Município, tendo como finalidade precípua dar início ao processo investigatório, destinando-se, precipuamente, a apurar a autoria e a extensão de eventual irregularidade praticada no serviço público municipal, com base na Lei nº 735/91 e suas alterações que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Santa Leopoldina, que será composta pelos seguintes membros:

- **VALÉRIO KEFFLER**
- **EDMAR BARCELLOS**
- **AILTON CELSO DIAS JUNIOR**
- **BRUNA FERREIRA PYLRO**

§ **1º** - Fica designado o Servidor **SR. VALÉRIO KEFFLER** para responder pela Presidência e os demais servidores como membros da Comissão.

§ **2º** - O prazo para Conclusão das Sindicâncias não excederá 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da autoridade superior, mediante solicitação pela Comissão.

Art. 2° - Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimento e demais provas que entender pertinentes.

Art. 3º - Os componentes da comissão farão jus à gratificação, conforme respaldo disposto no Art. 2º da Lei Nº 1364/2011, datada de 23.03.2011, reiterado pela Lei n° 1515/2015, em seu artigo 7°.

Art. 4° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Santa Leopoldina/ES, 28 de fevereiro de 2025.

FERNANDO CASTRO ROCHA
PREFEITO MUNICIPAL

Protocolo 1512170

DECRETO Nº 330/2025

ALTERA O DECRETO Nº 046/2025.

O Prefeito Municipal de Santa Leopoldina, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica desta municipalidade,

D E C R E T A

Art. 1º Nomeia **Agente de Contratação/Pregoeiro e Equipe de Apoio**, desta Prefeitura, de acordo com a Lei Municipal nº 1.849, de 22 de maio de 2023, com a composição, a saber:

- Eduardo Rodrigues Boone - Agente de Contratação e Pregoeiro;
- Patrícia Schultz - Equipe de Apoio;
- Wanderlan Lauretti Gonçalves - Equipe de Apoio;
- Valério Keffler - Equipe de Apoio;
- Edson Pires Pinto - Equipe de Apoio.

Art. 2º A Equipe de Apoio fará jus à gratificação, de acordo com a Lei Municipal Nº 1.849/2023, de 22 de maio de 2023.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Santa Leopoldina/ES, 28 de fevereiro de 2025.

FERNANDO CASTRO ROCHA
PREFEITO MUNICIPAL

Protocolo 1512177

DECRETO Nº 331/2025

DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E DELIBERAÇÃO DOS PROCESSOS LICITATÓRIOS DO MUNICÍPIO PELA LEI 14.133/2021.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA LEOPOLDINA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

CONSIDERANDO a complexidade para atender plenamente a sistemática apresentada pela LEI 14.133/2021 diante da complexidade dos procedimentos, especialmente em municípios de menor porte, a exemplo de Santa Leopoldina;

CONSIDERANDO a necessidade da continuidade dos trabalhos executados pela Comissão Técnica de Transição para a Nova Lei de Licitações, visando a regulamentação de vários dispositivos da Lei 14.133/2021;

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Comissão de acompanhamento e deliberação dos processos licitatórios do município pela Lei 14.133/2021, com a finalidade de articular projetos e ações, no âmbito das contratações realizadas pela Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo, com vistas a implementar as disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, nomeadamente:
I - estudar os impactos da Lei 14.133/2021, nas práticas e rotinas das contratações realizadas pela PMSL;
II - avaliar os limites à aplicação de dispositivos da Lei 14.133/2021;
III - editar atos normativos, para a aplicação da Lei 14.133/2021;
IV - avaliar a necessidade e, se necessário, indicar a revisão de normas internas referentes às contratações diretas, licitações e contratos administrativos;
V - propor diretrizes, orientações, procedimentos, e boas práticas a serem adotadas no âmbito das contratações bem como da gestão e fiscalização de contratos;
VI - avaliar e, se necessário, propor a oferta de treinamentos e capacitações aos servidores que atuam em todas as etapas das contratações;
Parágrafo único. Os documentos e as propostas elaboradas pela Comissão serão submetidos ao Prefeito Municipal para avaliação e aprovação.

Art. 2º A comissão será composta pelos servidores a seguir identificados:

- Marco Antônio Alves Corrêa, Presidente;
- Raquel Justo Mattos, Secretária;
- Amanda Siller Callot, membro;
- Edson Pires Pinto, membro;
- Eduardo Ribeiro Melim, membro

Art. 3º O Presidente poderá convidar representantes de outras unidades da PMSL para participar das reuniões da Comissão ou para prestar informações visando subsidiar a execução dos trabalhos.

Art. 4º Os componentes da Comissão farão jus à Gratificação pela Participação em Atividades Especiais de Trabalho, de que trata o Art. 2º da Lei nº 1.364/2011, com exceção do servidor público que já participa de outra Comissão Municipal.

Parágrafo Único. O Agente de Contratação e a Equipe de Apoio não se enquadram na exceção do caput do art. 4º.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Santa Leopoldina/ES, 06 de março de 2025.

FERNANDO CASTRO ROCHA
PREFEITO MUNICIPAL

Protocolo 1512179

DECRETO Nº 332/2025

Dispõe sobre a nomeação de servidor público em cargo de provimento efetivo, desta municipalidade.

O Prefeito Municipal de Santa Leopoldina, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A

Art. 1º - Fica nomeado **JULIO CESAR MEIRELES DE SOUZA DE ABREU PRESCHOLDT**, para ocupar o Cargo de Provimento Efetivo de **PROFESSOR MAMPB - EDUCAÇÃO FÍSICA - ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**, Nível IV, Padrão 1, de acordo com o Edital do Concurso Público Nº 001/2024, desta Prefeitura.

Art. 2° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam - se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Santa Leopoldina/ES, 06 de março de 2025.

FERNANDO CASTRO ROCHA
PREFEITO MUNICIPAL

Protocolo 1512220

DECRETO Nº 333/2025

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO DE SERVIDOR PÚBLICO EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, DESTA MUNICIPALIDADE.

O Prefeito Municipal de Santa Leopoldina, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A

Art. 1° - Exonera a pedido o servidor **DENNER HERMANN SCHUMACHER** do Cargo de Provimento em Comissão de **CHEFE DA SEÇÃO DE TOPOGRAFIA - CPC - 04**, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, deste Município.

Art. 2° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam - se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Santa Leopoldina/ES, 06 de março de 2025.

FERNANDO CASTRO ROCHA
PREFEITO MUNICIPAL

Protocolo 1512219

DECRETO Nº 334/2025

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO EM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, DESTA MUNICIPALIDADE.

O Prefeito Municipal de Santa Leopoldina, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A

Art. 1° - Exonera a servidora **JACIARA HEANCIO SANTANA** do Cargo de Provimento em Comissão de **CHEFE DA DIVISÃO DE OBRAS DE ARTE E COMBATE A EROSÃO - CPC - 03**, da Coordenadoria de Infraestrutura Viária Municipal, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, deste Município.

Art. 2° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam - se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Santa Leopoldina/ES, 06 de março de 2025.

FERNANDO CASTRO ROCHA
PREFEITO MUNICIPAL

Protocolo 1512223

DECRETO Nº. 335/2025

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LEOPOLDINA, UTILIZANDO SUPERÁVIT FINANCEIRO.

O Prefeito Municipal de Santa Leopoldina Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e,
Considerando que a Lei Municipal nº 1.923/2024 de 28/11/2024, autorizou no Inciso II do § 2º, do Art. 5º a **Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina** a suplementar as dotações orçamentárias utilizando com fonte de recursos 100% do valor superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior;
Considerando que o inciso V, do § 2º, do Art. 5º, da Lei nº 1.923/2024 de 28/11/2024, autorizou a Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina a incluir novas fontes de recursos em uma dotação orçamentária já existente no orçamento visando atender as despesas provenientes de receitas de convênio ou de outras origens decorrentes da execução orçamentária;
Considerando o superávit financeiro, apurado no Balanço Patrimonial da Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina do exercício anterior na fonte de recursos 272000000000 - Transferências da União Referentes às Participações na Exploração de Petróleo e Gás Natural Destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997.
DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Suplementar no orçamento vigente no valor de R$ 404.604,59 (quatrocentos e quatro mil, seiscentos e quatro reais e cinquenta e nove centavos), visando o reforço da dotação orçamentária, conforme abaixo:

Ficha:	475	
Órgão:	011000 - Secretaria Municipal de Assistência Social	
Unid. Orç.:	011001 - Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS/SUAS	
Projeto/Ativ.:	1.202 - Construção do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)	
Elemento:	44905100000 - Obras e Instalações	
Fonte de Recursos: 272000000000 - Transferências da União Referentes às Participações na Exploração de Petróleo e Gás Natural Destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997....		R $ 404.604,59
Total da Suplementação.....		R $ 404.604,59

Art. 2º - Os recursos necessários para atender ao disposto no Artigo Anterior deste decreto são provenientes do superávit, apurado no Balanço Patrimonial de 2024 da Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina, na fonte de recursos 272000000000 - Transferências da União Referentes às Participações na Exploração de Petróleo e Gás Natural Destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Leopoldina, 07 de março de 2025.

Fernando Castro Rocha
Prefeito Municipal

Protocolo 1512555

DECRETO Nº. 336/2025

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LEOPOLDINA, UTILIZANDO SUPERÁVIT FINANCEIRO.

O Prefeito Municipal de Santa Leopoldina Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e,
Considerando que a Lei Municipal nº 1.923/2024 de 28/11/2024, autorizou no Inciso II do § 2º, do Art. 5º a **Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina** a suplementar as dotações orçamentárias utilizando com fonte de recursos 100% do valor superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior;
Considerando que o inciso V, do § 2º, do Art. 5º, da Lei nº 1.923/2024 de 28/11/2024, autorizou a Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina a incluir novas fontes de recursos em uma dotação orçamentária já existente no orçamento visando atender as despesas provenientes de receitas de convênio ou de outras origens decorrentes da execução orçamentária;
Considerando o superávit financeiro, apurado no Balanço Patrimonial da Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina do exercício anterior na fonte de recursos 250000250000 - Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - MDE.
DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Suplementar no orçamento vigente no valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), visando o reforço da dotação orçamentária, conforme abaixo:

Ficha:	364	
Órgão:	009000 - Secretaria Municipal de Educação	
Unid. Orç.:	009003 - Fundo de Manut. e Desenv. Da Educação Básica e Valoriz. dos Prof. da Educação - ENS. FUNDAMENTAL	
Projeto/Ativ.:	2.099 - Manutenção das Escolas Municipais. (Ensino Fundamental)	
Elemento:	33903900000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
Fonte de Recursos: 250000250000 - Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - MDE		R $ 200.000,00
Total da Suplementação.....		R $ 200.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atender ao disposto no Artigo Anterior deste decreto são provenientes do superávit, apurado no Balanço Patrimonial de 2024 da Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina, na fonte de recursos 20000250000 - 33903900000 - Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - MDE.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Leopoldina, 07 de março de 2025.

Fernando Castro Rocha
Prefeito Municipal

Protocolo 1512560

DECRETO Nº. 337/2025

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA LEOPOLDINA, UTILIZANDO SUPERÁVIT FINANCEIRO.

O Prefeito Municipal de Santa Leopoldina Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando que a Lei nº 1.923/2024 de 28/11/2024, autorizou no Inciso II do § 1º, do Art. 5º o **Fundo Municipal de Saúde de Santa Leopoldina** a suplementar as dotações orçamentárias utilizando com fonte de recursos 100% do valor superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior;
Considerando o superávit financeiro, apurado no Fundo Municipal de Saúde de Santa Leopoldina na fonte de recurso 250000150000 - Receita de Impostos e Transferências de Impostos - Saúde;
DECRETA:
Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar no orçamento vigente no valor de R$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais), visando o reforço das seguintes dotações orçamentárias, conforme abaixo:

Ficha: 056
Órgão: 010000 - Secretaria Municipal de Saúde
Unid.Orç.: 010002 - Secretaria Municipal de Saúde

Projeto/Ativ.:	2.138 - Manutenção dos Serviços, Ações e Projetos de Prevenção, Promoção e Reabilitação de Atenção Primária	
Elemento:	33903900000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	
Fonte de Recursos: 250000150000 - Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde.....		R $ 450.000,00
Total da Suplementação.....		R $ 450.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para atender a este decreto são provenientes do superávit financeiro, apurado do exercício de 2024 no Fundo Municipal de Saúde de Santa Leopoldina, na fonte de recurso 250000150000 - Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde, utilizado neste ato o valor de R$ 450.000,00.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor nesta data.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Leopoldina, 07 de março de 2025.

FERNANDO CASTRO ROCHA
Prefeito Municipal

Protocolo 1512561

DECRETO Nº. 338/2025

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LEOPOLDINA, UTILIZANDO SUPERÁVIT FINANCEIRO.

O Prefeito Municipal de Santa Leopoldina Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e,
Considerando que a Lei Municipal nº 1.923/2024 de 28/11/2024, autorizou no Inciso II do § 2º, do Art. 5º a **Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina** a suplementar as dotações orçamentárias utilizando com fonte de recursos 100% do valor superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior;
Considerando que o inciso V, do § 2º, do Art. 5º, da Lei nº 1.923/2024 de 28/11/2024, autorizou a Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina a incluir novas fontes de recursos em uma dotação orçamentária já existente no orçamento visando atender as despesas provenientes de receitas de convênio ou de outras origens decorrentes da execução orçamentária;
Considerando o superávit financeiro, apurado no Balanço Patrimonial da Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina do exercício anterior na fonte de recursos 270400000000 - Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais.
DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o Crédito Suplementar no orçamento vigente no valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), visando o reforço da dotação orçamentária, conforme abaixo:

Ficha:	190
Órgão:	008000 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos
Unid. Orç.:	008001 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos
Projeto/Ativ.:	2.027 - Manutenção das Instalações e Prédios Públicos Municipais
Elemento:	33903900000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte de Recursos: 270400000000 - Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais.....	R $ 200.000,00
Total da Suplementação.....	R $ 200.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para atender ao disposto no Artigo Anterior deste decreto são provenientes do superávit, apurado no Balanço Patrimonial de 2024 da Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina, na fonte de recursos 270400000000 - Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor nesta data.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Leopoldina, 07 de março de 2025.

Fernando Castro Rocha
Prefeito Municipal

Protocolo 1512564

DECRETO Nº 339/2025

DISPOE SOBRE ALTERAÇÃO DO DECRETO Nº 315/2025.

O Prefeito Municipal de Santa Leopoldina, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A

Art. 1º - O Conselho Municipal de Saúde de Santa Leopoldina/ES - CMSSL, será constituído por membros indicados pelos órgãos e entidades a seguir discriminados:

1 - Representantes do Executivo Municipal
- Lorena Loureiro Leoncio - Titular
- Marcia de Souza Cortes Davila - Suplente
- Paulo Henrique Nogueira - Titular
- Thiago Pereira Coutinho - Suplente

2 - Representantes dos Servidores da Saúde
- Andreia Lino de Sousa - Titular
- Gloria Saager - Suplente
- Rosely Niero da Vitória - Titular
- Michele Marques Machado - Suplente
- Carla Maria Barbosa Braga Alvarenga - Titular
- Patricia Silva Barbosa - Suplente
- Josiane Steneir Pilger - Titular

3 - Representantes das Entidades Organizadas

A - CDL Santa Leopoldina
- Gleidson Rodrigues de Almeida - Titular
- Felipe Rocha Moulin Teixeira - Suplente

B - Associação de Moradores do Centro de Santa Leopoldina
- Carlos Alberto Pereira - Titular
- Dineide Rauta - Suplente

C - Sindicato dos Trabalhadores Rurais

- Regina Dolores Calote Horbelt - Titular
- Nilza Lenaus - Suplente

D - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE
- Duana Nickel Prasser - Titular
- Sabrina Rodrigues Armelao - Suplente

E - Associação dos Quilombolas Herdeiros Benvindo Pereira dos Anjos
- Jumara Santos dos Anjos Sancio - Titular
- Wallace da Conceição - Suplente

F - Associação dos Pequenos Agricultores da Região de Crubixá - Açu, Crubixa - Mirim, Paraíso e Cavú
- Flaviana Damazio do Valle Lampier - Titular
- Josilene Aparecida Sene - Suplente

G - Igreja Evangélica Luterana
- Jhones Igor Koehler - Titular
- Maica Bianca Kolhs - Suplente

H - Paróquia Evangélica de Confissão Luterana Unida
- Jacira Lenke Seidel - Titular
- Martha Helena Potratz - Suplente

4 - Representantes do Prestador de Serviço Associação Evangélica Beneficente Espírito Santense
- Rafael Ferreira da Silva - Titular
- Marilim Teles Vieira - Suplente
- Claudineia Paulina Bellardt Vieira - Titular
- Leticia Rosa Ferro - Suplente

Art. 2° O mandato dos membros do Conselho Municipal de Saúde será de 02 (dois) anos, admitida à reeleição, contados do Termo de Posse.

Art. 3° Após a instalação, o Conselho Municipal de Saúde elegerá o Presidente e o Vice-Presidente, escolhidos dentre os membros.

Art. 4° A estrutura necessária ao funcionamento do Conselho Municipal de Saúde de Santa Leopoldina será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 5º As atividades e atribuições do Conselho Municipal de Saúde de Santa Leopoldina são regulamentadas por Regimento Interno, aprovado através da Resolução do CMS nº 011/2023, aprovado em assembleia de 09 de março de 2023.

Art. 6º Os Conselheiros designados para compor o Conselho Municipal de Saúde de Santa Leopoldina não serão remunerados, a qualquer título, pelo desempenho de seus cargos de conselheiros e nem pelas suas funções que serão consideradas de interesse público relevante.

Art. 7° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11 de fevereiro de 2025.

Art. 8° Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Santa Leopoldina, 07 de março de 2025.

FERNANDO CASTRO ROCHA
PREFEITO MUNICIPAL

Protocolo 1512570

DECRETO Nº 340/2025

REGULAMENTA OS PROCEDIMENTOS A SEREM ADOTADOS NOS PROCESSOS DE CONTRATAÇÃO DIRETA POR DISPENSA EM RAZÃO DO VALOR E DE DESPESAS DE PEQUENO VALOR (DPV) NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA LEOPOLDINA**, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei,

DECRETA:

Art. 1º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se "contratação direta por dispensa em razão do valor" as hipóteses elencadas nos termos dispostos nos incisos I e II do artigo 75 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Art. 2º São dispensáveis as licitações:
I - para contratação que envolva valores inferiores a **R$ 125.451,15** (cento e vinte e cinco mil quatrocentos e cinquenta e um reais e quinze centavos), nos casos de **obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores** (Lei Federal nº 14.133/2021, Art. 75, inc. I); e
II - para contratação que envolva valores inferiores a **R$ 62.725,59** (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos), nos casos de **outros serviços e compras** (Lei 14.133/2021, Art. 75, inc. II).
Parágrafo único. Os valores referidos nos incisos I e II deste artigo são válidos apenas para o exercício de 2025, uma vez que são atualizados pelo Poder Executivo Federal a cada dia 1° de janeiro (Lei Federal nº 14.133/2021, Art. 182).

Art. 3º Para fins de aferição dos valores que atendam aos limites referidos nos incisos I e II do artigo 2º deverão ser observados:
I - o somatório do que for despendido no exercício financeiro pela respectiva unidade gestora;
II - o valor total de possíveis prorrogações, no caso de contratação de serviço contínuo;
III - o somatório de contratações no mesmo ramo de atividade, entendidos como tais os subelementos constantes do Sistema de Compras, Licitações e Contratos, até que se conclua o catálogo eletrônico padronizado.
§**1º** A consulta ao Sistema de Compras, Licitações e Contratos sobre os valores contratados para fins da aferição de que trata o Inc. III deste artigo será efetuada pelo Setor de Compras, por meio de solicitação formal do Órgão Requisitante, em processo administrativo instruído com o Documento de Formalização da Demanda (DFD).
§**2º** Os limites da dispensa de licitação referidos nos incisos I e II do artigo 2º conjugado com o artigo 3º deste Decreto serão computados de forma não cumulativa para a Prefeitura Municipal,

Instituto de Previdência e para o Fundo Municipal de Saúde, porquanto estes são dotados de autonomia orçamentária e financeira.
§**3º** São vedados acréscimos de valores ao contrato que importem em superação dos limites legais da dispensa a título de acréscimo quantitativo do objeto contratual.

Art. 4º Para fins do disposto neste Decreto, ficam definidas como **Despesas de Pequeno Valor (DPV)** as contratações de **obras**, **serviços de engenharia e de manutenção de veículos automotores** com valores de até **R$ 37.635**,**35** (trinta e sete mil, seiscentos e trinta e cinco reais e trinta e cinco centavos) e de até R$ **18.817**,**68** (dezoito mil, oitocentos e dezessete reais e sessenta e oito centavos) para as contratações que envolverem **outros serviços e compras**.
§**1º** Os valores a que se referem o caput deste artigo correspondem ao **valor global contratado durante o exercício financeiro corrente.**
§**2º** Os valores definidos neste artigo equivalem a 30% (trinta por cento) dos valores estabelecidos nos incisos I e II do artigo 2º deste Decreto.
§**3º** Na hipótese de objeto a ser adquirido com recursos da União ou do Estado, não se aplica o disposto no caput deste artigo.

Art. 5º O processo administrativo que retornar para o órgão requisitante, contendo o Relatório emitido pelo Setor de Compras, nos termos do §1º do Art. 3º deste Decreto, deverão ser instruídos com os elementos abaixo para os encaminhamentos subsequentes:
I - Documento de Formalização de Demanda (DFD);
II - Relatório emitido pelo Setor de Compras;
III - Termo de Referência (TR), e se for o caso Projeto Básico (PB) ou Projeto Executivo (PE), acompanhado da ART/RRT do(s) responsável(eis);
IV - Estimativa de Preço, parte integrante do TR, calculada na forma estabelecida no Decreto Municipal nº 343, de 04 de julho de 2023;
V - Justificativa da escolha do contratado, sempre que o processo não se referir a dispensa eletrônica;
VI - Comprovantes de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária, bem como a inexistência de sanção que impeça a futura contratação, mediante:
a) Inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores, acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (comprovante de inscrição e de situação cadastral) ou de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;
c) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU), inclusive aqueles relativos à Seguridade Social;
d) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa;
f) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal relativo ao seu domicílio ou sede, juntamente com a comprovação de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal da sede do fornecedor/prestador;
g) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;
h) Sendo o caso, a qualificação técnica será comprovada mediante prova de sua aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto da contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados.
VII - Justificativa de preço, parte integrante do TR, sempre que o processo não se referir a dispensa eletrônica;
VIII - Minuta de Contrato Administrativo, salvo nas hipóteses de não haver a necessidade de celebração de Contrato Administrativo;
IX - Termo de Indicação e Ciência dos Fiscais de Contrato Titular e Suplente, devidamente assinado pelos indicados;
X - Declaração de que a opção por dispensa da licitação não representa fracionamento de aquisição ou contratação que deveriam ser licitadas por uma das modalidades previstas na legislação vigente;
XI - Previsão de recursos orçamentários (ficha) com o compromisso a ser assumido, emitida pela Secretaria Municipal de Finanças;
XII - Manifestação da Controladoria Geral do Município e Parecer Jurídico exarado pela Procuradoria Geral do Município, salvo nas hipóteses expressamente dispensadas por força do §2º deste artigo.
§**1º** Serão emitidos/juntados nos autos pelo Órgão Requisitante os documentos descritos nos incisos I, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX e X.
§**2º** Para fins de assinatura do contrato, o contratado deverá apresentar a Certidão Negativa no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).
§**3º** Em havendo alguma inconformidade na instrução do processo, a Controladoria Geral do Município fica autorizada a devolver os autos ao Órgão Requisitante para sua adequação.
§**4º** Ficam dispensados a Manifestação da Controladoria Geral do Município e o Parecer Jurídico da Procuradoria Geral do Município nos casos em que a dispensa justificada nos termos dos Inc. I e II, Art. 75, da Lei Federal nº 14.133/2021 não ultrapassar os valores indicados no Art. 4º deste Decreto, sendo Despesa de Pequeno Valor (DPV), salvo se houver a necessidade de celebração de Contrato Administrativo e a Minuta deste não for padronizada ou tenha o Gestor Municipal suscitado dúvida de natureza instrutória e/ou jurídica sobre a contratação.

Art. 6º O ato que autoriza a contratação direta, o extrato do contrato ou instrumento equivalente, deverão ser divulgados no Diário Oficial dos Municípios (DOM) e mantidos à disposição do público.

Art. 7º Na dispensa de licitação em razão de valor e compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, o instrumento de contrato poderá ser substituído por outro instrumento hábil, como

carta-contrato, nota de empenho de despesa, Autorização de Fornecimento (AF) ou ordem de execução de serviço.
§**1º** Aplica-se, no que couber, o disposto no art. 92 da Lei Federal nº 14.133/2021, às hipóteses de substituição do instrumento de contrato.
§2º É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo compras de valor não superior a R$ 1.000,00 (um mil reais) ou de prestação de serviços de pronto pagamento, conforme disposto no §2º do art. 95 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 8º Na hipótese de execução de recursos da União e do Estado, os órgãos e entidades da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Município de Santa Leopoldina deverão seguir as regras e os procedimentos do Órgão concedente.

Art. 9º É vedado o fracionamento de despesas para a adoção de dispensa de licitação.

Art. 10 Na hipótese de contratação direta indevida ocorrida com dolo, fraude ou erro grosseiro, o contratado e o agente público responsável responderão solidariamente pelo dano causado ao erário, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

Art. 11 As demais hipóteses de dispensa de licitação não tratadas neste Decreto, bem como as hipóteses de inexigibilidade, deverão ser submetidas à apreciação da Controladoria Geral do Município e da Procuradoria Geral do Município.

Art. 12 Os itens constantes da coluna "descrição dos itens" das tabelas em anexo são meramente exemplificativos, podendo se enquadrar nos subelementos/grupos outros itens não especificados que sejam semelhantes.

Art. 13 Toda e qualquer contratação direta por dispensa de licitação deverá ser expressamente autorizada e ratificada pelo Ordenador de Despesas.

Art. 14 Revogam-se as disposições em contrário, especialmente os Decretos Municipais nºs 152, 217, 354, 377 e 413, de 2024.

Art. 15 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Santa Leopoldina/ES, 10 de março de 2025.

FERNANDO CASTRO ROCHA Prefeito Municipal

ANEXO I

339030 - MATERIAL DE CONSUMO

Nº	SUBELEMENTO/GRUPO	DESCRIÇÃO DOS ITENS
1	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS	Inclui as aquisições de combustíveis para motores a combustão interna de veículos rodoviários, tratores em geral, embarcações diversas e grupos geradores estacionados ou transportáveis e todos os óleos lubrificantes destinados aos sistemas hidráulicos, hidramáticos, de caixa de transmissão de força e graxas grafitadas para altas e baixas temperaturas, tais como: aditivos, álcool hidratado, fluido para amortecedor, fluido para transmissão hidráulica, gasolina, graxas, óleo diesel, óleo para cárter, óleo para freio hidráulico e afins.
2	COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES PARA OUTRAS FINALIDADES	Inclui as aquisições de combustíveis e lubrificantes para outras finalidades que não se classificam em itens anteriores. Carbureto, carvão mineral, carvão vegetal, lenha, querosene comum, combustíveis e lubrificantes de uso ferroviário e afins.
3	GÁS ENGARRAFADO	Inclui as aquisições de gases de uso industrial, de tratamento de água, de iluminação, destinados a recarga de extintores de incêndio, de uso médico, bem como os gases nobres para uso em laboratório científico, tais como: acetileno, carbônico fréon, hélio, hidrogênio, liquefeito de petróleo, nitrogênio, oxigênio e afins.
4	EXPLOSIVOS	Inclui as aquisições de artefatos explosivos, artigos pirotécnicos, cápsulas de detonação, dinamite, espoleta, fogos de artifício, pólvora e afins.
5	ALIMENTOS PARA ANIMAIS	Inclui as aquisições de bufalino, caprinos, suínos, ovinos, aves de qualquer espécie, como também para animais silvestres em cativeiro (jardins zoológicos ou laboratórios) e afins, tais como: alfafa, alpiste, capim verde, farelo, farinhas em geral, fubá grosso, milho em grão, ração balanceada, sal mineral, suplementos vitamínicos e afins.

6	GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO	Inclui as aquisições de gêneros de alimentação ao natural, beneficiados ou conservados, tais como: açúcar, adoçante, água mineral, bebidas, café, carnes em geral, cereais, chás, condimentos, frutas, gelo, legumes, refrigerantes, sucos, temperos, verduras e afins.
7	MATERIAL FARMACOLÓGICO	Inclui as aquisições de medicamentos ou componentes destinados à manipulação de drogas medicamentosas, tais como: medicamentos, soro, vacinas e afins.
8	MATERIAL ODONTOLÓGICO	Inclui as aquisições de materiais utilizados com pacientes na área odontológica, bem como os utilizados indiretamente pelos protéticos na confecção de próteses diversas. Agulhas, amálgama, anestésicos, broca, cimento odontológico, espátula odontológica, filmes para raios-X, platina, seringas, sugador e afins.
9	MATERIAL QUÍMICO	Inclui as aquisições de todos os elementos ou compostos químicos destinados ao fabrico de produtos químicos, análises laboratoriais, bem como aqueles destinados ao combate de pragas ou epizootias, tais como: ácidos, inseticidas, produtos químicos para tratamento de água, reagentes químicos, sais, solventes, substâncias utilizadas para combater insetos, fungos e bactérias e afins.
10	MATERIAL DE COUDELARIA OU DE USO ZOOTÉCNICO	Inclui as aquisições de materiais utilizados no arreamento de animais destinados a montaria, com exceção da sela, como também aqueles destinados ao adestramento de cães de guarda ou outro animal doméstico, tais como: argolas de metal, arreamento, barrigueiras, bridões, cabrestos, cinchas, cravos, escovas para animais, estribos, ferraduras, mantas de pano, material para apicultura, material de ferragem e contenção de animais, peitorais, raspadeiras e afins.
11	MATERIAL DE CAÇA E PESCA	Inclui as aquisições de materiais utilizados na caça e pesca de animais, tais como: anzóis, cordoalhas para redes chumbadas, iscas, linhas de nylon, máscaras para visão submarina, molinetes, nadadeiras de borracha, redes, roupas e acessórios para mergulho, varas e afins.
12	MATERIAL EDUCATIVO E ESPORTIVO	Inclui as aquisições de materiais utilizados ou consumidos diretamente nas atividades educativas e esportivas de crianças e adultos, tais como: apitos, bolas, bonés, botas especiais, brinquedos educativos, calções, camisas de malha, chuteiras, cordas, esteiras, joelheiras, luvas, materiais pedagógicos, meias, óculos para motociclistas, patins, quimonos, raquetes, redes para prática de esportes, tênis e sapatilhas, tornozeleiras, touca para natação e afins.
13	MATERIAL PARA FESTIVIDADES E HOMENAGENS	Inclui as aquisições de materiais de consumo utilizados em festividades e homenagens, incluindo artigos para decoração e buffet, tais como: arranjos e coroas de flores, bebidas, doces, salgados e afins.

14	MATERIAL DE EXPEDIENTE	Inclui as aquisições de materiais utilizados diretamente nos trabalhos administrativos, nos escritórios públicos, nos centros de estudos e pesquisas, nas escolas, nas universidades etc., tais como: agenda, alfinete de aço, almofada para carimbos, apagador, apontador de lápis, arquivo para disquete, bandeja para papéis, bloco para rascunho bobina papel para calculadoras, borracha, caderno, caneta, capa e processo, carimbos em geral, cartolina, classificador, clipe cola, colchete, corretivo, envelope, espátula, estêncil, estilete, extrator de grampos, fita adesiva, fita para máquina de escrever e calcular, giz, goma elástica, grafite, grampeador, grampos, guia para arquivo, guia de endereçamento postal, impressos e formulário em geral, intercalador para fichário, lacre, lápis, lapiseira, limpa tipos, livros de ata, de ponto e de protocolo, papéis, pastas em geral, percevejo, perfurador, pinça, placas de acrílico, plásticos, porta-lápis, registrador, régua, selos para correspondência, tesoura, tintas, toner, transparências e afins.
15	MATERIAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	Inclui as aquisições de materiais utilizados no funcionamento e manutenção de sistemas de processamento de dados, tais como: cartuchos de tinta, capas plásticas protetoras para micros e impressoras, CD-ROM virgem, disquetes, etiqueta em formulário contínuo, fita magnética, fita para impressora, formulário contínuo, mouse PAD peças e acessórios para computadores e periféricos, recarga de cartuchos de tinta, toner para impressora lazer, cartões magnéticos e afins.
16	MATERIAIS E MEDICAMENTOS PARA USO VETERINÁRIO	Inclui as aquisições de materiais e medicamentos para uso veterinário, vacinas, medicamentos e afins.
17	MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM	Inclui as aquisições de materiais aplicados diretamente nas preservações, acomodações ou embalagens de qualquer produto, tais como: arame, barbante, caixas plásticas, de madeira, papelão e isopor, cordas, engradados, fitas de aço ou metálicas, fitas gomadas, garrafas e potes, linha, papel de embrulho, papelão, sacolas, sacos e afins.
18	MATERIAL DE CAMA, MESA E BANHO	Inclui as aquisições de materiais utilizados em dormitórios coletivos, residenciais, hotéis, restaurantes etc., tais como: cobertores, colchas, colchonetes, fronhas, guardanapos, lençóis, toalhas, travesseiros e afins.
19	MATERIAL DE COPA E COZINHA	Inclui as aquisições de materiais utilizados em refeitórios de qualquer tipo, cozinhas residenciais, de hotéis, de hospitais, de escolas, de universidades, de fábricas etc., tais como: abridor de garrafa, açucareiros, artigos de vidro e plástico, bandejas, coadores, colheres, copos, ebulidores, facas, farinheiras, fósforos, frigideiras, garfos, garrafas térmicas, paliteiros, panelas, panos de cozinha, papel alumínio, pratos, recipientes para água, suportes de copos para cafezinho, tigelas, velas, xícaras e afins.
20	MATERIAL DE LIMPEZA E PRODUÇÃO DE HIGIENIZAÇÃO	Inclui as aquisições de materiais destinados a higienização pessoal, de ambientes de trabalho, de hospitais etc., tais como: álcool etílico, anticorrosivo, aparelho de barbear descartável, balde plástico, bomba para inseticida, capacho, cera, cesto para lixo, creme dental, desinfetante, desodorizante, detergente, escova de dente, escova para roupas e sapatos, espanador, esponja, estopa, flanela, inseticida, lustra-móveis, mangueira, naftalina, pá para lixo, palha de aço, panos para limpeza, papel higiênico, pasta para limpeza de utensílios, porta-sabão, removedor, rodo, sabão, sabonete, saco para lixo, saponáceo, soda cáustica, toalha de papel, vassoura e afins.

21	UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS	Inclui as aquisições de uniformes ou qualquer tecido ou material sintético que se destine à confecção de roupas, com linhas de qualquer espécie destinadas a costuras e afins materiais de consumo empregados direta ou indiretamente na confecção de roupas, tais como: agasalhos, artigos de costura, aventais, blusas, botões, cadarços, calçados, calças, camisas, capas, chapéus, cintos, elásticos, gravatas, guarda-pós, linhas, macacões, meias, tecidos em geral, uniformes militares ou de uso civil, zíperes e afins.
22	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS	Inclui as aquisições de materiais de consumo para aplicação, manutenção e reposição na manutenção de qualquer bem público, tais como: amianto, aparelhos sanitários, arames liso e farpado, areia, basculante, boca de lobo, boia, brita, brocha, cabo metálico, cal, cano, cerâmica, cimento, cola, condutores de fios, conexões, curvas, esquadrias, fechaduras, ferro, gaxetas, grades, impermeabilizantes, isolantes acústicos e térmicos, janelas, joelhos, ladrilhos, lavatórios, lixas, madeira, marcos de concreto, massa corrida, niple, papel de parede, parafusos, pias, pigmentos, portas e portais, pregos, rolos solventes, sifão, tacos, tampa para vaso, tampão de ferro, tanque, tela de estuque, telha, tijolo, tinta, torneira, trincha, tubo de concreto, válvulas, verniz, vidro e afins.
23	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE BENS MÓVEIS	Inclui as aquisições de componentes, peças, acessórios e sobressalentes para aplicação, manutenção e reposição em bens móveis em geral, tais como: cabos, chaves, cilindros para máquinas copiadoras, compressor para ar condicionado, esferas para máquina datilográfica, mangueira para fogão margaridas, peças de reposição de aparelhos e máquinas em geral, materiais de reposição para instrumentos musicais e afins.
24	MATERIAL ELÉTRICO E ELETRÔNICO	Inclui as aquisições de materiais de consumo para aplicação, manutenção e reposição dos sistemas, aparelhos e equipamentos elétricos e eletrônicos, tais como: benjamins, bocais, calhas, capacitores e resistores, chaves de ligação, circuitos eletrônicos, condutores, componentes de aparelho eletrônico, diodos, disjuntores, eletrodos, eliminador de pilhas, espelhos para interruptores, fios e cabos, fita isolante, fusíveis, interruptores, lâmpadas e luminárias, pilhas e baterias, pinos e plugs, placas de baquelite, reatores, receptáculos, resistências, starts, suportes, tomada de corrente e afins.
25	MATERIAL DE MANOBRA E PATRULHAMENTO	Inclui as aquisições de materiais de consumo utilizados em campanha militar ou paramilitar, em manobras de tropas, em treinamento ou em ação em patrulhamento ostensivo ou rodoviário, em campanha de saúde pública etc, tais como: binóculo, carta náutica, cantil, cordas, flâmulas e bandeiras de sinalização, lanternas, medicamentos de pronto-socorro, mochilas, piquetes, sacolas, sacos de dormir, sinaleiros e afins.
26	MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA	Inclui as aquisições de materiais de consumo utilizados diretamente na proteção de pessoas ou bens públicos, para socorro de pessoas e animais ou para socorro de veículos, aeronaves e embarcações assim como qualquer outro item aplicado diretamente nas atividades de sobrevivência de pessoas, na selva, no mar ou em sinistros diversos, tais como: botas, cadeados, calcados especiais, capacetes, chaves, cintos, coletes, dedais, guarda-chuvas, lona, luvas, mangueira de lona, máscaras, óculos e afins.

27	MATERIAL PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	Inclui as aquisições de materiais de consumo de emprego direto em filmagem e revelação, ampliações e reproduções de sons e imagens, tais como: aetze especial para chapa de papel, álbuns para retratos, alto-falantes, antenas, artigos para gravação em acetato, filmes virgens, fitas virgens de áudio e vídeo, lâmpadas especiais, material para radiografia, microfilmagem e cinematografia, molduras, papel para revelação de fotografias, pegadores, reveladores e afins
28	MATERIAL PARA COMUNICAÇÕES	Inclui as aquisições de materiais utilizados em comunicações assim como os componentes, circuitos impressos ou integrados, peças ou partes de equipamentos de comunicações, como materiais para instalações, tais como: radiofônicas, radiotelegráficas, telegráficas e afins.
29	SEMENTES, MUDAS DE PLANTAS E INSUMOS	Inclui as aquisições com qualquer tipo de semente destinada ao plantio e mudas de plantas frutíferas ou ornamentais, assim como todos os insumos utilizados para fertilização, tais como: adubos, argila, plantas ornamentais, borbulhas, bulbos, enxertos, fertilizantes, mudas envasadas ou com raízes nuas, sementes, terra, tubérculos, xaxim e afins.
30	MATERIAL LABORATORIAL	Inclui as aquisições com todos os utensílios usados em análises laboratoriais, tais como: almofarizes, bastões, bico de gás, cálices, corantes, filtros de papel, fixadoras, frascos, funis, garra metálica, lâminas de vidro para microscópio, lâmpadas especiais, luvas de borracha, metais e metalóides para análise, pinças, rolhas, vidraria, tais como: balão volumétrico, Becker, conta-gotas, Erlemeyer, pipeta, proveta, termômetro, tubo de ensaio e afins.
31	MATERIAL HOSPITALAR	Inclui as aquisições com todos os materiais de consumo utilizados na área hospitalar ou ambulatorial, tais como: agulhas hipodérmicas, algodão, cânulas, cateteres, compressa de gaze, drenos, esparadrapo, fios cirúrgicos, lâminas para bisturi, luvas, seringas, termômetro clínico e afins.
32	MATERIAL PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	Inclui as aquisições de materiais para aplicação e manutenção de veículos rodoviários e tratores em geral, tais como: água destilada, amortecedores, baterias, borrachas, buzina, cabos de acelerador, cabos de embreagem, câmara de ar, carburador completo, cifa, colar de embreagem, condensador e platinado, correias, disco de embreagem, ignição, junta homocinética, lâmpadas e lanternas para veículos, lonas e pastilhas de freio, mangueiras, material utilizado em lanternagem e pintura, motor de reposição, para-brisa, para-choque, platô, pneus, reparos, retentores, retrovisores, rolamentos, tapetes, válvula da marcha-lenta etermostática, velas e afins
33	FERRAMENTAS	Inclui as aquisições com todos os tipos de ferramentas utilizadas em oficinas, carpintarias, jardins etc., tais como: alicate, broca, caixa para ferramentas, canivete, chaves em geral, enxada, espátulas, ferro de solda, foice, lâmina de serra, lima, machado, martelo, pá, picareta, ponteira, primo, serrote, tesoura de podar, trena e afins.
34	MATERIAL PARA REABILITAÇÃO PROFISSIONAL	Inclui as aquisições com materiais utilizados em programas de reabilitação profissional: bastões, bengalas, joelheiras, meias elásticas e assemelhados, óculos, órteses, pesos, próteses e afins.

35	MATERIAL DE SINALIZAÇÃO	Inclui as aquisições com materiais utilizados para identificação, sinalização visual, endereçamento e afins, tais como: placas de sinalização em geral, placas indicativas para os setores e seções, placas para veículos, plaquetas para tombamento de material, placas sinalizadoras de trânsito, cones sinalizadores de trânsito, crachás, botons identificadores para servidores e afins.
36	MATERIAL TÉCNICO PARA SELEÇÃO E TREINAMENTO	Inclui as aquisições com materiais técnicos utilizados em processos de seleção e treinamento pela própria unidade ou para distribuição, tais como: apostilas e similares, folhetos de orientação, livros, manuais explicativos para candidatos e afins.
37	MATERIAL BIBLIOGRÁFICO NÃO IMOBILIZÁVEL	Inclui as aquisições com material bibliográfico não destinado a bibliotecas, cuja defasagem ocorre em um prazo máximo de dois anos, tais como: jornais, revistas, periódicos em geral, anuários médicos, anuário estatístico e afins (podendo estar na forma de pen drivers ou CD-ROM).
37	AQUISIÇÃO DE SOFTWARES DE BASE	Inclui as aquisições de softwares de base (de prateleira) que são aqueles incluídos na parte física do computador (hardware) que integram o custo de aquisição desse no Ativo Imobilizado. Tais softwares representam também aqueles adquiridos no mercado sem características fornecidas pelo adquirente, ou seja, sem as especificações do comprador.
39	BENS MÓVEIS NÃO ATIVÁVEIS	Inclui as aquisições de bens móveis de natureza permanente não ativáveis, ou seja, aqueles considerados como despesa operacional.
40	BANDEIRAS, FLÂMULAS E INSÍGNIAS	Inclui as aquisições de bandeiras, flâmulas e insígnias, tais como: brasões, escudos, armas da república, selo nacional e afins.
41	OBRAS PREDIAIS	Inclui as aquisições de materiais de consumo para aplicação na construção de qualquer bem público predial, tais como: amianto, aparelhos sanitários, arames liso e farpado, areia, basculante, boia, brita, brocha, cal, cano, cerâmica, cimento, cola, condutores de fios, conexões, curvas, esquadrias, fechaduras, ferro, gaxetas, grades, impermeabilizantes, isolantes acústicos e térmicos, janelas, joelhos, ladrilhos, lavatórios, lixas, madeira, marcos de concreto, massa corrida, niple, papel de parede, parafusos, pias, pigmentos, portas e portais, pregos, rolos solventes, sifão, tacos, tampa para vaso, tampão de ferro, tanque, tela de estuque, telha, tijolo, tinta, torneira, trincha, tubo de concreto, válvulas, verniz, vidro e afins.
42	OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM	Inclui as aquisições de materiais de consumo para aplicação em qualquer obra de pavimentação e drenagem e afins.
43	OBRAS DE ARTE ESPECIAIS	Inclui as aquisições de materiais de consumo para aplicação em quaisquer obras de arte especiais, tais como pontes, passarelas, muros e afins.

ANEXO II

339036 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA

Nº	SUBELEMENTO/GRUPO	DESCRIÇÃO DOS ITENS
1	CONDOMÍNIOS	Inclui as despesas com taxas condominiais a conta do locatário, quando previstas no contrato de locação.
2	DIÁRIAS A COLABORADORES EVENTUAIS NO PAÍS	Inclui as despesas com diárias, no país, pagas a prestadores de serviços, de caráter eventual, sem vínculo com a administração pública.
3	COMISSÕES E CORRETAGENS	Inclui as despesas com comissões e corretagens decorrentes de serviços prestados por tais como: corretores, despachantes, leiloeiros e afins.
4	DIREITOS AUTORAIS	Inclui as despesas com direitos autorais sobre obras científicas, literárias ou em que a divulgação seja de interesse da Administração.

5	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS	Inclui as despesas com serviços prestados por profissionais técnicos, nas seguintes áreas: administração, advocacia, arquitetura, contabilidade, economia, engenharia, estatística, informática e outras.
6	ESTAGIÁRIOS	Inclui as despesas com serviços prestados por estudantes na condição de estagiários ou monitores.
7	BOLSA DE INICIAÇÃO AO TRABALHO	Inclui as despesas com remuneração a candidatos participantes de curso de formação para o exercício de cargo decorrente de concurso público.
8	CONFERÊNCIAS E EXPOSIÇÕES	Inclui as despesas com o pagamento direto aos conferencistas e/ou expositores pelos serviços prestados.
9	LOCAÇÃO DE IMÓVEIS	Inclui as despesas com remuneração de serviços de aluguel de prédios, casas, salas e outros imóveis de propriedade de pessoa física.
10	LOCAÇÃO DE BENS MÓVEIS E INTANGÍVEIS	Inclui as despesas com serviços de aluguéis de máquinas, equipamentos, telefone fixo e celular e outros bens móveis de propriedade de pessoa física.
11	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE EQUIPAMENTOS	Inclui as despesas com serviços de reparos, consertos, revisões e adaptações, tais como: máquinas e equipamentos de processamento de dados e periféricos, máquinas e equipamentos gráficos, aparelhos de fax, aparelhos de medição e aferição, aparelhos médicos, odontológicos, hospitalares e laboratoriais, calculadoras, eletrodomésticos, máquinas de escrever e afins.
12	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS	Inclui as despesas com serviços de reparos, consertos e revisões de veículos, tais como: estofamento, funilaria, instalação elétrica, lanternagem, mecânica, pintura e afins
13	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS MÓVEIS DE OUTRAS NATUREZAS	Inclui as despesas com serviços de reparos, consertos, revisões e adaptações de bens móveis não classificados em subitens específicos
14	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	Inclui as despesas com serviços de reparos, consertos, revisões e adaptações de bens imóveis, tais como: pedreiro, carpinteiro e serralheiro, pintura, reparos em instalações elétricas e hidráulicas, reparos, recuperações e adaptações de biombos, carpetes, divisórias e lambris e afins.
15	FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO	Inclui as despesas com aquisição de refeições preparadas, inclusive lanches e similares.
16	SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	Inclui as despesas com serviços de limpeza e conservação de bens imóveis, tais como: dedetização, faxina e afins.
17	SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO EM GERAL	Inclui as despesas com serviços de comunicação geral prestados por pessoa física, tais como: confecção de material para comunicação visual; geração de materiais para divulgação por meio dos veículos de comunicação; e afins
18	SERVIÇO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO	Inclui as despesas com serviços prestados nas áreas de instrução e orientação profissional, recrutamento e seleção de pessoal e treinamento, por pessoa física.
19	SERVIÇOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS	Inclui as despesas realizadas com médicos e odontológicos prestados por pessoa física, sem vínculo empregatício, tais como: consultas, Raio-X, tratamento odontológico e afins
20	SERVIÇOS DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL	Inclui as despesas com serviços de reabilitação profissional prestados por pessoa física sem vínculo empregatício, tais como: transporte e locomoção, alimentação e inscrição em cursos profissionalizantes, instrumentos de trabalho e implementos profissionais de órtese e prótese.
21	SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Inclui as despesas com serviços de assistência social prestados por pessoa física sem vínculo empregatício a servidores, segurados carentes, abrigados, internados e a seus dependentes, tais como: ajuda de custo supletiva, gêneros alimentícios, documentação, transporte e sepultamento.

22	SERVIÇOS DE PERÍCIAS MÉDICAS POR BENEFÍCIOS	Inclui as despesas com serviços de perícias médicas por benefícios devidos aos médicos credenciados, para exames realizados em segurados e/ou servidores.
23	SERVIÇO DE APOIO ADMINISTRATIVO, TÉCNICO E OPERACIONAL	Inclui as despesas com serviços de natureza eventual prestados por pessoa física, tais como: assistência técnica, capina, jardinagem, operadores de máquinas e motoristas, recepcionistas, serviços auxiliares e afins
24	SERVIÇO DE CONSERVAÇÃO E REBENEFICIAMENTO DE PRODUTOS	Inclui as despesas com serviços de natureza eventual prestados por pessoa física na conservação e rebeneficiamento de mercadorias.
25	CONFECÇÃO DE MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO E EMBALAGEM	Inclui as despesas com serviços prestados por pessoa física na confecção de bolsas, caixas, mochilas, sacolas e afins.
26	CONFECÇÃO DE UNIFORMES, BANDEIRAS E FLÂMULAS	Inclui as despesas com serviços de costureiras, alfaiates e outros utilizados na confecção de uniformes, bandeiras, flâmulas, brasões, estandartes e afins.
27	FRETES E TRANSPORTES DE ENCOMENDAS	Inclui as despesas com serviços prestados por pessoa física, tais como: fretes e carretos, remessa de encomendas, transporte de mercadorias e produtos e afins.
28	SERVIÇOS DE ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	Inclui as despesas com serviços de filmagens, gravações e fotografias, prestados por pessoa física e afins.
29	LEVANTAMENTOS GEOTÉCNICOS	Inclui as despesas com levantamentos topográficos, batimétricos, aerofotogramétricos, sondagens e afins.
30	OUTROS SERVIÇOS DE PESSOA FÍSICA	Inclui as despesas com serviços de natureza eventuais prestados por pessoa física, não classificados anteriormente.

ANEXO III

339039 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

Nº	SUBELEMENTO/GRUPO	DESCRIÇÃO DOS ITENS
1	ASSINATURAS	Inclui as despesas com assinaturas de TV por assinatura (TV a cabo), jornais, inclusive diário oficial, revistas, recortes de publicações, podendo estar na forma eletrônica, boletins e outros, desde que não se destinem a coleções ou bibliotecas.
2	CONDOMÍNIOS	Inclui as despesas com taxas condominiais a conta do locatário, quando previstas no contrato de locação.
3	COMISSÕES	Inclui as despesas com comissões e corretagens decorrentes de serviços prestados por empresas de intermediação e representação comercial
4	DIREITOS AUTORAIS	Inclui as despesas com direitos autorais sobre obras científicas, literárias ou em que a divulgação seja de interesse da Administração
5	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS	Inclui as despesas com serviços prestados por empresas especializadas nas seguintes áreas, tais como: advocacia, arquitetura, contabilidade, economia, engenharia, estatística e outras.
6	MANUTENÇÃO DE SOFTWARE	Inclui as despesas com serviços, atualização e adaptação de softwares, suporte técnico, manutenção, revisão, correção de problemas operacionais, análise para acrescentar novas funções, aumento da capacidade de processamento, novas funções e manutenção de software.
7	LOCAÇÃO DE IMÓVEIS	Inclui as despesas com remuneração de serviços de aluguel de prédios, salas e afins imóveis de interesse da administração pública.
8	LOCAÇÃO DE SOFTWARES	Inclui as despesas com remuneração de serviços de aluguel de programas de processamento de dados.
9	LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	Inclui as despesas com remuneração de serviços de aluguel de máquinas e equipamentos, tais como: aparelhos de medição e aferição, aparelhos médicos, odontológicos, hospitalares.

10	LOCAÇÃO BENS MÓVEIS E OUTRAS NATUREZAS E INTANGÍVEIS	Inclui as despesas com remuneração de serviços de aluguel de bens móveis não contemplados em subitens específicos e bens intangíveis, como, tais como: locação de linha telefônica e afins.
11	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	Inclui as despesas com serviços de reparos, consertos, revisões e adaptações de bens imóveis: pintura, reparos e reformas de imóveis em geral, reparos em instalações elétricas e hidráulicas, reparos, recuperações e adaptações de biombos, carpetes, divisórias e lambris, manutenção de elevadores, limpeza de fossa e afins.
12	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	Inclui as despesas com equipamentos: aparelhos de medição e aferição, aparelhos médicos, odontológicos, hospitalares e laboratoriais, calculadoras, eletrodomésticos, equipamentos de proteção e segurança, equipamentos gráficos, equipamentos agrícolas, e afins.
13	MANUTENÇÃO ECONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS	Inclui as despesas com serviços de reparos, consertos e revisões de veículos, tais como: alinhamento e balanceamento, estofamento, funilaria, instalação elétrica, lanternagem, mecânica, pintura, franquia e afins.
14	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS MÓVEIS DE OUTRAS NATUREZAS	Inclui as despesas com serviços de reparos, consertos, revisões, inspeções e adaptações de bens móveis não classificados em subitens específicos.
15	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS E VIAS	Inclui as despesas com serviços de reparos, recuperações e adaptações de estradas, vias e rodovias.
16	EXPOSIÇÕES, CONGRESSOS E CONFERÊNCIAS	Inclui as despesas com serviços utilizados na instalação e manutenção de conferências, congressos, exposições, feiras, festejos populares, festivais e afins.
17	FESTIVIDADES E HOMENAGENS	Inclui as despesas com serviços utilizados na organização de eventos, tais como: coquetéis, festas de congraçamento, recepções e afins.
18	FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO	Inclui as despesas com aquisição de refeições preparadas, inclusive lanches e similares.
19	SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA	Inclui as despesas com tarifas decorrentes da utilização dos serviços de energia elétrica.
20	SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO	Inclui as despesas tarifas decorrentes da utilização dos serviços de água e esgoto.
21	SERVIÇOS DOMÉSTICOS	Inclui as despesas com serviços domésticos prestados por pessoa jurídica, sem vincula empregatício, tais como: cozinha, lavagem de roupas e afins.
22	SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO EM GERAL	Inclui as despesas com serviços de comunicação, prestados por pessoa jurídica, tais como: correios e telégrafos, publicação de editais, extratos, convocações e assemelhados desde que não tenham caráter de propaganda e afins
23	SERVIÇO DE SELEÇÃO E TREINAMENTO	Inclui as despesas com serviços prestados nas áreas de instrução e orientação profissional, recrutamento e seleção de pessoal (concurso público) e treinamento.
24	PRODUÇÕES JORNALÍSTICAS	Inclui as despesas com a edição de jornais revistas, noticiários e materiais jornalísticos para vídeos.
25	SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALARES, ODONTOLÓGICOS E LABORATORIAIS	Inclui as despesas com serviços médico-hospitalares, odontológicos e laboratoriais, prestados por pessoas jurídicas sem vínculo empregatício, tais como: análises clínicas, cirurgias, consultas, ecografias, endoscopias, enfermagem, esterilização, exames de laboratório, Raio-X, tomografias, tratamento odontológico, ultrassonografias e afins
26	SERVIÇOS DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL	Inclui as despesas com serviços de reabilitação profissional prestados por pessoa jurídica, tais como: transporte e locomoção, alimentação e inscrição em cursos profissionalizantes, instrumentos de trabalho e implementos profissionais de órtese e prótese.
27	SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	Inclui as despesas com serviços de assistência social prestados por pessoa jurídica a servidores, segurados carentes, abrigados, internados e a seus dependentes, tais como: ajuda de custo supletiva, gêneros alimentícios, documentação, transporte e sepultamento.

28	SERVIÇOS DE PERÍCIAS MÉDICAS POR BENEFÍCIOS	Inclui as despesas com serviços de perícias médicas prestadas por pessoa jurídica, por benefícios devidos aos médicos credenciados, para exames realizados em segurados e/ ou servidores.
29	DE PROCESSAMENTO DE DADOS	Inclui as despesas com processamento de dados prestados por pessoa jurídica
30	LEVANTAMENTOS GEOTÉCNICOS	Inclui as despesas com levantamentos topográficos, batimétricos, aerofotogramétricos, sondagens e afins.
31	PROVEDOR DE INTERNET	Inclui serviços que permitem aos usuários se conectar à rede mundial de computadores por meio de tecnologias como fibra óptica, cabo, DSL, satélite ou sem fio e afins.
32	SERVIÇOS DE TRANSPORTE	Inclui as despesas com serviços prestados por empresas para transportes no geral.
33	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS, PESSOA JURÍDICA	Inclui as despesas com serviços de natureza eventual, não classificados anteriormente.

ANEXO IV
449052 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Nº	SUBELEMENTO/GRUPO	DESCRIÇÃO DOS ITENS
1	APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO	Registra o valor das despesas com todos os aparelhos de medição ou contagem. Quando estes aparelhos forem incorporados a um equipamento maior serão os mesmos considerados componentes, tais como: amperímetro, aparelho de medição meteorológica, balanças em geral, bússola, calibrador de pneus, cronômetro, hidrômetro, magnetômetro, manômetro, medidor de gás, mira-falante, níveis topográficos, osciloscópio, paquímetro, pirômetro, planimetro, psicrômetro, relógio medidor de luz, sonar, sonda, taquímetro, telêmetro, teodolito, turbímetro e afins.
2	APARELHOS EEQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	Registra o valor das despesas com todo material considerado permanente, portátil ou transportável, de uso em comunicações, que não se incorporem em instalações, veículos de qualquer espécie, aeronaves ou embarcações, tais como: antena parabólica, aparelho de telefonia, bloqueador telefônico, central telefônica, detector de chamadas telefônicas, fac-símile, fonógrafo, interfone, PABX, rádio receptor, rádio telegrafia, rádio telex, rádio transmissor, secretaria eletrônica, tele- speaker e afins.
3	APARELHOS, EQUIPAMENTOS, UTENSÍLIOS MÉDICO-ODONTOLÓGICO, LABORATORIAL E HOSPITALAR	Registra o valor das despesas com qualquer aparelho, utensílio ou equipamento de uso médico, odontológico, laboratorial e hospitalar que não se integrem a instalações, ou a outros conjuntos monitores. No caso de fazerem parte de instalações ou outros conjuntos, deverão ser considerados componentes, tais como: afastador, alargador, aparelho de esterilização, aparelho de Raio X, aparelho de transfusão de sangue, aparelho infravermelho, aparelho para inalação, aparelho de ultravioleta, balança pediátrica, berço aquecido, biombo, boticão, cadeira de dentista, cadeira de rodas, câmara de infravermelho, câmara de oxigênio, câmara de radioterapia, carro-maca, centrifugador, destilador, eletro-analisador, eletro- cardiográfico, estetoscópio,estufa, maca, medidor de pressão arterial (esfignomanômetro), megatoscópio, mesa para exames clínicos, microscópio, tenda de oxigênio, termocautério e afins.

4	APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA ESPORTES E DIVERSÕES	Registra o valor das despesas com instrumentos, aparelhos e utensílios destinados a qualquer modalidade de esportes e diversões de qualquer natureza, desde que não integrados a instalações de ginásios de esportes, centros esportivos, teatro, cinema, etc, tais como: arco, baliza, barco de regata, barra, bastão, bicicleta ergométrica, carneiro de madeira, carrossel, cavalo, dardo, deslizador, disco, halteres, martelo, peso, placar, remo, vara de salto e afins.
5	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	Registra o valor das despesas com aquisição de eletrodomésticos em geral e utensílios, com durabilidade superior a dois anos, utilizados em serviços domésticos, tais como: aparelhos de copa e cozinha, aspirador de pó, batedeira, botijão de gás, cafeteira elétrica, chuveiro ou ducha elétrica, circulador de ar, condicionador de ar (móvel), conjunto de chá/café/jantar, escada portátil, enceradeira, exaustor, faqueiro, filtro de água, fogão, forno de microondas, geladeira, grill, liquidificador, máquina de lavar louca, máquina de lavar roupa, máquina de moer café, máquina de secar pratos, secador de prato, tábua de passar roupas, torneira elétrica, torradeira elétrica, umidificador de ar e afins.
6	COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	Registra o valor das despesas com coleções bibliográficas de obras científicas, românticas, contos e documentários históricos, mapotecas, dicionários para uso em bibliotecas, enciclopédias, periódicos encadernados para uso em bibliotecas, palestras, tais como: álbum de caráter educativo, coleções e materiais bibliográficos informatizados, dicionários, enciclopédia, ficha bibliográfica, jornal e revista (que constitua documentário), livro, mapa, material folclórico, partitura musical, publicações e documentos especializados destinados a bibliotecas, repertorio legislativo e afins.
7	DISCOTECAS E FILMOTECAS	Registra o valor das despesas com discos, CD e coleções de fitas gravadas com músicas e fitas cinematográficas de caráter educativo, científico e informativo, tais como: disco educativo, fita de áudio e vídeo com aula de caráter educativo, microfilme e afins.
8	EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO	Registra o valor das despesas com todos os materiais permanentes utilizados na proteção e segurança de pessoas ou bens públicos, como também qualquer outro utilizado para socorro diverso, ou sobrevivência em qualquer ecossistema, tais como: alarme, algema, arma para vigilante, barraca para uso não militar, bóia salva-vida, embarcações e motores, cabine para guarda (guarita), cofre, extintor de incêndio, pára-raio, sinalizador de garagem, porta giratória, circuito interno de televisão e afins.
9	INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTÍSTICOS	Registra o valor das despesas com todos os instrumentos de cordas, sopro ou percussão, como também outros instrumentos utilizados pelos artistas em geral. clarinete, guitarra, pistão, saxofone, trombone, xilofone e afins.
10	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE NATUREZA INDUSTRIAL	Registra o valor das despesas com qualquer máquina, aparelho ou equipamento empregado na fabricação de produtos ou no recondicionamento de afins, tais como: balcão frigorífico, betoneira, exaustor industrial, forno e torradeira industrial, geladeira industrial, máquina de fabricação de laticínios, máquina de fabricação de tecidos e afins.
11	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	Registra o valor das despesas com máquinas, aparelhos e equipamentos não incorporáveis a instalações, destinados a geração de energia de qualquer espécie, tais como: alternador energético, carregador de bateria, chave automática, estabilizador, gerador, haste de contato, NO-BREAK, poste de iluminação, retificador, transformador de voltagem, trilho, truck-tunga, turbina (hidrelétrica) e afins.

12	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS	Registra o valor das despesas com todas as máquinas, aparelhos e equipamentos utilizados em reprografia ou artes gráficas, tais como: aparelho para encadernação, copiadora, cortadeira elétrica, costuradora de papel, duplicadora, grampeadeira, gravadora de extenso, guilhotina, linotipo, máquina de OFF-Set, operadora de ilhoses, picotadeira, teleimpressora e receptadora de páginas e afins.
13	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	Registra o valor das despesas com aquisição de equipamentos de filmagem, gravação e reprodução de sons e imagens, bem como os acessórios de durabilidade superior a dois anos, tais como: amplificador de som, caixa acústica, data show, eletrola, equalizador de som, filmadora, flash eletrônico, fone de ouvido, gravador de som, máquina fotográfica, microfilmadora, microfone, objetiva, projetor, rádio, rebobinadora, retro-projetor, sintonizador de som, tanques para revelação de filmes, tape-deck, televisor, tela para projeção, toca-discos, vídeo-cassete e afins.
14	MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	Registra o valor das despesas com máquinas, aparelhos e equipamentos que não estejam classificados em grupo específico, tais como: aparador de grama, aparelho de ar condicionado, bebedouro, carrinho de feira, container, furadeira, ventilador de coluna e de mesa e afins.
15	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	Registra o valor das despesas com todas as máquinas, aparelhos e equipamentos utilizados em processamento de dados de qualquer natureza, exceto quando for aquisição de peças destinadas à reposição diretamente ao equipamento ou mesmo para estoque, tais como: caneta óptica, computador, controladora de linhas, data show - fitas e discos magnéticos, impressora, kit multimídia, leitora, micro e minicomputadores, mesa digitalizadora, modem, monitor de vídeo, placas, processador, scanner, teclado para micro, roteadores e afins.
16	MÁQUINAS, INSTALAÇÕES E ITENS DE ESCRITÓRIO	Registra o valor das despesas com todas as máquinas, aparelhos e utensílios utilizados em escritório e destinados ao auxílio do trabalho administrativo, tais como: aparelho rotulador, apontador fixo (de mesa), caixa registradora, carimbo digitador de metal, compasso, estojo para desenho, globo terrestre, grampeador (exceto de mesa), máquina autenticadora, máquina de calcular, máquina de contabilidade, máquina de escrever, máquina franqueadora, normógrafo, pantógrafo, quebra-luz (luminária de mesa), régua de precisão, régua T, relógio protocolador e afins.
17	MÁQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE OFICINA	Registra o valor das despesas com máquinas, ferramentas e utensílios utilizados em oficinas mecânicas, marcenaria, carpintaria e serralheria, não incluindo ferramentas que não façam parte de um conjunto, nem tão pouco materiais permanentes utilizados em oficinas gráficas, tais como: analisador de motores, arcos de serra, bomba para esgotamento de tambores, compressor de ar, conjunto de oxigênio, conjunto de solda, conjunto para lubrificação, desbastadeira, desempenadeira, elevador hidráulico, esmerilhadeira, extrator de precisão, forja, fundidora para confecção de broca, laminadora, lavadora de carro, lixadeira, macaco mecânico e hidráulico, mandril, marcador de velocidade, martelo mecânico, níveis de aço ou madeira, pistola metalizadora, polidora, prensa, rebitadora, recipiente de ferro para combustíveis, saca-pino, serra de bancada, serra mecânica, talhas, tanques para água, tarracha, testadora, torno mecânico, vulcanizadora e afins.

18	EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS	Registra o valor das despesas com equipamentos destinados a instalação conservação e manutenção de sistemas hidráulicos e elétricos, tais como: bomba d'água, bomba de desentupimento, bomba de irrigação, bomba de lubrificação, bomba de sucção e elevação de água e de gasolina carneiro hidráulico, desidratadora, máquina de tratamento de água, máquina de tratamento de esgoto, máquina de tratamento de lixo, moinho, roda d'água e afins.
19	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS E RODOVIÁRIOS	Registra o valor das despesas com todas as máquinas, tratores e equipamentos utilizados na agricultura, na construção e conservação de estradas, tais como: arado, carregadora, ceifadeira, compactador, conjunto de irrigação, conjunto motobomba para irrigação, cultivador, desintegrador, escavadeira, forno e estufa de secagem ou amadurecimento, máquinas de beneficiamento, microtrator - misturador de ração, moinho agrícola, motoniveladora, moto-serra, pasteurizador, picador de forragens, plaina terraceadora, plantadeira, pulverizador, de tração animal ou mecânica, rolo compressor, roçadeira, semeadeira, silo para depósito de cimento, sulcador, trator de roda e esteira e afins.
20	MOBILIÁRIO EM GERAL	Registra o valor das despesas com móveis destinados ao uso ou decoração interior de ambientes, tais como: abajur, aparelho para apoiar os braços, armário, arquivo de aço ou madeira, balcão (tipo atendimento), banco, banqueta, base para mastro, cadeira, cama, carrinho fichário, carteira e banco escolar, charter negro, cinzeiro com pedestal, criado- mudo, cristaleira, escrivaninha, espelho moldurado, estante de madeira ou aço, estofado, flipsharter, guarda-louça, guarda roupa, mapoteca, mesa, penteadeira, poltrona, porta-chapéus, prancheta para desenho, quadro de chaves, quadro imantado, quadro para editais e avisos, relógio de mesa/parede/ ponto, roupeiro, sofá, suporte para tv e vídeo, suporte para bandeira (mastro), vitrine e afins.
21	OBRAS DE ARTE E PEÇAS PARA MUSEU	Registra o valor das despesas com objetos de valor artístico e histórico destinados a decoração ou exposição em museus, tais como: alfaias em louça, documentos e objetos históricos, esculturas, gravuras, molduras, peças em marfim e cerâmica, pedestais especiais e similares, pinacotecas completas, pinturas em tela, porcelana, tapeçaria, trilhos para exposição de quadros e afins.
23	VEÍCULOS DIVERSOS	Registra o valor das despesas com veículos não classificados em subitens específicos, tais como: bicicleta, carrinho de mão, compactador, empilhadeira e afins.
24	PEÇAS NÃO INCORPORÁVEIS A IMÓVEIS	Registra o valor das despesas com materiais empregados em imóveis e que possam ser removidos ou recuperados, tais como: biombos, carpetes (primeira instalação), cortinas, divisórias removíveis, estrados, persianas, tapetes, grades e afins.

25	VEÍCULOS DE TRAÇÃO MECÂNICA	Registra o valor das despesas com veículos de tração mecânica, tais como: ambulância, automóvel, basculante, caçamba, caminhão, consultório volante, furgão, lambreta, microônibus, motocicleta, ônibus, vassoura mecânica, veículo coletor de lixo e afins.
26	ACESSÓRIOS PARA AUTOMÓVEIS	Registra o valor das despesas com acessórios para automóveis que possam ser desincorporados, sem prejuízo dos mesmos, para aplicação em outro veículo, tais como: ar condicionado, capota, rádio/toca-fita e afins.
27	EQUIPAMENTOS E SISTEMA DE PROTEÇÃO E VIGILÂNCIA AMBIENTAL	Registra o valor das despesas com equipamentos e sistema de proteção e vigilância ambiental e afins.
28	EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	Valor das despesas com equipamentos de tecnologia da informação e comunicação, como desktops, notebooks, tablets, projetores, monitores e afins.
29	OUTROS MATERIAIS PERMANENTES	Registra o valor das despesas com materiais e equipamentos não classificados em subitens específicos e afins.

Protocolo 1512597

DECRETO Nº 342/2025
DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DE MEMBROS DO COMTUR - CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO DE SANTA LEOPOLDINA, BIÊNIO 2024/2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA LEOPOLDINA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS...

DECRETA:

Art. 1º - Altera o Art. 1º do Decreto Municipal Nº 120/2024, que compõem o **Conselho Municipal de Turismo de Santa Leopoldina**, instituído pela Lei Nº 1764/2021, que passa a vigorar com os seguintes membros:

NOME	REPRESENTATIVIDADE
Efetivo: Daniela Costa Berti	Profissionais liberais com atuação no Município, com registro no respectivo Órgão de Classe;
Suplente: Gabrielly santos Simon	
Efetivo: Darcy Surlo dos Santos	Representantes de Proprietários de Cachoeiras e/ou Sítios e/ou Áreas de Lazer do segmento turístico do Município, devidamente constituídos;
Suplente: Josimar santos da Silva	
Efetivo: Jumara Santos dos Anjos Sancio	Representantes de Associações de Agricultores do Município, devidamente constituídas;
Suplente: Elias Miguel Raimundo	
Efetivo: Flaviano Barcellos Fassarella	Representantes da Câmara Municipal, Vereador (a) preferencialmente integrante da Comissão Legislativa de Turismo;
Suplente: Vanisio Walcher Helmer	
Efetivo: Flaviana Damázio do Valle Lampier	Representantes da Diretoria do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais;
Suplente: Andréia Lino de Sousa Gomes	
Efetivo: Dineide Rauta	Representantes do Setor de Hospedagem, devidamente constituída, com Sede ou filial no Município de Santa Leopoldina;
Suplente: Edna Pedro da Silva Entringer	
Efetivo: Elisangela Oliveira Fraga	Representantes de Comércio do Ramo Alimentício (Restaurantes, e/ou Lanchonetes, e/ou Bares, e/ou Cafés e similares), devidamente constituídos;
Suplente: Fernando Medeiros Pereira	
Efetivo: Wllysses do Nascimento	Representantes dos serviços de Transportes Turísticos do Município (locadoras de veículos, taxis e similares;
Suplente: Mayara Souza Ferro	
Efetivo: Gleidson Rodrigues de Almeida	Representantes do Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) com Sede ou filial no Município;
Suplente: Luiz Carlos Ameláo Leppaus	
Efetivo: Regina Dolores calote Horbelt	Representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Leopoldina;
Suplente: Jefica Samora Schutz	
Efetivo: Geiza Risso	Representantes da SECTUR - Secretaria Municipal de Cultura e Turismo;
Suplente: Renato Estrelof	
Efetivo: Larissa Feller da Silva	Representantes de Associação Comunitárias e do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável do Município, devidamente constituídas.
Suplente: Juliane Rodrigues	

MESA DIRETORA

Presidente: **Darcy Surlo dos Santos**
Vice- Presidente: **Dineide Rauta**
Secretario Executivo: **Elisangela Oliveira Fraga**
Tesoureiro: **Wllysses do Nascimento**

Art. 2º - O mandato dos membros do **Conselho Municipal de Turismo de Santa Leopoldina** será de **02 (dois) anos**, permitida a reeleição e ou indicação por uma vez consecutiva.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Leopoldina, 10 de março de 2025.

FERNANDO CASTRO ROCHA
PREFEITO MUNICIPAL

Protocolo 1512605

DECRETO Nº 343/2025

Dispõe sobre a exoneração de servidor público, desta municipalidade.

O Prefeito Municipal de Santa Leopoldina, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A

Art. 1° - Exonera **ELEOMAR SEBASTIÃO SILLER** ocupante do Cargo de Provimento em Comissão de **CHEFE DA DIVISÃO MÉDICA AMBULATORIAL - CPC - 03**, da Secretaria Municipal de Saúde, a disposição da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, deste Município.

Art. 2° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam - se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Santa Leopoldina/ES, 11 de março de 2025.

FERNANDO CASTRO ROCHA
PREFEITO MUNICIPAL

Protocolo 1512611

DECRETO Nº. 344/2025

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LEOPOLDINA, UTILIZANDO SUPERÁVIT FINANCEIRO.

O Prefeito Municipal de Santa Leopoldina Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e,
Considerando que a Lei Municipal nº 1.923/2024 de 28/11/2024, autorizou no Inciso II do § 2º, do Art. 5º a **Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina** a suplementar as dotações orçamentárias utilizando com fonte de recursos 100% do valor superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior;
Considerando que o inciso V, do § 2º, do Art. 5º, da Lei nº 1.923/2024 de 28/11/2024, autorizou a Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina a incluir novas fontes de recursos em uma dotação orçamentária já existente no orçamento visando atender as despesas provenientes de receitas de convênio ou de outras origens decorrentes da execução orçamentária;
Considerando o superávit financeiro, apurado no Balanço Patrimonial da Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina do exercício anterior na fonte de recursos 266500009001 - SIGTV-Estruturação da Rede de Serviços do SUAS - Custeio (Emenda Parlamentar 20244380006).
DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o Crédito Suplementar no orçamento vigente no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), visando o reforço da dotação orçamentária, conforme abaixo:

Ficha:	694	
Órgão:	011000 - Secretaria Municipal de Assistência Social	
Unid. Orç.:	011001 - Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS/SUAS	
Projeto/Ativ.:	2.215 - Alocação de Emendas Parlamentares Advindas do Governo Federal e Estadual	
Elemento:	33504300000 - Subvenções Sociais	
Fonte de Recursos: 2.665.0000.9001 - SIGTV- Estruturação da Rede de Serviços do SUAS - Custeio (Emenda Parlamentar 20244380006).		R $ 100.000,00
Total da Suplementação.....		R $ 100.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atender ao disposto no Artigo Anterior deste decreto são provenientes do superávit, apurado no Balanço Patrimonial de 2024 da Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina, na fonte de recursos 266500009001 - SIGTV-Estruturação da Rede de Serviços do SUAS - Custeio (Emenda Parlamentar 20244380006), utilizado neste ato, o valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Leopoldina, 10 de março de 2025.

Fernando Castro Rocha
Prefeito Municipal

Protocolo 1512655

DECRETO Nº 345/2025

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO A PEDIDO DE SERVIDOR DESTA MUNICIPALIDADE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA LEOPOLDINA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

DECRETA:

Art. 1º - Exonera a pedido **RAFAEL LICHTENHELD LAURETT** ocupante do cargo de Provimento em Comissão de **CHEFE DA SEÇÃO DE LOGÍSTICA - CPC - 04**, lotado na Coordenadoria de Infraestrutura Viária Municipal, deste município, conforme Processo Administrativo Eletrônico nº 928/2025 de 11.03.2025.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam - se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Santa Leopoldina/ES, 11 de março de 2025.

FERNANDO CASTRO ROCHA
PREFEITO MUNICIPAL

Protocolo 1512658

DECRETO Nº 346/2025

Dispõe sobre a nomeação de servidor público em cargo de provimento em comissão, desta municipalidade,

D E C R E T A

Art. 1° - Nomeia **ELIVELTON DE FARIAS OLIVEIRA** para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de **CHEFE DA SEÇÃO DE TOPOGRAFIA - CPC - 04**, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, deste Município.

Art. 2° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam - se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Santa Leopoldina/ES, 11 de março de 2025.

FERNANDO CASTRO ROCHA
PREFEITO MUNICIPAL

Protocolo 1512661

DECRETO Nº 346/2025

Dispõe sobre a nomeação de servidor público em cargo de provimento em comissão, desta municipalidade,

D E C R E T A

Art. 1° - Nomeia **ELIVELTON DE FARIAS OLIVEIRA** para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de **CHEFE DA SEÇÃO DE TOPOGRAFIA - CPC - 04**, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, deste Município.

Art. 2° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam - se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Santa Leopoldina/ES, 11 de março de 2025.

FERNANDO CASTRO ROCHA
PREFEITO MUNICIPAL

Protocolo 1512780

DECRETO Nº 347/2025

Dispõe sobre a nomeação de servidor público em cargo de provimento em comissão, desta municipalidade.

O Prefeito Municipal de Santa Leopoldina, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A

Art. 1° - Nomeia **ELEOMAR SEBASTIÃO SILLER** para ocupar o Cargo de Provimento em Comissão de **CHEFE DA DIVISÃO DE OBRAS DE ARTE E COMBATE A EROSÃO - CPC - 03**, da Coordenadoria de Infraestrutura Viária Municipal, deste Município.

Art. 2° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° - Revogam - se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Santa Leopoldina/ES, 11 de março de 2025.

FERNANDO CASTRO ROCHA
PREFEITO MUNICIPAL

Protocolo 1512785

DECRETO Nº 348/2025
CRIA COMISSÃO PARA COORDENAR E ORGANIZAR O PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DA EDUCAÇÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA LEOPOLDINA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

DECRETA:

Art. 1º - Fica Constituída a **Comissão para Coordenar e Organizar o Processo Seletivo Simplificado para Provimento de Vagas e Cadastro de Reserva de Professores MAMPB da Secretaria Municipal de Educação**, visando à contratação de profissionais para as demandas da Secretaria de Educação, que será composta pelos seguintes membros:

- **EDNA PEDRO DA SILVA ENTRINGER**- Presidente
- **PATRÍCIA SCHULTZ** - Secretária
- **JEANE LUCY DOS SANTOS GUSS**- Membro
- **LUCIANA APARECIDA VICTOR** - - Membro
- **MAICA BIANCA KOLHS** - Membro

Art. 2º - A Comissão terá um prazo de até 90 (noventa) dias para concluir os trabalhos, a contar da data de sua instalação, podendo ser prorrogado se necessário.

Art. 3º - Os componentes da comissão farão jus à gratificação, conforme respaldo disposto no Art. 2º da Lei Nº 1364/2011, datada de 23.03.2011, reiterado pela Lei n° 1515/2015, em seu artigo 7°.
Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Santa Leopoldina/ES, 11 de março de 2025.

FERNANDO CASTRO ROCHA
PREFEITO MUNICIPAL

Protocolo 1512791

DECRETO Nº 349/2025

ALTERA O ART. 1º DO DECRETO Nº 325/2025, CONVOCAÇÃO DA 4ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA.

O Prefeito do Município de Santa Leopoldina, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso xix da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Altera o Art. 1º do Decreto Nº 325/2025, que passa vigora com a seguinte redação:

"**Art. 1º** - Convocar a 4ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa a ser realizada no município de Santa Leopoldina/ES, no dia 26 de Março de 2025 sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS."

Art. 2º - A 4ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa terá como objetivo debater tema: "Envelhecimento Multicultural e Democracia: Urgência por Equidade, Direitos e Participação", além de discutir sobre a efetivação da Política de Atenção da Pessoa Idosa no âmbito Municipal e Estadual da Pessoa Idosa.

Art. 3º - A 4ª Conferência Municipal de Direitos da Pessoa Idosa será presidida de forma colegiada pela Secretaria Municipal da Assistência Social.

Art. 4º - As despesas com a 4ª Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa correrão por conta de recursos da Secretaria Municipal de Assistência Social - SEMAS.

Art. 5° - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se às disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Santa Leopoldina, 13 de março de 2025.

FERNANDO CASTRO ROCHA
Prefeito Municipal

Protocolo 1512796

Santa Teresa

Portaria

PORTARIA/SMAR/SUB.RH Nº 055/2025

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA O CARGO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO EDITAL/SMARSUB.RH/ Nº 009/2024.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS, por meio do SETOR DE RECURSOS HUMANOS, do Município de Santa Teresa, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1.° Convocar os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado para o cargo de auxiliar administrativo Edital/SMARSUB. RH/nº 009/2024, a comparecer no setor de Recursos Humanos, localizado na Sede da Prefeitura Municipal, Rua Darly Nerty Vervloet, nº 446, 2º andar, Centro, Santa Teresa/ES **no dia 19 de março de 2025**, **pontualmente no horário disposto abaixo**, munidos OBRIGATORIAMENTE dos documentos, conforme lista constante no Anexo desta Portaria, objetivando a contratação em regime de designação temporária.

AUXILIAR ADMINISTRATIVO	
HORÁRIO: 09:00 HORAS	Vaga Disponibilizada: 02 vagas
CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATOS
18º	Mônica Fraga Rocon
19º	Sonia Maria Schulz De Oliveira
20º	Saulo Secchin Sampaio
21º	Vanessa Schulthais Cole
22º	Brenda Zulmira Reisen De Souza
23º	Jocimar Montibeller Leonel
24º	Ingrid Silva Hartvig
25º	Vitória Da Silva Martins
26º	Flávia Rangel De Moraes
27º	Thaynara Ferreira Silva
28º	Daniela Fernandes Mesquita Moraes
29º	Ana Paula Viana Dalcolmo

Art. 2.º A convocação visa preencher 02 (duas) vagas para o cargo de auxiliar administrativo, sendo 01 (uma) vaga na Secretaria Municipal de Educação e 01 (uma) vaga na Secretaria Municipal de Assistência Social.
Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Santa Teresa, Estado do Espírito Santo, em 14 de março de 2025.

FRANCIANE RIBEIRO MALAVASI
SUBSECRETÁRIA DE RECURSOS HUMANOS

Elaborada pela Comissão de Avaliação de Processo Seletivo Simplificado, nomeada pela Portaria/ SEGOV/Nº 431/2024.

ANEXO I DA PORTARIA/SMAR/SUB.RH Nº 055/2025

No ato da contratação, o candidato aprovado e classificado no Processo Seletivo Simplificado, deverá apresentar cópia dos seguintes documentos:
- Número de conta (Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil ou Banestes); Para a vaga da Educação Número de conta (Banco do Brasil);
- 01 (uma) Fotos 3x4
- Carteira de Identidade
- CPF do contratado
- PIS/PASEP
- Título de Eleitor e os últimos comprovantes de votação ou Declaração do Cartório Eleitoral
- Carteira de Trabalho (folha onde consta a foto e o verso)
- Comprovante de Residência
- Certificado de Reservista ou Atestado de desobrigado
- Carteira de Motorista (para o cargo de motorista)
- Certidão de nascimento ou casamento
- Carteira de vacinação - 2 vias (sendo uma a ser entregue no Setor de Medicina do Trabalho)
- Certidão dos filhos menores de 21 anos
- CPF dos dependentes

- Carteira de vacinação dos filhos até 07 anos
- Declaração de matrícula e frequência escolar dos filhos até 14 anos
- Diploma ou Histórico Escolar
- Inscrição no Conselho Regional de Classe (para cargos de nível superior e técnicos)
- Comprovante de Quitação com o Conselho de Classe
- Certificado na área específica
- Atestado de Bons Antecedentes (site: **www.sesp.es.gov.br**) e se a Carteira de Identidade for de outro Estado, é necessário procurar a Polícia Civil para solicitar o Atestado) ou/ no site **www.tjes.jus.br**
- Certidão Negativa de Débitos do Município de Santa Teresa (site: www.santateresa.es.gov.br)
- Número de telefone para contato

OBS: ***Caso a contratada altere seu nome na Certidão de Casamento***, ***favor apresentar toda documentação atualizada***.

ANEXO II DA PORTARIA/SMAR/SUB.RH Nº 055/2025
DECLARAÇÃO DE NÃO ACUMULAÇÃO DE CARGOS

Declaro estar ciente dos Direitos e Obrigações na forma de legislação vigente.

Em cumprimento ao disposto no Artigo 37, incisos XVI e XVII, e na forma disposta no § 10 da Constituição Federal/88, declaro para os devidos fins de direito que:

( ) não exerço cargo, emprego ou função pública na União, nos Estados ou em outros Municípios, respectivas Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de economia Mista e Fundações mantidas pelo Poder Público.

( ) **NÃO** percebo proventos decorrentes de aposentadoria.
( ) percebo proventos decorrentes de aposentadoria, a partir de ____/_____/____

DECLARAÇÃO DE ACUMULAÇÃO DE CARGOS

Declaro ocupar cargo/função na Administração Pública:
( ) Ativo ( ) Inativo (aposentadoria)
Identificação do Empregador: _____
Vínculo _____ Natureza _____
Local de Exercício ou prestação de serviço _____
Carga horária _____
Escala de Trabalho _____
Data de Posse/Contratação_____

Especificar o(s) cargo(s) que ocupa: _____
_____

Especificar possíveis licenças/afastamentos_____
_____
_____

POR SER verdade, firmo a presente declaração para que produza os efeitos legais, ciente de que a falsidade de seu conteúdo pode implicar na imputação de sanções civis, administrativas, bem como na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal, conforme transcrição abaixo:

"Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que nele deveria constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante. Pena: reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos e multa, se o documento é público e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, se o documento é particular."

Santa Teresa/ES, ___ de _____de 20___.

_____
Assinatura do(a) servidor(a)

ANEXO III DA PORTARIA/SMAR/SUB.RH Nº 055/2025

DECLARAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS

Declaro estar ciente dos Direitos e Obrigações na forma de legislação vigente.

Em cumprimento ao disposto no Artigo 19, § 5° da Lei Municipal n° 1.800/07 (estatuto dos Servidores Públicos do Município de Santa Teresa), declaro para os devidos fins de direito que:

( ) não possuo bens em meu nome.

( ) possuo bens

Especificar o bem / os bens que possui: _____
_____

POR SER verdade, firmo a presente declaração para que produza os efeitos legais, ciente de que a falsidade de seu conteúdo pode implicar na imputação de sanções civis, administrativas, bem como na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal, conforme transcrição abaixo:

"Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que nele deveria constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante. Pena: reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos e multa, se o documento é público e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, se o documento é particular."

Santa Teresa/ES, ___ de _____de 20___.

_____
Assinatura do(a) servidor(a)

ANEXO IV DA PORTARIA/SMAR/SUB.RH Nº 055/2025
FICHA DE CADASTRAMENTO DE SERVIDOR
Dados Pessoais
Nome Completo: _____
Data de Nascimento: _____/_____/_____
Gênero: ( ) Masculino ( ) Feminino
Endereço Residencial: _____
_____Nº_____

Bairro: ______________________________
Cidade:_______________________ UF:_________
Telefone: (__)_______________________ E-mail:
____
Estado Civil: ( ) Solteiro ( ) Casado ( ) Divorciado ( ) Separado ( ) Viúvo
Cor/Raça: ( ) Nenhuma ( ) Branca ( ) Parda ( ) Amarela ( ) Preta ( )Viúvo
Escolaridade:_________________________
Filiação: Pai:__________________________
Mãe: _________________________
Conta: Banco:____________ Ag: ________ Op: ( ) Salário ( ) Corrente ( ) Outra:_____________

Dependentes

Nome Completo: _________________________
Data de Nascimento: ____/____/______ Gênero: ( ) Masculino ( ) Feminino
CPF: ____________________ Vínculo: ( ) Cônjugue ( ) Fillho(a) ( ) Outros:____________
Se filho, está sob sua guarda? ( ) Sim ( ) Não
Imposto de Renda: ( ) Sim ( ) Não

Nome Completo: _________________________
Data de Nascimento: ____/____/______ Gênero: ( ) Masculino ( ) Feminino
CPF: ____________________ Vínculo: ( ) Cônjugue ( ) Fillho(a) ( ) Outros:____________
Se filho, está sob sua guarda? ( ) Sim ( ) Não
Imposto de Renda: ( ) Sim ( ) Não

Nome Completo: _________________________
Data de Nascimento: ____/____/______ Gênero: ( ) Masculino ( ) Feminino
CPF: ____________________ Vínculo: ( ) Cônjugue ( ) Fillho(a) ( ) Outros:____________
Se filho, está sob sua guarda? ( ) Sim ( ) Não
Imposto de Renda: ( ) Sim ( ) Não

Nome Completo: _________________________
Data de Nascimento: ____/____/______ Gênero: ( ) Masculino ( ) Feminino
CPF: ____________________ Vínculo: ( ) Cônjugue ( ) Fillho(a) ( ) Outros:____________
Se filho, está sob sua guarda? ( ) Sim ( ) Não
Imposto de Renda: ( ) Sim ( ) Não

Documentação Pessoal

RG.: nº ___________ UF:_____Órgão Emissor:_________ Data da Expedição: ___/___/_____
CPF: _________________________ Reservista (sexo masculino): _____________________
CTPS: nº ________________ Serie:________
UF:________ Data de Emissão: ___/___/_____
Título de Eleitor: ___________ Zona: _____ Seção: _____ Data da Expedição:___/___/_____
Carteira de Trabalho: nº_______________
Série:_________ Data de Emissão: ____/____/___
PIS/PASEP:__________________CNH: ____________ Categoria: ______ Emissão: ___/___/
Nº do Registro do Conselho: ___________
Emissão:___/___/___ Validade: ___/____/______

CONTINUAÇÃO DO ANEXO IV DA PORTARIA/ SMAR/SUB.RH Nº 055/2025

Dados Funcionais

Data de Admissão/Posse: ___/___/_____
Cargo:_________________________
Função:__________________________________
______________ Zona: ( ) Urbana ( ) Rural
Descrição sucinta das atividades desenvolvidas:___
____
____
Vínculo: ( ) Efetivo ( ) Comissionado ( ) Contratado ( ) Celetista ( ) Estagiário/Bolsista
Secretaria:________________________
Setor:________________________
Endereço:______________________________
______________________Nº:_________
Bairro: _________________________ Cidade: ___________________________ UF.: _____
Telefone: ( ) ________________________ E-mail:
____
Carga Horária Semanal: ( ) 20 hrs ( ) 30 hrs. ( ) 40 hrs. ( ) Outros: ___________________
Horário de Expediente: Entrada: ___:___ Saída: ____:____
Intervalo de Almoço: Saída: ___:____ Retorno: ____:____
Turno: ( ) Diurno ( ) Noturno Escala: ( ) Sim ( ) Não Tipo:_______________________

TERMO DE RESPONSABILIDADE, CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Eu, ___________________________________, portador do CPF nº_____________________, lotado na ______________________________ afirmo que todas as informações acima são verdadeiras e me responsabilizo a atualizar os meus dados cadastrais, junto ao Setor de Recursos Humanos ou Setor de Medicina do Trabalho da Prefeitura Municipal de Santa Teresa, sempre que houver alterações tais como: estado civil e atualização de documentação pessoal, escolaridade, mudança de setor e afins. Sob pena incorrer nas sanções penais previstas no art. 299 do Decreto Lei nº 2.848 de 1940 (Código Penal Brasileiro).

Declaro ainda que estou ciente e concordo com as disposições contidas no Código de Ética do Servidor Público Municipal - Decreto Municipal nº 505/2021.

Santa Teresa - ES, _____ de ________________________ de 20____

____
Assinatura do Servidor

Observações:

Todas as informações preenchidas neste formulário deverão ser comprovadas mediante cópias dos documentos e os dados pessoais do(a) servidor(a) na Certidão de Casamento/Nascimento deverão conferir com os documentos pessoais.

Para comprovar o número do PIS/PASEP deverá ser apresentado o extrato previdenciário disponibilizado pelo Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal ou INSS.

- Dependentes

É obrigatório apresentação das cópias da certidão de nascimento e do CPF.

Para os dependentes de IRRF acima de 21 (vinte e um) anos, deverão ser apresentados documentos que comprovem o vínculo escolar, no caso de dependente estudante, ou qualquer documento que comprove a situação de dependente para fins de IRRF previsto em Lei.

Para os dependentes para fins de pagamento de Salário Família, deverá ser entregue a cópia da

carteira de vacinação das crianças de 0 (zero) a 07 (sete) anos e cópia de declaração de matricula e frequência escolar.

Protocolo 1512626

PORTARIA/SMAR/SUB.RH Nº 056/2025

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA O CARGO DE ENFERMEIRO DA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA EDITAL/SMAR/Nº 027/2022.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS, por meio do SETOR DE RECURSOS HUMANOS, do Município de Santa Teresa, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1.° Convocar os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado para o cargo de Enfermeiro da Estratégia de Saúde da Família Edital/SMAR/nº 027/2022, a comparecer no Setor de Recursos Humanos, localizado na Sede da Prefeitura Municipal, Rua Darly Nerty Vervloet, nº 446, 2º andar, Centro, Santa Teresa/ES **no dia 19 de março de 2025**, **pontualmente no horário disposto abaixo**, munidos OBRIGATORIAMENTE dos documentos, conforme lista constante nos Anexos desta Portaria, objetivando a contratação em regime de designação temporária.

ENFERMEIRO - ESF	
HORÁRIO: 13:00 HORAS	Vagas Disponibilizadas: 01 vaga
CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATOS
58º	Thais Fagundes
59º	Janete Dos Anjos
60º	Lúcia Soares Dos Santos
61º	Renato Rosa Dos Santos
62º	Daniéla Dos Santos Lima
63º	Pedro Alberto De Souza Brum
64º	Fatima Maria Campos Tavares Do Rego
65º	Cristiane Do Carmo Macedo Correa

Art. 2.º A convocação visa preencher 01 (uma) vaga para o cargo de Enfermeiro da Estratégia de Saúde da Família na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos do Município de Santa Teresa, Estado do Espírito Santo, em 14 de março de 2025.

FRANCIANE RIBEIRO MALAVASI
SUBSECRETÁRIA DE RECURSOS HUMANOS

Elaborada pela Comissão de Avaliação de Processo Seletivo Simplificado, nomeada pela Portaria/SEGOV/Nº 431/2024.

ANEXO I DA PORTARIA/SMAR/SUB.RH Nº 056/2025

No ato da contratação, o candidato aprovado e classificado no Processo Seletivo Simplificado, deverá apresentar cópia dos seguintes documentos:

- Número de conta (Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil ou Banestes)
- 01 (uma) Fotos 3x4
- Carteira de Identidade
- CPF do contratado
- PIS/PASEP
- Título de Eleitor e os últimos comprovantes de votação ou Declaração do Cartório Eleitoral
- Carteira de Trabalho (folha onde consta a foto e o verso)
- Comprovante de Residência
- Certificado de Reservista ou Atestado de desobrigado
- Carteira de Motorista (para o cargo de motorista)
- Certidão de nascimento ou casamento
- Carteira de vacinação - 2 vias (sendo uma a ser entregue no Setor de Medicina do Trabalho)
- Certidão dos filhos menores de 21 anos
- CPF dos dependentes
- Carteira de vacinação dos filhos até 07 anos
- Declaração de matrícula e frequência escolar dos filhos até 14 anos
- Diploma ou Histórico Escolar
- Inscrição no Conselho Regional de Classe (para cargos de nível superior e técnicos)
- Comprovante de Quitação com o Conselho de Classe
- Certificado na área específica
- Atestado de Bons Antecedentes (site: **www.sesp.es.gov.br**) e se a Carteira de Identidade for de outro Estado, é necessário procurar a Polícia Civil para solicitar o Atestado) ou/ no site **www.tjes.jus.br**
- Certidão Negativa de Débitos do Município de Santa Teresa (site: www.santateresa.es.gov.br)
- Número de telefone para contato

OBS: ***Caso a contratada altere seu nome na Certidão de Casamento, favor apresentar toda documentação atualizada***.

ANEXO II DA PORTARIA/SMAR/SUB.RH Nº 056/2025
DECLARAÇÃO DE NÃO ACUMULAÇÃO DE CARGOS

Declaro estar ciente dos Direitos e Obrigações na forma de legislação vigente.

Em cumprimento ao disposto no Artigo 37, incisos XVI e XVII, e na forma disposta no § 10 da Constituição Federal/88, declaro para os devidos fins de direito que:

( ) não exerço cargo, emprego ou função pública na União, nos Estados ou em outros Municípios, respectivas Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de economia Mista e Fundações mantidas pelo Poder Público.

( ) **NÃO** percebo proventos decorrentes de aposentadoria.
( ) percebo proventos decorrentes de aposentadoria, a partir de ___/_____/___

DECLARAÇÃO DE ACUMULAÇÃO DE CARGOS

Declaro ocupar cargo/função na Administração Pública:
(   ) Ativo   (   ) Inativo (aposentadoria)
Identificação do Empregador: ______________________________
Vínculo ____________________________ Natureza ____________________________
Local de Exercício ou prestação de serviço ____________________________
Carga horária ______________________________
Escala de Trabalho ________________________
Data de Posse/Contratação______________________

Especificar o(s) cargo(s) que ocupa: ______________________________
____

Especificar possíveis licenças/afastamentos________ ____________________
____

POR SER verdade, firmo a presente declaração para que produza os efeitos legais, ciente de que a falsidade de seu conteúdo pode implicar na imputação de sanções civis, administrativas, bem como na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal, conforme transcrição abaixo:

"Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que nele deveria constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante. Pena: reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos e multa, se o documento é público e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, se o documento é particular."

Santa Teresa/ES, ___ de _______________de 20___.

____
Assinatura do(a) servidor(a)

ANEXO III DA PORTARIA/SMAR/SUB.RH Nº 056/2025

DECLARAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS

Declaro estar ciente dos Direitos e Obrigações na forma de legislação vigente.

Em cumprimento ao disposto no Artigo 19, § 5° da Lei Municipal n° 1.800/07 (estatuto dos Servidores Públicos do Município de Santa Teresa), declaro para os devidos fins de direito que:

(   ) não possuo bens em meu nome.

(   ) possuo bens

Especificar o bem / os bens que possui: ____________________________
____

POR SER verdade, firmo a presente declaração para que produza os efeitos legais, ciente de que a falsidade de seu conteúdo pode implicar na imputação de sanções civis, administrativas, bem como na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal, conforme transcrição abaixo:

"Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que nele deveria constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante. Pena: reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos e multa, se o documento é público e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, se o documento é particular."

Santa Teresa/ES, ___ de _______________de 20___.

____
Assinatura do(a) servidor(a)

ANEXO IV DA PORTARIA/SMAR/SUB.RH Nº 056/2025
FICHA DE CADASTRAMENTO DE SERVIDOR
Dados Pessoais
Nome Completo: ______________________________
Data de Nascimento: ________/________/__________
Gênero: ( ) Masculino ( ) Feminino
Endereço Residencial: ____________________________ __________________________Nº___________
Bairro: ______________________________
Cidade:__________________________ UF:__________
Telefone: (__)__________________________ E-mail: ______________________________
Estado Civil: ( ) Solteiro ( ) Casado ( ) Divorciado ( ) Separado ( ) Viúvo
Cor/Raça: ( ) Nenhuma ( ) Branca ( ) Parda ( ) Amarela ( ) Preta ( )Viúvo
Escolaridade:____________________________
Filiação: Pai:______________________________
Mãe: ____________________________
Conta: Banco:_____________ Ag: ________ Op: ( ) Salário ( ) Corrente ( ) Outra:______________

Dependentes
Nome Completo: ______________________________
Data de Nascimento: _____/_____/_______ Gênero: ( ) Masculino ( ) Feminino
CPF: ______________________ Vínculo: ( ) Cônjugue ( ) Fillho(a) ( ) Outros:______________
Se filho, está sob sua guarda? ( ) Sim ( ) Não
Imposto de Renda: ( ) Sim ( ) Não

Nome Completo: ______________________________
Data de Nascimento: _____/_____/_______ Gênero: ( ) Masculino ( ) Feminino
CPF: ______________________ Vínculo: ( ) Cônjugue ( ) Fillho(a) ( ) Outros:______________
Se filho, está sob sua guarda? ( ) Sim ( ) Não
Imposto de Renda: ( ) Sim ( ) Não

Nome Completo: ______________________________
Data de Nascimento: _____/_____/_______ Gênero: ( ) Masculino ( ) Feminino
CPF: ______________________ Vínculo: ( ) Cônjugue ( ) Fillho(a) ( ) Outros:______________
Se filho, está sob sua guarda? ( ) Sim ( ) Não
Imposto de Renda: ( ) Sim ( ) Não

Nome Completo: ______________________________
Data de Nascimento: _____/_____/_______ Gênero: ( ) Masculino ( ) Feminino
CPF: ______________________ Vínculo: ( ) Cônjugue ( ) Fillho(a) ( ) Outros:______________
Se filho, está sob sua guarda? ( ) Sim ( ) Não

Imposto de Renda: ( ) Sim ( ) Não

Documentação Pessoal
RG.: nº _____ UF:_____Órgão Emissor:_____ Data da Expedição: ___/___/_____
CPF: _____ Reservista (sexo masculino): _____
CTPS: nº _____ Serie:_____ UF:_____ Data de Emissão: ___/___/_____
Título de Eleitor: _____ Zona: _____ Seção: _____ Data da Expedição:___/___/_____
Carteira de Trabalho: nº_____ Série:_____ Data de Emissão: _____/_____/___
PIS/PASEP: _____CNH: _____ Categoria: _____ Emissão: ___/___/
Nº do Registro do Conselho: _____ Emissão:___/___/___ Validade: ___/_____/_____

CONTINUAÇÃO DO ANEXO IV DA PORTARIA/ SMAR/SUB.RH Nº 056/2025

Dados Funcionais
Data de Admissão/Posse: ___/___/_____
Cargo:_____
Função:_____ _____ Zona: ( ) Urbana ( ) Rural
Descrição sucinta das atividades desenvolvidas:___ _____
Vínculo: ( ) Efetivo ( ) Comissionado ( ) Contratado ( ) Celetista ( ) Estagiário/Bolsista
Secretaria:_____
Setor:_____
Endereço:_____ _____Nº:_____
Bairro: _____ Cidade: _____ UF.: _____
Telefone: ( ) _____ E-mail: _____
Carga Horária Semanal: ( ) 20 hrs ( ) 30 hrs. ( ) 40 hrs. ( ) Outros: _____
Horário de Expediente: Entrada: ___:___ Saída: ____:____
Intervalo de Almoço: Saída: ___:____ Retorno: ____:____
Turno: ( ) Diurno ( ) Noturno Escala: ( ) Sim ( ) Não Tipo:_____

TERMO DE RESPONSABILIDADE, CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA
Eu, _____ _____, portador do CPF nº_____, lotado na _____ _____ afirmo que todas as informações acima são verdadeiras e me responsabilizo a atualizar os meus dados cadastrais, junto ao Setor de Recursos Humanos ou Setor de Medicina do Trabalho da Prefeitura Municipal de Santa Teresa, sempre que houver alterações tais como: estado civil e atualização de documentação pessoal, escolaridade, mudança de setor e afins. Sob pena incorrer nas sanções penais previstas no art. 299 do Decreto Lei nº 2.848 de 1940 (Código Penal Brasileiro).
Declaro ainda que estou ciente e concordo com as disposições contidas no Código de Ética do Servidor Público Municipal - Decreto Municipal nº 505/2021.

Santa Teresa - ES, _____ de _____ de 20____

_____
Assinatura do Servidor

Observações:
Todas as informações preenchidas neste formulário deverão ser comprovadas mediante cópias dos documentos e os dados pessoais do(a) servidor(a) na Certidão de Casamento/Nascimento deverão conferir com os documentos pessoais.
Para comprovar o número do PIS/PASEP deverá ser apresentado o extrato previdenciário disponibilizado pelo Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal ou INSS.
• Dependentes
É obrigatório apresentação das cópias da certidão de nascimento e do CPF.
Para os dependentes de IRRF acima de 21 (vinte e um) anos, deverão ser apresentados documentos que comprovem o vínculo escolar, no caso de dependente estudante, ou qualquer documento que comprove a situação de dependente para fins de IRRF previsto em Lei.
Para os dependentes para fins de pagamento de Salário Família, deverá ser entregue a cópia da carteira de vacinação das crianças de 0 (zero) a 07 (sete) anos e cópia de declaração de matricula e frequência escolar.

Protocolo 1512646

PORTARIA/SEGOV/Nº 131/2025

PRORROGA O PRAZO DA PORTARIA/SEGOV/ Nº 441/2024, QUE INSTAUROU PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E NOMEOU A COMISSÃO ENCARREGADA DA APURAÇÃO DOS FATOS CONTIDOS NOS PROCESSOS Nº 10.229/2024 E 10.457/2024.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA TERESA**, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no artigo 177, 179 e 180 da Lei Municipal nº 1.800/2007 - Estatuto dos Servidores Municipais de Santa Teresa-ES, e

Considerando a solicitação da Comissão nomeada pela Portaria/SEGOV/nº 441/2024, contida no processo nº 10.229/2024;

RESOLVE:

Art. 1.° Prorrogar o prazo constante no Artigo 3.º da Portaria/SEGOV/nº 441/2024, que instaurou Processo Administrativo Disciplinar, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades contidas nos Processos nº 10.229/2024 e 10.457/2024, por mais 30 (trinta) dias, a partir de seu vencimento.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Teresa, Estado do Espírito Santo, em 14 de março de 2025.

KLEBER MEDICI DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Protocolo 1512920

Contrato

RESUMO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 203/2025

CONTRATANTE: O Município de Santa Teresa/ES.
CONTRATADO/A: GABRIELLA RODRIGUES FERREIRA.
OBJETO: Prestação de serviços em regime de Designação Temporária, na função de PROFESSOR MAPB III, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 25 (vinte e cinco) horas semanais.
VIGÊNCIA: O presente Contrato terá início a partir do dia 31 de janeiro de 2025 e término em 23 de dezembro de 2025, podendo ser prorrogado a critério da Administração, até o limite da vigência do certame.
REMUNERAÇÃO: Receberá a importância mensal de R$ 2.349,80 (dois mil, trezentos e quarenta e nove reais e oitenta centavos) deduzidos os encargos sociais. A remuneração dos cargos obedece ao disposto no Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Município de Santa Teresa e ao Artigo 7º da Constituição Federal, não sendo menor que o salário mínimo Nacional.
PROCESSO Nº: 189/2025.
Santa Teresa, 20 de janeiro de 2025.
KLEBER MEDICI DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Protocolo 1512953

RESUMO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 021/2025

CONTRATANTE: O Município de Santa Teresa/ES.
CONTRATADO/A: ANA FLAVIA THEBALDI CALOTT BORGES.
OBJETO: Prestação de serviços em regime de Designação Temporária, na função de PROFESSOR MAPB III, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 38 (trinta e oito) horas semanais.
VIGÊNCIA: O presente Contrato terá início a partir do dia 31 de janeiro de 2025 e término em 23 de dezembro de 2025, podendo ser prorrogado a critério da Administração, até o limite da vigência do certame.
REMUNERAÇÃO: Receberá a importância mensal de R$ 3.571,62 (três mil, quinhentos e setenta e um reais e sessenta e dois centavos) deduzidos os encargos sociais. A remuneração dos cargos obedece ao disposto no Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Município de Santa Teresa e ao Artigo 7º da Constituição Federal, não sendo menor que o salário mínimo Nacional.
PROCESSO Nº: 189/2025.
Santa Teresa, 15 de janeiro de 2025.
KLEBER MEDICI DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Protocolo 1512958

RESUMO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 024/2025

CONTRATANTE: O Município de Santa Teresa/ES.
CONTRATADO/A: MARIANA GASPERAZZO.
OBJETO: Prestação de serviços em regime de Designação Temporária, na função de PROFESSOR MAPB III, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 34 (trinta e quatro) horas semanais.
VIGÊNCIA: O presente Contrato terá início a partir do dia 31 de janeiro de 2025 e término em 23 de dezembro de 2025, podendo ser prorrogado a critério da Administração, até o limite da vigência do certame.
REMUNERAÇÃO: Receberá a importância mensal de R$ 3.195,73 (três mil, cento e noventa e cinco reais e setenta e três centavos) deduzidos os encargos sociais. A remuneração dos cargos obedece ao disposto no Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Município de Santa Teresa e ao Artigo 7º da Constituição Federal, não sendo menor que o salário mínimo Nacional.
PROCESSO Nº: 189/2025.
Santa Teresa, 15 de janeiro de 2025.
KLEBER MEDICI DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Protocolo 1512967

RESUMO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 026/2025

CONTRATANTE: O Município de Santa Teresa/ES.
CONTRATADO/A: LUDIMAR ANTONIO BROSEGHINI.
OBJETO: Prestação de serviços em regime de Designação Temporária, na função de PROFESSOR MAPB III, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 25 (vinte e cinco) horas semanais.
VIGÊNCIA: O presente Contrato terá início a partir do dia 31 de janeiro de 2025 e término em 23 de dezembro de 2025, podendo ser prorrogado a critério da Administração, até o limite da vigência do certame.
REMUNERAÇÃO: Receberá a importância mensal de R$ 2.349,80 (dois mil, trezentos e quarenta e nove reais e oitenta centavos) deduzidos os encargos sociais. A remuneração dos cargos obedece ao disposto no Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Município de Santa Teresa e ao Artigo 7º da Constituição Federal, não sendo menor que o salário mínimo Nacional.
PROCESSO Nº: 189/2025.
Santa Teresa, 15 de janeiro de 2025.
KLEBER MEDICI DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Protocolo 1512976

RESUMO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 028/2025

CONTRATANTE: O Município de Santa Teresa/ES.
CONTRATADO/A: JACIANIA BOLSONI.
OBJETO: Prestação de serviços em regime de Designação Temporária, na função de PROFESSOR MAPB III, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais.
VIGÊNCIA: O presente Contrato terá início a partir do dia 31 de janeiro de 2025 e término em 23 de dezembro de 2025, podendo ser prorrogado a critério da Administração, até o limite da vigência do certame.
REMUNERAÇÃO: Receberá a importância mensal de R$ 2.819,76 (dois mil, oitocentos e dezenove reais e setenta e seis centavos) deduzidos os encargos sociais. A remuneração dos cargos obedece ao disposto no Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Município de Santa Teresa e ao Artigo 7º da Constituição Federal, não sendo menor que o salário mínimo Nacional.

PROCESSO Nº: 189/2025.
Santa Teresa, 15 de janeiro de 2025.
KLEBER MEDICI DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL
Protocolo 1512982

RESUMO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 029/2025
CONTRATANTE: O Município de Santa Teresa/ES.
CONTRATADO/A: WILLIAN DAS NEVES FERNANDES.
OBJETO: Prestação de serviços em regime de Designação Temporária, na função de PROFESSOR MAPA II, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 27 (vinte e sete) horas semanais.
VIGÊNCIA: O presente Contrato terá início a partir do dia 31 de janeiro de 2025 e término em 23 de dezembro de 2025, podendo ser prorrogado a critério da Administração, até o limite da vigência do certame.
REMUNERAÇÃO: Receberá a importância mensal de R$ 2.463,86 (dois mil, quatrocentos e sessenta e três e oitenta e seis centavos) deduzidos os encargos sociais. A remuneração dos cargos obedece ao disposto no Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Município de Santa Teresa e ao Artigo 7º da Constituição Federal, não sendo menor que o salário mínimo Nacional.
PROCESSO Nº: 189/2025.
Santa Teresa, 15 de janeiro de 2025.
KLEBER MEDICI DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL
Protocolo 1512986

RESUMO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 033/2025
CONTRATANTE: O Município de Santa Teresa/ES.
CONTRATADO/A: GLAUCIA MALAVASI MATTEDI.
OBJETO: Prestação de serviços em regime de Designação Temporária, na função de PROFESSOR MAPA III, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 25 (vinte e cinco) horas semanais.
VIGÊNCIA: O presente Contrato terá início a partir do dia 31 de janeiro de 2025 e término em 23 de dezembro de 2025, podendo ser prorrogado a critério da Administração, até o limite da vigência do certame.
REMUNERAÇÃO: Receberá a importância mensal de R$ 2.349,80 (dois mil, trezentos e quarenta e nove reais e oitenta centavos) deduzidos os encargos sociais. A remuneração dos cargos obedece ao disposto no Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Município de Santa Teresa e ao Artigo 7º da Constituição Federal, não sendo menor que o salário mínimo Nacional.
PROCESSO Nº: 189/2025.
Santa Teresa, 15 de janeiro de 2025.
KLEBER MEDICI DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL
Protocolo 1512993

RESUMO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 041/2025
CONTRATANTE: O Município de Santa Teresa/ES.
CONTRATADO/A: MIKAELA SILVA ROCHA.
OBJETO: Prestação de serviços em regime de Designação Temporária, na função de PROFESSOR MAPA III, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 25 (vinte e cinco) horas semanais.
VIGÊNCIA: O presente Contrato terá início a partir do dia 31 de janeiro de 2025 e término em 23 de dezembro de 2025, podendo ser prorrogado a critério da Administração, até o limite da vigência do certame.
REMUNERAÇÃO: Receberá a importância mensal de R$ 2.349,80 (dois mil, trezentos e quarenta e nove reais e oitenta centavos) deduzidos os encargos sociais. A remuneração dos cargos obedece ao disposto no Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Município de Santa Teresa e ao Artigo 7º da Constituição Federal, não sendo menor que o salário mínimo Nacional.
PROCESSO Nº: 189/2025.
Santa Teresa, 15 de janeiro de 2025.
KLEBER MEDICI DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL
Protocolo 1513000

RESUMO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 055/2025
CONTRATANTE: O Município de Santa Teresa/ES.
CONTRATADO/A: ETILA HOFFMANN SCHAEFFER.
OBJETO: Prestação de serviços em regime de Designação Temporária, na função de PROFESSOR MAPA III, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 25 (vinte e cinco) horas semanais.
VIGÊNCIA: O presente Contrato terá início a partir do dia 31 de janeiro de 2025 e término em 23 de dezembro de 2025, podendo ser prorrogado a critério da Administração, até o limite da vigência do certame.
REMUNERAÇÃO: Receberá a importância mensal de R$ 2.349,80 (dois mil, trezentos e quarenta e nove reais e oitenta centavos) deduzidos os encargos sociais. A remuneração dos cargos obedece ao disposto no Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Município de Santa Teresa e ao Artigo 7º da Constituição Federal, não sendo menor que o salário mínimo Nacional.
PROCESSO Nº: 189/2025.
Santa Teresa, 15 de janeiro de 2025.
KLEBER MEDICI DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL
Protocolo 1513002

RESUMO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 058/2025
CONTRATANTE: O Município de Santa Teresa/ES.
CONTRATADO/A: LIDIANE ZOTELLE BOSA.
OBJETO: Prestação de serviços em regime de Designação Temporária, na função de PROFESSOR MAPA III, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 25 (vinte e cinco) horas semanais.
VIGÊNCIA: O presente Contrato terá início a partir do dia 31 de janeiro de 2025 e término em 23 de dezembro de 2025, podendo ser prorrogado a critério da Administração, até o limite da vigência do certame.
REMUNERAÇÃO: Receberá a importância mensal de R$ 2.349,80 (dois mil, trezentos e quarenta e nove reais e oitenta centavos) deduzidos os encargos sociais. A remuneração dos cargos obedece ao disposto no Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Município de Santa Teresa e ao Artigo 7º da Constituição Federal, não sendo menor que o salário mínimo Nacional.

PROCESSO Nº: 189/2025.
Santa Teresa, 15 de janeiro de 2025.
KLEBER MEDICI DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL
Protocolo 1513006

RESUMO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 077/2025
CONTRATANTE: O Município de Santa Teresa/ES.
CONTRATADO/A: QUITERIA APARECIDA DALMONECH.
OBJETO: Prestação de serviços em regime de Designação Temporária, na função de PROFESSOR MAPA III, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 25 (vinte e cinco) horas semanais.
VIGÊNCIA: O presente Contrato terá início a partir do dia 31 de janeiro de 2025 e término em 23 de dezembro de 2025, podendo ser prorrogado a critério da Administração, até o limite da vigência do certame.
REMUNERAÇÃO: Receberá a importância mensal de R$ 2.349,80 (dois mil, trezentos e quarenta e nove reais e oitenta centavos) deduzidos os encargos sociais. A remuneração dos cargos obedece ao disposto no Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Município de Santa Teresa e ao Artigo 7º da Constituição Federal, não sendo menor que o salário mínimo Nacional.
PROCESSO Nº: 189/2025.
Santa Teresa, 15 de janeiro de 2025.
KLEBER MEDICI DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL
Protocolo 1513016

Santa Maria de Jetibá

Decreto

DECRETO Nº 038/2025

PRORROGA LICENÇA PARA TRATO DE INTERESSES PARTICULARES, CONCEDIDA AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL HUMBERTO RAFAEL WAIANDT.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e,

- considerando que o servidor Humberto Rafael Waiandt está afastado para tratar de interesses particulares por meio do Decreto nº 1217/2021, pelo período de 01/09/2021 a 28/02/2022, e Decreto n° 127/2022, pelo período de 01/03/2022 a 28/02/2025;

- considerando o requerimento formulado pelo servidor, por meio do processo nº 11283/2024, apensado ao de nº 7956/2021, solicitando a prorrogação da Licença por mais 04 (quatro) anos para tratar de interesses particulares;

- considerando que o pedido de prorrogação de Licença para Trato de Interesses Particulares pelo prazo de até 08 (oito) anos consecutivos, sem remuneração, tem amparo legal com base no Art. 134 § 6º da Lei Complementar Municipal nº 2802/2024 (Estatuto dos Servidores Públicos);

- considerando o parecer favorável da Secretária de Educação;

- considerando o parecer da Secretaria Jurídica;

- considerando o deferimento pelo Chefe do Poder Executivo;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inc. IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica Prorrogada a **Licença para Trato de Interesses Particulares**, sem remuneração, ao Servidor Público Municipal **HUMBERTO RAFAEL WAIANDT**, Matrícula: 52.441, Cargo Efetivo de **Professor PB Ciências**, pelo período de **01/03/2025 a 28/02/2029.**

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração fará as anotações de controle na Ficha Funcional do Servidor.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroagidos a 01/03/2025.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá-ES, 06 de março de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal
Protocolo 1512062

DECRETO Nº 039/2025

INSTITUI O GRUPO GESTOR LOCAL DO PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DO ACESSO E PERMANÊNCIA NA ESCOLA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA BENEFICIÁRIAS DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - PROGRAMA BPC NA ESCOLA.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e,

- considerando a Portaria Interministerial n°18, de 24 de abril de 2007 instituiuo Programa de Acompanhamento e Monitoramento do Acesso e Permanência na Escola das Pessoas com Deficiência Beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social- Programa BPC na Escola;

- considerando que o Programa BPC na Escola tem como objetivo garantir o acesso e a permanência na escola de crianças e adolescentes com deficiência que recebem o Benefício de Prestação Continuada - BPC;

- considerando que alguns representantes do Grupo Gestor Local do BPC na Escola não pertencem mais aos respectivos setores fazendo necessário a substituição dos mesmo;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inc. VI da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica instituído o Grupo Gestor Local do Programa de Acompanhamento e Monitoramento do Acesso e Permanência na Escola de Pessoas com Deficiência Beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social - Programa BPC na Escola, composto pelos gestores (representantes) das políticas da Assistência Social, Educação e Saúde.

Parágrafo único - O coordenador do Grupo Gestor Local será o Gestor (representante) da Política de Assistência Social.

Art. 2º. Compete ao Grupo Gestor Local:

I. Gerir e coordenar o Programa BPC na Escola no Município;
II. Designar o Coordenador da Equipe Técnica responsável pela aplicação do Questionário e garantir o apoio necessário para o funcionamento desta equipe;
III. Informar ao Governo Federal, por meio eletrônico, sobre os dados resultantes da aplicação do Questionário;

IV. Informar ao Governo Federal a relação dos beneficiários do BPC que não foram localizados para aplicação do Questionário, com devidas justificativas;
V. Registrar e informar ao Governo Federal, por meio eletrônico, o acompanhamento das ações desenvolvidas dos serviços socioassistenciais oferecidos aos beneficiários do BPC e suas respectivas famílias pelos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS e Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS, e na ausência destes, pela Secretaria de Assistência Social referentes ao Programa BPC na Escola;
VI. Instituir equipe multiprofissional das áreas de Educação, Assistência Social, Saúde para o desenvolvimento das ações relacionadas ao PROGRAMA BPC NA ESCOLA em consonância com o disposto na Portaria Interministerial nº 18/2017.

Art. 3º. O Grupo Gestor Local passa a ser composto pelos seguintes membros:

I - Representante da Secretaria de Trabalho, Desenvolvimento e Assistência Social
Membro Titular: Julyanna Demoner Knaak
Membro Suplente: Micaele Christina Armani

II - Representante da Secretaria de Educação
Membro Titular: Fabricio Ferreira Almeida
Membro Suplente: Evellen Cazarotto Mateus

III - Representante do Centro de Referência de Educação Inclusiva-CREI
Membro Titular: Luana Berger
Membro Suplente: Vanize Espíndula

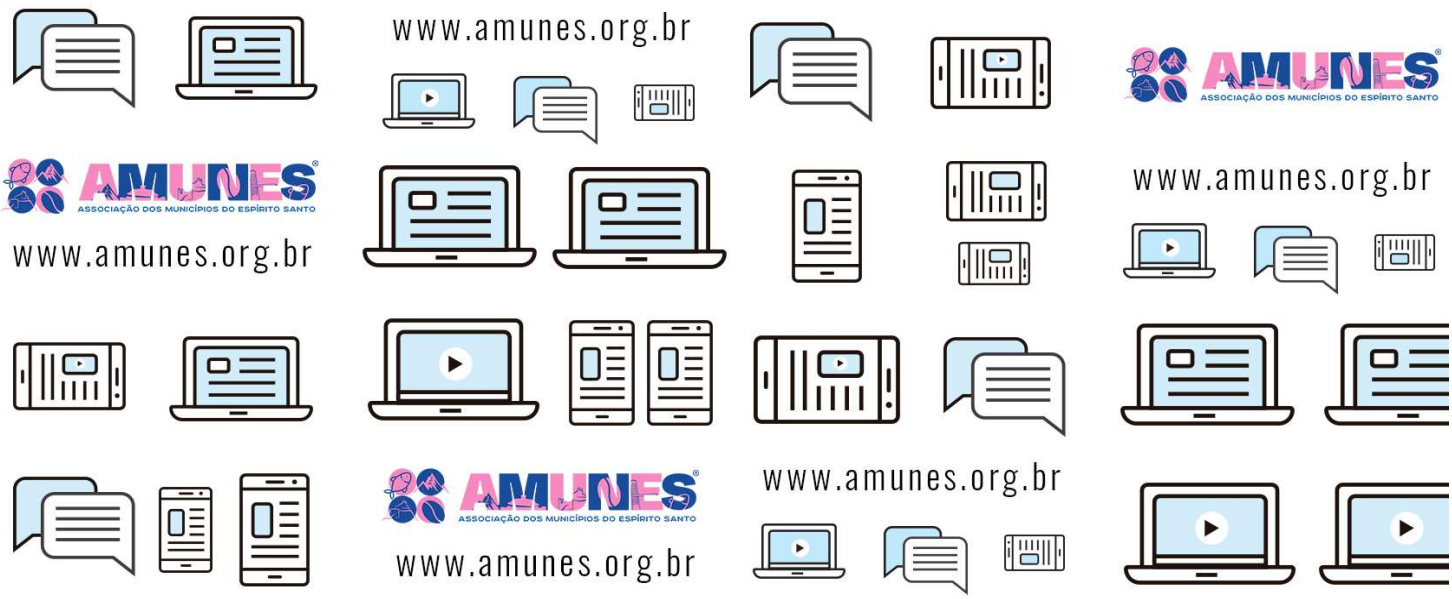
IV- Representante da Secretária de Saúde
Membro Titular: Gabriela Sperandio Cott Loss
Membro Suplente: Edinete Paula Boecker Raach.

Art. 4º. A Coordenadora da Equipe Técnica responsável por acompanhar e orientar as ações do programa será a Assistente Social **MAYARA MARIA PALASSI SALES.**
Parágrafo único - A Equipe Técnica será coordenada pelo representante da Secretaria de Trabalho, Desenvolvimento e Assistência Social, cabendo-lhe a aplicação do questionário para a identificação de barreiras para o acesso e permanência nas escolas das pessoas com deficiência beneficiárias do BPC.
Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial os Decretos Municipais nº 490 de 2013, nº 391 de 2019 e o nº 281 de 2024.
Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá-ES, 06 de março de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal

Protocolo 1512069



MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ
CONSOLIDAÇÃO
ESPÍRITO SANTO
36.388.445/0001-38
DECRETO Nº 1/2025
DATA02/01/2025

Decreto 1/2025

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, no Estado do Espírito Santo, usando de atributos legais que lhe são conferidas através da Lei Nº 0002857/2024.

Fica suplementado no orçamento da despesa prevista para o exercício de 2025 a importância de R$ 6.603.107,42 (Seis Milhões, Seiscentos e Três Mil, Cento e Sete Reais, Quarenta e Dois Centavos), nas seguintes dotações:

SUPLEMENTAÇÕES

Ficha	Código	Descrição	Fonte	Valor
86	004001.2060800061.014 44905200000	CONSTRUÇÃO E INFRAESTRUTURA NO MEIO RURAL EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	270000000010	238.750,00
132	005001.1339200142.029 33909300000	PROMOÇÃO E FORTALECIMENTO CULTURAL E TURÍSTICO INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	271500000000	1.214,15
132	005001.1339200142.029 33909300000	PROMOÇÃO E FORTALECIMENTO CULTURAL E TURÍSTICO INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	271600000000	4.162,62
277	007001.1236100181.006 44905100000	CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DAS UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL OBRAS E INSTALAÇÕES	259900000000	2.548.079,01
295	007001.1236500181.007 44905100000	CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL OBRAS E INSTALAÇÕES	259900000000	794.514,22
267	007001.1236100162.023 44905200000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO ENSINO FUNDAMENTAL EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	256900000000	1.000,00
269	007001.1236100162.023 44909300000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO ENSINO FUNDAMENTAL INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	259900000000	113.526,11
343	008001.2781300121.005 44905100000	CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO OBRAS E INSTALAÇÕES	270100000010	1.645.959,34
343	008001.2781300121.005 44905100000	CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO OBRAS E INSTALAÇÕES	270100000011	311.204,28
442	012001.1812200272.045 33909300000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	250000000001	77.076,67
525	013001.1545100101.013 44905100000	PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM OBRAS E INSTALAÇÕES	270100000013	103.621,02
667	023002.0812200531.021 44905100000	CONSTRUIR, REFORMAR E AMPLIAR OBRAS E INSTALAÇÕES	270000000013	764.000,00
TOTAL:				**6.603.107,42**

Para a cobertura das suplementações relacionadas no artigo anterior, serão utilizados os seguintes recursos:

Superávit Financeiro: 6.603.107,42 - Seis Milhões, Seiscentos e Três Mil, Cento e Sete Reais, Quarenta e Dois Centavos.

Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ
CONSOLIDAÇÃO
ESPÍRITO SANTO
36.388.445/0001-38
DECRETO Nº 1/2025
DATA02/01/2025

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA

Prefeito(a)

FLAVIA LORIATO PAGANI

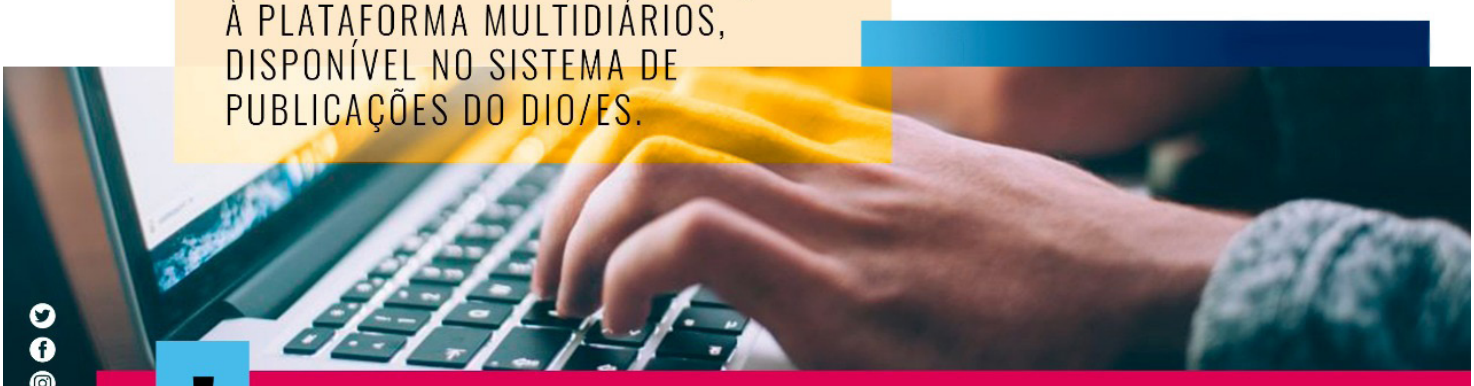
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E PROJETOS

Protocolo 1512536

GERÊNCIA DE COMUNICAÇÃO / DIO-ES

DIO/ES PASSA A PRODUZIR DIÁRIO OFICIAL DA AMUNES

A NOVIDADE FOI POSSÍVEL GRAÇAS À PLATAFORMA MULTIDIÁRIOS, DISPONÍVEL NO SISTEMA DE PUBLICAÇÕES DO DIO/ES.



A publicação no diário da AMUNES não substitui as exigências especiais de publicações estabelecidas por lei específica, como ocorre na **lei de licitações**, conforme **item 5 do prejulgado nº 13 do TCCES.**

MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ
CONSOLIDAÇÃO
ESPÍRITO SANTO
36.388.445/0001-38
DECRETO Nº 2/2025
DATA02/01/2025

SUPLEMENTAÇÕES

Ficha	Código	Descrição	Fonte	Valor
653	021001.0412200372.061 31900400000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	150000000001	25.605,34
39	015001.1030100431.017 44905100000	CONSTRUÇÃO, IMPLANTAÇÃO, REFORMA, ADEQUAÇÃO, AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE SAÚDE OBRAS E INSTALAÇÕES	162100000000	100.000,00
20	015001.1012200422.072 33903900000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	170100000012	200,00
20	015001.1012200422.072 33903900000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	162100000003	300,00
20	015001.1012200422.072 33903900000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	162100000002	300,00
20	015001.1012200422.072 33903900000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	162100000001	300,00
20	015001.1012200422.072 33903900000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	162100000000	1.000,00
20	015001.1012200422.072 33903900000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	160100009999	1.000,00
20	015001.1012200422.072 33903900000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	160100001111	1.000,00
20	015001.1012200422.072 33903900000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	160000009999	1.500,00
20	015001.1012200422.072 33903900000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	160000001111	1.500,00
23	015001.1012200422.072 33904700000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	150000150000	28.500,00
79	015001.1030100432.076 33903900000	MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS ATIVIDADES DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	150000150000	176.100,00
83	015001.1030100432.077 31900400000	MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS ATIVIDADES DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - ACS CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	150000150000	138.878,04
88	015001.1030100432.077 33900800000	MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS ATIVIDADES DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - ACS OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	150000150000	2.000,00
93	015001.1030100432.078 31900400000	MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE BUCAL CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	150000150000	4.430,58
127	015001.1030200442.079 33903000000	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE MATERIAL DE CONSUMO	150000150000	23.000,00
169	015001.1030400452.083 33903900000	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO SETOR DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	160000001345	2.379,00
179	015001.1030500462.084 33903900000	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO SETOR DE VIGILÂNCIA AMBIENTAL OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	160000001345	2.317,80
411	011001.0312200072.014 31900400000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	150000000001	19.088,64
41	003001.0412200022.003 33909200000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	150000000001	3.800,00
107	005001.1312200142.028 31909400000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	150000000001	8.618,82
112	005001.1312200142.028 33903000000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS MATERIAL DE CONSUMO	150000000001	847,82
132	005001.1339200142.029 33909300000	PROMOÇÃO E FORTALECIMENTO CULTURAL E TURÍSTICO INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	171500000000	3,64
132	005001.1339200142.029 33909300000	PROMOÇÃO E FORTALECIMENTO CULTURAL E TURÍSTICO INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	171600000000	12,49

MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ
CONSOLIDAÇÃO
ESPÍRITO SANTO
36.388.445/0001-38
DECRETO Nº 2/2025
DATA02/01/2025

SUPLEMENTAÇÕES

Ficha	Código	Descrição	Fonte	Valor
241	007001.1212200162.022 33903900000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	150000000001	2.500,00
243	007001.1212200162.022 33904100000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS CONTRIBUIÇÕES	150000250000	210,00
255	007001.1236100162.023 31909400000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO ENSINO FUNDAMENTAL INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	154000700000	8.902,94
255	007001.1236100162.023 31909400000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO ENSINO FUNDAMENTAL INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	154000300000	1.977,27
256	007001.1236100162.023 31909600000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO ENSINO FUNDAMENTAL RESSARCIMENTO DE DESP. DE PESSOAL REQUISITADO	154000700000	20.702,94
269	007001.1236100162.023 44909300000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO ENSINO FUNDAMENTAL INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	159900000000	932,59
281	007001.1236500162.026 31909400000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO ENSINO INFANTIL INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	154000300000	654,19
281	007001.1236500162.026 31909400000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO ENSINO INFANTIL INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	154000700000	2.729,39
284	007001.1236500162.026 33903000000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO ENSINO INFANTIL MATERIAL DE CONSUMO	150000250000	7.545,14
297	007001.1236500552.102 31900400000	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DESTINADAS À PRIMEIRA INFÂNCIA CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	154000300000	30.113,29
330	008001.2781200122.020 33903600000	PROMOÇÃO E APOIO ÀS PRÁTICAS ESPORTIVAS DE RECREAÇÃO E DE LAZER OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	150000000001	17.960,00
361	009001.0412900042.006 31909400000	ATUALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO NA ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	150000000001	20.986,86
375	010001.0412200332.053 31909400000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	150000000001	10.663,57
378	010001.0412200332.053 33900800000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	150000000001	95,00
385	010001.0412200332.053 33904700000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	150000000001	171,48

MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ
CONSOLIDAÇÃO
ESPÍRITO SANTO
36.388.445/0001-38
DECRETO Nº 2/2025
DATA02/01/2025

SUPLEMENTAÇÕES

Ficha	Código	Descrição	Fonte	Valor
398	010001.2612200342.055 33903900000	PAVIMENTAÇÃO, CONSERVAÇÃO E MELHORIA DE ESTRADA OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	150000000001	153.125,00
431	012001.1812200272.045 31909400000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	150000000001	358,04
524	013001.1545100101.013 33903900000	PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	150000000001	367.547,59
539	014001.0412100082.016 33903900000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	150000000001	144.899,70
582	016001.1512200382.062 31909400000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	150000000001	116.057,07
636	020001.2612200202.034 33903900000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADIMINISTRATIVAS OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	150000000001	1.003,57
672	023002.0812200532.093 31909400000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	166000009999	5.015,74
672	023002.0812200532.093 31909400000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	166100000000	5.000,00
705	023002.0824400542.094 33903000000	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA MATERIAL DE CONSUMO	150000000001	70.000,00
TOTAL:				**1.531.833,54**

Suplementação/Anulação Dotação: 1.531.833,54 - Um Milhão, Quinhentos e Trinta e Um Mil, Oitocentos e Trinta e Três Reais, Cinquenta e Quatro Centavos.

ANULAÇÕES

Ficha	Código	Descrição	Fonte	Valor
105	005001.1312200142.028 31901100000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	150000000001	8.618,82
114	005001.1312200142.028 33903600000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	150000000001	847,82
129	005001.1339200142.029 33903000000	PROMOÇÃO E FORTALECIMENTO CULTURAL E TURÍSTICO MATERIAL DE CONSUMO	150000000001	16,13
130	015001.1030200442.079 33903900000	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	150000150000	23.000,00
167	015001.1030400452.083 33903000000	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO SETOR DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA MATERIAL DE CONSUMO	160000001345	2.379,00
177	015001.1030500462.084 33903000000	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO SETOR DE VIGILÂNCIA AMBIENTAL MATERIAL DE CONSUMO	160000001345	2.317,80
20	015001.1012200422.072 33903900000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	150000150000	7.100,00
21	015001.1012200422.072 33904000000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	150000150000	28.500,00
237	007001.1212200162.022 33903000000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS MATERIAL DE CONSUMO	150000250000	210,00
241	007001.1212200162.022 33903900000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	150000250000	2.500,00
252	007001.1236100162.023 31901100000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO ENSINO FUNDAMENTAL VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	154000700000	20.702,94
253	007001.1236100162.023 31901300000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO ENSINO FUNDAMENTAL OBRIGAÇÕES PATRONAIS	154000300000	1.977,27
256	007001.1236100162.023 31909600000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO ENSINO FUNDAMENTAL RESSARCIMENTO DE DESP. DE PESSOAL REQUISITADO	154000700000	8.902,94
267	007001.1236100162.023 44905200000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO ENSINO FUNDAMENTAL EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	155000000000	932,59

MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ
CONSOLIDAÇÃO
ESPÍRITO SANTO
36.388.445/0001-38
DECRETO Nº 2/2025
DATA02/01/2025

ANULAÇÕES

Ficha	Código	Descrição	Fonte	Valor
279	007001.1236500162.026 31901100000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO ENSINO INFANTIL VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	154000300000	654,19
280	007001.1236500162.026 31901300000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO ENSINO INFANTIL OBRIGAÇÕES PATRONAIS	154000700000	2.729,39
284	007001.1236500162.026 33903000000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO ENSINO INFANTIL MATERIAL DE CONSUMO	155000000000	7.545,14
298	007001.1236500552.102 31901100000	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DESTINADAS À PRIMEIRA INFÂNCIA VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	154000300000	30.113,29
331	008001.2781200122.020 33903900000	PROMOÇÃO E APOIO ÀS PRÁTICAS ESPORTIVAS DE RECREAÇÃO E DE LAZER OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	150000000001	17.960,00
34	003001.0412200022.003 33903000000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS MATERIAL DE CONSUMO	150000000001	3.800,00
359	009001.0412900042.006 31901100000	ATUALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO NA ARRECADAÇÃO DE TRIBUTOS VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	150000000001	20.986,86
373	010001.0412200332.053 31901100000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	150000000001	10.663,57
379	010001.0412200332.053 33901400000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DIARIAS - PESSOAL CIVIL	150000000001	95,00
381	010001.0412200332.053 33903300000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	150000000001	171,48
39	015001.1030100431.017 44905100000	CONSTRUÇÃO, IMPLANTAÇÃO, REFORMA, ADEQUAÇÃO, AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE SAÚDE OBRAS E INSTALAÇÕES	150000150000	100.000,00
396	010001.2612200342.055 33903000000	PAVIMENTAÇÃO, CONSERVAÇÃO E MELHORIA DE ESTRADA MATERIAL DE CONSUMO	150000000001	153.125,00
412	011001.0312200072.014 31901100000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	150000000001	19.088,64
429	012001.1812200272.045 31901100000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	150000000001	358,04
524	013001.1545100101.013 33903900000	PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	170400000000	367.547,59
539	014001.0412100082.016 33903900000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	170400000000	144.899,70
580	016001.1512200382.062 31901100000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	150000000001	116.057,07
634	020001.2612200202.034 33903000000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADIMINISTRATIVAS MATERIAL DE CONSUMO	150000000001	1.003,57
654	021001.0412200372.061 31901100000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	150000000001	25.605,34
670	023002.0812200532.093 31901100000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	166000009999	15,74
672	023002.0812200532.093 31909400000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	150000000001	10.000,00
705	023002.0824400542.094 33903000000	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA MATERIAL DE CONSUMO	166100000000	70.000,00
76	015001.1030100432.076 33903000000	MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS ATIVIDADES DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA - ESF MATERIAL DE CONSUMO	150000150000	176.100,00
84	015001.1030100432.077 31901100000	MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS ATIVIDADES DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - ACS VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	150000150000	138.878,04
89	015001.1030100432.077 33903000000	MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS ATIVIDADES DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - ACS MATERIAL DE CONSUMO	150000150000	1.000,00

MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ
CONSOLIDAÇÃO
ESPÍRITO SANTO
36.388.445/0001-38
DECRETO Nº 2/2025
DATA02/01/2025

ANULAÇÕES

Ficha	Código	Descrição	Fonte	Valor
91	015001.1030100432.077 33903900000	MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS ATIVIDADES DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - ACS OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	150000150000	1.000,00

MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ
CONSOLIDAÇÃO
ESPÍRITO SANTO
36.388.445/0001-38
DECRETO Nº 2/2025
DATA02/01/2025

ANULAÇÕES

Ficha	Código	Descrição	Fonte	Valor
94	015001.1030100432.078 31901100000	MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE BUCAL VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	150000150000	4.430,58
TOTAL:				**1.531.833,54**

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito(a)

FLAVIA LORIATO PAGANI
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E PROJETOS

MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ
CONSOLIDAÇÃO
ESPÍRITO SANTO
36.388.445/0001-38
DECRETO Nº 3/2025
DATA02/01/2025

Decreto 3/2025

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, no Estado do Espírito Santo, usando de atributos legais que lhe são conferidas através da Lei Nº 0002857/2024.

Fica suplementado no orçamento da despesa prevista para o exercício de 2025 a importância de R$ 2.225.868,06 (Dois Milhões, Duzentos e Vinte e Cinco Mil, Oitocentos e Sessenta e Oito Reais, Seis Centavos), nas seguintes dotações:

SUPLEMENTAÇÕES

Ficha	Código	Descrição	Fonte	Valor
39	015001.1030100431.017 44905100000	CONSTRUÇÃO, IMPLANTAÇÃO, REFORMA, ADEQUAÇÃO, AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE SAÚDE OBRAS E INSTALAÇÕES	162100000000	550.000,00
117	015001.1030200442.079 31717000000	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS	150000150000	2.627,36
125	015001.1030200442.079 33717000000	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS	150000150000	9.149,12
133	015001.1030200442.079 33933900000	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA – CONSÓRCIO PÚBLICO DO QUAL O ENTE PARTICIPE	150000150000	1.000,00
179	015001.1030500462.084 33903900000	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DESENVOLVIDAS PELO SETOR DE VIGILÂNCIA AMBIENTAL OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	150000150000	5.300,00
414	011001.0312200072.014 31909100000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS SENTENÇAS JUDICIAIS	150000000001	50.000,00
295	007001.1236500181.007 44905100000	CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL OBRAS E INSTALAÇÕES	150000250000	174.300,04
274	007001.1236100172.025 44905200000	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	156900000000	869.029,50
325	008001.2781200122.020 33504100000	PROMOÇÃO E APOIO ÀS PRÁTICAS ESPORTIVAS DE RECREAÇÃO E DE LAZER CONTRIBUIÇÕES	150000000001	15.000,00
354	009001.0412200042.005 33903900000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	150000000001	20.448,00
458	012001.1854100281.012 44905100000	CONSTRUÇÕES AMBIENTAIS OBRAS E INSTALAÇÕES	150000000001	11.664,00
465	012001.1854200282.046 44905200000	MANUTENÇÕES E DESENVOLVIMENTOS AMBIENTAIS EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	150000000001	14.397,26
591	016001.1512200382.062 33903900000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	150000000001	118.052,78
615	016001.1545200392.065 33717000000	MANUTENÇÃO, COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS	150000000001	12.000,00
620	016001.1545200392.065 44905100000	MANUTENÇÃO, COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS OBRAS E INSTALAÇÕES	150000000001	275.600,00
621	016001.1545200392.065 44905200000	MANUTENÇÃO, COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	150000000001	77.300,00
636	020001.2612200202.034 33903900000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADIMINISTRATIVAS OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	150000000001	20.000,00
TOTAL:				**2.225.868,06**

MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ
CONSOLIDAÇÃO
ESPÍRITO SANTO
36.388.445/0001-38
DECRETO Nº 3/2025
DATA02/01/2025

Para a cobertura das suplementações relacionadas no artigo anterior, serão utilizados os seguintes recursos:

Suplementação/Anulação Dotação: 2.225.868,06 - Dois Milhões, Duzentos e Vinte e Cinco Mil, Oitocentos e Sessenta e Oito Reais, Seis Centavos.

ANULAÇÕES

Ficha	Código	Descrição	Fonte	Valor
130	015001.1030200442.079 33903900000	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	150000150000	12.776,48
272	007001.1236100172.025 33903900000	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	150000250000	869.029,50
277	007001.1236100181.006 44905100000	CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DAS UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL OBRAS E INSTALAÇÕES	156900000000	174.300,04
327	008001.2781200122.020 33903000000	PROMOÇÃO E APOIO ÀS PRÁTICAS ESPORTIVAS DE RECREAÇÃO E DE LAZER MATERIAL DE CONSUMO	150000000001	15.000,00
38	015001.1030100431.017 33903900000	CONSTRUÇÃO, IMPLANTAÇÃO, REFORMA, ADEQUAÇÃO, AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE SAÚDE OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	150000150000	550.000,00
426	011001.0312200072.014 33909100000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS SENTENCAS JUDICIAIS	150000000001	50.000,00
443	012001.1812200272.045 44905200000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	150000000001	10.000,00
456	012001.1854100281.012 33903000000	CONSTRUÇÕES AMBIENTAIS MATERIAL DE CONSUMO	150000000001	11.664,00
461	012001.1854200282.046 33903000000	MANUTENÇÕES E DESENVOLVIMENTOS AMBIENTAIS MATERIAL DE CONSUMO	150000000001	4.397,26
538	014001.0412100082.016 33903600000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	170500000000	20.448,00
618	016001.1545200392.065 33903900000	MANUTENÇÃO, COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	150000000001	482.952,78
641	020001.2612200202.034 44905200000	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADIMINISTRATIVAS EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	150000000001	20.000,00
66	015001.1030100432.075 33903900000	MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS ATIVIDADES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE - PAB OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA	150000150000	5.300,00
TOTAL:				**2.225.868,06**

Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito(a)

FLAVIA LORIATO PAGANI
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E PROJETOS

Edital

PROCESSO SELETIVO E CADASTRO DE RESERVA SIMPLIFICADO DOS CARGOS ADMINISTRATIVOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

EDITAL Nº 007/2025

O Município de Santa Maria de Jetibá/ES, por meio do Prefeito Municipal Senhor Ronan Zocoloto Souza Dutra no uso das atribuições que lhe são conferidas, com respaldo nas Legislações vigentes, torna público a realização do Processo Seletivo Simplificado Emergencial, conforme especifica o Art.37, inciso IX da Constituição Federal e Lei Municipal nº 1.738/2014 e Lei Complementar Municipal nº. 2802/2024, objetivando a seleção de candidatos para o exercício de função pública no âmbito da Secretaria de Educação, conforme **Anexo III**, com vistas à formação de cadastro de reserva para Contratação Temporária de pessoal cuja demanda de vagas não foram preenchidas por meio de Concurso Público, para substituições de licenças diversas, turmas não consolidadas e atendimento às necessidades de excepcional interesse público do município conforme estabelecido nas disposições deste edital e seus anexos.

1 - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O processo seletivo de que trata o presente edital tem a finalidade de seleção de candidatos para o exercício de função pública, com vistas à Contratação Temporária por Tempo Determinado, **com validade até 31 de dezembro de 2025**, conforme distribuição apresentada no **ANEXO III.**

1.2. O Processo Seletivo será realizado pelas seguintes Etapas: inscrições, classificação, chamada e contratação de profissionais nos termos deste Edital.

1.3. Será coordenado pela Comissão do Processo Seletivo, a qual foi nomeada por Portaria nº 578/2025, que supervisionará todas as etapas do Processo.

1.4. Os cronogramas das etapas de chamada e contratação do processo de seleção regulamentado por este Edital serão divulgados em Editais próprios, no quadro interno de avisos da Prefeitura e no site eletrônico do município de Santa Maria de Jetibá/ES **www.pmsmj.es.gov.br** e no endereço **https:// selecao.pmsmj.com.br**

1.5. É de responsabilidade do candidato acompanhar constantemente as publicações oficiais e os prazos referentes a este Processo Seletivo no site eletrônico do município de Santa Maria de Jetibá - **www.pmsmj.es.gov.br** e **no endereço https:// selecao.pmsmj.com.br.**

1.6. É condição essencial para se inscrever neste Processo Seletivo o conhecimento e aceitação das instruções e normas contidas neste Edital.

1.7. Ao se inscrever o candidato declara que conhece e concorda plena e integralmente com os termos deste Edital e legislação vigente.

1.8. A convocação para Contratação Temporária de Pessoal dar-se a pôr Edital de acordo com as necessidades do serviço, após homologação do resultado final publicado no quadro interno de avisos da Prefeitura e no site do município de Santa Maria de Jetibá/ES **www.pmsmj.es.gov.br** e no endereço **https://selecao.pmsmj.com.br**

1.9 A publicação deste novo Edital tem por objetivo suprir cargos que foram classificados, reclassificados e encerrados no Edital nº 084/2024, os que ainda não foram encerrados continuarão sendo convocados para escolha de vagas por meio de edital próprio, disponível no site da Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá/ES (www.pmsmj.es.gov.br) e na plataforma **https:// selecao.pmsmj.com.br.**

2 - DOS CARGOS, DA REMUNERAÇÃO, DA JORNADA DE TRABALHO E PRÉ-REQUISITOS

2.1. O Processo Seletivo Simplificado de que trata o presente Edital tem a finalidade de preencher as vagas e Cadastro de Reserva nas funções discriminadas no **ANEXO III** de profissionais com vistas à Contratação Temporária por Tempo Determinado.

2.2. A relação dos cargos, requisitos e carga horária objetos deste processo seletivo simplificado são distribuídos em atendimento às necessidades da Rede Municipal de Ensino e da Secretaria de Educação conforme descrito no **ANEXO III** deste Edital.

2.3. Para efeito de remuneração para os cargos será observado o disposto no Plano de Cargos e Salários dos servidores da Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá/ ES, conforme quadro abaixo:

TABELA SALARIAL DE CARGOS - CARGA HORÁRIA SEMANAL			
CARGO	GRUPO OCUPACIONAL	REMUNERAÇÃO TABELA EM VIGOR	QUALIFICAÇÃO
Auxiliar de Biblioteca	Apoio Técnico Administrativo (40 horas)	R$ 1.984,86	Ensino Médio
Auxiliar de Creche	Apoio Técnico Administrativo (40 horas)	R$ 2.442,90	Ensino Médio
Auxiliar de Educação Especial	Apoio Técnico Administrativo (25 horas)	R$1.526,81	Ensino Médio
Auxiliar de Educação Especial	Apoio Técnico Administrativo (40 horas)	R$2.442,90	Ensino Médio
Secretário Escolar	Apoio Técnico Administrativo (40 horas)	R$2.262,74	Ensino Médio
Merendeira	Serviços de Manutenção (40 horas)	R$1.526,81	Ensino Fundamental Incompleto
Monitor de Transporte Escolar	Transporte (40 horas)	R$1.526,81	Ensino Fundamental Completo
Nutricionista	Nível Superior (20 horas)	R$ 4.013,67	Graduação de nível Ensino Superior em Nutrição e registro no Conselho da Classe
*Auxílio-alimentação = R$ 750,00 (Lei Municipal nº. 2.532/2022)			

2.4. A jornada de trabalho dos servidores objeto deste processo seletivo simplificado será de acordo com o disposto na Lei complementar nº 2625/2022,

Lei Municipal nº 1738/2014 e Lei Municipal Nº 2802/2024.
2.5. O candidato poderá ter o contrato cessado, caso ocorra ingresso de servidores efetivos por concurso público, retorno de servidores efetivos afastados por qualquer tipo de licença, por motivo de conveniência, oportunidade ou interesse da Secretaria de Educação, em razão de não atendimento da expectativa da Secretaria e outras situações que possam vir a ocorrer durante a vigência deste Processo Seletivo Simplificado, independentemente de manifestação prévia do servidor.

3 - DAS INSCRIÇÕES

3.1. As inscrições serão gratuitas e realizadas **EXCLUSIVAMENTE POR MEIO ELETRÔNICO (via Internet):** de **08h00min do dia 20 de março de 2025 até 23h:59 min do dia 24 de março de 2025**, considerando o Horário Oficial de Brasília/DF, no site eletrônico do município de Santa Maria de Jetibá/ES **www.pmsmj.es.gov.br e no endereço https://selecao.pmsmj.com.br.**
3.1.1. Todas as dúvidas com relação a realização da inscrição podem ser sanadas no próprio Link de Inscrição: campo "Dúvidas Frequentes" "Manual do Candidato" - https://selecao.pmsmj.com.br/duvidas
3.2. É de inteira e exclusiva responsabilidade do candidato a inserção de suas informações no sistema no ato de inscrição neste Processo Seletivo.
3.3. O candidato é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos

apresentados em qualquer fase deste Processo Seletivo. A falsidade de qualquer documento apresentado e a inverdade das informações nele contidos implicará imediata **ELIMINAÇÃO** do candidato que o tiver apresentado ou caso tenha sido selecionado.
3.4. O candidato que no momento da inscrição efetivada, constatar algum erro, poderá excluir a inscrição e fazê-la novamente, desde que seja no período estipulado para a inscrição.
3.5. É de responsabilidade do candidato a **impressão da Ficha de Inscrição** para apresentação no ato da chamada para escolha da vaga, conforme Item 8.7 e 8.8 deste Edital.
3.6. O Município de Santa Maria de Jetibá - ES e a Comissão do Processo Seletivo não se responsabilizarão por eventuais prejuízos causados pelo preenchimento incorreto dos dados de inscrição, nem pela inscrição NÃO efetivada por motivos de ordem técnica e falhas de comunicação ou congestionamento de linhas de comunicação que impossibilitem a transferência de dados ou impressão dos documentos.
3.7. O candidato poderá realizar somente **(01) UMA INSCRIÇÃO**, na qual deverá informar Nome Completo,
Data de Nascimento (dia/mês/ano), CPF, Carteira de Identidade, Endereço Residencial completo, telefone, e-mail, Grau de Escolaridade, conforme Item 2.3 deste Edital, os Títulos que possuem e que sejam passíveis de comprovação, cargo pleiteado e indicar quando for o caso, se é Pessoa com deficiência (PcD), negro/Pardo ou Indígena, marcar apenas uma opção.
3.8. O candidato, desde logo, manifesta pela livre, informada e inequívoca a concordância com o tratamento de seus dados pessoais para finalidade específica, em conformidade com a Lei Federal nº 13.709/2018 de 14 de agosto de 2318 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).
3.8.1. O candidato consente e concorda que o Município de Santa Maria de Jetibá tome decisões referentes ao tratamento de seus dados pessoais, bem como realize o tratamento de seus dados pessoais, envolvendo operações como as que se referem à coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração, observado o disposto na Lei Federal nº 13709/2018.
3.8.2. O Município de Santa Maria de Jetibá fica autorizado a tomar decisões referentes ao tratamento dos dados inseridos pelo candidato, com a intenção de obter a prestação dos serviços ofertados por este,a fim de interação entre o candidato e o Município de Santa Maria de Jetibá, desde que observados os requisitos e restrições da Lei Federal nº 13709/2018.
3.9. Não será aceito Inscrição por via postal, e-mail, telefone, nem fora dos padrões e prazos estabelecidos neste Edital.
3.10. SÃO REQUISISTOS PARA A INSCRIÇÃO:
I - ser brasileiro nato ou naturalizado;
II - ter na data da chamada para escolha de vagas a idade mínima de 18 (dezoito) anos completos;
III -possuir a ESCOLARIDADE E REQUISITOS MÍNIMOS EXIGIDOS pelo cargo pleiteado, conforme descrito no **ANEXO III** deste edital;
IV - não enquadrar-se nas vedações relativas à acumulação de cargo público, contidas nos incisos XVI, XVII e
§ 10 do Artigo 37 da Constituição Federal de 1988, alteradas pela Emenda Constitucional Nº 19/98;
V - enquadrar-se comprovadamente com a previsão do Decreto Federal Nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e suas alterações apresentando Laudo Médico para candidatos com deficiência, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), bem como provável causa da deficiência e sua correlação.
VI - enquadrar-se comprovadamente na previsão da Lei Municipal nº 2739/2023 de 22 de Setembro de 2023, no caso de negro e indígena.
3.11. DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA:
3.11.1. Os contratos respeitarão a proporção de **5 % (cinco por cento)** das vagas existentes durante a vigência deste processo para contratação de Pessoa com Deficiência (PcD) na forma do Decreto Federal nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999 e suas alterações, de acordo com a demanda por unidade.
3.11.2. Para a comprovação de atendimento à condição de Pessoa com Deficiência (PcD), o candidato, no ato de inscrição, deverá marcar a opção no link disponível e apresentar o **Laudo Médico** no ato da chamada para a escolha de vaga, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID-10), bem como à provável causa da deficiência e sua correlação com a previsão do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e suas alterações.
3.11.3. A inobservância do disposto nos Itens 3.11.1 e 3.11.2 acarretará a perda do direito à contratação na condição de Pessoa com Deficiência (PcD).
3.11.4. As pessoas com deficiência, após

escolha da vaga, deverão submeter-se a perícia médica realizada pelo profissional de Medicina do Trabalho vinculado ao Município de Santa Maria de Jetibá - ES, para verificação da compatibilidade da deficiência com o cargo pleiteado, em conformidade com o Decreto Federal nº 3.298, de 20/12/1999 regulamentado pela Lei Federal nº 7.853/89, observada a exigência de compatibilidade entre a deficiência e as atribuições do Cargo.

3.12. Dos Candidatos Negros e Candidatos Indígenas

3.12.1. O candidato negro ou indígena deverá no ato da inscrição, optar por concorrer as vagas reservadas preenchendo a auto declaração de que é indígena, ou preto ou pardo, conforme quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), constante no **Anexo VII** deste Edital.

3.12.2. As vagas destinadas a cada cargo/área de formação e das que vierem a surgir durante o prazo de validade do Processo Seletivo, 17% serão reservadas aos candidatos negros e 3% aos candidatos indígenas, conforme a Lei Municipal nº 2.739, de 22 de setembro de 2023.

3.12.3. A reserva de vagas será aplicada sempre que o número de vagas oferecidas no Processo Seletivo for igual ou superior a três.

3.12.4. Caso a aplicação do percentual de que trata o subitem 3.12.1 deste edital resulte em número fracionado, este será elevado até o primeiro número inteiro subsequente, em caso de fração igual ou maior que 0,5, ou diminuído para o número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5, nos termos do § 2º do Artigo 1º da Lei Municipal nº 2.739, de 22 de setembro de 2023.

3.12.5. A auto declaração terá validade somente para este Processo Seletivo.

3.12.6. Presumir-se-ão verdadeiras as informações prestadas pelo candidato no ato da inscrição, sem prejuízo da apuração das responsabilidades administrativa, civil e penal na hipótese de constatação de declaração falsa.

3.12.7. Detectada a falsidade da declaração apresentada, o candidato será eliminado do Processo Seletivo e, se houver sido contratado, ficará sujeito a rescisão do contrato após procedimento administrativo.

3.12.8. Na hipótese de não haver candidatos negros ou indígenas inscritos em número suficiente para que sejam ocupadas as vagas oferecidas, as vagas remanescentes serão revertidas para ampla concorrência e serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados, observada a ordem de classificação geral por cargo/área de formação.

3.12.9. O candidato negro ou indígena e as pessoas com deficiência no ato de inscrição, concomitantemente, deverá manifestar opção por uma delas.

4 - DAS ETAPAS DO PROCESSO SELETIVO

4.1. O processo seletivo será realizado em duas Etapas:

4.1.1. PRIMEIRA ETAPA: Inscrição e declaração de títulos, sendo de caráter classificatório, de acordo com os requisitos estabelecidos para cada cargo, dispostos nos **ANEXOS III** e demais regras deste Edital.

4.1.2. SEGUNDA ETAPA: Chamada para comprovação da escolaridade, titulação e demais informações declaradas no ato da inscrição, por meio de documentação original, apresentação da documentação exigida para a contratação e formalização do contrato.

4.1.3. A análise da documentação será realizada pelos membros da Comissão de Processo Seletivo, conforme Portaria nº578/2025.

4.1.4. A etapa de inscrição será totalmente eletrônica.

4.1.5. O candidato que convocado, não apresentar, no dia e horário designado, toda a documentação exigida, será **ELIMINADO** do processo seletivo.

4.2. A etapa de chamada e comprovação de títulos e apresentação da documentação será presencial através de convocação por meio de Edital publicado no **site eletrônico** do município de Santa Maria de Jetibá/ES **www.pmsmj.es.gov.br e no endereço https://selecao.pmsmj.com.br.**

4.3. DA COMPROVAÇÃO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL:

4.3.1. Considera-se experiência profissional toda atividade desenvolvida e comprovada **EXCLUSIVAMENTE NO CARGO PLEITEADO**.

4.3.2. Na contagem da experiência profissional serão considerados exercício profissional limitando-se a 40 (quarenta) meses, conforme **ANEXO II**.

4.3.3. É considerado o mês completo, a contagem do mês todo, ou seja, de 30 em 30 dias, até o dia **31/01/2025.**

4.3.4. A comprovação de experiência profissional para os cargos dar-se-á por meio de:

I - Em Órgão Público:

a) Documento original expedido pelo Poder Público, Federal, Estadual ou Municipal no âmbito da prestação da atividade, **em papel timbrado**, **com carimbo do órgão expedidor**, **datado e assinado pelo setor responsável**, especificando o período em dias compreendidos **EXCLUSIVAMENTE NO CARGO PLEITEADO**. **Os documentos gerados por via eletrônica deverão estar acompanhados com o respectivo mecanismo de autenticação**, especificando o período em dias compreendidos no **CARGO PLEITEADO**.

II- Em Empresa Privada:

a) Carteira de trabalho (páginas de identificação com foto, página dos dados pessoais e páginas dos registros dos contratos de trabalho). Em caso de contrato de trabalho em vigor (apresentar a página sem data de saída), respeitando o descrito no **ANEXO II**.

III - Autônomo ou Profissional Liberal:

Original ou cópia devidamente autenticada de contratos de prestação de serviços firmados e prestados.

4.3.5. Não será computado como experiência profissional de atuação em projetos, estágios, monitoria e/ou trabalho voluntário, bem como o **período de aposentadoria.**

4.3.6. É vedada a contagem cumulativa de tempo de serviço prestado concomitantemente no cargo pleiteado, quer sejam entre cargos públicos e serviço de natureza privada ou autônoma.

4.3.7. Sob hipótese alguma serão aceitas comprovação de exercício profissional fora dos padrões acima especificados.

4.4. Será computado o item declarado conforme inscrição do candidato e sua comprovação se dará por meio de apresentação de documentos originais no momento da chamada e da contratação.

4.5. Na hipótese da não apresentação e comprovação dos requisitos mínimos, como Documentos Pessoais e Graduação exigida para o cargo, como também do título e curso informado no

ato da Inscrição, e demais documentos exigidos para fins de contratação, o candidato será **ELIMINADO.**
4.6. Ao candidato será permitida **SOMENTE 1 (UMA) RECLASSIFICAÇÃO.**
4.7. Dos Critérios de Desempate:
4.7.1. Nos casos de empate na classificação, o desempate obedecerá à seguinte ordem de prioridade:
I - maior experiência profissional;
II - maior idade, considerando-se dia, mês e ano de nascimento.

5 - DIVULGAÇÃO DO RESULTADO
A listagem de classificação dos candidatos será disponibilizada no quadro interno de avisos da Prefeitura e no site eletrônico do município de Santa Maria de Jetibá/Es **www.pmsmj.es.gov.br e no endereço https://selecao.pmsmj.com.br** conforme cronograma constante no **ANEXO I.**

6 - DOS RECURSOS
6.1. O candidato poderá apresentar recurso na plataforma do sistema no site eletrônico do município de Santa Maria de Jetibá/ES **www.pmsmj.es.gov.br e no endereço https://selecao.pmsmj.com.br** no prazo de **01 (um) dia útil**, conforme cronograma constante no **ANEXO I**, das 00hmin até 23:59hmin.
6.2. O candidato deverá ser claro, coerente e objetivo em seu pleito. Recurso incoerente ou intempestivo, bem como aqueles cujo teor desrespeite a Comissão serão preliminarmente indeferidos.
6.3. Não será aceito recurso por via postal, e-mail, telefone, nem fora dos padrões e prazos estabelecidos neste Edital.
6.4. Somente serão apreciados os recursos interpostos **que atendam os requisitos do presente Edital e que sejam apresentados no prazo**, conforme cronograma constante no **ANEXO I**. Os recursos que não possuírem argumentação lógica e consistente que permitam sua adequada avaliação pela Comissão Geral serão preliminarmente indeferidos.
6.5. A Comissão constitui instância única para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais por via administrativa. Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão do resultado dos recursos.
6.6. Feita a análise de todos os recursos interpostos, será publicado o **RESULTADO FINAL GERAL** nos locais descritos no item 7.2 com as eventuais alterações.
7 - DA HOMOLOGAÇÃO

7.1. Após a classificação final dos candidatos, a Comissão do Processo Seletivo encaminhará oficialmente o resultado final geral deste Processo, com os relatórios de classificação dos candidatos, para apreciação e homologação pelo Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá/ES.
7.2. Depois de cumpridas as etapas de que trata o sub item anterior, o **RESULTADO FINAL GERAL** será publicado no endereço eletrônico **www.pmsmj.es.gov.br e no endereço https://selecao.pmsmj.com.br.**

8 - DA CHAMADA

8.1. A classificação neste processo seletivo não assegura ao candidato sua contratação, mas apenas a expectativa de ser contratado seguindo ordem de classificação, ficando a concretização deste ato condicionada ao excepcional interesse e a disponibilidade de vagas.
8.2. O número de candidatos convocados para esta etapa poderá ser superior ao das vagas disponíveis.
8.3. Na hipótese de as vagas disponíveis no momento da convocação serem ocupadas antes do final da lista de classificação divulgada no ato específico, a comissão encerrará a chamada e os candidatos permanecerão na classificação geral do Processo Seletivo sem perda de sua posição.
8.4. A convocação para contratação será para atendimento à excepcional necessidade da Rede Municipal de Ensino de Santa Maria de Jetibá/ES, no ano letivo de 2025.
8.5. A chamada inicial dos classificados para ocuparem as vagas será feita pela Secretaria de Educação, sob a coordenação da Comissão do Processo Seletivo, através de Edital publicado no site **www.pmsmj.es.gov.br** e no endereço **https://selecao.pmsmj.com.br.**
8.6. Os dias da escolha de vaga para atendimento à necessidade da Secretaria de Educação para o ano letivo de 2025, serão divulgadas em Edital próprio no site eletrônico da Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá/ES **www.pmsmj.es.gov.br** e **no endereço https:// selecao.pmsmj.com.br.**
8.7. Para fins de atendimento à chamada e para efetuação de escolha de vaga, o candidato deverá, **OBRIGATORIAMENTE**, apresentar a **ficha de inscrição impressa e documentação original** comprobatória ou cópia autenticada dos itens declarados no ato de inscrição e demais documentos exigidos para a contratação conforme item 9.1.
8.8. A desistência ou não comparecimento do candidato implicará na sua reclassificação automática, devendo o candidato ser reposicionado no final da listagem.
8.9. No caso de o candidato desistir da vaga oferecida, deverá assinar o TERMO DE DESISTÊNCIA.
8.10. No ato da chamada para escolha da vaga, a não comprovação dos requisitos exigidos pelo presente edital para a contratação ou a nao apresentação de todos os documentos exigidos, acarretará automaticamente na **ELIMINAÇÃO** do candidato.
8.11. Para fins de atendimento à chamada e para efetuação de escolha de vaga, o candidato deverá, OBRIGATORIAMENTE, apresentar a documentação comprobatória original dos itens declarados no ato de inscrição como também a **FICHA DE INSCRIÇÃO IMPRESSA** pelo candidato. Para comprovação de requisito de escolaridade gerados por via eletrônica deverão estar acompanhados com o respectivo mecanismo de autenticação. Nos casos de Auto declaração Étnico- racial (Anexo **VII**) e de Declaração de Pertencimento Étnico (**Anexo VIII**) apresentação **obrigatória**.
8.12. Para a comprovação da experiência profissional declarada serão considerados os aspectos previstos no ITEM 4.4 do presente Edital.
8.13. A veracidade dos documentos apresentados será averiguada a qualquer tempo, obedecendo ao previsto nos artigos 298, 299 e 304 constantes no Código Penal - Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, que trata dos crimes contra a fé pública e da falsidade documental.
8.14. Caso seja constatada fraude de qualquer natureza, o candidato será **DESCLASSIFICADO** do processo seletivo, independente de já estar contratado ou não, respondendo ainda pelo ato junto ao município de Santa Maria de Jetibá/ES.

8.15. Após a convocação inicial para atendimento ao exercício de 2025, terá continuidade o procedimento de chamada, em rigorosa ordem de classificação, para suprimento de vagas remanescentes por meio de Edital próprio no site eletrônico do Município de Santa Maria de Jetibá/ES **www.pmsmj.es.gov.br e no endereço https:// selecao.pmsmj.com.br.**
8.16. Para as vagas de cadastro de reserva do Cargo de Merendeira, excepcionalmente, serão distribuídas por polos, conforme **ANEXO IV**, de acordo com as necessidades da Secretaria de Educação.
8.17. Para fins das convocações para escolhas de vagas remanescentes e sequenciais será publicado Edital próprio no site eletrônico do Município de Santa Maria de Jetibá/ES **www.pmsmj.es.gov.br e no endereço https:// selecao.pmsmj.com.br**, ficando o Edital publicado no prazo mínimo de 36 (trinta e seis) horas.
8.18. O não comparecimento ou desistência do candidato, resultará na **reclassificação** do mesmo para o final da lista de classificação, sendo convocado o candidato classificado em ordem subsequente.
8.19. As chamadas para os candidatos negros, indígenas, obedecerá as regras e direcionamentos constantes na Lei Municipal nº 2739 de 22 de Setembro de 2023.
8.20. A Secretaria de Educação, responsável pela convocação de candidatos para firmar contrato administrativo, deverá seguir rigorosamente a ordem de classificação das listagens divulgadas, ficando o não cumprimento desta orientação sujeito às penalidades previstas em Lei.
8.21 Após a escolha da vaga para o cargo pleiteado mediante assinatura do candidato, se ocorrer a desistência da escolha da vaga, o candidato deverá, OBRIGATORIAMENTE, preencher e assinar o Formulário de Desistência ANEXO VI constante neste Edital e entregar no mesmo local onde efetuou a escolha da vaga.
8.22 O candidato que realizar escolha de vaga e desistir a qualquer momento, a partir do dia da escolha até o término do ano vigente, ficará impossibilitado durante 1(um) ano de realizar nova inscrição no Processo Seletivo de Cadastro de Reserva dos Profissionais do Magistério.
8.23 O apontamento apresentado no Item anterior está em consonância com o princípio da supremacia do interesse Público sobre o Privado, especialmente no que concerne a garantia do eficaz funcionamento da Rede Municipal.

9 - DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

9.1. No ato de convocação para escolha da vaga e para efeito de formalização do contrato, fica OBRIGATÓRIA a apresentação de cópia legível, acompanhado do original ou cópias autenticadas, dos seguintes documentos que deverão ser entregues juntamente com os demais documentos exigidos, em local e data a serem especificados no ato da convocação:
☐ Uma Foto 3x4 **recente**;
☐ Ficha de cadastro de funcionários devidamente preenchida (modelo fornecido pela Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá);
☐ Ficha de cadastro de Dados Bancários (modelo fornecido pela Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá) e **cópia do Cartão da Conta Bancária**, caso possuir, não sendo permitida **Conta Poupança**;
☐ Declaração de acúmulo legal ou não acumulação de cargos em funções públicas;
☐ Em casos de acumulação legal apresentar Termo de Posse e **Declaração do empregador informando Cargo**, **Carga Horária**, **turno e data de efetivo exercício**. Se for aposentado trazer: carta de concessão, decreto, portaria, resolução, ou outro documento em que conste, regime da aposentadoria, motivo e data de início;
☐ Declaração de Bens Móveis e Imóveis (modelo fornecido pela Prefeitura);
☐ Cópia do Comprovante de Residência;
☐ Certidão negativa de tributos municipais, emitida pelo Setor de Tributação do Município de Santa Maria de Jetibá; (site da prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá);
☐ Certidão Judicial Cível **(**site da Justiça Federal-SJES);
☐ Certidão Judicial Criminal **(**site da Justiça Federal-SJES);
☐ Certidão Judicial Eleitoral **(**site da Justiça Federal-SJES);
☐ **Justiça Estadual** (**1º** instância de natureza **cível** e **criminal**) - (site Justiça Estadual-TJES);
☐ **Justiça Estadual** (**2º** instância de natureza **cível** e **criminal**) - (site Justiça Estadual-TJES);
☐ Atestado de Antecedentes Criminais fornecido pela **Policia Civil (**site da Polícia Civi);
☐ Atestado de Antecedentes Criminais fornecido pelas **Policia Federal (**site da Polícia Federal);
☐ Cópia do Cadastro de Pessoa Física (CPF);
☐ Cópia da Carteira de Identidade - RG;
☐ **Extrato de inscrição** do PIS/PASP emitido pela Caixa Econômica Federal e/ou Banco do Brasil--(aplicativo "Caixa Trabalhador");
☐ Cópia do Diploma ou Certificado de conclusão do Curso correspondente à escolaridade exigida para o cargo;
☐ Cópia do Histórico correspondente à escolaridade exigida para o cargo;
☐ Residência na área afim, fornecido por Instituição de Ensino Oficial reconhecida pelo Ministério da Educação;
☐ Cópia do Certificado de Reservista ou documento equivalente - Lei nº 4.375 de 17/08/1964, se do sexo masculino;
☐ Cópia do Título de Eleitor;
☐ Cópia do Comprovante de ter votado na última eleição;
☐ Cópia da Certidão de Nascimento ou Certidão de Casamento, ou com as respectivas averbações (se separado judicialmente ou divorciado);
☐ Cópia da Carteira de Trabalho (Páginas: Foto e qualificação civil);
☐ Registro Profissional no Conselho Regional respectivo, para as profissões regulamentadas e sujeitas à fiscalização do exercício profissional;
☐ **Comprovante de quitação anual atualizado** do respectivo Conselho Regional;
☐ Cópia da Carteira Nacional de Habilitação - CNH para os Cargos em que o Edital assim o exigir;
☐ Para os cargos que exigirem a Carteira Nacional de Habilitação, apresentar Certidão de "Nada Consta" na CNH, emitida pelo DETRAN;
☐ Termo de Adesão e Compromisso ao Código de Ética Municipal (modelo fornecido pela Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá)
☐ Cópia completa da última Declaração de Imposto de Renda (IRRF), se for declarante;
☐ **Certidão de Nascimento** e **CPF** dos filhos menores de 21 anos de idade;
☐ Quem possui filhos menores de 14 anos apresentar:

☐ Caderneta de Vacinação (Página constando os dados da criança e as páginas c/ carimbos das vacinas);
☐ Para cada dependente maior de 07 anos, apresentar **comprovante de matrícula escolar e declaração de presença.**

9.2. O candidato classificado e que apresentar todos os documentos exigidos, deverá ainda submeter-se a exame médico para avaliação de sua capacidade física e mental para exercício do cargo, exame este de **caráter eliminatório** e que constitui condição e pré-requisito para que se concretize sua contratação, incluindo os exames e laudos médicos complementares que podem ser exigidos para a admissão e avaliação médica ocupacional, elaborados por Médico do Trabalho designado pela Administração Pública Municipal de Santa Maria de Jetibá/ES.

9.3. No dia e hora previamente agendados junto ao Setor de Medicina do Trabalho, o candidato deverá apresentar os seguintes exames:
a) Hemograma completo;
b) Grupo Sanguíneo e Fator RH;
c) Glicemia Jejum;
d) PSA (somente em caso de candidato do sexo masculino, com idade igual ou superior a 40 anos);

9.4. O Médico do Trabalho designado pela Administração Pública Municipal de Santa Maria de Jetibá/ES poderá exigir laudos médicos e exames complementares, mesmo que não previstos expressamente no presente edital.

9.5. Após ser submetido à avaliação médica, o candidato deverá apresentar o Atestado de Saúde Ocupacional junto à Gerência de Recursos Humanos, localizada na Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá, Rua Dalmácio Espíndula, nº. 115, Centro, Santa Maria de Jetibá, para fins de validar o contrato firmado.

9.6. O contrato temporário será firmado por prazo determinado de no máximo 12 (doze) meses.

9.7. Após a formalização da contratação o servidor que solicitar rescisão antecipada do contrato, deverá cumprir aviso prévio, conforme legislação vigente.

10 - DAS IRREGULARIDADES

10.1. Eventuais irregularidades constantes no processo de seleção e de contratação serão objeto de apuração da Secretaria de Educação do Município de Santa Maria de Jetibá - ES, e os infratores estarão sujeitos às penalidades previstas em Lei.

11 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

11.1. O ato de Contratação temporária para o exercício do cargo é de competência do Chefe do Poder Executivo Municipal, atendidas as disposições contidas na Legislação Municipal que regulamenta a matéria, bem como demais dispositivos legais e normas contidas neste Edital.

11.2. Por necessidade e conveniência da administração, o candidato poderá ser convocado a apresentar todos os documentos originais exigidos para conferência e autenticação das cópias.

11.3. Os candidatos estarão sujeitos ao cumprimento do horário de trabalho no local e horário determinado pela Secretaria de Educação, atendendo a excepcional necessidade da Administração.

11.4. Ao candidato, não será permitida a troca de instituição e troca do turno após efetivação da escolha, salvo para atendimento do Interesse Público.

11.5. O acompanhamento e a avaliação dos candidatos serão de responsabilidade da direção da unidade escolar, sob a supervisão da Secretaria de Educação.

11.6. O CANDIDATO CONTRATADO NA FORMA DESTE EDITAL SERÁ AVALIADO QUANTO AO SEU DESEMPENHO, E SE FOR EVIDENCIADO SUA INSUFICIÊNCIA PROFISSIONAL E ATOS IMPRUDENTES
a qualquer tempo, na vigência do contrato, acarretará a **RESCISÃO do contrato** celebrado com o Município de Santa Maria de Jetibá - ES, respeitada a legislação vigente.

11.7. A Secretaria de Educação não tem responsabilidade com o transporte do servidor até a Instituição Escolar/ local de trabalho, sendo esta responsabilidade exclusiva do contratado, que após contratado, deverá se
apresentar nos dias e horários em que for determinado.

11.8. A aprovação neste processo seletivo não assegura ao candidato a sua contratação, mas apenas a expectativa de ser convocado seguindo rigorosa ordem de classificação e necessidade da Administração Pública Municipal.

11.9. De acordo com a legislação processual civil em vigor, fica eleito o Foro da Comarca de Santa Maria de Jetibá/ES, competente para julgar as demandas judiciais decorrentes deste processo seletivo.
Nenhum candidato poderá alegar desconhecimento das normas contidas neste Edital.

Santa Maria de Jetibá-ES, 17 de março de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal

ANEXO I
EDITAL Nº 007/2025

PROCESSO SELETIVO E CADASTRO RESERVA SIMPLIFICADO DOS CARGOS ADMINISTRATIVOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CRONOGRAMA

DIVULGAÇÃO DO EDITAL	17/03/2025 a 18/03/2025
PRAZO PARA IMPUGNAÇÃO	19/03/2025
PERÍODO DE INSCRIÇÃO	20/03/2025 a 24/03/2025
DIVULGAÇÃO DO RESULTADO PARCIAL	26/03/2025
RECURSO	27/03/2025
RESPOSTA AO RECURSO	31/03/2025
RESULTADO FINAL GERAL	01/04/2025

As chamadas para preenchimento das vagas serão divulgadas em Edital próprio no site eletrônico da Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá/ES **www.pmsmj.es.gov.br e no endereço https://selecao.pmsmj.com.br**

ANEXO II

Edital nº 007/2025

EXERCÍCIO PROFISSIONAL (PARA TODOS OS CARGOS)

Discriminação	Pontos
Tempo de serviço prestado em Serviço Público EXCLUSIVAMENTE NO CARGO PLEITEADO; tempo de serviço prestado em empresa privada; como autônomo ou profissional liberal no cargo pleiteado.	1,0 ponto por mês completo até o limite de 40 (quarenta) meses perfazendo o máximo de 40 pontos, não sendo admitido fracionamento, até o dia 31/01/2025
Pontuação Máxima - 40 pontos	

É considerado o mês completo que trata o quadro acima, a contagem do mês todo, ou seja, de 30 em 30 dias.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal

ANEXO III
Edital nº 007/2025

CARGOS ESPECÍFICOS:

CARGOS	CARGA HORÁRIA DE TRABALHO	ESCOLARIDADE E PRÉ- REQUISITOS
Auxiliar de Creche	40h	Ensino Médio
Auxiliar de Biblioteca	40h	Ensino Médio
Auxiliar de Educação Especial	25h	Ensino Médio
Auxiliar de Educação Especial	40h	Ensino Médio
Secretária Escolar	40h	Ensino Médio
Merendeira	40h	Ensino Fundamental Incompleto
Monitor de Transporte Escolar	40 horas semanais em três Turnos Diários: 1º- turno: 05h30min às07h30min 2º- turno: 10h00min às13h30min 3º- turno: 16h30min às19h00min	Ensino Fundamental Completo
Nutricionista	20 horas	Graduação de nível Superior em Nutrição e registro no Conselho da Classe

ANEXO IV

Edital 007/2025

Nº	POLOS - CARGO MERENDEIRA	CADASTRO DE RESERVA (CR)
01	Polo Alto Rio Possmoser (EMEIEF Luiz Guilherme Henrique Potratz, EMUEF Cabeceira do Rio Possmoser, EMUEF Baixo Rio Pantoja, EMPEIEF Córrego São Sebastião, EMPEIEF Barracão do Rio Possmoser, CMEI Rayane Luiza Berger e EMPEIEF Fazenda Franz Schneider).	CR
02	Polo Alto São Sebastião (EMEIEF São Sebastião, EMUEF Fazenda Victor Ponath, EMUEF Fazenda Franz Boldt , EMPEF Fazenda Kruger e EMUEF Serra do Gelo).	CR
03	Polo Caramuru (CMEI Jetibá, EMUEF Adolpho Pagung, EMUEF João Guilherme Germano Borchardt, EMPEIEF Rio das Pedras, EMUEF Alberto Schulz e EMPEIEF Alcides Pimentel).	CR
04	Polo Centro (Creche Municipal Klainekiner Schaul, Creche Municipal Ronald Berger, CMEI Nilza Coutinho Holz, CMEI Pommern, Creche Evelina Buss Stinguel, CMEI Vila Jetibá, EMEF Vila Jetibá e EMUEF Fazenda Gustavo Berger).	CR
05	Polo Garrafão (EMEI Fazenda Emilio Schroeder, EMUEF Fazenda Gustavo Rogge, EMPEIEF Fazenda Arthur Plaster, EMPEIEF Carlos Zietlow, EMUEF Rio Claro, EMUEF Alto Rio Triunfo, EMPEIEF Cabeceira do Rio Santa Maria, Creche Petronela Lauvers Guilherme, EMEIEF Antonio Gonçalves, EMEF Jõao Lauvers, EMPEIEF Cabeceira do Rio Lamego, EMPEIEF Rio Lamego, EMUEF Córrego Simão, EMPEIEF Carlos Zummach e EMPEIEF Rio Taquara).	CR
06	Polo Recreio (EMUEF Alto Recreio, EMPEIEF Santa Luzia, EMEI Henrique Frederico Carlos Boldt; EMEIEF Recreio e Creche Municipal Adolfo Stange).	CR

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal

ANEXO V
Edital nº 007/2025
ATRIBUIÇÕES DO CARGOS:

AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL:
☐ Receber os alunos, nos horários de entrada, ajudando o professor da turma;
☐ Requisitar e manter o suprimento necessário à realização das atividades;
☐ Aguardar, após o horário de saída, os pais e/ou responsáveis, zelando pela segurança e pelo bem estar dos alunos;
☐ Acompanhar a professora da turma em todas as atividades diárias;
☐ Zelar pelo uso racional e econômico e pela conservação dos equipamentos, materiais de consumo e pedagógicos pertinentes ao trabalho;

☐ Acompanhar e zelar pela segurança e integridade física dos alunos, inclusive no horário de recreio e recreação, incentivando sua interação com os demais alunos da unidade escolar;
☐ Auxiliar o professor regente, supervisionando a classe no momento em que estiver atendendo individualmente, o aluno com deficiência;
☐ Colaborar com o docente na observação de regras de segurança quanto ao atendimento aos alunos e da utilização de materiais, equipamentos e instrumentos durante o desenvolvimento das rotinas diárias;
☐ Acompanhar e participar sistematicamente dos cuidados essenciais referentes à alimentação, higiene pessoal, educação, cultura, recreação e lazer dos alunos;
☐ Participar de programas de capacitação corresponsável;
☐ Colaborar com o professor da classe na construção de relatórios sobre os alunos;
☐ Participar de reuniões periódicas e extraordinárias;
☐ Auxiliar, de acordo com as orientações da equipe técnico-pedagógica e do professor, o aluno em sua locomoção, quando este não puder se movimentar sozinho;
☐ Acompanhar e auxiliar o aluno nas aulas de Educação Física, Xadrez, Pomerano e Música seguindo as orientações dos professores e da equipe técnico-pedagógica, quando este não puder realizar as aulas com autonomia nos movimentos e mobilidade;
☐ Desenvolver atividades, como confecção de materiais e jogos a serem utilizados com o aluno com deficiência, de acordo com o planejamento do professor e com as orientações do supervisor escolar e Equipe Multidisciplinar do CREI/SMJ;
☐ Receber e acatar, criteriosamente, a orientação e as recomendações do Professor no trato e atendimento ao aluno;
☐ Acompanhar o aluno em atividades sociais e culturais programadas pela unidade de ensino;
☐ É vedado ao auxiliar de educação especial planejar atividades para a turma e ministrar aulas em substituição ao professor.

MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR:

☐ Cuidar da segurança dos alunos nos veículos de transporte escolar, orientando-os nas dependências e proximidades de escola;
☐ Inspecionar o comportamento dos alunos, durante o transporte escolar até seu ingresso às dependências escolar;
☐ Orientar os alunos sobre regras e procedimentos no transporte escolar, regimento escolar e cumprimento de horários;
☐ Conferir o retorno dos alunos que ingressaram no início do transporte escolar;
☐ Executar outras tarefas correlatas que lhe forem determinadas pelo superior imediato.

AUXILIAR DE CRECHE:

☐ Participar em conjunto com o educador do planejamento, da execução e da avaliação das atividades propostas às crianças;
☐ Participar da execução das rotinas diárias, de acordo com a orientação técnica do educador;
☐ Colaborar e assistir permanentemente o educador no processo de desenvolvimento das atividades técnico-pedagógicas;
☐ Receber e acatar criteriosamente a orientação e as recomendações do educador no trato e atendimento à clientela;
☐ Auxiliar o educador quanto à observação de registros e avaliação do comportamento e desenvolvimento infantil;
☐ Participar juntamente com o educador das reuniões com pais e responsáveis;
☐ Disponibilizar e preparar os materiais pedagógicos a serem utilizados nas atividades;
☐ Auxiliar nas atividades de recuperação da autoestima, dos valores e da afetividade;
☐ Observar as alterações físicas e de comportamento, desestimulando a agressividade;
☐ Estimular a independência, educar e reeducar quanto aos hábitos alimentares, bem como controlar a ingestão de líquidos e alimentos variados;
☐ Responsabilizar-se pela alimentação direta das crianças dos berçários;
☐ Cuidar da higiene e do asseio das crianças sob sua responsabilidade;
☐ Dominar noções primárias de saúde;
☐ Ajudar nas terapias ocupacionais e físicas, aplicando cuidados especiais com deficientes e dependentes;
☐ Acompanhar a clientela em atividades sociais e culturais programadas pela unidade;
☐ Executar outros encargos semelhantes, pertinentes à função.

AUXILIAR DE BIBLIOTECA:

☐ Receber doações de livros, revistas e outras publicações;
☐ Receber e guardar os livros, documentos, revistas e jornais em seus respectivos lugares;
☐ Catalogar, registrar e classificar os livros, revistas e periódicos;
☐ Executar serviços de referência; ordenar os livros, revistas, jornais e documentos nas estantes; executar serviços de indexação de periódicos;
☐ Atender e auxiliar aos leitores na pesquisa e procura de livros;
☐ Preencher e ordenar as fichas dos leitores;
☐ Fazer empréstimos de livros, revistas, jornais e outros periódicos controlando as devoluções;
☐ Elaborar e executar pesquisas junto aos leitores para a determinação de compra de livros e periódicos;
☐ Participar de cursos, palestras, seminários, etc.; divulgar eventos culturais desenvolvidos pela biblioteca;
☐ Elaborar relatórios e/ou mapas estatísticos sobre suas atividades;
☐ Fazer a limpeza das dependências da biblioteca, limpando as estantes;
☐ Executar outras tarefas correlatas.

SECRETÁRIO ESCOLAR:

☐ Responsabilizar-se pelo planejamento, coordenação, controle, arquivamento e avaliação de todo o serviço da secretaria;
☐ Organizar o serviço da secretaria, de modo racional e simples, zelando pela autenticidade e segurança da documentação;
☐ Responsabilizar-se pela matrícula, expedição de transferências, históricos escolares, preenchimento de certificados de conclusão de curso, e outros documentos solicitados bem como assinar declarações juntamente com o diretor, a documentação respectiva, respondendo por qualquer irregularidade;
☐ Acompanhar as reuniões dos Conselhos de Classe, registrando os resultados finais;
☐ Manter-se atualizado quanto à legislação

vigente, regulamentos e outras determinações oficiais, relativos ao ensino e à unidade educacional;
☐ Comprometer-se e responsabilizar se junto ao diretor escolar por toda documentação da movimentação financeira referente à entidade escolar;
☐ Redigir ofícios, elaborar relatórios, atas, termos de abertura e encerramento de livros atas e executar serviços de digitação, quando necessário;
☐ Apresentar o Diário de Classe aos professores e recolher em datas previamente marcadas para conferência de dados e os devidos registros;
☐ Elaborar o atestado de exercício do pessoal docente, técnico e administrativo da escola, juntamente com o diretor;
☐ Elaborar relatórios, atas, termos de abertura e encerramento de livros e quadros estatísticos concernentes à unidade educacional;
☐ Prestar informações e fornecer a alunos, pais e/ou responsáveis sobre documentos relativos à vida escolar;
☐ Articular-se com as equipes técnica e docente para que, nos prazos previstos, sejam fornecidos todos os resultados escolares dos alunos referentes às programações regulares e especiais;
☐ Impedir o manuseio, por pessoas estranhas do setor, bem como a retirada do âmbito da unidade educacional de pastas, livros, diários de classe e registro de qualquer natureza, salvo quando oficialmente requeridos e devidamente autorizados;
☐ Responsabilizar-se, juntamente com o diretor escolar pela incineração de documentos, de acordo comas normas emanadas da Secretaria de Educação;

☐ Redigir e fazer expedir a correspondência oficial, de acordo com as solicitações da direção da unidade educacional;
☐ Acompanhar e participar ativamente da vida escolar, colaborando na disciplina da escola, dos eventos, campanhas e na organização geral da escola.

MERENDEIRA

☐ Preparar as refeições servidas na merenda escolar, primando pela boa qualidade;
☐ Solicitar aos responsáveis, quando necessários, os gêneros alimentícios utilizados na merenda;
☐ conservar a cozinha em boas condições de higiene e de trabalho, procedendo a limpeza dos utensílios;
☐ Servir a merenda aos escolares;
☐ Manter os gêneros alimentícios em perfeitas condições de armazenagem e acondicionamento;
☐ executar outras tarefas correlatas.

NUTRICIONISTA

☐ Compor equipe multidisciplinar/profissional para cuidar de pacientes diabéticos, hipertensos e portadores de outras doenças crônico-degenerativas, orientando-as quanto à importância de dieta adequada;
☐ Trabalhar junto ao setor de vigilância epidemiológica, promovendo atividades para minimizar o grau de desnutrição infantil no Município;
☐ Supervisionar a merenda escolar, contribuindo para a melhoria de sua qualidade;
☐ Participar do planejamento da aquisição de produtos para a merenda escolar, além de acompanhar as licitações ligadas a este aspecto;
☐ Supervisionar e orientar o armazenamento dos alimentos no depósito geral;
☐ Assessorar o Conselho Municipal de Alimentação Escolar, participando de suas reuniões;
☐ Promover atividades para reciclagem do pessoal envolvido diretamente com a estocagem e preparação da merenda escolar, além de palestras e cursos voltados para dirigentes escolares, supervisores escolares/orientadores educacionais, professores e outros interessados em alimentação escolar e temas afins;
☐ Participar de eventos ligados à Secretaria em que presta serviço;
☐ Executar outras tarefas correlatas e pertinentes à função

ANEXO VI
Edital nº 007/2025

PROCESSO SELETIVO E CADASTRO DE RESERVA DOS CARGOS ADMINISTRATIVOS/ SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

TERMO DE DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

À COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO

DECLARAÇÃO

DECLARO PARA OS DEVIDOS FINS QUE EU, ______________________________
DESISTO DA VAGA PARA O CARGO DE ______________________________
PARA A QUAL FUI CHAMADO (A), NO DIA____/_______/_______
NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

SANTA MARIA DE JETIBÁ - ES, de de 20

ASSINATURA DO(A) CANDIDATO(A)

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal

ANEXO VII
EDITAL Nº 007/2025

AUTO DECLARAÇÃO ÉTNICO-RACIAL

E u _______________, abaixo assinado, de nacionalidade___________________, Nascido em, ______/______/_________, filho de __________________________________e de______________ ____, estado civil ______________________________ Residente e domiciliado ____________________________ CEP_____________________, inscrito (a) no CPF sob o nº ____________________________ E RG_____________________candidato do processo seletivo regulamentado pelo Edital nº007/2025, declaro, junto à **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ/ES** sob as penas da lei, que sou:

( )negro/pardo.
( ) Indígena.
Estou ciente de que, em caso de falsidade ideológica, ficarei sujeito às sanções prescritas no Código Penal* e às demais cominações legais aplicáveis.

_____ (ES), _____ de _____ de _____

Assinatura do Candidato

*O Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de dezembro de 1940 - Código Penal - Falsidade ideológica. Artigo 299: omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante: Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de três anos, e multa, se o documento é particular.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal

JUSTIFICATIVA

Considerando que há escolas com turmas remanescentes que ainda não foram devidamente consolidadas em virtude da necessidade de confirmação da permanência definitiva destas na unidade escolar;
Considerando que a modalidade Educação Especial é atendida em escolas municipais por profissionais habilitados que necessitam de apoio pedagógico para auxiliar os alunos com Deficiência e Transtornos Globais do desenvolvimento, Altas Habilidades e Super dotação e para o cargo de Auxiliar de Educação Especial para exercerem a função de apoio nas atividades executadas pelo professor Regente e /ou Direção, contribuindo para o oferecimento de espaço e de convivência adequados à segurança, ao desenvolvimento e ao bem estar social, físico e emocional dos alunos incluídos nas turmas regulares;

O Município de Santa Maria de Jetibá/ES, através de sua Secretaria de Educação, torna público, a necessidade da realização do Processo Seletivo Simplificado para abertura de cadastro de reserva de contratação temporária e por tempo determinado de excepcional interesse público, de Auxiliar de Biblioteca, Auxiliar de Creche, Auxiliar de Educação Especial, Secretário Escolar, Merendeira, Monitor de Transporte e Nutricionista para substituição do Quadro Efetivo de Pessoal Administrativo que se encontra em afastamento legal previsto em leis municipais: Lei Municipal nº 2802/2024 e ou exercendo cargos em comissão ou afastados por Licença Médica ou Licença Maternidade.

Considerando que há escolas com turmas remanescentes que ainda não foram devidamente consolidadas em virtude da necessidade de confirmação da permanência definitiva destas na unidade escolar;

Considerando que os serviços de apoio técnico administrativo são necessários para a organização das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino para ano letivo 2025;

Sendo assim, é necessária a elaboração e execução do Processo Seletivo Simplificado para contratação, visando atendimento as necessidades de excepcional interesse da rede municipal de ensino para o ano letivo de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal

Protocolo 1512202

AVISO

O **MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ-ES**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal **RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA**, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, torna público o **AVISO DE COBRANÇA AMIGÁVEL de débitos inscritos em DÍVIDA ATIVA**, conforme pareceres constantes no **Processo nº 9701/2024**, em nome da empresa **MERCEARIA TUDO DE BOM LTDA - CNPJ: 24.974.034/0001-45**, representada pela sócia **STELLA MARYS PEREIRA CORREA**. Foi emitida o Documento de Arrecadação Municipal de Dívida Ativa com o código Febraban nº 3859 - Controle nº 275214, anexa ao Aviso de Cobrança Amigável, o qual foi encaminhado via SEDEX a senhora Stella Marys Pereira Correa e teve sua devolução com a observação "Ao Remetente". E considerando as tentativas de entrega fracassadas, por instrução da Secretaria Jurídica, publicamos este aviso para que a empresa tenha conhecimento do lançamento da multa aplicada em Dívida Ativa. O procedimento de Cobrança Administrativa está de acordo com o disposto no Art. 311 da Lei 1876/2016, que deverá ser regularizado junto ao Município no prazo não superior a 30 (trinta) dias, contados desta publicação.

Santa Maria de Jetibá-ES, 14 de março de 2025.
RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá-ES

Protocolo 1512542

Deliberação

AVISO DE PENALIDADE
Processo nº 010584/2023

Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, multa de mora e multa cominatória. Licitante: **FRANKLIN REIS DISTRIBUIDORA DE MOVEIS LTDA.** Fundamentação Legal: Art. 87, II e III da Lei Federal 8.666/93.
Por ordem do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Sr. Ronan Zocoloto Souza Dutra, a Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá torna público o resultado do processo administrativo movido em desfavor da empresa **FRANKLIN REIS DISTRIBUIDORA DE MOVEIS LTDA**, inscrita no CNPJ n°. 47.771.885/0001-96, em razão prática de infrações Contrato FMS nº 121/2023, oriundo do Edital Pregão Eletrônico nº 0093/2022, conforme decisão proferida pela autoridade competente e após de oportunizado o acesso à defesa prévia, as penalidades de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 02 (dois) anos; multa de mora no valor de R$ 1.976,70; e multa cominatória no valor de R$ 2.196,30. A empresa tem direito ao prazo recursal de 5 (cinco) dias úteis, de acordo com o Art. 109 da Lei Federal nº 8.666/93.

Caso a penalidade seja mantida, em cumprimento à ordem exarada, informamos que a sanção será inscrita no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS).

Santa Maria de Jetibá-ES, 14 de março de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA

Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá-ES

Protocolo 1512545

AVISO DE PENALIDADE

Processo nº 005328/2021

Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 02 (dois) anos; multa de mora de 0,3% por dia útil de atraso sobre o valor do contrato; multa cominatória de 10% sobre o valor total do contrato. Licitante: **RA ENGENHARIA EIRELI.** Fundamentação Legal: Art. 87, II e III da Lei Federal 8.666/93.

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Sr. Ronan Zocoloto Souza Dutra, a Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá torna público o resultado do processo administrativo movido em desfavor da empresa **RA ENGENHARIA EIRELI**, inscrita no CNPJ nº. 32.887.577/0001-53, em razão prática de infrações do Contrato nº 642/2023, oriundo do Edital Tomada de Preços nº 011/2022, conforme decisão proferida pela autoridade competente e após de oportunizado o acesso à defesa prévia, as penalidades de multa de mora de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia útil de atraso sobre o valor do contrato; multa cominatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato; e suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos; o valor das penalidades soma a importância de R$ 76.867,42 (setenta e seis mil e oitocentos e sessenta e sete reais e quarenta e dois centavos). A empresa tem direito ao prazo recursal de 5 (cinco) dias úteis, de acordo com o Art. 109 da Lei Federal nº 8.666/93. Caso a penalidade seja mantida, em cumprimento à ordem exarada, informamos que a sanção será inscrita no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS).

Santa Maria de Jetibá-ES, 14 de março de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA

Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá-ES

Protocolo 1512581

AVISO DE PENALIDADE

Processo nº 015576/2023

Impedimento de licitar pelo prazo de 3 (três) anos e contratar e multa de 20% sobre o valor da ARP. Licitante: **LIDER COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA.** Fundamentação Legal: Art. 156, II e III da Lei Federal 14.133/2021.

Por ordem do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Sr. Ronan Zocoloto Souza Dutra, a Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá torna público o resultado do processo administrativo movido em desfavor da empresa **LIDER COMERCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA**, inscrita no CNPJ nº. 40.582.188/0001-48, em razão prática de infrações do Ata RP nº 071/2024, oriundo do Edital de Pregão Eletrônico nº 046/2024, conforme decisão proferida pela autoridade competente e após de oportunizado o acesso à defesa prévia, as penalidades de multa de 20% sobre o valor da Ata RP = R$ 25.642,50 x 20% = R$ 5.128,50; impedimento de licitar e contratar pelo prazo de 3 (três) anos. A empresa tem direito ao prazo recursal de 15 (quinze) dias úteis, de acordo com o Art. 166 da Lei Federal nº 14.133/21. Caso a penalidade seja mantida, em cumprimento à ordem exarada, informamos que a sanção será inscrita no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS).

Santa Maria de Jetibá-ES, 14 de março de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA

Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá-ES

Protocolo 1512956

Portaria

PORTARIA Nº 845/2025
ALTERA ART. 1º DA PORTARIA Nº 3444/2024, QUE DESIGNA SERVIDOR(ES) PÚBLICO(S) MUNICIPAL(IS) PARA ACOMPANHAR(EM) E FISCALIZAR(EM) A AQUISIÇÃO DE ROÇADEIRAS E MOTOBOMBAS - PROCESSO Nº 4972/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2024 - SRP.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e,

- considerando que foi editada a Portaria nº 3444/2024, designando servidores para acompanharem e fiscalizarem a aquisição de roçadeiras e motobombas - Pregão Eletrônico nº 039/2024;

- considerando o despacho da Secretaria de Educação no processo nº 4972/2024, e a CI/PMSMJ/SECURB/Nº 105/2025, ambos solicitando a alteração de servidores para fiscalização dos contratos;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Incisos VI, XV e XL da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica alterado o Art. 1º da Portaria nº 3444/2024, passando a ter a seguinte redação:

"**Art. 1º.** Designar o(s) Servidor(es) Público(s) Municipal(is) abaixo relacionado(s), para acompanhar(em) e fiscalizar(em) a **AQUISIÇÃO DE ROÇADEIRAS E MOTOBOMBAS**, em cumprimento a(s) Ata(s) de Registro de Preços **nº(s) 068/2024 a 069/2024 e Contrato(s) decorrente(s) da(s) mesma(s)** - Pregão Eletrônico **nº 039/2024**, em conformidade com as especificações, os quantitativos, a qualidade, a forma de entrega/prazo e outras que integram os documentos constantes no **processo administrativo nº 4972/2023** e seus anexos.

Nº	Fiscal Titular	Fiscal Suplente	Gestor	Secretaria
01	Leonardo Antônio de Amorim - Mat.: 53.399	João Batista Ferreira Cardozo - Mat.: 52.830	Alessandro Oliveira de Souza	SECURB
02	Rodolfo Schreder - Mat.: 50.268	Adenira Stabenov Ponath - Mat.: 55.241	Carlos Alberto Jarske	SECSAU
03	Arildo de Araújo - Mat.: 52.832	Evellen Cazarotto Mateus - Mat.: 52.986	Marcileide Stuhr	SECEDU

04	Eliseu Cont - Mat.: 55.195	Leonardo Novelli Faian - Mat.: 52.282	Diene Maria Bremenkamp	SECMAM

(...)

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 26 de fevereiro de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal

Protocolo 1512075

PORTARIA Nº 846/2025

DESIGNA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO REFERENTE AOS TERMOS DE COLABORAÇÃO FMS N° 001/2024 E NOMEIA GESTOR DA PARCERIA.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e,

- considerando a necessidade de uma Comissão de Monitoramento e Avaliação do objeto dos Termos de Colaboração firmado com a OSC discriminadas no Art 1;

- considerando que o Município firmou o Termo de Colaboração FMS n° 001/2024- constante do processo n° 2572/2024;

- considerando o que dispõe os Arts. 55 ao 58 do Decreto Municipal n° 1416/2017;

- considerando a Lei 2079/2018 de 02/05/2018, que autoriza a gratificação aos membros das comissões de monitoramento e avaliação dos Termos de Fomento, Colaboração e de Acordos de Cooperação;

- considerando o disposto nos Art. 93, inciso II, d), da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Constituir a comissão de monitoramento e avaliação para o Termo de Colaboração abaixo, celebrados em parceria com o município e a respectivas Organização da Sociedade Civil - OSC, como segue:

- Termo de Colaboração FMS 001/2024 - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS EXCEPCIONAIS DE SANTA MARIA DE JETIBÁ-ES - APAE/SMJ - CNPJ 03.258.716/0008-1.

Art. 2º. Ficam designados para composição da comissão de que trata a presente Portaria, os servidores:

I - ZIZINHA MARIA FURLANI - MATRÍCULA: 52.036;
II - LUCINEIA MOEN BELUMAT - MATRÍCULA: 52.817;
III - HILMA PONATH BOLIS - MATRÍCULA: 52.146.

Parágrafo Único: A comissão poderá solicitar o apoio da SECRETARIA DE SAÚDE do Município, ou outro apoio técnico de terceiros, delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos

Art. 3º. As atribuições da referida comissão são:

a) Recebimento dos documentos, e conferência de acordo com Planos de Trabalho anexos aos Termos de Colaboração;
b) Realizar pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizará os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;
c) Análise de Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação;
d) Análise de Relatório de monitoramento e a avaliação realizado pelos respectivos conselhos gestores, caso de parcerias financiadas com recursos de fundos específicos;
e) Outras atividades correlatas.

Parágrafo Único. Para a implementação do disposto na alínea "b)", poderá valer-se do apoio técnico de terceiros, delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos.

Art. 4º. Fica nomeado ainda a servidor Público Municipal PABLO PRATA DE ALMEIDA - Matrícula: 55.437, como Gestor da Parceira, cujas atribuições são aquelas previstas no artigo 61, da Lei Federal n°. 13.019, de 31 de julho de 2014.

Art. 5º. A Comissão terá direito a gratificação mensal, a qual é fixada em R$ 400,00 (quatrocentos) para cada um dos participantes, conforme Lei n° 2079/2018, até a data em que se encerram os Termos de Colaboração, constantes do Art. 1° desta Portaria

Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 02/01/2025.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 26 de fevereiro de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal

Protocolo 1512079

PORTARIA Nº 847/2025

INSTAURA A ABERTURA DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA PARA APURAR OS FATOS NARRADOS NO PROCESSO Nº 17966/2017.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e,

- considerando o parecer do Corregedor Geral do Município constante no Processo nº 17966/2017 às

fls 216 a 219 e a ratificação do Senhor Prefeito;

- considerando que a apuração é necessária para se chegar a conclusão se será necessário ou não a abertura de PAD;

- considerando que a Comissão Especial de Sindicância e Processo Disciplinar das Secretarias Municipais foi criada por meio do Decreto nº 014/2025 de 03 de fevereiro de 2025, conforme Lei Municipal nº 1364/2011 e alterações conforme Lei Municipal nº 1786/2015;

- considerando o disposto no Artigo 71 e 72 da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá, c/c Artigo 225 e seguintes da Lei Complementar n.º 2802/2024 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Santa Maria de Jetibá) e leis pertinentes a matéria.

RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar a abertura de Processo de Sindicância Administrativa para apurar os fatos e informações narrados no processo nº **17966/2017**, com base no Art. 225 da Lei Municipal nº 2802/2024 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).

Art. 2º. A Comissão Especial de Sindicância e Processo Disciplinar criada **17966/2017.**

Art. 3º. O prazo para a conclusão dos trabalhos será de 45 (quarenta e cinco) dias, contados da publicação desta Portaria.

Art. 4º. A Comissão Especial de Sindicância e Processo Disciplinar NOTIFICARÁ os servidores públicos municipais que estiveram ligados ao ocorrido, observando dispositivos de leis pertinentes a matéria.

Art. 5º. A Comissão Especial de Sindicância e Processo Disciplinar, após análise preliminar, com o respectivo relatório fundamentado, poderá sugerir abertura de Processo Administrativo Disciplinar na forma da Lei 2802/2024.

Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ar. 7°. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá-ES, 26 de fevereiro de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal

Protocolo 1512082

PORTARIA N° 848/2025

DESIGNA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÃO - PROCESSOS NºS 2423/2025 E 2424/2025.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando o Documento de Formalização de Demanda, protocolizado em 25/02/2025 sob o nº 2423/2025 pela Secretaria de Saúde, bem como o processo nº 2424/2025 protocolizado pela Secretaria de Administração;

- considerando o disposto no Art. 6, inciso XX e XXV, da Lei nº 14.133, de 1º de Abril de 2021, que determina a realização dos estudos técnicos preliminares;

- considerando o disposto no Decreto Municipal 359/2023, que regulamenta a Lei 14.133/2021 no âmbito do Poder Executivo Municipal;

- considerando que a fase de planejamento das contratações deve ser atualizada às boas práticas inserindo a análise de sua viabilidade e o levantamento dos elementos essenciais a composição do Termo de Referência ou do Projeto Básico, regulamentando procedimentos padronizados;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Incisos VI e IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar, em atendimento ao disposto no art. 8º, V da Instrução Normativa nº 003/2021 os servidores abaixo relacionados ao desempenho das funções, para compor a Equipe de Planejamento da Contratação nos autos dos Processos nºs 2423/2025 e 2424/2025, para contratação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra dos cargos mencionados no processo, sob a coordenação do primeiro:

- PABLO PRATA DE ALMEIDA - matrícula: 55.437;
- VINICIUS HENRIQUE PINHO RUDIO - matrícula: 55.425;
- JOICE APARECIDA BUSS - matrícula: 55.431;
- VANDERLANE WOLFGRAN - matrícula: 53.077;
- LUANA PELACANI BERGER - matrícula: 55.518.

Parágrafo Único. Os servidores acima designados devem atuar de forma harmônica e eficaz a fim de produzir o melhor resultado ao interesse do município, devendo prestigiar a ética e não se distanciar dos princípios constitucionais regentes das contratações públicas, em especial o da legalidade, da eficiência, o da primazia do interesse público e o da razoabilidade, com o objetivo da entrega do Estudo Técnico Preliminar, Mapa de Riscos e Pesquisa de Preços nos termos da Instrução Normativa nº 003/2021.

Art. 2º. O Planejamento da Contratação será realizado a partir dos procedimentos que já integram a fase de planejamento das licitações do município, visando materializar atos imprescindíveis às contratações, devendo culminar no relatório de viabilidade ou não da contratação.

Art. 3º. A Equipe de Planejamento ora constituída fica autorizada a consultar servidores ou contratados que detenham conhecimentos específicos e possam auxiliar na conclusão dos trabalhos, bem como requisitar documentos que entenda pertinentes a qualquer setor da estrutura do órgão.

Parágrafo Único. Caso o servidor demandado se recuse a prestar as informações ou oferecer os

documentos solicitados pela Equipe ou obstaculize a realização dos trabalhos pertinentes, a chefia imediata deverá ser comunicada para providenciar o atendimento da demanda e apurar a omissão ocorrida.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 26 de fevereiro de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal
Protocolo 1512083

PORTARIA Nº 849/2025

DESIGNA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO PARA TERMO DE FOMENTO E NOMEIA GESTORA DA PARCERIA.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e,

- considerando a necessidade de uma Comissão de Monitoramento e Avaliação do objeto dos Acordos de Cooperação firmado com as OSCs - Cooperativa Agropecuária Centro Serrana - NATER COOP, inscrita no CNPJ sob nº.27.942.085/0001-83, Associação de Agricultores Familiares de Rio Plantoja - AAGFRP, inscrita no CNPJ sob nº.04.566.115/0001-07, Associação de Agricultores de Barracão do Rio Possmoser, Rio Cristal, Rio Plantoje, Rio Aparecida, Rio Veado e Rio Possmoser - AGRORIOS, inscrita no CNPJ sob nº.07.920.996/0001-00, Associação dos Pequenos Produtores Agrícolas de São João do Garrafão - APPA - SJG, inscrita no CNPJ sob nº.02.624.667/0001-90, Cooperativa Agroindustrial de Garrafão - COOPERFRUIT, inscrita no CNPJ sob nº.13.597.960/0001-22, Associação dos Produtores Rurais Bandarra Nova Esperança, inscrita no CNPJ sob nº.12.540.782/0001-30, Cooperativa dos Agricultores Familiares da Região Serrana do Espírito Santo - CAF SERRANA, inscrita no CNPJ sob nº.09.166.343/0001-03, Associação dos Produtores Santa-marienses em Defesa da Vida - APSAD-VIDA, inscrita no CNPJ sob nº.32.478.786/0001-43, Associação De Pais, Ex-Alunos E Alunos Da Escola Família Agrícola De São João Do Garrafão - APEAEFA, inscrita no CNPJ sob nº.39.353.453/0001-37, Associação De Produtores Agrícolas De Caramuru - APAC CARAMURU, inscrita no CNPJ sob nº.03.750.021/0001-12, Associação De Moradores, Agricultores Familiares E Proprietários De Belém E Rio Das Pedras - AMAF, inscrita no CNPJ sob nº.10.418.270/0001-70, Associação de Agricultores e Moradores de Recreio, Alto Recreio, Santa Luzia, Rio Nove e Adjacências - AGROUNI, inscrita no CNPJ sob nº.07.576.216/0001-49, Associação De Agricultores Familiares, Proprietários E Moradores De Córrego Simão e Região Vizinha - AAPM - CS, inscrita no CNPJ sob nº 20.703.729/0001-31, Associação de Moradores e Agricultores Familiares da Comunidade Zummach - AMAF - Zummach, inscrita no CNPJ sob nº.13.693.814/0001- 09, nos moldes do Art. 2º, XI, da Lei 13.019/2014;

- considerando que o Município firmou os Acordos de Cooperação, conforme processo nº 11234/2024;

- considerando o que dispõe os Arts. 55 ao 58 do Decreto Municipal n° 1416/2017;

- considerando a parecer no processo nº 11234/2024, solicitando a composição da comissão;

- considerando o disposto nos Art. 93, inciso II, d), da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica constituída a comissão de monitoramento e avaliação para os Acordos de Cooperação celebrado em parceria com o município e as Organizações da Sociedade Civil - OSC, que segue:
- Cooperativa Agropecuária Centro Serrana - NATER COOP, inscrita no CNPJ sob nº.27.942.085/0001-83.
- Associação de Agricultores Familiares de Rio Plantoja - AAGFRP, inscrita no CNPJ sob nº.04.566.115/0001-07.

- Associação de Agricultores de Barracão do Rio Possmoser, Rio Cristal, Rio Plantoje, Rio Aparecida, Rio Veado e Rio Possmoser - AGRORIOS, inscrita no CNPJ sob nº.07.920.996/0001-00.
- Associação dos Pequenos Produtores Agrícolas de São João do Garrafão - APPA - SJG, inscrita no CNPJ sob nº.02.624.667/0001-90.

- Associação de Moradores, Agricultores Familiares de Alto São Sebastião - HOTCAF, inscrita no CNPJ sob nº.09.544.581/0001-05.

- Cooperativa Agroindustrial de Garrafão - COOPERFRUIT, inscrita no CNPJ sob nº.13.597.960/0001-22.
- Associação dos Produtores Rurais Bandarra Nova Esperança, inscrita no CNPJ sob nº.12.540.782/0001-30.

- Cooperativa dos Agricultores Familiares da Região Serrana do Espírito Santo - CAF SERRANA, inscrita no CNPJ sob nº.09.166.343/0001-03.

- Associação dos Produtores Santa-marienses em Defesa da Vida - APSAD- VIDA, inscrita no CNPJ sob nº.32.478.786/0001-43.

- Associação De Pais, Ex-Alunos E Alunos Da Escola Família Agrícola De São João Do Garrafão - APEAEFA, inscrita no CNPJ sob nº.39.353.453/0001-37.

- Associação De Produtores Agrícolas De Caramuru - APAC CARAMURU, inscrita no CNPJ sob nº.03.750.021/0001-12.

- Associação De Moradores, Agricultores Familiares E Proprietários De Belém E Rio Das Pedras - AMAF, inscrita no CNPJ sob nº.10.418.270/0001-70.

- Associação de Agricultores e Moradores de Recreio, Alto Recreio, Santa Luzia, Rio Nove e Adjacencias - AGROUNI, inscrita no CNPJ sob nº.07.576.216/0001-49.

- Associação De Agricultores Familiares, Proprietários E Moradores De Córrego Simão e Região Vizinha - AAPM

- CS, inscrita no CNPJ sob nº 20.703.729/0001-31.

- Associação de Moradores e Agricultores Familiares da Comunidade Zummach - AMAF - Zummach, inscrita no CNPJ sob nº.13.693.814/0001- 09.

Art. 2º. Ficam designados para composição da comissão de que trata a presente Portaria os servidores:

I - OSMAR KLABUNDE - Matrícula: 050.265;
II - GLECIANE BOLIS MARX - Matrícula: 055.252;
III - VERONICA SCHULZ HOLZ - Matrícula: 052.039.

Parágrafo Único: A comissão poderá solicitar o apoio da SECRETARIA DE AGROPECUÁRIA do Município, ou outro apoio técnico de terceiros, delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos.

Art. 3º. As atribuições da referida comissão são:

a) Recebimento dos documentos, e conferencia de acordo com Planos de Trabalho anexo aos Acordos de Cooperação;
b) Realizar pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizará os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;
c) Análise de Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação;
d) Análise de Relatório de monitoramento e a avaliação realizado pelos respectivos conselhos gestores, caso de parcerias financiadas com recursos de fundos específicos;
e) Outras atividades correlatas.

Parágrafo Único. Para a implementação do disposto na alínea "b)", poderá valer-se do apoio técnico de terceiros, delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos.

Art. 4º. Fica nomeada ainda a servidora Pública Municipal **NELMA HONIZORGE FALK - MATRÍCULA: 50.487**, como **Gestora da Parceria**, cujas atribuições são aquelas previstas no artigo 61, da Lei Federal nº. 13.019, de 31 de julho de 2014.

Art. 5º. A Comissão terá direito a gratificação mensal, a qual é fixada em R$ 400,00 (quatrocentos reais) para cada um dos participantes, constantes do Art. 1º desta Portaria, bem como para o gestor descrito no Art. 4º, conforme Lei nº 2079/2018, até a data em que se encerram os Acordos de Cooperação.

Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de assinatura dos Acordos de Cooperação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 26 de fevereiro de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal

Protocolo 1512087

PORTARIA Nº 852/2025
DESIGNA SERVIDOR(ES) PÚBLICO(S) MUNICIPAL(IS), PARA ACOMPANHAR(EM) E FISCALIZAR(EM) A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE-RSS AO CONTRATANTE, ADOTANDO-SE O CONTRATADO O PROCESSO DE ESTERILIZAÇÃO POR AUTOCLAVE E DESTINAÇÃO FINAL ADEQUADA DOS RSS - PROC. Nº 11024/2024 - CONTRATO(S) Nº(S) 071/2025.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e,
- considerando a necessidade de fiscalização e acompanhamento do(s) Contrato(s) nº(s) - 071/2025, cujo objeto é a prestação pelo CONTRATADO dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de Resíduos de Serviços de Saúde-RSS ao CONTRATANTE, adotando-se o CONTRATADO o processo de esterilização por Autoclave e destinação final adequada dos RSS, contrato firmado com o CONSÓRCIO PÚBLICO PARA TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL ADEQUADA DE RESIDUOS SÓLIDOS DA REGIÃO DOCE OESTE DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO - CONDOESTE;

- considerando o disposto nos Art. 117, §§ 1º e 2º da Lei Federal nº 14133/21;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Incisos VI, XV e XL da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o(s) Servidor(es) Público(s) Municipal(is) abaixo relacionado(s), para acompanhar(em) e fiscalizar(em) o contrato, cujo objeto é a prestação pelo CONTRATADO dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de Resíduos de Serviços de Saúde-RSS ao CONTRATANTE, adotando-se o CONTRATADO o processo de esterilização por Autoclave e destinação final adequada dos RSS, em cumprimento ao(s) Contrato(s) **nº(s) 071/2025**, em conformidade com as especificações que integram os documentos constantes no **processo nº 11024/2024** e seus anexos.

Fiscal Titular	Fiscal Suplente	Gestor
Daniely S. Rodrigues - Mat.: 81.601	Jéssica Ferreira - Mat.: 53.472	Alessandro Oliveira de Souza

Art. 2º. O(s) representante(s) designado(s) por este ato, anotará em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a aquisição dos objetos/serviços, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

Parágrafo Único. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do(s) representante(s) deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para adoção das medidas convenientes.

Art. 3º. Esta atividade não incidirá qualquer remuneração/gratificação ao salário do(s) profissional(is).

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir da(s) data(s) do(s) Contrato(s).

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 27 de fevereiro de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal
Protocolo 1512092

PORTARIA Nº 853/2025

DESIGNA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO PARA ACORDO DE COOPERAÇÃO E NOMEIA GESTORA DA PARCERIA.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e,

- considerando a necessidade de uma Comissão de Monitoramento e Avaliação do objeto de Acordos de Cooperação firmado com as OSC - **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS** - **APAE/SMJ**, nos moldes do Art. 2º, XI, da Lei 13.019/2014;

- considerando que o Município firmou o Acordo de Cooperação nº 002/2024, conforme processo nº 2650/2024;

- considerando o que dispõe os Arts. 55 ao 58 do Decreto Municipal n° 1416/2017;

- considerando a parecer no processo nº 2650/2024, solicitando a composição da comissão;

- considerando o disposto nos Art. 93, inciso II, d), da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Constituir a comissão de monitoramento e avaliação para os Acordos de Cooperação, celebrado em parceria com o município e a Organização da Sociedade Civil - OSC, que segue:
- - **ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE/SMJ, CNPJ:** 03.258.716/0001-81.

Art. 2º. Ficam designados para composição da comissão de que trata a presente Portaria os servidores:

I - ADRIANA HERBST - MATRÍCULA: 55.548;
II - ROSELI DE SOUZA LIMA DOS SANTOS - MATRÍCULA: 52.148;
III - JAQUELIE RIBEIRO MARTINS - MATRÍCULA: 52.840.

Parágrafo Único: A comissão poderá solicitar o apoio da SECRETARIA DE TRABALHO, DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL do Município, ou outro apoio técnico de terceiros, delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos.

Art. 3º. As atribuições da referida comissão são:

a) Recebimento dos documentos, e conferencia de acordo com Planos de Trabalho anexo ao Acordo de Cooperação;
b) Realizar pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizará os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;
c) Análise de Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação;
d) Análise de Relatório de monitoramento e a avaliação realizado pelos respectivos conselhos gestores, caso de parcerias financiadas com recursos de fundos específicos;
e) Outras atividades correlatas.

Parágrafo Único. Para a implementação do disposto na alínea "b)", poderá valer-se do apoio técnico de terceiros, delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos.

Art. 4º. Fica nomeada ainda o servidor Público Municipal **VAMBERTO FERNANDES DE SOUZA JUNIOR - MATRÍCULA: 53.398**, como **Gestor da Parceria**, cujas atribuições são aquelas previstas no artigo 61, da Lei Federal nº. 13.019, de 31 de julho de 2014.

Art. 5º. A Comissão não terá direito a gratificação mensal, por não atender os quesitos constantes na Lei nº 2079/2018.

Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 2001/2024.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 27 de fevereiro de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal
Protocolo 1512095

PORTARIA Nº 854/2025
DESIGNA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO REFERENTE AO ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 004/2021 E NOMEIA GESTOR DA PARCERIA.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e,

- considerando a necessidade de uma Comissão de Monitoramento e Avaliação do objeto do Acordo de Cooperação firmado com a OSC discriminadas no Art. 1º;

- considerando que o Município firmou o Acordo de Cooperação nº 004/2021 - constante do processo nº 5299/2021 sob a responsabilidade da Secretaria de Trabalho, Desenvolvimento e Assistência Social;

- considerando o que dispõe os Arts. 55 ao 58 do Decreto Municipal n° 1416/2017;

- considerando o disposto nos Art. 93, inciso II, d), da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica constituída a comissão de monitoramento e avaliação para o Acordo de Cooperação abaixo, celebrado em parceria com o município e a Organização da Sociedade Civil - OSC, como segue:

- **Acordo de Cooperação nº 004/2021 - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE - CNPJ 03.258.716/0000-81.**

Art. 2º. Ficam designados para composição da comissão de que trata a presente Portaria, os servidores:

I - ROSELI DE SOUZA LIMA DOS SANTOS - MATRÍCULA: 52.148;
II - DÉBORA STANGE SIPIONE: 55.439;
III - VAMBERTO FERNANDES DE SOUZA JUNIOR - MATRÍCULA: 53.398.

Parágrafo Único. A comissão poderá solicitar o apoio da SECRETARIA DE TRABALHO, DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL do Município, ou outro apoio técnico de terceiros, delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos.

Art. 3º. As atribuições da referida comissão são:

a) Recebimento dos documentos, e conferencia de acordo com Planos de Trabalho anexo ao Acordo de Cooperação;
b) Realizar pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizará os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;
c) Análise de Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação;
d) Análise de Relatório de monitoramento e a avaliação realizado pelos respectivos conselhos gestores, caso de parcerias financiadas com recursos de fundos específicos;
e) Outras atividades correlatas.

Parágrafo Único. Para a implementação do disposto na alínea "b)", poderá valer-se do apoio técnico de terceiros, delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos.

Art. 4º. Fica nomeado ainda a servidora Pública Municipal **Adriana Herbst** - Matrícula: 55.548 como **Gestora da Parceria**, cujas atribuições são aquelas previstas no artigo 61, da Lei Federal nº. 13.019, de 31 de julho de 2014.

Art. 5º. A Comissão terá direito a gratificação mensal, a qual é fixada em R$ 400,00 (quatrocentos reais) para cada um dos participantes, constantes do Art. 1º desta Portaria, bem como para o gestor descrito no Art. 4º, conforme Lei nº 2079/2018, até a data em que se encerra o Termo de Fomento.

Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02/01/2025.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 423/2025.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 27 de fevereiro de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal

Protocolo 1512098

PORTARIA N° 855/2025

DESIGNA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÃO - PROCESSO Nº 1292/2025.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando o Documento de Formalização de Demanda, protocolizado em
27/01/2025 sob o nº 1292/2025 pela Secretaria de Serviços Urbanos;

- considerando o disposto no Art. 6, inciso XX e XXV, da Lei nº 14.133, de 1º de Abril de 2021, que determina a realização dos estudos técnicos preliminares;

- considerando o disposto no Decreto Municipal 359/2023, que regulamenta a Lei 14.133/2021 no âmbito do Poder Executivo Municipal;

- considerando que a fase de planejamento das contratações deve ser atualizada às boas práticas inserindo a análise de sua viabilidade e o levantamento dos elementos essenciais a composição do Termo de Referência ou do Projeto Básico, regulamentando procedimentos padronizados;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Incisos VI e IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar, em atendimento ao disposto no art. 8º, V da Instrução Normativa nº 003/2021 os servidores abaixo relacionados ao desempenho das funções, para compor a Equipe de Planejamento da Contratação nos autos do Processo nº 1292/2025, para contratação de serviço de extensão de rede elétrica de baixa tensão, sob a coordenação do primeiro:

- PEDRO HENRIQUE VALERIO QUINTELA - matrícula: 55.518;
- JACSON HERBST - matrícula: 52.987;
- NALANDA KRAUSE ZAAGER - matrícula: 55.442;
- ELVÂNIO FERREIRA MARIANO - matrícula: 55.443.

Parágrafo Único. Os servidores acima designados devem atuar de forma harmônica e eficaz a fim de produzir o melhor resultado ao interesse do município, devendo prestigiar a ética e não se distanciar dos princípios constitucionais regentes das

contratações públicas, em especial o da legalidade, da eficiência, o da primazia do interesse público e o da razoabilidade, com o objetivo da entrega do Estudo Técnico Preliminar, Mapa de Riscos e Pesquisa de Preços nos termos da Instrução Normativa nº 003/2021.

Art. 2º. O Planejamento da Contratação será realizado a partir dos procedimentos que já integram a fase de planejamento das licitações do município, visando materializar atos imprescindíveis às contratações, devendo culminar no relatório de viabilidade ou não da contratação.

Art. 3º. A Equipe de Planejamento ora constituída fica autorizada a consultar servidores ou contratados que detenham conhecimentos específicos e possam auxiliar na conclusão dos trabalhos, bem como requisitar documentos que entenda pertinentes a qualquer setor da estrutura do órgão.

Parágrafo Único. Caso o servidor demandado se recuse a prestar as informações ou oferecer os documentos solicitados pela Equipe ou obstaculize a realização dos trabalhos pertinentes, a chefia imediata deverá ser comunicada para providenciar o atendimento da demanda e apurar a omissão ocorrida.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 27 de fevereiro de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal
Protocolo 1512101

PORTARIA Nº 857/2025
ALTERA O ARTIGO 1º DA PORTARIA Nº 1601/2023, QUE NOMEIA A CÂMARA INTERSETORIAL MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ - ES.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e,

- considerando a Lei Municipal n° 1708/2014 que institui a Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;

- considerando o Decreto Municipal n°1329/2022 que institui a Câmara Municipal Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN;

- considerando a Portaria Municipal n° 1291/2023 que constitui o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEA;

- considerando a primazia da construção do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - PAMSAN;

- considerando os pareceres no processo nº 9345/2022, solicitando a alteração de membros;

- considerando o disposto nos Artigos 71 e 72, Incisos VI e XL da Lei Orgânica do município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar o Artigo 1º da Portaria nº 1601/2023, alterada pela Portaria nº 436/2024, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"***Art. 1º**. Nomear a Câmara Municipal Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional - CAISAN, que será composta por membros indicados pelas Secretarias afins, conforme discriminados:*

I - Representantes da Secretaria de Trabalho, Desenvolvimento e Assistência Social
Titular: Patrícia Rosi
Suplente: Roseli de Souza Lima dos Santos

II - Representantes da Secretaria de Agropecuária
Titular: Daniel Oliveira da Luz
Suplente: Willian Schulz

III - Representantes da Secretaria de Educação
Titular: Marcela Magalhães Dalapicola
Suplente: Morghana Zacchi Souza

IV - Representantes da Secretaria de Saúde

Titular: Rosalia Luiza Fonseca da Silva
Suplente: Maira Ferreira Silva."

Art. 2º. Os serviços prestados pela CAISAN do município são considerados de relevante interesse social e não remunerados.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial as Portarias 436/2024 e 944/2024.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá-ES, 27 de fevereiro de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal
Protocolo 1512108

PORTARIA Nº 858/2025

CONSTITUI COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DE IMÓVEL.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e,

- considerando o processo sob o nº 1422/2025, protocolizado EM 29/01/2025, pelo Senhor Augusto Lauvers, informando a intenção de doar um terreno, localizado na região de Rio Taquara, São João de Garrafão, para construção de um campo de futebol Society.;

- considerando o parecer jurídico constante às fls 035;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inc. VI da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Constituir Comissão, composta por **DIONATHAN PEREIRA QUIRINO**, **LEONARDO NOVELLI FAIAN e AILSON DOMINGOS DA CRUZ SOUZA**, para sob a presidência do primeiro procederem a avaliação do imóvel, a ser doado a esta municipalidade com área aproximada conforme especificado no Processo nº 1422/2025, para construção de um campo de futebol Society.

Art. 2º. A comissão constituída no Art. 1º desta Portaria apresentará o Laudo de Avaliação, no prazo de até **05 (cinco) dias úteis** contados na data desta Portaria.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá-ES, 27 de fevereiro de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal
Protocolo 1512119

PORTARIA Nº 859/2025
DESIGNA SERVIDOR(ES) PÚBLICO(S) MUNICIPAL(IS), PARA ACOMPANHAR(EM) E FISCALIZAR(EM) A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE NOVA UNIDADE ESCOLAR EM SÃO LUÍS - PROC. Nº 3077/2024 - CONTRATO(S) Nº(S) 060/2025.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e,
- considerando a necessidade de fiscalização e acompanhamento do(s) Contrato(s) nº(s) - 060/2025, cujo objeto é a contratação de serviços de elaboração de projetos de engenharia para construção de nova unidade escolar em São Luís - Pregão Eletrônico nº 045/2024;

- considerando o disposto nos Art. 117, §§ 1º e 2º da Lei Federal nº 14133/21;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Incisos VI, XV e XL da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o(s) Servidor(es) Público(s) Municipal(is) abaixo relacionado(s), para acompanhar(em) e fiscalizar(em) a contratação de serviços de elaboração de projetos de engenharia para construção de nova unidade escolar em São Luís, em cumprimento ao(s) Contrato(s) **nº(s) 060/2025**, em conformidade com as especificações que integram os documentos constantes no **processo nº 3077/2024** e seus anexos.

Fiscal Titular	Fiscal Suplente	Gestor
Arildo de Araújo - Mat.: 52.832	Evellen Cazarotto Mateus - Mat.: 52.986	Marcileide Stuhr

Art. 2º. O(s) representante(s) designado(s) por este ato, anotará em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a aquisição dos objetos/serviços, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

Parágrafo Único. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do(s) representante(s) deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para adoção das medidas convenientes.

Art. 3º. Esta atividade não incidirá qualquer remuneração/gratificação ao salário do(s) profissional(is).

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir da(s) data(s) do(s) Contrato(s).

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 27 de fevereiro de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal
Protocolo 1512125

PORTARIA Nº 860/2025
DESIGNA SERVIDOR(ES) PÚBLICO(S) MUNICIPAL(IS), PARA ACOMPANHAR(EM) E FISCALIZAR(EM) A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL MENSAL - PROC. Nº 6315/2023 - CONTRATO(S) Nº(S) 059/2025.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e,
- considerando a necessidade de fiscalização e acompanhamento do(s) Contrato(s) nº(s) - 059/2025, cujo objeto é a contratação de serviço de telefonia móvel mensal;

- considerando o disposto nos Art. 117, §§ 1º e 2º da Lei Federal nº 14133/21;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Incisos VI, XV e XL da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o(s) Servidor(es) Público(s) Municipal(is) abaixo relacionado(s), para acompanhar(em) e fiscalizar(em) a contratação de serviço de telefonia móvel mensal, em cumprimento ao(s) Contrato(s) **nº(s) 059/2025**, em conformidade com as especificações que integram os documentos constantes no **processo nº 6315/2023** e seus anexos.

Fiscal Titular	Fiscal Suplente	Gestor
Ewerton Lyrio Nascimento - Mat.: 52.988	-	Vinicius Henrique Pinho Rudio

Art. 2º. O(s) representante(s) designado(s) por este ato, anotará em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a aquisição dos objetos/serviços, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

Parágrafo Único. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do(s) representante(s) deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para adoção das medidas convenientes.

Art. 3º. Esta atividade não incidirá qualquer remuneração/gratificação ao salário do(s) profissional(is).

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir da(s) data(s) do(s) Contrato(s).

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 27 de fevereiro de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal

Protocolo 1512129

PORTARIA Nº 861/2025
ALTERA ART. 1º DA PORTARIA Nº 438/2025, DESIGNA FISCAIS E GESTOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CMEI RAYANE LUIZA BERGER, EM ALTO RIO POSSMOSER, SANTA MARIA DE JETIBÁ - PROCESSO N° 5890/2024 E REVOGA A PORTARIA Nº 3590/2024.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e,

- considerando que foi editada a Portaria nº 438/2025, designando servidores para acompanharem e fiscalizarem a execução de obra de reforma e ampliação do CMEI Rayane Luiza Berger, em Alto Rio Possmoser, Santa Maria de Jetibá - Concorrência Eletrônica nº 022/2024;

- considerando o despacho da Secretaria de Educação no processo nº 5890/2024, informando que houve um equívoco na redação das matrículas dos servidores indicados;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Incisos VI, XV e XL da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica alterado o Art. 1º da Portaria nº 438/2025, passando a ter a seguinte redação:
"**Art. 1º.** Designar o(s) Servidor(es) Público(s) Municipal(is) abaixo relacionado(s), para acompanhar(em) e fiscalizar(em) a **execução de obra de reforma e ampliação do CMEI Rayane Luiza Berger**, **em Alto Rio Possmoser**, **Santa Maria de Jetibá**, conforme Edital de **Concorrência Eletrônica nº 022/2024** - **Contrato nº 002/2025**, em conformidade com os projetos e as especificações, os quantitativos, as planilhas de custos e cronograma físico/financeiro que integram o **processo administrativo nº 5890/2024**.

- **Fiscal de execução da obra:** Dionathan Pereira Qurino, CREA - ES 054795/D, matrícula nº 55.494;
- **Fiscal de contrato titular:** Arildo de Araújo, matrícula nº 52.832;
- **Fiscal de contrato suplente:** Evellen Cazarotto Mateus, matrícula nº 52.986;
- **Gestor do Contrato:** Marcileide Stuhr, matrícula nº 50.649.

(...)

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 28 de fevereiro de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal

Protocolo 1512135

PORTARIA N° 863/2025

DESIGNA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÃO - PROCESSO 2025-TPKJH.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando o Documento de Formalização de Demanda, entranhado ao processo 2025-TPKJH autuado em 26/02/2025 pela Gerência de Compras e Suprimentos;

- considerando o disposto no Art. 6, inciso XX e XXV, da Lei nº 14.133, de 1º de Abril de 2021, que determina a realização dos estudos técnicos preliminares;

- considerando o disposto no Decreto Municipal 359/2023, que regulamenta a Lei 14.133/2021 no âmbito do Poder Executivo Municipal;

- considerando que a fase de planejamento das contratações deve ser atualizada às boas práticas inserindo a análise de sua viabilidade e o levantamento dos elementos essenciais a composição do Termo de Referência ou do Projeto Básico, regulamentando procedimentos padronizados;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Incisos VI e IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar, em atendimento ao disposto no art. 8º, V da Instrução Normativa nº 003/2021 os

servidores abaixo relacionados ao desempenho das funções, para compor a Equipe de Planejamento da Contratação nos autos do Processo 2025-TPKJH, para contratação de jornal de grande circulação para divulgação de extratos de Editais de Licitação, sob a coordenação do primeiro:

- PEDRO HENRIQUE VALERIO QUINTELA - matrícula: 53.221;
- GEISA CARLA FRANCISCO - matrícula: 52.839;
- LUANA PELACANI BERGER - matrícula: 55.518.

Parágrafo Único. Os servidores acima designados devem atuar de forma harmônica e eficaz a fim de produzir o melhor resultado ao interesse do município, devendo prestigiar a ética e não se distanciar dos princípios constitucionais regentes das contratações públicas, em especial o da legalidade, da eficiência, o da primazia do interesse público e o da razoabilidade, com o objetivo da entrega do Estudo Técnico Preliminar, Mapa de Riscos e Pesquisa de Preços nos termos da Instrução Normativa nº 003/2021.

Art. 2º. O Planejamento da Contratação será realizado a partir dos procedimentos que já integram a fase de planejamento das licitações do município, visando materializar atos imprescindíveis às contratações, devendo culminar no relatório de viabilidade ou não da contratação.

Art. 3º. A Equipe de Planejamento ora constituída fica autorizada a consultar servidores ou contratados que detenham conhecimentos específicos e possam auxiliar na conclusão dos trabalhos, bem como requisitar documentos que entenda pertinentes a qualquer setor da estrutura do órgão.

Parágrafo Único. Caso o servidor demandado se recuse a prestar as informações ou oferecer os documentos solicitados pela Equipe ou obstaculize a realização dos trabalhos pertinentes, a chefia imediata deverá ser comunicada para providenciar o atendimento da demanda e apurar a omissão ocorrida.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 28 de fevereiro de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal
Protocolo 1512143

PORTARIA Nº 864/2025

PRORROGA LICENÇA PARA TRATO DE INTERESSES PARTICULARES CONCEDIDA A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL TEREZA HAMMER DIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e,

- considerando que a servidora Tereza Hammer Dias está afastada para tratar de interesses particulares por meio da Portaria nº 2115/2024, pelo período de 28/08/2024 a 27/02/2025;

- considerando o requerimento formulado pela servidora, protocolizado sob o nº 1574/2025, apensado ao processo nº 5172/2024, solicitando a prorrogação da Licença para tratar de interesses particulares, até 27/02/2027;

- considerando que o pedido de prorrogação de Licença para Trato de Interesses Particulares pelo prazo de até 08 (oito) anos consecutivos, sem remuneração, tem amparo legal com base no Art. 134 § 6º da Lei Complementar Municipal nº 2802/2024 (Estatuto dos Servidores Públicos);

- considerando o parecer Jurídico contido no processo, bem como o da Secretária de Educação;

- considerando o parecer do Chefe do Poder Executivo, deferindo o pedindo;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inc. IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar a **Licença para Trato de Interesses Particulares**, sem remuneração, a Servidora Pública Municipal **TEREZA HAMMER DIAS**, Matrícula: **052178**, Cargo Efetivo de **Merendeira**, pelo período de **28/02/2025 a 27/02/2027.**

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações de controle na Ficha Funcional da Servidora.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá-ES, 28 de fevereiro de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal
Protocolo 1512149

PORTARIA Nº 865/2025
AUTORIZA A CONDUÇÃO DE VEÍCULOS DE PATRIMÔNIO MUNICIPAL PELA SERVIDORA ELIANA LITKE - SECRETÁRIA DE CULTURA E TURISMO.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e,

- considerando a CI/PMSMJ/SECTUR/Nº.024/2025, protocolizada sob nº 1356/2025 em 28/01/2025;

- considerando a demanda da Secretaria de Cultura e Turismo;

- considerando que a servidora se dispõe voluntariamente a conduzir os veículos, sem que o encargo se constitua desvio das atribuições funcionais;

- considerando a declaração de concordância da servidora para a condução dos veículos, na condição de encargo voluntário;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Incisos VI e IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar a servidora **ELIANA LITKE**, **Secretária de Cultura e Turismo** - Matrícula: **050585**, lotada na Secretaria de Cultura e Turismo a conduzir os veículos do patrimônio público municipal, disponibilizados para a referida Secretaria.

Art. 2º. A declaração de concordância da funcionária, assumindo o **encargo voluntário para a condução dos veículos**, integra esta Portaria, em seu inteiro teor.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 28 de fevereiro de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal

DECLARAÇÃO que faz ELIANA LITKE, na forma abaixo.

A servidora **ELIANA LITKE**, Identidade nº xxxxxxxxx SSP ES, CPF nº xxxxxxxxxxx, comissionada no cargo de **Secretária de Cultura e Turismo**, sob a matrícula nº 050585, **DECLARA** para todos os fins de direito, que é portadora da Carteira de Habilitação (CNH) nº xxxxxxxxxxxxx válida até 05/02/2030 categoria B, que **aceita o encargo voluntário de conduzir os veículos de propriedade do município à disposição da Secretaria de Cultura e Turismo**, objetivando a agilidade nos serviços pertinentes a referida Secretaria, sem que o encargo voluntário se constitua em desvio das atribuições funcionais, comprometendo-se a obedecer rigorosamente as Leis que regem o trânsito de veículos, comportando-se na condução de veículo de propriedade do município, como se propriedade sua fosse, zelando pela conservação do veículo e comunicando imediatamente aos seus superiores, qualquer defeito mecânico no veículo, que comprometa a segurança do condutor, de outros passageiros, do patrimônio material do município e de terceiros.

Santa Maria de Jetibá - ES, 28 de fevereiro de 2025.

ELIANA LITKE

Protocolo 1512154

PORTARIA Nº 866/2025
REDUZ A CARGA HORÁRIA DA ENFERMEIRA MARCIELE ARRIVABENE.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,
- considerando o requerimento protocolizado em 10/02/2025 sob o nº 1915/2025, pela servidora Marciele Arrivabene, efetiva no cargo de Enfermeira, solicitando a redução de carga horária a partir de 11/02/2025, concedida por meio da Portaria nº 430/2025;
- considerando o parecer da Secretaria de Saúde constante no processo;
- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Reduzir a carga horária da Enfermeira **MARCIELE ARRIVABENE** - matrícula: **053271**, de **32** (trinta e duas) horas semanais, para **20** (vinte) horas semanais, com a remuneração proporcional a redução da carga horária, a partir de **11**/**02**/**2025**, tendo em vista o requerimento formalizado pela servidora por meio do processo nº 1915/2025.
Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual da servidora.
Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroagidos a 11/02/2025.
Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.
Santa Maria de Jetibá - ES, 28 de fevereiro de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal

Protocolo 1512165

PORTARIA Nº 867/2025

CONCEDE REPOUSO REMUNERADO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, JOCASTA SIBERIA DA SILVA UHLIG CASAGRANDE.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e,

- considerando o requerimento da servidora Jocasta Siberia da Silva Uhlig Casagrande, protocolizado em 17/01/2025 sob nº 910/2025, solicitando o gozo do repouso remunerado em virtude do aborto espontâneo ocorrido em 16/01/2025;

- considerando o Atestado Médico datado de 17/01/2025;

- considerando que a servidora é efetiva no cargo de Auxiliar de Saúde Bucal, e está amparada nos termos do parágrafo 5º do Art. 126 da Lei Complementar Municipal nº 2802/2024 - Estatuto dos Servidores Públicos de Santa Maria de Jetibá-ES;

- considerando o parecer jurídico, bem como o do Departamento de Medicina e Segurança do Trabalho constante no processo;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Incs. IV e IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá ES;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder **Repouso Remunerado** a Servidora **JOCASTA SIBERIA DA SILVA UHLIG CASAGRANDE**, efetiva no cargo de **Auxiliar de Saúde Bucal**, matrícula: **052892**, a partir de **17/01/2025** a **02/03/2025**, com amparo no § 5° do Art.126 da Lei Complementar Municipal nº 2802/2024**.**

Art. 2º. O período do repouso remunerado é de 45 (quarenta e cinco) dias, a partir de 17/01/2025**.**

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 17/01/2025.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá-ES, 28 de fevereiro de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal
Protocolo 1512169

PORTARIA Nº 869/2025

LOCALIZA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL DANIELA SCHULZ.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e,

- considerando os pareceres no Processo nº 12062, solicitando a localização da servidora Daniela Schulz na Secretaria de Agropecuária;

- considerando que a referida servidora estava localizada na Secretaria de Administração;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Localizar, a Servidora Pública Municipal **DANIELA SCHULZ**, Matrícula: **052819**, no Cargo de **Auxiliar Geral**, na **Secretaria de Agropecuária** a partir de **28/02/2025**.

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual da servidora.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 28 de fevereiro de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal
Protocolo 1512172

PORTARIA Nº 871/2025

INSTAURA A ABERTURA DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA PARA APURAR OS FATOS NARRADOS NO PROCESSO Nº 1172/2018.
O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e,

- considerando o parecer do Corregedor Geral do Município constante no Processo nº 1172/2018 às fls 045 a 047 e a ratificação do Senhor Prefeito;

- considerando que a apuração é necessária para se chegar a conclusão se será necessário ou não a abertura de PAD;

- considerando que a Comissão Especial de Sindicância e Processo Disciplinar das Secretarias Municipais foi criada por meio do Decreto nº 014/2025 de 03 de fevereiro de 2025, conforme Lei Municipal nº 1364/2011 e alterações conforme Lei Municipal nº 1786/2015;

- considerando o disposto no Artigo 71 e 72 da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá, c/c Artigo 225 e seguintes da Lei Complementar n.º 2802/2024 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Santa Maria de Jetibá) e leis pertinentes a matéria.

RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar a abertura de Processo de Sindicância Administrativa para apurar os fatos e informações narrados no processo nº **1172/2018**, com base no Art. 225 da Lei Municipal nº 2802/2024 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).

Art. 2º. A Comissão Especial de Sindicância e Processo Disciplinar criada para a apuração é a que consta no **Decreto nº 014/2025**, apensado a este processo, o de nº **1172/2018.**

Art. 3º. O prazo para a conclusão dos trabalhos será de 45 (quarenta e cinco) dias, contados da publicação desta Portaria.

Art. 4º. A Comissão Especial de Sindicância e Processo Disciplinar NOTIFICARÁ os servidores públicos municipais que estiveram ligados ao ocorrido, observando dispositivos de leis pertinentes a matéria.

Art. 5º. A Comissão Especial de Sindicância e Processo Disciplinar, após análise preliminar, com o respectivo relatório fundamentado, poderá sugerir abertura de Processo Administrativo Disciplinar na forma da Lei 2802/2024.

Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ar. 7°. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá-ES, 05 de março de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal
Protocolo 1512180

PORTARIA Nº 872/2025

INSTAURA A ABERTURA DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA PARA APURAR OS FATOS NARRADOS NO PROCESSO Nº 597/2025.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e,

- considerando o parecer da Secretaria Jurídica constante no Processo nº 597/2025 às fls 013 e 014 e a ratificação do Senhor Prefeito;

- considerando que a apuração é necessária para se chegar a conclusão se será necessário ou não a abertura de PAD;

- considerando que a Comissão Especial de Sindicância e Processo Disciplinar das Secretarias Municipais foi criada por meio do Decreto nº 014/2025 de 03 de fevereiro de 2025, conforme Lei Municipal nº 1364/2011 e alterações conforme Lei Municipal nº 1786/2015;

- considerando o disposto no Artigo 71 e 72 da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá, c/c Artigo 225 e seguintes da Lei Complementar n.º 2802/2024 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Santa Maria de Jetibá) e leis pertinentes a matéria.

RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar a abertura de Processo de Sindicância Administrativa para apurar os fatos e informações narrados no processo nº **597/2025**, com base no Art. 225 da Lei Municipal nº 2802/2024 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).

Art. 2º. A Comissão Especial de Sindicância e Processo Disciplinar criada para a apuração é a que consta no **Decreto nº 014/2025**, apensado a este processo, o de nº **597/2025.**

Art. 3º. O prazo para a conclusão dos trabalhos será de 45 (quarenta e cinco) dias, contados da publicação desta Portaria.

Art. 4º. A Comissão Especial de Sindicância e Processo Disciplinar NOTIFICARÁ os servidores públicos municipais que estiveram ligados ao ocorrido, observando dispositivos de leis pertinentes a matéria.

Art. 5º. A Comissão Especial de Sindicância e Processo Disciplinar, após análise preliminar, com o respectivo relatório fundamentado, poderá sugerir abertura de Processo Administrativo Disciplinar na forma da Lei 2802/2024.

Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ar. 7°. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá-ES, 05 de março de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal
Protocolo 1512182

PORTARIA Nº 873/2025

INSTAURA A ABERTURA DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA PARA APURAR OS FATOS NARRADOS NO PROCESSO Nº 4646/2018.
O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e,

- considerando o parecer do Corregedor-Geral do Município constante no Processo nº 4646/2018 às fls 086 a 088 e a ratificação do Senhor Prefeito;

- considerando que a apuração é necessária para se chegar a conclusão se será necessário ou não a abertura de PAD;

- considerando que a Comissão Especial de Sindicância e Processo Disciplinar das Secretarias Municipais foi criada por meio do Decreto nº 014/2025 de 03 de fevereiro de 2025, conforme Lei Municipal nº 1364/2011 e alterações conforme Lei Municipal nº 1786/2015;

- considerando o disposto no Artigo 71 e 72 da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá, c/c Artigo 225 e seguintes da Lei Complementar n.º 2802/2024 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Santa Maria de Jetibá) e leis pertinentes a matéria.

RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar a abertura de Processo de Sindicância Administrativa para apurar os fatos e informações narrados no processo nº **4646/2018**, com base no Art. 225 da Lei Municipal nº 2802/2024 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).

Art. 2º. A Comissão Especial de Sindicância e Processo Disciplinar criada para a apuração é a que consta no **Decreto nº 014/2025**, apensado a este processo, o de nº **4646/2018.**

Art. 3º. O prazo para a conclusão dos trabalhos será de 45 (quarenta e cinco) dias, contados da publicação desta Portaria.

Art. 4º. A Comissão Especial de Sindicância e Processo Disciplinar NOTIFICARÁ os servidores públicos municipais que estiveram ligados ao ocorrido, observando dispositivos de leis pertinentes a matéria.

Art. 5º. A Comissão Especial de Sindicância e Processo Disciplinar, após análise preliminar, com o respectivo relatório fundamentado, poderá sugerir abertura de Processo Administrativo Disciplinar na forma da Lei 2802/2024.

Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ar. 7°. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá-ES, 05 de março de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal
Protocolo 1512185

PORTARIA Nº 874/2025

INSTAURA A ABERTURA DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA PARA APURAR OS FATOS NARRADOS NO PROCESSO Nº 5738/2018.
O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e,

- considerando o parecer do Corregedor-Geral do Município constante no Processo nº 5738/2018 às fls 080 a 083 e a ratificação do Senhor Prefeito;

- considerando que a apuração é necessária para se chegar a conclusão se será necessário ou não a abertura de PAD;

- considerando que a Comissão Especial de Sindicância e Processo Disciplinar das Secretarias Municipais foi criada por meio do Decreto nº 014/2025 de 03 de fevereiro de 2025, conforme Lei Municipal nº 1364/2011 e alterações conforme Lei Municipal nº 1786/2015;

- considerando o disposto no Artigo 71 e 72 da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá, c/c Artigo 225 e seguintes da Lei Complementar n.º 2802/2024 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Santa Maria de Jetibá) e leis pertinentes a matéria.

RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar a abertura de Processo de Sindicância Administrativa para apurar os fatos e informações narrados no processo nº **5738/2018**, com base no Art. 225 da Lei Municipal nº 2802/2024 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).

Art. 2º. A Comissão Especial de Sindicância e Processo Disciplinar criada para a apuração é a que consta no **Decreto nº 014/2025**, apensado a este processo, o de nº **5738/2018.**

Art. 3º. O prazo para a conclusão dos trabalhos será de 45 (quarenta e cinco) dias, contados da publicação desta Portaria.

Art. 4º. A Comissão Especial de Sindicância e Processo Disciplinar NOTIFICARÁ os servidores públicos municipais que estiveram ligados ao ocorrido, observando dispositivos de leis pertinentes a matéria.

Art. 5º. A Comissão Especial de Sindicância e Processo Disciplinar, após análise preliminar, com o respectivo relatório fundamentado, poderá sugerir abertura de Processo Administrativo Disciplinar na forma da Lei 2802/2024.

Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ar. 7°. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá-ES, 05 de março de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal
Protocolo 1512187

PORTARIA Nº 875/2025

NOMEIA LIGIA LOSS PUGNAL NO CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSORA- REF. CC-10 - SECFAZ.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e,

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Incisos, VI e IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá-ES.

R E S O L V E:

Art. 1º. Nomear, **LIGIA LOSS PUGNAL** no Cargo em Comissão de **Assessora** - **Ref. CC-10** em **10 de março de 2025**, qual desempenhará suas funções na Secretaria de Fazenda.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos para a data de 10/03/2025.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.
Santa Maria de Jetibá-ES, 06 de março de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal
Protocolo 1512189

PORTARIA Nº 876/2025

NOMEIA CAROLINA ENVANGELISTA FRIEDRICH PARA O CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSORA ESPECIAL JURÍDICA - REF. CC-6.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e,

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Incisos, VI e IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá-ES.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, **CAROLINA ENVANGELISTA FRIEDRICH**, para o Cargo em Comissão de **Assessora Especial Jurídica** - **Ref. CC-6**, em 06 de março de 2025**.**

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá, 06 de março de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal
Protocolo 1512192

PORTARIA Nº 877/2025

ALTERA DISPOSIÇÕES NA PORTARIA Nº 4506/2024 QUE INSTAURA A ABERTURA

DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA PARA APURAR OS FATOS NARRADOS NO PROCESSO Nº 9822/2024.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e,

- considerando o parecer jurídico às fls 046 recomendando a instauração de sindicância e a ratificação do Senhor Prefeito;

- considerando que a apuração é necessária para se chegar a conclusão se será necessário ou não a abertura de PAD;

- considerando que a Comissão Especial de Sindicância e Processo Disciplinar das Secretarias Municipais foi criada por meio do Decreto nº 014/2025, de 03/02/2025, conforme Lei Municipal nº 1364/2011 e alterações conforme Lei Municipal nº 1786/2015;

- considerando o disposto no Artigo 71 e 72 da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá, c/c Artigo 225 e seguintes da Lei Complementar n.º 2802/2024 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Santa Maria de Jetibá) e leis pertinentes a matéria.

RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar a abertura de Processo de Sindicância Administrativa para apurar os fatos e informações narrados no processo nº **9822/2024**, com base no Art. 225 da Lei Municipal nº 2802/2024 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).

Art. 2º. A Comissão Especial de Sindicância e Processo Disciplinar criada para a apuração é a que consta no **Decreto nº 014/2025**, apensado a este processo, o de nº **9822/2024.**

Art. 3º. O prazo para a conclusão dos trabalhos será de 45 (quarenta e cinco) dias, contados da publicação desta Portaria.

Art. 4º. A Comissão Especial de Sindicância e Processo Disciplinar NOTIFICARÁ os servidores públicos municipais que estiveram ligados ao ocorrido, observando dispositivos de leis pertinentes a matéria.

Art. 5º. A Comissão Especial de Sindicância e Processo Disciplinar, após análise preliminar, com o respectivo relatório fundamentado, poderá sugerir abertura de Processo Administrativo Disciplinar na forma da Lei 2802/2024.

Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ar. 7°. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá-ES, 06 de março de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal
Protocolo 1512200

PORTARIA Nº 878/2025

ALTERA A PORTARIA Nº 2887/2024 QUE INSTAURA A ABERTURA DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA PARA APURAR OS FATOS NARRADOS NO PROCESSO Nº 8453/2024.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e,

- considerando o parecer do Presidente da Comissão Especial de Sindicância e Processo Disciplinar, constante às fls 009 do Processo nº 8453/2024, assegurando ao denunciado o direito constitucional inerente ao contraditório e ampla defesa;

- considerando que a apuração é necessária para se chegar a conclusão se será necessário ou não a abertura de PAD;

- considerando que a Comissão Especial de Sindicância e Processo Disciplinar das Secretarias Municipais foi criada por meio do Decreto nº 014/2025, de 03/02/2025, conforme Lei Municipal nº 1364/2011 e alterações conforme Lei Municipal nº 1786/2015;

- considerando o disposto no Artigo 71 e 72 da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá, c/c Artigo 225 e seguintes da Lei Complementar n.º 2802/2024 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Santa Maria de Jetibá) e leis pertinentes a matéria.

RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar a abertura de Processo de Sindicância Administrativa para apurar os fatos e informações narrados no processo nº **8453/2024**, com base no Art. 225 da Lei Municipal nº 2802/2024 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).

Art. 2º. A Comissão Especial de Sindicância e Processo Disciplinar criada para a apuração é a que consta no **Decreto nº 014/2025**, apensado a este processo, o de nº **8453/2024.**

Art. 3º. O prazo para a conclusão dos trabalhos será de 45 (quarenta e cinco) dias, contados da publicação desta Portaria.

Art. 4º. A Comissão Especial de Sindicância e Processo Disciplinar NOTIFICARÁ os servidores públicos municipais que estiveram ligados ao ocorrido, observando dispositivos de leis pertinentes a matéria.

Art. 5º. A Comissão Especial de Sindicância e Processo Disciplinar, após análise preliminar, com o respectivo relatório fundamentado, poderá sugerir abertura de Processo Administrativo Disciplinar na forma da Lei 2802/2024.

Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ar. 7°. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 723/2025.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá-ES, 06 de março de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal

Protocolo 1512204

PORTARIA Nº 879/2025

DESIGNA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO PARA TERMO DE FOMENTO E NOMEIA GESTOR DA PARCERIA.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e,

- considerando a necessidade de uma Comissão de Monitoramento e Avaliação do objeto de Termo de Fomento firmado com a OSC - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE/SMJ, nos moldes do Art. 2º, XI, da Lei 13.019/2014;

- considerando que o Município firmou Termo de Fomento nº 016/2023 - Processo nº 7606/2023;

- considerando o que dispõe os Arts. 55 ao 58 do Decreto Municipal n° 1416/2017;

- considerando a parecer no processo nº 7606/2023, solicitando a composição da comissão;

- considerando o disposto nos Art. 93, inciso II, d), da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Constituir a comissão de monitoramento e avaliação para o Termo de Fomento, celebrado em parceria com o município e a Organização da Sociedade Civil - OSC, que segue:
- **Termo de Fomento nº 016/2023 - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE/SMJ - CNPJ 03.258.716/0001-81.**

Art. 2º. Ficam designados para composição da comissão de que trata a presente Portaria os servidores:

I - ADRIANA HERBST - MATRÍCULA: 55.541;
II - ROSELI DE SOUZA LIMA DOS SANTOS - MATRÍCULA: 52.148;
III - JAQUELINE RIBEIRO MARTINS - MATRÍCULA: 52.840.

Parágrafo Único: A comissão poderá solicitar o apoio da SECRETARIA DE TRABALHO, DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL do Município, ou outro apoio técnico de terceiros, delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos.

Art. 3º. As atribuições da referida comissão são:

a) Recebimento dos documentos, e conferencia de acordo com Planos de Trabalho anexo ao Termo de Fomento;
b) Realizar pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizará os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;
c) Análise de Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação;
d) Análise de Relatório de monitoramento e a avaliação realizado pelos respectivos conselhos gestores, caso de parcerias financiadas com recursos de fundos específicos;
e) Outras atividades correlatas.

Parágrafo Único. Para a implementação do disposto na alínea "b)", poderá valer-se do apoio técnico de terceiros, delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos.

Art. 4º. Fica nomeado ainda o servidor Publico Municipal **ANDRIW URIEL VICENTINI PINTO** - Matrícula: 53.040, como **Gestor da Parceria**, cujas atribuições são aquelas previstas no artigo 61, da Lei Federal nº. 13.019, de 31 de julho de 2014.

Art. 5º. A Comissão não terá direito a gratificação mensal, por não atender os quesitos constantes na Lei nº 2079/2018.

Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 2115/2023.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 06 de março de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal

Protocolo 1512208

PORTARIA Nº 880/2025
DESIGNA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO REFERENTE AO ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 006/2022 E NOMEIA GESTOR DA PARCERIA.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e,

- considerando a necessidade de uma Comissão de Monitoramento e Avaliação do objeto do Acordo de Cooperação firmado com a OSC discriminadas no Art. 1º;

- considerando que o Município firmou o Acordo de Cooperação nº 006/2022 - constante do processo nº 10785/2022 sob a responsabilidade da Secretaria de Trabalho, Desenvolvimento e Assistência Social;

- considerando o que dispõe os Arts. 55 ao 58 do Decreto Municipal n° 1416/2017;

- considerando o disposto nos Art. 93, inciso II, d), da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica constituída a comissão de monitoramento e avaliação para o Acordo de Cooperação abaixo, celebrado em parceria com o município e a Organização da Sociedade Civil - OSC, como segue:

- **Acordo de Cooperação nº 006/2022 - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE - CNPJ 03.258.716/0000-81.**

Art. 2º. Ficam designados para composição da comissão de que trata a presente Portaria, os servidores:

II - ADRIANA HERBST - MATRÍCULA: 55.541;
II - ROSELI DE SOUZA LIMA DOS SANTOS - MATRÍCULA: 52.148;
III - JAQUELINE RIBEIRO MARTINS - MATRÍCULA: 52.840.

Parágrafo Único. A comissão poderá solicitar o apoio da SECRETARIA DE TRABALHO, DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL do Município, ou outro apoio técnico de terceiros, delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos.

Art. 3º. As atribuições da referida comissão são:

a) Recebimento dos documentos, e conferencia de acordo com Planos de Trabalho anexo ao Acordo de Cooperação;
b) Realizar pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizará os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;
c) Análise de Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação;
d) Análise de Relatório de monitoramento e a avaliação realizado pelos respectivos conselhos gestores, caso de parcerias financiadas com recursos de fundos específicos;
e) Outras atividades correlatas.

Parágrafo Único. Para a implementação do disposto na alínea "b)", poderá valer-se do apoio técnico de terceiros, delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos.

Art. 4º. Fica nomeado ainda o servidor Publico Municipal **ANDRIW URIEL VICENTINI PINTO** - Matrícula: 53.040, como **Gestor da Parceria**, cujas atribuições são aquelas previstas no artigo 61, da Lei Federal nº. 13.019, de 31 de julho de 2014.

Art. 5º. A Comissão não terá direito a gratificação mensal, por não atender os quesitos constantes na Lei nº 2079/2018.

Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 389/2023.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 06 de março de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal

Protocolo 1512211

PORTARIA Nº 881/2025

DESIGNA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO PARA TERMO DE FOMENTO E NOMEIA GESTOR DA PARCERIA.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e,

- considerando a necessidade de uma Comissão de Monitoramento e Avaliação do objeto de Termo de Fomento firmado com a OSC - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE/SMJ, nos moldes do Art. 2º, XI, da Lei 13.019/2014;

- considerando que o Município firmou Termo de Fomento nº 015/2023 - Processo nº 7605/2023;

- considerando o que dispõe os Arts. 55 ao 58 do Decreto Municipal n° 1416/2017;

- considerando a parecer no processo nº 7605/2023, solicitando a composição da comissão;

- considerando o disposto nos Art. 93, inciso II, d), da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Constituir a comissão de monitoramento e avaliação para o Termo de Fomento, celebrado em parceria com o município e a Organização da Sociedade Civil - OSC, que segue:
- **Termo de Fomento nº 015/2023 - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE/SMJ - CNPJ 03.258.716/0001-81.**

Art. 2º. Ficam designados para composição da comissão de que trata a presente Portaria os servidores:

I - ADRIANA HERBST - MATRÍCULA: 55.541;
II - ROSELI DE SOUZA LIMA DOS SANTOS - MATRÍCULA: 52.148;
III - JAQUELINE RIBEIRO MARTINS - MATRÍCULA: 52.840.

Parágrafo Único: A comissão poderá solicitar o apoio da SECRETARIA DE TRABALHO, DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL do Município, ou outro apoio técnico de terceiros, delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos.

Art. 3º. As atribuições da referida comissão são:

a) Recebimento dos documentos, e conferencia de acordo com Planos de Trabalho anexo ao Termo de Fomento;
b) Realizar pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizará os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;
c) Análise de Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação;
d) Análise de Relatório de monitoramento e a avaliação realizado pelos respectivos conselhos gestores, caso de parcerias financiadas com recursos

de fundos específicos;
e) Outras atividades correlatas.

Parágrafo Único. Para a implementação do disposto na alínea "b)", poderá valer-se do apoio técnico de terceiros, delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos.

Art. 4º. Fica nomeado ainda o servidor Publico Municipal **ANDRIW URIEL VICENTINI PINTO** - Matrícula: 53.040, como **Gestor da Parceria**, cujas atribuições são aquelas previstas no artigo 61, da Lei Federal nº. 13.019, de 31 de julho de 2014.

Art. 5º. A Comissão não terá direito a gratificação mensal, por não atender os quesitos constantes na Lei nº 2079/2018.

Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrária, em especial a Portaria nº 2114/2023.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 06 de março de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal

Protocolo 1512212

PORTARIA Nº 882/2025

PRORROGA A EXTENSÃO DA CARGA HORARIA CONCEDIDA À FARMACÊUTICA ADRIANA KLUG HACKBARDT BOLSONI.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando o parecer do Secretário de Saúde as fls. 015, no processo n° 1156/2025, solicitando a prorrogação da extensão da carga horária concedida a servidora Farmacêutica Adriana Klug Hackbardt Bolsoni, por meio da Portaria nº 562/2025, pelo período de 03/03/2025 a 01/04/2025, justificando a necessidade da referida prorrogação;

- considerando o parecer Jurídico constante no processo;

- considerando os dispositivos da Lei Municipal nº 1999/2017,

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar a extensão da carga horária, concedida por meio da Portaria nº 562/2025, a Farmacêutica **ADRIANA KLUG HACKBARDT BOLSONI** - matrícula: **053144**, de **20** (vinte) horas semanais, para **30** (trinta) horas semanais, com a remuneração proporcional ao aumento da carga horária, no período de **03/03/2025 a 01/04/2025**, tendo em vista a necessidade de farmacêutico durante todo o horário de funcionamento da Farmácia Básica Municipal, qual seja das 07 horas as 19 horas, considerando que o profissional farmacêutico José Henrique Nantes Junior, solicitou exoneração do cargo, com amparo na Lei Municipal nº 1999/2017.

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual da servidora.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroagidos a 03/03/2025.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 06 de março de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal

Protocolo 1512214

PORTARIA Nº 883/2025

PRORROGA A EXTENSÃO DA CARGA HORARIA CONCEDIDA AO FARMACÊUTICO GUILHERME MOULIN CAMPOS SOUZA.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando o parecer do Secretário de Saúde as fls. 015, no processo n° 1156/2025, solicitando a prorrogação da extensão da carga horária concedida ao servidor Farmacêutico Guilherme Moulin Campos Souza, por meio da Portaria nº 561/2025, pelo período de 03/03/2025 a 01/04/2025, justificando a necessidade da referida prorrogação;

- considerando o parecer Jurídico constante no processo;

- considerando os dispositivos da Lei Municipal nº 1999/2017,

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar a extensão da carga horária, concedida por meio da Portaria nº 561/2025, ao Farmacêutico **GUILHERME MOULIN CAMPOS SOUZA** - matrícula: **053562**, de **20** (vinte) horas semanais, para **30** (trinta) horas semanais, com a remuneração proporcional ao aumento da carga horária, no período de **03/03/2025 a 01/04/2025**, tendo em vista a necessidade de farmacêutico durante todo o horário de funcionamento da Farmácia Básica Municipal, qual seja das 07 horas as 19 horas, considerando que o profissional farmacêutico José Henrique Nantes Junior, solicitou exoneração do cargo, com amparo na Lei Municipal nº 1999/2017.

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual do servidor.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroagidos a 03/03/2025.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 06 de março de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal

Protocolo 1512218

PORTARIA Nº 884/2025
SUSPENDE FÉRIAS CONCEDIDAS A SERVIDORA SANTUZA JACOB DE MAGALHÃES.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando que foram concedidas férias regulamentares a servidora Santuza Jacob de Magalhães, por meio da Portaria nº 518/2025, que compreende o período de 10/02/2025 a 11/03/2025;

- considerando o requerimento da referida servidora, referente ao parcelamento das férias, protocolizado sob o nº 785/2025, informando o seu retorno as suas atividades e solicitando a suspensão das suas férias, pelo período de 01/03/2025 a 11/03/2025 (11 dias);

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso VI da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Suspender o gozo de férias da Servidora Pública Municipal **SANTUZA JACOB DE MAGALHÃES** - **Desenhista** - Matrícula: **052234**, pelo período de **01/03/2025 a 11/03/2025.**

Art. 2º. O período de férias que compreende **01/03/2025 a 11/03/2025** (11 dias), será usufruído oportunamente.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroagidos a 01/03/2025.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 06 de março de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal

Protocolo 1512222

PORTARIA N° 885/2025

DESIGNA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÃO - PROCESSO 2025-9T2ZC.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando o Documento de Formalização de Demanda, entranhado ao processo 2025-9T2ZC autuado em 21/02/2025 pela Secretaria de Esportes e Lazer;

- considerando o disposto no Art. 6, inciso XX e XXV, da Lei nº 14.133, de 1º de Abril de 2021, que determina a realização dos estudos técnicos preliminares;

- considerando o disposto no Decreto Municipal 359/2023, que regulamenta a Lei 14.133/2021 no âmbito do Poder Executivo Municipal;

- considerando que a fase de planejamento das contratações deve ser atualizada às boas práticas inserindo a análise de sua viabilidade e o levantamento dos elementos essenciais a composição do Termo de Referência ou do Projeto Básico, regulamentando procedimentos padronizados;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Incisos VI e IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar, em atendimento ao disposto no art. 8º, V da Instrução Normativa nº 003/2021 os servidores abaixo relacionados ao desempenho das funções, para compor a Equipe de Planejamento da Contratação nos autos do Processo 2025-TPKJH, para contratação de jornal de grande circulação para divulgação de extratos de Editais de Licitação, sob a coordenação do primeiro:

- PEDRO HENRIQUE VALERIO QUINTELA - matrícula: 53.221;
- LARA DISCHER - matrícula: 55.424;
- JEAN FABIAN FREIRE - matrícula: 52.239.

Parágrafo Único. Os servidores acima designados devem atuar de forma harmônica e eficaz a fim de produzir o melhor resultado ao interesse do município, devendo prestigiar a ética e não se distanciar dos princípios constitucionais regentes das contratações públicas, em especial o da legalidade, da eficiência, o da primazia do interesse público e o da razoabilidade, com o objetivo da entrega do Estudo Técnico Preliminar, Mapa de Riscos e Pesquisa de Preços nos termos da Instrução Normativa nº 003/2021.

Art. 2º. O Planejamento da Contratação será realizado a partir dos procedimentos que já integram a fase de planejamento das licitações do município, visando materializar atos imprescindíveis às contratações, devendo culminar no relatório de viabilidade ou não da contratação.

Art. 3º. A Equipe de Planejamento ora constituída fica autorizada a consultar servidores ou contratados que detenham conhecimentos específicos e possam auxiliar na conclusão dos trabalhos, bem como requisitar documentos que entenda pertinentes a qualquer setor da estrutura do órgão.

Parágrafo Único. Caso o servidor demandado se recuse a prestar as informações ou oferecer os documentos solicitados pela Equipe ou obstaculize a realização dos trabalhos pertinentes, a chefia imediata deverá ser comunicada para providenciar o atendimento da demanda e apurar a omissão ocorrida.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 06 de março de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal

Protocolo 1512227

PORTARIA Nº 886/2025
REVOGA A PORTARIA Nº 159/2025 QUE ATRIBUI AO SERVIDOR LEONARDO ANTONIO DE AMORIM, EFETIVO NO CARGO DE MOTORISTA, A FUNÇÃO GRATIFICADA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - REF. FGGA.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e,

- considerando a Súmula 473/STF, que autoriza a Administração Pública a revogar seus atos por motivo de conveniência ou oportunidade;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso VI e IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá-ES.

RESOLVE:

Art. 1º. Revogar a Portaria nº 159/2025 que atribui ao servidor **LEONARDO ANTONIO DE AMORIM**, efetivo no cargo de **Motorista** - matrícula 53.399 a **Função Gratificada de Gestão Administrativa** - **Ref. FGGA**, em 1º de março de 2025**.**

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroagidos a 1º de março de 2025.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá-ES, 07 de março de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal

Protocolo 1512232

PORTARIA Nº 887/2025

NOMEIA LEONARDO ANTONIO AMORIM NO CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE DE SANEAMENTO BÁSICO - REF. CC-6.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e,

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Incisos, VI e IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá-ES.

R E S O L V E:

Art. 1º. Nomear **LEONARDO ANTONIO AMORIM** no Cargo em Comissão de **Gerente de Saneamento Básico** - **Ref. CC-6** em **1º de março de 2025.**

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de março de 2025.
.
Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.
Santa Maria de Jetibá-ES, 06 de março de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal

Protocolo 1512236

PORTARIA N° 889/2025

NOMEIA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO E VERIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS CONFORME EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2025 -PÁSCOA POMERANA - POMERICH OSTER.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e,

-considerando o processo nº 1957/2025, protocolizado em 11/02/2025, referente ao Edital nº 004/2025 cujo objeto é Chamamento Público para recebimento de propostas de interessados em patrocinar escultura de ovo da páscoa gigante, com 2 metros de altura e 1.40 cm de largura confeccionada em isopor t1, fibra de vidro e resina acrílica. escultura metálica na parte interna saindo de baixo externo para fixar no chão. pintura em tinta acrílica, esmalte e verniz com temas relacionados a cultura pomerana e jardim com flores em seu entorno, a ser instalada no em vários pontos do centro do município para compor a decoração da **Pomerich Oster** - **Páscoa Pomerana** de acordo com as condições, especificações constantes neste edital e seus anexos no referido edital;

- considerando a necessidade de constituir Comissão Organizadora para avaliação das propostas;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Incs. VI e XL da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Instituir Comissão para avaliação e verificação dos documentos apresentados, conforme Edital de Chamamento Público nº 004/2025, bem como desempenhar as atividades para que tudo ocorra dentro das normalidades composta pelos seguintes servidores:

ANGELA REISEN - Matrícula: 81.617;

GABRIELA SOARES VALADARES - Matrícula:52.904;

KARINA SCHULZ BRAUN - Matrícula: 53.002.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá, 07 de março de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal

Protocolo 1512239

PORTARIA N° 890/2025

DESIGNA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÃO - PROCESSO 2025-D980B.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando o Documento de Formalização de Demanda, entranhado ao processo 2025-D980B autuado em 24/02/2025 pela Secretaria de Saúde;

- considerando o disposto no Art. 6, inciso XX e XXV, da Lei nº 14.133, de 1º de Abril de 2021, que determina a realização dos estudos técnicos preliminares;

- considerando o disposto no Decreto Municipal 359/2023, que regulamenta a Lei 14.133/2021 no âmbito do Poder Executivo Municipal;

- considerando que a fase de planejamento das contratações deve ser atualizada às boas práticas inserindo a análise de sua viabilidade e o levantamento dos elementos essenciais a composição do Termo de Referência ou do Projeto Básico, regulamentando procedimentos padronizados;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Incisos VI e IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar, em atendimento ao disposto no art. 8º, V da Instrução Normativa nº 003/2021 os servidores abaixo relacionados ao desempenho das funções, para compor a Equipe de Planejamento da Contratação nos autos do Processo 2025-D980B, para contratação de jornal de grande circulação para divulgação de extratos de Editais de Licitação, sob a coordenação do primeiro:

- VANDERLANE WOLFGRAN - matrícula: 53.077;
- ROSALIA LUZIA FONSECA DA SILVA - matrícula: 52.223;
- ISADORA BERGAMASCHI SIMÕES - matrícula: 51.971.

Parágrafo Único. Os servidores acima designados devem atuar de forma harmônica e eficaz a fim de produzir o melhor resultado ao interesse do município, devendo prestigiar a ética e não se distanciar dos princípios constitucionais regentes das contratações públicas, em especial o da legalidade, da eficiência, o da primazia do interesse público e o da razoabilidade, com o objetivo da entrega do Estudo Técnico Preliminar, Mapa de Riscos e Pesquisa de Preços nos termos da Instrução Normativa nº 003/2021.

Art. 2º. O Planejamento da Contratação será realizado a partir dos procedimentos que já integram a fase de planejamento das licitações do município, visando materializar atos imprescindíveis às contratações, devendo culminar no relatório de viabilidade ou não da contratação.

Art. 3º. A Equipe de Planejamento ora constituída fica autorizada a consultar servidores ou contratados que detenham conhecimentos específicos e possam auxiliar na conclusão dos trabalhos, bem como requisitar documentos que entenda pertinentes a qualquer setor da estrutura do órgão.

Parágrafo Único. Caso o servidor demandado se recuse a prestar as informações ou oferecer os documentos solicitados pela Equipe ou obstaculize a realização dos trabalhos pertinentes, a chefia imediata deverá ser comunicada para providenciar o atendimento da demanda e apurar a omissão ocorrida.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 10 de março de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal

Protocolo 1512247

PORTARIA Nº 891/2025

AMPLIA A CARGA HORARIA DO PSICÓLOGO HELDER FERREIRA LOPES DA COSTA.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando a CI/PMSMJ/SECEDU/SP/ N°.136/2025 protocolizada em 11/02/2025 sob o n° 2019/2025, relatando a necessidade de extensão da carga horária do servidor Psicólogo Helder Ferreira Lopes da Costa, em virtude do aumento significativo de matrículas dos alunos público-alvo da Educação Especial na rede municipal de ensino;

- considerando parecer da Secretaria Jurídica constante no processo;

- considerando os dispositivos da Lei Municipal nº 1999/2017;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica ampliada a carga horária do Psicólogo **HELDER FERREIRA LOPES DA COSTA** - matrícula: **053429** de **20** (vinte) horas semanais, para **30** (trinta) horas semanais, com a remuneração proporcional ao aumento da carga horária, no

período de **03/02/2025 a 02/08/2025**, em virtude do aumento significativo de matrículas dos alunos público-alvo da Educação Especial na rede municipal de ensino, da Secretaria de Educação.

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual do servidor.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroagidos a 03/02/2025.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 10 de março de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal
Protocolo 1512252

PORTARIA Nº 892/2025

PRORROGA LICENÇA PARA TRATO DE INTERESSES PARTICULARES, CONCEDIDA AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL ANDERSON SCHULZ.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e,

- considerando que o servidor Anderson Schulz está afastado para tratar de interesses particulares por meio do Decreto nº 272/2021, pelo período de 09/02/2021 a 08/02/2022, Decreto n° 085/2022, pelo período de 09/02/2022 a 08/02/2023, Portaria n° 471/2023 pelo período de 09/02/2023 a 08/02/2024, e Portaria n° 432/2024 pelo período de 09/02/2024 a 08/02/2025;

- considerando o requerimento formulado pelo servidor em 07/02/2025, por meio do processo nº 1868/2025, solicitando a prorrogação da Licença por mais 06 (seis) meses para tratar de interesses particulares;

- considerando que o pedido de prorrogação de Licença para Trato de Interesses Particulares pelo prazo de até 08 (oito) anos consecutivos, sem remuneração, tem amparo legal com base no Art. 134 § 6º da Lei Complementar Municipal nº 2802/2024 (Estatuto dos Servidores Públicos);

- considerando o parecer favorável da Secretária de Planejamento e Projetos;

- considerando o parecer da Secretaria Jurídica;

- considerando o deferimento pelo Chefe do Poder Executivo;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inc. IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar a **Licença para Trato de Interesses Particulares**, sem remuneração, ao Servidor Público Municipal **ANDERSON SCHULZ**, Matrícula: **52.216**, Cargo Efetivo de **Assistente Administrativo**, pelo período de **09/02/2025 a 08/08/2025.**

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração fará as anotações de controle na Ficha Funcional do Servidor.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroagidos a 09/02/2025.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá-ES, 10 de março de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal
Protocolo 1512262

PORTARIA Nº 893/2025

LOCALIZA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CASSIANO EMANUEL CANDEIA.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e,

- considerando os pareceres constantes no processo nº 2024/2025, protocolizado em 12/02/2025;

- considerando que o referido servidor estava localizado na Secretaria de Saúde;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Localizar, o Servidor Público Municipal **CASSIANO EMANUEL CANDEIA** - **Técnico de Informática** - Matrícula: **52.610**, na **Secretaria de Administração**, a partir de **21/02/2025.**

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual do servidor.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroagidos a 21/02/2025.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 10 de março de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal
Protocolo 1512269

PORTARIA Nº 894/2025
AUTORIZA A CONDUÇÃO DE VEÍCULOS DE PATRIMÔNIO MUNICIPAL PELO SERVIDOR DEVACI PASSIGATTE - PEDREIRO.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e,

- considerando a CI/PMSMJ/SECINT/Nº.077/2025, protocolizada sob nº 2337/2025 em 19/02/2025;

- considerando a crescente demanda da Secretaria de Interior;

- considerando que o funcionário se dispõe voluntariamente a conduzir veículos da Municipalidade, sem que o encargo se constitua desvio das atribuições funcionais;

- considerando a declaração de concordância do servidor para a condução dos veículos, na condição de encargo voluntário;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Incisos VI e IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar o servidor **DEVACI PASSIGATTE**, **Pedreiro** - Matrícula: **053394**, lotado na Secretaria de Interior a conduzir os veículos do patrimônio público municipal, disponibilizados para a referida Secretaria.

Art. 2º. A declaração de concordância do funcionário, assumindo o **encargo voluntário para a condução dos veículos**, integra esta Portaria, em seu inteiro teor.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 10 de março de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal

DECLARAÇÃO que faz DEVACI PASSIGATTE na forma abaixo.

O Servidor **DEVACI PASSIGATTE** Identidade nº xxxxxxxxx SESP/ES, CPF nº xxxxxxxxxxx, efetivo no cargo de Pedreiro sob a matrícula nº 053394, **DECLARA** para todos os fins de direito, que é portador da Carteira de Habilitação (CNH) nº xxxxxxxxxxx, válida até 12/02/2035, categoria AD, que **aceita o encargo voluntário de conduzir os veículos de propriedade do município à disposição da Secretaria de Interior**, objetivando a agilidade nos serviços pertinentes a referida Secretaria, sem que o encargo voluntário se constitua em desvio das atribuições funcionais, comprometendo-se a obedecer rigorosamente as Leis que regem o trânsito de veículos, comportando-se na condução de veículo de propriedade do município, como se propriedade sua fosse, zelando pela conservação do veículo e comunicando imediatamente qualquer defeito mecânico no veículo, que comprometa a segurança do condutor, de outros passageiros, do patrimônio material do município e de terceiros.

Santa Maria de Jetibá - ES, 10 de março de 2025.

DEVACI PASSIGATTE

Protocolo 1512272

PORTARIA Nº 895/2025
AUTORIZA A CONDUÇÃO DE VEÍCULOS DE PATRIMÔNIO MUNICIPAL PELO SERVIDOR JEAN FABIAN FREIRE - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e,

- considerando a CI/SECESP/Nº.061/2025, protocolizada sob nº 2391/2025 em 19/02/2025;

- considerando as demandas externas da Secretaria de Esportes e Lazer;

- considerando que o funcionário se dispõe voluntariamente a conduzir veículos da Municipalidade, sem que o encargo se constitua desvio das atribuições funcionais;

- considerando a declaração de concordância do servidor para a condução dos veículos, na condição de encargo voluntário;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Incisos VI e IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Autorizar o servidor **JEAN FABIAN FREIRE**, **Assistente Administrativo** - Matrícula: **052239**, lotado na Secretaria de Esportes e Lazer a conduzir os veículos do patrimônio público municipal, disponibilizados para a referida Secretaria.

Art. 2º. A declaração de concordância do funcionário, assumindo o **encargo voluntário para a condução dos veículos**, integra esta Portaria, em seu inteiro teor.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 10 de março de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal

DECLARAÇÃO que faz JEAN FABIAN FREIRE na forma abaixo.

O Servidor **JEAN FABIAN FREIRE** Identidade nº xxxxxxxxxx SSP/ES, CPF nº xxxxxxxxxxxxx, efetivo no cargo de Assistente Administrativo sob a matrícula nº 052239, **DECLARA** para todos os fins de direito, que é portador da Carteira de Habilitação (CNH) nº xxxxxxxxxxxx, válida até 03/12/2033, categoria AB, que **aceita o encargo voluntário de conduzir os veículos de propriedade do município à disposição da Secretaria de Esportes e Lazer**, objetivando a agilidade nos serviços pertinentes a referida Secretaria, sem que o encargo voluntário se constitua em desvio das atribuições funcionais, comprometendo-se a obedecer rigorosamente as Leis que regem o trânsito de veículos, comportando-se na condução de veículo de propriedade do município, como se propriedade sua fosse, zelando pela conservação do veículo e comunicando imediatamente qualquer defeito mecânico no veículo, que comprometa a segurança do condutor, de outros passageiros, do patrimônio material do município e de terceiros.

Santa Maria de Jetibá - ES, 10 de março de 2025.

JEAN FABIAN FREIRE

Protocolo 1512276

PORTARIA Nº 896/2025

CONCEDE FÉRIAS REMANESCENTES A SERVIDORA JACKELINE BATISTA DE SOUZA HAESE.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando que as férias regulamentares concedidas a servidora Jackeline Batista de Souza Haese, por meio da Portaria nº 2831/2024, que compreendia o período de 01/10/2024 a 30/10/2024, foram suspensas por meio da Portaria nº 2851/2024 pelo período de 01/10/2024 a 30/10/2024 (30 dias);

- considerando as informações constantes no processo nº 9803/2024, informando férias remanescentes da servidora pelo período de 05/03/2025 a 09/03/2025 (05 dias);

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso VI da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias remanescentes pelo período de **05/03/2025 a 09/03/2025** (05 dias), não usufruídas no período concessivo, a Servidora Pública Municipal **JACKELINE BATISTA DE SOUZA HAESE** - **Gerente** - Matrícula: **052903**, suspensas por meio da Portaria nº 2851/2024, restando 25 dias a serem usufruídos oportunamente.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroagidos a 05/03/2025.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 10 de março de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA Prefeito Municipal

Protocolo 1512278

PORTARIA Nº 897/2025

CONCEDE FÉRIAS REMANESCENTES AO SERVIDOR MARCOS ROBERTO PELLACANI.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando que foram concedidas férias regulamentares ao servidor Marcos Roberto Pellacani, por meio da Portaria nº 4069/2024, compreendendo o período de 16/12/2024 a 14/01/2025, as quais foram suspensas por meio da Portaria nº 4524/2024, pelo período de 24/12/2024 a 14/01/2025 (22 dias);

- considerando as informações constantes no parecer datado de 06/03/2025 no processo nº 11338/2024, autorizando férias remanescentes ao servidor pelo período de 06/03/2025 a 14/03/2025 (09 dias);

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso VI da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder férias remanescentes pelo período de **06/03/2025 a 14/03/2025** (09 dias), não usufruídas no período concessivo, ao Servidor Público Municipal **MARCOS ROBERTO PELLACANI** - **Assistente Administrativo** - Matrícula: **050033**, suspensas por meio da Portaria nº 4524/2024, restando 13 dias a serem usufruídos oportunamente.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroagidos a 06/03/2025.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 10 de março de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal

Protocolo 1512284

PORTARIA Nº 898/2025
LOCALIZA O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JOSÉ VAGTON MANHANI.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e,

- considerando os pareceres constantes no processo nº 2381/2025, protocolizado em 19/02/2025;

- considerando que o referido servidor estava localizado na Secretaria de Interior;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Localizar, o Servidor Público Municipal **JOSÉ VAGTON MANHANI** - **Motorista** - Matrícula: **052555**, na **Secretaria de Saúde**, a partir de **12/03/2025.**

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual do servidor.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos para 12/03/2025.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 10 de março de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal
Protocolo 1512290

PORTARIA Nº 899/2025

AMPLIA A CARGA HORARIA DA FARMACEUTICA ISABEL HELOISA GAEDE MACIEL.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando a CI/SECSAU/N°.201/2025 protocolizada sob o n° 2384/2025 em 19/02/2025, relatando a necessidade de extensão da carga horária da servidora Farmacêutica Isabel Heloisa Gaede Maciel, em virtude da elevada e crescente demanda no setor de Farmácia de Alto Custo do Centro Municipal de Especialidades;

- considerando parecer da Secretaria Jurídica constante no processo;

- considerando os dispositivos da Lei Municipal nº 1999/2017;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica ampliada a carga horária da Farmacêutica **ISABEL HELOISA GAEDE MACIEL** - matrícula: **053096**, de **20** (vinte) horas semanais, para **32** (trinta e duas) horas semanais, com a remuneração proporcional ao aumento da carga horária, no período de **10/03/2025 a 08/08/2025**, em virtude da elevada e crescente demanda no setor de Farmácia de Alto Custo do Centro Municipal de Especialidades, da Secretaria de Saúde.

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual da servidora.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 10 de março de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal
Protocolo 1512292

PORTARIA Nº 900/2025

AMPLIA A CARGA HORARIA DA PSICÓLOGA MORGANA LICKTENELD BOOSTEL.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando a CI/PMSMJ/SETDAS/N°094/2025, protocolizada em 03/02/2025 sob o n° 1628/2025, relatando a necessidade de extensão da carga horária da servidora Psicóloga Morgana Lickteneld Boostel, para atendimento e condução dos encontros com os homens autores de violência doméstica do "Programa Homem que é Homem";

- considerando parecer da Secretaria Jurídica constante no processo;

- considerando os dispositivos da Lei Municipal nº 1999/2017;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica ampliada a carga horária da Psicóloga **MORGANA LICKTENELD BOOSTEL**, matrícula: **053316**, de **20** (vinte) horas semanais, para **24** (vinte e quatro) horas semanais, com a remuneração proporcional ao aumento da carga horária, no período de **10/03/2025 a 09/09/2025**, para atendimento e condução dos encontros com os homens autores de violência doméstica do "Programa Homem que é Homem", da Secretaria de Trabalho, Desenvolvimento e Assistência Social.

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual da servidora.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 10 de março de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal
Protocolo 1512299

PORTARIA Nº 901/2025

AMPLIA A CARGA HORARIA DO ASSISTENTE SOCIAL SILAS PUTTIN FRAGOSO.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando a CI/PMSMJ/SETDAS/N°096/2025, protocolizada em 05/02/2025 sob o n° 1723/2025, relatando a necessidade de extensão da carga horária do servidor Assistente Social Silas Puttin Fragoso, para atendimento do Projeto "Programa Homem que é Homem";

- considerando parecer da Secretaria Jurídica constante no processo;

- considerando os dispositivos da Lei Municipal nº 1999/2017;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica ampliada a carga horária do Assistente Social **SILAS PUTTIN FRAGOSO**, matrícula: **053071**, de **20** (vinte) horas semanais, para **24** (vinte e quatro) horas semanais, com a remuneração proporcional ao aumento da carga horária, no período de **10/03/2025 a 09/09/2025**, para atendimento do Projeto "Programa Homem que é Homem", da Secretaria de Trabalho, Desenvolvimento e Assistência Social.

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual do servidor.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 10 de março de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal
Protocolo 1512302

PORTARIA Nº 902/2025

AMPLIA A CARGA HORARIA DA ASSISTENTE SOCIAL PAULA RODRIGUES PEREIRA.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando a CI/PMSMJ/SETDAS/N°095/2025, protocolizada em 04/02/2025 sob o n° 1700/2025, relatando a necessidade de extensão da carga horária da servidora Assistente Social Paula Rodrigues Pereira, para atuar no Serviço Especializado de Abordagem Social - SEAS, nas Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - AEPETI e no cumprimento das obrigações estabelecidas no Termo de Ajuste de Conduta n° 82/2024.

- considerando parecer da Secretaria Jurídica constante no processo;

- considerando os dispositivos da Lei Municipal nº 1999/2017;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica ampliada a carga horária da Assistente Social **PAULA RODRIGUES PEREIRA**, matrícula: **053261**, de **20** (vinte) horas semanais, para **36** (trinta e seis) horas semanais, com a remuneração proporcional ao aumento da carga horária, no período de **10/03/2025 a 09/09/2025**, para atuar no Serviço Especializado de Abordagem Social - SEAS, nas Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - AEPETI e no cumprimento das obrigações estabelecidas no Termo de Ajuste de Conduta n° 82/2024, da Secretaria de Trabalho, Desenvolvimento e Assistência Social.

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual da servidora.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 10 de março de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal
Protocolo 1512310

PORTARIA Nº 903/2025

AMPLIA A CARGA HORARIA DA ASSISTENTE SOCIAL MAYARA MARIA PALASSI SALES.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando a CI/PMSMJ/SETDAS/N°081/2025, protocolizada em 27/01/2025 sob o n° 1307/2025, relatando a necessidade de extensão da carga horária da servidora Assistente Social Mayara Maria Palassi Sales, para atendimento do Programa BPC na Escola, objetivando a promoção da inclusão social e escolar dos alunos, e fortalecendo a rede de apoio necessária para o desenvolvimento integral dos mesmos;

- considerando parecer da Secretaria Jurídica constante no processo;

- considerando os dispositivos da Lei Municipal nº 1999/2017;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica ampliada a carga horária da Assistente Social **MAYARA MARIA PALASSI SALES**, matrícula: **052991**, de **20** (vinte) horas semanais, para **24** (vinte e quatro) horas semanais, com a remuneração proporcional ao aumento da carga horária, no período de **10/03/2025 a 09/09/2025**, para atendimento do Programa BPC na Escola, objetivando a promoção da inclusão social e escolar dos alunos, e fortalecendo a rede de apoio necessária para o desenvolvimento integral dos mesmos, da Secretaria de Trabalho, Desenvolvimento e Assistência Social.

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual da servidora.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 10 de março de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal

Protocolo 1512316

PORTARIA Nº 904/2025
DESIGNA SERVIDOR(ES) PÚBLICO(S) MUNICIPAL(IS) PARA ACOMPANHAR(EM) E FISCALIZAR(EM) A CONTRATAÇÃO MUSICAL COM A BANDA DE MARCHINHA PARA O FOLIA JETIBÁ (CARNAVAL) - PROC. Nº 1817/2025 - CONTRATO(S) Nº(S) 072/2025.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e,
- considerando a necessidade de fiscalização e acompanhamento do(s) Contrato(s) nº(s) - 072/2025, cujo objeto é a contratação musical com a Banda de Marchinha para o Folia Jetibá (Carnaval);

- considerando o disposto nos Art. 117, §§ 1º e 2º da Lei Federal nº 14133/21;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Incisos VI, XV e XL da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o(s) Servidor(es) Público(s) Municipal(is) abaixo relacionado(s), para acompanhar(em) e fiscalizar(em) a contratação musical com a Banda de Marchinha para o Folia Jetibá (Carnaval), em cumprimento ao(s) Contrato(s) **nº(s) 072/2025**, em conformidade com as especificações que integram os documentos constantes no **processo nº 1817/2025** e seus anexos.

a) **Fiscal titular:** Karina Schulz Braun, matrícula nº 53.002;
b) **Fiscal suplente:** Tales Roberto Plantikow, matrícula nº 55.544;
c) **Gestor titular:** Eliana Litke.

Art. 2º. O(s) representante(s) designado(s) por este ato, anotará em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a aquisição dos objetos/serviços, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

Parágrafo Único. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do(s) representante(s) deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para adoção das medidas convenientes.

Art. 3º. Esta atividade não incidirá qualquer remuneração/gratificação ao salário do(s) profissional(is).

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir da(s) data(s) do(s) Contrato(s).

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 10 de março de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal

Protocolo 1512322

PORTARIA Nº 905/2025
DESIGNA SERVIDOR(ES) PÚBLICO(S) MUNICIPAL(IS) PARA ACOMPANHAR(EM) E FISCALIZAR(EM) A CONTRATAÇÃO MUSICAL DO GRUPO SOB CONTROLE PARA APRESENTAÇÃO NA FOLIA JETIBA (CARNAVAL) - PROC. Nº 2026/2025 - CONTRATO(S) Nº(S) 073/2025.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e,
- considerando a necessidade de fiscalização e acompanhamento do(s) Contrato(s) nº(s) - 073/2025, cujo objeto é a contratação musical do grupo Sob Controle para apresentação na Folia Jetibá (Carnaval);

- considerando o disposto nos Art. 117, §§ 1º e 2º da Lei Federal nº 14133/21;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Incisos VI, XV e XL da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o(s) Servidor(es) Público(s) Municipal(is) abaixo relacionado(s), para acompanhar(em) e fiscalizar(em) a contratação musical do grupo Sob Controle para apresentação na Folia Jetibá (Carnaval), em cumprimento ao(s) Contrato(s) **nº(s) 073/2025**, em conformidade com as especificações que integram os documentos constantes no **processo nº 2026/2025** e seus anexos.

a) **Fiscal titular:** Tales Roberto Plantikow, matrícula nº 55.544;
b) **Fiscal suplente:** Hilderson Jacob, matrícula nº 55.423;
c) **Gestor titular:** Eliana Litke.

Art. 2º. O(s) representante(s) designado(s) por este ato, anotará em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a aquisição dos objetos/serviços, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

Parágrafo Único. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do(s) representante(s) deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para adoção das medidas convenientes.

Art. 3º. Esta atividade não incidirá qualquer remuneração/gratificação ao salário do(s) profissional(is).

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir da(s) data(s) do(s) Contrato(s).

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 10 de março de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal

Protocolo 1512328

PORTARIA Nº 906/2025

NOMEIA DEVAIR DE CARVALHO NO CARGO EM COMISSÃO DE COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO DE VIAS- REF. CC-8.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e,

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Incisos, VI e IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá-ES.

R E S O L V E:

Art. 1º. Nomear **DEVAIR DE CARVALHO** no Cargo em Comissão de **Coordenadoria de manutenção de vias** - **Ref. CC-8** em **10 de março de 2025.**

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
.
Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.
Santa Maria de Jetibá-ES, 10 de março de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal

Protocolo 1512335

PORTARIA Nº 907/2025
ATRIBUI A SERVIDORA SIBELE VIEIRA SILVA MARIANO, EFETIVA NO CARGO DE MERENDEIRA A FUNÇÃO GRATIFICADA DE GESTÃO OPERACIONAL - REF. FGAG.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e,

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso VI e IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá-ES.

RESOLVE:

Art. 1º. Atribuir a servidora **SIBELE VIEIRA SILVA MARIANO**, efetiva no cargo de **Merendeira** - matrícula 53.519, a **Função Gratificada de Apoio Geral**- **Ref. FGAG**, em 21 de fevereiro de 2025.

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, procederá às anotações pertinentes na Ficha Funcional Individual da servidora, na forma do Art. 1º desta Portaria.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroagidos a 21/02/2025.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá-ES, 10 de março de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal

Protocolo 1512346

PORTARIA Nº 908/2025

INSTAURA A ABERTURA DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA PARA APURAR OS FATOS NARRADOS NO PROCESSO Nº 19343/2017.
O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e,

- considerando o parecer do Corregedor-Geral do Município constante no Processo nº 19373/2017 às fls 046 a 049 e a ratificação do Senhor Prefeito;

- considerando que a apuração é necessária para se chegar a conclusão se será necessário ou não a abertura de PAD;

- considerando que a Comissão Especial de Sindicância e Processo Disciplinar das Secretarias Municipais foi criada por meio do Decreto nº 014/2025 de 03 de fevereiro de 2025, conforme Lei Municipal nº 1364/2011 e alterações conforme Lei Municipal nº 1786/2015;

- considerando o disposto no Artigo 71 e 72 da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá, c/c Artigo 225 e seguintes da Lei Complementar n.º 2802/2024 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Santa Maria de Jetibá) e leis pertinentes a matéria.

RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar a abertura de Processo de Sindicância Administrativa para apurar os fatos e informações narrados no processo nº **19373/2017**, com base no Art. 225 da Lei Municipal nº 2802/2024 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).

Art. 2º. A Comissão Especial de Sindicância e Processo Disciplinar criada para a apuração é a que consta no **Decreto nº 014/2025**, apensado a este

processo, o de nº **19373/2017.**

Art. 3º. O prazo para a conclusão dos trabalhos será de 45 (quarenta e cinco) dias, contados da publicação desta Portaria.

Art. 4º. A Comissão Especial de Sindicância e Processo Disciplinar NOTIFICARÁ os servidores públicos municipais que estiveram ligados ao ocorrido, observando dispositivos de leis pertinentes a matéria.

Art. 5º. A Comissão Especial de Sindicância e Processo Disciplinar, após análise preliminar, com o respectivo relatório fundamentado, poderá sugerir abertura de Processo Administrativo Disciplinar na forma da Lei 2802/2024.

Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ar. 7°. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá-ES, 10 de março de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal

Protocolo 1512347

PORTARIA Nº 909/2025

EXONERA A PEDIDO, HAYRA KUTZ MANTOVANELLI, DO CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DE UNIDADE ODONTOLÓGICA DE SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF - REF - CC-6.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e,
- considerando o requerimento protocolizado em 10/02/2025, sob o nº 1919/2025, solicitando exoneração;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Incisos, VI e IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá-ES.

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, **HAYRA KUTZ MANTOVANELLI**, do Cargo em Comissão de **Chefe de Unidade Odontológica de Saúde da Família** - **PSF** - **Ref. CC-6**, em 05 de março de 2025.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroagidos a 05/03/2025.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se. Santa Maria de Jetibá-ES, 10 de março de 2025

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal

Protocolo 1512351

PORTARIA Nº 910/2025

EXONERA A PEDIDO, JESSYKA KIEPPERT DONATTI DO CARGO EFETIVO DE AUXILIAR DE CRECHE.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e,

- considerando a nomeação da Servidora Jessyka Kieppert Donatti, através da Portaria nº 2265/2024, para o cargo efetivo de Auxiliar de Creche;

- considerando o requerimento, protocolado na data de 12/02/2025, sob o nº 2083/2025 pela servidora solicitando a sua exoneração a partir de 12/02/2025;

- considerando as demais informações no processo nº 2083/2025;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Incisos, VI e IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá-ES.

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar a pedido, **JESSYKA KIEPPERT DONATTI**, do cargo efetivo de Auxiliar de Creche, a partir de 12/02/2025.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroagidos a 12/02/2025.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.
Santa Maria de Jetibá-ES, 11 de março de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal

Protocolo 1512355

PORTARIA Nº 911/2025

DESIGNA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO PARA TERMO DE FOMENTO E NOMEIA GESTORA DA PARCERIA.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e,

- considerando a necessidade de uma Comissão de Monitoramento e Avaliação do objeto de Termo de Fomento firmado com a OSC - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE/SMJ, nos moldes do Art. 2º, XI, da Lei 13.019/2014;

- considerando que o Município firmou Termo de Fomento nº 013/2023 - Processo nº 5708/2023;

- considerando o que dispõe os Arts. 55 ao 58 do Decreto Municipal n° 1416/2017;

- considerando a parecer no processo nº 5708/2023, solicitando a composição da comissão;

- considerando o disposto nos Art. 93, inciso II, d), da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica constituída a comissão de monitoramento e avaliação para o Termo de Fomento, celebrado em parceria com o município e a Organização da Sociedade Civil - OSC, que segue:
- **Termo de Fomento nº 013/2023 - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE/SMJ - CNPJ 03.258.716/0001-81.**

Art. 2º. Ficam designados para composição da comissão de que trata a presente Portaria os servidores:

I - ROSELI DE SOUZA LIMA DOS SANTOS - MATRÍCULA: 52.148;
II - JAQUELINE RIBEIRO MARTINS - MATRÍCULA: 52.840;
III - ADRIANIA RODRIGUES - MATRÍCULA: 55.514.

Parágrafo Único: A comissão poderá solicitar o apoio da SECRETARIA DE TRABALHO, DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL do Município, ou outro apoio técnico de terceiros, delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos.

Art. 3º. As atribuições da referida comissão são:

a) Recebimento dos documentos, e conferencia de acordo com Planos de Trabalho anexo ao Termo de Fomento;
b) Realizar pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizará os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;
c) Análise de Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação;
d) Análise de Relatório de monitoramento e a avaliação realizado pelos respectivos conselhos gestores, caso de parcerias financiadas com recursos de fundos específicos;
e) Outras atividades correlatas.

Parágrafo Único. Para a implementação do disposto na alínea "b)", poderá valer-se do apoio técnico de terceiros, delegar competência ou firmar parcerias com órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos.

Art. 4º. Fica nomeada ainda a servidora Pública Municipal **ADRIANA HERBST - MATRÍCULA: 55.541**, como **Gestora da Parceria**, cujas atribuições são aquelas previstas no artigo 61, da Lei Federal nº. 13.019, de 31 de julho de 2014.

Art. 5º. A Comissão não terá direito a gratificação mensal, por não atender os quesitos constantes na Lei nº 2079/2018.

Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 1591/2023.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 11 de março de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal

Protocolo 1512357

PORTARIA Nº 912/2025
DESIGNA SERVIDOR(ES) PÚBLICO(S) MUNICIPAL(IS) PARA ACOMPANHAR(EM) E FISCALIZAR(EM) A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE RECREAÇÃO, ANIMAÇÃO E PERFORMANCES INFANTIS COM PINTURA FACIAL E CORPORAL PARA O FOLIA JETIBÁ (CARNAVAL) - PROC. Nº 2025/2025 - CONTRATO(S) Nº(S) 075/2025.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e,
- considerando a necessidade de fiscalização e acompanhamento do(s) Contrato(s) nº(s) - 075/2025, cujo objeto é a contratação de serviço de recreação, animação e performances infantis com pintura facial e corporal para o Folia Jetibá (Carnaval);

- considerando o disposto nos Art. 117, §§ 1º e 2º da Lei Federal nº 14133/21;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Incisos VI, XV e XL da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o(s) Servidor(es) Público(s) Municipal(is) abaixo relacionado(s), para acompanhar(em) e fiscalizar(em) a contratação de serviço de recreação, animação e performances infantis com pintura facial e corporal para o Folia Jetibá (Carnaval), em cumprimento ao(s) Contrato(s) **nº(s) 075/2025**, em conformidade com as especificações que integram os documentos constantes no **processo nº 2025/2025** e seus anexos.

a) **Fiscal titular:** Angela Reisen, matrícula nº 81.617;
b) **Fiscal suplente:** Karina Schulz Braun, matrícula nº 53.002;
c) **Gestor titular:** Eliana Litke.

Art. 2º. O(s) representante(s) designado(s) por este ato, anotará em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a aquisição dos objetos/serviços, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

Parágrafo Único. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do(s) representante(s) deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para adoção das medidas convenientes.

Art. 3º. Esta atividade não incidirá qualquer remuneração/gratificação ao salário do(s) profissional(is).

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir da(s) data(s) do(s) Contrato(s).

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 11 de março de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal

Protocolo 1512361

PORTARIA Nº 913/2025
ALTERA ART. 1º DA PORTARIA Nº 4689/2024, QUE DESIGNA SERVIDOR(ES) PÚBLICO(S) MUNICIPAL(IS) PARA ACOMPANHAR(EM) E FISCALIZAR(EM) O RECEBIMENTO DE MEDICAMENTOS DO SISTEMA ESTADUAL DE REGISTRO DE PREÇOS (SERP).

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e,

- considerando que foi editada a Portaria nº 4689/2024, designando servidores para acompanharem e fiscalizarem o recebimento de medicamentos do Sistema Estadual de Registro de Preços (SERP);

- considerando a CI/PMSMJ/SECSAU/Nº 217/2025, autuada sob o processo 2025-0BGQ6, solicitando a alteração dos servidores anteriormente designados;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Incisos VI, XV e XL da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica alterado o Art. 1º da Portaria nº 4689/2024, passando a ter a seguinte redação:
"**Art. 1º.** Designar o(s) Servidor(es) Público(s) Municipal(is) abaixo relacionado(s), para acompanhar(em) e fiscalizar(em) o recebimento de medicamentos do Sistema Estadual de Registro de Preços (SERP).

Nº	Titular	Suplente	Secret.
01	Paloma Corteletti Lauwers - Mat.: 55.504	Adriana K. H. Bolsoni - Mat.: 53.144	SECSAU

(...)

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 11 de março de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal

Protocolo 1512364

PORTARIA Nº 914/2025

ALTERA ART. 1º DA PORTARIA Nº 186/2024, QUE DESIGNA SERVIDOR(ES) PÚBLICO(S) MUNICIPAL(IS), PARA ACOMPANHAR(EM) E FISCALIZAR(EM) O RECEBIMENTO DE MEDICAMENTOS ADQUIRIDOS ATRAVÉS DE LICITAÇÕES DO CONSÓRCIO CIM PEDRA AZUL.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e,

- considerando que foi editada a Portaria nº 186/2024 designando servidores para acompanhar(em) e fiscalizar(em) o recebimento de medicamentos adquiridos através de licitação do Consórcio CIM Pedra Azul;

- considerando a CI/SECSAU/Nº.217/2025, autuada sob o processo 2025-0BGQ6, solicitando substituição de fiscal titular para o recebimento de medicamentos de uso geral;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Incisos VI e XL da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar o Art. 1º da Portaria nº 186/2024, passando a ter a seguinte redação:

Art. 1º. Designar o(s) Servidor(es) Público(s) Municipal(is) abaixo relacionado(s), para acompanhar(em) e fiscalizar(em) o recebimento de medicamentos adquiridos através de licitação do Consórcio CIM Pedra Azul.

Nº	Titular	Suplente	Medicamentos
01	Paloma Corteletti Lauwers - Mat.: 55.504	Adriana K. H. Bolsoni - Mat.: 53.144	Medicamentos de uso geral
02	Gabriela S. Cott Loss - Mat.: 53.151	Layla Aparecida Chiste - Mat.: 05408	Medicamentos distribuídos através do serviço social da Saúde

(...)

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 5251/2024.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 11 de março de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal

Protocolo 1512378

PORTARIA Nº 915/2025

ALTERA O ARTIGO 2º DA PORTARIA Nº 401/2025 QUE DESIGNA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO REFERENTE AOS TERMOS DE COLABORAÇÃO N.º 003, 004, 005, 006, 007, 008, 009, 010, 011, 012, 013, 014, 015, 016 e 017/2024 E NOMEIA GESTORA DA PARCERIA.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e,

- considerando a necessidade de uma Comissão de Monitoramento e Avaliação do objeto dos Termos de Colaboração firmado com a OSC discriminada no Art. 1º;

- considerando que o Município firmou o Termo de Colaboração nº **003**, **004**, **005**, **006**, **007**, **008**, **009**, **010**, **011**, **012**, **013**, **014**, **015**, **016** e **017/2024** sob a responsabilidade da Secretaria de Agropecuária;

- considerando o que dispõe os Arts. 55 ao 58 do Decreto Municipal n° 1416/2017;

- considerando a Lei 2079/2018 de 02/05/2018, que autoriza a gratificação aos membros das comissões de monitoramento e avaliação dos Termos de Fomento, Colaboração e de Acordos de Cooperação;

- considerando parecer constante no processo nº 1732/2024, solicitando a alteração da Portaria nº 401/2025;

- considerando o disposto nos Art. 93, inciso II, d), da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Alterar o artigo 2º da Portaria nº 401/2025 que passa a vigorar com a seguinte redação:

(...)

Art. 2º. Ficam designados para composição da comissão de que trata a presente Portaria, os servidores:
I - MÁRCIA KURTH JASTROW - MATRÍCULA: 52.276;
II - RAFAELA TESCH - MATRÍCULA: 52.498;
III - DENER NELSON NOVAIS PEREIRA - MATRÍCULA: 53.142.

(...)

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 11 de março de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal

Protocolo 1512382

PORTARIA Nº 916/2025

SUSPENDE FÉRIAS REGULAMENTARES CONCEDIDAS A SERVIDORA MARIA DE FATIMA CANDIDO DOMINGOS SCHULZ.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando que foram concedidas férias regulamentares a servidora Maria de Fatima Candido Domingos Schulz, por meio da Portaria nº 518/2025, que compreende o período de 12/02/2025 a 13/03/2025;

- considerando a CI/SECSAU/Nº.222/2025, protocolizada sob o nº 2025-W0TNX em 28/02/2025, solicitando a suspensão das férias da referida servidora, pelo período de 19/02/2025 a 13/03/2025 (23 dias);

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso VI da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Suspender o gozo de férias da Servidora Pública Municipal **MARIA DE FATIMA CANDIDO DOMINGOS SCHULZ**, **Agente Comunitária de Saúde** - Matrícula:**005359** pelo período de **19/02/2025 a 13/03/2025.**

Art. 2º. O período de férias que compreende **19/02/2025 a 13/03/2025** (23 dias) será usufruído oportunamente.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroagidos a 19/02/2025.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 11 de março de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA Prefeito Municipal

Protocolo 1512389

PORTARIA Nº 918/2025
CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A MAIKELE DORING ROGGE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e,

- considerando o requerimento da servidora Maikele Doring Rogge, protocolizado em 06/03/2025 sob o nº 2025-1F9C5, apresentando atestado médico para gestante para afastamento, por motivo de gravidez;

- considerando que a Licença Maternidade é direito assegurado a servidora, nos termos do Art. 126 da Lei Municipal Complementar nº 2802/2024 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Santa Maria de Jetibá);

- considerando as demais informações contidas no Processo Administrativo n° 2025-1F9C5;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Incs. IV e IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá ES.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder **Licença Maternidade** a Servidora **MAIKELE DORING ROGGE**, efetiva no cargo de **Auxiliar de Biblioteca**, matrícula: **053035**, pelo período de **24/02/2025 a 22/08/2025.**

Art. 2º. O período de afastamento é de **180** (cento e oitenta) dias, a partir de **24/02/2025.**

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 24/02/2025**.**

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá-ES, 11 de março de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal

Protocolo 1512390

PORTARIA Nº 919/2025

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORA JOCILENE GONÇALVES MARCELINO.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando a CI/SECSAU/N°.229/2025, protocolizada sob o nº 2025-CVQF1 em 28/02/2025, pelo Secretário de Saúde, informando sobre as férias regulamentares da servidora Jocilene Gonçalves Marcelino, pelo período de 03/02/2025 a 04/03/2025;

- considerando que o pedido não foi incluso na escala de férias emitida pela Gerência de Recursos Humanos, e consequentemente a servidora não constou na folha de pagamento das férias do mês de Fevereiro/2025;

- considerando que a Portaria de férias será editada nesta data, portanto o pagamento das mesmas será efetuado em Abril/2025;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Incisos VI e IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art.1º. Considerar em férias regulamentares, referente ao período aquisitivo de 03/05/2023 a 02/05/2024, a Servidora Pública Municipal **JOCILENE GONÇALVES MARCELINO** - **Auxiliar Geral** - Matrícula: **052821**, no período de **03/02/2025 a 04/03/2025**.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroagidos a 03/02/2025.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 11 de março de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal

Protocolo 1512484

PORTARIA Nº 920/2025
ALTERA O ARTIGO 1º DA PORTARIA Nº 3501/2024 QUE DESIGNA COMISSÃO DE SELEÇÃO PARA ANÁLISE DE MÉRITO CULTURAL DOS PROJETOS APRESENTADOS CONFORME EDITAIL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 080/2024.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e,

- considerando o processo nº 10941/2024, protocolado pela Secretaria de Cultura e Turismo em 08/11/2024, apresentando a necessidade de Chamamento Público para a seleção de projetos culturais para receberem apoio financeiro nas categorias descritas no Anexo I do Edital de Chamamento Público nº 080/2024, com o objetivo de incentivar as diversas formas de manifestações culturais do Município de Santa Maria de Jetibá

- considerando a solicitação para nomeação de comissão para avaliar os projetos apresentados, conforme Edital de Chamamento Público nº 080/2024;

- considerando a solicitação para substituição dos membros da comissão;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Incs. VI e XL da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

R E S O L V E:

Art. 1º. Alterar o Artigo 1º da Portaria nº 3501/2024 que passa a vigorar com a seguinte redação:

"***Art.1º.*** *Designar Comissão de seleção para análise de mérito cultural dos projetos apresentados conforme Edital de Chamamento Público nº 080/2024 composto por 05 (cinco) membros, sendo 03 (três) do Poder Público e 02 (dois) do Conselho Municipal de políticas culturais:*

PODER PÚBLICO:
- ***Karina Schulz Braun***;
- ***Angela Reisen Brum***;
- ***Gabriela Soares Valadares.***

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS:
- ***katiele Maria Dettmann***;
- ***Gisila Boening Fleger"***

Art. 2º. São atribuições dos avaliadores de mérito cultural de projetos culturais:

a) Analisar o conteúdo dos projetos inscritos nos editais de cultura, dentro da área cultural de competência, de acordo com os critérios de seleção do referido edital;

b) Atribuir pontuação aos projetos, considerando pontuação prevista em edital;

c) Emitir parecer e registro de avaliação do projeto analisado, conforme critérios previstos em edital;

d) Comparecer às reuniões presenciais ou via meio eletrônico (internet) nas datas definidas ou sempre que convocado, destinadas à orientação, conclusão da análise das propostas e/ou decisão;

e) Assinar formulários, pareceres, atas e outros documentos de registro da seleção, sempre que necessário;

f) Analisar, emitir parecer, decidir e assinar atas de julgamento, sobre eventuais recursos à decisão da Comissão Julgadora, de acordo com o edital;

g) Executar suas atribuições no prazo previsto nos Editais de Seleção de Projetos a contar do recebimento dos projetos inscritos.

Art. 3º. Os trabalhos desta Comissão serão realizados em horário pré definido pela comissão.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 11 de março de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal
Protocolo 1512490

PORTARIA Nº 921/2025

ALTERA O ARTIGO 1º DA PORTARIA Nº 2360/2024 QUE DESIGNA COMISSÃO DE SELEÇÃO PARA ANÁLISE DE MÉRITO CULTURAL DOS PROJETOS APRESENTADOS CONFORME EDITAIS DE CHAMAMENTO PÚBLICO 073/2024, 074/2024 e 075/2024.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e,

- considerando o processo nº 6985/2024, protocolado pela Secretaria de Cultura e Turismo em 09/07/2024, apresentando a necessidade de Chamamento Público para seleção de projetos culturais para receberem apoio financeiro nas categorias de música, dança e artes visuais, conforme descrito no Anexo I do Edital de Chamamento Público nº 073/2024, por meio da celebração de Termo de Execução Cultural, com o objetivo de incentivar as diversas formas de manifestações culturais do Município de Santa Maria de Jetibá;

- considerando o processo nº 6987/2024 protocolado pela Secretaria de Cultura e Turismo em 09/07/2024, apresentando a necessidade de Chamamento Público para seleção de projetos culturais para receberem apoio financeiro para publicações de materiais educativos, inventários, projetos, estudos e similares voltados ao patrimônio cultural material e imaterial de Santa Maria de Jetibá e para apoio a estudos e pesquisas nas diversas áreas culturais, conforme descrito no Anexo I do Edital de Chamamento Público nº 074/2024, por meio da celebração de Termo de Execução Cultural, com o objetivo de incentivar as diversas formas de manifestações culturais do Município de Santa Maria de Jetibá;

- considerando o processo nº 6986/2024 protocolado pela Secretaria de Cultura e Turismo em 09/07/2024, apresentando a necessidade de Chamamento Público para seleção
de projetos culturais para receberem apoio financeiro para realização de festival da cultura popular de Santa Maria de Jetibá, conforme descrito no Anexo I do Edital de Chamamento Público nº 075/2024, por meio da celebração de Termo de Execução Cultural, com o objetivo de incentivar as diversas formas de manifestações culturais do Município de Santa Maria de Jetibá;

- considerando a solicitação para substituição dos membros da comissão;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Incs. VI e XL da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

R E S O L V E:

Art. 1º. Alterar o Artigo 1º da Portaria nº 2360/2025 que passa a vigorar com a seguinte redação:

"***Art. 1º****. Designar Comissão de seleção para análise de mérito cultural dos projetos apresentados conforme Editais de Chamamento Público nº 073/202, nº 074/2024 e nº 075/2024, composto por 05 (cinco) membros, sendo 03 (três) do Poder Público e 02 (dois) do Conselho Municipal de políticas culturais:*
PODER PÚBLICO:
- ***Karina Schulz Braun***;
- ***Angela Reisen Brum***;
- ***Gabriela Soares Valadares.***

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS:
- ***katiele Maria Dettmann***;
- ***Gisila Boening Fleger."***

Art. 2º. São atribuições dos avaliadores de mérito cultural de projetos culturais:

a) Analisar o conteúdo dos projetos inscritos nos editais de cultura, dentro da área cultural de competência, de acordo com os critérios de seleção do referido edital;

b) Atribuir pontuação aos projetos, considerando pontuação prevista em edital;

c) Emitir parecer e registro de avaliação do projeto analisado, conforme critérios previstos em edital;

d) Comparecer às reuniões presenciais ou via meio eletrônico (internet) nas datas definidas ou sempre que convocado, destinadas à orientação, conclusão da análise das propostas e/ou decisão;

e) Assinar formulários, pareceres, atas e outros documentos de registro da seleção, sempre que necessário;

f) Analisar, emitir parecer, decidir e assinar atas de julgamento, sobre eventuais recursos à decisão da Comissão Julgadora, de acordo com o edital;

g) Executar suas atribuições no prazo previsto nos Editais de Seleção de Projetos a contar do recebimento dos projetos inscritos.

Art. 3º. Os trabalhos desta Comissão serão realizados em horário pré definido pela comissão.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 11 de março de 2025

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal
Protocolo 1512503

PORTARIA N° 922/2025

DESIGNA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÃO - PROCESSO Nº 1159/2025.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

- considerando o Documento de Formalização de Demanda, protocolizado em
23/01/2025 sob o nº 1159/2025 pela Secretaria de Administração;

- considerando o disposto no Art. 6, inciso XX e XXV, da Lei nº 14.133, de 1º de Abril de 2021, que determina a realização dos estudos técnicos preliminares;

- considerando o disposto no Decreto Municipal 359/2023, que regulamenta a Lei 14.133/2021 no âmbito do Poder Executivo Municipal;

- considerando que a fase de planejamento das contratações deve ser atualizada às boas práticas inserindo a análise de sua viabilidade e o levantamento dos elementos essenciais a composição do Termo de Referência ou do Projeto Básico, regulamentando procedimentos padronizados;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Incisos VI e IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar, em atendimento ao disposto no art. 8º, V da Instrução Normativa nº 003/2021 os servidores abaixo relacionados ao desempenho das funções, para compor a Equipe de Planejamento da Contratação nos autos dos Processo nº 1159/2025, para aquisição de pó de café e açúcar, sob a coordenação do primeiro:

- GUILHERME TONIATO ORCELINO - matrícula: 55.430;
- ERMINDO FOESCH - matrícula: 50.444;
- LUANA PELACANI BERGER - matrícula: 55.518.

Parágrafo Único. Os servidores acima designados devem atuar de forma harmônica e eficaz a fim de produzir o melhor resultado ao interesse do município, devendo prestigiar a ética e não se distanciar dos princípios constitucionais regentes das contratações públicas, em especial o da legalidade, da eficiência, o da primazia do interesse público e o da razoabilidade, com o objetivo da entrega do Estudo Técnico Preliminar, Mapa de Riscos e Pesquisa de Preços nos termos da Instrução Normativa nº 003/2021.

Art. 2º. O Planejamento da Contratação será realizado a partir dos procedimentos que já integram a fase de planejamento das licitações do município, visando materializar atos imprescindíveis às contratações, devendo culminar no relatório de viabilidade ou não da contratação.

Art. 3º. A Equipe de Planejamento ora constituída fica autorizada a consultar servidores ou contratados que detenham conhecimentos específicos e possam auxiliar na conclusão dos trabalhos, bem como requisitar documentos que entenda pertinentes a qualquer setor da estrutura do órgão.

Parágrafo Único. Caso o servidor demandado se recuse a prestar as informações ou oferecer os documentos solicitados pela Equipe ou obstaculize a realização dos trabalhos pertinentes, a chefia imediata deverá ser comunicada para providenciar o atendimento da demanda e apurar a omissão ocorrida.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 11 de março de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal
Protocolo 1512509

PORTARIA Nº 923/2025

LOCALIZA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL LILIANA FROMHOLZ DA SILVA.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e,

- considerando a CI/PMSMJ/SECADM/N°.037/2025, protocolizada em 24/02/2025 sob o nº 2025-5J1T1, solicitando a localização da servidora Liliana Fromholz da Silva na Secretaria de Administração;

- considerando que a referida servidora estava localizada na Secretaria de Esportes;

- considerando o disposto nos Arts. 71 e 72, Inciso IX da Lei Orgânica do Município de Santa Maria de Jetibá.

RESOLVE:

Art. 1º. Localizar, a Servidora Pública Municipal **LILIANA FROMHOLZ DA SILVA** - Matrícula: **052810**, no Cargo de **Auxiliar Geral**, na **Secretaria de Administração**, a partir de **19/02/2025**.

Art. 2º. A Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, fará as anotações pertinentes na ficha funcional individual da servidora.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroagidos a 19/02/2025.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá - ES, 11 de março de 2025.

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal
Protocolo 1512512

Contrato

O Município de Santa Maria de Jetibá-ES, avisa conforme Art. 89, §1º da Lei 14.133/2021 que firmou, o que segue:
Contrato nº 000087/2025: Contratada: AGNES COMERCIAL LTDA. - ME/MEE - CNPJ: 03.450.477/0001-67. Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA, CONFORME DESCRIÇÕES CONTIDAS NO ANEXO DO CONTRATO, conforme descrições contidas no edital que originou a Ata de Registro de Preços nº 012/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO 000061/2024. **CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO CIDADES: 2024.062E0700001.02.0046. Valor total:** R$ 49.680,90**. Prazo:** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, iniciando imediatamente a partir da publicação do contrato. **Dotação:** 237-150000250000 - MATERIAL DE CONSUMO (062E0700001007001121220016 2.0223390300000015000025), 260-155000000000 - MATERIAL DE CONSUMO (062E070000100700112361001 62.023339030000001550000 0), 284-150000250000 - MATERIAL DE CONSUMO (062E070000100700112365001 62.0263390300000015000025). **Processo 2025-MPZLC.**
RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá
Protocolo 1511987

O Município de Santa Maria de Jetibá-ES, avisa conforme Art. 89, §1º da Lei 14.133/2021 que firmou, o que segue:
Contrato nº 000067/2025: Contratada: INSTRUTRANSITO EMPREENDEDOR CAPACITACAO E TREINAME - CNPJ: 20.735.823/0001-72. Objeto: Aquisição de curso de formação e atualização para condutores de veículos - INEXIGIBILIDADE 000041/2024. **CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO CIDADES: 2024.062E0700001.10.0041. Valor total:** R$ 500,00. **Prazo:** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da publicação do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021. **Dotação:** 0030010412200022003 - Manutenção das Atividades Administrativas - 33903900000 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - Ficha - 0037 - Fonte de Recursos - 150000000001.
Contrato nº 000068/2025: Contratada: INSTRUTRANSITO EMPREENDEDOR CAPACITACAO E TREINAME - CNPJ: 20.735.823/0001-72. Objeto: Aquisição de curso de formação e atualização para condutores de veículos - INEXIGIBILIDADE 000041/2024. **CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO CIDADES: 2024.062E0700001.10.0041. Valor total:** R$ 4.400,00. **Prazo:** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da publicação do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021. **Dotação:** 272-150000250000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA (062E 0700001007001123610017 2.02533903900000).
O Município de Santa Maria de Jetibá-ES, avisa conforme Art. 89, §1º da Lei 14.133/2021 que firmou, o que segue:
Contrato nº 000069/2025: Contratada: INSTRUTRANSITO EMPREENDEDOR CAPACITACAO E TREINAME - CNPJ: 20.735.823/0001-72. Objeto: Aquisição de curso de formação e atualização para condutores de veículos, conforme descrições contidas no anexo do contrato - INEXIGIBILIDADE 000041/2024. CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO CIDADES: 2024.062E0700001.10.0041. Valor total: R$ 2.700,00. **Prazo:** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da publicação do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021. **Dotação:** 0100012612200342.054 - Manutenção da frota de máquinas, equipamentos e veículos - 33903900000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA - Ficha - 395 - Fonte de Recursos - 150000000001.
Contrato nº 000070/2025: Contratada: INSTRUTRANSITO EMPREENDEDOR CAPACITACAO E TREINAME - CNPJ: 20.735.823/0001-72. Objeto: Aquisição de curso de formação e atualização para condutores de veículos, conforme descrições contidas no anexo do contrato - INEXIGIBILIDADE 000041/2024. **CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO CIDADES: 2024.062E0700001.10.0041. Valor total:** R$ 2.700,00. **Prazo:** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da publicação do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021. **Dotação:** 681-150000000001 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA (062E 0700001023002081220053 2.09333903900000).
Contrato FMS nº 000007/2025: Contratada: INSTRUTRANSITO EMPREENDEDOR CAPACITACAO E TREINAME - CNPJ: 20.735.823/0001-72. Objeto: Aquisição de curso de formação e atualização para condutores de veículos - INEXIGIBILIDADE Nº 041/2024. **CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO CIDADES: 2024.062E0700001.10.0041**. **Valor total:** R$ 14.450,00. **Prazo:** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da publicação do contrato na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021. **Dotação:** 20-150000150000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA (062 E0500001015001101220042 2.07233903900000).
Processo Requerimento Nº 004292/2024.
RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá
Protocolo 1512939

Aditivo

O município de Santa Maria de Jetibá-ES, em cumprimento ao Art. 89, §1º da Lei 14.133/2021, e com respaldo no Art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, firmou o que segue:
001º Termo aditivo ao Contrato nº 000160/2025.

Contratada: ELOAH PUBLICIDADE E PROPAGANDA. CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO CIDADES: 2024.062E0700001.09.0001. Objeto: Fica prorrogado o Contrato Nº 000160/2024 pelo período de 60 dias, correspondendo a Sexta-feira, 14 de Março de 2025 a Terça-feira, 13 de Maio de 2025; o valor correspondente a prorrogação deste aditivo é de R$ 2.916,67, que tem por objeto a contratação de jornal de grande circulação para a divulgação de extratos de Editais para o Município de Santa Maria de Jetibá, conforme critérios e especificações contidas no Termo de Referência. **Processo: 000744/2024.**

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá

Protocolo 1511990

São Domingos do Norte

Aditivo

SEGUNDO TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 99/2024

O **MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO NORTE**, Estado do Espírito Santo, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 36.350.312/0001-72, sediado na Rodovia Gether Lopes de Farias, Bairro Emilio Callegari, São Domingos do Norte/ES, CEP 29745-000, neste ato representado pela Excelentíssima Senhora Prefeita **Ana Izabel Malacarne de Oliveira**, portadora do CPF nº 775.711.857-34, residente e domiciliada na Rua Goiânia, s/n, Centro, São Domingos do Norte/ES, CEP 29745-000, doravante denominado **CONTRATANTE** por intermédio do Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, doravante denominada simplesmente **INTERVENIENTE** e do outro lado a empresa **DOMINARE CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 09.488.247/0001-73, estabelecida no Córrego São Gabriel, Zona Rural, São Gabriel da Palha/ES, CEP 29780-000, e-mail: construtoracsd-adm@hotmail.com, tel.: (027) 3727-0473 e (027) 99904-5836, representada neste ato pelo Sr. **Welfrido Piski**, portador do CPF nº 996.180.527-53, CI nº 880.761 SSP/ES, casado, empresário, residente na Rua Sete de Setembro, nº 587, Andar 02, Centro, São Gabriel da Palha/ES, CEP 29780-000 designada abreviadamente de **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 0809/2025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável, resolvem firmar o presente TERMO ADITIVO, observadas as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO

1.1. O presente termo aditivo tem como objeto a prorrogação do contrato nº 99/2024 por mais 08 (oito) meses, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

2.1. Fica prorrogado o presente contrato a partir de **25/03/2025** até **24/11/2025.**

Em tudo mais fica perfeitamente ratificado o Contrato nº 99/2024, em todas as suas cláusulas e condições, do qual o presente fica fazendo parte integrante e inseparável.
E, por estarem contratados, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor.

São Domingos do Norte/ES, 12 de março de 2025.

Ana Izabel Malacarne de Oliveira
Prefeita Municipal
Contratante

Welfrido Piski
Representante Legal
Contratada

Testemunhas:

a) _____ b) _____

Protocolo 1512045

DÉCIMO SEGUNDO TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 91/2022

O **MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO NORTE**, Estado do Espírito Santo, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 36.350.312/0001-72, sediado na Rodovia Gether Lopes de Farias, s/n, Bairro Emilio Callegari, São Domingos do Norte/ES, CEP 29745-000, neste ato representado pela Excelentíssima Senhora Prefeita **Ana Izabel Malacarne de Oliveira**, portadora do CPF nº 775.711.857-34, residente e domiciliada na Rua Goiânia, s/n, Centro, São Domingos do Norte/ES, CEP 29745-000, doravante denominado **CONTRATANTE** e do outro lado, a empresa **DOMINARE CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 09.488.247/0001-73, estabelecida no Córrego São Gabriel, Zona Rural, São Gabriel da Palha/CEP 29780-000, e-mail: dominare1@hotmail.com, Tel.: (027) 3727-0473 e (027) 99904-5836, representada neste ato pelo Sr. **Welfrido Piski**, portador do CPF nº 996.180.527-53, CI nº 880.761 SSP/ES, casado, empresário, residente na Rua Sete de Setembro, nº 587, Andar 02, Centro, São Gabriel da Palha/ES, CEP 29780-000, designada abreviadamente de **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 0808/2025 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e da Lei nº 10.520, resolvem firmar o presente TERMO ADITIVO, observadas as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O presente termo aditivo tem como objeto a prorrogação do contrato nº 91/2022 por mais 12 (doze) meses, nos termos do art. 57, II, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

2.1. Fica prorrogado o presente contrato a partir de **14/03/2025** até **13/03/2026.**

Em tudo mais fica perfeitamente ratificado o Contrato nº 91/2022, em todas as suas cláusulas e condições, do qual o presente fica fazendo parte integrante e inseparável.
E, por estarem contratados, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor.

São Domingos do Norte/ES, 12 de março de 2025.

Ana Izabel Malacarne de Oliveira Welfrido Piski
Prefeita Municipal — Representante Legal
Contratante — Contratado

Testemunhas:

a) _____ b) _____

Protocolo 1512046

PRIMEIRO TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 109/2024

O **MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS DO NORTE**, Estado do Espírito Santo, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 36.350.312/0001-72, sediado na Rodovia Gether Lopes de Farias, Bairro Emilio Callegari, São Domingos do Norte/ES, CEP 29745-000, neste ato representado pela Excelentíssima Senhora Prefeita **Ana Izabel Malacarne de Oliveira**, portadora do CPF nº 775.711.857-34, residente e domiciliada na Rua Goiânia, s/n, Centro, São Domingos do Norte/ES, CEP 29745-000, doravante denominado **CONTRATANTE** por intermédio da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, doravante denominada simplesmente **INTERVENIENTE** e do outro lado a empresa **CS COSTA COMÉRCIO E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 06.178.268/0001-02, estabelecida no Córrego Sobradinho, s/n, Sitio Pai e Filho, Pavilhão II, Zona Rural, Boa Esperança/ES, CEP 29.845-000, e-mail: cscosta.me@gmail.com, tel.: (027) 3070-8296, representada neste ato pelo Sr. **Claudenor Silva Costa**, portador do CPF nº 074.488.507-84 e RG nº 1.491.387 SSP/ES, designada abreviadamente de **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 1560/2025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável, resolvem firmar o presente TERMO ADITIVO, observadas as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO

1.1. O presente termo aditivo tem como objeto a prorrogação do contrato nº 109/2024 por mais 02 (dois) meses, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

2.1. Fica prorrogado o presente contrato a partir de **15/05/2025** até **11/07/2025.**

Em tudo mais fica perfeitamente ratificado o Contrato nº 109/2024, em todas as suas cláusulas e condições, do qual o presente fica fazendo parte integrante e inseparável.
E, por estarem contratados, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor.

São Domingos do Norte/ES, 14 de março de 2025.

Ana Izabel Malacarne de Oliveira Claudenor Silva Costa
Prefeita Municipal — Representante Legal
Contratante — Contratada

Testemunhas:

a) _____ b) _____

Protocolo 1512495

São Gabriel da Palha

Decreto

DECRETO Nº 4.963/2025
NOMEAR NO CARGO COMISSIONADO DE DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA O SENHOR PEDRO PAULO DE PAIVA PESSI

TIAGO ROCHA, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA-ES, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS. ...

Considerando o Memorando Interno nº 89 de 13 de Março de 2025, do Gabinete do Prefeito Municipal.

D E C R E T A:

Art. 1º - Nomear o Senhor PEDRO PAULO DE PAIVA PESSI, no Cargo Comissionado de Diretor do Departamento de Agricultura, Padrão CC-2, Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Agropecuário, da Prefeitura Municipal de São Gabriel da Palha a partir de 13 de Março de 2025.
Art. 2º- Revogam-se as disposições em contrário.
Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de Sua publicação no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Espírito Santo.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de São Gabriel da Palha-ES, 13 de março de 2025.

TIAGO ROCHA
PREFEITO MUNICIPAL

Protocolo 1511949

DECRETO N.º 4.964/2025.

INSTITUI O ORGANISMO DE POLITICAS PARA MULHERES (OPM), ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA FORMULAÇÃO, COORDENAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DESTINADAS À PROMOÇÃO E GARANTIA DOS DIREITOS DAS MULHERES, BEM COMO AO ENFRENTAMENTO DAS DIVERSAS FORMAS DE VIOLÊNCIA DE GÊNERO.

TIAGO ROCHA, **Prefeito Municipal de São Gabriel da Palha**, **Estado do Espírito Santo**, no uso de suas atribuições constitucionais, considerando

a necessidade de fortalecer as políticas públicas voltadas para a promoção da igualdade de gênero e a proteção dos direitos das mulheres no município de São Gabriel da Palha-ES, São Gabriel da PalhaES, a fim de cumprir o estabelecido pela Lei n° 11.340, de 7 de agosto de 2006 e o Decreto n° 9.586, de 27 de novembro de 2018,

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica instituído o ORGANISMO DE POLITICAS PARA MULHERES (OPM), com a finalidade principal de promover e garantir os direitos das mulheres, bem como coordenar ações de enfrentamento às diversas formas de violência contra a mulher.

Art. 2.º - São objetivos específicos do ORGANISMO DE POLITICAS PARA MULHERES (OPM):
I - Elaborar e implementar políticas públicas que assegurem a igualdade de direitos e oportunidades entre gêneros;

II - Desenvolver programas e ações destinadas à prevenção e ao enfrentamento da violência contra a mulher;

III - Promover campanhas educativas que visem à conscientização e à eliminação de estereótipos contra a mulher;

IV - Estabelecer parcerias com organizações governamentais e não governamentais para o fortalecimento de redes de apoio às mulheres em situação de vulnerabilidade;

V - Monitorar e avaliar a efetividade das políticas públicas implementadas, propondo ajustes e melhorias quando necessário;

VI- Instituir o Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres;

VII- Incluir nas leis orçamentarias vindouras a dotação orçamentaria especifica para o financiamento de politicas públicas direcionadas a garantia dos direitos às mulheres e ao enfrentamento à violência de gênero;
VIII- Captar recursos junto ao governo Estadual e Federal para execução de projetos e programas a serem estabelecidos;

IX- Instituir o Plano de Ação Municipal relacionado aos objetivos do Organismo de Politica para Mulheres.

Art. 3.º - A estrutura organizacional do ORGANISMO DE POLITICAS PARA MULHERES (OPM) será composta por:
I - Uma gestora do órgão;

II - Um técnico de nível superior lotado em departamento responsável por áreas temáticas, tais como: Promoção da Igualdade de Gênero, Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, Participação Política e Social das Mulheres, Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas.

§1º A composição do organismo será publicada em portaria específica da Secretaria Municipal de Assistência, Desenvolvimento Social e Família.

Art. 4.º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º - Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Gabriel da Palha, Estado do Espírito Santo, 13 de março de 2025.

TIAGO ROCHA
Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Espírito Santo.

Protocolo 1512345

REPUBLICAÇÃO DO DECRETO Nº 4.948/2025

NOMEAR NO CARGO COMISSIONADO DE ASSESSOR TÉCNICO DO GOVERNO, A SENHORA ALLANA DEMO AGRIZZI

TIAGO ROCHA, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA-ES, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS

Considerando o Memorando Interno nº 81 de 06 de março de 2025, do Gabinete do Prefeito Municipal.

D E C R E T A:

Art. 1º - Nomear a Senhora ALLANA DEMO AGRIZZI, no Cargo Comissionado de Assessor Técnico de Governo, lotada na Secretaria Municipal de Governo e Comunicação, a partir de 06 de Março de 2025.
Art. 2° - Revogam-se as disposições em contrário.
Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de Sua publicação no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Espírito Santo, surtindo Seus efeitos a partir de 06 de Março de 2025.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de São Gabriel da Palha-ES, 07 de março de 2025.

TIAGO ROCHA
PREFEITO MUNICIPAL

Protocolo 1512399

DECRETO Nº 4.966/2025
ESTENDE CARGA-HORÁRIA DE PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DA SERVIDORA JULLY BARCELOS FARIAS LOVATO

TIAGO ROCHA, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA-ES, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS. ...

Considerando que a jornada básica de trabalho dos profissionais da educação, que é de vinte e cinco (25) horas semanais, podendo ser estendida em até quinze (15) horas no máximo, em caráter excepcional, para atender as necessidades da rede municipal de ensino, conforme disposto no Art. 1º da Lei Municipal nº 2.743 de 20 de Junho de 2018.
Considerando o Processo Administrativo nº 1.803 de 10 de Março de 2025 da Secretaria Municipal de Educação.

DECRETA:

Art. 1º - Fica estendida em cinco (05) diárias, a carga-horária da Servidora JULLY BARCELOS FARIAS LOVATO, Matrícula 9362, Professora A MAPA - Educação Infantil, excepcionalmente nos dias 24/02/2025 a 26/02/2025, no CMEI "Dona Neca", passando cinco (05) horas diárias, para dez (10) horas diárias, em substituição a Professora ELIETE DA SILVA MACHADO Mat. 9190, licenciada conforme a apresentação de atestado médico.
Art. 2º- Revogam-se as disposições em contrário.
Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de Sua publicação no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Espírito Santo, retroagindo Seus efeitos a partir de 24 de Março de 2025.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de São Gabriel da Palha-ES, 14 de março de 2025.

TIAGO ROCHA
PREFEITO MUNICIPAL

Protocolo 1512476

DECRETO Nº 4.967/2025
NOMEAR NO CARGO COMISSIONADO DE ASSESSORA TÉCNICA DE GOVERNO, A SENHORA AURENY NEVES DA SILVA

TIAGO ROCHA, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA-ES, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS. ...

Considerando o Memorando Interno nº 90 de 14 de março de 2025, do Gabinete do Prefeito Municipal.

D E C R E T A:

Art. 1º - Nomear a Senhora AURENY NEVES DA SILVA, no Cargo Comissionado de Assessora Técnica de Governo, Padrão CC-4, da Secretaria Municipal de Governo e Comunicação, da Prefeitura Municipal de São Gabriel da Palha, a partir de 14 de Março de 2025.
Art. 2º- Revogam-se as disposições em contrário.
Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de Sua publicação no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Espírito Santo.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de São Gabriel da Palha-ES, 14 de março de 2025.

TIAGO ROCHA
PREFEITO MUNICIPAL

Protocolo 1512480

DECRETO Nº 0004965/2025
Data 14/03/2025
DECRETO N.º 0004965/2025 autorizado pela Lei n.º 0003249/2025
O Prefeito Municipal de Sao Gabriel da Palha, no Estado do ESPIRITO SANTO, usando de atributos legais que lhe são conferidas através da Lei Nº 0003249/2025,

DECRETA

Art. 1º - Fica suplementado no orçamento da despesa prevista para o exercício de 2025 a importância de R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), nas seguintes dotações:

Ficha
0000008

Dotação
000001000001.0103111012.101.33903600000

Órgão Unidade Função Subfunção Programa Projeto Elemento
000001 - CAMARA MUNICIPAL DE SAO GABRIEL DA PALHA
000001 - CAMARA MUNICIPAL DE SAO GABRIEL DA PALHA
01 - Legislativa
031 - Ação Legislativa
1101 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
2.101 - MANUTENÇÃO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
33903600000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
Fonte 150000000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS
Valor 35.000,00

Art. 2º - Para a cobertura das suplementações relacionadas no artigo anterior, serão utilizados os seguintes recursos: Suplementação/Anulação Dotação: R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais)
Ficha
0000016
Dotação
000001000001.0103111012.101.44905200000
Órgão Unidade Função Subfunção Programa Projeto Elemento Fonte
000001 - CAMARA MUNICIPAL DE SAO GABRIEL DA PALHA
000001 - CAMARA MUNICIPAL DE SAO GABRIEL DA PALHA
01 - Legislativa
031 - Ação Legislativa
1101 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
2.101 - MANUTENÇÃO DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
44905200000 - EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE
150000000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS
Valor 35.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos na data da assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Sao Gabriel da Palha - ES, 14 março de 2025

TIAGO ROCHA
Prefeito

Protocolo 1512519

Edital

EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA E DA SECRETARIA Nº 001/2025. - RETIFICAÇÃO

A RETIFICAÇÃO DESTE EDITAL TERÁ VALIDADE A PARTIR DE 13 DE MARÇO DE 2025, INCLUSIVE PARA AS INSCRIÇÕES REALIZADAS NESTA DATA

MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DA PALHA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n.º 27.174.143/0001-76, cujo Poder Executivo está sediado à Praça Vicente Glazar, nº 159, Bairro Glória, Município de São Gabriel da Palha, Estado do Espírito Santo, por seu Prefeito Municipal, Tiago Rocha, no uso de suas atribuições legais, e pela Comissão Especial nomeada pela Portaria nº 9.678, de 13/02/2025, torna público o Edital para o Processo Seletivo Simplificado Emergencial e faz saber que entre os dias 12 a 14 de março de 2025 estarão abertas as inscrições para os candidatos, com vistas à contratação temporária para atendimento às necessidades de excepcional interesse público da Prefeitura Municipal de São Gabriel da Palha, de acordo com as normas estabelecidas neste Edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O processo seletivo simplificado emergencial destina-se à formação de cadastro de reserva para futura contratação de profissionais para atuarem no cargo de: assistente social do programa incluir, psicólogo do programa incluir, motorista do programa incluir, educador físico, assistente social do programa bolsa família, servente, auxiliar de cuidador, cuidador social, orientador social,visitador do programa criança feliz, oficineiro de música e oficineiro de artes para atendimento às necessidades de excepcional interesse público dos referidos órgãos, nos termos das leis municipais nº 2.651/2017 (que dispõe sobre as contratações por tempo determinado), nº 2.571/2015 (que dispõe sobre a reestruturação do plano de carreira dos servidores públicos), nº 2.978/2022 (que autoriza a contratação para atendimento ao programa criança feliz), nº 2.100/2010 (autoriza o poder executivo municipal realizar processo seletivo público para a contratação de assistente social que atuará junto ao programa bolsa família - pbf), nº 2.747/2018 (que autoriza contratação para atendimento ao paif, scfv e cad único) e lei nº 2.756/2018 (altera a lei nº 2.747/2018, que autoriza o poder executivo municipal a celebrar contrato administrativo para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público) .

1.2. Nenhum candidato poderá alegar desconhecimento das instruções contidas neste Edital, sendo as ações e acompanhamento de sua inteira responsabilidade, desde o edital de abertura até o edital de convocação.

1.3. A inscrição do candidato implicará no conhecimento do presente Edital e seu compromisso de aceitar plena e integralmente as condições determinadas por este Edital e legislação pertinente.

1.4. O Processo Seletivo Simplificado Emergencial visa à contratação temporária por um período de 12 (doze) a 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado, desde que não ultrapasse o período de 04 (quatro) anos.

1.5. O quadro de denominações, atribuições e vencimentos dos cargos será descrito no anexo I constante deste edital, bem como fixado na legislação municipal em vigor.

1.6. O Processo Seletivo Simplificado será realizado sob a responsabilidade da Comissão Especial nomeada pela Portaria nº 9.678, de 13/02/2025.

1.7. As atividades inerentes aos cargos, conforme legislação vigente, serão determinadas e acompanhadas pelas secretarias municipais competentes.

1.8. Integram o presente Edital os seguintes anexos:

ANEXO I: Quadro de detalhamento do cargo, quantidade de vagas, carga horária, remuneração e período.
ANEXO II: Atribuições e requisitos básicos dos cargos.
ANEXO III: Ficha de inscrição.
ANEXO IV: Requerimento de recurso.
ANEXO V: Tabela de Pontuação
ANEXO VI: Cronograma deste Processo Seletivo

2. AS INSCRIÇÕES

2.1. As inscrições serão realizadas na Secretaria Municipal de Assistência,Desenvolvimento Social e Família, situada na Rua 14 de Maio, nº 54, Bairro Glória, Município de São Gabriel da Palha/ES, entre os dias 12 a 17 de março de 2025, no horário das 13h00min às 17h00min de quarta à quinta-feira e 7h00 às 13h00 na sexta-feira.
2.2. As inscrições deverão ser feitas em envelope lacrado, contendo a documentação constante no item 2.4,

2.3. São requisitos mínimos para a inscrição:
2.3.1. A idade mínima de 18 (dezoito) anos;
2.3.2. Possuir os requisitos de escolaridade para cada cargo dentre os descritos neste edital e na legislação Municipal em vigor;
2.3.3. Conhecer as exigências estabelecidas neste Edital e estar de acordo com elas;
2.3.4. Não se enquadrar na vedação de acúmulo de cargos e remuneração prevista no inciso XVI e § 10, ambos do art. 37 da Constituição Federal e demais normas do ordenamento jurídico pátrio;
2.3.5. Ser brasileiro e gozar das prerrogativas previstas no artigo 12 da Constituição Federal, além de encontrar-se no pleno exercício de seus direitos civis e políticos.
2.3.6. Estar em dia com as obrigações eleitorais;
2.3.7. Se do sexo masculino, estar em dia com as obrigações do serviço militar;
2.3.8. Não ter sido demitido por justa causa ou estar impedido de ser contratado nas esferas da administração pública direta e indireta, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
2.3.9. Não ter sido condenada ou estar sendo julgada em sede de Processo Administrativo disciplinar, uma vez que obteve Cargo Público.

2.4. Para efeito de inscrição, o candidato preencherá formulário padrão com letra legível, conforme Anexo III deste edital, não podendo haver rasuras ou emendas, nem omissão de dados nele solicitados, fazendo a juntada da documentação necessária em cópia simples, acompanhado do documento original ou, a critério do candidato, documento autenticado em cartório ou previamente na forma da lei municipal nº 2.761/2018, a saber:

2.4.1. Cópia de documento de identificação com foto, CNH e CPF;
2.4.2. Certidão de quitação eleitoral;
2.4.3. Cópia de comprovante de quitação com o serviço militar, se o candidato for do sexo masculino;
2.4.4. Cópia do comprovante de escolaridade (diploma, histórico escolar ou certidão de escolaridade);
2.4.5. Cópia dos documentos apresentados a título de pontuação (qualificação profissional e tempo de serviço).

2.5. Será permitida a inscrição por procuração pública ou por procuração particular com firma reconhecida, assumindo o candidato outorgante total responsabilidade pelas informações prestadas por seu procurador.

2.6. Os cursos avulsos realizados no exterior só terão validade quando acompanhados por documentos expedidos por tradutor juramentado.

2.7. O candidato poderá realizar até 02 (duas) inscrições para o presente edital, apresentando a respectiva documentação em envelopes independentes.

2.8. Compete ao candidato a responsabilidade pela escolha dos títulos a serem apresentados, assim como os documentos de comprovação do pré-requisito e a escolha da função. O pré-requisito não será contabilizado na tabela de pontuação.

2.9. No processo seletivo simplificado não haverá cobrança de taxa de inscrição.

2.10. Não serão aceitas, em hipótese alguma, inscrições por via postal, via e-mail ou por outra forma não prevista no edital, e nem tampouco fora do período estabelecido neste Edital.

2.11. É responsabilidade do candidato providenciar o preenchimento do seu próprio formulário de inscrição.

2.12. As cópias simples dos documentos apresentadas pelos candidatos deverão ser autenticadas em cartório ou, a critério do candidato, previamente na forma da Lei Municipal nº 2.761/2018.

3. DO PROCESSO SELETIVO

3.1. O processo seletivo simplificado será realizado mediante prova de títulos (exercício profissional e qualificação profissional) em caráter eliminatório e classificatório.

3.2. Para comprovação da titulação serão consideradas cópias de diplomas, certificados ou declarações.

3.3. Poderá haver impugnação ao edital no prazo de 02 dias após a sua publicação, a ser encaminhada ao presidente da comissão, no Protocolo Geral do Município de São Gabriel da Palha/ES, nos termos do anexo IV deste edital.

4. DA REALIZAÇÃO DA PROVA DE TÍTULOS

4.1. A prova de títulos tem como objetivo:
4.1.1. Verificar se o candidato apresentou todos os documentos exigidos como pré-requisito do cargo e demais documentos relativos ao exercício profissional e à qualificação profissional.
4.1.2. Pontuar os títulos apresentados.

4.2. A prova de avaliação de títulos terá valor máximo de 100 pontos, conforme indicado nas tabelas

constantes no Anexo V:

4.3. Considera-se experiência profissional para candidatos toda atividade desenvolvida e comprovada, conforme item 4.6, desenvolvida exclusivamente na função pleiteada.

4.4. Na contagem da qualificação profissional, os candidatos poderão apresentar títulos com certificado de conclusão, exceto os títulos de pós graduação (*stricto sensu* e *lato sensu*), cujos certificados serão aceitos independente da data de conclusão, desde que atendida a carga horária mínima de 360 horas, sendo indispensável o reconhecimento do curso e da instituição pelo MEC.

4.5. Os cursos com emissão de certificação online somente serão aceitos mediante código de validação e com cópias autenticadas.

4.6. Dar-se-á a comprovação de experiência profissional:
4.6.1. Em empresa privada: tempo de serviço na área de atuação com vínculo empregatício, mediante registro na Carteira de Trabalho e Previdência Social ou atestado em papel timbrado da empresa, com carimbo do CNPJ e assinatura do responsável legal pela mesma, o qual deverá expressar claramente as atividades exercidas (que deverão estar relacionadas com a área profissional da função), bem como o período em que o candidato esteve vinculado à empresa, com a data de início e de término (dia, mês e ano).
4.6.2. Autônomo ou profissional liberal: por meio de contratos e/ou certidões e/ou atestados de órgãos públicos ou de empresas privadas, com firma reconhecida, em papel com timbre, carimbo, data e assinatura do responsável, que identifique claramente os serviços fornecidos, bem como o período de prestação dos mesmos, com a data de início e de término (dia, mês e ano). Também serão aceitos comprovantes de recolhimento ao INSS como autônomos, acompanhados de alvará ou comprovante de pagamento do ISSQN (imposto sobre serviços de qualquer natureza), que possibilitem identificar a função exercida (que deverá ser relacionada com a área profissional da função).
4.6.3. Em órgão público: tempo de serviço na área de atuação com vínculo empregatício ou estatutário em órgãos públicos, por meio de certidão fornecida pelos órgãos públicos, comprovando o tempo de serviço e expressando claramente as atividades exercidas (que deverão ser relacionadas com a área profissional da função), bem como o período em que o candidato esteve vinculado à instituição com a data de início e de término (dia, mês e ano) e apuração do tempo líquido.

4.7. É vedada a contagem cumulativa de tempo de serviço prestado concomitantemente no cargo pleiteado.

4.8. Sob hipótese alguma será aceita comprovação de exercício profissional fora dos padrões acima especificados.

4.9. Não serão computados pontos aos itens exigidos como pré-requisito do cargo.

4.10. Não serão atribuídos pontos aos cursos que não sejam relacionados ao cargo pleiteado.

4.11. A comprovação de qualificação profissional para fins de pré-requisito e prova de títulos dar-se-á por meio de:
4.11.1. Cópia do diploma ou certidão de conclusão do curso de graduação e cópia do respectivo histórico, compatível para o âmbito de atuação pleiteada;
4.11.2. Cópia do certificado de curso de pós-graduação, especialização, com duração mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas ou certidão de conclusão do curso, e cópia do respectivo histórico escolar, compatível para o âmbito de atuação pleiteada;
4.11.3. Cópia do diploma do curso de pós-graduação stricto sensu, mestrado ou doutorado, e cópia do respectivo histórico, compatível para o âmbito de atuação pleiteada.

4.12. A documentação relativa à qualificação profissional para fins de pré-requisito e prova de títulos deverá conter obrigatoriamente os atos de autorização ou reconhecimento do curso e de credenciamento da instituição de ensino superior.

4.13. Exigir-se-á revalidação do diploma de graduação, de mestrado e de doutorado expedidos por universidades estrangeiras, conforme dispõe o art. 48, §§ 2º e 3º, da lei federal nº 9.394/96.

4.14. Não será aceita certidão de conclusão de curso se nesta não constar o timbre e o carimbo de CNPJ da entidade que realizou o curso, data de conclusão do mesmo, carimbo e assinatura do responsável pela emissão do documento e data de expedição da certidão.

4.15. Na contagem geral de pontos dos títulos, que comprovem a qualificação profissional, não serão computados os pontos que ultrapassarem o limite estabelecido neste edital.

4.16. Na hipótese da não comprovação dos requisitos mínimos exigidos para o cargo, o candidato será eliminado deste processo de seleção.

4.17. Será atribuída a pontuação ZERO aos cursos em que a carga horária não estiver especificada no certificado/declaração/certidão.

4.18. Nos casos de empate na classificação, o desempate obedecerá à seguinte ordem de prioridade:
4.18.1. Maior pontuação de títulos;
4.18.2. Maior experiência profissional;
4.18.3. Maior idade, considerando-se dia, mês e ano de nascimento;
4.19.4. Sorteio.

5. DOS RECURSOS

5.1. Após a divulgação do resultado parcial, o candidato poderá no dia 20/03/2025 propor recurso junto à Comissão Responsável pelo Processo Seletivo, no mesmo local das inscrições, constantes no item 2.1 deste Edital, no horário de funcionamento que estiver em vigor, o qual será aceito somente se conter as informações e fundamentações necessárias à reavaliação pela comissão organizadora do processo seletivo.

5.2. O pedido de recurso formulado fora do prazo estipulado será de pronto indeferido, sendo para tanto considerada a data do respectivo protocolo.

5.3. É admitido pedido de recurso quanto a qualquer possível violação ou ameaça de violação ao direito alegado, mas sua fundamentação dar-se-á, sob pena de rejeição de plano, mediante as seguintes razões de mérito:
5.3.1 À impugnação do Edital;
5.3.2 Ao indeferimento de inscrição;
5.3.3 À contagem de pontuação.

5.4. Os pedidos de recurso serão levados à comissão organizadora do processo seletivo, para julgamento.

6. DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA E DA VIGÊNCIA DO CONTRATO DE TRABALHO

6.1. A designação em caráter temporário de que trata esse Edital dar-se-á mediante assinatura de contrato administrativo de prestação de serviços, pelo candidato aprovado.
6.1.1. A contratação temporária de pessoal dar-se-á de acordo com as necessidades de serviços, a partir da homologação do resultado final publicado na imprensa oficial.

6.2. No ato da convocação para assinatura do contrato o candidato deverá apresentar cópia dos seguintes documentos:
6.2.1. Uma foto 3x4 recente;
6.2.2. Atestado de saúde ocupacional;
6.2.3. Cópia do CPF (com comprovante de situação cadastral);
6.2.4. Cópia de documento de identidade;
6.2.5. Cópia do título de eleitor e comprovante de quitação eleitoral;
6.2.6. Cópia da carteira de trabalho e previdência social (frente e verso);
6.2.7. Cartão PIS/PASEP (se possuir);
6.2.8. Cópia da carteira nacional de habilitação (CNH) vigente e na categoria exigida para o cargo, para os cargos que exigem;
6.2.9. Comprovante de residência;
6.2.10. Comprovante de conta bancária;
6.2.11. Cópia de documento comprobatório da escolaridade exigida para o cargo;
6.2.12. Cópia de documento comprobatório do registro no competente Conselho de Classe, para os cargos que exigem;
6.2.13. Cópia do comprovante de quitação com o serviço militar, no caso de ser candidato do sexo masculino;
6.2.14. Cópia da certidão de nascimento ou casamento;
6.2.15. Certidão de nascimento dos filhos menores de 18 anos;
6.2.16. Cartão de vacina dos filhos menores de 18 anos;
6.2.17. Certidão negativa de débitos com a Fazenda Pública do Município de São Gabriel da Palha/ES;
6.2.18. Número de telefone para contato;
6.2.19. Declarações de não acumulação ilegal de cargos públicos, de bens que constituem seu patrimônio e de dependentes para fins de imposto de renda;
6.2.20. Demais Documentos exigidos pelo Departamento de Recursos Humanos no ato de contratação.

6.3. O não cumprimento do disposto no item 6.2 implicará na eliminação do candidato.

6.4. Os documentos apresentados deverão ser autenticados em cartório ou previamente na forma da lei municipal nº 2.761/2018.

6.5. A vigência do contrato de trabalho será de acordo com a demanda existente, pelo prazo de até 02(dois) anos, com possibilidade de prorrogação, conforme avaliação de conveniência e oportunidade da Administração Pública, até o prazo máximo de 04 (quatro) anos.

6.6. O candidato selecionado poderá, a qualquer tempo, ter sua inscrição cancelada ou seu contrato rescindido por apresentação de documentos falsos, sendo responsabilizado civil e criminalmente pela ação.

6.7. O candidato contratado deverá cumprir sua carga horária atendendo as necessidades da Secretaria Municipal a que estiver vinculado e/ou demais órgãos da Prefeitura Municipal de São Gabriel da Palha/ES.

6.8. Dar-se-á a dispensa do pessoal contratado temporariamente na forma deste edital:

6.8.1 Por fim da situação emergencial e/ou temporária que deu origem à contratação;
6.8.2 A pedido do contratado, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, podendo a critério da Administração Pública e observado o interesse público em cada caso, desobrigar o contratado do cumprimento do aviso prévio;
6.8.3 Pelo término do prazo fixado para o seu exercício;
6.8.4 Pelo provimento de cargo efetivo correspondente à função-atividade para a qual o contratado foi admitido;
6.8.5 Pela rescisão ou encerramento de convênio, contrato ou termo de cooperação firmado por esta Municipalidade, ou encerramento das atividades dos programas ou projetos para os quais o Município tenha feito adesão, que deram ensejo à respectiva contratação temporária;
6.8.6 A critério da Administração Pública, devidamente justificada;
6.8.7 Mediante condenação em processo de sindicância ou processo administrativo disciplinar.
6.8.7.1 A rescisão do contrato em razão de falta disciplinar cometida pelo contratado ensejará proibição deste na celebração de novo contrato com o Município de São Gabriel da Palha pelo período de 12 (doze) meses.

7. DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1. Nenhum candidato poderá alegar desconhecimento das instruções contidas neste Edital.

7.2. O resultado provisório e o final, bem como todas as demais comunicações necessárias a realização do certame, serão divulgados no site do município (https://saogabriel.es.gov.br/) e na imprensa oficial do município (https://ioes.dio.es.gov.br/dom).

7.3. Será excluído do processo seletivo o candidato que:
7.3.1 Fizer, em qualquer fase, declaração falsa ou inexata;
7.3.2 Não mantiver atualizado seu endereço e contato telefônico;
7.3.3 comportar-se de forma inadequada ou faltar com o devido respeito a qualquer membro da equipe encarregada da realização do processo seletivo;
7.3.4 Utilizar-se de qualquer meio na tentativa de burlar o processo seletivo, ou de falsa identificação pessoal.
7.4 O candidato que, no momento da convocação, optar pela desistência, será excluído do certame por decadência do direito de investidura no serviço.
7.5 A inscrição do candidato implicará no reconhecimento e na tácita aceitação das condições estabelecidas no inteiro teor deste Edital, não podendo alegar desconhecimento.
7.6 O candidato deverá manter atualizado seu endereço e seu contato telefônico perante o Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura de São Gabriel da Palha enquanto estiver participando deste processo seletivo. São de exclusiva responsabilidade do candidato os prejuízos advindos da não atualização de seu contato telefônico e endereço.
7.7 A convocação será realizada pelo Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura de São Gabriel da Palha, via edital publicado no Diário Oficial dos Municípios. Caso o candidato não se apresente no prazo de dois dias úteis após a publicação do edital, será dado seguimento à lista de classificação.
7.8 O candidato classificado poderá ser convocado a assumir uma vaga para a atividade temporária na função do cargo inscrito, bem como convocado para realizar substituições, observada a demanda existente e seguindo rigorosa ordem de classificação.
7.9 O candidato convocado para substituições retornará à lista de acordo com sua classificação, após o término do período para o qual foi contratado, podendo ser novamente convocado caso surjam novas vagas, sendo observada a ordem de classificação.
7.10 Os candidatos classificados no presente processo seletivo simplificado serão contratados sob o regime jurídico de contratação temporária, conforme leis municipais nº 2.651/2017 e nº 2.571/2015.
7.11 Este edital de processo seletivo simplificado é exclusivo para formação de cadastro de reserva, cuja contratação e convocação serão realizadas de acordo com o surgimento das necessidades de preenchimento das vagas em atendimento à demanda da Prefeitura Municipal de São Gabriel da Palha. O cadastro de reserva constitui somente uma expectativa de direito do candidato selecionado, não obrigando o Município à convocação deste. Entretanto, no interesse do serviço público, os classificados poderão ser convocados para o início das atividades a partir da homologação do resultado final do processo seletivo simplificado.
7.12 Os casos não previstos, no que tange a realização do processo seletivo, serão resolvidos pela comissão organizadora nomeada pela Portaria nº 9.678/2025
7.13 O foro judicial para dirimir qualquer questão relacionada com o processo seletivo de que trata este edital é o da Comarca de São Gabriel da Palha, Estado do Espírito Santo.

São Gabriel da Palha/ES, em 11 de março de 2024.

GRÉGORY PATRICK DORSCH KRUGUEL
PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA - PORTARIA Nº 9.678/2025

ANEXO I

QUADRO DE DETALHAMENTO DOS CARGOS, QUANTIDADE DE VAGAS, CARGA HORÁRIA, REMUNERAÇÕES E PERÍODO.

CARGO	QT. DE VAGAS	CARGA HORARIA	REMUNERAÇÃO (Mensal)	Período
Assistente Social do Programa Incluir	C.R	30	2.631,98	24 meses
Psicólogo do Programa Incluir	C.R	30	2.631,98	24 meses
Motorista do Programa Incluir	C.R	40	1.077,81	24 meses
Educador Físico	C.R	25	2.180,98	12 meses
Assistente Social do Programa Bolsa Família	C.R	30	2.631,98	24 meses
Servente	C.R	44	1.087,40	12 meses
Visitador do Programa Criança Feliz	C.R	40	1.337,63	12 meses
Oficineiro de Música	C.R	30	1.204,77	12 meses
Oficineiro de Artes	C.R	30	1.204,77	12 meses
Visitador- Prog Criança Feliz	C.R	40	1.337,63	12 meses
Orientador Social	C.R	36	2.210,02	12 meses
Auxiliar de Cuidador Social	C.R	44	1.184,44	12 meses
Cuidador Social	C.R	44	1.285,09	12 meses

* **OS VALORES DAS REMUNERAÇÕES QUE ESTIVEREM MENOR QUE O SALÁRIO MÍNIMO DO GOVERNO FEDERAL SERÃO COMPLEMENTADOS.**

ANEXO II
ATRIBUIÇÕES E REQUISITOS BÁSICOS DOS CARGOS

CARGO: OFICINEIRO DE MÚSICA
REQUISITO BÁSICO PARA O CONTRATO: Nível médio completo. **ATRIBUIÇÕES:** ministrar oficinas musicais utilizando-se de instrumentos musicais (teclado/flauta/violão/percussão) e/ou canto coral em oficinas de convivência do CRAS, respeitando o desenvolvimento cognitivo de cada faixa etária; Desenvolver atividades lúdicas; utilizar materiais alternativos; Realizar planejamento das oficinas e desenvolver integralmente os conteúdos e atividades registrados no planejamento; Planejar e organizar apresentação cultural; Registrar a freqüência diária dos participantes da oficina; Fomentar a participação democrática dos aprendizes avaliando seu desempenho; Fiscalizar o manuseio do material utilizado para os trabalhos; Participação em atividades de capacitação promovidas pela Secretaria de Assistência Social; Participação em atividades de planejamento, sistematização e avaliação, juntamente com a equipe de trabalho, elaborar relatório técnico das atividades desempenhadas. Executar outras atividades correlatas.
REQUISITO BÁSICO PARA O CONTRATO: Ser técnico em nível médio, conforme Resolução nº 09/2014 do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.

CARGO:VISITADOR(a) DO PROGRAMA "CRIANÇA FELIZ"
REQUISITO BÁSICO PARA O CONTRATO: Ser técnico em nível médio, conforme Resolução nº 09/2014 do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.
ATRIBUIÇÕES: Realizar diagnósticos das famílias, crianças e gestantes; Planejar e realizar as visitas domiciliares com apoio do Supervisor(a); Orientar as famílias/cuidadores sobre o fortalecimento do vínculo, parentalidade e estimulação para o Desenvolvimento Infantil; Identificar demandas das famílias para além do desenvolvimento infantil e discutir com o Supervisor(a); Acompanhar e registrar resultados alcançados; Participar de reuniões semanais com o Supervisor(a); Participar do processo de educação permanente; Registrar as visitas e acompanhar a resolução das demandas encaminhadas a rede; e elaborar registros escritos sobre as visitas domiciliares com base em instrumental de planejamento de visitas.

CARGO: ORIENTADOR SOCIAL
JORNADA DE TRABALHO: 36 horas semanais
REQUISITO BÁSICO PARA O CONTRATO: Nível superior completo em Psicologia, Pedagogia ou Serviço Social, e registro no respectivo conselho de classe no caso de a graduação dar-se em Psicologia ou Serviço Social.

ATRIBUIÇÕES: desenvolver atividades socioeducativas e de convivência e socialização visando à atenção, defesa e garantia de direitos e proteção aos indivíduos e famílias em situações de vulnerabilidade e, ou, risco social e pessoal, que contribuam com o fortalecimento da função protetiva da família; desenvolver atividades instrumentais e registro para assegurar direitos, (re)construção da autonomia, autoestima, convívio e participação social dos usuários, a partir de diferentes formas e metodologias, contemplando as dimensões individuais e coletivas, levando em consideração o ciclo de vida e ações intergeracionais; assegurar a participação social dos usuários em todas as etapas do trabalho social; apoiar e desenvolver atividades de abordagem social e busca ativa; atuar na recepção dos usuários possibilitando ambiência acolhedora; apoiar na identificação e registro de necessidades e demandas dos usuários, assegurando a privacidade das informações; apoiar e participar no planejamento das ações; organizar, facilitar oficinas e desenvolver atividades individuais e coletivas de vivência nas unidades e, ou, na comunidade; acompanhar, orientar e monitorar os usuários na execução das atividades; apoiar na organização de eventos artísticos, lúdicos e culturais nas unidades e, ou, na comunidade; apoiar no processo de mobilização e campanhas intersetoriais nos territórios de vivência para a prevenção e o enfrentamento de situações de risco social e, ou, pessoal, violação de direitos e divulgação das ações das Unidades socioassistenciais; apoiar na elaboração e distribuição de materiais de divulgação das ações; apoiar os demais membros da equipe de referência em todas etapas do processo de trabalho; apoiar na elaboração de registros das atividades desenvolvidas, subsidiando a equipe com insumos para a relação com os órgãos de defesa de direitos e para o preenchimento do Plano de Acompanhamento Individual e, ou, familiar; apoiar na orientação, informação, encaminhamentos e acesso a serviços, programas, projetos, benefícios, transferência de renda, ao mundo do trabalho por meio de articulação com políticas afetas ao trabalho e ao emprego, dentre outras políticas públicas, contribuindo para o usufruto de direitos sociais; apoiar no acompanhamento dos encaminhamentos realizados; apoiar na articulação com a rede de serviços socioassistenciais e políticas públicas; participar das reuniões de equipe para o planejamento das atividades, avaliação de processos, fluxos de trabalho e resultado; desenvolver atividades que contribuam com a prevenção de rompimentos de vínculos familiares e comunitários, possibilitando a superação de situações de fragilidade social vivenciadas; apoiar na identificação e acompanhamento das famílias em descumprimento de condicionalidades; informar, sensibilizar e encaminhar famílias e indivíduos sobre as possibilidades de acesso e participação em cursos de formação e qualificação profissional, programas e projetos de inclusão produtiva e serviços de intermediação de mão de obra; acompanhar o ingresso, frequência e o desempenho dos usuários nos cursos por meio de registros periódicos; apoiar no desenvolvimento dos mapas de oportunidades e demandas. Participação em atividades de capacitação promovidas pela Secretaria de Assistência Social; elaborar relatório técnico das atividades desempenhadas.

CARGO: AUXILIAR DE CUIDADOR SOCIAL
CARREIRA: IV
DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Auxiliar o Diretor do Abrigo Institucional e o cuidador social na coordenação e funcionamento das atividades do Abrigo Institucional "Abrigo Luz".
DESCRIÇÃO DAS TAREFAS: Apoio às funções do cuidador social nos cuidados e segurança dos abrigados; cuidados com a moradia (organização e limpeza de ambientes internos e externos); auxiliar nos serviços de preparação de alimentos; realizar os serviços de limpeza de vasilhames, mobiliários, etc. e organização do ambiente; realizar serviços de lavagem e passagem de roupas de cama, mesa, banho, e vestuários; e realização de serviços externos; e exercer outras atribuições correlatas e afins.
FATORES A SEREM CONSIDERADOS EM RELAÇÃO AO CARGO
REQUISITO BÁSICO DO CARGO: O ocupante deste cargo deverá possuir no mínimo o Ensino Fundamental e demonstrar conhecimento sobre serviços gerais e demais exigências legais.
EXPERIÊNCIA: O cargo não exige experiência profissional.
COMPETÊNCIAS PESSOAIS: Manifestar atenção seletiva, demonstrar rapidez de percepção, manifestar tolerância, manifestar altruísmo, lidar com situações adversas, trabalhar em equipe, manifestar empatia, demonstrar capacidade de liderança, tomar decisões, demonstrar imparcialidade de julgamento, adequar linguagem, preservar sigilo, organizar o trabalho, administrar o tempo, expressar-se com clareza verbal, demonstrar capacidade de expressão escrita, demonstrar capacidade de agir sob pressão, evidenciar capacidade de persuasão, agir com concisão, com ética profissional, com isenção, com autoridade inerente ao cargo, com sensibilidade social, raciocinar logicamente, atualizar seus conhecimentos técnicos, portar-se com discrição, evidenciar combatividade, evidenciar idealismo, desenvolver produção científica.
JULGAMENTO E INICIATIVA: As tarefas são complexas e variadas. O ocupante deve planejar; coordenar e integrar atividades e situações que se renovam em sua natureza com grande frequência. Os problemas defrontados são igualmente complexos em sua generalidade.
RESPONSABILIDADE PELO PATRIMÔNIO: O ocupante usa ferramentas, materiais e equipamentos domésticos nos quais as possibilidades de quebras e extravios devido a descuidos são patentes. Há necessidade de cuidados constantes e meticulosos para evitar perdas embora em grau reduzido.

CARGO: CUIDADOR SOCIAL
CARREIRA: V
DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Auxiliar na coordenação e funcionamento das atividades do Abrigo Institucional "Abrigo Luz".
DESCRIÇÃO DAS TAREFAS: Organizar as atividades do estabelecimento e da sua avaliação continuada; assegurar a comunicação e fluxo de informações entre o estabelecimento e os demais setores competentes; auxiliar no trabalho da equipe técnica, monitorando a higiene das crianças, a qualidade no serviço nutricional, a correta aplicação de medicamentos; manter estreito relacionamento com o conselho municipal de direitos da criança e adolescente e conselho tutelar; zelar pela manutenção do relacionamento dos acolhidos com familiares; atender a solicitações, demandas e cronogramas estabelecidos, em sua área, pelo responsável

hierárquico; cuidados básicos com alimentação, higiene e proteção; cuidados com a moradia (preparação dos alimentos, dentre outros); organização de fotografias e registros individuais sobre o desenvolvimento de cada criança e/ou adolescente, de modo a preservar sua história de vida; organização do ambiente (espaço físico e atividades adequadas ao grau de desenvolvimento de cada criança ou adolescente); auxílio à criança e ao adolescente para lidar com sua história de vida, fortalecimento da autoestima e construção da identidade; acompanhamento nos serviços de saúde, escola e outros serviços requeridos no cotidiano quando se mostrar necessário e pertinente, um profissional de nível superior (psicólogo ou assistente social) deverá também participar deste acompanhamento; apoio na preparação da criança ou adolescente para o desligamento, sendo para tanto orientado e supervisionado por um profissional de nível superior; e exercer outras atribuições correlatas e afins.
REQUISITO BÁSICO DO CARGO: O ocupante deste cargo deverá possuir no mínimo o Ensino Médio e demonstrar conhecimento sobre o ECREAD e demais exigências legais.
EXPERIÊNCIA: O cargo não exige experiência profissional.
COMPETÊNCIAS PESSOAIS: Manifestar atenção seletiva, demonstrar rapidez de percepção, manifestar tolerância, manifestar altruísmo, lidar com situações adversas, trabalhar em equipe, manifestar empatia, demonstrar capacidade de liderança, tomar decisões, demonstrar imparcialidade de julgamento, adequar linguagem, preservar sigilo, organizar o trabalho, administrar o tempo, expressar-se com clareza verbal, demonstrar capacidade de expressão escrita, demonstrar capacidade de agir sob pressão, evidenciar capacidade de persuasão, agir com concisão, com ética profissional, com isenção, com autoridade inerente ao cargo, com sensibilidade social, raciocinar logicamente, atualizar seus conhecimentos técnicos, portar-se com discrição, evidenciar combatividade, evidenciar idealismo, desenvolver produção científica.
JULGAMENTO E INICIATIVA: O ocupante deverá ser capaz de exercer suas funções e solucionar problemas, dentro de padrões adequados, sugerir mudanças e resoluções, com base em seus conhecimentos profissionais, demonstrar capacidade, foco no trabalho, atuação em equipe, aperfeiçoamento, dedicação, capacidade resolutiva, adequação e dinamismo, proporcionando qualidade aos serviços prestados.
RESPONSABILIDADE PELO PATRIMÔNIO: O ocupante usa ferramentas, materiais e equipamentos domésticos nos quais as possibilidades de quebras e extravios devido a descuidos são patentes. Há necessidade de cuidados constantes e meticulosos para evitar perdas embora em grau reduzido.

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL (Bolsa Família)
CARREIRA: VIII

DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Os ocupantes do cargo têm como atribuições as atividades que auxiliem os indivíduos, os grupos e as comunidades a usarem as suas próprias iniciativas no sentido de um maior ajuste entre as necessidades do homem e seu meio ambiente.
JORNADA DE TRABALHO: 30 horas semanais
DESCRIÇÃO DAS TAREFAS: elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil, pesquisar a origem e natureza dos problemas, examinando, mediante entrevistas, visitas domiciliares ou outros métodos: o ambiente, as particularidades de indivíduos ou grupos; orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos, assim como encaminhar providencias e prestar orientação social a indivíduos, grupos e a população; acompanhar a evolução dos atendimentos nos casos em que se fizer necessário; fazer os levantamentos socioeconômicos com vistas ao planejamento habitacional de interesse social; Atuar articulado as outras políticas públicas setoriais; realizar estudos socioeconômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades; coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social; elaborar relatórios e mapas estatísticos sobre as suas atividades; planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social; realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social; Participar na organização, coordenação e realização de conferências Municipais de Assistência Social e afins; prestar assessoria aos conselhos, na perspectiva do fortalecimento do controle democrático e ampliação na participação de usuários e ou trabalhadores; executar outras atividades correlatas.
FATORES A SEREM CONSIDERADOS EM RELAÇÃO AO CARGO
REQUISITO BÁSICO DO CARGO: Instrução Formal Mínima: Curso Superior completo em Assistência Social ou Economia Doméstica e registro no Conselho de Classe.
EXPERIÊNCIA: O cargo não exige experiência profissional de seu ocupante.
COMPETÊNCIAS PESSOAIS: Trabalhar com ética profissional; manter-se atualizado; ouvir atentamente (saber ouvir); demonstrar bom senso; demonstrar sensibilidade; contornar situações adversas; trabalhar em equipe; manter-se imparcial; demonstrar auto-controle; lidar com estresse; demonstrar discrição; manter-se disciplinado; manter-se firme; demonstrar persistência; mediar conflitos; participar de grupos de estudo; demonstrar sensibilidade política; estimular a criação de novos recursos; respeitar as diversidades étnicas, culturais, de gênero, de credo, de opção sexual, etc; demonstrar criatividade; manter o sigilo profissional; manter-se flexível e demonstrar ousadia.
JULGAMENTO E INICIATIVA: Tarefas variadas e algumas complexas que exigem planejamento, organização, coordenação e cuidados para a obtenção de resultados. Vários problemas originais se apresentam, tanto nos detalhes, como no conteúdo geral.
RESPONSABILIDADE PELO PATRIMÔNIO: O ocupante lida com patrimônio em forma de equipamento, material ou recursos e pode provocar perdas, parcialmente recuperáveis, decorrentes de descuidos.

CARGO: ASSISTENTE SOCIAL DO PROGRAMA INCLUIR
ATRIBUIÇÕES: Acolhida, oferta de informações e realização de encaminhamento às famílias usuárias do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social, acompanhamento familiar, atendimento particularizado e visitas domiciliares, busca ativa, planejamento das ações com a equipe de referencia do CRAS, desenvolvimento de atividades coletivas e comunitárias.
REQUISITO BÁSICO: Ensino Superior em Serviço Social e registro no Conselho de Classe.**JORNADA DE TRABALHO:** 30 horas semanais

CARGO: PSICÓLOGO DO PROGRAMA INCLUIR
ATRIBUIÇÕES: Acolhida, oferta de informações e realização de encaminhamento às famílias usuárias do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social, acompanhamento familiar, atendimento particularizado e visitas domiciliares, busca ativa, planejamento das ações com a equipe de referencia do CRAS, desenvolvimento de atividades coletivas e comunitárias.
REQUISITO BÁSICO: Ensino Superior em Psicologia e registro no Conselho de Classe.
JORNADA DE TRABALHO: 30 horas semanais

CARGO: MOTORISTA DO PROGRAMA INCLUIR
ATRIBUIÇÕES: Transportar as equipes de referência e usuários do Sistema Único de Assistência Social - SUAS; dirigir e manobrar veículos; realizar verificações e manutenções básicas do veículo; trabalhar seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente e às pessoas e, no desempenho das atividades, utilizar-se de capacidades comunicativas.
REQUISITO BÁSICO: Instrução Formal Mínima: 4.ª série do Ensino Fundamental e Carteira Nacional de Habilitação categoria "D" ou superior, Curso de direção defensiva.
JORNADA DE TRABALHO: 40 horas semanais

CARGO: EDUCADOR FÍSICO
REQUISITO BÁSICO PARA O CONTRATO: Ensino Superior completo em Educação Física reconhecido pelo MEC.
ATRIBUIÇÕES: Organizar e coordenar as atividades de esporte e lazer abarcando manifestações corporais e outras dimensões da cultura local; Organização e coordenação de eventos esportivos e de lazer; Atuação junto às crianças, adolescentes, adultos e idosos participantes dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos; Participação em atividades de capacitação promovidas pela Secretaria de Assistência Social; Participação em atividades de planejamento, sistematização e avaliação, juntamente com a equipe de trabalho, elaborar relatório técnico das atividades desempenhadas. Executar outras atividades correlatas.

CARGO:OFICINEIRO DE ARTES
REQUISITO BÁSICO PARA O CONTRATO: Nível médio completo.
ATRIBUIÇÕES: Ministrar oficinas de artes com materiais de artesanato, pintura, bordado e reciclados em oficinas de convivência do CRAS, estimulando a criatividade dos participantes e respeitando o desenvolvimento cognitivo de cada faixa etária; Coordenar e fiscalizar o manuseio do material utilizado para os trabalhos; Realizar atividades desenvolvendo as técnicas de biscuit, bordado em chinelo; bijuterias; decoupagem, EVA, materiais em MDF, tecidos, retalhos, pintura em tecido/tela, patchwork, reciclagem, e outros; Realizar planejamento das oficinas e desenvolver integralmente os conteúdos e atividades registrados no planejamento; Registrar a frequência diária dos participantes do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos; Fomentar a participação democrática dos aprendizes avaliando seu desempenho; Participação em atividades de capacitação promovidas pela Secretaria de Assistência Social; Participação em atividades de planejamento, sistematização e avaliação, juntamente com a equipe de trabalho, elaborar relatório técnico das atividades desempenhadas. Executar outras atividades correlatas.

CARGO: SERVENTE
CARREIRA: I
DESCRIÇÃO SUMÁRIA: Os ocupantes do cargo têm como atribuição a execução de tarefas de natureza rotineira de limpeza em geral em edifícios e escolas públicas, bem como realizar trabalhos de coleta e entrega de documentos. Conservam a limpeza de logradouros públicos por meio de coleta de lixo, varrições, lavagens, pintura de guias, aparo de gramas etc. Lavam vidros de janelas e fachadas de edifícios e limpam recintos e acessórios dos mesmos. Atendem transeuntes, visitantes e moradores, prestando-lhes informações. Zelam pela segurança do patrimônio e das pessoas, solicitando meios e tomando providências para a realização dos serviços.
JORNADA DE TRABALHO: 44 horas semanais.
DESCRIÇÃO DAS TAREFAS: Abrir e fechar as dependências de prédios públicos; limpar as dependências dos prédios públicos, varrendo, lavando e encerando assoalhos, pisos, escadas, ladrilhos e vidraças; manter a devida higiene das instalações sanitárias e da cozinha, manter a arrumação da cozinha, limpando recipientes e vasilhames; remover o pó de móveis, paredes, tetos, portas, janelas e equipamentos; limpar utensílios como cinzeiros e objetos de adornos; coletar o lixo dos departamentos, recolhendo-o adequadamente; remover ou arrumar móveis e utensílios; executar tarefas de copa e cozinha; solicitar material de limpeza e de cozinha; cumprir mandados internos e externos, executando tarefas de coleta e documentos; mensagens ou pequenos volumes; e executar outras tarefas correlatas.
FATORES A SEREM CONSIDERADOS EM RELAÇÃO AO CARGO
REQUISITO BÁSICO DO CARGO: Instrução Formal Mínima: Requer Ensino Fundamental Completo.
EXPERIÊNCIA: Nenhuma experiência é exigida para o cargo.
COMPETÊNCIAS PESSOAIS: Demonstrar destreza manual; demonstrar educação no trato com pessoas; dar

provas de organização profissional, agir honestamente, demonstrar senso de responsabilidade; dar provas de controle emocional; demonstrar atenção; utilizar equipamento de proteção individual; dar provas de equilíbrio físico; prestar primeiros socorros; praticar ginástica laborativa; tomar vacina; demonstrar espírito de equipe; demonstrar presteza; acatar ordens superiores.
JULGAMENTO E INICIATIVA: Tarefas altamente repetitivas, executadas mecanicamente e que não impõem menor dificuldade para o seu desempenho.
RESPONSABILIDADE PELO PATRIMÔNIO: O ocupante lida com patrimônio em forma de equipamentos, materiais ou recursos e podem provocar perdas, parcialmente recuperáveis, decorrentes de descuidos.

ANEXO III
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EMERGENCIAL PARA FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA E DA SECRETARIA Nº 001/2025.

FICHA DE INSCRIÇÃO

INSCRIÇÃO Nº_____(Não preencher)
CARGO:

OPÇÃO	CARGO
( )	Assistente Social- Prog. Bolsa Família
( )	Assistente Social- Programa incluir
( )	Educador físico
( )	Motorista do Programa Incluir
( )	Oficineiro de música
( )	Oficineiro de Artes
( )	Orientador Social
( )	Auxiliar de Cuidador Social
( )	Cuidador Social
( )	Psicólogo- Programa Incluir
( )	Servente
( )	Visitador- Prog Criança feliz

NOME DO CANDIDATO: _____

DATA DE NASCIMENTO:_____/_____/_____

CPF:_____ RG: _____ U.F. _____

ENDEREÇO: _____ Nº _____

BAIRRO: _____ CIDADE: _____

CEP: _____TEL: _____

E-MAIL:_____

DECLARAÇÃO

Declaro, sob as penas da lei, serem verdadeiras todas as informações prestadas nesta Ficha de Inscrição, bem como a veracidade dos documentos entregues, estando de acordo com as normas deste Processo Seletivo Simplificado. Declaro, ainda, ter conhecimento das exigências mínimas previstas no Edital que regulamenta o Processo Seletivo Simplificado, e que aceito e atendo a todos os requisitos mínimos e condições estabelecidas para o exercício do cargo, comprometendo-me, ainda, à sua devida comprovação, quando exigida.

São Gabriel da Palha - ES, _____ de _____ de 2025.

Assinatura do Candidato Responsável pela Inscrição

ANEXO IV

REQUERIMENTO DE RECURSO / IMPUGNAÇÃO

Nome do(a) candidato(a)

Cargo pretendido: Nº de inscrição:

FUNDAMENTAÇÃO:

/ /

_____

Assinatura do(a) Candidato(a)

ANEXO V

TABELA DE PONTUAÇÃO

Para os cargos de Ensino Superior: ASSISTENTE SOCIAL DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, ASSISTENTE SOCIAL DO PROGRAMA INCLUIR, EDUCADOR FÍSICO, PSICÓLOGO DO PROGRAMA INCLUIR E ORIENTADOR SOCIAL.

ÁREAS DE PONTOS	PONTOS
I - Qualificação Profissional - Títulos	50 pontos
II - Exercício Profissional - Tempo de serviço	50 pontos

Qualificação	Títulos	Quantidade Máxima de Títulos (que pode apresentar)	Pontuação Unitária	Pontuação Máxima

Somente serão aceitos cursos e títulos específicos na área de atuação da função pleiteada	Mestrado (concluído)	01	20,0	20,0
	Pós-Graduação na área específica da função pleiteada, com duração mínima de 360 horas, reconhecido pelo MEC (concluído)	01	15,0	15,0
	Curso de Capacitação/ atualização, na área de atuação da função pleiteada, com duração igual ou superior a 50 horas.	05	3,00	15,0
	TOTAL DE PONTOS:			50,0

Tempo de serviço	Pontuação unitária	Pontuação máxima
Comprovação de tempo de serviço na área de atuação, em empresa privada / autônomo / profissional liberal / órgão público	10 pontos por ano trabalhado	50,0
TOTAL DE PONTOS:		50,0

Para os cargos de Ensino Médio e Fundamental: OFICINEIRO DE ARTES, MOTORISTA DO PROGRAMA INCLUIR, OFICINEIRO DE MÚSICA, SERVENTE E VISITADOR DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ, AUXILIAR DE CUIDADOR SOCIAL, CUIDADOR SOCIAL.

ÁREAS DE PONTOS	PONTOS
I - Qualificação Profissional - Título	40 pontos
II - Exercício Profissional - Tempo de serviço	60 pontos

Qualificação	Títulos	Quantidade Máxima de Títulos (que pode apresentar)	Pontuação Unitária	Pontuação Máxima
Somente serão aceito cursos e títulos específicos na área de atuação da função pleiteada	Ensino médio concluído (apenas para os cargos de Motorista e Servente)	01	4,0	4,0
	Ensino superior concluído	01	5,0	5,0
	Curso de Capacitação/atualização, na área de atuação da função pleiteada, com duração de 20 a 50 horas.	04	4,0	16,0
	Curso de Capacitação/atualização, na área de atuação da função pleiteada, com duração maior que 50 horas.	03	5,0	15,0
TOTAL DE PONTOS:				40,0

Tempo de serviço	Pontuação unitária	Pontuação máxima
Comprovação de tempo de serviço na área de atuação, em empresa privada / autônomo / profissional liberal/órgão/ público	20 pontos por ano trabalhado	60,0
TOTAL DE PONTOS:		60,00

ANEXO V

CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO

DATA	
12/03/2025 a 17/03/2025	INSCRIÇÕES
20/03/2025	PUBLICAÇÃO DO RESULTADO PARCIAL
20/03/2025	APRESENTAÇÃO DE RECURSO DO RESULTADO PARCIAL
24/03/2025	RESULTADO DOS RECURSOS E RESULTADO FINAL

Protocolo 1511994

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PARA CADASTRO DE RESERVA DE CARGOS ADMINISTRATIVOS E OPERACIONAIS, NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL/SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - Nº 01/2025.

PUBLICAÇÃO DE RESULTADO PARCIAL
SERVENTE
ZONA URBANA - SUL

NOME	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
LUCINETE BUTZK DA SILVA ROCHA	20,00	1º
EDIMAS RIBEIROS PRATTI	20,00	2º
SILVANDIRA ARAUJO DA SILVA	20,00	3º
ANGÉLICA DOS SANTOS FRAGA	20,00	4º
EVLYM VENANCIA GOMES	20,00	5º
ALINE RIBEIRO DOS SANTOS	16,00	6º
CLAUDIA MACHADO SOARES	14,00	7º
ADRIANA BENTO FERNANDES	14,00	8
BRIGIDA MARIA CHAGAS SCHIMIDT	14,00	9º
RAISSA DE OLIVEIRA DELFINO	14,00	10º
ADRIELI RIBEIRO DOS SANTOS	14,00	11º
ELIZABETE DE SOUZA NOVAES BRAZ	10,00	12º
ALICE RIBEIRO DOS SANTOS	10,00	13º
CLAUDINEZ NUNES DE AMARAL RIQUIERI	10,00	14º
EVA APARECIDA RODRIGUES DE JESUS	4,00	15º
CARLA MARTINELLI BRESSANELLE	4,00	16º
ALCIONE RODRIGUES	0,0	17º
ALESSANDRA GOMES DA SILVA	0,0	18º
ROSIANE DO CARMO MEIRELES	0,0	19º
ÉRIKA THYARA PEREIRA DE OLIVEIRA	0,0	20º

ZONA URBANA - CENTO

NOME	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
JOELSA MARIA MONTE BELO DA SILVA	20,00	1º
GLÓRIA BRONZONI	20,00	2º
MARIA ROSA CAPAZ	20,00	3º
MARIA APARECIDA MAJOLE DA C. OLIVEIRA	20,00	4º
AFONSA APARECIDA PEREIRA DA SILVA	20,00	5º
ROSANGELA DOS SANTOS	20,00	6º
GLESLEI DOS SANTOS PIMENTA	20,00	7º
ROSILENE MARTINS FERREIRA DA SILVA	20,00	8
ANA LÚCIA DE PAIVA	20,00	9º
ADISEIA PAZINI	20,00	10º
RENATA DE JESUS	20,00	11º
FABIENE DAS NEVES DE MELLO	20,00	12º
ANA CLAUDIA VIEIRA	20,00	13º
JÚLIA RAÍSSA ANGELI	20,00	14º
NEIRIELI BATISTA FERRARI RAQUEBAQUE	20,00	15º
ROSI KELLI FARIA DE MATTOS	20,00	16º
GECIMARA DA SILVA LINHARES	20,00	17º
TAINARA ANGELO BREDA	20,00	18º
ARIANE CRISTINA CARLESSO BENEVIDES	19,50	19º
MARIA CLARA FERREIRA ANGELI	16,00	20º
ROSIANY DE OLIVEIRA	14,00	21
ROSILÉIA DE JESUS DOS SANTOS	14,00	22º
MAXUELEN DE ALMEIDA	14,00	23º
LUDMILA LOPES G. DA SILVA ANDRADE	14,00	24º
JÉSSICA FERNANDES PRATTI	14,00	25º
DEUZELI DA FONSECA	14,00	26º
CAMILA DANIEL ALVES	14,00	27º
LEANDRA BENTO FERNANDES	14,00	28º
KARLA JAMILY BARBOSA DIAS	14,00	29º
MARIA REGINA CARDOSO	14,00	30º
MARINES GOMES DA SILVA	14,00	31º
PAULA DANIELA CAMPOS	14,00	32º
FERNANDA VENÂNCIO DA SILVA	14,00	33º
LARA KRUGUEL	14,00	34º
JUSSARA TEIXEIRA DO NASCIMENTO	14,00	35º
LUCILENY DE ALMEIDA	10,00	36º
MARIA APARECIDA SILVA	10,00	37º
MICHELI GONÇALVES DE SOUZA	10,00	38º
LILIAN NUNES LUCHT	10,00	39º
EDVANIA BRAZ MENDONÇA	10,00	40º
DAYANA FERREIRA	10,00	41º
SUNARIA ARAUJO DA SILVA	10,00	42º
ZELIA CAMARGO SILVA	10,00	43º
RAISSE DOS SANTOS OLIVEIRA GUIMARÃES	10,00	44º
RANIELE BULIAN GASPARINI CARLESSO	10,00	45º
SARA DOS SANTOS NASCIMENTO	10,00	46º
ALINE TEIXEIRA	10,00	47º
LUCY AMARO ROSA	10,00	48º
LAURA LOPES GONÇALVES DA SILVA	10,00	49º
LUCIMAR MARIA FABRIS	10,00	50º
MARIA APARECIDA ROCHA	10,00	51º
ROSILDA LUCAS DOS SANTOS	10,00	52º
CIRLENE APARECIDA MEIRELIS	10,00	53º
IVANI BRUZIGUINI DA COSTA LUCAS	10,00	54º
LUCILENE DE OLIVEIRA	10,00	55º
GRAZIELE DO CARMO FERREIRA ROSA	10,00	56º
PATRICIA ROSA FERREIRA PINHEIRO	9,50	57º
MARIA SANTANA ZORDAN SANTOS	8,50	58º
RITINHA CALIARI BARCELLOS	7,50	59º
RITHIERLI FARIA DE MATTOS	6,50	60º

EDLAMAR MARIA DOS SANTOS	4,00	61º
NELCENIR DA MACENA	4,00	62º
IVANILDA RIBEIRO	4,00	63º
PAULYANA BARBOSA CRUZ BRZESKY	4,00	64º
SONIA PEREIRA PORTO	4,00	65º
JÉSSICA MOREIRA DA SILVA ROSA	4,00	66º
ANGÉLICA APARECIDA O. DOS SANTOS	4,00	67º
ÉSCHILLY DE SOUZA ROCHA	4,00	68º
ILZA ALVES DE OLIVEIRA	0,00	69º
NELCÍ SILVA PIMENTA	0,00	70º
LUCIMAR TEIXEIRA DO NASCIMENTO	0,00	71º
LUCINEIA BRAU SARACO	0,00	72º
MARILENE KAPICHE MARTINELLI	0,00	73º
BEATRIZ BATISTA VALVASSORI	0,00	74º
LEIDILAURA BARBOSA DE SOUSA	0,00	75º
GILDENAI DA COSTA ALMEIDA	0,00	76º
LARISSA PRATA GALACHO	0,00	77º
CAMILA NASCIMENTO SILVA	0,00	78º
SUELI DE SOUSA ANJOS	0,00	79º
ARMELINDA SCHUTZ BENEVIDES	DESCLASSIFICADA	Não atendeu ao item 4.3, II, § I.
NEUZALINA GOEIS SFALSIN	DESCLASSIFICADA	Não atendeu ao item 4.3, II, § I.
MARIA APARECIDA BRAU	DESCLASSIFICADA	Não atendeu ao item 4.3, II, § I.

ZONA URBANA - NORTE

NOME	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
RAQUEL DE SOUZA SAMPAIO	20,00	1º
BALBINA RITA DA PAZ	20,00	2º
ADRIANA KARNITZ PINTO	20,00	3º
SHEILA ALVES DE JESUS	20,00	4º
KEITE RAIANE ROFRIGUES MARQUES	20,00	5º
SOLIANA DO NASCIMENTO PEREIRA	20,00	6º
ROSELY FERREIRA PRATA DONDONI	14,00	7º
ADIANE PEREIRA KARNITZ	14,00	8
HILDA DE SOUZA ROCHA	14,00	9º
FRANTHERLE DE SOUZA ROCHA	14,00	10º
VANILDA EUZEBIO	10,00	11º
SHINGRID BARBOSA DE ALMEIDA	10,00	12º
NÁGILA MOREIRA BONI	10,00	13º
CRISTINA CÉLIA SIQUEIRA	10,00	14º
TEREZINHA FERREIRA	10,00	15º
ROSIANA FERREIRA ROCHA	10,00	16º
ADRIANA VIANA DE SOUZA	10,00	17º
RENATA DE OLIVEIRA PESTANA	4,00	18º
ESLAYNE OLIVEIRA DOS SANTOS	4,00	19º
SONIA MARIA DOS SANTOS PEREIRA	0,00	20º
ANA PAULA BARROS	0,00	21º

ZONA RURAL - EMEIC FRANCISCO JOSÉ MATTEDI

NOME	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
LUZIA APARECIDA MAZARIM CARVALLHO	20,00	1º
ANA REGINA MAZARIN CARVALHO	14,00	2º
LAVINIA MANFIOLETTI	10,00	3º
MARIA ELIENE DA SILVA SOUZA	0,00	4º
FERNANDA GUEDES	0,00	5º
JUSCIARA DE JESUS DOS SANTOS	0,00	6º

ZONA RURAL - EMEIEF VILA FARTURA

NOME	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
MARIA DE FATIMA ROSARIO KILL	10,00	1º

MERENDEIRA

ZONA URBANA - SUL

NOME	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
LUZIA MONFARDINI DE AVELAR	18,00	1º
ELIZA APARECIDA SILVEIRA SCALZER	13,00	2º

ZONA URBANA - CENTRO

NOME	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
LUCIANA APARECIDA PAZULINI SAIBEL	20,00	1º
SHIRLY OLIVEIRA POLICARPO	20,00	2º
TETRALDA DE ASSIS FERRARI	20,00	3º
LUZIANE MARIA BARBOSA	15,50	4º
JOELMA ZORDAN FONTANA	14,00	5º
AMANDA STEFANI DE APARECIDA FRANÇA	14,00	6º
VERA LUCIO FLAURINDO	13,00	7º
JOELMA CENIRO DANIEL	13,00	8
DRIELY PORTO FERREIRA	12,00	9º
SILVIA LUCIA ABREU COUTINHO	10,00	10º
TAINARA CAETANO BARBOZA	10,00	11º
NATALIA LEITE RODRIGUES	10,00	12º
ANDRÉIA QUINTILIANO	10,00	13º
DENISE FERREIRA JARDIM	10,00	14º
CLEIDE SANTOS DE MENEZES	8,00	15º
ZILMA PORTO CESÁRIO RIBEIRO	6,00	16º
NILZA BORCHARDT	0,00	17º
JACQUELINE BASILIO DA SILVA	0,00	18º

ZONA URBANA - NORTE

NOME	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
EDNA DE SOUZA ROCHA	20,00	1º
ELBA SHIRLES ALVES DE SOUZA SILVA	20,00	2º
DANIELI MARCHEZINI	20,00	3º
ANA PAULA DE OLIVEIRA PESTANA SAMPAIO	20,00	4º
REGILAYRA KRISTYNE DE SOUZA TEIXEIRA	15,50	5º

MEOCLIS GOLÇALVES DA SILVA	10,00	6º
NIQUELI COSTA	10,00	7º
MARIA DA GLORIA DE PAULA KLANZ	10,00	8
PATRICIA DOMINGUES	5,00	9º

ZONA RURAL - REGIÃO 1

NOME	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
MARCIA GASPARINI STORCH	20,00	1º
PAULA GIURIATO LORENCINE MOSCHIN	14,50	2º
ROSILENE ANGELI	10,00	3º
NATHALIA BONISSI SARNENTO	10,00	4º

ZONA RURAL - REGIÃO 2

NOME	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
SIDIANEY BATISTA LIMA	20,00	1º
CRISTIELE PEZZIN MENEGATTI	15,00	2º

ZONA RURAL - REGIÃO 3

NOME	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
ALZENI ALVES AGUIAR PEREIRA	20,00	1º

ZONA RURAL - REGIÃO 4

NOME	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
JUCINEIA NASCIMENTO DE SOUZA VIEIRA	18,50	1º
JOSILENE MEDEIROS ENGELHARDT	10,00	2º

CUIDADOR

NOME	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
ADRIANA VINHATI BORGHI	10,0	1º
CRISTINA ARAUJO MARTINS SILVA	10,0	2º
ADRIANA MARTINS MARQUES	10,0	3º
NIELI CAETANO	10,0	4º
FERNANDA CESARIO BONATTO EBERT	10,0	5º
RILARY DA SILVA	10,0	6º
JOÃO VITOR DA COSTA BRANCO	8,5	7º
EUDISLANE LIMA DA SILVA	8,0	8
ROSIANE CORREA DE JESUS SPERANDIO	8,0	9º
VANESSA MEIRA SANTOS KREIDTLOW	8,0	10º
JAQUELINE RENALDI DE FREITAS LIMA	7,5	11º
LETICIA REMBINSKI	6,5	12º
YASMIN PAGINE	6,0	13º
CLEMILDA FERREIRA ALVES B. DOS SANTOS	3,0	14º
DABYLLA LIBERATO MARTINS	2,5	15º
ANA RITA SÁ DOS SANTOS	2,5	16º
FERNANDA DE FÁTIMA SIMONASSI	2,0	17º
LEDIANA LUCIO	0,0	18º
GELCILENE MARIA SPERANDIO	0,0	19º
MARIA DA PENHA DOMINGOS BARBOSA	0,0	20º
ALCIENE MORAIS DE SOUZA	0,0	21
SANDRA DE MENEZES	0,0	22º
CARLA BRONZONI	0,0	23º
ELISANGELA MOREIRA	0,0	24º
ELIZANGELA SOARES	0,0	25º
ELIANE LEMKE PEREIRA	0,0	26º
JOSIANE APARECIDA DE AGUIAR STRELOW	0,0	27º
DAIANE FERREIRA PEDRO	0,0	28º
ROSIANE DA SILVA ROSA	0,0	29º
SABRINA CAVALCANTE	0,0	30º
CLEIDIANE BELING	0,0	31º
FABIOLA GOMES DA SILVA	0,0	32º
ALINE MARTINELLI	0,0	33º
PAULA VALÉRIA MARTINS BARBOSA	0,0	24º
VANESSA NASCIMENTO DE SOUZA	0,0	35º
RAQUIELLY PELEGRINI	0,0	36º
EMILY ALMEIDA COVRE	0,0	37º
VANESSA JASTROW CAMARGO	0,0	38º
DAIANA SOARES DOS SANTOS	0,0	39º
DANUBIA DA SILVA ALVES	0,0	40º
ELLEN GOMES DOS SANTOS	0,0	41º
NATALIA LEMES BARBOSA	0,0	42º
ELAINE MIRANDA DE SOUZA	0,0	43º
GABRIELA LIMA CELERI	0,0	44º
MARIA EDUARDA ALVES DOS SANTOS	0,0	45º
MARIA EDUARDA EBERT VIEIRA	0,0	46º
GABRIELLY CORRADE DOS SANTOS	0,0	47°
LAIANY NUNES VIEIRA	0,0	48°
BIANCA APARECIDA DA SILVA MARROQUE	0,0	49º
DEUSA MARIA DALAPICOLA DOS SANTOS	0,0	50º
YASMIN DA SILVA SALVADOR	0,0	51º
JAMILY LUCIO TESCHE	0,0	52º
ELOISA RAMOS BORTOLOTI	0,0	53º
DHIENIFER DE OLIVEIRA	0,0	54º
VICTORIA DA COSTA BRUNO	0,0	55º
ELOYZA PAZINI DA COSTA	0,0	56º
ANDREYNA PAGUNG	0,0	57º
JESSICA CARVALHO FERREIRA	DESCLASSIFICADA	Não atendeu ao item 4.3, II, § II.
MARIA APARECIDA BISPO DOS SANTYOS DE JESUS	DESCLASSIFICADA	Não atendeu ao item 4.3, II, § II.
ANGELA GUIMARAES OLIVEIRA	DESCLASSIFICADA	Não atendeu ao item 4.3, II, § II.

ZONA RURAL - REGIÃO 01

NOME	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO

DHENIFER DA SILVA DE JESUS	8,5	1º
MACKSSUELA CRYSTINA PEREIRA SANTOS	0,0	2º
MICHAELI ALVES MEDINA	0,0	3º

ZONA RURAL - REGIÃO 02

NOME	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
MARIA EDUARDA MENEGATTI DE OLIVEIRA	0,0	1º

ZONA RURAL - REGIÃO 03

NOME	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
GEANDRA GINÇALVES DOMICIOLE	10,0	1º

ZONA RURAL - REGIÃO 04

NOME	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
DAYANE DE JESUS SOUZA	6,0	1º
PRISCILA ALMEIDA DA COSTA C. GUIMARAES	0,0	2º

MOTORISTA

NOME	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
NILVALDO BULL JUNIOR	28,0	1º
ADERALDO SERGIO CHIARELLI	20,0	2º
ROMULO LUIZ COUTINHO ABREU	20,0	3º
ATILIO AMANCIO DA SILVA JUNIOR	20,0	4º
NIVALDO VIANA	19,5	5º
IVAN DA CRUZ COSTA	19,5	6º
CARLOS PEREIRA DA SILVA	17,0	7º
RUBENS JACENTINK PIMENTA	14,0	8º
PAULO SERGIO PEREIRA	14,0	9º
IZAQUEL DOS SANTOS PEREIRA	10,0	10º
LEANDRO GROBERIO	10,0	11º
EDILSON IZIDORO DOS SANTOS	10,0	12º
GILCIMAR MOREIRA SANTANA	7,5	13º
ZENIEL RIBEIRO	6,0	14º
LAURO DE SOUZA SILVA	0,0	15º
EDIMAR ROCHA DA SILVA	0,0	16º
RODRIGO ADRIANO BERGAMIN	0,0	17º

COORDENADOR

NOME	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
ANDRESSA COLOMBI	32,0	1º
MARCILENE RODRIGUES GROBÉRIO	30,0	2º
DEBORA FRANCISCO DE JESUS	28,0	3º
MIRIA RENATA PEREIRA	20,0	4º
FRANCIELY LIBERATO FERREIRA	20,0	5º
REGINA GABRET	20,0	6º
NAYARA PEREIRA MANTOVANI	20,0	7º
ROSALIA FERREIRA MOURÃO	18,0	8
ANTONIO MARCOS BECIGO	15,0	9º
KATIA REGINA MANTOVANI	12,0	10º
REGIANE SOARES CARVALHO	10,0	11º
CHRISTIANY PEREIRA	10,0	12º
MARIANA STREY SCHIMIDT	10,0	13º
ADINALDI MARIA DALCIM COSTA	10,0	14º
LUDIMILA FERREIRA DA SILVA	10,0	15º
FABIO JUNIOR GOMES DA SILVA	5,0	16º
ELIANA LIDIA WILL	0,0	17º
ALZIRA BISPO DE ASSUNÇÃO DOS REIS	0,0	18º
CLARINHA INOCH VIEIRA	0,0	19º
NARA RAFAELLA C. RODRIGUES G. DA SILVA	0,0	20º
RONALDO ALVES FERREIRA	0,0	21º

GERENTE DE INFORMÁTICA

NOME	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
Não houveram inscritos.	---	---

São Gabriel da Palha - ES, 14 de março de 2025.

Danielle Cuquetto Arpini
Presidente Comissão Especial - Portaria nº 9684/2025

Cinthia Ronconi Forrechi
Membro - Comissão Especial - Portaria nº 9684/2025

Luciana Chodacki Gomes
Membro - Comissão Especial - Portaria nº 9684/2025

Ana Paula dos Santos Dumer
Membro - Comissão Especial - Portaria nº 9684/2025

Grazieli Venturine Ahnet Bernardo
Membro - Comissão Especial - Portaria nº 9684/2025

Wederson Ferreira de Paiva
Membro - Comissão Especial - Portaria nº 9684/2025

Protocolo 1512522

Portaria

PORTARIA Nº 14/2025- SEMSUT DESIGNA SERVIDORES

Fernando Oliveira, Secretário Municipal de Serviços Urbanos e Transporte, Nomeado através do Decreto Nº.• 4.169/2025, de 02 de janeiro de 2025, no uso de suas atribuições legais, com fulcro na Legislação Vigente, e,

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 2.804, de 28 de março de 2019 que alterou a Lei Municipal nº 2.665, de 06 de julho de 2017, que Autoriza o Poder Executivo Municipal a conceder Gratificação de Produtividade e Plantão aos Servidores Públicos Municipais lotados no Departamento Municipal de Trânsito da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Transportes e dá outras providências;

CONSIDERANDO a necessidade de designar servidores, lotados na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Transporte, a realizarem plantões extraordinários de acordo com a necessidade desta

secretaria, no período de 16 de MARÇO A 15 de ABRIL de 2025, para suprirem as demandas de serviços existentes.

R E S O L V E:

Art. 1.º - **DESIGNAR** os servidores: Douglas Pereira Anterio, Edmar Malaquias de Souza, Fernando Damasceno de Jesus, Fernando Goser, Helielson Gilberson Goese, Arthur Paulo Bohry, Josué Roberto Vieira, Welington Curitiba, para cumprirem Regime de Plantão de acordo com a necessidade da administração municipal.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Secretaria Municipal de Serviços Urbanos e Transporte, em 14 de março de 2025.

DAYSON MARCELO BARBOSA
Superintendente de Gestão Operacional de Trânsito

FERNANDO OLIVEIRA
Secretário Municipal de Serviços Urbanos e Transporte

Publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Espírito Santo

Protocolo 1512318

PORTARIA Nº 9.760/2025
SUSPENDE PERIODO DE FÉRIAS DA SERVIDORA MAGDA APARECIDA FERREIRA DIAS OLIVEIRA

TIAGO ROCHA, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA-ES, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS. ...

Considerando o Memorando Interno nº 02 de 27 de Fevereiro de 2025, do Departamento de Contabilidade,

R E S O L V E:

Art. 1º - Suspender o período de férias da Servidora MAGDA APARECIDA FERREIRA DIAS OLIVEIRA, Mat. 4078, Técnica em Contabilidade, lotada na Secretaria Municipal de Finanças, conforme períodos abaixo.

Ferias Suspensas	Ano/Período	Gozo das Ferias
03/03/2025 a 01/04/2025	2024/2025	10 dias - 06/03/2025 a 15/03/2025 20 dias - 01/12/2025 a 20/12/2020

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de Sua publicação no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Espírito Santo.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de São Gabriel da Palha-ES, 14 de março de 2025.

TIAGO ROCHA
PREFEITO MUNICIPAL

Protocolo 1512483

PORTARIA Nº 9.761/2025
SUSPENDE PERIODO DE FÉRIAS DA SERVIDORA CAROLINA MOREIRA VALERIO

TIAGO ROCHA, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA-ES, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS. ...

Considerando o Memorando Interno nº 21 de 06 de Março de 2025, da Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano.

R E S O L V E:

Art. 1º - Suspender o período de férias da Servidora CAROLINA MOREIRA VALERIO, Mat. 7929, Diretora de Departamento, lotada na Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, conforme períodos abaixo.

Ferias Suspensas	Ano/Período	Gozo das Ferias
03/03/2025 a 01/04/2025	2023/2024	Em momento oportuno

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de Sua publicação no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Espírito Santo.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de São Gabriel da Palha-ES, 14 de março de 2025.

TIAGO ROCHA
PREFEITO MUNICIPAL

Protocolo 1512486

PORTARIA Nº 9.762/2025
SUSPENDE PERIODO DE FÉRIAS DA SERVIDORA ROSILENE SALVADOR

TIAGO ROCHA, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA-ES, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS. ...

Considerando o Memorando nº 19 de 28 de Fevereiro de 2025, da Secretaria Municipal de Finanças.

R E S O L V E:

Art. 1º - Suspender o período de férias da Servidora ROSILENE SALVADOR, Mat. 3210, Agente de Arrecadação, lotada na Secretaria Municipal de Finanças, conforme períodos abaixo.

Ferias Suspensas	Ano/Período	Gozo das Ferias
03/03/2025 a 01/04/2025	2023/2024	Em momento oportuno

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de Sua publicação no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Espírito Santo.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de São Gabriel da Palha-ES, 14 de março de 2025.

TIAGO ROCHA
PREFEITO MUNICIPAL

Protocolo 1512489

PORTARIA Nº 9.763/2025
SUSPENDE PERIODO DE FÉRIAS DO SERVIDOR MARCELO ITALO SARNAGLIA

TIAGO ROCHA, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA-ES, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS. ...

Considerando o Memorando nº 25, de 17 de Fevereiro de 2025, da Secretaria Municipal de Saúde.

R E S O L V E:

Art. 1º - Suspender o período de férias do Servidor MARCELO ITALO SARNAGLIA, Mat. 6416, Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, conforme períodos abaixo.

Ferias Suspensas	Ano/Período	Gozo das Ferias
02/01/2025 a 31/01/2025	2023/2024	Em momento oportuno.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de Sua publicação no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Espírito Santo.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de São Gabriel da Palha-ES, 14 de Março de 2025.

TIAGO ROCHA
PREFEITO MUNICIPAL

Protocolo 1512493

PORTARIA Nº 9.764/2025
DIVULGA O RESULTADO DA 2ª AVALIAÇÃO DE PROGRESSÃO 2022-2024-SAÚDE-DEZEMBRO DE 2024

TIAGO ROCHA, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA-ES, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS. ...

Considerando a Lei nº 2.571 de 19 de Novembro de 2015, que "Dispõe Sobre a Reestruturação do Plano de Carreira e Define o Sistema de Vencimentos dos Servidores Públicos do Quadro de Cargos do Poder Executivo do Município de São Gabriel da Palha".
Considerando que a Lei Complementar Municipal nº 44 de 19 de Novembro de 2015 -"Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de São Gabriel da Palha, das Autarquias e Fundações Públicas Municipais" contempla em seus artigos 34 a 38 o direito a promoção e/ou progressão.
Considerando, outrossim, que a Prefeitura Municipal, através do Decreto nº 2.923 de 24 de Maio de 2022, aprovou o regulamento de Avaliação dos Servidores Públicos Municipais de São Gabriel da Palha-ES.
Considerando, que foi designada uma Comissão de Avaliação, através da Portaria nº 595 de 15 de Agosto de 2010.
Considerando finalmente o Processo nº 8.883 de 16 de Dezembro de 2024.

R E S O L V E:

Art. 1º - Divulgar o resultado da 2ª Avaliação para fins de Progressão dos Servidores Públicos Municipais, da Secretaria Municipal de Saúde, referente ao **Biênio 2022/2024**, realizado em **Dezembro/2024**, conforme Anexo Único desta Portaria, em consonância com o relatório apresentado pela Comissão de Avaliação.
Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de Sua publicação no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Espírito Santo, retroagindo seus efeitos ao (1º) primeiro dia posterior ao término da avaliação de cada Servidor.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de São Gabriel da Palha-ES, 14 de março de 2025.

TIAGO ROCHA
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO ÚNICO- PORTARIA Nº 9.764 DE 14/03/2025

RESULTADO DA 2ª AVALIAÇÃO PARA FINS DE PROGRESSÃO - DEZEMBRO DE 2025

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Nº	Servidor Avaliado	Mat.	Cargo	Período Avaliado	Classe Atual	Percentual Obtido
01	LEANDRO DE JESUS RAMOS	6481	Motorista	06/12/2023 a 05/12/2024	C	91,07 %

Protocolo 1512498

PORTARIA Nº 9.765/2024

TORNA PÚBLICO O RESULTADO DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO PARA FINS DE PROGRESSÃO BIÊNIO 2022-2024- SAÚDE-DEZEMBRO DE 2024

TIAGO ROCHA, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA-ES, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS. ...

Considerando a Lei nº 2.571 de 19 de Novembro de 2015, que "Dispõe Sobre a Reestruturação do Plano de Carreira e define o Sistema de Vencimentos dos Servidores Públicos do Quadro de Cargos do Poder Executivo do Município de São Gabriel da Palha".
Considerando que a Lei Complementar Municipal nº 44 de 19 de Novembro de 2015 -"Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de São Gabriel da Palha, das Autarquias e Fundações Públicas Municipais" contempla em seus artigos 34 a 38 o direito a promoção e/ou progressão.
Considerando, outrossim, que a Prefeitura Municipal, através do Decreto nº 2.923 de 24 de Maio de 2022, aprovou o regulamento de Avaliação dos Servidores Públicos Municipais de São Gabriel da Palha-ES.
Considerando, que foi designada uma Comissão de Avaliação, através da Portaria nº 595 de 15 de Agosto de 2010.
Considerando finalmente o Processo nº 8.883 de 16 de Dezembro de 2024.

R E S O L V E:

Art. 1º - Torna público o resultado da Avaliação de Desempenho para fins de progressão dos Servidores da Secretaria Municipal de Saúde, do **Biênio 2022/2024**, referente a **Dezembro/2024**, conforme Anexo Único desta Portaria, em consonância com o relatório apresentado pela Comissão de Avaliação.
Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de Sua publicação no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Espírito Santo, retroagindo seus efeitos ao (1º) primeiro dia posterior ao término da avaliação de cada Servidor.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de São Gabriel da Palha-ES, 14 de março de 2024.

TIAGO ROCHA
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO ÚNICO - PORTARIA Nº 9.765 DE 14/12/2024.

CONCEDE PROGRESSÃO POR DESEMPENHO AO SERVIDOR - DEZEMBRO DE 2024

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Nº	Servidor Avaliado	Mat.	Cargo	Biênio	Média das Avaliações	Classe Anterior	Classe Atual
01	LEANDRO DE JESUS RAMOS	6481	Motorista	06/12/2022 a 05/12/2024	95,53 %	C	D

Protocolo 1512502

PORTARIA Nº 9.766/2025

INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM FACE DO SERVIDOR PÚBLICO RHULYAN AZEREDO SPERANDIO

TIAGO ROCHA, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DA PALHA-ES, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS. ...

Considerando o Processo Administrativo da Ouvidoria nº 01 de 27 de Janeiro de 2025, da Ouvidoria Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º - Convocar a Comissão Permanente nomeada pela Portaria nº 191/2015, alterada pelas Portarias nº 7.886/2023 e nº 8.878/2024, delegando-lhe poderes para instaurar processo administrativo disciplinar em face do servidor público RHULYAN AZEREDO SPERANDIO (assistente administrativo, matrícula 009037), visando apurar a prática de suposta infração funcional consistente em deixar de ser assíduo e pontual ao serviço, infringindo assim o disposto no artigo 139, inciso II, da lei complementar municipal nº 44/2015.
Parágrafo único. Competirá ao Presidente da Comissão determinar os demais membros que atuarão no processo mencionado no caput, nos termos do artigo 1°, parágrafo único, da Lei nº 2.330/2013.
Art. 2º - A Comissão tem o prazo de (60) sessenta dias contados a partir do recebimento do Processo pelo Presidente, para a conclusão dos trabalhos, podendo o referido prazo ser prorrogado por mais (60) sessenta dias.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.
Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de Sua publicação no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Espírito Santo.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de São Gabriel da Palha-ES, 14 de março de 2025.

TIAGO ROCHA
PREFEITO MUNICIPAL
Protocolo 1512508

Ordem de Serviço

ORDEM DE SERVIÇO Nº 03/2025

O Chefe de Gabinete da Prefeitura Municipal de São Gabriel da Palha, usando de atribuições legais e em especial o Art. 80, da Lei Complementar Nº 44, de 19 de novembro de 2015, e
Considerando o Requerimento nº 003/2025 do servidor desta Secretaria, que solicita a autorização para realização de horas extras;
RESOLVE:
Art. 1º - Autorizar os servidores do Procon Municipal: DIEGO LUIZ CARDOSO FERREIRA, realizar serviços extraordinários no período de 17 de março a 14 de abril de 2025, para suprir as demandas existentes neste órgão municipal, tais como visitas e fiscalizações externas fora do horário habitual, dentre outras..
Parágrafo único - Ao servidor atingido pela presente Ordem de Serviço serão pagas as horas extras necessárias.
Art. 2º - Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Publique-se no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Espírito Santo.
Art. 4º - Dê ciência aos servidores deste órgão.

São Gabriel da Palha, 14 de março de 2025
.

JOÃO DIAS DE BARROS
Chefe de Gabinete
Protocolo 1512482

Contrato

EXTRATO DE CONTRATO DE DOAÇÃO DE SERVIÇOS:

Contrato de Doação de Serviços
Processo Administrativo Nº: 000135/2025
Donatário: Município de São Gabriel da Palha - ES
Doador: Instituto de Saúde Santo Antônio - ISSA
Objeto: O objeto do presente instrumento consiste na doação, pelo DOADOR, de serviços de gestão e execução das atividades e serviços de saúde para o MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DA PALHA/ES, além da doação de serviços de educação continuada, organização e realização de simpósios, conforme a necessidade do DONATÁRIO.
1.2. Serão prestados os serviços integrantes do objeto deste contrato:
Atendimentos ambulatoriais nas especialidades de reumatologia, geriatria e clínica geral.
- Atendimentos ambulatoriais nas especialidades de reumatologia, geriatria e clínica geral;
- Serão ofertadas 10 (dez) consultas mensais para cada uma das especialidades mencionadas;
- Os atendimentos ocorrerão aos sábados, uma vez por mês, em sala disponibilizada pela ISSA, localizada na Clínica Endolife, na Rua Antônio Borgo, 263, Centro, São Gabriel da Palha-ES;
- Além disso, o ISSA se coloca à disposição para atuar em eventos e campanhas de saúde promovidos pela Secretaria, contribuindo com atividades voluntárias em espaços públicos, como praças e ações comunitárias;
- Os pacientes atendidos pelo ISSA deverão ser registrados no sistema do CNES, garantindo que esses atendimentos sejam devidamente computados e reconhecidos pelo SUS/Ministério da Saúde.

Data da Assinatura: 12/03/2025

Secretaria Municipal de Administração, 13 de março de 2025.

TIAGO ROCHA
Prefeito Municipal
Protocolo 1512163

São José do Calçado

Errata

ERRATA CONTRATUAL

CONTRATO ADMINISTRATIVO PMSJC Nº 009/2025;

ONDE SE LIA:

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

3.2. O valor global compreende o fornecimento/ prestação do serviço à todas as unidades beneficiadas constantes na proposta pelo período de 12 (doze) meses ao custo/valor unitário (mensal) de R$ 6.000,00 (seis mil reais) inclusas todas as despesas diretas e indiretas tais como:

LEIA-SE:

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

3.2. O valor global compreende o fornecimento/ prestação do serviço à todas as unidades beneficiadas constantes na proposta pelo período de 12 (doze) meses ao custo/valor unitário (mensal) de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) inclusas todas as despesas diretas e indiretas tais como:

São José do Calçado-ES, em 14/03/2025.

_____
MAURICIO DE ALMEIDA AGUIAR
PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO
Protocolo 1512255

São Roque do Canaã

Portaria

PORTARIA N.º 018/2025

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA MATERNIDADE.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO em exercício de São Roque do Canaã, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder **Licença Maternidade** à servidora **LUCILENE BALISTA BERTI**, por um período de 120 (cento e vinte) dias, de **11/03/2025 a 08/07/2025**, com vencimentos sob responsabilidade do INSS - Instituto Nacional do Seguro Social.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 11 de março de 2025.

Secretaria Municipal de Administração, 14 de março de 2025.

NAYANE ALLINE DA SILVA MALAVASI
Secretária Municipal de Administração
Protocolo 1512514

Errata

ERRATA AO EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 167/2024

O Município de São Roque do Canaã, Estado do Espírito Santo, torna público para conhecimento dos interessados que na publicação protocolada sob nº 1509229 do Diário Oficial dos Municípios (DOM/ES) do dia 12/03/2025 - Edição nº 2.720 - Página 930:

Onde se lê:
Assinatura: 11/03/2025.
Período: O presente instrumento vigorará a partir da data de sua assinatura e prorrogará a vigência do Contrato nº 167/2024 de 06 de julho de 2025 até o dia 05 de agosto de 2025.

Leia-se:
Assinatura: 13/03/2025.
Período: O presente instrumento entrará em vigor na data de sua assinatura e prorrogará a vigência do Contrato nº 167/2024, que originalmente se estenderia até 06 de julho de 2025, para o período de 05 de agosto de 2025. Além disso, os efeitos da execução serão retroativos, abrangendo o período de 04 de março de 2025 a 03 de maio de 2025, totalizando, assim, 60 (sessenta) dias corridos conforme estipulado no prazo mencionado, em atendimento à Secretaria Municipal de Educação do Município de São Roque do Canaã/ES.

MARCOS GERALDO GUERRA
Prefeito Municipal
Protocolo 1512736

Sooretama

Contrato

CONTRATO DE PROGRAMA Nº 18/2025
CONTRATANTE: Município de Sooretama-ES.
CONTRATADA: CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLINORTE - CIM POLINORTE
CNPJ: 02.618.132/0001-07
OBJETO: Este Contrato de Programa tem por objeto a prestação de serviços de diagnóstico para a elaboração do plano de mobilidade urbana, com a implantação de módulo na plataforma WEB da solução.
VALOR GLOBAL: 285.000,00 (duzentos e oitenta e cinco mil reias)
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses
RECURSOS: Ficha 679
PROCESSO ADM: 1539/2025
ID CIDADES
2025.070E0700001.09.0003
Protocolo 1512327

Aditivo

1° ADITIVO AO CONTRATO Nº 68/2024
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SOORETAMA/ES.
CONTRATADO: VITORIA - VIX CONSTRUTORA LTDA
CNPJ: 43.591.268/0001-58
OBJETO: Contrato tem por objetivo contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para realizar reforma da estrutura do Abrigo Municipal "Criança Feliz"
VIGÊNCIA 90 (noventa) dias de execução ao CONTRATO 68/2024,e PRAZO CONTRATUAL ATÉ 17 (dezessete) de agosto de 2025.
PROCESSO: 2326/2025
ID CIDADES: 2023.070E0700001.01.0033
Protocolo 1512369

Diário Oficial dos Municípios
do Espírito Santo - DOM/ES

Viana

Edital

PREFEITURA DE VIANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA

EDITAL 001/2024 - SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA - PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

RESULTADO FINAL

O Município de Viana, por meio da Secretaria Municipal de Cultura - SECULT, torna público o resultado final do Edital de Chamamento Público nº 001/2024 - Seleção de Projetos Culturais, com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - PNAB, conforme Lei nº 14.399/2022.

Nº	NÚMERO DA INSCRIÇÃO	PROPONENTE	NOME DO PROJETO	STATUS
01	es-433490699	Ailton Francisco Garcia	Colônia de Férias Cultural	HABILITADA
02	es-1559885393	Alexandre Costa	Sons da Terra - Um chamado às Raízes de Viana	HABILITADA
03	es-1787149663	Amanda do Rosário	Criação da Batalha do BP (Batalha do Bom Pastor)	HABILITADA
04	es-1803811537	Antônio Avelar	Imersão Artística	HABILITADA
05	es-2052310614	Arilson Amorim Loureiro	Som da Praça	HABILITADA
06	es-1940292929	Castorina Maria Avelar Borges	A Cultura no Desenvolvimento Regional de Viana: Prêmio Artesanato Vianense	HABILITADA
07	es-1539017940	Christine Avelar	II Simpósio da Capoeira do Município de Viana	HABILITADA
08	es-508270035	Drica Coelho	Festival das Juventudes	HABILITADA
09	es-1741142283	Emy Álves	Vivenciana 2ª Edição	HABILITADA
10	es-1526781547	Erik Zibral	Viana Soul - Valorização da Música Periférica Local 2ª Edição	HABILITADA
11	es-1096852232	Geani Miranda Dutra	Bom Arraiá - Festa Junina de Bom Pastor	HABILITADA
12	es-1854864009	Herbert Cesarino	Biojóias - Ícones de Afeto	HABILITADA
13	es-1868491542	Hosana Lucia Souza	Criação do CineBP - Cineclube Bom Pastor	HABILITADA
14	es-1811976795	Ítala Mendes	Sankofa para Tambozeiros	HABILITADA
15	es-792719483	Jackson Reis	Música como Patrimônio Cultural - Valorização do Artista Local para Visibilidade do Município	HABILITADA
16	es-829141042	Ramon Matheus	Arraiá Bethânia	HABILITADA
17	es-10401919	Ruimara Fonseca Moraes Martinazzi	Quem costura seus males cura	HABILITADA
18	es-1362674685	Stephanie Reis	“Nóis Reusa” Feira Criativa	HABILITADA
19	es-1148233963	Taru Souza de Oliveira	SBP - Slam Bom Pastor 2ª edição	HABILITADA
20	es-294892187	Wellington de Oliveira Freire	EP Sustentar	HABILITADA

Viana-ES, 14 de março de 2025.

FABIENE PASSAMANI MARIANO
Secretária Municipal de Cultura

Protocolo 1512584

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO
EDITAL PNCV 003/2024 - REDE MUNICIPAL DE PONTOS E PONTÕES DE CULTURA

RESULTADO FINAL

O Município de Viana, por meio da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo - SECULT, público o resultado final do Edital de Chamamento Público nº 003/2024 - REDE MUNICIPAL DE PONTOS E PONTÕES DE CULTURA, com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - PNAB, conforme Lei 14.399/2022.

NÚMERO DA INSCRIÇÃO	PROPONENTE	NOME DO COLETIVO	STATUS	OBS
es-1388050196	Alcir João Cardoso	Banda Reviver o Carnaval, Samba e Pagode	HABILITADA	
es-473485955	Christine Avelar	Acapoeira Viana	HABILITADA	
es-133599162	Erik Zibral	Kasa Raiz Espaço Cultural	HABILITADA	
es-1505067490	Eulália Müller Endlich	Associação dos Artesão de Viana - Artemão	INABILITADA	Não enviou Ata de Posse atualizada da diretoria da entidade cultural.
es-2029768440	Evandro Freire de Souza	Projeto Bons Caminhos - Abadá Capoeira Viana	HABILITADA	
es-1801507962	Joao Emanuel Rocha da Silva	Centro Espírita Pai Joaquim de Aruanda	HABILITADA	
es-1173469006	Piatan Lube Moreira	Banda de congo São Benedito e São Sebastião de Piapitangui	INABILITADA	Não enviou certidão negativa federal.
es-340317156	Ramon Matheus	Coletivo Cultura Bethânia	HABILITADA	
es-1330636928	Stephanie Reis	Coletivo Macuá	HABILITADA	
es-700034434	Taru Souza de Oliveira	Slam Bom Pastor	HABILITADA	
es-2042680764	Vera Lucia Coser	Grupo Evangelizart	HABILITADA	
es-773030316	Wellington de Oliveira Freire	Tribus Sound Estúdio	HABILITADA	
es-448980922	Yago Oliveira dos Santos	Coletivo Cultura Bom Pastor	HABILITADA	

Viana-ES, 14 de março de 2025.

FABIENE PASSAMANI MARIANO
Secretária Municipal de Cultura

Protocolo 1512585

PREFEITURA DE VIANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2024 - SELEÇÃO DE ESPAÇO, AMBIENTES E INICIATIVAS ARTÍSTICO-CULTURAIS PARA RECEBER SUBSÍDIO PARA MANUTENÇÃO COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA - PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

RESULTADO FINAL

O Município de Viana, por meio da Secretaria Municipal de Cultura - SECULT, torna público o resultado final do Edital de Chamamento Público Nº 02/2024 - SELEÇÃO DE ESPAÇO, AMBIENTES E INICIATIVAS ARTÍSTICO-CULTURAIS PARA RECEBER SUBSÍDIO PARA MANUTENÇÃO COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA - PNAB (LEI Nº 14.399/2022).

Nº	NÚMERO DA INSCRIÇÃO	PROPONENTE	NOME DO ESPAÇO, AMBIENTE OU INICIATIVA CULTURAL	STATUS
01	es-743503091	Andressa Costa Bastos Garcia	Circo Chayanne	HABILITADA
02	es-743503091	Erik Zibral	Kasa Raiz Espaço Cultural	HABILITADA
03	es-743503091	Herbert Cesarino	Ateliê Artezania Cesarino	HABILITADA
04	es-743503091	Jefferson de Azevedo Fernandes	Quintal da Cultura	HABILITADA
05	es-743503091	Raiany Bastos Garcia	Circo Rever	HABILITADA
06	es-743503091	Ramon Matheus dos Santos e Silva (Cultura Bethânia)	Coletivo Cultura Bethânia	HABILITADA
07	es-743503091	Stephanie Reis	Coletivo Macuá	HABILITADA
08	es-743503091	Taru Souza de Oliveira	SBP - Slam Bom Pastor	HABILITADA
09	es-743503091	Wellington de Oliveira Freire	Tribus	HABILITADA

Viana-ES, 14 de março de 2025.

FABIENE PASSAMANI MARIANO
Secretária Municipal de Cultura

Protocolo 1512589

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS - SEMAD
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PROFISSIONAIS DE SAÚDE: EDITAL Nº 006/2024.

EDITAL 006.11/2024 - TORNA SEM EFEITO EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ESTE EDITAL TORNA SEM EFEITO O EDITAL DE CONVOCAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA EM REGIME DE DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA PARA ATENDER A NECESSIDADE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE VIANA - ES, EDITAL Nº 006/2024, PUBLICADO NO DIA 26 DE Dezembro de 2024.
1.Tornar sem efeito o resultado da convocação do Cargo, NUTRICIONISTA 40 horas, constante do Anexo I do Edital nº 006.10/2024, publicado em 12/03/2025.

14/03/2025

FRANCISCO JOSE CARLOS
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS - SEMAD

Protocolo 1512771

Convocação

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS - SEMGEP
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 007/2024.

EDITAL 007.8 - CONVOCAÇÃO PARA EXAME MÉDICO ADMISSIONAL

CONVOCAÇÃO PARA EXAME ADMISSIONAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA EM REGIME DE DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA PARA ATENDER A NECESSIDADE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE VIANA - ES, EDITAL Nº 007/2024, PUBLICADO NO DIA 26 DE DEZEMBRO DE 2024.
A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS - **SEMAD**, no uso da atribuição legal que lhe foi conferida pela Lei nº 3.199 de 04 de janeiro de 2022 bem como do Decreto nº 204, de 26 de outubro de 2022, faz saber que realizará Processo Seletivo Simplificado para seleção, contratação e cadastro de reserva de Profissionais de Serviços Operacionais e de Transporte, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público no âmbito das secretarias municipais de Viana, de acordo com as normas estabelecidas neste Edital, conforme disposto na Lei nº 2.419, de 20 de dezembro de 2011 e demais previsões legais.

1 CONVOCAÇÃO PARA EXAME ADMISSIONAL
1.1 Tornar público a convocação para exame admissional dos candidatos habilitados no Processo Seletivo Simplificado - Edital nº 007.2024 , conforme Anexo I deste Edital.
1.2 Os candidatos convocados pelo Anexo I deste Edital deverão comparecer até o dia **17 de Março de 2025**, apresentando o **Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), com a indicação de "APTO" no referido documento.**
1.3 O Atestado de Saúde Ocupacional deverá ser emitido no máximo 30 (trinta) dias antes da data da convocação.
1.3.1 O candidato deverá realizar os exames e laudos médicos às suas custas.

2 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
2.1 O candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado, conforme item 15.3 do Edital 007/24 se:
a) não comparecer nas datas das convocações, constantes dos itens 14.2 ou não apresentar os exames e laudos médicos conforme item 14.2.2 do Edital 007/2024;
b) não comparecer nos prazos estabelecidos nos itens 15.1 e 15.2 do Edital 007/2024;
c) não comprovar o requisito de ingresso do cargo que estiver concorrendo, constante do Anexo I do Edital 007/2024.
d) não atender aos requisitos básicos de ingresso e de acumulação de cargo público, constante do item 13 do Edital 007/2024;
e) O candidato convocado, conforme Anexo Único deste Edital, que for ou estiver sido servidor contratado por tempo determinado do Município, pelo prazo superior ao estabelecido pelo art. 4º da Lei nº 2.419, de 20 de dezembro de 2011, ou estiver enquadrado no inciso IV do art. 12 da referida Lei, não poderá ser contratado neste Processo Seletivo, antes de decorridos 24 (vinte e quatro) meses do encerramento de seu contrato anterior, em conformidade com o estabelecido pela Lei nº 8.745, de 09 de dezembro de 1993 e item 15.6 do Edital 007/2024.

Viana-ES, 13 de Março de 2025.

FRANCISCO JOSÉ CARLOS
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS - SEMGEP

ANEXO I
A que se refere o item 1 do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 007.8/2024
Edital nº 007/2024 - Cargos Operacionais e de Transporte

CARGO: GARI

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO	DATA DE NASCIMENTO	RESULTADO
94	ADAGMAR NUNES DE CARVALHO	09/07/1975	ELIMINADO CONFORME LEI 2419, ART 12
95	MARISETE DOS SANTOS FERREIRA	14/08/1975	ELIMINADO CONFORME LEI 2419, ART 12
96	JULLIERVESON ALVARENGA SANTOS	11/09/1975	ELIMINADO CONFORME LEI 2419, ART 12
97	ELEDIR DOS SANTOS MENDES	30/11/1975	HABILITADO

98	ALMIR RANGEL DA SILVA	26/01/1976	ELIMINADO CONFORME LEI 2419, ART 12
99	GERALDO WANDER OLIVEIRA	07/12/1976	HABILITADO
100	ELAINE DA SILVA SERAFIM	28/06/1977	HABILITADO
101	FABIO PIMENTA DE CASTRO	26/08/1977	HABILITADO
102	SÉRGIO CASTELO MEIER	23/09/1977	HABILITADO
103	FABIOLA DA CONCEIÇÃO ROSA DE CARVALHO	16/06/1978	HABILITADO
104	JULIO CEZAR BALESTRERO	07/07/1978	ELIMINADO CONFORME ITEM 14.6
105	JORGE LEMOS	08/01/1979	HABILITADO
106	ANA PAULA MEIRELES DA SILVA	01/02/1979	HABILITADO
107	NILTON CESAR DOS SANTOS	10/02/1979	ELIMINADO CONFORME ITEM 14.6
108	JOZIELE SIQUEIRA VALADARES	10/09/1979	ELIMINADO CONFORME 14.6
109	GILBERTO REIS DA SILVA RODRIGUES	06/01/1980	HABILITADO
110	GENIVALDO ROCHA	14/02/1980	HABILITADO
111	PATRÍCIA SIQUEIRA DE OLIVEIRA	03/09/1980	ELIMINADO CONFORME ITEM 14.6
112	DOMINGOS BATISTA	05/04/1981	HABILITADO
113	VANDA APARECIDA CRIST	15/04/1981	HABILITADO
114	JOSENILDA SIQUEIRA VALADARES	30/07/1987	HABILITADO
115	EDSON TEIXEIRA DE LIMA	11/08/1981	ELIMINADO CONFORME ITEM 14.6
116	CRISTINEY DUARTE LIMA	29/09/1981	HABILITADO
117	ARILSON BATISTA DE OLIVEIRA	02/08/982	ELIMINADO CONFORME ITEM 14.6
118	SABRINA DA SILVA CORREA	23/09/1982	HABILITADO
119	MARCIA CONCEIÇÃO DA PENHA	08/09/1983	HABILITADO
120	ROSINEY PEREIRA ALVARENGA	25/01/1984	ELIMINADO CONFORME LEI 2419, ART 12
121	ALCIMARA DE MELO DANIEL	29/03/1984	ELIMINADO CONFORME ITEM 14.6
122	IVANILDA CHAVES GOMES	31/05/1984	HABILITADO
123	MACILENE BENTO	22/07/1984	ELIMINADO CONFORME ITEM 14.6
124	DANIELA SILVA SANTOS	25/11/1985	HABILITADO
125	WALACE FONTORA DOS SANTOS	20/04/1986	ELIMINADO CONFORME ITEM 14.6
126	MARCIANA BENTO MOTA	17/05/1986	ELIMINADO CONFORME LEI 2419, ART 12
127	PETRONIO HENRIQUE DE MACENA	30/06/1986	HABILITADO
128	ELIZANGELA BIAZATTE TAMANHONE CARNEIRO	09/09/1986	HABILITADO
129	HILDEBRANDO FERREIRA DE OLIVEIRA	22/08/1987	HABILITADO
130	PRISCILA LOPES DA COSTA	16/01/1988	HABILITADO
131	ARAJANE MOREIRA MARTINS DA SILVA	08/11/988	HABILITADO
132	INGRID DOS SANTOS FERREIRA	14/12/1988	ELIMINADO CONFORME LEI 2419, ART 12
133	JOCIMARA DE OLIVEIRA LIMA	01/12/1989	ELIMINADO CONFORME LEI 2419, ART 12
135	JOAO PAULO DE ARAUJO	24/12/1989	HABILITADO
136	AMANDA DIAS ALVARENGA	22/05/1990	ELIMINADO CONFORME ITEM 14.6
137	JENIFER CAROLINI DOS SANTOS ARAUJO	15/06/1990	HABILITADO
138	FRANCILENE SANTANA KALFFMAM	22/08/1990	HABILITADO
139	RODRIGO SOUZA MARQUES	23/11/1990	HABILITADO
140	MARIANE CRISTINA ALVARENGA	01/08/1991	HABILITADO
141	RICARDO LAPA DE OLIVEIRA	12/12/1991	HABILITADO
142	RAYANNE FELICIA FONSECA	16/03/1992	HABILITADO

143	JARLEY SIMÕES	29/07/1992	HABILITADO
145	UOSHINGTON DA SILVA SANTOS	12/08/1992	HABILITADO
146	DAYANA FELICIA FONSECA	23/03/1993	HABILITADO
147	GUSTAVO DE OLIVEIRA CAMPOS	07/08/1993	HABILITADO
148	MAYARA PEREIRA DA SILVA	07/02/1994	ELIMINADO CONFORME LEI 2419, ART 12
149	DÉBORA SAMORA ALÍPIO	07/02/1994	ELIMINADO CONFORME ITEM 14.6
150	MARIO RODRIGO LEMOS DA SILVA PAIXAO	30/04/1994	HABILITADO
151	WIRNES RODRIGUES BATISTA	28/05/1994	HABILITADO
152	MILENA SANTOS CAMPOS	29/05/1994	HABILITADO
153	ANDREIA FERNANDES CAMPOS	30/01/1995	ELIMINADO CONFORME LEI 2419, ART 12
154	CRISTINA MARTINS SOUZA SIMÕES	14/04/1995	HABILITADO
155	KELI DE ARAÚJO SILVA SOUZA	05/07/1995	HABILITADO
156	VANESSA ELISIA DE SOUZA SILVA	16/09/1995	HABILITADO
157	IANCA LEDIS FIRME LEPAUS	21/12/1995	ELIMINADO CONFORME LEI 2419, ART 12
158	NATALIA DE SOUZA SILVA ALVES	24/06/1996	HABILITADO
159	JESSICA AMANDA QUEIROZ DOS REIS	09/07/1996	ELIMINADO CONFORME ITEM 14.6
160	RAQUEL DE OLIVEIRA LIMA	08/10/1996	HABILITADO
161	IVAN RODRIGUES GOMES	04/11/1996	HABILITADO
162	CRISLANE MARTINS SOUZA	19/12/1996	ELIMINADO CONFORME LEI 2419, ART 12
163	SUELLEN RIBEIRO SOARES	20/10/1997	ELIMINADO CONFORME ITEM 14.6

CARGO: OPERÁRIO BRAÇAL

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO	DATA DE NASCIMENTO	RESULTADO
26	MARCELO ARAUJO	17/09/1962	HABILITADO
27	JACIEL DA CRUZ SANTOS	02/11/1962	HABILITADO
28	PAULO ROBERTO DO NASCIMENTO	13/11/1962	HABILITADO
29	MARIA DOS ANJOS ANTUNES	12/10/1963	HABILITADO
30	MIRALDA GARCIA DOS SANTOS GOMES	15/01/1964	ELIMINADO CONFORME LEI 2419, ART 12
31	MIGUEL ROZA DE OLIVEIRA	17/0/1964	HABILITADO
32	JOAO LUIZ RODRIGUES	26/04/1964	ELIMINADO CONFORME LEI 2419, ART 12
33	TELMA COSME DE ALMEIDA	29/06/1964	ELIMINADO CONFORME LEI 2419, ART 12
34	MARLY TRINDADE DA SILVA	03/08/1964	ELIMINADO CONFORME LEI 2419, ART 12
35	ZILMA LAGES	31/08/1964	HABILITADO
36	JOSIAS DOS SANTOS	24/10/1964	HABILITADO
37	MARIA DA GLORIA JESUS SALES	21/01/1965	HABILITADO
38	ANGELA MARIA PAULINO DOS SANTOS	21/03/1965	HABILITADO
39	CELMA DA PENHA FERNANDES	28/04/1965	HABILITADO
40	EDIO RIZZI REIMUNDO	08/03/1966	HABILITADO
41	JOSE CARLOS DE ALVARENGA	07/03/1967	ELIMINADO CONFORME LEI 2419, ART 12
42	CLOVES DUARTE FARIA	09/06/1967	HABILITADO
43	MARCIA HELENA GONÇALVES	14/08/1969	HABILITADO
44	ZENILDA FELIPE	11/09/1969	HABILITADO

45	MARLI NELSINA LOUVEM DE SOUZA	11/11/1969	HABILITADO
46	VALDO PESTANA DOS SANTOS	20/11/1970	ELIMINADO CONFORME ITEM 14.6
47	VALCY PESTANA DOS SANTOS	19/07/1972	ELIMINADO CONFORME LEI 2419, ART 12
48	ELIMAR GABRECHT	27/01/1973	HABILITADO
49	SANDRA DA SILVA PAULA	08/02/1973	HABILITADO
50	ROGERIA RIBEIRO	26/03/1973	HABILITADO

CARGO: MOTORISTA

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO	DATA DE NASCIMENTO	RESULTADO
11	GILSON MANOEL	08/09/1972	HABILITADO
12	ALEX FONSECA DOS SANTOS DO NASCIMENTO	21/01/1987	HABILITADO
13	DERLI NOGUEIRA NETO	18/07/1954	HABILITADO
14	JOSE LUIZ RODRIGUES DOS SANTOS	19/05/1958	HABILITADO

CARGO: COVEIRO

CLASSIFI-CAÇÃO	NOME DO CANDIDATO	DATA DE NASCIMENTO	RESULTADO
6	DAVID BRAVIM GUIMARÃES	21/11/1985	HABILITADO
7	RODRIGO SOUZA MARQUES	23/11/1990	HABILITADO
8	MARIANE CRISTINA ALVARENGA	01/08/1991	HABILITADO
9	KRISLAINE PAIXÃO MONTEIRO	21/02/2002	HABILITADO
10	JOAO VITOR MENDES MACHADO DE OLIVEIRA	20/05/2003	HABILITADO

Protocolo 1512740

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS - SEMGEP
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PROFISSIONAIS DE SAÚDE: EDITAL Nº 006/2024.

EDITAL 006.12-CONVOCAÇÃO PARA EXAME MÉDICO ADMISSIONAL

CONVOCAÇÃO PARA EXAME ADMISSIONAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA EM REGIME DE DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA PARA ATENDER A NECESSIDADE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE VIANA - ES, EDITAL Nº 005/2024, PUBLICADO NO DIA 16 DE JUNHO DE 2024.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS, no uso das atribuições legais que lhe foram conferidas pela Lei nº 3.199, de 04 de janeiro de 2022, regulamentada pelo Decreto nº 09, de 05 de janeiro de 2022 e em conformidade com o disposto no Decreto nº 065, de 10 de março de 2022 e o art. 5º do Decreto nº 204, de 26 de outubro de 2022, RESOLVE:

1 CONVOCAÇÃO PARA EXAME ADMISSIONAL

1.1 Tornar público a convocação para exame admissional dos candidatos habilitados no Processo Seletivo Simplificado - Edital nº 006.2024 , conforme Anexo I deste Edital.

1.2 Os candidatos convocados pelo Anexo I deste Edital deverão comparecer até o dia 17 de Março de 2025, apresentando o Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), com a indicação de "APTO" no referido documento.

1.3 O Atestado de Saúde Ocupacional deverá ser emitido no máximo 30 (trinta) dias antes da data da convocação.

1.3.1 O candidato deverá realizar os exames e laudos médicos às **suas custas.**

2 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 O candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado, conforme item 14.3 do Edital 006/2024 se:

a) não comparecer nas datas das convocações, constantes dos itens 13.2 e 13.3 do Edital 006/2024 ou não apresentar os exames e laudos médicos;

b) for declarado inapto pela Perícia Médico do Município, conforme item 13.5 Edital 006/2024;

c) não comparecer nos prazos estabelecidos nos itens 14.1 e 14.2 do Edital 006/2024;

d) não comprovar o requisito de ingresso do cargo que estiver concorrendo, constante do Anexo I do Edital 006/2024.

e) não atender aos requisitos básicos de ingresso e de acumulação de cargo público, constante do item 12 do Edital 006/2024;

f) O candidato convocado, conforme Anexo I deste Edital, que for ou estiver sido servidor contratado por tempo determinado do Município, pelo prazo superior ao estabelecido pelo art. 4º da Lei nº 2.419, de 20 de dezembro de 2011, ou estiver enquadrado no inciso IV do art. 12 da referida Lei, não poderá ser contratado neste Processo Seletivo, antes de decorridos 24 (vinte e quatro) meses do encerramento de seu contrato anterior, em conformidade com o estabelecido pela Lei nº 8.745, de 09 de dezembro de 1993 e item 14.6 do Edital 006/2024.

Viana-ES, 14 de Março de 2025.

FRANCISCO JOSÉ CARLOS
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS - SEMGEP

ANEXO I
A que se refere o item 1 do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 006.10/2024
Edital nº 006/2024 - Processo Seletivo Simplificado: Profissionais de Saúde

CARGO: NUTRICIONISTA

CLASSIF.	NOME DO CANDIDATO	DATA DE NASCIMENTO	EDITAL DE HABILITAÇÃO	RESULTADO DA CONVOCAÇÃO
13	LUANA MACHADO DA SILVA	16/08/1994	006.03/2024	HABILITADO
14	JULIANA SEGUNDO RIBEIRO CARNEIRO	22/03/1993	006.03/2024	HABILITADO
15	GABRIELA SILVA NOGUEIRA MOURA	01/04/1996	006.03/2024	HABILITADO
16	BRUNELLA CUSTODIO SILVA	18/11/1993	006.03/2024	HABILITADO
17	EDGAR CORREIA BRITTO JUNIOR	15/07/1978	006.3/2024	HABILITADO
19	LETICIA CARLESSO	19/06/2000	006.3/2024	HABILITADO

Protocolo 1512766

Portaria

PORTARIA Nº 0506/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIANA, Estado do Espírito Santo, no uso das atribuições legais, conferida pelo artigo 61, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município de Viana, e Lei Municipal n.º 3.435 de 23 de janeiro de 2025.

RESOLVE:

Art. 1° NOMEAR, nos termos do art. 12, inciso II da Lei nº 1.596/2001 **PAMELA FRANTESCA TRABACH XAVIER** para exercer o cargo em comissão de Encarregado, Padrão CPC-OP3, na Secretaria Municipal de Governo.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Viana - ES, 14 de março de 2025.

WANDERSON BORGHARDT BUENO
Prefeito Municipal de Viana

Protocolo 1512794

PORTARIA Nº 0507/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIANA, Estado do Espírito Santo, no uso das atribuições legais, conferida pelo artigo 61, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município de Viana, e Lei Municipal n.º 3.435 de 23 de janeiro de 2025.

RESOLVE:

Art. 1° NOMEAR, nos termos do art. 12, inciso II da Lei nº 1.596/2001 **TAÍS MELLO EICKHOFF** para exercer o cargo em comissão de Encarregado, Padrão CPC-OP3, na Secretaria Municipal de Governo.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Viana - ES, 14 de março de 2025.

WANDERSON BORGHARDT BUENO
Prefeito Municipal de Viana

Protocolo 1512954

PORTARIA Nº 0508/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIANA, Estado do Espírito Santo, no uso das atribuições legais, conferida pelo artigo 61, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica do Município de Viana, e Lei Municipal n.º 3.435 de 23 de janeiro de 2025.

RESOLVE:

Art. 1° NOMEAR, nos termos do art. 12, inciso II da Lei nº 1.596/2001 **GUSTAVO VIEIRA LEITE** para exercer o cargo em comissão de Gerente Executivo, Padrão CPC-G3, na Secretaria Municipal de Governo.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Viana - ES, 14 de março de 2025.

WANDERSON BORGHARDT BUENO
Prefeito Municipal de Viana

Protocolo 1512963

Termos

PEDIDO DE COTAÇÃO DE PREÇOS Nº 003/2025

O Município de Viana, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 27.165.547/0001-01, com sede na Av. Florentino Ávidos, nº 1, Centro, Viana/ES, CEP 29.130-915, neste ato representado pela Secretaria Municipal de Administração e Tecnologia, torna público a quem possa interessar que está realizando pesquisa de preços do objeto previsto no Processo Administrativo nº3981/2025, que tem como objeto Contratação de Empresa Especializada na Realização de Seminário Educacional em atendimento as demandas da secretaria Municipal de Educação.

O termo de referência poderá ser solicitado por e-mail através do endereço eletrônico compraspmviana@gmail.com, compraspmv@viana.es.gov.br e consultado no site www.viana.es.gov.br.

As propostas deverão ser preenchidas, carimbadas e assinadas, encaminhadas no e-mail: compraspmviana@gmail.com e compraspmv@viana.es.gov.br, tendo validade mínima de 60 (sessenta) dias e serão recebidas até o dia (19/03/2025) ás 18:00h.

Viana/ES, 13 de março de 2025.
SUELI GONÇALVES MORAES
Gerente de Compras

FILIPE LADISLAU LACERDA SILLER
Secretário Municipal de Administração e Tecnologia
Protocolo 1512722

PEDIDO DE COTAÇÃO DE PREÇOS Nº 004/2025

O Município de Viana, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 27.165.547/0001-01, com sede na Av. Florentino Ávidos, nº 1, Centro, Viana/ES, CEP 29.130-915, neste ato representado pela Secretaria Municipal de Administração e Tecnologia, torna público a quem possa interessar que está realizando pesquisa de preços do objeto previsto no Processo Administrativo nº21836/2024, que tem como objeto registro de preços para aquisição e instalação de equipamentos condicionadores de ar para a Prefeitura Municipal de Viana/ES.

O termo de referência poderá ser solicitado por e-mail através do endereço eletrônico compraspmviana@gmail.com, compraspmv@viana.es.gov.br e consultado no site www.viana.es.gov.br.

As propostas deverão ser preenchidas, carimbadas e assinadas, encaminhadas no e-mail: compraspmviana@gmail.com e compraspmv@viana.es.gov.br, tendo validade mínima de 60 (sessenta) dias e serão recebidas até o dia (20/03/2025) ás 18:00h.

Viana/ES, 13 de março de 2025.
SUELI GONÇALVES MORAES
Gerente de Compras

FILIPE LADISLAU LACERDA SILLER
Secretário Municipal de Administração e Tecnologia
Protocolo 1512730

Contrato

RESUMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 030/2025
Código CidadES: 2025.073E0700001.02.0002
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3409/2025
ATA DE REISTRO DE PREÇOS N º 050/2025
Contratante: O MUNICÍPIO DE VIANA/ES.
Contratada: KLIMA REFRIGERACAO, SERVICOS E REPAROS LTDA.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS CONDICIONADORES DE AR.
Valor: O valor total da contratação é de R$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais).
Vigência: O prazo de vigência dos contratos originados através da Ata de Registro de Preços é de máximo de 12 meses contados a partir da data da publicação do contrato.

Viana/ES, 06 de março de 2025.
WANDERSON BORGHARDT BUENO
PREFEITO MUNICIPAL DE VIANA/ES
Protocolo 1512616

Aditivo

RESUMO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO MUNICÍPIO / BANCO - SEMFA Nº 079/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3411/2023
Contratante: O MUNÍCIPIO DE VIANA/ES.
Contratada: BANCO BRADESCO S/A.
Objeto: PRORROGAÇÃO do prazo de vigência e REAJUSTE de valor do Contrato de Prestação de Serviços nº. 079/2023, firmado entre as partes, por mais 24 (vinte e quatro) meses, nos termos da Cláusula oitava e fundamento no artigo 57, inciso II, da Lei Federal n º 8.666/1993 e suas alterações.
Valor: o reajuste de valor do contrato, conforme IPCA-E/IBGE no percentual de 3,688020%, referente ao período de maio de 2023 à abril de 2024, resultando um reajuste de R$ 0,11 (onze centavos), perfazendo os novos valore de prestação de serviços de arrecadação para R$ 1,24 (um real e vinte quatro centavos) e de R$ 2.07 (dois reais e sete centavos).
Vigência: Pelo presente termo aditivo, fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato por mais 24 (vinte e quatro) meses, a partir de 03 de maio de 2025.

Viana, ES, 10 de março de 2025.
WANDERSON BORGHARDT BUENO
PREFEITO MUNICIPAL DE VIANA/ES
Protocolo 1512621

RESUMO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº064/2023
Código CidadES nº. 2022.073E0700001.02.0053
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 112/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3716/2023
Contratante: MUNICÍPIO DE VIANA/ES.
Contratada: EDUCARTIC TECNOLOGIA, GESTÃO E INOVAÇÃO PARA EDUCAÇÃO LTDA.
Objeto: PRORROGAÇÃO do prazo de vigência por

mais 12 (doze) meses, e REAJUSTE de valor do Contrato de Prestação de Serviços nº. 064/2023 firmado entre as partes, nos termos previstos em sua Cláusula Segunda e Nona.
Valor: Justifica-se o reajuste de valor do contrato, conforme INPC/IBGE no percentual de 4174150% referente ao período de fevereiro de 2024 à janeiro de 2025, resultando em um reajuste de R$ 2.656,42 (dois mil seiscentos e cinqüenta e seis reais e quarenta e dois centavos), passando o valor global do Contrato de Prestação de Serviços para R$ 66.374,35 (sessenta e seis mil trezentos e setenta e quatro reais e trinta e cinco centavos).
Vigência: Pelo presente termo aditivo, fica prorrogada a vigência do Contrato a partir de 14 de março de 2025, por mais 12(doze) meses.

Viana/ES, 13 de março 2025.
WANDERSON BORGHARDT BUENO
PREFEITO MUNICIPAL DE VIANA/ES
Protocolo 1512752

Vila Pavão

Convocação

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 030/2025
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 001/2023
IDCidades: 2023.074E07000001.09.0023

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA PAVÃO**, Estado do Espírito Santo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, **CONVOCA** o(s) candidato(s) habilitado(s) e aprovado(s), conforme relação constante no ANEXO I deste Edital, com vistas à entrega da documentação, observadas as seguintes condições:

1 DA ASSINATURA DO TERMO DE INTERESSE NA VAGA E ENTREGA DOS DOCUMENTOS
1.1. O(s) candidato(s) relacionado(s) no ANEXO I deste edital, após a presente convocação, deverá(ão) comparecer no Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, situada na Rua Travessa Pavão, nº 80, Bairro Centro, Município de Vila Pavão/ES - Tel. (27) 3753-1001, ramal 125, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, no horário compreendido das 08h00m às 10h30m ou 13:00h às 16h00m, para assinar o termo de interesse na vaga.
1.2. Manifestado o interesse na vaga, o candidato terá até 10 (dez) dias úteis para entregar a documentação relacionada no ANEXO II deste edital.
1.3. Não serão recebidos documentos de forma parcial, sendo que a falta de qualquer documento constante do ANEXO II e III acarretará o não cumprimento da exigência do item 1.

2 DOS EXAMES MÉDICOS
2.1. Somente poderá ser empossado em cargo público aquele que for julgado apto física e mentalmente para o exercício do cargo. O exame médico avaliará a capacidade física e mental do candidato para exercer as atividades do cargo público que irá ocupar.
2.2. Eventuais candidatos portadores de necessidades especiais convocados neste edital, além de atender ao que determina o item 2, deverão apresentar laudo e/ou atestado médico identificando o tipo de deficiência ou disfunção devidamente atualizado (prazo máximo de 10 dias)

3. DOS ATOS DE NOMEAÇÃO
3.1. A publicação dos atos de nomeação se dará por meio de Decreto, obedecendo a legislação vigente.

4. DA POSSE
4.1. Cumpridas as exigências constantes do item 3 deste Edital, será realizada a posse em cerimônia própria, na qual o candidato deverá se apresentar em na Prefeitura do Município de Vila Pavão/ES, através de Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos para ser empossado e receber instruções sobre o local de trabalho para o qual será designado.

4.2. Após a data da posse, o candidato deverá apresentar-se no seu local de trabalho, devendo o servidor iniciar suas atividades funcionais após a sua apresentação, que será atestada pelo Superior Hierárquico à qual ficará subordinado.

Gabinete do Prefeito Municipal de Vila Pavão, Estado do Espírito Santo, aos 14 dias do mês de março do ano de 2025.

JOÃO TRANCOSO
Prefeito Municipal

ANEXO I
Legendas: AC[1] = Ampla concorrência / PCD[2] = Pessoa com deficiência

ATENDENTE

POSIÇÃO	Nº DE INSCRIÇÃO	CANDIDATO	VAGA
2º	0103261	ELOISA GONÇALVES JANN TESCH	AC[1]

TÉCNICO DE ENFERMAGEM

POSIÇÃO	Nº DE INSCRIÇÃO	CANDIDATO	VAGA
19º	0101594	IVALDINA APARECIDA DA SILVA DE OLIVEIRA	(DECLAROU-SE NEGRO)

AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

POSIÇÃO	Nº DE INSCRIÇÃO	CANDIDATO	VAGA
3º	0103150	ALINE ELIAS TOSI	AC[1]

Obs.: Os exames médicos admissionais serão realizados sob responsabilidade da Prefeitura Municipal de Vila Pavão/ES, devendo o candidato que declarar interesse na vaga ofertada comparecer a MasterMed - Medicina e Segurança do Trabalho, localizada na Av. Dr. Antônio Santos Neves, nº 78, Bairro Margareth, Município de Nova Venécia / ES, CEP 29.830-000, na data de 25 de março de 2025, no horário de 7hs às 11h30min.

ANEXO II

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 030/2025
CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2023

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS

O candidato convocado para nomeação e posse no cargo deverá atender, cumulativamente, aos seguintes requisitos, conforme item 17.8 do Edital de Concurso Público nº 001/2023:

- Comprovação do pré-requisito do cargo;
- Apresentar diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso, conforme requisito do cargo pretendido, fornecido por instituição de ensino reconhecida pelos órgãos competentes;
- Registro Geral - RG;
- CPF (deve apresentar o comprovante de situação cadastral do CPF obtido no site da Receita Federal do Brasil);
- Título de Eleitor e do último comprovante de votação;
- Carteira Profissional;
- Uma foto 3x4;
- Extrato do PIS/PASEP (o documento precisa ser retirado na Caixa Econômica Federal ou no Banco do Brasil);
- Comprovante de residência;
- Certidão de Nascimento ou Certidão de Casamento (quando aplicável);
- Certidão de Nascimento e CPF de filhos menores de 21 anos;
- Carteira de Vacinação dos filhos de até 14 anos;
- Comprovante de Matrícula escolar dos dependentes menores de 18 anos;
- Cadastro de dados bancários, sendo somente permitida a conta corrente do Banco do BANESTES;
- Declaração de acúmulo legal ou não acumulação de cargos em funções públicas;
- Declaração de Bens Móveis e Imóveis;
- Declaração de imposto de renda e proventos de qualquer natureza, que tenha sido apresentada à Secretaria Especial da Receita Federal;
- Certidão de Antecedentes Criminais fornecida pela Justiça Estadual e Federal;
- Estar registrado e com a situação regularizada no órgão de conselho de classe correspondente à sua formação profissional, quando for o caso, devidamente comprovado com a documentação exigida;
- Estar quite com os deveres do Serviço Militar, se do sexo masculino;
- Estar em pleno gozo dos direitos políticos e com as obrigações eleitorais.

Caso haja necessidade, a Prefeitura Municipal de Vila Pavão/ES poderá solicitar outros documentos complementares.

ANEXO "III - A"

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 030/2025
CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2023

TERMO DE INTERESSE NO CARGO

Eu, _____ _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e inscrito(a) no CPF nº _____, frente à aprovação no Concurso Público (Edital nº 001/2023) da Prefeitura do Município de Vila Pavão, Estado do Espírito Santo, **CONFIRMO O INTERESSE** de tomar posse no cargo de _____ _____, nos termos da legislação municipal em vigor.

Vila Pavão/ES, _____/_____/_____

_____
Assinatura do candidato
CPF:

ANEXO "III - B"

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 030/2025
CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2023

TERMO DE FALTA DE INTERESSE NO CARGO

Eu, _____ _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e inscrito(a) no CPF nº _____, frente à aprovação no Concurso Público (Edital nº 001/2023) da Prefeitura do Município de Vila Pavão, Estado do Espírito Santo, **DECLARO NÃO TER INTERESSE** em tomar posse no Cargo de _____ _____.

Vila Pavão/ES, _____/_____/_____

_____
Assinatura do candidato
CPF:

ANEXO IV

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 030/2025
CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2023

DECLARAÇÃO DE NÃO ESTAR RESPONDENDO A PROCESSO RELATIVO AO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO

Eu, _____ _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e inscrito(a) no CPF nº _____, declaro para os devidos fins, que no exercício de cargo ou função pública, não sofri penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável.

Por fim, declaro ainda:

( ) Não ter sido demitido do serviço Público Federal, Estadual ou Municipal em virtude de processo administrativo disciplinar nos últimos 05 (cinco) anos.

( ) Ter sido demitido do serviço Público Federal, Estadual ou Municipal em virtude de processo administrativo disciplinar nos últimos 05 (cinco) anos.

Obs.: _____
_____
_____
_____
_____

E, por ser verdade, firmo a presente declaração.

Vila Pavão/ES, _____/_____/_____

_____
Assinatura do candidato
CPF:

ANEXO V

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 030/2025
CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2023

DECLARAÇÃO DE BENS

Eu, _____, brasileiro(a), inscrito(a) no CPF sob o nº _____ e RG nº _____, residente e domiciliado(a) no Município de _____, declaro para os devidos fins que:
( ) Não possuo bens patrimoniais.
( ) Possuo os seguintes bens patrimoniais:
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____

Por ser verdade firmo a presente.

Vila Pavão/ES, _____/_____/_____

_____
Assinatura do candidato
CPF:

ANEXO VI

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 030/2025
CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2023

DECLARAÇÃO DE ACÚMULO DE CARGOS E VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS

Eu, _____, RG_____, em relação à posse do cargo _____ DECLARO:
1. Para fins do contido no §14 do art. 37 da Constituição Federal de 1988, que:
( ) não sou aposentado
( ) sou aposentado por tempo de contribuição decorrente de cargo, emprego ou função pública.
2. Para fins do contido nos incisos XVI, XVII e do §14 do art. 37 da Constituição Federal de 1988, sob pena de responsabilidade, para fins de acumulação remunerada, que:
( ) não exerço ( ) exerço
( ) outro cargo ( ) emprego ( ) função pública

Os campos abaixo somente deverão ser preenchidos no caso do declarante ocupar outro cargo, emprego ou função pública.

IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE/CARGO

Unidade:	Fone:
Endereço:	Bairro:
Cidade:	Estado:
Cargo/Emprego/Função:	Regime Jurídico:
Carga horária:	

Por ser verdade firmo a presente.
Vila Pavão/ES, _____/_____/_____

_____
Assinatura do candidato
CPF:

OBS.: O cargo, emprego ou função pública compreende todo aquele exercido na Administração Pública Direta, Indireta ou Fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

ANEXO VII

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 030/2025
CONCURSO PÚBLICO N.º 001/2023

DECLARAÇÃO DE DEPENDENTES PARA EFEITOS DE IMPOSTO DE RENDA

Eu, _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e inscrito(a) no CPF nº _____, declaro, em obediência à Legislação do Imposto de Renda, que tenho como encargo de família as pessoas abaixo relacionadas:

NOME COMPLETO	SEXO	DATA DE NASCIMENTO	PARENTESCO	CPF

Declaro sob as penas da Lei, que as informações aqui prestadas são verdadeiras e de minha responsabilidade, não cabendo a V. S.ª qualquer responsabilidade perante a fiscalização.

Vila Pavão/ES, _____/_____/_____

_____
Assinatura do candidato
CPF:

Protocolo 1513001

Contrato

RESUMO DO CONTRATO
Nº 031/2025

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Vila Pavão/ES.
CONTRATADA: G. I. S COMERCIAL SANTANA LTDA ME
OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços para fornecimento de Coffee Break, para atender as necessidades das diversas secretarias desta prefeitura.
VIGÊNCIA: 12 meses
VALOR GLOBAL: R$ 36.575,53
RECURSOS FINANCEIROS:
Fichas: 0000055, 0000655, 0000397, 0000496, 0000545, 0000707, 0000690, 0000206, 0000765, 0000620.
ID CIDADES: 2025.074E0700001.02.0001

Vila Pavão, ES, 14/03/2025

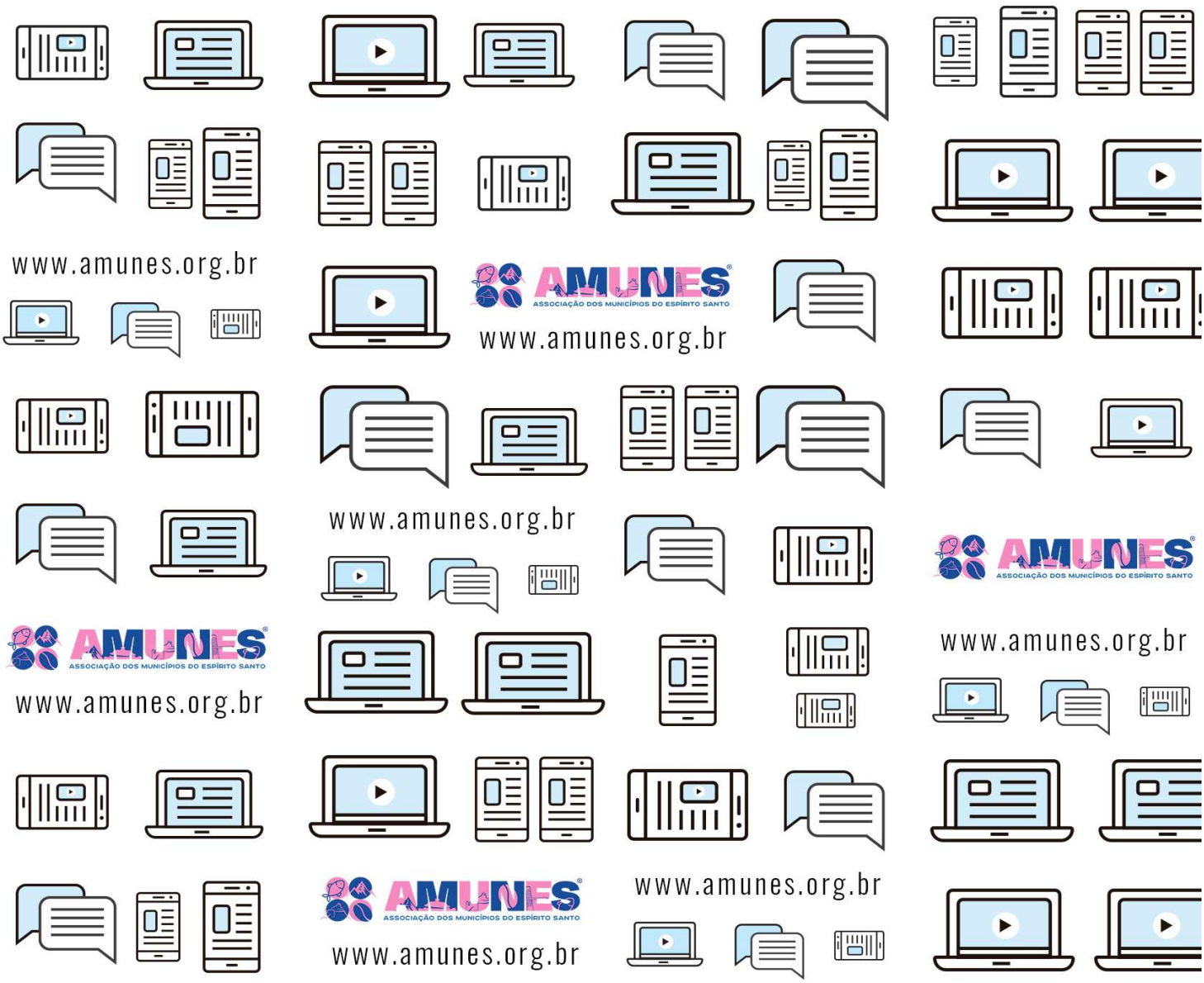
João Trancoso
Prefeito do Município
Protocolo 1512627

RESUMO DO CONTRATO
Nº 032/2025

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Vila Pavão/ES.
CONTRATADA: J. F. COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA ME
OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços para fornecimento de Coffee Break, para atender as necessidades das diversas secretarias desta prefeitura.
VIGÊNCIA: 12 meses
VALOR GLOBAL: R$ 192.143,52
RECURSOS FINANCEIROS:
Fichas: 0000055 0000655, 0000397, 0000496, 0000545, 0000707, 0000690, 0000206, 0000765, 0000620.
ID CIDADES: 2025.074E0700001.02.0001

Vila Pavão, ES, 14/03/2025

João Trancoso
Prefeito do Município
Protocolo 1512642



Câmaras

Água Doce do Norte

Termos

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Ratifico, por este termo, a presente dispensa de licitação, que tem por objeto a aquisição de materiais de copa, cozinha, e materiais de higiene e limpeza e utilidades, sob demanda, para atender as necessidades desta Câmara Municipal para o ano de 2025, em favor do proponente:

MERCEARIA CABRAL LTDA, inscrito no CNPJ nº 36.300.325/0001-37, no valor máximo de R$ 21.725,93 (vinte e um mil e setecentos e vinte e cinco reais e noventa e três centavos).

Com base no inciso II, do Art. 75, da lei Federal 14.133/21, de acordo com parecer da Assistência Jurídica, e tendo em vista os elementos que instruem o processo nº 127/2025.

Água Doce do Norte/ES, aos 14 de março de 2025.
ERALDO FRANCISCO DE SOUZA
Presidente

Protocolo 1512176

AMUNES
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ESPÍRITO SANTO
www.amunes.org.br

Aracruz

Aditivo

EXTRATO DO 1° (PRIMEIRO) TERMO ADITIVO
CONTRATO Nº 08/2024
Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE ARACRUZ - CMA
Processo Nº: 1.698/2023 apensado aos autos de n.º 1.136/2024
Contratado: DINÂMICA TELECOMUNICAÇÕES LTDA.
CNPJ: 39.320.478/0001-34
Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do contrato de n.º 08/2024 por mais um período de 08 (oito) meses, a contar de seu vencimento em 15 de março de 2025.
Da prorrogação de prazo: Fica ajustado entre as partes que o prazo de vigência do Contrato nº 08/2024 será prorrogado por mais um período de 08 (oito) meses, contados a partir de seu vencimento, em 15.03.2025, podendo
ser novamente prorrogado por igual período, na forma estabelecida no art. 57, inciso II da Lei de n.º 8.666/1993, mantidas todas as condições de execução do contrato originalmente acordadas, salvo as alterações previstas neste aditivo.
Do Valor: Fica acordado entre as partes que o valor contratual será no valor mensal de R$ 2.387,50 (dois mil trezentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), totalizando pelo período estipulado na Cláusula Primeira deste aditivo o valor de R$ 19.100,00 (dezenove mil e cem reais).
Vigência: 16.03.2025 a 15.11.2025
Responsável pela assinatura: JEAN CARLO GRATZ PEDRINI
Cargo: Presidente da Câmara

Protocolo 1512609

Colatina

Emenda

Câmara Municipal de Colatina
Palácio Justiniano de Mello e Silva Netto
Estado do Espírito Santo

MENDA A LEI ORGÂNICA Nº 036/2025

ALTERA A REDAÇÃO DOS INCISOS II E III DO ART. 125 DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE COLATINA, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, QUE DISPÕE SOBRE OS PRAZOS PARA O ENVIO DAS PEÇAS ORÇAMENTÁRIAS À CÂMARA MUNICIPAL .....

A Câmara Municipal de Colatina do Estado do Espírito Santo, usando de suas atribuições legais **APROVA**, e sua Mesa Diretora **PROMULGA** a seguinte Emenda ao texto da Lei Orgânica Municipal:

Art. 1º - Altera a redação dos incisos II e III do art. 125 da Lei nº 3.547, de 5 de abril de 1990, passando a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 125. Os prazos para o envio à Câmara Municipal do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual obedecerão às seguintes disposições:**

(...)
II - O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias será encaminhado até três meses antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa;

III - O Projeto de Lei Orçamentária Anual será encaminhado até dois meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa."

Art. 2º - Esta Emenda à Lei Orgânica entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre- se, Publique-se e Cumpra-se.

Câmara Municipal de Colatina, 06 de março de 2025.

Registrada e Publicada na Secretaria nesta data.

Felippe Coutinho Martins
Presidente

Jolimar Barbosa da Silva
Vice - Presidente

Eliesio Braz Bolzani
1º Secretário

Claudinei Costa Santos
2º Secretário

Protocolo 1511976

Domingos Martins

Portaria

PORTARIA Nº 96, DE 12 DE MARÇO DE 2025

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE DOMINGOS MARTINS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 39, XXIX, do Regimento Interno, *resolve:*
Art. 1º Designar a partir de 13 de março de 2025, as servidoras Jonathan Pereira Rosa - titular e suplente Maria Zilda Stein Salles, para atestar a execução do contrato, com a empresa BRASILSEG COMPANHIA DE SEGUROS, com a finalidade de cobertura securitária para os estagiários da Câmara Municipal.

§1º - A designação de que trata o presente artigo tem a finalidade de acompanhar a execução do serviço em sua totalidade. O fiscal deverá expedir atestado a respeito da regularidade ou não, da realização do serviço.
Art. 2º O fiscal procederá à fiscalização obedecendo aos ditames legais da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais alterações.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação
Câmara Municipal de Domingos Martins, 12 de março de 2025.

DIOGO ENDLICH
Presidente

Protocolo 1511950

PORTARIA Nº 97, DE 14 DE MARÇO DE 2025

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE DOMINGOS MARTINS, no uso das atribuições que lhe oferece o inciso XXIX, do art. 39 do Regimento Interno, resolve:

Art. 1º Nomear, a partir de 17 de março de 2025, a servidora Roseli dos Reis Santos, no cargo de Provimento em Comissão de Assessor de Gabinete, matrícula nº 948, com vencimentos de R$ 2.141,90 (dois mil cento e quarenta e um reais e noventa centavos) de acordo com a Lei Municipal nº 3.181, de 24 de janeiro de 2025, da Câmara Municipal de Domingos Martins.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Domingos Martins, 14 de maço de 2025.

DIOGO ENDLICH
Presidente

Protocolo 1512128

Fundão

Errata

Ref: Processo Administrativo CMF nº 089/2025

ERRATA - ERRO MATERIAL EM CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 03/2025 - ATO DE INXEGIBILIDADE Nº 010/2025

ONDE SE LÊ: CLÁUSULA DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência deste contrato é de 10 (dez) meses, com inicio no dia 15 de março de 2025 e vigência até 15 de dezembro 2025 e, sua eficácia dar-se a partir da de sua publicação Diário Oficial Dos Municípios e no Portal Nacional de Contratações (PNCP), podendo ser prorrogado, por igual período,

sob as mesmas cláusulas e condições, até a máxima vigência, **na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133/2021**, a menos que haja denúncia de qualquer das partes com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias antes de expirado o prazo final do CONTRATO.

LEIA-SE: CLÁUSULA DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO
O prazo de vigência deste contrato é de 10 (dez) meses, com inicio no dia 15 de março de 2025 e vigência até 15 de janeiro 2026 e, sua eficácia dar-se a partir da de sua publicação Diário Oficial Dos Municípios e no Portal Nacional de Contratações (PNCP), podendo ser prorrogado, por igual período, sob as mesmas cláusulas e condições, até a máxima vigência, **na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133/2021**, a menos que haja denúncia de qualquer das partes com antecedência mínima de 45 (quarenta e cinco) dias antes de expirado o prazo final do CONTRATO.

Fundão/ES, 14 de março de 2025.

José Pedro Schaider Neto
Mat. 326
Gerente de Compras e Contratos
Protocolo 1512474

Guaçuí

Resolução

RESOLUÇÃO Nº 510 DE 14 DE MARÇO DE 2025.

"Designa servidora responsável pela função de Chefe de Sessão e Subseção de Suprimentos e Serviços Gerais.

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE GUAÇUÍ, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições Legais **DECRETA**:

CONSIDERANDO, o disposto na Lei Municipal 4.212/2018, que concede gratificação de 10% (dez por cento) no vencimento efetivo do salário de servidor Chefe de seção e Subseção de Suprimentos e serviços Gerais.

R E S O L V E

Art. 1º. Designar a servidora Pública Municipal **RAQUEL ARAÚJO DE MOURA FERNANDES**, matrícula 510, Auxiliar de Serviço de Limpeza e Conservação como responsável pela função de Chefe de Sessão e Subseção de Suprimentos e serviços Gerais.

Art. 2º. Pela designação do artigo anterior a servidora fará jus à gratificação de 10% (dez por cento) do vencimento efetivo.

Art. 4º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Guaçuí-ES, 14 de março de 2025.
CARLOS LOMEU DE OLIVEIRA
Presidente da CMG
Biênio 2025/2026
Protocolo 1512366

Itarana

Termos

TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO Nº 004/2025

Processo n° 162/2025
Base legal: Lei Federal nº 11.788/08, Lei Municipal nº 1.418/2022

TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO DE COMPLEMENTAÇÃO EDUCACIONAL NÃO OBRIGATÓRIO QUE ENTRE SI CELEBRAM CASSIELLY JANUTII DE SOUZA PINTO E A CÂMARA MUNICIPAL DE ITARANA/ES

CÂMARA MUNICIPAL DE ITARANA, **ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, inscrita no CNPJ sob o nº 32.400.293/0001-90, com sede administrativa na Rua Paschoal Marquez, nº 75, Centro, Itarana/ES, CEP 29.620-000, representada por sua presidente **SABRINA SCÁRDUA FIOROTTI**, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 085.003.607-04 e portador do RG nº 22032710 SPTC ES, residente na Rua Edesio Marcos, nº 232, Bairro Cohab, Itarana/ES, CEP 29.620-000.

ESTAGIÁRIO (A): CASSIELLY JANUTTI DE SOUZA PINTO, brasileira, solteira, estudante, inscrita no CPF sob o nº 173.824.717-13, e portadora do RG n° 3.953.123, telefone de contato (27) 99780-2599, e-mail:cassiellyjanutti@gmail.com, aluna da EEEFM Prof.ª Aleyde Cosme 3º ano, no turno da tarde (vespertino), residente e domiciliada à Rua Projetada, nº 273, Santa Terezinha, Itarana/ES, CEP: 29.620-000.

INTERVENIENTE: **EEEFM PROFESSORA ALEYDE COSME**

As partes supra identificadas têm entre si justo e acordado, a realização de Estágio de Complementação Educacional, sem vínculo empregatício, conforme as cláusulas abaixo relacionadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETIVO DO ESTÁGIO

1.1 - O Estágio de Complementação Educacional oferecido pela CONCEDENTE, tem por objetivo proporcionar ao Estagiário treinamento prático, aperfeiçoamento técnico, cultural,

científico e de relacionamento humano, como complementação da sua formação profissional em ambiente de trabalho, cujas atividades devem ser compatíveis com o curso ao qual se refere, não gerando vínculo empregatício ao estagiário o aprimoramento técnico-profissional na sua área de formação Educacional.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO LOCAL DO ESTÁGIO

2.1 - O estágio será realizado junto à Sede Administrativa da Câmara Municipal de Itarana/ES, podendo ser cedido até 50% (cinco porcento) ao Poder Judiciário ou ao Órgão do Ministério

Público Estadual, nos termos do § Único do art. 9 da Lei Municipal nº 1.418/2022 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DURAÇÃO DO ESTÁGIO

3.1 - O Prazo de vigência do estágio é de 12 (doze) meses, e terá início a partir do primeiro dia útil após a publicação no diário oficial - DOM/ES.
3.2 - O Estágio poderá ser prorrogado, mediante prévio acordo entre as partes, por sucessivas vezes, contanto que sejam mantidas todas as condições exigidas pela Lei Municipal nº 1.418/2022, hipótese em que o vínculo com a Câmara Municipal de Itarana/ES não poderá exceder o prazo de 02 (dois) anos, conforme preconizado na Lei Federal nº 11.788/2008.

CLÁUSULA QUARTA - DA JORNADA DA ATIVIDADE EM ESTÁGIO

4.1 - Será de 20 (vinte) horas semanais a jornada de estágio, dentro do horário regular de funcionamento da CONCEDENTE, sem prejuízo das atividades discentes do estagiário;
4.2 - A jornada de estágio é compatível com as atividades escolares do estagiário e caso ocorra, por fatos supervenientes, conflito com o horário de estudo, o período do estágio não cumprido será compensado nas férias escolares e em atividades desenvolvidas pela Secretaria a qual esteja vinculada, em feriados e finais de semana.

CLÁUSULA QUINTA - DA BOLSA

5.1 - O Estagiário perceberá por suas atividades na CONCEDENTE, a importância de 75% (setenta e cinco por cento) do salário mínimo vigente, a título de bolsa de complementação Educacional, deduzindo-se do valor desta, a importância correspondente ao período que deixar de exercer suas funções.

CLÁUSULA SEXTA - DA OBRIGAÇÃO DO ESTAGIÁRIO

6.1 - Além das obrigações ora ajustadas, o estagiário fica sujeito aos mesmos deveres, obrigações e responsabilidades vigentes para os servidores públicos.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PERDAS E DANOS

7.1 - O estagiário responderá pelas perdas e danos consequentes da inobservância das normas internas da CONCEDENTE, ou das constantes no presente termo;
7.2 - Os agentes de integração serão responsabilizados civilmente se indicarem estagiários para a realização de atividades não compatíveis com a programação curricular estabelecida para cada curso, assim como estagiários matriculados em cursos ou instituições para as quais não há previsão de estágio curricular.

CLÁUSULA OITAVA - DA PROGRAMAÇÃO DO ESTÁGIO

8.1 - O Estagiário se obriga a programação do estágio, comunicando em tempo hábil a impossibilidade de fazê-lo, sendo considerados motivos justos do não cumprimento da programação as obrigações escolares do Estagiário.

CLÁUSULA NONA - DO RELATÓRIO

9.1 - O Estagiário se obriga a elaborar, quando solicitado pela concedente ou pela instituição de ensino, relatório das atividades desenvolvidas na concedente, em 03 (três) vias, remetendo para o órgão de pessoal da mesma que promoverá o arquivamento em pasta própria.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO

10.1 - Constituem motivos para a cessação da vigência do presente Termo:
10.1.1- O seu término;
10.1.2- Conclusão ou abandono do Curso e o trancamento da matrícula;
10.1.3- No interesse e por conveniência da CONCEDENTE, ou a pedido do Estagiário, mediante comunicação expressa feita com 05 (cinco) dias de antecedência;
10.1.4- Pelo não comparecimento ao Estágio sem motivo justificado, por 03 (três) dias consecutivos, ou, por 05 (cinco) dias intercalados no período de um (01) mês;

10.1.5- A não apresentação do Termo de Compromisso de Estágio assinado pelo representante do Estabelecimento de Ensino dentro do prazo de 10 (dez) dias, resultará em seu cancelamento;
10.1.6- Os direitos e obrigações das partes, no caso de cessação do estágio, são apenas aquelas neste termo explicitadas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE

11.1 - São obrigações da CONCEDENTE:
11.1.1- Proporcionar ao Estagiário condições técnicas de treinamento prático, aperfeiçoamento técnico-cultural e científico e de relacionamento humano;
11.1.2- Proporcionar permanente acompanhamento e supervisão das atividades do Estagiário;
11.1.3- Prestar todas as informações necessárias a Entidade de Ensino a que estiver vinculado o Estagiário;
11.1.4- Fornecer ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado, preferencialmente, durante suas férias escolares conforme disposições contidas no Art. 13 da Lei nº 11.778 de 26/09/2008;
11.1.5- Contratar, a partir da publicação do presente Termo, seguro de acidentes pessoais em favor do estagiário, em valor não inferior a R$ 10.000,00 (dez mil reais), valor que será corrigido anualmente, no mês de janeiro, pelo índice de variação do INPC/IBGE, caso prorrogado;
11.1.6- As demais determinações do Art. 9º da Lei nº 11.778 de 26/09/2008.
11.1.7 - Emitir declaração de cumprimento de carga horária do Estágio, quando solicitado pelas partes envolvidas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA VINCULAÇÃO

12.1 - O Estagiário não terá, para quaisquer efeitos, vínculos empregatícios com a CONCEDENTE, conforme preconizado no Art. 15, da Lei Federal nº 11.788/2008 e na Lei Municipal nº 1.418/2022.

E por estarem justos e acordados, é firmado o presente Termo em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, assinado na presença de testemunhas infra firmadas, com a anuência da Entidade de Ensino, nos Termos da Lei.

Itarana/ES, 13 de março de 2025.

SABRINA SCÁRDUA FIOROTTI
EEEFM "ALEYDE COSME
Presidente da Câmara Municipal de Itarana
Estabelecimento de Ensino
Concedente

CASSIELLY JANUTTI DE SOUZA PINTO
Estagiária (o)

TESTEMUNHAS:

1ª_____

2ª_____

Protocolo 1512381

Marilândia

Aditivo

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO CONTRATO Nº 001/2024

PROCESSO 816/2024
ID CONTRATAÇÃO TCE/ES: 2024.046L0200001.10.0001
ID CONTRATAÇÃO PNCP: 36348720000190-1-000001/2024

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Marilândia/ES

CONTRATADA: Câmara dos Dirigentes Lojistas de Marilândia (CDL)
CNPJ: 06.308.300/0001-19

OBJETO: Prorrogação da vigência contratual

VALOR DO ADITIVO: R$ 3.800,00

VIGÊNCIA: 02 (dois) meses.

Marilândia, 13 de março de 2025

ADILSON REGGIANI
Presidente

Protocolo 1512504

Montanha

Convocação

CONVOCAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO N°: 0000183/2025
MODALIDADE: Dispensa de Licitação
OBJETO: Contratação de empresa especializada para locação de 01 (um) veículo, para atender demanda da Câmara Municipal de Montanha- ES, nos termos do artigo 75, inciso II, da Lei 14.133/2021 e suas alterações.

Em cumprimento ao procedimento administrativo e disposições referentes à dispensa de licitação n° 000014/2025, **CONVOCO** a empresa **CONSEVIX LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ n° CNPJ n° 39.158.129/0001-68**, para apresentar documentação conforme listagem abaixo discriminada, no prazo de 24 horas, a partir do recebimento desta convocação, a ser encaminhada via endereço eletrônico: licitação.cmmontanha@gmail.com ou protocolar em loco respeitando o horário de expediente das 07horas às 13horas.

1. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA, FISCAL E TRABALHISTA:
Quanto a habilitação jurídica:
a) Em se tratando de Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br; OU
b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, no caso de sociedade comercial e, em se tratando de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição dos seus administradores; OU
c) No caso de empresário individual,Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
d) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

e) Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
f) Declaração para fins de comprovação da condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, assim definida aquelas que se enquadram na classificação descrita no art. 3º da Lei Complementar 123/06, a qual deverá conter a assinatura do Contador Responsável pela contabilidade da empresa, conforme modelo do Anexo II.
g) Declaração unificada do fornecedor, atendendo ao disposto no artigo 63 da Lei nº 14.133/2021 e no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme modelo do Anexo III.

Quanto A Habilitação Fiscal E Trabalhista:
a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
b) Prova de regularidade para com as Fazendas: Federal, Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da lei, mediante a apresentação das seguintes certidões:
c) Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
d) Certidão de Negativa ou Positiva com efeitos de negativa de débitos estaduais, da dívida ativa do Estado ou declaração de isenção ou de não incidência assinada pelo representante legal do licitante, sob as penas da lei;
e) Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Tributos Municipais, expedida no local do domicilio ou sede da licitante.
f) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por meio da

apresentação do CRF (Certificado de Regularidade do FGTS).
g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VIIA da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
h) Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

2. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:
a) Comprovação de aptidão para a execução desta contratação através de atestado (s) técnico(s), com complexidade compatível ao objeto fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, pelo qual a empresa ou profissional tenha sido responsável pelo acompanhamento da execução dos serviços similares em características, quantidades e prazos, ao do objeto, vedada a apresentação de atestados fornecidos por uma mesma empresa, conforme termo de referência.

Montanha-ES, 14 de março de 2025.

Comissão de Contratação

Protocolo 1512458

Portaria

PORTARIA Nº 32/2025, DE 14 DE MARÇO DE 2025

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTANHA/ES**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

AUTORIZAR, nos termos do Artigo 3º, inciso II, da Resolução 03/2023, desta Casa de Leis, o Vereador PAULO CÉSAR FIORIO GHIOTTO a **conduzir o veículo Oficial da Câmara Municipal de Montanha/ES**, pelo prazo de 02 dias úteis, a contar de 14 de março de 2025.

Montanha/ES, 14 de março de 2025.

ADIVALDO RODRIGUES DE SOUZA
Presidente da Câmara Municipal de Montanha/ES

Protocolo 1512433

Ponto Belo

Contrato

RESUMO DE CONTRATO nº 002/2025
DISPENSA Nº 03/2025
Termo de Referencia 003/2024

Dispensa de Licitação FUNDAMENTO LEGAL - Art. 75, inciso I da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE PONTO BELO, inscrita no CNPJ nº 01.622.823/0001-11

Contratada: JAIR ALVES MACIEL, inscrito no CNPJ Nº 05.685.566/0001-18, VALOR GLOBAL, R$ 23.000,00 (Vinte e Três Mil Reais).

Objeto: contratação de empresa para aquisição PARCELADA de Lanches e Produtos de Panificação, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Ponto Belo, no exercício financeiro de 2025. Conforme especificações contidas no Termo Referencia que compõe o processo, de acordo com o Processo Administração nº 0003/2025.

DOTAÇÃO ORÇAMETÁRIA: 010001.0103100012.001 - 33903000000 - Ficha 09

Ponto Belo - ES, 12 de março de 2025

_____
ILZA MENDES ROCHA
Presidente da CMP

Protocolo 1512907

RESUMO DE CONTRATO nº 003/2025
DISPENSA Nº 0006/2025

Dispensa de Licitação FUNDAMENTO LEGAL - Art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

Contratante: CÂMARA MUNICIPAL DE PONTO BELO, inscrita no CNPJ nº 01.622.823/0001-11

Contratada: SSNET TELECOM EIRELI ME, inscrita no CNPJ nº 13.422.030/0001-38, no valor total de R$ 2.340,00 (dois mil trezentos e quarenta reais).

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço relativo provimento de acesso à internet fornecendo 01 (um) ponto de internet, com no mínimo 250 MB (duzentos e cinquenta) Megabit, de velocidade, e o ponto deverá ser acompanhado de roteador com tecnologia Dual Band AC 1200 (2.4/5GHZ GIGABIT) fornecido pela empresa contratada, durante o ano de 2025.

DOTAÇÃO ORÇAMETÁRIA: 010001.0103100012.001 - 33903000000 - Ficha 011

Ponto Belo - ES, 12 de março de 2025

_____
ILZA MENDES ROCHA
Presidente da CMPB

Protocolo 1512926

São Gabriel da Palha

Portaria

PORTARIA Nº. 075, DE 14 DE MARÇO DE 2025.

SUSPENDE FÉRIAS

O PRESIDENTE da Câmara Municipal de São Gabriel da Palha, Estado do Espírito Santo,

usando de atribuições legais e no exercício do seu cargo,

CONSIDERANDO, o Memorando do Gabinete da Presidência nº 432, de 14 de março de 2025.
RESOLVE:

Art. 1º SUSPENDER, as férias regulamentares concedidas através da Portaria nº 106/2023, do Servidor **ALISSON CASSANI**, matricula nº 175, nos dias 17 e 18 de março, por imperiosa necessidade do serviço.

Art. 2º- Os dias suspensos serão gozados em momento oportuno.

Art. 3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Art. 4º- Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de São Gabriel da Palha/ES, 14 de março de 2025.

EUCLÉSIO AGUILAR LIMA
Presidente

FABIANO OST
1º Secretário

Protocolo 1512412

Viana

Edital

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 1032/2024
ID. TCES Nº 2025.073L0200001.01.0001

A Câmara Municipal de Viana torna pública e comunica às empresas interessadas a Adjudicação e Homologação do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2025**, Processo Administrativo nº 1032/2024

Objeto: Fornecimento, licenciamento, implantação, treinamento, manutenção e suporte de sistema informatizado de gestão pública para a Câmara Municipal de Viana-ES.

E & L PRODUCOES DE SOFTWARE LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 39.781.752/0001-72, com sede à Av. Koehler, nº 238, Centro, Domingos Martins- ES - CEP: 29.260-000, no valor de R$ 279.465,00 (duzentos e setenta e nove mil quatrocentos e sessenta e cinco reais.).

Viana, 14 de março de 2025.

Joilson Broedel
Presidente da Câmara Municipal de Viana

Comissão de Contratação

Protocolo 1512695

Entidades Municipais

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre - FAFIA

Portaria

PORTARIA - FAFIA Nº 001/2025

Nomeia Assessor Geral de Secretaria

ROSA MARIA JACINTO DA SILVA, Diretora da "Autarquia Municipal" Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre, nomeada pelo Decreto Municipal nº 13.728/2025, de 02 de janeiro de 2025.....

CONSIDERANDO a nomeação da nova Direção para a FAFIA;
CONSIDERANDO a necessidade de nomeação de Assessor Geral de Secretaria para continuidade dos serviços administrativos;
RESOLVE
Art. 1º Nomear para o cargo de Provimento em Comissão - CC2 - Assessor Geral de Secretaria, a servidora do quadro funcional da FAFIA, **Patrícia Hassen Santos** de acordo com a Lei Municipal nº 3.523/2028 - Anexo II do Plano de Cargos e Carreiras do Magistério Público Superior e Técnico Administrativo da FAFIA.
Parágrafo único. Ao salário da servidora serão acrescidos 80% (oitenta por cento) do valor do cargo em comissão a que foi nomeada, de acordo com Art. 39, §5º, sem prejuízo do vencimento do seu cargo efetivo.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação sendo revogada a Portaria 013/2022 e demais disposições em contrário.

Alegre - ES, 02 de janeiro de 2025.

ROSA MARIA JACINTO DA SILVA
Diretora
Decreto Municipal nº 13.728/2025

Protocolo 1512727

PORTARIA - FAFIA Nº 002/2025

Nomeia para Função Gratificada de TESOUREIRO

ROSA MARIA JACINTO DA SILVA, Diretora da "Autarquia Municipal" Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre, nomeada pelo Decreto Municipal nº 13.728/2025, de 02 de janeiro de 2025.....

CONSIDERANDO a nomeação da nova Direção para a FAFIA;
CONSIDERANDO a necessidade de nomeação de servidor para responder pelo Setor de Tesouraria;
RESOLVE
Art. 1º Nomear para responder pelo Setor de Tesouraria - Função Gratificada - FG 01, **Angela Maria Machado Jordes** de acordo com a Lei Municipal nº 3.523/2028 - Anexo VII, do Plano de Cargos e Carreiras do Magistério Público Superior e Técnico Administrativo da FAFIA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação sendo revogada a Portaria 026/2023 e demais disposições em contrário.

Alegre - ES, 02 de janeiro de 2025.
ROSA MARIA JACINTO DA SILVA
Diretora
Decreto Municipal nº 13.728/2025
Protocolo 1512732

PORTARIA - FAFIA Nº 003/2025

Nomeia para Função Gratificada de Chefe do Setor de Compras

ROSA MARIA JACINTO DA SILVA, Diretora da "Autarquia Municipal" Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre, nomeada pelo Decreto Municipal nº 13.728/2025, de 02 de janeiro de 2025.....

CONSIDERANDO a nomeação da nova Direção para a FAFIA;
CONSIDERANDO a necessidade de nomeação de servidor para responder pelo Setor de Tesouraria;
RESOLVE
Art. 1º Nomear para responder pela Chefia do Setor de Compras - Função Gratificada - FG 01, **Leandro Lino de Oliveira** de acordo com a Lei Municipal nº 3.523/2028 - Anexo VII, do Plano de Cargos e Carreiras do Magistério Público Superior e Técnico Administrativo da FAFIA.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação sendo revogada a Portaria 027/2023 e demais disposições em contrário.

Alegre - ES, 02 de janeiro de 2025.
ROSA MARIA JACINTO DA SILVA
Diretora
Decreto Municipal nº 13.728/2025
Protocolo 1512753

PORTARIA - FAFIA Nº 004/2025

Revoga Portaria 028/2023

ROSA MARIA JACINTO DA SILVA, Diretora da "Autarquia Municipal" Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre, nomeada pelo Decreto Municipal nº 13.728/2025, de 02 de janeiro de 2025.....

CONSIDERANDO que a parceria entre UVVon x FAFIA não se concretizou;

RESOLVE
Art. 1º Revogar todos os efeitos da Portaria 028/2023.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e demais disposições em contrário.

Alegre - ES, 02 de janeiro de 2025.

ROSA MARIA JACINTO DA SILVA
Diretora
Decreto Municipal nº 13.728/2025
Protocolo 1512759

PORTARIA - FAFIA Nº 005/2025

Revoga Portaria 029/2023

ROSA MARIA JACINTO DA SILVA, Diretora da "Autarquia Municipal" Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre, nomeada pelo Decreto Municipal nº 13.728/2025, de 02 de janeiro de 2025.....

RESOLVE
Art. 1º Revogar todos os efeitos da Portaria 029/2023 que nomeou responsável por espaços culturais da FAFIA.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e demais disposições em contrário.

Alegre - ES, 02 de janeiro de 2025.

ROSA MARIA JACINTO DA SILVA
Diretora
Decreto Municipal nº 13.728/2025
Protocolo 1512767

PORTARIA - FAFIA Nº 006/2025

Nomeia Coordenador de Biblioteca

ROSA MARIA JACINTO DA SILVA, Diretora da "Autarquia Municipal" Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre, nomeada pelo Decreto Municipal nº 13.728/2025, de 02 de janeiro de 2025.....

CONSIDERANDO a nomeação da nova Direção para a FAFIA;
CONSIDERANDO a necessidade de nomeação de servidor para responder pelo Setor de Biblioteca;

RESOLVE
Art. 1º Nomear para responder pelo Setor de Biblioteca - Função Gratificada - FG 01, **Sueli Garcia Jeanmonod Luz** de acordo com a Lei Municipal nº 3.523/2028 - Anexo VII, do Plano de Cargos e Carreiras do Magistério Público Superior e Técnico Administrativo da FAFIA.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação sendo revogadas demais disposições em contrário.

Alegre - ES, 02 de janeiro de 2025.

ROSA MARIA JACINTO DA SILVA
Diretora
Decreto Municipal nº 13.728/2025
Protocolo 1512773

PORTARIA - FAFIA Nº 007/2025

Nomeia Responsável pelo Controle Interno de Patrimônio e Almoxarifado

ROSA MARIA JACINTO DA SILVA, Diretora da "Autarquia Municipal" Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre, nomeada pelo Decreto Municipal nº 13.728/2025, de 02 de janeiro de 2025.....

CONSIDERANDO a nomeação da nova Direção para a FAFIA;
CONSIDERANDO a necessidade de nomeação

de servidores para responder pelos Setores de Patrimônio e Almoxarifado;
RESOLVE
Art. 1º Nomear para responder pelo Controle Interno de Patrimônio e Almoxarifado os seguintes servidores:
I - Elson Flávio Vaillant - Controle de Patrimônio
II - Luana Drumond Santos - Controle de Almoxarifado
Art. 2º Fica nomeado ainda para responder pelo levantamento dos bens móveis em desuso para baixa de patrimônio o servidor Robson Oliveira Meirelles.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação sendo revogada a Portaria 004/2023 e demais disposições em contrário.

Alegre - ES, 02 de janeiro de 2025.

ROSA MARIA JACINTO DA SILVA
Diretora
Decreto Municipal nº 13.728/2025
Protocolo 1512781

PORTARIA - FAFIA Nº 008/2025

Nomeia Fiscal de Contratos

ROSA MARIA JACINTO DA SILVA, Diretora da "Autarquia Municipal" Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre, nomeada pelo Decreto Municipal nº 13.728/2025, de 02 de janeiro de 2025.....

CONSIDERANDO a nomeação da nova Direção para a FAFIA;
CONSIDERANDO a necessidade de fiscalização acerca do desenvolvimento e aplicabilidade dos termos contratuais fixados;
CONSIDERANDO as novas diretrizes de contratos licitatórios e dispensas para contratação de serviços:
CONSIDERANDO a necessidade de se alimentar o sistema de Compras da E&L e fiscalizá-los;
RESOLVE
Art. 1º Nomear o servidor **GABRIEL VIEIRA ASSIS**, como Fiscal de Contratos para atos licitatórios, bem como para dispensa de contratações de serviços.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação sendo revogada a Portaria 014/2022, 023/2023 e demais disposições em contrário.

Alegre - ES, 02 de janeiro de 2025.

ROSA MARIA JACINTO DA SILVA
Diretora
Decreto Municipal nº 13.728/2025
Protocolo 1512787

PORTARIA - FAFIA Nº 009/2025
Instituiu e Regulamenta Pronto Atendimento para pequenas despesas de Compras e Serviços

ROSA MARIA JACINTO DA SILVA, Diretora da "Autarquia Municipal" Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre, nomeada pelo Decreto Municipal nº 13.728/2025, de 02 de janeiro de 2025.....

CONSIDERANDO a nomeação da nova Direção para a FAFIA;
CONSIDERANDO a necessidade de se instituir o caixa de Pronto Atendimento para pequenas despesas de compras e serviços;
CONSIDERANDO o que já instituía a Portaria 009/2025;
CONSIDERANDO a necessidade de atualização das Portarias pela nova Direção da FAFIA;
RESOLVE
Art.1º Instituir e regulamentar o Caixa de Pronto Atendimento para pagamento de pequenas despesas com compras e serviços.
Art. 2º O Caixa de Pronto Atendimento será instituído da seguinte forma:
Parágrafo Único. Será destinado para compras e serviços o valor de R$ 1.000,00 (hum mil reais) respectivamente a cada um, que será creditado em conta própria dos gestores de Pronto Atendimento, a serem nomeados pelo Diretor da FAFIA.
Art. 3º O valor do Caixa de Pronto Atendimento será creditado bimestralmente na conta própria dos servidores nomeados para a gestão dos referidos caixas.
Art. 4º Os gestores de caixa deverão ter controle próprio dos valores creditados, devendo prestarem contas com todos os documentos comprobatórios das despesas realizadas, junto ao Setor de Contabilidade.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação sendo revogada a Portaria 015/2023 e demais disposições em contrário.
Alegre - ES, 02 de janeiro de 2025.

ROSA MARIA JACINTO DA SILVA
Diretora
Decreto Municipal nº 13.728/2025
Protocolo 1512804

PORTARIA - FAFIA Nº 010/2025
Nomeia responsáveis para gestão de caixa de Pronto Atendimento

ROSA MARIA JACINTO DA SILVA, Diretora da "Autarquia Municipal" Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre, nomeada pelo Decreto Municipal nº 13.728/2025, de 02 de janeiro de 2025.....

CONSIDERANDO a nomeação da nova Direção para a FAFIA;
CONSIDERANDO a necessidade de atualização das Portarias pela nova Direção da FAFIA;
RESOLVE
Art.1º Nomear os seguintes servidores para gestão do Caixa de Pronto Atendimento:
I- Rosane Maria Souza dos Santos - caixa de Pronto Atendimento de compras de pequenas despesas.
II- Heitor Lima Alcântara - caixa de Pronto Atendimento para pequenas despesas de prestação de serviços.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação sendo revogadas as Portarias 016/2023 e 017/2023 e demais disposições em contrário.

Alegre - ES, 02 de janeiro de 2025.

ROSA MARIA JACINTO DA SILVA
Diretora
Decreto Municipal nº 13.728/2025
Protocolo 1512808

PORTARIA - FAFIA Nº 011/2025
Altera composição da Comissão Própria e Avaliação Interna - CPA-FAFIA

ROSA MARIA JACINTO DA SILVA, Diretora da "Autarquia Municipal" Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre, nomeada pelo Decreto Municipal nº 13.728/2025, de 02 de janeiro de 2025.....

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 10.861, de 14/04/2004, publicada no DOU em 15/04/2004;
CONSIDERANDO os termos da Portaria/MEC nº 2051, de 09/07/2004 de julho de 2004 e demais legislação aplicável;
CONSIDERANDO a necessidade de alteração da composição dos membros da CPA FAFIA:

RESOLVE
Art. 1º Alterar a composição dos membros da Comissão Própria de Avaliação Institucional Interna - CPA/FAFIA, para mandato 2025-2027, a saber:
I - Rosane Maria Souza dos Santos - representante dos docentes - Presidente
II - Luciene Pinheiro de Souza - representante dos docentes
III - Suely Garcia Jeanmonod Luz - representante do corpo técnico administrativo
IV- Rafaela Cazoni Angeleti - representante dos discentes
IV - Vicente de Paula Albani - representante da sociedade civil
Art. 2º O mandato dos membros será de três (3) anos a contar da data de publicação desta Portaria.
Art. 3º A periodicidade das reuniões, bem como demais normas de funcionamento da CPA/FAFIA, encontram-se em regulamento próprio.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação sendo revogada a Portaria 005/2023 e demais disposições em contrário.

Alegre - ES, 02 de janeiro de 2025.

ROSA MARIA JACINTO DA SILVA
Diretora
Decreto Municipal nº 13.728/2025
Protocolo 1512837

PORTARIA - FAFIA Nº 012/2025
Concede horas/aula para Presidente da Comissão Própria de Avaliação Institucional Interna - CPA-FAFIA
ROSA MARIA JACINTO DA SILVA, Diretora da "Autarquia Municipal" Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre, nomeada pelo Decreto Municipal nº 13.728/2025, de 02 de janeiro de 2025.....

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 10.861, de 14/04/2004, publicada no D.O.U em 15/04/2004;
CONSIDERANDO os termos da Portaria/MEC nº 2051, de 09/07/2004 de julho de 2004 e demais legislação aplicável;
CONSIDERANDO a instituição da Comissão Própria de Avaliação - CPA através da Portaria FAFIA nº 011/2004;
CONSIDERANDO a nomeação dos membros para compor a CPA/FAFIA através da Portaria nº 011/2024;
CONSIDERANDO a necessidade de coordenação, organização, elaboração de questionários e projetos de desenvolvimento da avaliação institucional com emissão de seus relatórios, além de realização de reuniões com os diversos segmentos da IES e demais atividades inerentes à CPA;
RESOLVE
Art. 1º Destinar dez horas aula/mês (10h/a) à Rosane Maria Souza dos Santos, Presidente da Comissão Própria de Avaliação - CPA/FAFIA, para desenvolvimento das atividades inerentes a função.
Art. 2º O mandato dos membros será de três (3) anos a contar da data de publicação desta Portaria.
Art. 3º A periodicidade das reuniões, bem como demais normas de funcionamento da CPA/FAFIA, encontram-se em regulamento próprio.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação sendo revogada a Portaria 005/2023 e demais disposições em contrário.

Alegre - ES, 02 de janeiro de 2025.

ROSA MARIA JACINTO DA SILVA
Diretora
Decreto Municipal nº 13.728/2025
Protocolo 1512842

PORTARIA - FAFIA Nº 013/2025
Fixa valor de matrícula e rematrícula para alunos com descontos
ROSA MARIA JACINTO DA SILVA, Diretora da "Autarquia Municipal" Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre, nomeada pelo Decreto Municipal nº 13.728/2025, de 02 de janeiro de 2025.....

CONSIDERANDO a necessidade de regularização das matrículas e rematrículas dos alunos;
CONSIDERANDO a necessidade de melhor organização do sistema informatizado da Tesouraria da IES;

RESOLVE
Art. 1º Todo aluno contemplado no Programa de Descontos da FAFIA deverá quitar integralmente sua matrícula e rematrícula, de acordo com os valores referentes ao seu curso, mantendo-se nos meses seguintes do período os descontos concedidos.
Parágrafo Único. Em casos excepcionais, de extrema necessidade, devidamente comprovados, o aluno poderá fazer exposição de motivos e solicitar revisão dos valores devidos da matrícula e rematrícula, através de processo via Protocolo da FAFIA.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Alegre - ES, 02 de janeiro de 2025.

ROSA MARIA JACINTO DA SILVA
Diretora
Decreto Municipal nº 13.728/2025
Protocolo 1512851

PORTARIA - FAFIA Nº 014/2025

Nomeia Agente de Contratação

ROSA MARIA JACINTO DA SILVA, Diretora da "Autarquia Municipal" Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre, nomeada pelo Decreto Municipal nº 13.728/2025, de 02 de janeiro de 2025.....

CONSIDERANDO a nomeação da nova Direção para a FAFIA;
CONSIDERANDO a necessidade de fiscalização acerca do desenvolvimento e aplicabilidade dos termos contratuais fixados;
CONSIDERANDO as novas diretrizes de contratos licitatórios e dispensas para contratação de serviços:
CONSIDERANDO a necessidade de se alimentar o sistema de Compras da E&L e fiscalizá-los;
RESOLVE
Art. 1º Nomear a servidora **MARIA ANGÉLICA COSTA VIEIRA**, como Agente de Contratação para atos licitatórios, bem como para dispensa de contratações de serviços.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação sendo revogadas as demais disposições em contrário.

Alegre - ES, 02 de janeiro de 2025.

ROSA MARIA JACINTO DA SILVA
Diretora
Decreto Municipal nº 13.728/2025
Protocolo 1512859

PORTARIA - FAFIA Nº 015/2025

Nomeia Gestor de Contratos

ROSA MARIA JACINTO DA SILVA, Diretora da "Autarquia Municipal" Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre, nomeada pelo Decreto Municipal nº 13.728/2025, de 02 de janeiro de 2025.....

CONSIDERANDO a nomeação da nova Direção para a FAFIA;
CONSIDERANDO a necessidade de fiscalização acerca do desenvolvimento e aplicabilidade dos termos contratuais fixados;
CONSIDERANDO as novas diretrizes de contratos licitatórios e dispensas para contratação de serviços:
CONSIDERANDO a necessidade de se alimentar o sistema de Compras da E&L e fiscalizá-los;
RESOLVE
Art. 1º Nomear a servidora **LUANA DRUMOND SANTOS**, como Gestor de Contratos para atos licitatórios, bem como para dispensa de contratações de serviços.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação sendo revogadas as demais disposições em contrário.

Alegre - ES, 02 de janeiro de 2025.

ROSA MARIA JACINTO DA SILVA
Diretora
Decreto Municipal nº 13.728/2025
Protocolo 1512868

PORTARIA - FAFIA Nº 016/2025
Nomear servidores como agente de contratação, equipe de apoio, comissão de contratação e gestor e fiscal de contrato
ROSA MARIA JACINTO DA SILVA, Diretora da "Autarquia Municipal" Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre, nomeada pelo Decreto Municipal nº 13.728/2025, de 02 de janeiro de 2025.....

CONSIDERANDO o que dispõe a Lei Federal nº 14.133/2021;
CONSIDERANDO o Decreto Municipal 13.028/2023 que regulamentou a Lei Federal 14.133/2021;

RESOLVE

ARTIGO 1º - Nomear servidores como agente de contratação, equipe de apoio, comissão de contratação, gestor e fiscal de contrato, a saber:
I. Leandro Lino de Oliveira - Presidente da Comissão de Contratação
II. Maria Angélica Costa Vieira - Agente de Contratação
III. Luana Drumond Santos - Gestor de Contratos
IV. Gabriel Vieira Assis - Fiscal de Contratos
V. Sueli Garcia Jeanmonod Luz e Pamela de Assis Moreti dos Reis - Apoio
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogada a Portaria 001/2024 e as disposições em contrário.

Alegre - ES, 03 de janeiro de 2025.

ROSA MARIA JACINTO DA SILVA
Diretora
Decreto Municipal nº 13.728/2025
Protocolo 1512876

PORTARIA - FAFIA Nº 017/2025
Reajustar valores das taxas de serviços prestados
ROSA MARIA JACINTO DA SILVA, Diretora da "Autarquia Municipal" Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre, nomeada pelo Decreto Municipal nº 13.728/2025, de 02 de janeiro de 2025.....

CONSIDERANDO que as taxas de serviços se encontram sem reajuste desde 2021;
CONSIDERANDO a defasagem em que se encontram os valores;
RESOLVE
ARTIGO 1º - Reajustar os valores das taxas a serem praticadas por serviços diversos prestados no ano de 2025, a saber:
I- APOSTILAMENTO ..... R$ 60,00
II- DECLARAÇÕES DIVERSAS ..... R$ 25,00
III- 2ª VIA DE CERTIFICADO ..... R$ 150,00
IV- COLAÇÃO DE GRAU EM ATO SIMPLES ..... R$ 250,00
V- 2ª VIA DE DIPLOMA ..... R$ 350,00
VI- HISTÓRICO ESCOLAR (2ª via ou parcial) ..... R$ 50,00
VII- PLANO DE ENSINO (cada plano) ..... R$ 10,00
VIII- PROVA SUBSTITUTIVA (por prova) ..... R$ 30,00
IX- REVISÃO DE PROVA (por prova) ..... R$ 25,00
X- CÓPIA PRETO E BRANCO A4 (por folha) ..... R$ 0,70
XI- IMPRESSÃO PRETO E BRANCO A4 (por folha) ..... R$ 1,00
XII- IMPRESSÃO COLORIDA A4 (por folha) .....

..... R$ 3,00
XIII- MULTA POR ATRASO NA ENTREGA DE LIVRO NA BIBLIOTECA (por dia) ..... R$ 5,00
XIV- CARTEIRA DE ESTUDANTE ..... R$ 10,00
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogada a Portaria 012/2021 e as disposições em contrário.
Alegre - ES, 07 de janeiro de 2025.

ROSA MARIA JACINTO DA SILVA
Diretora
Decreto Municipal nº 13.728/2025
Protocolo 1512885

PORTARIA - FAFIA Nº 018/2025

Nomeia Coordenadores dos Colegiados dos Cursos
ROSA MARIA JACINTO DA SILVA, Diretora da "Autarquia Municipal" Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre, nomeada pelo Decreto Municipal nº 13.728/2025, de 02 de janeiro de 2025.....

CONSIDERANDO a necessidade de cumprimento das exigências legais e regimentais para nomeação de Coordenadores de Cursos;
CONSIDERANDO a escolha pelos Colegiados de Cursos e envio de lista tríplice para a indicação pela Direção da FAFIA dos nomes para as Coordenações de Cursos;
RESOLVE
Art. 1º Ficam nomeadas para exercer a Coordenação dos Colegiados dos Cursos as seguintes Professoras:
I - Profª Bárbara Mendes Vial - Coordenadora do Colegiado do Curso de Enfermagem
II - Profª Luciene Pinheiro de Souza - Coordenadora do Colegiado dos Cursos de Licenciaturas
III - Profª Rosane Maria Souza dos Santos - Coordenadora do Colegiado do Curso de Psicologia
Parágrafo único. A Profª Rosane Maria Souza dos Santos acumulará a função de Coordenadora do Núcleo Pedagógico.
Art. 2º Serão destinadas 15h/a (quinze horas/aula) semanais para às Profªs de que trata os Incisos I e II do Art. 1º e 20h/a (vinte horas/aula) semanais para a Profª de que trata o inciso III do Art. 1º.
Parágrafo único. Sobre a carga horária mensal das Coordenações não incidirá o índice de 5,25 (cinco, vírgula vinte e cinco) para o cálculo valores a serem pagos.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada a Portaria nº 003/2024.
Alegre - ES, 05 de fevereiro de 2025.

ROSA MARIA JACINTO DA SILVA
Diretora
Decreto Municipal nº 13.728/2025
Protocolo 1512888

PORTARIA - FAFIA Nº 018/2025
Altera membros da Congregação da FAFIA

ROSA MARIA JACINTO DA SILVA, Diretora da "Autarquia Municipal" Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre, nomeada pelo Decreto Municipal nº 13.728/2025, de 02 de janeiro de 2025.....

CONSIDERANDO a nomeação de nova Direção para a FAFIA e o desligamento da IES de alguns membros;
CONSIDERANDO o que define o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI-FAFIA, item 7.3;
RESOLVE
Art. 1º Alterar a composiçao dos membro da Congregação-FAFIA, órgão colegiado de deliberação máxima da Instituição de Ensino Superior - IES, conforme abaixo:
I- Rosa Maria Jacinto da Silva - Diretora - Presidente
II- Patrícia Hassen Santos - Assessora Geral de Secretaria
III- Rosane Maria Souza dos Santos - Coordenadora do Núcleo de Apoio Pedagógico-NAPE
IV- Bárbara Mendes Vial e Luciene Pinheiro de Souza - Coordenadoras de Colegiado de Cursos
V- Vanderson Valadares Campos - Representante da Prefeitura Municipal de Alegre
VI- Heitor Lima Alcântara e Rosemary Paula Ferreira Vargas, representantes do Curso de Psicologia; Geovane Damaceno dos Santos e Vera Lúcia de Souza Vieira, representantes do Curso de Pedagogia; Thayllon de Assis Alves e Maurício Alves do Amaral, representantes do Curso de Enfermagem - representantes do corpo docente
VII- Maria Angélica Costa Vieira e Suely Garcia Jeanmonod Luz- representantes dos Setores Suplementares
VIII- Vicente de Paulo Albani - Representante da comunidade alegrense
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogada a Portaria FAFIA nº 023/2021 e demais disposições em contrário.
Alegre - ES, 07 de fevereiro de 2025.

ROSA MARIA JACINTO DA SILVA
Diretora
Decreto Municipal nº 13.728/2025
Protocolo 1512889

Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Domingos Martins

Portaria

PORTARIA DE PESSOAL Nº 010//2025

CONCEDE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE A SERVIDORA MARIA DA PENHA ROSA DE ALMEIDA TITULAR DO CARGO EFETIVO DE SERVENTE.

O Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Domingos Martins - IPASDM, usando das atribuições que lhe são conferidas nos termos da Lei Municipal nº 1.601/2002, alterada pela Lei Municipal nº 2.943 de 27 de março de 2020 e,

Considerando o que consta do Processo Administrativo Previdenciário nº 009/2025,

R E S O L V E

Art. 1º Conceder o benefício de **aposentadoria voluntária por idade**, com fundamento no art. 40, § 1º, Inciso III, Alínea "b" da CF/88 com redação da EC nº 41/2003, a partir de **17 de março de 2025** à

segurada **MARIA DA PENHA ROSA DE ALMEIDA** matrícula PMDM nº 5252, lotado na Secretaria Municipal de Educação, titular do cargo efetivo de Servente, Carreira A, Classe I, Nível 5, nos termos da Lei Municipal nº 3.055/2022.

Art. 2º Os proventos serão fixados pela proporcionalidade do tempo de contribuição (6.908 dias de 10.950 dias exigidos), à razão de 80% da média da remuneração desde julho de 1994, com fundamento no artigo 1º da Lei nº 10.888/2004, correspondendo inicialmente a **R$ 1.518,00 (um mil, quinhentos e dezoito reais)** mensais.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

Domingos Martins - ES, 30 de janeiro de 2025.

ADEVAL IRINEU PEREIRA
Diretor Presidente do RPPS de Domingos Martins - ES

Protocolo 1512178

Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Aracruz

Portaria

PORTARIA SAAE-ARA-048/2025

Dispõe sobre cancelamento de restos a pagar.

O Diretor Geral do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Aracruz, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Decreto n.º 47.866/2025, de 22/01/2025 e de acordo com a Lei n.º 3.943/2015 e suas alterações, **resolve:**

Art. 1º Dar publicidade, na forma do Anexo Único desta Portaria, à relação de restos a pagar a ser cancelado, nos termos do Artigo 3º do Decreto n.º 39.067, de 08/01/2021.

Art. 2º O resto a pagar listado no Anexo Único desta Portaria satisfaz as condições constantes no Artigo 2º do Decreto n.º 39.067, de 08/01/2021.

Art. 3º Eventual reconhecimento de direitos após a efetivação do cancelamento dos restos a pagar listados no Anexo Único desta Portaria, poderá ser empenhado em dotações do corrente exercício à conta de despesas de exercícios anteriores, nos termos do Artigo 37 da Lei Federal n.º 4.320/1964.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Aracruz-ES, 13 de março de 2025.

AMADEU ZONZINI WETLER
Diretor Geral do SAAE
Decreto 47.866/2025

ANEXO ÚNICO DA PORTARIA SAAE-ARA-048/2025
RELAÇÃO DE RESTOS A PAGAR A SEREM CANCELADOS

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADO		
EMPENHO/ANO	CNPJ CREDOR	VALOR A CANCELAR
79/2024	11.446.647/0001-68	R$ 18.035,07
80/2024	35.978.246/0001-17	R$ 2.207,96
82/2024	13.045.346/0001-58	R$ 1.299,59
97/2024	23.647.365/0006-12	R$ 0,03
167/2024	01.469.689/0001-60	R$ 420,40
168/2024	01.469.689/0001-60	R$ 10.000,00
249/2024	32.392.482/0001-69	R$ 9.680,05
418/2024	04.620.047/0001-09	R$ 2.755,08
419/2024	04.620.047/0001-09	R$ 1.358,38
540/2024	47.920.620/0001-02	R$ 1.198,60
694/2024	22.212.160/0001-37	R$ 4.186,21
718/2024	27.170.703/0001-14	R$ 94.778,92
963/2024	23.647.365/0006-12	R$ 0,03
1000/2024	11.446.647/0001-68	R$ 20.921,64
1001/2024	04.125.754/0001-29	R$ 7.474,03
1119/2024	35.789.463/0001-69	R$ 6.991,23

Protocolo 1512281

PORTARIA SAAE-ARA-049/2025

Dispõe sobre suspensão de servidor

O Diretor Geral do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Aracruz, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Decreto n.º 47.866, de 22/01/2025 e de acordo com a Lei n.º 3.943/2015 e suas alterações, e;

Considerando Processo Administrativo Disciplinar 002/2024, resolve:

Art. 1º Aplicar, com base no art. 182 da Lei n.º 2.898, de 31/03/2006, a pena de suspensão por 90 (noventa) dias, a partir de 14/03/2025, ao servidor Herzen Schneider Engelhardt, Operador de ETAE, matrícula 275, por infringir os deveres dispostos no art. 174, incisos I, III e VIII, e a proibição contida no art. 175, inciso I, da mesma lei.

Aracruz-ES, 14 de março de 2025.

AMADEU ZONZINI WETLER
Diretor Geral do SAAE
Decreto 47.866/2025

Protocolo 1512453

Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Linhares

Portaria

PORTARIA SAAE-LIN Nº 0115/2025, DE 14/03/2025

Dispõe sobre concessão de gozo de férias interrompidas de servidores.

O Diretor Geral do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Linhares, Estado do Espírito Santo, nomeado pelo Decreto nº. 021/2025 de 02/01/2025, no uso das atribuições legais;

Considerando a Lei Complementar nº 77/2021, de 29/12/2020;

R E S O L V E:
Art. 1º - Conceder gozo do segundo período de férias da servidora **CLEUSA DE OLIVEIRA VIANA**, matricula 764, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Seção de Recursos Humanos, para ser fruído de 17 de março à 05 de abril de 2025 (20 dias), antes interrompidas pela PORTARIA SAAE-LIN Nº 096/2025, de 28/02/2025.

Art. 2º - Conceder gozo do segundo período de férias do servidor **JANIOMAR BARROS DE SOUZA**, matricula 738, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Estação de Tratamento de Esgoto, lotado na Seção de Operação e Tratamento, para ser fruído de 17 de março à 05 de abril de 2025 (20 dias), antes interrompidas pela PORTARIA SAAE-LIN Nº 096/2025, de 28/02/2025.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições contrárias.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Linhares, Estado do Espírito Santo, aos quatorze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e cinco.

YOSHITO DE SOUZA FUKUDA
Diretor-Geral
Matrícula 1138

Protocolo 1512270

PORTARIA SAAE-LIN Nº 0116/2025, DE 14/03/2025.

Dispõe sobre alteração de gozo do segundo período de férias de servidor.

O Diretor Geral do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Linhares, Estado do Espírito Santo, nomeado pelo Decreto nº. 021/2025 de 02/01/2025, no uso das atribuições legais;

Considerando a Lei Complementar nº 77/2021, de 29/12/2020;
Considerando o processo 345/2025;

R E S O L V E:
Art. 1º Antecipar o segundo período das férias do servidor **ELZIMAR MULLER**, ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, matrícula 831, antes marcado para o período de 08 a 22/07/2025 pela PORTARIA SAAE-LIN Nº 183/2023 de 10/11/2023, para ser fruído nos dias 24/03 a 07/04/2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições contrárias.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Linhares, Estado do Espírito Santo, aos quatorze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e cinco.

YOSHITO DE SOUZA FUKUDA
Diretor-Geral
Matrícula 1138

Protocolo 1512282

PORTARIA SAAE-LIN Nº 117/2025, DE 14/03/2025

Dispõe sobre concessão de Licença Sem Vencimentos para servidora efetiva.

O Diretor Geral do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Linhares, Estado do Espírito Santo, nomeado pelo Decreto nº. 021/2025 de 02/01/2025, no uso das atribuições legais;

Considerando a o Processo nº 000285/2025;

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder Licença Sem Vencimentos para o trato de interesses particulares, por um período de 04 (quatro) anos, a partir do dia 17/03/2025, dezessete dias do mês de março do ano dois mil e vinte e cinco, a servidora **AMANDA GUERINI GIMENES DOS SANTOS AFONSO**, Técnica em Meio Ambiente, matrícula nº 728.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições contrárias.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Linhares, Estado do Espírito Santo, aos quatorze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e cinco.

YOSHITO DE SOUZA FUKUDA
Diretor-Geral
Matrícula 1138

Protocolo 1512748

PORTARIA SAAE-LIN Nº 118/2025, DE 14/03/2025

Dispõe sobre a lotação de servidora.

O Diretor Geral do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Linhares, Estado do Espírito Santo, nomeado pelo Decreto nº. 021/2025 de 02/01/2025, no uso das atribuições legais;

Considerando o processo 00248/2025;

R E S O L V E:

Art. 1º Remover da Seção de Operação e Tratamento a servidora **ANA CAROLINE BUFFON LORENCINI**, matricula 811, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Estação de Tratamento de água e lotar na Seção de Projetos e Obras.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando as disposições contrárias.

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.

Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Linhares, Estado do Espírito Santo, aos quatorze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e cinco.

YOSHITO DE SOUZA FUKUDA
Diretor-Geral
Matrícula 1138

Protocolo 1513010

Aditivo

3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 11/2022
PROCESSO Nº 204/2023

CONTRATANTE: SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto**.**
CONTRATADA: **DEPARTAMENTO DE IMPRENSA OFICIAL DO ESPIRITO SANTO DIO/ES**
CNPJ: 128.161.362/0001-83.

CLÁUSULA PRIMEIRA

1.1 Fica prorrogado por mais 12 (doze) meses o prazo do contrato original, contado a partir do dia 16/03/2025, observado o limite de até 60 (sessenta) meses, conforme o disposto no art. 57, II da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.
1.2 A publicação do extrato deste termo aditivo na imprensa oficial será feita a expensas da CONTRATANTE, de acordo com o estabelecido no art. 61 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA SEGUNDA

2.1 As despesas decorrentes do objeto deste Termo Aditivo, correrão à conta da dotação orçamentária abaixo discriminada, até o valor estimado de R$ 50.000,00
1901.1712200702.194 - Manutenção das Atividades Administrativas - 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica - Ficha 20

CLÁUSULA TERCEIRA

3.1 Os preços a serem praticados pelo Contratado durante a vigência deste Termo Aditivo, serão aqueles previstos em Instrução de Serviço em vigor, nos precisos termos da cláusula terceira do contrato originalmente firmado.

CLÁUSULA QUARTA

4.1 Ratificam as partes todas as demais condições originalmente contratadas, não alteradas por este instrumento contratual.

CLÁUSULA QUINTA

5.1 Fica eleito o foro de Vitória/ES, para dirimir quaisquer dúvidas ou contestações oriundas deste instrumento, renunciando as partes qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
Por estarem justos e contratados, assinam o presente Termo em 3 (três) vias de igual teor e forma, para distribuição, para que produza os seus efeitos legais.

Linhares-ES, 14 de março de 2025.
Yoshito de Souza Fukuda
Diretor-Geral do SAAE

Protocolo 1512891

Serviço Colatinense de Meio Ambiente e Saneamento Ambiental - SANEAR

Portaria

PORTARIA SANEAR Nº 079, DE 13 DE MARÇO DE 2025

EXONERA CARGO COMISSIONADO DO SANEAR.

O Diretor-Geral do SANEAR - Serviço Colatinense de Saneamento Ambiental, no uso das atribuições legais e tendo em vista o que dispõe a Lei Municipal nº 6.931, de 07 de janeiro de 2022, e a Lei Complementar Municipal nº 134, de 01 de novembro de 2022,

RESOLVE:

Artigo 1° Exonerar **Carlos Magno Fadini** do cargo de Chefe de Setor e Serviços do Serviço Colatinense de Saneamento Ambiental.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Diretoria-Geral do Serviço Colatinense de Saneamento Ambiental - SANEAR, em 13 de março de 2025.

Gustavo de Castro Neves
Diretor-Geral do Sanear
Decreto nº 30.030/2025

Protocolo 1511992

PORTARIA SANEAR Nº 081, DE 14 DE MARÇO DE 2025

Designa servidores para fiscalização do Contrato nº 012/2025.

O Diretor Geral do SANEAR - Serviço Colatinense de Saneamento Ambiental, no uso das atribuições, e em cumprimento ao que determina a SÚMULA Nº 001, do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo - Processo TC 5300/2016, baixa a seguinte Portaria:

Art. 1º Designa os servidores abaixo indicados para exercerem o encargo de Fiscal do Contrato nº 012/2025, cujo objeto é a prestação de serviços de Apoio ao Setor Operacional para Execução de Ligação de Água e Esgoto, Manutenção de Redes de Água e Esgoto, Recomposição, Pavimentação de Ruas e Limpeza de Resíduos, abrangendo todo o município de Colatina, com fornecimento de materiais e mão de obra, firmado pelo Serviço Colatinense de Saneamento Ambiental com a empresa **D. FERNANDES CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS AMBIENTAIS**, inscrita no CNPJ sob o nº 20.227.181/0001-09.

Art. 2º A gestão do Contrato caberá ao servidor **KRISTIANO PASSOS LEHRBACK**, PMNS I, matrícula 600.603.

Parágrafo Único. Compete ao gestor do contrato administrar o contrato ou outro documento que vier a substituí-lo, desde sua concepção até sua finalização, em aspectos gerenciais, especialmente:
I - Manter o acompanhamento regular e sistemático do instrumento contratual, mormente cujo objeto tenha seu preço demonstrado com base em planilhas de composição de custos contidos na proposta licitatória, mantendo cópia disponível das referidas planilhas, com registro da equação econômico-financeira do contrato;
II - Controlar o prazo de vigência do contrato e de execução do objeto, assim como de suas etapas e demais prazos contratuais, recomendando, com antecedência razoável, à autoridade competente, quando for o caso, a deflagração de novo procedimento licitatório ou a prorrogação do contrato vigente, quando admitida;
III - Manter o controle da atualização do valor da garantia contratual, procedendo, em tempo hábil, ao encaminhamento necessário à sua substituição e/ou reforço ou prorrogação do prazo de sua vigência, quando for o caso;
IV - Prover a autoridade superior de documentos

e informações necessários à celebração de termo aditivo, objetivando as alterações do contrato previstas em lei, inclusive para prorrogação do prazo do instrumento contratual, neste último caso, após verificação da vantajosidade da prorrogação, bem como da manifestação do fiscal do contrato sobre a qualidade dos bens entregues e/ou serviços prestados;
V - Valiar e se manifestar sobre os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato a serem decididos pela autoridade competente;
VI - Analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;
VII - Acompanhar o desenvolvimento da execução através de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado;
VIII - Decidir provisoriamente sobre eventual suspensão da execução contratual, elaborando o Termo de Suspensão;
IX - Adotar e registrar as medidas preparatórias para aplicação de sanções e/ou de rescisão contratual, realizando e coordenando atos investigativos prévios à abertura do processo, quando necessários, nas hipóteses de descumprimento de obrigações previstas no edital, no contrato e/ou na legislação de regência;
X - Aplicar a sanção de advertência;
XI - Analisar a documentação necessária ao pagamento, conforme rol e condições dispostos no instrumento contratual e nas normas que disciplinam a execução da despesa pública;
XII - Incluir e conferir as certidões de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária necessárias ao pagamento e encaminhar ao setor responsável;
XIII - Acompanhar as notas de empenho do contrato, solicitando o cancelamento de saldo, quando for o caso, respeitando a competência do exercício;
XIV - Exercer qualquer outra atividade compatível com a função que lhe seja legalmente atribuída.

Art. 3° A fiscalização da execução operacional do Contrato caberá aos servidores **PEDRO HENRIQUE DE ABREU GABURRO**, Assessor Especial da Direção, matrícula 600.834.

Parágrafo Único. Compete ao fiscal da execução do contrato acompanhar e fiscalizar a execução do contrato ou outro documento que vier a substituí-lo, em aspectos técnicos e administrativos, especialmente:
I - Acompanhar a execução contratual em seus aspectos qualitativos e quantitativos;
II - Receber designação e manter contato com o preposto da contratada, e se for necessário, esclarecer prontamente as dúvidas administrativas e técnicas e divergências surgidas na execução do objeto contratado;
III - Entregar ao responsável pela gestão do contrato as notas dos serviços executados;
IV - Aprovar a medição dos serviços ou fornecimentos efetivamente realizados, em consonância com o previsto no objeto do contrato, mediante termo assinado pelas partes;
V - Realizar o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;
VI - Manifestar-se a respeito da suspensão da execução contratual quando solicitado;
VII - Adotar medidas preventivas de controle dos contratos;
VIII - Informar ao gestor todas as ocorrências surgidas durante a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
IX - Determinar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, às expensas da contratada, no total ou em parte, do objeto contratado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução;
X - Rejeitar, no todo ou em parte, serviço ou fornecimento de objeto em desacordo com as especificações contidas no contrato, observado o Termo de Referência ou o Projeto Básico;
XI - Exigir e assegurar o cumprimento das cláusulas e dos prazos previamente estabelecidos no contrato e respectivos termos aditivos;
XII - Determinar por todos os meios adequados a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita execução do objeto;
XIII - Exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho, quando cabível;
XIV - Verificar a correta aplicação dos materiais, e requerer das empresas testes, exames e ensaios quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade da execução das obras e serviços ou dos bens a serem adquiridos;
XV - Comunicar a autoridade competente, em tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira tomada de decisões ou providências que ultrapassem o seu âmbito de competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;
XVI - Em caso de descumprimento contratual e/ou quaisquer tipos de ilicitudes verificadas nas contratações sob sua responsabilidade, além de comunicar ao gestor do contrato, colher previamente as provas e reunir os indícios inerentes a sua atribuição fiscalizatória, auxiliando na instrução do processo;
XVII - Propor medidas que visem à melhoria contínua da execução do contrato;
XVIII - Manifestar-se formalmente, quando consultado, sobre a prorrogação, alteração, rescisão ou qualquer outra providência que deva ser tomada com relação ao contrato fiscalizado, inclusive com a emissão de parecer;
XIX - Determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à contratada, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou as próprias subcontratadas, que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;
XX - Exercer qualquer outra atividade compatível com a função que lhe seja legalmente atribuída.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Colatina-ES, 14 de Março de 2025

GUSTAVO DE CASTRO NEVES
Diretor Geral

Protocolo 1512779

PORTARIA SANEAR Nº 082, DE 14 DE MARÇO DE 2025

Designa servidor para fiscalização da Ata de Registro de Preços nº 007/2025.

O Diretor Geral do SANEAR - Serviço Colatinense de Saneamento Ambiental, no uso das atribuições, e em cumprimento ao que determina a SÚMULA Nº 001, do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo - Processo TC 5300/2016, baixa a seguinte Portaria:

Art. 1º Designa o servidor **Luciano Schultz Tedesco**, matrícula nº 500.179, cargo de **Assistente de Administração**, para exercer o encargo de **Fiscal da Ata de Registro de Preços nº 007/2025**, cujo objeto é licenças do software Microsoft 365 apps for business, em sua versão mais atualizada, firmado pelo Serviço Colatinense de Saneamento Ambiental com a empresa **BRASOFTWARE INFORMÁTICA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 57.142.978/0001-05.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Colatina, 14 de Março de 2025

Gustavo de Castro Neves
Diretor-Geral
Protocolo 1512880

Contrato

SERVIÇO COLATINENSE DE SANEAMENTO AMBIENTAL - SANEAR
CNPJ 06.698.248/0001-54
COLATINA-ES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 007/2025

EMPRESA: BRASOFTWARE INFORMÁTICA LTDA

OBJETO: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE LICENÇAS DO SOFTWARE MICROSOFT 365 APPS FOR BUSINESS, EM SUA VERSÃO MAIS ATUALIZADA.
VALOR: GLOBAL DE R$11.400,00 (ONZE MIL E QUATROCENTOS REAIS).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.
DATA: 13/03/2025

Nº DE IDENTIFICAÇÃO TCEES - 2025.019E0100001.02.0004

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	LICENÇAS DO SOFTWARE MICROSOFT 365 APPS FOR BUSINESS, EM SUA VERSÃO MAIS ATUALIZADA.	22	R$ 520,00	R$ 11.440,00
			TOTAL	R$ 11.440,00

Protocolo 1511942

Consórcio Público da Região Norte do Espírito Santo - CIM Norte -

Portaria

PORTARIA CIM NORTE/ES Nº 004 R, DE 14 DE MARÇO DE 2025.

Abre Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento da despesa prevista para o exercício de 2025 e dá outras providências.
O Presidente do Consórcio Público da Região Norte do Espírito Santo - CIM NORTE/ES,
Sr. Edilson Morais Monteiro no uso das suas atribuições legais e estatutárias,
Resolve:
Art. 1º Fica autorizado, nos termos dos artigos 40, 41, 42 e 43 da Lei Federal nº 4.320/64, a abrir Crédito Adicional Suplementar ao orçamento do Consórcio Público da Região Norte do Espírito Santo - CIM NORTE/ES, para o exercício financeiro de 2025, no valor de **R$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais)**, para atender a dotação orçamentária abaixo discriminada:

Órgão: 01 - Consórcio Público da Região Norte do Espírito Santo - CIM NORTE/ES		
Unidade Orçamentária: 101 - Consórcio Público da Região Norte do Espírito Santo - CIM NORTE/ES		
Função: 10 - Saúde		
Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial		
Programa: 0003 - Apoio às Atividades da Saúde do Norte do ES		
Projeto/Atividade: 0007 - Gestão Associada dos Serviços do SAMU 192		
331903000	Material de Consumo - Ficha 53	450.000,00
TOTAL		450.000,00

Art. 2º Serão utilizados como fonte de recursos para fazer face à abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 1º, desta Portaria, a anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 01 - Consórcio Público da Região Norte do Espírito Santo - CIM NORTE/ES		
Unidade Orçamentária: 101 - Consórcio Público da Região Norte do Espírito Santo - CIM NORTE/ES		
Função: 10 - Saúde		
Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial		
Programa: 0003 - Apoio a Atividades da Saúde do Norte do ES		
Projeto/Atividade: 2.006 - Gestão Regional de Atenção Integral a Saúde - Rede Cuidar		
333903900	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica - Ficha 44	450.000,00
TOTAL		450.000,00

Art. 3º Fica dispensada a apresentação de impacto orçamentário e financeiro a que se refere o § 5º, do art. 17, da Lei Complementar nº 101/2000, por se tratar de despesa com recursos previstos no orçamento do CIM NORTE/ES.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.
Nova Venécia, 14 de março de 2025.
Edilson Morais Monteiro
Presidente do CIM NORTE/ES
Protocolo 1512890

PORTARIA CIM NORTE/ES Nº 046 - P, DE 14 DE MARÇO DE 2025.

Dispõe sobre a designação de empregados públicos para acompanhar e fiscalizar contratos do Consórcio Público da Região Norte do Espirito Santo - CIM NORTE/ES.

O Presidente do Consórcio Público da Região Norte do Espírito Santo - CIM NORTE/ES, no uso de suas atribuições legais, com poderes que lhe confere o Contrato de Consórcio Público e o Estatuto do Consórcio,
RESOLVE:
Art. 1º - Nomear **Maria Marinalva Peruchi Riguette**, a partir de 14/03/2025, para acompanhar e fiscalizar o contrato nº 12/2024, decorrente da Adesão de Ata nº 290/2023 do Consórcio Público Polinorte, tendo como objeto **contratação de empresa especializada no preparo e distribuição de alimentação balanceada e em condições higiênico-sanitárias adequadas, que atendam aos padrões nutricionais e dispositivos legais vigentes aos alunos matriculados em unidades escolares da rede municipal de ensino, dos municípios participantes da câmara setorial de compras compartilhadas do cim norte, mediante o fornecimento dos gêneros alimentícios e demais insumos necessários, fornecimento dos serviços de logística, supervisão e manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos utilizados, fornecimento de mão de obra treinada para a preparação dos alimentos, distribuição, controle, limpeza e higienização de cozinhas e estoques das unidades escolares em conformidade com os anexos da presente licitação, e demais órgãos sanitários.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.
Nova Venécia/ES, 14 de março de 2025.
Edilson Morais Monteiro
Presidente do CIM NORTE/ES
Protocolo 1512968

Consórcio Público da Região Polinorte do Espírito Santo - CIM Polinorte -

Edital

AVISO DE EDITAL
Pregão Eletrônico nº 012/2025
Proc. 206/2025

ID: 2025.501C2600003.02.0012
OBJ: R.P. aquisição de material de expediente e papelaria III. A licitação será dia 31/03/2025, às 09:00H e se realizará no portal: www.bll.org.br, site: http://www.cimpolinorte.es.gov.br/

Ibiraçu/ES, 14 de março de 2025.

Josiane Dias Rosário
Pregoeira
CIM Polinorte

Protocolo 1512977

Portaria

PORTARIA CIM POLINORTE/ES Nº 018 - P, DE 14 DE MARÇO DE 2025.

NOMEAR SERVIDORA PARA CARGO QUE ESPECIFICA.

O Presidente do Consórcio Público da Região Polinorte - CIM Polinorte, no uso de suas atribuições, com poderes que lhe confere o Estatuto e o Contrato de Consórcio Público;

Considerando o pedido através do processo administrativo nº 0675/2024 de 30/07/2024;

Considerando o Edital de Processo Seletivo nº 002/2024;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar a servidora abaixo relacionada para ocupar o cargo adiante especificado, com vencimentos devidamente atualizados.

I - **GIZA CARLA SANTI**, para ocupar o cargo de **ANALISTA TÉCNICO EM MEIO AMBIENTE** na Câmara Setorial de Meio Ambiente e Agricultura - Cim Polinorte/Ibiraçu-ES a partir de 13/03/2025.

Art. 2º. O contrato de trabalho terá prazo de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.
Ibiraçu/ES, 14 de março de 2025.

MARCOS GERALDO GUERRA
Presidente
Consórcio Público da Região Polinorte - CIM Polinorte
Protocolo 1512608

Consórcio Público da Região Sudoeste Serrana - CIM Pedra Azul

Termos

RESUMO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE Nº 38/2025 ORIUNDO DO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2025 - CIM PEDRA AZUL.

Contratante: Consórcio Público da Região Sudoeste Serrana - CIM PEDRA AZUL, **CNPJ** N° 02.760.004/0001-01

Contratada: AMS Serviços em Saúde LTDA, CNPJ 59.544.884/0001-98.

Objeto: O objeto do presente Termo de Credenciamento é a prestação de serviços de saúde constantes do Anexo I do Edital de chamamento Público n°01/2025.

Vigência: 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura.
Data de Assinatura: 14 de março de 2025.

Luciano Roncetti Pimenta
Presidente do Consórcio Público da Região Sudoeste Serrana - CIM PEDRA AZUL
Contratante

Aline Miranda Da Silveira Silva
AMS Serviços em Saúde LTDA
Contratada

Protocolo 1512739

RESUMO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE Nº 39/**2025 ORIUNDO DO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2025 - CIM PEDRA AZUL.**
Contratante: Consórcio Público da Região Sudoeste Serrana - CIM PEDRA AZUL, **CNPJ** Nº 02.760.004/0001-01
Contratada: Guilherme G De A Carvalho Serviços De Psicologia, CNPJ 59.752.771/0001-88.
Objeto: O objeto do presente Termo de Credenciamento é a prestação de serviços de saúde constantes do Anexo I do Edital de chamamento Público n°01/2025.
Vigência: 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura.
Data de Assinatura: 14 de março de 2025.

Luciano Roncetti Pimenta
Presidente do Consórcio Público da Região Sudoeste Serrana - CIM PEDRA AZUL
Contratante

Guilherme Gomes De Amorim Carvalho
Guilherme G De A Carvalho Serviços De Psicologia
Contratada

Protocolo 1512775

Aditivo

5° TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE Nº29/2022.

Credenciando: Consórcio Público Da Região Sudoeste Serrana - **Cim Pedra Azul** - CNPJ nº **02.760.004/0001-01**.
Credenciada: Clínica de Saúde Ibatibense LTDA - CNPJ nº **45.374.332/0001-74.**
Do Objeto: A partir de 12/03/2025, fica acordado pelas partes a alteração do Anexo Único do Termo de Credenciamento em epígrafe, para a inclusão de novos serviços de saúde, conforme descritos no anexo único deste instrumento.
Da Ratificação: Ficam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.
Afonso Cláudio/ES, 14 de março de 2025.

Luciano Roncetti Pimenta
Presidente do CIM Pedra Azul

Victoria Olivia Miranda Dias
Clínica de Saúde Ibatibense LTDA

Protocolo 1512385

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 01/2024

Contratante: Consórcio Público da Região Sudoeste Serrana - CIM PEDRA AZUL, CNPJ Nº 02.760.004/0001-01, representado pelo Presidente, Sr. Luciano Roncetti Pimenta.
Contratada: Prosoftsolutions Solução de Tecnologia Ltda, CNPJ Nº 37.717.935/0001-01.
Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Contrato em epígrafe, pelo período de 12 (doze) meses, ou seja, **de 20 de março de 2025 a 20 de março de 2026**, bem como, a concessão de reajuste de preços conforme solicitado pela Contratada e nos termos do que dispõe a Cláusula Décima Terceira do instrumento contratual.
Valor: O valor total do contrato, estabelecido na Cláusula Terceira do instrumento, é de R$ 86.357,40 (oitenta e seis mil, trezentos e cinquenta e sete reais e quarenta centavos), reajustado com base no IPCA, índice de 5,057630 %, a ser pago em parcelas mensais e iguais a R$ 7.196,45 (sete mil, centos e noventa e seis reais e quarenta e cinco centavos).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes deste Contrato correrão por conta de recursos consignados no orçamento do CIM PEDRA AZUL, na seguinte dotação: Unidade Orçamentária: 101 - Consórcio Público da Região Sudoeste Serrana - CIM PEDRA AZUL; Função: 10 - Saúde; Programa: 0006 - Apoio às Atividades Administrativas da Área de Saúde do CIM PEDRA AZUL; Atividade: 2.011 - Manutenção das Atividades de Administração da Área de Saúde do CIM PEDRA AZUL; Elemento de Despesa: 333904000 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação Pessoa Jurídica; Fonte de Recursos: 15000015000 - Receita de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde.
Ratificação: Ficam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

Afonso Cláudio/ES, 14 de março de 2025.

Luciano Roncetti Pimenta - Presidente
Consórcio Público da Região Sudoeste Serrana - CIM PEDRA AZUL
Contratante

Mario Sergio Souza da Conceição
Prosoftsolutions Solução de Tecnologia Ltda
Contratada

Protocolo 1512572

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 19/2023.

Contratante: Consórcio Público da Região Sudoeste Serrana - CIM PEDRA AZUL, CNPJ Nº 02.760.004/0001-01.
Contratada: Altoe & **Finocchio Serviços Médicos LTDA**, CNPJ Nº **48.884.087/0001-33**.
Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato em epígrafe pelo período de 12 (doze) meses, ou seja, de 15 de março de 2025 a 15 de março de 2026.
Valor: Os valores dos serviços e procedimentos a serem executados, conforme foi estabelecido na Cláusula Terceira do instrumento contratual, serão pagos de acordo com a Tabela de Valores de Serviços e Procedimentos de Saúde do CIM Pedra

Azul - TVSPS, vigente.
Ratificação: Ficam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.
Afonso Cláudio/ES, 14 de março de 2025.
Luciano Roncetti Pimenta - Presidente
Consórcio Público da Região Sudoeste Serrana - CIM PEDRA AZUL
Contratante
Camila Altoé Barros
Altoe & Finocchio Serviços Médicos LTDA
Contratada
Protocolo 1512707

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 12/2021.
Contratante: Consórcio Público da Região Sudoeste Serrana - CIM PEDRA AZUL, CNPJ Nº 02.760.004/0001-01.
Contratada: E M G De Oliveira, CNPJ Nº **40.968.852/0001-91**.
Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do contrato em epígrafe pelo período de 12 (doze) meses, ou seja, de 13 de março de 2025 a 13 de março de 2026.
Valor: Os valores dos serviços e procedimentos a serem executados, conforme foi estabelecido na Cláusula Terceira do instrumento contratual, serão pagos de acordo com a Tabela de Valores de Serviços e Procedimentos de Saúde do CIM Pedra Azul - TVSPS, vigente.
Ratificação: Ficam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.
Afonso Cláudio/ES, 14 de março de 2025.
Luciano Roncetti Pimenta - Presidente
Consórcio Público da Região Sudoeste Serrana - CIM PEDRA AZUL
Contratante
Elida Marcia Gomes De Oliveira
E M G De Oliveira
Contratada
Protocolo 1512729

Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento Básico do Espírito Santo - ARIES

Edital

ADITIVO AO CONTRATO Nº 002/2024
CONTRATADO: GUEDES INFORMÁTICA LTDA
OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE COMPUTADORES PARA OS SETORES DE ADMINISTRATIVO, FISCALIZAÇÃO, OUVIDORIA, CONTABILIDADE, DIRETORIAS E SERVIDOR DA AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESPÍRITO SANTO - ARIES.
VIGÊNCIA: 18 DE JANEIRO DE 2025 A 17 DE JANEIRO DE 2026.
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA 0101.17.122.0001.2.001
ELEMENTOS DE DESPESA 33903900000
VALOR MENSAL: R$ R$ 1.089,00 (UM MIL E OITENTA E NOVE REAIS), POR MÊS.
DATA: 12/03/2025

GEDSON BRANDÃO PAULINO
PRESIDENTE DA ARIES
Protocolo 1512150

Licitações

Prefeituras

Afonso Cláudio

Aviso de Licitação

RATIFICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO
Credenciamento Nº 02/2025
Proc. Nº 017708/2024
ID CIDADES: 2025.001E0700001.17.0001

Objeto: Credenciamento de leiloeiro oficial para a prestação de serviços especializados em organização e realização de leilão público, para alienação de bens móveis inservíveis pertencentes ao patrimônio do Município de Afonso Cláudio/ES. O **Município de Afonso Cláudio/ES**, por meio do Prefeito Municipal, Luciano Roncetti Pimenta, no uso de suas atribuições legais e nos termos do que disciplina a Lei de nº 14.133/21 e Decreto Municipal Nº 146/2024, após processamento do Credenciamento em epígrafe pela Comissão de Licitação, **HOMOLOGA/RATIFICA** o resultado da lista dos seguintes credenciados: **Caroline de Sousa Ribas** - CPF: 224.335.748-89; **Daniel Elias Garcia** - CPF: 910.192.149-53 ; **Eduardo Schmitz** - CPF: 945.659.100-04 ; **Fernando Caetano Moreira Filho** - CPF: 039.167.186-30 ; **Gabriel Fardin Pereira** - CPF: 057.573.187-75 ; **Gustavo Bolzan** - CPF: 027.794.187-37 ; **Gustavo Martins Rocha** - CPF: 085.248.657-09; **Gustavo Moretto Guimarães de Oliveira** - CPF: 280.345.868-38 ; **Jonas Gabriel Antunes Moreira** - CPF: 065.132.226-05 ; **Liliane de Nardi Salles** - CPF: 096.371.837-10 ; **Lucas Rafael Antunes Moreira** - CPF: 014.721.886-16 ; **Marcus Allain de Oliveira Barbosa** - CPF: 326.502.802-04 ; **Pamela de Souza Alves** - CPF: 145.758.946-05 ; **Pietrangelo Rosalém** - CPF: 073.913.597-00; **Ronald de Freitas Moreira** - CPF: 927.120.456-53; **Ruam Carlos Chaves Gotardo** - CPF: 163.053.507-95; **Sandra de Fátima Santos** - CPF: 830.154.696-49; **Sergio de Paula Pereira** - CPF: 450.780.687-91. Os credenciados acima foram devidamente habilitados e estão aptos a prestar serviços de organização e realização de leilão público. Dessa forma, AUTORIZO que seja definida a ordem de classificação, conforme disciplinado no Edital de Licitação, e, posteriormente, a formalização das contratações de acordo com essa ordem.

Afonso Cláudio/ES, em 14 de março de 2025.
Luciano Roncetti Pimenta
Prefeito Municipal
Protocolo 1512750

Água Doce do Norte

Dispensa de Licitação

AVISO DE PRETENSA CONTRATAÇÃO DIRETA - DISPENSA DE LICITAÇÃO 000036/2025 - PROCESSO Nº 000785/2025.

AVISO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS DE PREÇOS PARA PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O município de Água Doce do Norte, Estado do Espírito Santo, torna público o aviso de **aquisição de filme radiológico**, **tipo RAIO-X**, **para processamento seco**, **medindo 25,4 x 30,5 cm/ (10x12)**, **compatível com sistema de digitalização da KONICA MINOLTA**, com fundamento no inciso II, do artigo 75, da Lei Federal nº 14.133/2021.
Os interessados em apresentar proposta de preços e/ou tomar ciência das condições/ exigências técnicas, administrativas e financeiras da contratação, poderão acessar o processo completo no sítio eletrônico do município de Agua Doce do Norte, ES,http://www.aguadocedonorte.es.gov.br/licitacao/, ou solicitar através do e-mail para compraadn@gmail.com.
O período de apresentação de propostas aos interessados é **17 a 19 de março de 2025.**
Mais informações podem ser obtidas pelo telefone (27) 3759-1122, e-mail: compraadn@gmail.com

Água Doce do Norte - ES, 14 de março de 2025.
Setor de Compras
Protocolo 1512260

PROCESSO Nº 000861/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO 00037/2025
RATIFICAÇÃO
ID: 2025.002E0700001.09.0024

Abraão Lincon Elizeu, **Prefeito do Município de Água Doce do Norte**, Estado de Espírito Santo, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no Art. 75, inciso VIII - da Lei Federal n.º 14.133/2021, e demais legislações aplicáveis
RATIFICA a dispensa de licitação para **contratação emergencial de transporte escolar para os alunos que residem no Córrego Cabeceira do Ariranha e Santa Rita com destino à escola EEEFM Sebastião Coimbra Elizeu durante 95 (noventa e cinco) dias letivos**, com fundamento no inciso VIII do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
E autorizo o empenho em nome da empresa **MARQUES RIBEIRO TRANSPORTE MUNICIPAL LTD, CNPJ: 34.576.895/0001-29, ganhadora do item, totalizando R$ 31.473,12 (trinta e um mil**, **quatrocentos e setenta e três reais e doze centavos)** cujo pagamento far-se-á, de acordo com sua proposta de preço vencedora.

Água Doce do Norte, ES, 14 de março de 2025.
Abraão Lincon Elizeu
Prefeito Municipal
Protocolo 1512469

Alegre

Dispensa de Licitação

TERMO DE RATIFICAÇÃO
"Dispensa de Licitação nº 000020/2025"

Considerando a regularidade do presente procedimento, a justificativa da necessidade da contratação pretendida e a consonância com a legislação pertinente, **RATIFICO** a Dispensa **de Licitação**, para o fim de **AUTORIZAR** a contratação por dispensa de licitação da despesa abaixo especificada, cujo objeto é o "exame de histessalpingografia'', com fulcro no Artigo 75, inciso VIII da Lei Federal nº. 14.133/2021, e em consonância com Parecer Jurídico acostado aos autos, conforme Art. 72, inciso III do mesmo diploma legal.
Cód. ID. Cidades: 2025.004E0500001.09.0020
Proc. Nº: 3969/2024

Contratada: Associação Feminina de Educação e Combate ao Cancer
CNPJ Nº: 28.137.925/0001-06

Endereço: Av. Marechal Campos, 1579, Santa Cecilia, Vitória-ES

Valor Total: R$ 630,00 (seiscentos e trinta reais)

Alegre/ES, 14 de março de 2025.
NEMROD EMERICK
Prefeito Municipal
Protocolo 1512365

Errata

ERRATA
- AVISO DE RESULTADO - Chamamento Público Nº 000007/2024 - Rep I
Cód. CidadES - TCEES: 2024.004E0500003.18.0001

O Município de Alegre/ES torna público a **Errata** do resultado do chamamento em referência, cujo objeto AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR, PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DOS ALUNOS MATRICULADOS NA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ALEGRE/ES, publicado no DIO/ES edição nº 26.438 e DOM/ES edição nº 2.719 do dia 11/03/2025.

Onde Lê-se:
Grupo Formal:
ASSOCIAÇÃO FAMILIAR DE PRODUTORES RURAIS DA BOA UNIÃO no valor total de **R$ 2.826,00**; **ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS E MORADORES DE CELINA** no valor total de **R$ 33.928,40**;
ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DE VARJAO DO NORTE no valor total de **R$ 33.267,50**; **ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E MORADORAS E PRODUTORES RURAIS DE FELIZ LEMBRANÇA (AMFLA)** no valor total de **R$ 82.576,84**;

Leia-se:
Grupo Formal:
ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS E MORADORES DE CELINA no valor total de **R$ 33.928,40**;
ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DE VARJAO DO NORTE no valor total de **R$ 33.267,50**; **ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E MORADORAS E PRODUTORES RURAIS DE FELIZ LEMBRANÇA (AMFLA)** no valor total de **R$ 82.576,84**;
Onde Lê-se:
Valor Total: R$ 364.168,80 (TREZENTOS E SESSENTA E QUATRO MIL, CENTO E SESSENTA E OITO REAIS E OITENTA CENTAVOS).
Leia-se:
Valor Total: R$ 361.342,80 (TREZENTOS E SESSENTA E UM MIL, TREZENTOS E QUARENTA E DOIS REAIS E OITENTA CENTAVOS).

Alegre/ES, 14 de março de 2025.
WESLEY GONÇALVES ASSIS FILHO
Superintendente de Compras Governamentais
Protocolo 1512638

Alfredo Chaves

Aviso de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFREDO CHAVES - ES.
AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRENCIA PRESENCIAL N.º 001/2025
PROC. ADM. Nº 001176/2025
ID TCE/ES: 2025.005E0700001.01.0004
O MUNICÍPIO DE ALFREDO CHAVES/ES através da Pregoeira, torna público a ABERTURA da licitação para modalidade **CONCORRENCIA PRESENCIAL Nº. 001/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO NO 001176/2025** que realizará licitação na modalidade Concorrência, que tem como objeto prestação de serviços de publicidade, compreendendo conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa, a compra de mídia e a distribuição de publicidade, com o intuito de atender ao princípio da publicidade e ao direito à informação, de promover os serviços, de difundir ideias, princípios, iniciativas ou instituições ou de informar o público em geral. RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS: ÀS 10:00 HORAS DO DIA 13 DE MAIO DE 2025. DATA LIMITE PARA PEDIDO DE ESCLARECIMENTO/IMPUGNAÇÃO: ÀS 14:00 HORAS DO DIA 08 DE MAIO DE 2025.
Edital através do site Oficial: www.alfredochaves.es.gov.br e através da Coordenação de Licitação, Compras e Contratos, situada na Rua Lauro Ferreira Pinto nº165 - Centro Alfredo Chaves/ES. Informações no Setor de Licitações
e-mail: licitacao@alfredochaves.es.gov.br

Alfredo Chaves/ES, 14 de março de 2025.

WANUSA COSTA DASSIE
Agente de Contratação/Pregoeira
Protocolo 1512950

Baixo Guandu

Aviso de Licitação

MUNICÍPIO DE BAIXO GUANDU-ES
AVISO DE LICITAÇÕES
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 001/2025
Processo Administrativo nº001726/2025

O Município de Baixo Guandu/ES torna público que fará realizar a licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA**, tipo MENOR PREÇO, modo de disputa aberto, na forma prevista na Lei nº 14.133/2021.
OBJETO: Contratação de empresa especializada em arquitetura e/ou engenharia para execução de obra de Construção de uma brinquedopraça no Parque Municipal Elci Pereira, no bairro Residencial Ricardo Holz, no município de Baixo Guandu, com emprego de mão de obra, insumo, materiais e equipamentos de acordo com a planilha orçamentária, memorial descritivo, cronograma físico financeiro e projeto básico, através da Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos.

ABERTURA DAS PROPOSTAS E SESSÃO PUBLICA: ÁS 09 HORAS O DIA 31/03/2025.

Local de realização da sessão pública eletrônica: www.portaldecompraspublicas.com.br

O edital e documentação anexa estarão disponiveis nos sites: www.portaldecompraspublicas.com.br e www.pmbg.es.gov.br

Cidades/TCE-ES 2025.011E0600004.01.0003

Tel: (27) 3732-8900.
Endereço: Rua Fritz Von Lutzow, nº 217, Centro.

Baixo Guandu/ES, 14 de março de 2025.

MÁRCIO MACEDO SABÓIA
Agente de Contratação
Decreto n° 7.505/2024
Protocolo 1512330

Dispensa de Licitação

AVISO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS DE PREÇOS PARA DISPENSA DE LICITAÇÃO - N° 89/2025
PROCESSO Nº 002140/2025
O Município de Baixo Guandu, Estado do Espírito Santo, torna público o aviso para contratação de empresa especializada para "**prestação de serviços de manutenção corretiva de exaustores eólicos**", destinado ao atendimento da Secretaria Municipal de Esportes. Os interessados em apresentar proposta de preços e/ ou tomar ciência das condições/ exigências técnicas, administrativas e financeiras da contratação, poderão acessar o processo completo no sítio eletrônico do município de Baixo Guandu, ES, https://pmbg.es.gov.br/avisos-de-pesquisa-de-precos/, ou solicitar através do e-mail compras.pmbg@gmail.com

O período de apresentação de propostas aos interessados é **17 de março de 2025 a 19 de março de 2025**, com espeque no artigo 74 e 75, do Decreto Municipal nº 7.481, de 29 de dezembro de 2023. Caso a quantidade pretendida de propostas não seja alcançada dentro do prazo estipulado, o aceite poderá ser estendido.
Mais informações podem ser obtidas pelo telefone (27) 3732-8900, e-mail: compras.pmbg@gmail.com
Baixo Guandu-ES, 17 de março de 2025.
Setor de Compras

Protocolo 1512566

AVISO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS DE PREÇOS PARA DISPENSA DE LICITAÇÃO - N° 90/2025
PROCESSO Nº 002128/2025
O Município de Baixo Guandu, Estado do Espírito Santo, torna público o aviso para contratação de empresa especializada para "**prestação de serviços de arbitragem para a realização da Copa Minas** & **Espírito Santo de Futsal**", destinado ao atendimento da Secretaria Municipal de Esportes. Os interessados em apresentar proposta de preços e/ ou tomar ciência das condições/ exigências técnicas, administrativas e financeiras da contratação, poderão acessar o processo completo no sítio eletrônico do município de Baixo Guandu, ES, https://pmbg.es.gov.br/avisos-de-pesquisa-de-precos/, ou solicitar através do e-mail compras.pmbg@gmail.com
O período de apresentação de propostas aos interessados é **17 de março de 2025 a 19 de março de 2025**, com espeque no artigo 74 e 75, do Decreto Municipal nº 7.481, de 29 de dezembro de 2023. Caso a quantidade pretendida de propostas não seja alcançada dentro do prazo estipulado, o aceite poderá ser estendido.
Mais informações podem ser obtidas pelo telefone (27) 3732-8900, e-mail: compras.pmbg@gmail.com
Baixo Guandu-ES, 17 de março de 2025.
Setor de Compras

Protocolo 1512724

Ata de Registro de Preço

ESTRATOS DE ATAS REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2025
Processo Administrativo nº 000284/2025
Cidades/TCE-ES: 2025.011E0600005.02.0004
LEI Nº 14.133/2021

Objeto: **Formalização de registro de preços para eventual e futura Contratação de empresa para a aquisição de Materiais de Limpeza, Higiene, e Proteção Pessoal em atendimento a Secretaria municipal de Educação.**

ARP 020/2025
AGNES COMERCIAL LTDA ME no **lote 30** no valor total de **R$ 18.535,00 (dezoito mil quinhentos e trinta e cinco reais)**,

ARP 021/2025
J.B COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI no **lote 17** no valor total de **R$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais)**,

ARP 022/2025 TATIANE DOS SANTOS TIBURCIO ME nos **lotes 3**, **12**, **14**, **15**, **16**, **18**, **20**, **22**, **24**, **25**, **26**, **27**, **28**, **29**, **31**, **39**, **40** e **42** no valor total de **R$ 321.939,83 (trezentos e vinte e um mil novecentos e trinta e nove reais e oitenta e três centavos).**

ARP 023/2025 CDA COMERCIAL DISTRIBUIDORA ARMINI LTDA nos **lotes 5** e **6** no valor total de **R$ 82.640,50 (oitenta e dois mil seiscentos e quarenta reais e cinquenta centavos)**,

ARP 024/2025 D G DA S ARRUDA DISTRIBUIDORA nos **lotes 1**, **7**, **10**, **32**, **34**, **35** e **41** no valor total de **R$ 250.350,00 (duzentos e cinquenta mil trezentos e cinquenta reais)**,

ARP 025/2025 NORTE COMERCIAL LTDA no **lote 8** no valor total de **R$ 75.289,60 (setenta e cinco mil duzentos e oitenta e nove reais e sessenta centavos)**,

ARP 026/2025 INFINITI EMPREENDIMENTOS no **lote 37** no valor total de **R$ 3.228,50 (três mil duzentos e vinte e oito reais e cinquenta centavos)**,

ARP 027/2025 FORTLASER COMERCIO E INDUSTRIA LTDA no **lote 33** no valor total de **R$ 20.000,00 (vinte mil reais)**,

ARP 028/2025 51.350.970 FELIPE MARTINS MODOLO no **lote 11** no valor total de **R$ 53.585,00 (cinquenta e três mil quinhentos e oitenta e cinco reais)**,

ARP 029/2025 MULTISUL COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA no **lote 38** no valor total de **R$ 3.648,00 (três mil seiscentos e quarenta e oito reais)**,

ARP 030/2025 AC COMERCIAL LTDA nos **lotes 13**, **19** e **23** no valor total de **R$ 26.736,10 (vinte e seis mil setecentos e trinta e seis reais e dez centavos)**,

ARP 031/2025 T&T INDUSTRIA, COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA nos **lotes 2** e **21** no valor total de **R$ 20.770,60 (vinte mil setecentos e setenta reais e sessenta centavos)**

ARP 032/2025 GLOBAL BRANDS COMERCIO LTDA no **lote 36** no valor total de **R$ 30.850,00 (trinta mil oitocentos e cinquenta reais)**,

ARP 033/2025 DISTRIBUIDORA UNIMAR BRASIL LTDA no **lote 9** no valor total de **R$ 23.250,00 (vinte e três mil duzentos e cinquenta reais)**,

ARP 034/2025 SAGATI COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA EIRELI - ME no **lote 4** no valor total de **R$ 20.976,00 (vinte mil novecentos e setenta e seis reais)**,

VIGENCIA: 12 MESES

Baixo Guandu-ES, 21 de marco de 2025.
WANDERLÉIA RODRIGUES DE ASSUNÇÃO
Secretária Municipal de Educação

Protocolo 1512734

Barra de São Francisco

Aviso de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico 000005/2025

1. Síntese do objeto: **Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na Prestação de Serviços de Manutenção de Ar Condicionado, Preventiva, Corretiva com fornecimento de peças e assistência técnica, a fim de atender a demanda das Unidades de Saúde de Barra de São Francisco.**
2. Tipo de licitação: **Pregão Eletrônico 000005/2025 - MENOR PREÇO POR ITEM.**
3. Sessão de julgamento das propostas e documentação: às **09:00** horas do dia **28 de março de 2025** no Portal de Compras da BNC (Bolsa Nacional de Compras) - https://bnc.org.br/
4. Locais para informações e obtenção do Edital e seus anexos: Portal de Compras da BNC (Bolsa Nacional de Compras) - https://bnc.org.br/, site oficial da Prefeitura Municipal de Barra de São Francisco, ES - www.pmbsf.es.gov.br ou presencialmente na sala da Comissão Permanente de Licitação, sito na Avenida Edson Henrique Pereira, nº 729, Bairro Centro, na cidade de Barra de São Francisco - Estado do Espírito Santo.
5. ID Cidades ES: 2025.012E0500001.02.0004

Barra de São Francisco, 17 de março de 2025.

ELCIMAR DE SOUZA ALVES
Secretário Municipal de Saúde
Protocolo 1512866

AVISO DE LICITAÇÃO
Concorrência 000001/2025

1. Síntese do objeto: **Concessão de uso de área comercial, através da outorga de Concessão de Uso, a título oneroso, de um bar (Bar Forró da Poeira), em espaço público, conforme Termo de Referência anexo.**
2. Tipo de licitação: **Concorrência 000001/2025 - MAIOR OFERTA.**
3. Audiência para recebimento, abertura dos envelopes e julgamento da documentação e das propostas: às **09:00 horas e 30 min. do dia 07 de abril de 2025**.
4. Locais para informações e obtenção do Edital e seus anexos: Portal de Compras da BNC (Bolsa Nacional de Compras) - https://bnc.org.br/, site oficial da Prefeitura Municipal de Barra de São Francisco, ES - www.pmbsf.es.gov.br ou presencialmente na sala da Agente de Contratação, sito na Avenida Edson Henrique Pereira, nº 729, Bairro Centro, na cidade de Barra de São Francisco - Estado do Espírito Santo.
5. ID Cidades ES: **2025.012E0700001.01.0004**

Barra de São Francisco, 14 de março de 2025.

ISRAELLE DE SOUZA E SILVA
Secretária Municipal de Cultura e Turismo
Protocolo 1512881

Dispensa de Licitação

RESULTADO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0018/2025.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 002508/2025.

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de 15 (quinze) certificados digitais do tipo e-CPF A3, armazenados em token, com validade de no mínimo 3 anos, incluindo suporte técnico para emissão e utilização.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DE SÃO FRANCISCO, adiante denominado CONTRATANTE, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.165.745/0001-67, com sede a Rua Astrogildo Romão dos Anjos, nº 478, Centro Barra de São Estado do Espírito Santo - CEP - 29.800-000, em conformidade com Art. 75, inciso II - da Lei Federal n.º 14.133/2021 torna público para conhecimento dos interessados o RESULTADO DA DISPENSA Nº 0018/2025, que tem o objeto em epígrafe.

Empresa Habilitada e Vencedora: AR CERTIFLEX LTDA - CNPJ: 26.727.963/0001-85, vencedora dos itens no valor total de: R$ 4.635,00 (quatro mil, seiscentos e trinta e cinco reais).
Outras informações poderão ser obtidas pelo e-mail licitacao@pmbsf.es.gov.br, no horário de 08h às 11h e 13h às 17h, de segunda-feira à sexta feira.
IDCidades: 2025.012E0700001.09.0018

Barra de São Francisco -ES 14 de março de 2025.
MARCELLA JÚNIA GONÇALVES MENDES
Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos
Protocolo 1512184

ATO DE DISPENSA DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 0018/2025
A Prefeitura Municipal de Barra de São Francisco - Estado do Espírito Santo, por meio da Secretaria Municipal de Administração e Recursos Humanos, **DISPENSA** a instauração de Procedimento Licitatório para Contratação de empresa especializada para fornecimento de 15 (quinze) certificados digitais do tipo e-CPF A3, armazenados em token, com validade de no mínimo 3 anos, incluindo suporte técnico para emissão e utilização, conforme tudo o que consta no **Processo n° 002508/2025.**
Fundamento Legal: Art. 75, II da Lei 14.133/2021.
Valor Total: R$ R$ 4.635,00 (quatro mil seiscentos e trinta e cinco reais)
Contratada: AR CERTIFLEX LTDA - CNPJ: 26.727.963/0001-85
Código CidadES: 2025.012E0700001.09.0018
Barra de São Francisco - ES, 14 de março de 2025.
MARCELLA JÚNIA GONÇALVES MENDES
Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos

Despacho Administrativo
Ratifico o Ato de Dispensa acima, nesta data, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Barra de São Francisco - ES, 14 de março de 2025.
ENIVALDO EUZÉBIO DOS ANJOS
Prefeito Municipal
Protocolo 1512186

Boa Esperança

Errata

ERRATA

Na publicação do Aviso de Cotação Prévia no Diário Oficial dos Municípios - DOM/ES, edição nº 2.721 do dia 13 de março de 2025, Protocolo nº 1509754.

Onde se lê:
(...)
As empresas interessadas terão um prazo de 03 (cinco) dias úteis, contados da publicação, para apresentação de orçamento prévio (...).

Leia-se:
(...)
As empresas interessadas terão um prazo de 03 (três) dias úteis, contados da publicação, para apresentação de orçamento prévio (...).

Boa Esperança/ES, 14 de março de 2025.

Jomar Pardal Festa
Agende de Compras

Protocolo 1512243

Brejetuba

Aviso de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJETUBA
AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 002/2025

O Município de Brejetuba, Estado do Espírito Santo, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Ângelo Uliana, s/nº - Bellarmino Ulyana, Brejetuba, ES, CEP 29.630-000, inscrito no CNPJ sob o n. 01.612.674/0001-00, torna público que no dia 03/04/2025 às 09:00 horas, realizará o Processo Administrativo Licitatório n.º 016/2025, na modalidade concorrência presencial nº 002/2025 - Tipo: Menor preço global - Objeto: Contratação de empresa especializada com fornecimento de materiais e mão de obra para adequação e ampliação do centro de eventos cafezão, em atendimento as necessidades da secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo, convênio siga nº 059/2024, processo administrativo nº 2024-0WH8T, governo do estado do espírito santo, secretaria de estado de saneamento, habitação e desenvolvimento urbano, além de qualquer outro custo envolvido para se alcançarem os objetivos da obra - Local: Avenida Ângelo Uliana, s/nº - Bellarmino Ulyana, Brejetuba, ES, CEP 29.630-000 - Esclarecimentos ou pedidos de informações podem ser feitos através do fone (27) 3733.1224 ou, ainda, através do e-mail: licita@brejetuba.es.gov.br. - id cidades 2025.015E0700001.01.0004 agente de contração - Raí Silva Badaró

Protocolo 1512624

Cachoeiro de Itapemirim

Revogação de Licitação

AVISO DE REVOGAÇÃO
O Município de Cachoeiro de Itapemirim, por intermédio da Autoridade Competente, torna pública a **REVOGAÇÃO**, por motivo de conveniência e oportunidade, nos termos do art. 71, II, da Lei nº 14.133/2021, do Pregão Eletrônico **nº 027/2024**, cujo objeto é a aquisição com inclusão de serviço - método pedagógico de ensino contendo kits de materiais de apoio didático nas áreas de língua portuguesa e matemática para atendimento aos alunos e corpo pedagógico.
Na forma disposta no art. 165, I, "d", da Lei nº 14.133/2021, fica aberto o prazo de 03 (três) dias úteis, a partir desta publicação, para interposição de recursos.

Cachoeiro de Itapemirim/ES, 14/03/2025
Celeida Chamão de Medeiros
Secretária Municipal de Educação

Protocolo 1512505

AVISO DE REVOGAÇÃO
O Município de Cachoeiro de Itapemirim, por intermédio da Autoridade Competente, torna pública a **REVOGAÇÃO**, por motivo de conveniência e oportunidade, nos termos do art. 71, II, da Lei nº 14.133/2021, da Concorrência Pública **nº 006/2024**, cujo objeto é a **Contratação de Agência de Publicidade**.
Na forma disposta no art. 165, I, "d", da Lei nº 14.133/2021, fica aberto o prazo de 03 (três) dias úteis, a partir desta publicação, para interposição de recursos.

Cachoeiro de Itapemirim/ES, 11/03/2025
Edson da Silva Janoario
Secretário Municipal de Governo e Planejamento Estratégico

Protocolo 1512518

AVISO DE REVOGAÇÃO
O Município de Cachoeiro de Itapemirim, por intermédio da Autoridade Competente, torna pública a **REVOGAÇÃO**, por motivo de conveniência e oportunidade, nos termos do art. 71, II, da Lei nº 14.133/2021, da Chamada Pública **nº 001/2024**, cujo objeto é o **Credenciamento de empresa especializada para prestação de serviços de fornecimento de auxílio-alimentação.**
Na forma disposta no art. 165, I, "d", da Lei nº 14.133/2021, fica aberto o prazo de 03 (três) dias úteis, a partir desta publicação, para interposição de recursos.

Cachoeiro de Itapemirim/ES, 11/03/2025
Amós Martins Marcelino
Secretário Municipal de Administração

Protocolo 1512525

Errata

AVISO DE RETIFICAÇÃO
O Município de Cachoeiro de Itapemirim/ES, através da Comissão de Pregão, torna pública a **RETIFICAÇÃO do edital do Pregão Eletrônico**

nº 004/2025. Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de fornecimento e gerenciamento de Auxílio-Alimentação, por meio de Cartão Eletrônico/Magnético com senha individual, para recarga mensal, destinado à aquisição de gêneros alimentícios para os servidores ativos da Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim/ES, em virtude da recontagem dos prazos. Acolhimento das propostas a partir de 17/03/2025 às 14h. Sessão de disputa dia 01/04/2025 às 13h. Edital retificado disponível nos sites https://www.portaldecompraspublicas.com.br e cachoeiro.es.gov.br/licitacao.

Cachoeiro de Itapemirim/ES, 13/03/2025
Laís Cristina Gaspar Corrêa Gaburo
Pregoeira Oficial
Protocolo 1512494

COMUNICADO

O Município de Cachoeiro de Itapemirim/ES, através da Comissão de Contratação, comunica que está disponibilizado no site desta Prefeitura, o anexo com a cobertura do plano de acordo com a RN nº211/10 da Agência Nacional de Saúde Suplementar, referente a **CHAMADA PÚBLICA 001/2025**, cujo objeto é o credenciamento de pessoas jurídicas e profissionais equiparados à pessoa jurídica para a prestação de serviços de assistência odontológica e/ou plano odontológico.

Cachoeiro de Itapemirim/ES, 14/03/2025
Kátia Aparecida Botelho Moraes
Presidente da Comissão
Protocolo 1512984

Colatina

Pesquisa de Preço

AVISO DE PESQUISA DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Colatina-ES, para fins de pesquisa de preços de mercado, CONVOCA todos os interessados no respectivo ramo de atividade, para que apresentem, **até o dia 21 de Março de 2025**, ORÇAMENTO para o objeto abaixo descrito. Caso a quantidade pretendida de orçamentos não seja alcançada dentro do prazo estipulado, a pesquisa de preços poderá ser estendida.

OBJETO: Contratação de empresa especializada no fornecimento e instalação de climatizadores na SUMAE - Superintendência Municipal de Alimentação Escolar e no fornecimento de carrinhos de carga e de jogo de pneus para carrinhos a serem utilizados pelo setor no armazenamento e distribuição de gêneros alimentícios.

O Termo de Referência e demais esclarecimentos poderão ser solicitados através do e-mail "compras@colatina.es.gov.br" ou pelo telefone (27) 3177-7071/ (27) 9.9863.6668.

VALÉRIA ALVES ALMEIDA FONTES
Superintendência de Pesquisa e Compra Direta
Protocolo 1513003

Divino de São Lourenço

Aviso de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico SRP nº. 02/2025-FME.
Processo: 00560/2025
ID Cidades: 2025.022E0500003.02.0002

FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE DIVINO DE SÃO LOURENÇO/ES, Torna Público que, fará realizar seguinte processo licitatório.

Objeto: Registro de Preços para Futura e Eventual AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA OS VEICULOS PERTENCENTES A FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, PARA UM PERIODO DE 12 MESES.

Data Inicial para recebimento das propostas: A partir das 07:00h do dia 17/03/2025

Limite para acolhimento das Propostas: Até 07:00h do dia 27/03/2025.

Inicio da Sessão de Disputa de Preços: Ás 07:30h do dia 27/03/2025.

Portal: No site da www.portaldecompraspublicas.com.br

O Edital está disponível no Site: www.portaldecompraspublicas.com.br
www.dslourenco.es.gov.br

Divino de São Lourenço/ES, 14 de Março de 2025.
JOCEANE FARIA OLIVEIRA
AGENTE DE CONTRATAÇÃO
Protocolo 1512224

Dispensa de Licitação

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 11/2025
ID Nº: 2025.022E0700001.09.0011
PROCESSO; 551/2025

O Município de Divino de São Lourenço, por meio de seu representante, neste ato o Prefeito Municipal, Sr. LUCIANO FARIA QUEIROZ, torna público a todos e manifesta o interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados na contratação direta, que realizará por meio de DISPENSA DE LICITAÇÃO, com fulcro no artigo 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021 que tem por objeto: Trata-se de contratação de empresa especializada na emissão de certificado digital "A1" e "A3" com ou sem fornecimento de Token, em atendimento a Secretaria Municipal de Administração de Divino de São Lourenço - ES. Visando atender o disposto no §3º, do artigo 75 da Lei nº 14.133/2021, abre-se prazo de 03 (três) dias às empresas interessadas neste objeto para apresentar as propostas adicionais, as quais serão recebidas no setor de contratações/licitações através de protocolo ou pelo e-mail licitacao@dslourenco.es.gov.br até às 15hrs o dia 18/03/2025. Fundamento Legal: Artigo 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021.

Divino de São Lourenço - ES, 13 de março de 2025.
Luciano Faria Queiroz
Prefeito Municipal
Contratante
Protocolo 1512604

Adjudicação e/ou Homologação

TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 007/2025 ID Nº: 2025.022E0700001.09.0007 PROCESSO; 357/2025

O Município de Divino de São Lourenço, por meio de seu representante, neste ato o Prefeito Municipal, Sr. LUCIANO FARIA QUEIROZ, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, vem através de o presente RATIFICAR E AUTORIZAR a execução do objeto do Processo Administrativo nº 0001391/2024, DISPENSA DE LICITAÇÃO que tem por objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA LOCAÇÃO DE GERADOR ELETRICO, INCLUINDO A ENTREGA, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO, RETIRADA, ABASTECIMENTO E TECNICO (MÃO DE OBRA) PARA OPERAR, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E ESTIMATIVAS PREVISTAS PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA DO MUNICIPIO DE DIVINO DE SÃO LOURENÇO. **Empresas Vencedoras:**
FERREIRA GERADORES LTDA. CNPJ N°: 53.306.883/0001-29.
Valor: R$ 48.000,00 (Quarenta e Oito Mil Reais).
VALOR TOTAL: R$ 48.000,00 (Quarenta e Oito Mil Reais).
Divino de São Lourenço - ES, 26 de Fevereiro de 2025.
LUCIANO FARIA QUEIROZ
Prefeito Municipal

Protocolo 1512680

EXTRATO TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N: 03/2025 ID Nº 2025.022E0500001.10.0003

A Prefeitura Municipal de Divino de São Lourenço - ES por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, Sr. NATAN SILVA PEIXOTO, à vista do parecer da Procuradoria Geral do Município e demais documentos constates no Processo administrativo nº 00170/2025, ratifica e torna público a Inexigibilidade de Licitação com base no art. 74, II da Lei 14.133/21, em favor da empresa **ORLY VEÍCULOS E PEÇAS S.A, CNPJ nº 21.483.615/0005-10**, no valor global de R$1.349,70 **(mil trezentos e quarenta e nove reais e setenta centavos)**, tendo como objeto Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva para realização de revisão em 01 (um) Veículo I/Fiat Cronos Drive 1.3, Placa: SFU9H04. De acordo com o plano de manutenção previsto pela montadora de 20 mil quilômetros rodados para manter a garantia, o bom funcionamento e segurança dos veículos pertencentes à Secretaria Municipal de Saúde.

Divino de São Lourenço - ES, 27 de fevereiro de 2025.
Natan Silva Peixoto
Secretário Municipal de Saúde
Luciano Faria Queiroz
Prefeito Municipal

Protocolo 1512854

TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 05/2025 ID Nº: 2025.022E0700001.09.0005 PROCESSO; 181/2025

O Município de Divino de São Lourenço, por meio de seu representante, neste ato o Prefeito Municipal, Sr. LUCIANO FARIA QUEIROZ, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, vem através do presente RATIFICAR E AUTORIZAR a execução do objeto do Processo Administrativo nº 000181/2025, DISPENSA DE LICITAÇÃO que tem por objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ASSISTÊNCIA TÉCNICA JUNTO AOS CAFEICULTORES COM VISTA A MELHORIA DE QUALIDADE DOS CAFÉS, COM FOCO NA GESTÃO PRODUTIVA E ADMINISTRATIVA ORIENTANDO AOS CAFEICULTORES OS CENÁRIOS ATUAIS E PREPARANDO OS MESMOS PARA O MERCADO.
Empresa Vencedora:
53.621.800 MIKAEL CORREA ALVES, CNPJ N°: 53.621.800/0001-96
Valor: R$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais).
=
VALOR TOTAL: R$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil reais).
Divino de São Lourenço - ES, 26 de Fevereiro de 2025.
LUCIANO FARIA QUEIROZ
Prefeito Municipal

Protocolo 1512870

TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 13/2025 ID Nº: 2025.022E0700001.09.0013 PROCESSO; 611/2025

O Município de Divino de São Lourenço, por meio de seu representante, neste ato o Prefeito Municipal, Sr. Luciano Faria Queiroz, no uso de suas atribuições, em conformidade com o artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, vem através do presente RATIFICAR E AUTORIZAR a execução do objeto do Processo Administrativo nº 000611/2025, DISPENSA DE LICITAÇÃO que tem por objeto: Trata-se de contratação de empresa especializada para fornecimento e confecção de material gráfico, para atender as demandas da Secretaria Municipal de Administração.
Empresas Vencedoras:
CARLOS ALBERTO DE MATOS MARTINS 04994796610. CNPJ N°: 37.089.444/0001-55
Valor: R$ 55.644,00 (cinquenta e cinco mil seiscentos e quarenta e quatro reais).
VALOR TOTAL: R$ 55.644,00 (cinquenta e cinco mil seiscentos e quarenta e quatro reais).
Divino de São Lourenço - ES, 14 de março de 2025.
Luciano Faria Queiroz
Prefeito Municipal

Protocolo 1512887

Ata de Registro de Preço

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2025.
Pregão Eletronico nº. 01/2025-FME.
Processo: 002449/2024
ID Cidades: 2025.022E0500003.02.0001
ÓRGÃO GESTOR: **FUNDO**

MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE DIVINO DE SÃO LOURENÇO - ES, CNPJ sob o nº 27.174.127/0002-64.
EMPRESA: **HEITOR FARIAS TONANI- ME INSCRITA NO CNPJ: 38.436.005/0001-34.**
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTICIOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.
VALOR REGISTRADO: R$ 37.389,00 (Trinta e Sete Mil, Trezentos e Oitenta e Nove Reais).
VALIDADE: A Ata de Registro de Preços terá vigência de **12 (doze) meses**, a contar da data de sua publicação.
Divino de São Lourenço/ES, 12 de março de 2025.

LUIZ CARLOS MENDES DE SOUZA
Secretário Municipal de Educação
Protocolo 1512425

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2025.
Pregão Eletronico nº. 01/2025-FME.
Processo: 002449/2024
ID Cidades: 2025.022E0500003.02.0001
ÓRGÃO GESTOR: **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE DIVINO DE SÃO LOURENÇO - ES, CNPJ sob o nº 27.174.127/0002-64.**
EMPRESA: **JOSE JUNIO FIDELIS GOMES INSCRITA NO CNPJ: 19.766.734/0001-04**
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTICIOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.
VALOR REGISTRADO: R$ 225.342,30 (duzentos e vinte e cinco mil, trezentos e quarenta e dois reais e trinta centavos).
VALIDADE: A Ata de Registro de Preços terá vigência de **12 (doze) meses**, a contar da data de sua publicação.
Divino de São Lourenço/ES, 12 de março de 2025.

LUIZ CARLOS MENDES DE SOUZA
Secretário Municipal de Educação
Protocolo 1512427

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2025.
Pregão Eletronico nº. 01/2025-FMS.
Processo: 002421/2024
ID Cidades: 2025.022E0500001.02.0001
ÓRGÃO GESTOR: A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE CNPJ 10.593.310/0001-10
EMPRESA: CLM FARMA COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA INSCRITA NO CNPJ: 40.274.237/0001-85
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS INJETAVEIS PARA ATENDIMENTO NAS UNIDADES DE SAUDE DO MUNICIPIO NO ANO DE 2025, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE - SEMUS.
VALOR REGISTRADO: R$ 11.424,75 (Onze mil quatrocentos e vinte e quatro reais e setenta e cinco centavos).
VALIDADE: A Ata de Registro de Preços terá vigência de **12 (doze) meses**, a contar da data de sua publicação.
Divino de São Lourenço/ES, 14 de Marco de 2025.
NATAN SILVA PEIXOTO
Secretario Municipal de Saúde
Protocolo 1512543

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2025.
Pregão Eletronico nº. 01/2025-FMS.
Processo: 002421/2024
ID Cidades: 2025.022E0500001.02.0001
ÓRGÃO GESTOR: A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE CNPJ 10.593.310/0001-10
EMPRESA: KYF MED COMERCIO LTDA INSCRITA NO CNPJ: 33.846.912/0001-38
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS INJETAVEIS PARA ATENDIMENTO NAS UNIDADES DE SAUDE DO MUNICIPIO NO ANO DE 2025, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE - SEMUS.
VALOR REGISTRADO: R$ 2.240,00 (Dois mil duzentos e quarenta reais.).
VALIDADE: A Ata de Registro de Preços terá vigência de **12 (doze) meses**, a contar da data de sua publicação.
Divino de São Lourenço/ES, 14 de Março de 2025.
NATAN SILVA PEIXOTO
Secretario Municipal de Saúde
Protocolo 1512544

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 062025.
Pregão Eletronico nº. 02/2025-FMS.
Processo: 002422/2024
ID Cidades: 2025.022E0500001.02.0002
ÓRGÃO GESTOR: A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE CNPJ 10.593.310/0001-10
EMPRESA: AUDIO POWER COMERCIO E SERVICOS DE EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA INSCRITA NO CNPJ: 12.516.438/0001-06
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLOGICOS PARA ATENDIMENTO NAS UNIDADES DE SAUDE DO MUNICIPIO NO ANO DE 2025, DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE - SEMUS
VALOR REGISTRADO: R$ 3.000,00 (Três mil reais).
VALIDADE: A Ata de Registro de Preços terá vigência de **12 (doze) meses**, a contar da data de sua publicação.
Divino de São Lourenço/ES, 14 de Março de 2025.
NATAN SILVA PEIXOTO
Secretario Municipal de Saúde
Protocolo 1512547

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2025.
Pregão Eletronico nº. 04/2025-FMS.
Processo: 002417/2024
ID Cidades: 2025.022E0500001.02.0004
ÓRGÃO GESTOR: A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE CNPJ 10.593.310/0001-10
EMPRESA: BELMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA INSCRITA NO CNPJ: 54.388.280/0001-86
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS A FIM DE ATENDER AS URGÊNCIAS, EMERGÊNCIAS NO ATENDIMENTO COMPLEMENTAR DA FARMÁCIA BÁSICA DA SECRETARIA MUNCIPAL DE SAÚDE DE DIVINO DE SÃO LOURENÇO - ES, NO EXERCICIO DE 2025.
VALOR REGISTRADO: R$ 6.954,38 (Seis Mil e Novecentos e Cinquenta e Quatro Reais e Trinta e Oito Centavos).
VALIDADE: A Ata de Registro de Preços terá

vigência de **12 (doze) meses**, a contar da data de sua publicação.
Divino de São Lourenço/ES, 14 de Março de 2025.
NATAN SILVA PEIXOTO
Secretario Municipal de Saúde
Protocolo 1512552

Domingos Martins

Dispensa de Licitação

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Ratifico a **Dispensa de Licitação** abaixo descrita, fundamentada no **artigo 75**, **inciso II da Lei 14.133/2021**:
PROCESSO Nº1134/2025
DISPENSA N° 024/2025
Nome do Credor: FORAL FORNECEDORA ALIANÇA COMERCIAL LTDA ME
CNPJ: 27.545.656/0001-46
Valor: R$ 6.435,00 (seis mil quatrocentos e trinta e cinco reais).
Objeto: Aquisição de papel higiênico branco.
Prazo: A entrega será no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento.
Domingos Martins - ES, 13 de março de 2025.
EDUARDO JOSÉ RAMOS
Prefeito
Protocolo 1511944

Inexigibilidade de Licitação

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Inexigibilidade de Licitação abaixo descrita, fundamentada no **Artigo 74, inciso V, da Lei Federal n° 14.133/2021:**
PROCESSO Nº 1436/2025
INEXIGIBILIDADE N° 012/2025
Nome do Credor: GUIMAR ANTONIO ALVES.
CPF: 736.675.608-34.
Objeto: Locação de imóvel para funcionamento do CMEI Vivendas de Pedra Azul, distrito de Aracê, neste Município.
Valor: R$ 45.600,00 (quarenta e cinco mil e seiscentos reais).
Prazo: o prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, tendo como marco inicial o dia 17 de março de 2025 e seu término em 17 de março de 2026.
Domingos Martins - ES, 14 de março de 2025.
EDUARDO JOSÉ RAMOS
Prefeito
Protocolo 1512903

Suspensão de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOMINGOS MARTINS
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
AVISO DE SUSPENSÃO DA ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO

A Prefeitura Municipal de Domingos Martins/Fundo Municipal de Saúde, torna público que após pedido de esclarecimento foi SUSPENSA a abertura do processo licitatório - **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2024 FMS**, que tem por objeto a Ata de Registro de Preços para possíveis aquisições de materiais com o objetivo futuro de instalação de Câmeras de Videomonitoramento para promover a segurança institucional através do controle de acesso às dependências das Unidades de Saúde do Município de Domingos Martins, cujos itens e especficações estão descritos na solicitação nº 228/2023, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
INFORMAÇÕES: Setor de Licitação - Rua Bernardino Monteiro, 85, Centro, Domingos Martins - ES; Tel (27) 93618-2338, no horário de 08:00 às 12:00 e de 13:00 às 17:00 horas, e-mail: licitacao@domingosmartins.es.gov.br, sites: www.domingosmartins.es.gov.br e www.portaldecompraspublicas.com.br.

Domingos Martins - ES, 14 de março de 2025

Thamiris Mayer Lampier Sant' Anna
Pregoeira Municipal
Protocolo 1512683

Errata

ERRATA - na publicação do DOM/ES - Edição n° 2.708, do dia 19/02/2025 (quarta-feira), Protocolo n° 1496469, página 263:

ONDE SE LÊ:
14/02/2025 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 016/2025.
...

LEIA-SE:
14/02/2025 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 017/2025.
....

Domingos Martins - ES, 14 de março de 2025
Eduardo José Ramos
Prefeito
Protocolo 1512397

Dores do Rio Preto

Dispensa de Licitação

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 0034/2025
ID: 2025.024E0500001.09.0002

A Divisão de Compras da Prefeitura Municipal de Dores do Rio Preto, torna público de acordo com a Lei 14.133/2021, artigo 75, inciso II, a **Dispensa de Licitação** para Aquisição de materiais hospitalares para curativos, em caráter emergencial, para atender a Secretaria Municipal de Saúde de Dores do Rio Preto - ES.

Contradada: HOSPIDROGAS COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA.

CNPJ: 35.997.345/0001-46 no valor total de R$ 23.729,00
(VINTE E TRÊS MIL SETECENTOS E VINTE E NOVE REAIS).

Contradada: VIMALAB COM. DE EQUIP. PARA LABORATORIOS LTDA.
CNPJ: 31.804.909/0001-26 no valor total de R$ 104,10
(CENTO E QUATRO REAIS E DEZ CENTAVOS).

Conforme proposta de preço constante no processo nº 000720/2025.

Dores do Rio Preto, 14 de março de 2025
Alessanda da Paz Siqueira Carvalho
Secretária de Saúde

Ratifico a Dispensa da Licitação conforme parecer da Procuradoria Geral do Município de Dores do Rio preto, conforme artigo 72 da Lei 14.133/2021.
Dores do Rio Preto, 14 de março de 2025.
Thiago Lopes Pessotti
Prefeito Municipal

Protocolo 1512839

Fundão

Aviso de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 010012/2024

O MUNICÍPIO DE FUNDÃO/ES torna público que realizará Licitação na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, tipo Menor Preço por item, regida pela Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 183/2023 e demais legislações aplicáveis, **no dia 01/04/2025, às 09h00min**, visando Registro de Preço para aquisição de gêneros alimentícios perecíveis, para atender os alunos das unidades escolares do município de Fundão, conforme especificações, descrições e quantitativos estabelecidos no Edital e seus anexos. O edital está disponível no site da Prefeitura Municipal de Fundão/ES (www.fundao.es.gov.br), na plataforma BLL (http://bll.org.br), e no Portal de Contratações Públicas (PNCP).
ID CIDADES: 2025.026E0600012.02.0001.

Fundão/ES, 14 de março de 2025 .

BRUNELLA NUNES PEREIRA MARTINS
Pregoeira - Agente de Contratação

Protocolo 1512825

Dispensa de Licitação

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº S006/2025

O Município de Fundão/ES através do Fundo Municipal de Saúde, consoante no que trata o inciso II do Art. 75 da Lei 14.133/2021, torna público que pretende realizar a aquisição de equipamentos de informática para implantação de sala de teleconsulta municipal nas dependências das Especialidades Médicas através de Dispensa de Licitação (dispensa de valor). O Termo de Referência e o quadro para preenchimento orçamentário encontram-se disponíveis no endereço eletrônico de domínio da Prefeitura Municipal de Fundão/ES, na aba licitações www.fundao.es.gov.br. As propostas orçamentárias e os documentos de habilitação deverão ser encaminhados através do e-mail suprimentos.fundao@gmail.com.

Prazo para envio da proposta: 03 (três) dias úteis.

URL do Termo de Referência: https://www.fundao.es.gov.br/uploads/licitacao/2221-termo-de--referncia-1741970489.pdf

Fundão/ES, 14 de março de 2025.

Setor de Compras
Fundo Municipal de Saúde de Fundão/ES

Protocolo 1512600

Governador Lindenberg

Ata de Registro de Preço

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ID TCEES: 2024.025E0600002.01.0003
MODALIDADE: Pregão Eletrônico 002/2024
PROCESSO: 116.095/2024
CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR LINDENBERG/ES.
OBJETO:O objeto do presente instrumento é a formalização de registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para execução de revestimento primário com adição de material (escória de aciaria revsol® e solo) em rodovias e estradas rurais não pavimentadas no município de Governador Lindenberg, conforme Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-financeiro, Memorial Descritivo e Termo de referência/Projetos Básicos anexos ao Processo Administrativo nº 116.095/2024, normas e condições do contratante.
ATA DE REGISTRO DE PREÇO: 005/2025
CONTRATADA:MAP ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA
VALOR:R$8.999.600,00(Oito milhões, novecentos e noventa e nove mil e seiscentos reais)
VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da data da publicação, prorrogável por mais 12 meses, na forma do artigo 84 da Lei Federal n° 14.133, de 2021.
DATA: 11/03/2025
LEONARDO PRANDO FINCO
PREFEITO MUNICIPAL

Protocolo 1512852

Guarapari

Ata de Registro de Preço

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 122/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 22575/2024

CÓDIGO IDENTIFICADOR: 2024.028E0700001.01.0061
ID PNCP: 27165190000153-1-000120/2024

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARAPARI/ES E FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED.
CONTRATADA: SUL ÁGUA EQUIPAMENTOS LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL DE LIMPEZA.

VALOR: TOTAL DO LOTE É DE R$ 17.999,80 (DEZESSETE MIL NOVECENTOS E NOVENTA E NOVE REAIS E OITENTA CENTAVOS).

Protocolo 1512975

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 122/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 22575/2024

CÓDIGO IDENTIFICADOR: 2024.028E0700001.01.0061

ID PNCP: 27165190000153-1-000120/2024

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARAPARI/ES E FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMED.

CONTRATADA: LÍDER COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL DE LIMPEZA.

VALOR: TOTAL DO LOTE É DE R$ 485.672,00 (QUATROCENTOS E OITENTA E CINCO MIL E SEISCENTOS E SETENTA E DOIS REAIS).

Protocolo 1512981

Ibatiba

Adiamento de Licitação

O **MUNICÍPIO DE IBATIBA-ES** torna público, para ciência dos interessados, **O ADIAMENTO** do Processo Licitatório nº 001/2025 - Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 001/2025. Objeto: Registro de preço para futura e eventual aquisição de água mineral natural sem gás, acondicionada em embalagem retornável, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Ibatiba e demais Secretarias, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência. DATA: 26/03/2025 - HORÁRIO: 09:00h - LOCAL DE REALIZAÇÃO: **www.portal-decompraspublicas.com.br .** Fica **ADIADO para o dia: 28/03/2025 - HORÁRIO: 09:00h** - **LOCAL DE REALIZAÇÃO**: **www.portaldecompraspublicas.com.br** para resolução de erros referentes aos sistemas de integração, informações, Telefone: (0800) 028 1600, com Raquel Gomes de Souza Hott - Agente de Contratação. **ID CIDADES: 2025.029E0700001.02.0002**

Protocolo 1512340

Ibitirama

Dispensa de Licitação

AVISO DE INTENÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 017/2025.
(Processo Administrativo nº 1065/2025)
Torna-se público que a Secretaria Municipal de Assistência Social, por meio do(a) Setor de Compras, pretende proceder a AQUISIÇÃO DE 1 (UMA) CAIXA DE SOM ATIVA E 1 (UMA) CAIXA DE SOM PASSIVA, de acordo com as especificações mínimas e as condições descritas no anexo I, via Dispensa de Licitação prevista no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e, tem interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados que se enquadrem no ramo de atividade do objeto pretendido, nos termos do art. 75, §3º, da Lei nº. 14.133, de 2021;
Aquisição de 1 (uma) caixa acústica ATIVA - 1 (uma) caixa acústica PASSIVA.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT
1	Caixa Ativa Especificações Técnicas: Aplicação: P.A., Monitor, Fly Sistema: Caixa frontal ativa de 2 vias múltiplas (titânio) com crossover passivo interno. Amplificador: 350W/rms (4 ohms). 245 W/rms (8ohms), com indicadores de sinal, Limiter (clip) ind. Frontal e traseiro, temperatura/mute. Prot. Nível, DC na saída e auto rampa. Ventilação forçada inteligente system cooler com proteção térmica; Pré Amplificador: Controle de volume High, Mid, Low com corte em ±15 dB, com filtro subsonic em 40 Hz Butterworth filter 12 dB/oitava, filtro ultrasonic em 40 kHz Bessel Filter 18 dB/Oitava e IRF Filter; Resp. de Frequência: 40 Hz a 20 kHz; Entradas e Saídas: 4 paralelas (2 XLR IN/OUT e 2 P 10 IN/OUT) balanceadas (pino 1 GND, pino 2+, pino 3-) com chaveamento para MIC ou LINE; Saída p/Falante Externo: para conexão de caixa passiva (8 ohms) com conector Speakon (pino 1+ pino 1-); Sensibilidade: SPL (1w at 1m) = 100 dB Falantes: 1x15" Full Range, 1 drive de titânio (1 ¾). Cob. Angular: Falante 90°H e 90°V; Drive: 90°H e 40°V; Alimentação: 127/230 V (50/60 Hz) automática com acionamento soft star; Dimensões (mm): A = 686 L = Garantia: 3 meses.	UN	1

1	Caixa Passiva Especificações técnicas: Aplicação: P.A., Monitor, Fly; Sistema: Caixa frontal passiva de 2 vias múltiplas (titânio) com crossover passivo interno; Cap. Potência: 350 W/rms; Programa: 600 W; Resp. de Frequência:40 Hz a 20 Khz; Sensibilidade: SPL (1w at 1m) = 100dB; Impedância: 8ohms; Entradas/Saídas: 2 paralelas = 2 Speakon (pol.: 1+ 1-); Falantes: 1x15" Full Range, 1 drive de titânio (1 ¾) cob. Angular Falante 90°H e 90°V, Drive: 90°H e 40°V; Dimensões (mm): A = 686L= 478P = 442 Peso: 26,2kg. Garantia: 3 meses	UN	1

VALOR TOTAL ESTIMADO: R$ 7.780,00

As propostas adicionais serão recebidas até o dia 19 de março de 2025 às 16:00hrs.

Os interessados poderão entregar suas propostas, conforme modelo do anexo II, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Ibitirama, localizada na Av. Anísio Ferreira da Silva, nº 56 ou encaminhar para o e-mail do Setor de Compras (comprasibitirama@hotmail.com).

A documentação complementar, estará disponível no sítio oficial (www.ibitirama.es.gov.br/licitacoes)

Ibitirama- ES, 14 de Março de 2025

Aila Mendes De Paula
Oficial Administrativo
Matrícula N° 006146.

Protocolo 1512035

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO N° 012/2025
PROCESSO N° 1208/2025

O Prefeito Municipal de Ibitirama- ES, no uso de suas atribuições, em conformidade do Art. 71 da Lei 14.133/21, RATIFICA e AUTORIZA a contratação do objeto do processo n° 1208/2025, de dispensa de licitação nas conformidades do Art. 75 da Lei 14.133/21.

OBJETO: AQUISIÇÃO DO SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA (REVISÃO) PARA O VEÍCULO RETRO XCMG, PLACA SGC0A99, CHASSI XUG08703EPPA01997, PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MEIO AMBIENTE.

CONTRATADO: CAMPO FORTE TRATORES E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS LTDA - CNPJ 19.917.678/0004-04

VALOR TOTAL: R$ 6.696,71 (seis mil, seiscentos e noventa e seis reais e setenta e um centavos).

Ibitirama, 14 de Março de 2025.

Reginaldo Simão de Souza
Prefeito Municipal de Ibitirama

Protocolo 1512718

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO N° 013/2025
PROCESSO N° 1487/2025

O Prefeito Municipal de Ibitirama- ES, no uso de suas atribuições, em conformidade do Art. 71 da Lei 14.133/21, RATIFICA e AUTORIZA a contratação do objeto do processo n° 1487/2025, de dispensa de licitação nas conformidades do Art. 75 da Lei 14.133/21.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CARÁTER EMERGENCIAL PARA FORNECER BENS E SERVIÇOS NECESSÁRIOS À RECUPERAÇÃO DAS ÁREAS DO MUNICÍPIO DE IBITIRAMA/ES AFETADAS POR TEMPESTADES LOCAIS/CONECTIVAS E CHUVAS INTENSAS, CONFORME DECRETO Nº 67/2025, QUE DECLAROU SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA PÚBLICA - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

CONTRATADO: BLUNCK MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA - CNPJ 21.797.408/0001-06

VALOR TOTAL: R$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais).

Ibitirama, 14 de Março de 2025.
Reginaldo Simão de Souza
Prefeito Municipal de Ibitirama

Protocolo 1512738

Iconha

Adjudicação e/ou Homologação

HOMOLOGAÇÃO

ID CidadES: 2024.032E0700001.02.0022

Pregão Eletrônico nº 020/2024
Processo nº. 6.203/2024
Objeto: Contratação de empresa especializada no fornecimento de aparelhos telefonicos para atender as demandas da Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura de Iconha.

Após analisados todos os atos e adjudicados todos os itens referentes ao **PREGÃO ELETRÔNICO nº 020/2024**, **HOMOLOGO** o presente processo e autorizo a despesa, para as seguintes empresas: : **HABITUS DIGITAL COMERCIAL LTDA** no item 01, o valor total de **R$7.205,00** (sete mil duzentos e cinco reais), **totalizando o valor R$7.205,00 (sete mil duzentos e cinco reais)**.

Iconha/ES, 14 de março de 2025.

GEDSON BRANDÃO PAULINO
Prefeito Municipal

Protocolo 1512810

Jaguaré

Aviso de Licitação

Pregão Eletrônico Nº. 004/2025
A Prefeitura de Municipal de Jaguaré - ES, torna público a abertura de processo licitatório, que tem por Formalização de registro de preços para aquisição de materiais de higiene e limpeza, Código ID: 2025.038E0700001.02.0004, que será realizada dia 02 de abril de 2025, às 09h, no site: www.portaldecompraspublicas.com.br, informações através do email:licitacoes@jaguare.es.gov.br, site: jaguare.es.gov.br.
Jaguaré-ES, 13 de março 2025.
Marcos Antônio Guerra Wandermurem
Prefeito Municipal

Protocolo 1511785

Pregão Eletrônico Nº. 010/2025
A Fundo Municipal de Assistência Social e Cidadania do Município de Jaguaré - ES, torna público a abertura de processo licitatório, que tem por objeto Contratação tem por objeto a locação de impressoras, equipamentos novos (de primeiro uso), com sistema de comodato, incluindo a prestação de serviços especializados de manutenção preventiva e corretiva, reposição de peças, o fornecimento de tonner e todo material de consumo necessário ao perfeito funcionamento dos equipamentos, exceto papel, além de assistência técnica on-line, inclusive deslocamento técnico, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social - Código CidadES: 2025.038E0500002.01.0004, que será realizada dia 04 de abril de 2025, às 09h, no site: www.portaldecompraspublicas.com.br, informações através do email:licitacoes@jaguare.es.gov.br, site: jaguare.es.gov.br.
Jaguaré-ES, 13 de março de 2025.
Soriana Stabenow Petter
Secretaria Municipal de Assistência Social

Protocolo 1511982

Pregão Eletrônico Nº. 007/2025
A Prefeitura de Municipal de Jaguaré - ES, torna público a abertura de processo licitatório, que tem por objeto, Formalização de registro de preços, para execução de serviços de transporte de atletas, alunos, comissão técnica, professores para eventos esportivos e culturais, Código ID: 2025.038E0700001.02.0005, que será realizada dia 07 de abril de 2025, às 09h, no site: www.portaldecompraspublicas.com.br, informações através do email:licitacoes@jaguare.es.gov.br, site: jaguare.es.gov.br.
Jaguaré-ES, 14 de março 2025.
Marcos Antônio Guerra Wandermurem
Prefeito Municipal

Protocolo 1512574

Pregão Eletrônico Nº. 008/2025
A Secretaria Municipal de Saúde do Município de Jaguaré - ES, torna público a abertura de processo licitatório, que tem por Formalização de registro de preços, para aquisição de medicamentos destinados as necessidades da Unidade Mista de Internação/Maternidade - Código CidadES: 2025.038E0500001.02.0007, que será realizada dia 14 de abril de 2025, às 09h, no site: www.portaldecompraspublicas.com.br, informações através do email:licitacoes@jaguare.es.gov.br, site: jaguare.es.gov.br.
Jaguaré-ES, 14 de março de 2025.
Itatiane Cristina Lana Carvalho de Andrade
Secretario Municipal de Saúde

Protocolo 1512645

Resultado de Licitação

Pregão Eletrônico Nº 005/2025
Resultado Homologado de Licitação
O Fundo Municipal de Saúde de JAGUARÉ-ES, torna a público o resultado Homologado do Pregão Eletrônico Nº 005/2025, onde teve como vencedora a empresa ABC FARMACEUTICO LTDA nos lotes 3, 25, 32, 37, 85, 86 e 87 no valor total de R$ 71.730,00, BELMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA nos lotes 20, 60, 81, 82, 88 e 94 no valor total de R$ 27.246,00, CIRÚRGICA ASSIS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA nos lotes 92, 104, 116 e 117 no valor total de R$ 35.206,00, CONEXAO MEDICA COMERCIAL LTDA nos lotes 22, 40, 55, 75, 76, 90 e 101 no valor total de R$ 78.450,00, DIFAPI COMERCIO E SERVICOS LTDA nos lotes 6, 7, 9, 10, 13, 15, 21, 26, 30, 31, 36, 43, 44, 46, 50, 51, 54, 59, 63, 73, 91, 97, 98, 106, 110, 112 e 113 no valor total de R$ 174.304,50, DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS SANTE LTDA nos lotes 5, 11, 12, 33, 39, 47, 53, 56, 58, 65, 69, 70, 79, 103, 105 e 107 no valor total de R$ 107.347,70, F R DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA nos lotes 29, 62, 64, 95, 102, 108, 111 e 114 no valor total de R$ 14.874,50, GALLI E LIOTTO COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA nos lotes 4, 8, 14, 35 e 72 no valor total de R$ 16.705,00, INOVAMED HOSPITALAR LTDA no lote 109 no valor total de R$ 13.800,00, MEDMAX COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA no lote 18 no valor total de R$ 508,00, MEDSI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA no lote 52 no valor total de R$ 1.260,00, NSA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI no lote 89 no valor total de R$ 21.000,00, Novasul Comercio de Produtos Hospitalares Ltda Me nos lotes 38 e 45 no valor total de R$ 6.000,00, OCIAN COMERCIAL FARMACEUTICA UNIPESSOAL LTDA nos lotes 16, 24, 27, 28, 48, 67, 80, 99 e 100 no valor total de R$ 50.806,00, P & P DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA nos lotes 1, 19, 23, 34, 41, 42, 57, 68, 74, 83, 93 e 96 no valor total de R$ 71.457,00, PHOENIX DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS E CORRELATOS LTDA nos lotes 84 e 118 no valor

total de R$ 37.888, , PROLICITA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA nos lotes 2, 17, 49 e 115 no valor total de R$ 35.450,00, ROMA DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA nos lotes 61 e 78 no valor total de R$ 13.440,00 e TS FARMA DISTRIBUIDORA EIRELI - EPP nos lotes 66 e 77 no valor total de R$ 4.050,00, o item não 71, ficou fracassado.
Jaguaré - ES, 13 de março de 2025.
Itatiane Cristina Lana Carvalho de Andrade
Secretaria Municipal de Saúde
Protocolo 1511959

RESULTADO DE LICITAÇÃO
Concorrência nº 001/2025
O Fundo Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Jaguaré-ES, torna a público que resultado homologado, da Concorrência nº 001/2025, que tem por objeto: Contratação de empresa especializada em engenharia, com fornecimento de material e mão de obra, para construção de Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), no Bairro Riviera em Jaguaré-ES, proposta: 11822.6330001/24-001 Novo PAC - ID - 2025.038E0500001.01.0003, onde teve como vencedora a empresa COMAN ENGENHARIA LTDA no lote 1 no valor total de R$ 1.861.583,47.

Jaguaré - ES, 14 de março de 2025.
Paulo Roberto B. Bona
Agente de Contratação
Protocolo 1512983

Inexigibilidade de Licitação

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº003/2025-retificado
PROCESSO Nº 01832/2025
ID: 2025.038E0500002.10.0002
A Gestora da Secretaria Municipal de Assistência Social, do Município de Jaguaré-ES, no uso de suas atribuições, torna público, para cumprimento do disposto no fundamentado no inciso V, do artigo 74, da lei 14.133/2021, a inexigibilidade de licitação, para Locação de imóvel para a Casa da Acolhida, pelo prazo de 12 (Doze) meses, conforme especificações deste instrumento. O aluguel convencionado é de R$ 1.518,00 mensais, perfazendo o montante de R$ 18.216,00, através da pessoa física contratada Edgar Manoel Augusto, CPF sob nº 074.508.097-96.
Jaguaré-ES, 13 de março de 2025.
Soriana Stabenow Petter dos Santos
Secretária Municipal de Assistência Social
Protocolo 1512138

Itaguaçu

Aviso de Licitação

ITAGUAÇU/ES
O Município de Itaguaçu, por meio do Setor de Licitações, torna público que fará realizar a seguinte Licitação:
PREGÃO ELETRÔNICO N° 003/2025
Às 09h00min do dia 03/04/2025, objetivando a contratação de empresa especializada para a locação de caminhão poliguindaste para atender as demandas da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano.
ID: 2025.034E0700001.01.0002
As exigências legais a serem cumpridas e a forma de apresentação das propostas estão previstas no Edital acima descrito, que poderá ser retirado através dos sites: www.itaguacu.es.gov.br e https://www.gov.br/compras - UASG 985653
Maiores informações pelo tel. (27) 3191-1022-ramal 3030 ou pelo e-mail: licitacao@itaguacu.es.gov.br
Itaguaçu/ES, 14 de março de 2025
TATIANE VALADÃO RAASCH
Agente Administrativo
Protocolo 1512093

Dispensa de Licitação

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 006201/2024

AUTORIZAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO COM FULCRO NO ARTIGO 75, INCISO XI DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021

ID da Contratação no CidadES nº 2025.034E0700001.09.0010

O Prefeito Municipal de Itaguaçu - ES, no uso de suas atribuições legais e especialmente em cumprimento ao disposto no inciso VIII do artigo 72 da Lei Federal nº 14.133/2021 c/c inciso XV do artigo 6º da Instrução Normativa SEMAD nº 05/2023, aprovada pelo Decreto Municipal nº 10.988/2023, **AUTORIZA** a contratação direta, sob a modalidade **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, processada com fundamento no artigo 75 inciso XI da Lei Federal nº 14.133/2021 e ainda com base no Parecer Jurídico da Assessoria Jurídica Municipal, **AUTORIZANDO** a contratação do Consórcio Público Intermunicipal Multifinalitário Guandu - CIM GUANDU, no CNPJ sob o nº 02.270.946/0001-01, no valor global de R$ 30.000,00 (trinta mil reais) em atendimento à Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente. Correndo tal despesa por conta específica da Lei Orçamentária Anual (LOA) do Município de Itaguaçu - ES, para o exercício de 2025.

Itaguaçu - ES, 14 de março 2025.

DARLY DETTMANN
Prefeito Municipal
Protocolo 1512845

Laranja da Terra

Chamada Pública

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA N° 000001/2025
ID TCE-ES: 2025.041E0700001.18.0001
O MUNICÍPIO DE LARANJA DA TERRA, ESTADO

DO ESPÍRITO SANTO, através da Agente de Contratação, torna público que será realizada **CHAMADA PÚBLICA N° 000001/2025**, no dia **07 de abril de 2025, às 09:00 horas,** para **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS ATRAVÉS DO PROGRAMA DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR**. O Edital completo está à disposição dos interessados nos dias úteis, das 07 às 13 horas, na Sala do Setor de Licitações, na Rua Otto Maier, s/n, 2° piso, Laranja da Terra/ES, Centro, Laranja da Terra/ES, bem como no site: www.laranjadaterra.es.gov.br. Contatos: (027) 3736-1356 e e-mail: **licitacao@laranjadaterra.es.gov.br**.

Laranja da Terra - ES, 14 de março de 2025.

MARLINE CRAUZER
Agente de Contratação

Protocolo 1512437

Marechal Floriano

Adjudicação e/ou Homologação

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL FLORIANO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO 010/25
ID TCEES 2025. 045E0700001.09.0009
A Prefeitura de Marechal, ADJUDICA e HOMOLOGA o processo de compra direta - Dispensa de Licitação nº 010/25 , que tem por objeto a contratação de uma empresa de engenharia para serviço de terraplanagem (Escavação e carga de material de 3ª categoria, fogo controlado e com Desmonte de material de 3ª a frio com argamassa expansiva a céu aberto), em diversas localidades interioranas do Município de Marechal Floriano, com fulcro no art. 75, I da Lei Federal nº 14.133/25,conforme segue:
EMPRESA VENCEDORA: TEFAC CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI LTDA - CNPJ 07.229.773/0001-93 - ITEM 01 - MENOR PREÇO GLOBAL
VALOR TOTAL LICITADO: R$ 122.148,00 (cento e vinte e dois mil e cento e quarenta e oito reais)
Marechal Floriano - ES, 13 de março de 2025.
ANTÔNIO LIDINEY GOBBI
Prefeito

Protocolo 1512747

Ata de Registro de Preço

AVISO DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL FLORIANO/ES vem a público convidar os demais órgãos ou entidades públicas deste Município interessados a participar de licitação em Sistema de Registro de Preços (SRP) para contratação de registro de preços para aquisição de pó de café, açúcar e adoçante, conforme segue:

Item	Especificação	Unidade
00001	AÇÚCAR CRISTAL - EMBALAGEM COM 05 KG açúcar branco cristalizado, rotulagem do produto com indicação das informações nutricionais e de composição, isento de impurezas, embalado em saco plástico transparente de 5kg e na embalagem deverá conter especificações do fabricante. contendo data de fabricação, validade, (mínimo 10 meses a partir da entrega) e lote estampados na embalagem.	PCT
00002	ADOÇANTE LIQUIDO 200 ML adoçante dietético líquido, transparente e incolor, com bico dosador, a base de sucralose. frascos plásticos (pet ou pvc) incolores e transparentes, com 200 ml, contendo data de fabricação, validade, (mínimo 10 meses a partir da entrega) e lote estampados na embalagem.	UND.
00003	PÓ DE CAFE 500G café em pó homogêneo, embalagem tipo almofada, torrado, moído, tipo tradicional, com selo de pureza e qualidade comprovado através de certificado de autorização ao uso do selo de pureza e qualidade abic; embalagem em pacotes de 500 gramas, contendo data de fabricação, validade, (mínimo 03 meses a partir da entrega) e lote estampados na embalagem.	PCT

Aos órgãos ou entidades públicas interessadas em integrar a futura ata, como participantes, pede-se a gentileza, com fundamento no regulamento, de encaminhar para o e-mail licitacao.pmmf@gmail.com a manifestação, contendo as seguintes informações:

a) especificações;
b) estimativa de consumo;
c) local de entrega; e
d) fiscal da aquisição.

O prazo limite para envio da manifestação de interesse será de 8 (dois) dias úteis, após publicação desta Intenção de Registro de Preços.

Marechal Floriano/ES, 14 de março de 2025.

Enéias Mees
Agente de Contratação

Protocolo 1512074

Montanha

Dispensa de Licitação

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N°000015/2025
A Secretária Municipal de Saúde de Montanha/ES, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialidades a Lei Federal n°14.133/21, amparado no parecer exarado pela Procuradoria Jurídica, resolve:
01- Autoriza a contratação nos seguintes termos:
a) Dispensa de Licitação, com fundamento no art.75, inciso II da Lei Federal n°14.133/21.
b) Objeto: Aquisição de Linhas telefônicas para atender as demandas das unidades de Saúde, ESF, demais setores da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Montanha/ES.

c) **DESCNET TELECOMUNICAÇÕES LTDA-CNPJ n° 22.366.517/0001-31**, no valor de R$ 15.837,36(quinze mil, oitocentos e trinta e sete reais e trinta e seis centavos).
d) Valor da despesa: R$ 15.837,36 (quinze mil, oitocentos e trinta e sete reais e trinta e seis centavos).
Por fim, que seja publicado o Ato que autoriza a contratação, em cumprimento o Art. 72, Parágrafo Único da Lei Federal n°14.133/2021.
ID CIDADES CONTRATAÇÃO: 2025.048E500001.09.001
Montanha/ES, 13 de março de 2025.

Leila Machado Carvalho Baltar Rodrigues
Gestora do FMS

Protocolo 1512066

Coleta de Preços

AVISO DE COLETA DE PREÇOS

O Fundo Municipal de Assistência Social de Montanha/ES, em conformidade com Art. 75, inciso II - da Lei Federal n.º 14.133/2021, torna público aos interessados que a Secretaria de Assistência Social manifesta interesse em obter propostas adicionais, visando à contratação de empresa para prestação de serviço de Gestão de Informação Telefônica - Linhas de Telefonia Móvel - com cessão de linhas telefônicas móvel em comodato, operadora vivo, com ligações ilimitadas para todo o território nacional - 5gb de internet para atender as demandas do Fundo Municipal de Assistência Social deste município, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência. Podendo eventuais interessados apresentarem Proposta de Preços no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar desta Publicação, oportunidade em que a administração escolherá a mais vantajosa. A proposta de Preços deverá ser entregue no Setor de Compras, localizada na Praça Osvaldo Lopes, s/n, Centro, Montanha-ES, CEP: 29.890-000, no horário de 07hrs as 13hrs, em dias úteis ou pelo e-mail: **compras@montanha.es.gov.br**
até a data limite.
Montanha/ES, 14 de março de 2025.

Setor de Compras

Protocolo 1512171

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N°000009/2025

A Secretária Municipal de Assistência Social de Montanha/ES, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialidades a Lei Federal n°14.133/21, amparado no parecer exarado pela Procuradoria Jurídica, resolve:
01- Autoriza a contratação nos seguintes termos:
a) Dispensa de Licitação, com fundamento no art.75, inciso II da Lei Federal n°14.133/21.
b) Objeto: Aquisição de empresa especializada para confecção de uniforme escolares, para as crianças do serviço de acolhimento institucional da criança e adolescente, para o exercício de 2025, pelo Fundo Municipal de Assistência Social de Montanha/ES.
c) Empresas Vencedoras **VINICIOS DE OLIVEIRA SILVA**- CNPJ n°55.743.105/0001-22 no valor de R$2.778,00 (Dois mil setecentos e setenta e oito reais).
d) Valor da despesa: R$2.778,00 (Dois mil setecentos e setenta e oito reais).
e) Por fim, que seja publicado o Ato que autoriza a contratação, em cumprimento o Art. 72, Parágrafo Único da Lei Federal n°14.133/2021.
ID CIDADES CONTRATAÇÃO: 2025.048E0500002.09.0009
Montanha/ES, 14 de março de 2025.

Dalyane da Silva Moreira Costa
Gestora do FMAS

Protocolo 1512209

AVISO DE COLETA DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Montanha/ES, em conformidade com Art. 75, inciso II - da Lei Federal n.º 14.133/2021, torna público aos interessados que a Secretaria de Meio Ambiente, manifesta interesse em obter propostas adicionais, visando à aquisição de Herbicida Glifoway 480 para jardinagem amadora COM REGISTRO NA ANVISA, a fim de atender as necessidades do setor de preservação ambiental da Secretaria de Meio Ambiente. Podendo eventuais interessados apresentarem Proposta de Preços no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar desta Publicação, oportunidade em que a administração escolherá a mais vantajosa. A proposta de Preços deverá ser entregue no Setor de Compras, localizada na Praça Osvaldo Lopes, s/n, Centro, Montanha-ES, CEP: 29.890-000, no horário de 07hrs as 13hrs, em dias úteis ou pelo e-mail: **compras@montanha.es.gov.br**
até a data limite.
Montanha/ES, 14 de março de 2025.
Setor de Compras

Protocolo 1512431

AVISO DE COLETA DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Montanha/ES, em conformidade com Art. 75, inciso II - da Lei Federal n.º 14.133/2021, torna público aos interessados que a Secretaria de Meio Ambiente, manifesta interesse em obter propostas adicionais, visando à contratação de empresa para prestação de serviço de manutenção de calibração de decibelímetro modelo skdec-02, a fim de atender a necessidade do Gabinete do Secretário de Meio Ambiente. Podendo eventuais interessados apresentarem Proposta de Preços no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar desta Publicação, oportunidade em que a administração escolherá a mais vantajosa. A proposta de Preços deverá ser entregue no Setor de Compras, localizada na Praça Osvaldo Lopes, s/n, Centro, Montanha-ES, CEP: 29.890-000, no horário de 07hrs as 13hrs, em dias úteis ou pelo e-mail: **compras@montanha.es.gov.br**
até a data limite.
Montanha/ES, 14 de março de 2025.
Setor de Compras

Protocolo 1512444

AVISO DE COLETA DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Montanha/ES, em conformidade com Art. 75, inciso II - da Lei Federal n.º 14.133/2021, torna público aos interessados que a Secretaria de Educação, Ciência e Tecnologia,

manifesta interesse em obter propostas adicionais, visando à contratação de empresa para prestação de serviço de sondagem de solo para reconhecimento de perfil geológico por meio de ensaio SPT, da obra da educação infantil municipal. Podendo eventuais interessados apresentarem Proposta de Preços no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar desta Publicação, oportunidade em que a administração escolherá a mais vantajosa. A proposta de Preços deverá ser entregue no Setor de Compras, localizada na Praça Osvaldo Lopes, s/n, Centro, Montanha-ES, CEP: 29.890-000, no horário de 07hrs as 13hrs, em dias úteis ou pelo e-mail: **compras@montanha.es.gov.br**
até a data limite.
Montanha/ES, 14 de março de 2025.
Setor de Compras

Protocolo 1512969

Muniz Freire

Aviso de Licitação

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2025
ID Cidades Web TCEES N° 2025.050E0500002.01.0001

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MUNIZ FREIRE, torna público a realização de certame:
Do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, **AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO, EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E MATERIAIS PARA A IMPLANTAÇÃO DA FARMÁCIA DO CAPS.**
Data de abertura: 01/04/2025 às 10:00h.
Edital e sessão pública: https://www.gov.br/compras/pt-br
UASG: 985673 / Nº DA COMPRA: 90008
https://munizfreire-es.portaltp.com.br/consultas/documentos.aspx?id=34 /
Expediente: 2ª-6ª das 12h-18h. licitacao@munizfreire.es.gov.br.
Muniz Freire-ES, 12/03/2025

REGIANE DE FATIMA CASTRO
Pregoeira Municipal

Protocolo 1510312

Pancas

Ata de Registro de Preço

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 13/2025
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2024
PROCESSO Nº 2356/2024
ID TCE/ES: 2024.053E0700001.02.0010
Contratante: O Prefeito Municipal de Pancas Estado do Espírito Santo, Sr. **AGMAIR ARAUJO NASCIMENTO**, no uso de suas atribuições torna público, a quem possa interessar aderir á Ata de Registro de Preços nº 014/2025, oriundo do Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 015/2024, Processo nº 2356/2024, do Município de Pancas-ES.
Contratada: **DELTA SHOP - DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.**
Objeto: Pregão Eletrônico para Registro de Preços, objetivando a futura e eventual contratação de empresa especializada para aquisição de OXIGÊNIO MEDICINAL E ACETILENO, visando atender a demanda da Prefeitura Municipal de Pancas/ES, de responsabilidade da Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano e Secretaria Municipal de Saúde, nos termos e condições constantes no Termo de Referência, anexo II.

Valor total: R$ 39.126,00
Data de assinatura: 13/03/2025

AGMAIR ARAUJO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Protocolo 1512067

Piúma

Resultado de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2025
Processo nº 3128/2024

ID CidadES: 2025.056E0500001.02.0002

O MUNICÍPIO DE PIÚMA/ES, por meio de sua **Agente de contratação** - **Pregoeira**, torna público o resultado da licitação em referência, cujo objeto é Registro de preços para eventual e futura Aquisição de Equipamentos de Proteção Individual-EPI, a ser fornecido aos servidores públicos da Secretaria Municipal de Saúde, devidamente adjudicado e homologado pelo Prefeito, em atendimento à Lei n° 14.133/21.

EMPRESAS VENCEDORAS:

BARRA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA
CNPJ Nº 14.966.026/0001-01
Lote 01: valor total de R$ 870,00
Lote 05: valor total de R$ 490,00
Lote 10: valor total de R$ 2.848,00

BLACK HAWK COMERCIO DE BOTAS ESPECIAIS LTDA
CNPJ Nº 53.637.835/0001-13
Lote 009: valor total de R$ 24.140,00

INDASEG CALCADOS LTDA
CNPJ Nº 34.927.481/0001-05
Lote 004: valor total de R$ 770,00
Lote 008: valor total de R$ 4.080,00

LSA SOLUCOES E DISTRIBUICAO LTDA
CNPJ Nº 47.975.975/0001-07
Lote 002: valor total de R$ 1.263,00
Lote 006: valor total de R$ 1.400,20
Lote 007: valor total de R$ 15.431,00

LOTE FRACASSADO: LOTE 003

Piúma, 14 de março de 2025.

Maria Gabriela M. dos Santos
Agente de contratação - Pregoeiro

Protocolo 1512456

Ata de Registro de Preço

PARTICIPAÇÃO SERP Nº 045/2025
Processo Administrativo nº 2649/2025
Contratante: Prefeitura Municipal de Piúma/ES.
Contratada: J R G DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTO HOSPITALARES LTDA
CNPJ nº: 04.380.569/0001-80
Objeto: Adesão à Ata de Registro de Preços nº 0277/2025, do Fundo Estadual de Saúde - FES, do Governo do Estado do Espírito Santo, oriunda do Pregão para Registro de Preços de Medicamentos - SERP nº 003/2025, cujo objeto é a aquisição de medicamentos.
ID CidadES: 2025.500E0500019.02.0002
Valor: R$ 883,50 (oitocentos e oitenta e três reais e cinquenta centavos)
Piúma/ES, 13 de março de 2025
Secretaria Municipal de Saúde de Piúma/ES
Protocolo 1512089

PARTICIPAÇÃO SERP Nº 046/2025
Processo Administrativo nº 2650/2025
Contratante: Prefeitura Municipal de Piúma/ES.
Contratada: CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA
CNPJ nº: 44.734.671/0022-86
Objeto: Adesão à Ata de Registro de Preços nº 0215/2025, do Fundo Estadual de Saúde - FES, do Governo do Estado do Espírito Santo, oriunda do Pregão para Registro de Preços de Medicamentos - SERP nº 494/2024, cujo objeto é a aquisição de medicamentos.
ID CidadES: 2024.500E0500019.02.0458
Valor: R$ 9.846,00 (nove mil e oitocentos e quarenta e seis reais)
Piúma/ES, 13 de março de 2025
Secretaria Municipal de Saúde de Piúma/ES
Protocolo 1512100

PARTICIPAÇÃO SERP Nº 047/2025
Processo Administrativo nº 2651/2025
Contratante: Prefeitura Municipal de Piúma/ES.
Contratada: MULTIFARMA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
CNPJ nº: 21.681.325/0001-57
Objeto: Adesão à Ata de Registro de Preços nº 0136/2025, do Fundo Estadual de Saúde - FES, do Governo do Estado do Espírito Santo, oriunda do Pregão para Registro de Preços de Medicamentos - SERP nº 479/2024, cujo objeto é a aquisição de medicamentos.
ID CidadES: 2024.500E0500019.02.0444
Valor: R$ 600 (seiscentos reais)
Piúma/ES, 13 de março de 2025
Secretaria Municipal de Saúde de Piúma/ES
Protocolo 1512107

PARTICIPAÇÃO SERP Nº 048/2025
Processo Administrativo nº 2652/2025
Contratante: Prefeitura Municipal de Piúma/ES.
Contratada: NSA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ nº: 34.729.047/0001-02
Objeto: Adesão à Ata de Registro de Preços nº 0135/2025, do Fundo Estadual de Saúde - FES, do Governo do Estado do Espírito Santo, oriunda do Pregão para Registro de Preços de Medicamentos - SERP nº 479/2024, cujo objeto é a aquisição de medicamentos.
ID CidadES: 2024.500E0500019.02.0444
Valor: R$ 21.120,00 (vinte e um mil e cento e vinte reais)
Piúma/ES, 13 de março de 2025
Secretaria Municipal de Saúde de Piúma/ES
Protocolo 1512109

PARTICIPAÇÃO SERP Nº 049/2025
Processo Administrativo nº 2653/2025
Contratante: Prefeitura Municipal de Piúma/ES.
Contratada: ACÁCIA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ nº: 03.945.035/0001-91
Objeto: Adesão à Ata de Registro de Preços nº 0137/2025, do Fundo Estadual de Saúde - FES, do Governo do Estado do Espírito Santo, oriunda do Pregão para Registro de Preços de Medicamentos - SERP nº 479/2024, cujo objeto é a aquisição de medicamentos.
ID CidadES: 2024.500E0500019.02.0444
Valor: R$ 2.585,00 (dois mil e quinhentos e oitenta e cinco reais)
Piúma/ES, 13 de março de 2025
Secretaria Municipal de Saúde de Piúma/ES
Protocolo 1512114

PARTICIPAÇÃO SERP Nº 050/2025
Processo Administrativo nº 2654/2025
Contratante: Prefeitura Municipal de Piúma/ES.
Contratada: CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA
CNPJ nº: 44.734.671/0022-86
Objeto: Adesão à Ata de Registro de Preços nº 0292/2025, do Fundo Estadual de Saúde - FES, do Governo do Estado do Espírito Santo, oriunda do Pregão para Registro de Preços de Medicamentos - SERP nº 004/2025, cujo objeto é a aquisição de medicamentos.
ID CidadES: 2025.500E0500019.02.0009
Valor: R$ 2.258,50 (dois mil e duzentos e cinquenta e oito reais e cinquenta centavos)
Piúma/ES, 13 de março de 2025
Secretaria Municipal de Saúde de Piúma/ES
Protocolo 1512116

PARTICIPAÇÃO SERP Nº 051/2025
Processo Administrativo nº 2657/2025
Contratante: Prefeitura Municipal de Piúma/ES.
Contratada: HOSPIDROGAS COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ nº: 35.997.345/0001-46
Objeto: Adesão à Ata de Registro de Preços nº 0132/2025, do Fundo Estadual de Saúde - FES, do Governo do Estado do Espírito Santo, oriunda do Pregão para Registro de Preços de Medicamentos - SERP nº 479/2025, cujo objeto é a aquisição de medicamentos.
ID CidadES: 2024.500E0500019.02.0444
Valor: R$ 236,29 (duzentos e trinta e seis reais e vinte e nove centavos)
Piúma/ES, 13 de março de 2025
Secretaria Municipal de Saúde de Piúma/ES
Protocolo 1512122

PARTICIPAÇÃO SERP Nº 052/2025
Processo Administrativo nº 2658/2025
Contratante: Prefeitura Municipal de Piúma/ES.
Contratada: ACÁCIA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

CNPJ nº: 03.945.035/0001-91
Objeto: Adesão à Ata de Registro de Preços nº 0239/2025, do Fundo Estadual de Saúde - FES, do Governo do Estado do Espírito Santo, oriunda do Pregão para Registro de Preços de Medicamentos - SERP nº 523/2024, cujo objeto é a aquisição de medicamentos.
ID CidadES: 2024.500E0500019.02.0489
Valor: R$ 485,30 (quatrocentos e oitenta e cinco reais e trinta centavos)
Piúma/ES, 13 de março de 2025
Secretaria Municipal de Saúde de Piúma/ES
Protocolo 1512124

PARTICIPAÇÃO SERP Nº 053/2025
Processo Administrativo nº 2659/2025
Contratante: Prefeitura Municipal de Piúma/ES.
Contratada: JRG DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ nº: 04.380.569/0001-80
Objeto: Adesão à Ata de Registro de Preços nº 0078/2025, do Fundo Estadual de Saúde - FES, do Governo do Estado do Espírito Santo, oriunda do Pregão para Registro de Preços de Medicamentos - SERP nº 435/2024, cujo objeto é a aquisição de medicamentos.
ID CidadES: 2024.500E0500019.02.0409
Valor: R$ 1504,00 (mil e quinhentos e quatro reais)
Piúma/ES, 13 de março de 2025
Secretaria Municipal de Saúde de Piúma/ES
Protocolo 1512127

PARTICIPAÇÃO SERP Nº 054/2025
Processo Administrativo nº 2660/2025
Contratante: Prefeitura Municipal de Piúma/ES.
Contratada: CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA
CNPJ nº: 44.734.671/0022-86
Objeto: Adesão à Ata de Registro de Preços nº 0276/2025, do Fundo Estadual de Saúde - FES, do Governo do Estado do Espírito Santo, oriunda do Pregão para Registro de Preços de Medicamentos - SERP nº 003/2025, cujo objeto é a aquisição de medicamentos.
ID CidadES: 2025.500E0500019.02.0002
Valor: R$ 5.307,00 (cinco mil e trezentos e sete reais)
Piúma/ES, 13 de março de 2025
Secretaria Municipal de Saúde de Piúma/ES
Protocolo 1512133

PARTICIPAÇÃO SERP Nº 055/2025
Processo Administrativo nº 2662/2025
Contratante: Prefeitura Municipal de Piúma/ES.
Contratada: NSA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA
CNPJ nº: 34.729.047/0001-02
Objeto: Adesão à Ata de Registro de Preços nº 0279/2025, do Fundo Estadual de Saúde - FES, do Governo do Estado do Espírito Santo, oriunda do Pregão para Registro de Preços de Medicamentos - SERP nº 003/2025, cujo objeto é a aquisição de medicamentos.
ID CidadES: 2025.500E0500019.02.0002
Valor: R$ 17.780,00 (dezessete mil e setecentos e oitenta reais)
Piúma/ES, 13 de março de 2025
Secretaria Municipal de Saúde de Piúma/ES
Protocolo 1512139

PARTICIPAÇÃO SERP Nº 056/2025
Processo Administrativo nº 2663/2025
Contratante: Prefeitura Municipal de Piúma/ES.
Contratada: MED CENTER COMERCIAL LTDA
CNPJ nº: 00.874.929/0001-40
Objeto: Adesão à Ata de Registro de Preços nº 0217/2025, do Fundo Estadual de Saúde - FES, do Governo do Estado do Espírito Santo, oriunda do Pregão para Registro de Preços de Medicamentos - SERP nº 494/2024, cujo objeto é a aquisição de medicamentos.
ID CidadES: 2024.500E0500019.02.0458
Valor: R$ 1.430,00 (mil quatrocentos e trinta reais)
Piúma/ES, 13 de março de 2025
Secretaria Municipal de Saúde de Piúma/ES
Protocolo 1512145

PARTICIPAÇÃO SERP Nº 057/2025
Processo Administrativo nº 2664/2025
Contratante: Prefeitura Municipal de Piúma/ES.
Contratada: HALEX ISTAR INDUSTRIA FARMACEUTICA SA
CNPJ nº: 01.571.702/0001-98
Objeto: Adesão à Ata de Registro de Preços nº 0133/2025, do Fundo Estadual de Saúde - FES, do Governo do Estado do Espírito Santo, oriunda do Pregão para Registro de Preços de Medicamentos - SERP nº 479/2024, cujo objeto é a aquisição de medicamentos.
ID CidadES: 2024.500E0500019.02.0444
Valor: R$ 3.720,00 (três mil e setecentos e vinte reais)
Piúma/ES, 13 de março de 2025
Secretaria Municipal de Saúde de Piúma/ES
Protocolo 1512146

PARTICIPAÇÃO SERP Nº 058/2025
Processo Administrativo nº 2665/2025
Contratante: Prefeitura Municipal de Piúma/ES.
Contratada: CRISTÁLIA PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA
CNPJ nº: 01.571.702/0001-98
Objeto: Adesão à Ata de Registro de Preços nº 0240/2025, do Fundo Estadual de Saúde - FES, do Governo do Estado do Espírito Santo, oriunda do Pregão para Registro de Preços de Medicamentos - SERP nº 523/2024, cujo objeto é a aquisição de medicamentos.
ID CidadES: 2024.500E0500019.02.0489
Valor: R$ 434,00 (quatrocentos e trinta e quatro reais)
Piúma/ES, 13 de março de 2025
Secretaria Municipal de Saúde de Piúma/ES
Protocolo 1512151

PARTICIPAÇÃO SERP Nº 059/2025
Processo Administrativo nº 2666/2025
Contratante: Prefeitura Municipal de Piúma/ES.
Contratada: PROVIDE HOSPITALAR LTDA
CNPJ nº: 43.573.889/0001-09
Objeto: Adesão à Ata de Registro de Preços nº 0196/2025, do Fundo Estadual de Saúde - FES, do Governo do Estado do Espírito Santo, oriunda do Pregão para Registro de Preços de Medicamentos - SERP nº 173/2024, cujo objeto é a aquisição de medicamentos.
ID CidadES: 2024.500E0500019.02.0172
Valor: R$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais)
Piúma/ES, 13 de março de 2025
Secretaria Municipal de Saúde de Piúma/ES
Protocolo 1512156

PARTICIPAÇÃO SERP Nº 060/2025
Processo Administrativo nº 2750/2025
Contratante: Prefeitura Municipal de Piúma/ES.
Contratada: ANTIBIOTICOS DO BRASIL LTDA
CNPJ nº: 05.439.635/0004-56
Objeto: Adesão à Ata de Registro de Preços nº 0341/2025, do Fundo Estadual de Saúde - FES, do Governo do Estado do Espírito Santo, oriunda do Pregão para Registro de Preços de Medicamentos - SERP nº 332/2024, cujo objeto é a aquisição de medicamentos.
ID CidadES: 2024.500E0500019.02.0313
Valor: R$ 11.000,00 (onze mil reais)
Piúma/ES, 13 de março de 2025
Secretaria Municipal de Saúde de Piúma/ES
Protocolo 1512754

Rio Bananal

Inexigibilidade de Licitação

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PROCESSO N° 0009/2025

A Diretora Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Rio Bananal, no uso de suas atribuições, em conformidade do Art. 72 da Lei 14.133/21, RATIFICA e AUTORIZA a contratação do objeto do processo n° 0009/2025, de inexigibilidade de licitação nas conformidades do Art. 74, inciso V da Lei 14.133/21.

OBJETO: Locação de Imóvel para atender a necessidade de instalação da sede do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Rio Bananal e acomodação do arquivo morto do mesmo.

CONTRATADO: Giancarlos Zanoteli, inscrito no CPF sob o número 106.894.127-89.

VALOR TOTAL: R$ 31.200,00 (Trinta e Um Mil e Duzentos Reais).

Data da assinatura do Termo: 07/03/2025.

Código de Identificação da Contratação:
2025.059E0800001.10.0002

Rio Bananal-ES, 13 de Março de 2025.
Janedarque Fardim
Diretora Presidente
Protocolo 1512622

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO PROCESSO N° 0026/2025

A Diretora Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Rio Bananal, no uso de suas atribuições, em conformidade do Art. 72 da Lei 14.133/21, RATIFICA e AUTORIZA a contratação do objeto do processo n° 0026/2025, de inexigibilidade de licitação nas conformidades do Art. 74, inciso I da Lei 14.133/21.

OBJETO: Anuidade Exercício 2025 referente Filiação a ACIP - Associação Capixaba dos Institutos de Previdência.

CONTRATADO: ACIP - Associação Capixaba dos Institutos de Previdência, inscrita no CNPJ sob o número 03.051.279/0001-20.

VALOR TOTAL: R$ 760,00 (Setecentos e sessenta reais).

Data da assinatura do Termo: 12/03/2025.

Código de Identificação da Contratação:
2025.059E0800001.10.0001

Rio Bananal-ES, 13 de Março de 2025.
Janedarque Fardim
Diretora Presidente
Protocolo 1512745

Presidente Kennedy

Resultado de Licitação

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 90002/2025 PROCESSO 000659/2025

CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO: 2025.058E0700001.01.0001

O Município de Presidente Kennedy- Espírito Santo, por intermédio do seu Pregoeiro, torna público para o conhecimento dos interessados, o resultado do **Pregão Eletrônico nº** 90002/2025.

RESULTADO:
INOVA PRODUCOES DE FESTAS E EVENTOS LTDA nos lotes 1 e 2 no valor total de R$ 1.173.419,97 (um milhão cento e setenta e três mil quatrocentos e dezenove reais e noventa e sete centavos).

Presidente Kennedy- ES, 14 de março de 2025.
Mezaque da S. J. Rodrigues
Pregoeiro Oficial
Protocolo 1512922

Ponto Belo

Dispensa de Licitação

AVISO DE PUBLICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO - ES**, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social torna público que realizará a DISPENSA DE LICITAÇÃO, para a **Contratação de empresa para Prestação de Serviços de Assessoria e Orientação Técnica na elaboração da Prestação de Contas Anual de 2024 da Prefeitura Municipal de Ponto Belo - ES e suas secretarias, incluindo a Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social e demais órgãos vinculados, conforme as diretrizes estabelecidas pela**

Instrução Normativa TCE - ES nº 068/2020.

Número da Dispensa:
Nº 009/2025 - PMPB
Nº 001/2025 - FMAS
Nº 006/2025 - FMS
Número do Processo Administrativo:
Processo Administrativo Nº 000017/2025 PMPB
Processo Administrativo Nº 000011/2025 FMAS
Processo Administrativo N º 000013/2025 FMS

Termo de Referência: A especificação detalhada do objeto encontra-se no Termo de Referência disponível no Portal da Transparência do Município de Ponto Belo - ES, conforme link (copiar link e colar na barra de endereço URL do navegador):

Termo de Referência:

https://s3.amazonaws.com/el.com.br/portal/uploads/1966/documentos/422/822d62c93db2d7c4cf561b46a5381d25.pdf

Estudo Técnico Preliminar:

https://s3.amazonaws.com/el.com.br/portal/uploads/1966/documentos/422/a6669f5fba1a2fa1bb81dc43cb7df0f7.pdf

Data de Início para Recebimento de Propostas e documentos: 17/03/2025 a partir das 08:00h
Data Fim para Recebimento de Propostas e documentos: 19/03/2025 até as 17:00h
OBS: o expediente da Prefeitura Municipal é de Segunda a Quinta (08:00 - 12:00 e 14:00 as 17:00), e Sexta-Feira (08:00 - 12:00) os Recebimento de Propostas e documentos são contados em dias úteis.

Protocolo físico:

As participantes poderão protocolar suas propostas, em conjunto com os documentos necessários/indispensáveis, de forma física, diretamente na Sala de Licitações, situada no prédio da Prefeitura Municipal de Ponto Belo - ES.

Os envelopes devem ser lacrados e conter o assunto "DISPENSA DE LICITAÇÃO", bem como a identificação da licitante (Nome ou Razão Social) e do procedimento (Nº da Dispensa e Nº do Processo Administrativo).

Protocolo digital:

Também é permitido o protocolo eletrônico via e-mail, enviado para dispensa.pmpb1@gmail.com, respeitando o mesmo prazo e horário estabelecidos para protocolo físico.

A proposta e todos os documentos necessários devem ser encaminhados em único e-mail, com arquivos em formato PDF e devidamente identificados, em pasta compactada ou ZIP, devidamente assinados pelo representante legal da empresa, contendo no campo assunto do e-mail, o seguinte texto: Proposta - Dispensa de Licitação **nº 009/2025 - PMPB**, **n° 001/2025 - FMAS**, **n° 006/2025 - FMS** Processo administrativo Processo Administrativo **Nº 000017/2025 PMPB** Processo Administrativo **Nº 000011/2025 FMAS** Processo Administrativo **N º 000013/2025 FMS**

Data e Horário da Sessão de Julgamento: A sessão de julgamento será realizada na Sala de Licitações, situada no prédio da Prefeitura Municipal de Ponto Belo - ES, no dia 20/03/2025, às 08:30h.

Ponto Belo - ES, 14 de março de 2025.

_____
AIKO RICHELLYSON MORAIS FERREIRA
Agente de contratação de compras diretas

Protocolo 1512123

AVISO DE PUBLICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTO BELO - ES**, por intermédio da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Juventude, torna público que realizará a DISPENSA DE LICITAÇÃO, para a **Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de fornecimento, montagem, manutenção e desmontagem de estrutura para as festividades em comemoração ao 31º Aniversário de Emancipação Político-Administrativa de Ponto Belo - ES. A estrutura contratada deverá atender aos eventos previstos durante a programação oficial, incluindo, mas não se limitando, ao Mutirão da Saúde, Mutirão da Cidadania, Hasteamento das Bandeiras e demais atividades que ocorrerão simultaneamente ao longo da semana de celebração.**

Número da Dispensa: 0011-2025
Número do Processo Administrativo: 000019-2025

Termo de Referência: A especificação detalhada do objeto encontra-se no Termo de Referência disponível no Portal da Transparência do Município de Ponto Belo - ES, conforme link (copiar link e colar na barra de endereço URL do navegador):

Termo de Referência:

https://s3.amazonaws.com/el.com.br/portal/uploads/1966/documentos/422/fe3a5bc058cedd f4d54a4887812aa034.pdf

Estudo Técnico Preliminar:

https://s3.amazonaws.com/el.com.br/portal/uploads/1966/documentos/422/665a8fccbb6342b36bce45e90f262121.pdf

Data de Início para Recebimento de Propostas e documentos: 17/03/2025 a partir das 08:00h
Data Fim para Recebimento de Propostas e documentos: 19/03/2025 até as 17:00h
OBS: o expediente da Prefeitura Municipal é de Segunda a Quinta (08:00 - 12:00 e 14:00 as 17:00), e Sexta-Feira (08:00 - 12:00) os Recebimento de Propostas e documentos são contados em dias úteis.

Protocolo físico:

As participantes poderão protocolar suas propostas, em conjunto com os documentos necessários/indispensáveis, de forma física, diretamente na Sala de Licitações, situada no prédio da Prefeitura Municipal de Ponto Belo - ES.

Os envelopes devem ser lacrados e conter o assunto "DISPENSA DE LICITAÇÃO", bem como a identificação da licitante (Nome ou Razão Social) e do procedimento (Nº da Dispensa e Nº do Processo Administrativo).

Protocolo digital:

Também é permitido o protocolo eletrônico via e-mail, enviado para dispensa.pmpb1@gmail.com, respeitando o mesmo prazo e horário estabelecidos para protocolo físico.

A proposta e todos os documentos necessários devem ser encaminhados em único e-mail, com arquivos em formato PDF e devidamente identificados, em pasta compactada ou ZIP, devidamente assinados pelo representante legal da empresa, contendo no campo assunto do e-mail, o seguinte texto: Proposta - Dispensa de Licitação nº **0011-2025-PMPB** e Processo administrativo **000019-2025** - **PMPB**.

Data e Horário da Sessão de Julgamento: A sessão de julgamento será realizada na Sala de Licitações, situada no prédio da Prefeitura Municipal de Ponto Belo - ES, no dia 10/03/2025, às 09:30h.

Ponto Belo - ES, 14 de março de 2025.

_____
AIKO RICHELLYSON MORAIS FERREIRA
Agente de contratação de compras diretas

Protocolo 1512464

Inexigibilidade de Licitação

EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO N º 01/2025 Referência: CHAMAMENTO PÚBLICO 01/2025
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PONTO BELO - ES CREDENCIADA: ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DE PONTO BELO - ES CNPJ 01.677.461/00001-66 OBJETO: A melhoria da qualidade do atendimento especializado prestado pela OSC celebrante as pessoas portadoras de deficiência ou necessidades especiais, conforme detalhado no Plano de Trabalho anexo ao instrumento e indissociável do mesmo.
Valor: R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)
FUNDAMENTO LEGAL: LEI FEDERAL Nº 13.019 de 2014 e 13.204 de 2015 bem como Decreto Municipal nº 704/2019.
Ponto Belo, 10 de março de 2025
Érica Louback da Cunha
Secretária Municipal de Assistência Social de Ponto Belo

EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO N º 02/2025 Referência: CHAMAMENTO PÚBLICO 02/2025
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PONTO BELO - ES CREDENCIADA: ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DE PONTO BELO - ES CNPJ 01.677.461/00001-66 OBJETO: A melhoria da qualidade do atendimento especializado prestado pela OSC celebrante as pessoas portadoras de deficiência ou necessidades especiais, conforme detalhado no Plano de Trabalho anexo ao instrumento e indissociável do mesmo.
Valor: R$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais)
FUNDAMENTO LEGAL: LEI FEDERAL Nº 13.019 de 2014 e 13.204 de 2015 bem como Decreto Municipal nº 704/2019.
Ponto Belo, 10 de março de 2025
Érica Louback da Cunha
Secretária Municipal de Assistência Social de Ponto Belo

Protocolo 1511967

Santa Leopoldina

Dispensa de Licitação

AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO CÓDIGO DO CIDADES: 2025.061E0700001.09.0013

O Prefeito Municipal de Santa Leopoldina/ES, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o art. 72, inciso VIII, c/c art. 75, II, ambos da Lei n.º 14.133/2021, vem através do presente **AUTORIZAR A DISPENSA DE LICITAÇÃO**, para a contratação da empresa **THAIS DE OLIVEIRA TAVARES - TLT** , inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 59.239.044/0001-11, com endereço a Rua Turquesa, nº 02 - André Carloni, Serra/ES, para serviço de manutenção e limpeza de aparelhos de ar condicionados do Núcleo de Atendimento ao Contribuinte - NAC, no valor de R$ 1.200,00 (MIL E DUZENTOS REAIS), conforme Processo Administrativo nº. 560/2025 instaurado em 10.02.2025, oriundo da Secretaria de Finanças.
Por oportuno, torno sem efeito a publicação veiculada no DOM/ES - Edição Nº 2.718, de 10 de março de 2025, página 297.

Santa Leopoldina-ES, 13 de Março de 2025.

FERNANDO CASTRO ROCHA
Prefeito Municipal

Protocolo 1512541

AVISO DE PRETENSA CONTRATAÇÃO DIRETA - DISPENSA DE LICITAÇÃO
AVISO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS DE PREÇOS PARA PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Município de Santa Leopoldina, Estado do Espírito Santo, torna público o aviso de dispensa por contratação de empresa visando à aquisição de **CAFÉ TORRADO E MOÍDO** conforme descrição contida anexo I deste aviso, com fundamento no inciso II, do artigo 75, da Lei Federal nº 14.133/2021 sob o critério de **MENOR VALOR UNITÁRIO** (menor preço por item). Os interessados em apresentar proposta de preços e/ou tomar ciência das condições/exigências técnicas, administrativas e financeiras da contratação, poderão solicitar através do e-mail licitacao@santaleopoldina.es.gov.br ou pelo telefone (27) 3940-0037. A apresentação deverá ser feita em papel timbrado com as informações da empresa (razão social, nome fantasia, CNPJ, endereço, telefone e e-mail), o descritivo do produto ofertado, marca e modelo (referência e linha), possuir validade mínima de 30 dias, estar datado além de estar assinado e carimbado e/ou com assinatura

digital válida. **O período de apresentação de propostas pelos interessados é das 00h 18 de março de 2025 às 23h59min do dia 20 de março de 2025** exclusivamente através do e-mail citado anteriormente nos termos do §3º do Art. 75 da dispositivo supracitado.
Obs: O Município de Santa Leopoldina não se responsabiliza por e-mails não encaminhados ou enviados fora dos padrões solicitados neste aviso de contratação direta.

Santa Leopoldina/ES, 14/03/2025

Mike Müller Stange
Setor Requisitante
Secretaria Municipal de Administração

ANEXO I
DESCRIÇÃO DO ITEM E CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO

Item	Qtde	Und	Descrição
01	200	kg	CAFÉ PARA PREPARO NO COADOR, TORRADO E MOÍDO DE 1ª QUALIDADE, COMPLEMENTO: ACONDICIONAMENTO PARA ENTREGA: EMBALAGEM A ALTO VÁCUO (OU VÁCUO TOTAL) EM SACO DE FILME PLÁSTICO OU ALUMINIZADO INTERNAMENTE, LACRADO, SEM APRESENTAR SINAIS DE VIOLAÇÃO, PODENDO SER ENTREGUE EM PACOTES DE 250G OU 500G, CONTENDO, NO MÍNIMO, AS SEGUINTES INFORMAÇÕES IMPRESSAS DIRETAMENTE NA EMBALAGEM: DATA DE FABRICAÇÃO, VALIDADE DO PRODUTO, NOME DO FABRICANTE, ENDEREÇO, REGISTRO DO ÓRGÃO COMPETENTE. BLEND: NA COMPOSIÇÃO NÃO PODERÁ HAVER PERCENTUAL DE GRÃOS PRETOS, VERDES E ARDIDOS QUE COMPROMETA A QUALIDADE GLOBAL ESPECIFICADA; LIVRE DE BEBIDA RIO E BEBIDA RIO ZONA; DEVERÁ POSSUIR AROMA CARACTERÍSTICO DE CAFÉ, DE SUAVE A INTENSO, AMARGOR DE LEVE A MODERADO, ACIDEZ BAIXA, CORPO MÉDIO OU ENCORPADO; DEVERÁ TER UM NIVEL MÍNIMO DE QUALIDADE CORRESPONDENTE A “6 PONTOS” DE QUALIDADE GLOBAL DA BEBIBAM, NA ESCALA SENSORIAL DE 0 A 10 PONTOS, COMPROVADO PELA APRESENTAÇÃO DE LAUDO DE ANÁLISE SENSORIAL EMITIDO POR LABORATÓRIO ESPECIALIZADO OU SELO SUPERIOR, VÁLIDO E CERTIFICADO NO PQC (PROGRAMA DE QUALIDADE DO CAFÉ) DA ABIC (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRO DA INSDUSTRIA DE CAFÉ) VALIDADE MÍNIMA [MESES]: 12 MESES DA DATA DE FABRICAÇÃO E 10 MESES DA DATA DE ENTREGA DO PRODUTO

- O produto deverá ser entregue no prazo máximo de 05 (cinco) dias após a emissão da autorização de fornecimento (AF);
- O produto deverá ser entregue no Almoxarifado Geral da Prefeitura Municipal de Santa Leopoldina, Rua Reginaldo Terra, 936, Centro, Santa Leopoldina-ES;
- Os custos de entrega e sua total responsabilidade serão do FORNECEDOR (contratado).

Protocolo 1512801

Santa Maria de Jetibá

Adjudicação e/ou Homologação

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá-ES **ADJUDICA** e **HOMOLOGA o Pregão Eletrônico Nº 000015/2025-SRP.CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO CIDADES: 2025.062E0500001.02.0003.** Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE USO MÉDICO HOSPITALAR, ODONTOLÓGICOS, DENTRE OUTROS E AQUISIÇÃO DE PEÇAS E INSUMOS, conforme descrições contidas nos anexos e demais condições do Edital de Pregão Eletrônico nº 000015/2025 e seus anexos. **Processo 2025-QTHH9.** Aos quatorze dias do mês de março de dois mil e vinte e cinco, foi ADJUDICADO o objeto do Pregão Eletrônico nº 000015/2025 à(s) empresa(s) licitante(s) vencedora(s) **HOSPCLIN SOLUÇÕES CLINICAS, sociedade empresária limitada, com inscrição no CNPJ sob o nº 19.682.450/0001-30, com sede na Rua GENERAL OSORIO, 127 - centro - Vitória - ES - Brasil - CEP: 29010035 EDIF A GAZETA SALA 1107 , vencedora no(s) lote(s) 1, 2 no valor total de R$ 642.799,00 (seiscentos e quarenta e dois mil, setecentos e noventa e nove reais)**, para a celebração da(s) Ata(s).

RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá

CARLOS ALBERTO JARSKE
Secretário de Saúde e Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Protocolo 1512360

Ata de Registro de Preço

RESUMO DE ATA(s) DE REGISTRO DE PREÇOS Processo 2025-493MC.
CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO CIDADES: 2025.062E0700001.02.0004.
MODALIDADE: Pregão Eletrônico Nº 000012/2025- SRP.
VIGÊNCIA DA ATA: 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
GERENCIADOR: Município de Santa Maria de Jetibá/ES - CNPJ: nº. 36.388.445/0001-38.
N.º DA ATA: 000020/2025.
FORNECEDOR: SERTAO GAS COMERCIO LTDA - CNPJ: 26.765.193/0001-65.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL E GÁS DE PETRÓLEO LIQUEFEITO,

CONFORME DESCRIÇÕES CONTIDAS NO ANEXO DA ATA.
Valor: R$ 318.270,23.
RONAN ZOCOLOTO SOUZA DUTRA
Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá
SARIANNA GAVA WOELFFEL PIENEGONDA
Secretária de Trabalho, Desenvolvimento e Assistência Social
VINICIUS HENRIQUE PINHO RUDIO
Secretário de Administração
MARCILEIDE STUHR
Secretária de Educação
CARLOS ALBERTO JARSKE
Secretário de Saúde e Gestor do Fundo Municipal de Saúde

Protocolo 1511984

São Domingos do Norte

Resultado de Licitação

RESULTADO DA LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 01/2025 FMS
PROCESSO Nº 6708/2024
ID CIDADES: 2025.064E0500006.01.0001
O MUNICÍPIO DE São Domingos do Norte/ES por meio do Agente de Contratação e da Comissão de apoio, designados através da Portaria nº 8.904/2025, torna público o resultado da Licitação, adjudicado e homologado pela Autoridade Competente. Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia para promover a reforma da **ESF** "**FRANCISCO ARAGÃO**" localizada na Rodovia Gether Lopes de Farias, Bairro Niterói, do Município de São Domingos do Norte/ES. Tudo conforme proposta e planilhas que seguem em anexo. Integram este estudo, como se dele fizessem parte, todos os elementos técnicos indispensáveis à caracterização do objeto. Tudo conforme Projeto Básico de Engenharia composto de Memorial Descritivo, desenhos e demais informações constantes nos anexos do edital . Para atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de São Domingos do Norte. Critério de Julgamento: menor preço. Fundamentação legal: Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Decreto Municipal nº 2.099/2024, Lei Complementar nº 123/2006 com as alterações que lhe sucederam. EMPRESA VENCEDORA: **JRS CONSTRUTORA E SERVICOS LTDA** no **lote 1** de, no valor global de **R$ 113.500,00** (cento e treze mil e quinhentos reais).

São Domingos do Norte /ES, 14 de março de 2025.

Jardel P. Lopes Chodacki
Agente de Contratação
Portaria 8.747/2024

Protocolo 1512588

Dispensa de Licitação

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo nº 1146/2025 - FMS

A Secretaria Municipal de Saude do Município de São Domingos do Norte, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialidades a Lei Federal n°14.133/21, amparada no parecer exarado pela Procuradoria Jurídica, resolve Autorizar a contratação nos seguintes termos: Dispensa de Licitação, com fundamento no art.75, inciso II, da Lei Federal n°14.133/21. Ratifico à dispensa de licitação nº 03/2025 - FMS, para contratar a empresa : **Irmãos Ferrari B&V Ltda** no valor total de R$ 37.502,40 (trinta e sete mil, quinhentos e dois reais e quarenta centavos). Referente a aquisição de leite e suplemento alimentar visando atender a Secretaria Municipal de Saúde.São Domingos do Norte-ES, 14 de março de 2025.
MARTA MARTINS SOSSAI
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Protocolo 1512692

Inexigibilidade de Licitação

RATIFICAÇÃO DO ATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo nº 1377/20254 - SEMUR

A Prefeita do Município de São Domingos do Norte, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialidades a Lei Federal n°14.133/21, amparado no parecer exarado pela Procuradoria Jurídica, resolve Autorizar a contratação nos seguintes termos: Inexigibilidade de Licitação, com fundamento no art.74, inciso I, da Lei Federal n°14.133/21. Ratifico à inexigibilidade de licitação **nº 01/2025-SEMUR**, para contratar a empresa : **EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA SA** no valor total de R$ 75.315,86 (setenta e cinco mil trezentos e quinze reais e oitenta e seis). Referente a Contratação de empresa especializada para realização de serviço de extensão de rede elétrica no Córrego Morobá. São Domingos do Norte-ES, 14 de março de 2025.
ANA IZABEL MALACARNE DE OLIVEIRA
PREFEITA MUNICIPAL

Protocolo 1512929

São Gabriel da Palha

Aviso de Licitação

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 009/2025

DATA DE ABERTURA: 01/04/2024 às 13 h.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de transporte sanitário eletivo (transporte de pacientes) por quilômetro rodado, através de veículo automotor do tipo ônibus, atendendo ao período de 01 (um) ano, para suprir a demanda da Secretaria Municipal de Saúde. O edital poderá ser retirado no site **www.saogabriel.es.gov.br** ou **www.portaldecompraspublicas.com.br.** Demais informações pelo telefone 00 XX 27 3727-1366, ramal 362.

São Gabriel da Palha, em 17/03/2025.
ERLITON DE MELLO BRAZ
Pregoeiro Oficial

Protocolo 1512401

Inexigibilidade de Licitação

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 006/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001755/2025

Considerando estarem presentes os pressupostos administrativos da legislação que regem a matéria, RATIFICO a contratação por **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, Parecer n. 0205/PGM/2025, com fundamento no art. 74, III da Lei 14.133/2021, em favor da empresa CARTÓRIO DO 1 OFICIO DA COMARCA DE SÃO GABRIEL DA PALHA, inscrito no CNPJ nº 33.103.601/0001-89, cujo objeto é a Contratação de empresa Registro dos Conselhos Escolares Edição 2024-2025 das Unidades Escolares CMEI Pequeno Príncipe, CMEI Vovó Zefa, PEM Chapeuzinho Vermelho, CMEI Mercedes Gomes e EMEF Maria Celeste da Rede Municipal de Ensino para realização dos serviços de análise documental e registro em cartório, no valor de R$ 2.263,36 (Dois mil, duzentos e sessenta e três reais e trinta e seis centavos); despesa que irá correr pela seguinte Dotação Orçamentária: Ficha 616 - \PROJ/ATIV: 2.508 - ELEMENTO DE DESPESA: 339039999000 - FONTE: 150000250000.
E, para a eficácia dos atos, DETERMINO que a presente ratificação e autorização sejam publicadas no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Espírito Santo, conforme prevê o art. 72, § único, da Lei n° 14.133/2021.
São Gabriel da Palha, em 14 de março de 2025.
Tiago Rocha
Prefeito Municipal

Protocolo 1512523

Adjudicação e/ou Homologação

PROCESSO Nº 008890/2024

ASSUNTO: TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO ELETRÔNICO

ENDEREÇAMENTO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

TIAGO ROCHA, Prefeito de São Gabriel da Palha, do Estado do Espírito Santo, no uso de atribuições legais,

RESOLVE:

Com fundamento na lei 14.133/2021, e conforme o que consta do Processo nº 8890/2024, **HOMOLOGAR** o procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico Nº 001/2025 de 12/03/2025, com critério de julgamento Menor Preço, cujo o objeto é a Constituição de Ata de Registro de Preços, para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios (café e açúcar) e material de consumo, para atendimento as necessidades administrativas da Prefeitura Municipal de São Gabriel da Palha, de acordo com o Termo de Referência constante no processo, e adjudicar o objeto, em favor da empresa: **MERCEARIA AGP LTDA.** com o valor de R$ 12.240,00 (doze mil duzentos e quarenta reais), **NVEW SOLUÇÕES LTDA.** com o valor de R$ 3.737,70 (três mil setecentos e trinta e sete reais e setenta centavos), **58.592.912 PETERSON STIEG LEMES** com o valor de R$ 5.550,00 (cinco mil quinhentos e cinquenta reais), **COOPERATIVA AGRÁRIA DOS CAFEICULTORES DE SÃO GABRIEL - COOABRIEL** com o valor de R$ 74.975,00 (setenta e quatro mil novecentos e setenta e cinco reais), **HERO COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.** com o valor de R$ 579,00 (quinhentos e setenta e nove reais).

São Gabriel da Palha-ES, 13 de março de 2025.

TIAGO ROCHA
Prefeito Municipal

Protocolo 1512136

São Roque do Canaã

Dispensa de Licitação

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0003/2025

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0209/2025)

O **MUNICÍPIO DE SÃO ROQUE DO CANAÃ - ESTADO DO ESPIRITO SANTO**, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Lourenço Roldi, n°88, inscrita no CNPJ sob o n° 01.612.865/0001-71, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, torna público que tem interesse em obter propostas adicionais de eventuais proponentes que se enquadrem no ramo de atividade do objeto pretendido, nos termos do art. 75, §3º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, para a realização de contratação direta - DISPENSA DE LICITAÇÃO, objetivando a aquisição de monitores multiparamétricos, de acordo com as especificações mínimas e condições descritas no edital de aviso dispensa de licitação nº 0003/2025 e seus anexos.

As propostas adicionais serão recebidas de **07h30 do dia 18/03/2025, até o dia 20/03/2025 às 16h30.**

O Edital do aviso de dispensa de licitação completo e seus anexos encontram-se disponíveis:

a) Gratuitamente no site da Prefeitura: *www.saoroquedocanaa.es.gov.br.*
b) Para consulta gratuita na Sala do Setor de Compras da Prefeitura Municipal de São Roque do Canaã, situada na Rua Lourenço Roldi, Nº 88, São Roquinho, São Roque do Canaã/ES.

São Roque do Canaã/ES, 14 de março de 2025.

LUIZ EDUARDO SIMONASSI E FRANCO
Administrador de Compras
Decreto nº 6.776/2023

Protocolo 1512471

Venda Nova do Imigrante

Ata de Registro de Preço

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARTICIPATIVA Nº 000044/2025

FUNDAMENTAÇÃO: Lei Federal nº 14.133/21, de 01/04/2021 e suas alterações posteriores, nos termos do Procedimento de Pregão Eletrônico.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE-ES.
CONTRATADO: MOLVIMED COMERCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE INSTRUMENTOS E PRODUTOS CIRÚRGICOS LTDA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS ODONTOGICOS ATRAVÉS DE ATA PARTICIPATIVA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 119/2024, ORIUNDA DO PREGAO ELETRONICO Nº 05/2024 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 66/2024 - CONSORCIO CIM PEDRA AZUL. PROTOCOLO GED Nº 5166/2025.
CÓDIDO IDENTIFICAÇÃO CIDADES Nº 2024.501C2600009.02.0007

VALOR TOTAL: R$ 4.450,00 (quatro mil quatrocentos e cinquenta reais)

VIGÊNCIA: 13 de março de 2025 à 23 de outubro de 2025.

DATA DE ASSINATURA: 13 de março de 2025.

DALTON PERIM
Prefeito Municipal

Protocolo 1512844

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARTICIPATIVA Nº 000045/2025

FUNDAMENTAÇÃO: Lei Federal nº 14.133/21, de 01/04/2021 e suas alterações posteriores, nos termos do Procedimento de Pregão Eletrônico.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE-ES.
CONTRATADO: ENDOGERAIS EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS ODONTOGICOS ATRAVÉS DE ATA PARTICIPATIVA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 114/2024, ORIUNDA DO PREGAO ELETRONICO Nº 05/2024 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 66/2024 - CONSORCIO CIM PEDRA AZUL. PROTOCOLO GED Nº 5162/2025.
CÓDIDO IDENTIFICAÇÃO CIDADES Nº 2024.501C2600009.02.0007

VALOR TOTAL: R$ 227,60 (duzentos e vinte sete reais e sessenta centavos).

VIGÊNCIA: 13 de março de 2025 à 23 de outubro de 2025.

DATA DE ASSINATURA: 13 de março de 2025.

DALTON PERIM
Prefeito Municipal

Protocolo 1512862

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARTICIPATIVA Nº 000048/2025

FUNDAMENTAÇÃO: Lei Federal nº 14.133/21, de 01/04/2021 e suas alterações posteriores, nos termos do Procedimento de Pregão Eletrônico.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE-ES.
CONTRATADO: MCL COMERCIO E IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS ODONTOGICOS ATRAVÉS DE ATA PARTICIPATIVA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 117/2024, ORIUNDA DO PREGAO ELETRONICO Nº 05/2024 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 66/2024 - CONSORCIO CIM PEDRA AZUL. PROTOCOLO GED Nº 5164/2025.
CÓDIDO IDENTIFICAÇÃO CIDADES Nº 2024.501C2600009.02.0007

VALOR TOTAL: R$ 222,00 (duzentos e vinte e dois reais).

VIGÊNCIA: 13 de março de 2025 à 23 de outubro de 2025.

DATA DE ASSINATURA: 13 de março de 2025.

DALTON PERIM
Prefeito Municipal

Protocolo 1512915

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARTICIPATIVA Nº 000049/2025

FUNDAMENTAÇÃO: Lei Federal nº 14.133/21, de 01/04/2021 e suas alterações posteriores, nos termos do Procedimento de Pregão Eletrônico.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE-ES.
CONTRATADO: ANA JULIA MARTINS FALEIROS DE ANDRADE LTDA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS ODONTOGICOS ATRAVÉS DE ATA PARTICIPATIVA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 110/2024, ORIUNDA DO PREGAO ELETRONICO Nº 05/2024 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 66/2024 - CONSORCIO CIM PEDRA AZUL. PROTOCOLO GED Nº 5159/2025.
CÓDIDO IDENTIFICAÇÃO CIDADES Nº 2024.501C2600009.02.0007

VALOR TOTAL: R$2.121,77 (dois mil cento e vinte e um reais e setenta e sete centavos).

VIGÊNCIA: 13 de março de 2025 à 23 de outubro de 2025.

DATA DE ASSINATURA: 13 de março de 2025.

DALTON PERIM
Prefeito Municipal

Protocolo 1512931

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARTICIPATIVA Nº 000046/2025

FUNDAMENTAÇÃO: Lei Federal nº 14.133/21, de 01/04/2021 e suas alterações posteriores, nos termos do Procedimento de Pregão Eletrônico.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VENDA NOVA DO

IMIGRANTE-ES.
CONTRATADO: N. NUNES COMERCIO DISTRIBUIDOR LTDA - EPP
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E DE PAPELARIA ATRAVÉS DE ATA PARTICIPATIVA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 68/2024, ORIUNDA DO PREGAO ELETRONICO Nº 04/2024 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 48/2024 - CONSORCIO CIM PEDRA AZUL. PROTOCOLO GED Nº 4616/2025.
CÓDIDO IDENTIFICAÇÃO CIDADES Nº 2024.501C2600009.02.0006

VALOR TOTAL: R$ 390,00 (trezentos e noventa reais).

VIGÊNCIA: 13 de março de 2025 à 18 de julho de 2025.

DATA DE ASSINATURA: 13 de março de 2025.

DALTON PERIM
Prefeito Municipal

Protocolo 1512992

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARTICIPATIVA Nº 000047/2025

FUNDAMENTAÇÃO: Lei Federal nº 14.133/21, de 01/04/2021 e suas alterações posteriores, nos termos do Procedimento de Pregão Eletrônico.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE-ES.
CONTRATADO: CAMPOS DISTRIBUIDORA DE EQUIPAMENTOS LTDA
OBJETO: AQUISIÇÃO MATERIAIS DE EXPEDIENTE E DE PAPELARIA ATRAVÉS DE ATA PARTICIPATIVA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 57/2024, ORIUNDA DO PREGAO ELETRONICO Nº 04/2024 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 48/2024 - CONSORCIO CIM PEDRA AZUL. PROTOCOLO GED Nº 4609/2025.
CÓDIDO IDENTIFICAÇÃO CIDADES Nº 2024.501C2600009.02.0006

VALOR TOTAL: R$ 59,00 (cinquenta e nove reais).

VIGÊNCIA: 13 de março de 2025 à 18 de julho de 2025.

DATA DE ASSINATURA: 13 de março de 2025.

DALTON PERIM
Prefeito Municipal

Protocolo 1512999

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARTICIPATIVA Nº 000051/2025

FUNDAMENTAÇÃO: Lei Federal nº 14.133/21, de 01/04/2021 e suas alterações posteriores, nos termos do Procedimento de Pregão Eletrônico.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE-ES.
CONTRATADO: MIAMIMED PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA
OBJETO: AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS ODONTOGICOS ATRAVÉS DE ATA PARTICIPATIVA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 118/2024, ORIUNDA DO PREGAO ELETRONICO Nº 05/2024 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 66/2024 - CONSORCIO CIM PEDRA AZUL. PROTOCOLO GED Nº 6387/2025.
CÓDIDO IDENTIFICAÇÃO CIDADES Nº 2024.501C2600009.02.0007

VALOR TOTAL: R$ 11.740,00 (onze mil setencentos e quarenta reais).

VIGÊNCIA: 13 de março de 2025 à 23 de outubro de 2025.

DATA DE ASSINATURA: 13 de março de 2025.

DALTON PERIM
Prefeito Municipal

Protocolo 1513009

Viana

Ata de Registro de Preço

AVISO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 259/2024
Código CidadES: 2025.073E0700001.16.0001
O MUNICÍPIO DE VIANA/ES, torna público que fará Adesão à Ata de Registro de Preços nº 259/2024, Pregão Eletrônico nº 104/2024, Processo Administrativo nº 42.367/2024, Prefeitura Municipal de Vila Velha /ES - SEMSA, empresa fornecedora EBALMAQ COMERCIO E INFORMATICA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 27.053.735/0001-30 cujo objeto do do presente instrumento é a LOCAÇÃO DE RELÓGIOS DE PONTO BIOMÉTRICOS E COMPONENTES, INCLUINDO INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, EQUIPAMENTOS, TREINAMENTO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, no valor total de R$ 69.600,00 (sessenta e nove mil e seiscentos reais). Processo Administrativo o nº 2762/2025.

Viana/ES, 14 de março de 2025.
WANDERSON BORGHARDT BUENO
PREFEITO MUNICIPAL DE VIANA/ES

Protocolo 1512580

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 042/2025
Código CidadES nº 2024.073E0700001.02.0029

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 078/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4328/2024
Contratante: O MUNICIPIO DE VIANA/ES.
Contratada: A4 COMERCIAL LTDA.
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS A FIM DE EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO.
Valor: O valor total referente ao item 09 será no valor total de R$ 9.112,00 (nove mil cento e doze reais).
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano contados a partir do 1º dia útil subsequente ao de sua publicação em veículo de imprensa oficial do Município e poderá ser prorrogado por igual período.

Viana/ES, 06 de fevereiro de 2025.
WANDERSON BORGHARDT BUENO
PREFEITO MUNICIPAL DE VIANA/ES

Protocolo 1512592

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 043/2025
Código CidadES nº 2024.073E0700001.02.0029
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 078/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4328/2024
Contratante: O MUNICIPIO DE VIANA/ES.
Contratada: ASIS DISTRIBUIDORA LTDA.
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS A FIM DE EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO.
Valor: O valor total é de R$71.994,24 (setenta e um mil novecentos e noventa e quatro reais e vinte e quatro centavos).
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano contados a partir do 1º dia útil subsequente ao de sua publicação em veículo de imprensa oficial do Município e poderá ser prorrogado por igual período.
Viana/ES, 19 de fevereiro de 2025.
WANDERSON BORGHARDT BUENO
PREFEITO MUNICIPAL DE VIANA/ES
Protocolo 1512594

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 044/2025
Código CidadES nº 2024.073E0700001.02.0029
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 078/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4328/2024
Contratante: O MUNICIPIO DE VIANA/ES.
Contratada: CABANA MAGAZINE LTDA.
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS A FIM DE EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO.
Valor: O valor total referente ao item 04 será no valor total de R$ 19.074,00 (dezenove mil e setenta e quatro reais).
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano contados a partir do 1º dia útil subsequente ao de sua publicação em veículo de imprensa oficial do Município e poderá ser prorrogado por igual período.
Viana/ES, 06 de fevereiro de 2025.
WANDERSON BORGHARDT BUENO
PREFEITO MUNICIPAL DE VIANA/ES
Protocolo 1512596

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2025
Código CidadES nº 2024.073E0700001.02.0029
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 078/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4328/2024
Contratante: O MUNICIPIO DE VIANA/ES.
Contratada: D G DA S ARRUDA DISTRIBUIDORA.
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS A FIM DE EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO.
Valor: O valor total é de R$ 230.483,00 (duzentos e trinta mil quatrocentos e oitenta e três reais).
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano contados a partir do 1º dia útil subsequente ao de sua publicação em veículo de imprensa oficial do Município e poderá ser prorrogado por igual período.
Viana/ES, 06 de fevereiro de 2025.
WANDERSON BORGHARDT BUENO
PREFEITO MUNICIPAL DE VIANA/ES
Protocolo 1512598

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 046/2025
Código CidadES nº 2024.073E0700001.02.0029
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 078/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4328/2024
Contratante: O MUNICIPIO DE VIANA/ES.
Contratada: HIGIDEX HIGIENE E LIMPEZA LTDA.
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS A FIM DE EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO.
Valor: O valor total é de R$ 73.910,00 (setenta e três mil novecentos e dez reais).
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano contados a partir do 1º dia útil subsequente ao de sua publicação em veículo de imprensa oficial do Município e poderá ser prorrogado por igual período.
Viana/ES, 06 de fevereiro de 2025.
WANDERSON BORGHARDT BUENO
PREFEITO MUNICIPAL DE VIANA/ES
Protocolo 1512606

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 047/2025
Código CidadES nº 2024.073E0700001.02.0029
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 078/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4328/2024
Contratante: O MUNICIPIO DE VIANA/ES.
Contratada: VIPAR PRODUTOS GERAIS LTDA.
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS A FIM DE EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO.
Valor: O valor total é de R$688.462,77 (seiscentos e oitenta e oito mil quatrocentos e sessenta e dois reais e setenta e sete centavos).
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano contados a partir do 1º dia útil subsequente ao de sua publicação em veículo de imprensa oficial do Município e poderá ser prorrogado por igual período.
Viana/ES, 06 de fevereiro de 2025.
WANDERSON BORGHARDT BUENO
PREFEITO MUNICIPAL DE VIANA/ES
Protocolo 1512612

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 048/2025
Código CidadES nº 2024.073E0700001.02.0029
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 078/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4328/2024
Contratante: O MUNICIPIO DE VIANA/ES.
Contratada: VIVA BEM JACARAIPE COMERCIO E SERVIÇOS LTDA.
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS A FIM DE EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO.
Valor: O valor total é de R$ 6.986,80 (seis mil novecentos e oitenta e seis reais e oitenta centavos).
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano contados a partir do 1º dia útil subsequente ao de sua publicação em veículo de imprensa oficial do Município e poderá ser prorrogado por igual período.
Viana/ES, 06 de fevereiro de 2025.
WANDERSON BORGHARDT BUENO
PREFEITO MUNICIPAL DE VIANA/ES
Protocolo 1512613

RESUMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/2025
Código CidadES nº 2024.073E0700001.02.0029
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 078/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4328/2024
Contratante: O MUNICIPIO DE VIANA/ES.
Contratada: ZENITH SOLUCÕES E COMERCIO DE UTILIDADES LTDA.
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS A FIM DE EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ACONDICIONAMENTO.
Valor: O valor total é de R$ 22.592,80 (vinte e dois mil quinhentos e noventa e dois reais e oitenta centavos).
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano contados a partir do 1º dia útil subsequente ao de sua publicação em veículo de imprensa oficial do Município e poderá ser prorrogado por igual período.
Viana/ES, 06 de fevereiro de 2025.
WANDERSON BORGHARDT BUENO
PREFEITO MUNICIPAL DE VIANA/ES
Protocolo 1512615

Câmaras

Boa Esperança

Resultado de Licitação

RESUMO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 001/2024
Processo Administrativo nº 10.964/2025.
CONTRATANTE: Câmara Municipal de Boa Esperança/ES
CONTRATADA: RG PROVIDER LTDA ME
OBJETO: refere-se à prorrogação de vigência, da supressão parcial do objeto e do valor do contrato de prestação de serviços nº 001/2024, que versa sobre a prestação de serviços de fornecimento de 01 (um) link dedicado de internet, com velocidade de 200 (duzentos) Megabits de download e 200 Megabits de upload, com garantia mínima de 80% (oitenta por cento) da banda contratada, disponível 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, através de fibra óptica, incluindo os equipamentos e demais materiais necessários. O serviço deverá disponibilizar 01 (um) IP válido e fixo, que poderá ser compartilhado por todas as estações de trabalho da CONTRATANTE, interligadas em rede ao servidor de internet instalado no endereço do Poder Legislativo deste Município, conforme termo de referência discriminado nos autos do Processo nº 10.608/2024.
VIGÊNCIA: 12 meses, de 28 de março de 2025 a 27 de março de 2026.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

PROJETO ATIVIDADE	CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA
2.001 MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E LEGISLATIVAS	3.3.90.40.00 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA

Boa Esperança/ES, 11 de março de 2025.
JOSETH DO LIVRAMENTO AREIA
Presidente
Protocolo 1511983

Governador Lindenberg

Dispensa de Licitação

RESUMO DO CONTRATO 003/2024
DISPENSA DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº: 0008/2025
CONTRATANTE: Câmara Municipal de Governador Lindenberg - CMGL
CONTRATADA: Claudio Vinicius de Oliveira ME
OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção, instalação e configuração dos computadores e impressoras desta Câmara Municipal durante o exercício de 2025.
VALOR DO CONTRATO: 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais)
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses
DOT. ORÇAMENTARIA: 33904000000
Governador Lindenberg-ES, 07.03.2025

JOSÉ CARLOS FINCO MARIANELLI
Presidente da Câmara Municipal
Protocolo 1511975

Inexigibilidade de Licitação

RESUMO DO CONTRATO 002/2024
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº: 0069/2025
CONTRATANTE: Câmara Municipal de Governador Lindenberg - CMGL
CONTRATADA: Actuar Contabilidade Consultoria e Assessoria LTDA ME.
OBJETO: Assessoramento Contábil.
VALOR DO CONTRATO: 16.000,00 (dezesseis mil reais)
VIGÊNCIA: 04 (quatro) meses
DOT. ORÇAMENTARIA: 33903500000
Governador Lindenberg-ES, 07.03.2024

JOSÉ CARLOS FINCO MARIANELLI
Presidente da Câmara Municipal
Protocolo 1511978

Guaçuí

Dispensa de Licitação

CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÇUÍ

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO FÍSICA Nº 014/2025
"*PREFERENCIALMENTE*" A MICROEMPRESA E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE SEDIADAS LOCAL OU REGIONAL.

PROCESSO ADM. Nº 014/2025
ID CIDADES/TCEES: 2025.027L0200001.09.0008

A Câmara Municipal de Guaçuí-ES, por meio do Agente de Contratação, torna público, de acordo com as disposições contidas no Decreto Legislativo

nº 688/2024 - *DISPENSA DE LICITAÇÃO FÍSICA*, do tipo MENOR PREÇO ITEM POR ITEM, objetivando a "**aquisição de materiais de consumo necessários à manutenção das atividades cotidianas da Câmara Municipal de Guaçuí-ES abrangendo alimentos, produtos de higiene, materiais de cozinha e itens de copa cozinha**", para atender as necessidades da Câmara Municipal de Guaçuí-ES.
As propostas deveram ser apresentadas de forma presencial ou via email através do endereço: propostas@cmguacui.es.gov.br

O início de recebimento das propostas será à partir das 08h30min do dia 17/03/2025 e o fim do recebimento será até às 17h00min do dia 19/03/2025.

A abertura dos envelopes terá início às 09h00min do dia 20/03/2025, na sede da Câmara Municipal de Guaçuí.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitação, no horário de 08h às 11h e das 13h às 17h, de segunda a quinta-feira, sendo que na sexta-feira até às 16h na sede da Câmara Municipal de Guaçuí - Praça João Acacinho, 02, centro, Guaçuí-ES, pelo e-mail suporte@cmguacui.es.gov.br .

Guaçuí-ES, 14 de março de 2025.
Márcia Cristina de Oliveira Silva
Agente de Contratação

Protocolo 1512563

Itaguaçu

Dispensa de Licitação

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Câmara Municipal de Itaguaçu/ES, de acordo com a Lei nº 14.133/2021 torna público que no dia 14 de março de 2025, estará aberta a possibilidade de envio de orçamentos por fornecedores interessados para o objeto descrito abaixo. Informações complementares poderão ser obtidas pelo telefone: (27) 3725-1255 ou pelo e-mail: cmitaguacu@hotmail.com

Dados da Contratação
Amparo legal: Art. 75, Inciso II, da Lei 14.133/2021.
Objeto: contratação de empresa especializada para prestação de serviço de telefonia STFC, PABX em Nuvem, portabilidade de Linha e Aluguel de Aparelho IP fixo, para ser utilizada pela Câmara Municipal de Itaguaçu/ES

Data de início de recebimento de proposta: 14/03/2025

Data final de recebimento de proposta: 18/03/2025

E-mail para envio de proposta: cmitaguacu@hotmail.com

Protocolo 1512491

Ponto Belo

Dispensa de Licitação

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
DISPENSA Nº 0003/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0003/2025
ID CIDADES: 2025.057L0200001.09.0003
CÂMARA MUNICIPAL DE PONTO BELO, ESTADO DO ESPIRITO SANTO, torna público a Ratificação de Dispensa de Licitação nº 003/2025, que gerou o Contrato nº 002/2025, cujo objeto é contratação de empresa para aquisição parcelada de Lanches e Produtos de Panificação, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Ponto Belo, no exercício financeiro de 2025. Conforme especificações contidas no Termo Referencia que compõe o processo, de acordo com o Processo Administração nº 0003/2025, nos termos disposto na Lei 14.133/2021; Art. 75, no inciso I, atualizado pelo DECRETO Nº DECRETO Nº 12.343/2024 e em consonância com o Parecer Jurídico acostado aos autos. **VENCEDOR CONTRATADO: JAIR ALVES MACIEL, inscrito no CNPJ Nº 05.685.566/0001-18, VALOR GLOBAL, R$ 23.000,00 (Vinte e Três Mil Reais).**

Ponto Belo - ES, 12 de março de 2025.
Rubens Alves de Oliveira
Agente de Contratação CPMB

Ilza Mendes Rocha
Presidente da CMPB

Protocolo 1512901

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
DISPENSA Nº 006/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00006/2025
ID CIDADES: 2025.057L0200001.09.0006
CÂMARA MUNICIPAL DE PONTO BELO, ESTADO DO ESPIRITO SANTO, torna público a Ratificação de Dispensa de Licitação nº 006/2025, que gerou o Contrato nº 003/2025 cujo objeto é contratação de empresa para prestação de serviço relativo provimento de acesso à internet fornecendo 01 (um) ponto de internet, com no mínimo 250 MB (duzentos e cinquenta) Megabit, de velocidade, e o ponto deverá ser acompanhado de roteador com tecnologia Dual Band AC 1200 (2.4/5GHZ GIGABIT) fornecido pela empresa contratada, durante o ano de 2025. Conforme especificações contidas no Termo Referencial que compõe o processo, de acordo com o Processo Administrativo nº 006/2025, nos termos disposto no inciso II, Art. 72 da Lei 14.133/2021; Art. 75, no inciso II, atualizado pelo DECRETO Nº 11.317, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2022 e em consonância com o Parecer Jurídico acostado aos autos. CONTRATADA: SSNET TELECOM EIRELI ME, inscrita no CNPJ nº 13.422.030/0001-38, **VALOR ESTIMADO GLOBAL**, R$ 2.340,00 (dois mil trezentos e quarenta reais). No período de 12 (doze) meses.

Ponto Belo - ES, 12 de março de 2025.
Rubens Alves de Oliveira
Agente de Contratação CPMB

Ilza Mendes Rocha
Presidente da CMPB

Protocolo 1512921

Santa Leopoldina

Dispensa de Licitação

AVISO DE PRETENSA CONTRATAÇÃO DIRETA
- DISPENSA DE LICITAÇÃO 005/2025 -
PROCESSO Nº 051/2025.

AVISO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS DE PREÇOS PARA PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO.
A Câmara Municipal de Santa Leopoldina, Estado do Espírito Santo, torna público o aviso para a aquisição de passagens aéreas nacionais, com prestação de serviços de emissão, remarcação, cancelamento, endosso e reembolso (quando aplicável), destinadas ao deslocamento de vereadores da Câmara Municipal de Santa Leopoldina para a cidade de Brasília/DF, no mês de março de 2025, com base na Lei nº 14.133/2021.
Os interessados em apresentar proposta de preços e/ou tomar ciência das condições/exigências técnicas, administrativas e financeiras da contratação, poderão acessar o processo completo no sítio eletrônico da Câmara Municipal de Santa Leopoldina, https://www.santaleopoldina.es.leg.br/, ou solicitar através do e-mail para camara@santaleopoldina.es.leg.br.
O período de apresentação de propostas aos interessados é de 17 de março de 2025 à 19 de março de 2025.

Mais informações podem ser obtidas pelo telefone https://wa.me/2732661064 **(whatsApp).**

Santa Leopoldina/ES, 17 de março de 2025.

VINÍCIUS FONSECA LEÃO
Agente de Contratação

Protocolo 1512500

São Domingos do Norte

Dispensa de Licitação

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2025

A Câmara Municipal de São Domingos do Norte -ES, pelas razões expostas no Processo Administrativo nº 005/2025, torna público a **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, com fulcro no artigo 75, II, da Lei nº 14.133/2021, para contratação da empresa **DIGITAL SOLUÇÕES LTDA ME - CNPJ Nº 03.928.675/0001-93**, objetivando a Contratação de empresa especializada para Prestação de serviços técnicos na área de Tecnologia da Informação (TI), incluindo assessoria, consultoria e suporte, além da manutenção preventiva e corretiva de 11 (onze) computadores, sendo 01 (um) servidor e 02 (dois) notebooks, e manutenção preventiva e corretiva do sistema de videomonitoramento, que consiste em 01 (uma) central e 09 (nove) câmeras visando atender às necessidades do Poder Legislativo, no valor global de **R$ 19.440,00 (dezenove mil, quatrocentos e quarenta reais)**.

São Domingos do Norte/ES, 14 de março de 2025
Camila Zonta Zorzanelli
Agente de Contratação

Protocolo 1512395

Vila Pavão

Aviso de Licitação

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 007/2025
ID CIDADES: 2025.074L0200001.09.0006
PROCESSO ELETRONICO N.º 046/2025

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART. N.º 75, INCISO II DA LEI N.º 14.133/2021

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Vila Pavão - ES

OBJETO: Aquisição de material de consumo de uso imediato para atendimento das necessidades administrativas da Câmara Municipal de Vila Pavão.

QUANTIDADE: Conforme o Termo de Referência; PERÍODO DAS PROPOSTAS: 14/03/2025 à 21/03/2025; Termo de Referência, e demais informações referentes a Dispensa de licitação nº 007/2025 podem ser acessadas no site da Câmara Municipal de Vila Pavão-ES, no link: https://s3.amazonaws.com/el.com.br/portal/uploads/12628/documentos/862/1ef0398ff8d7b41f3ddb3a52b51c9b81.pdf

As propostas deverão ser encaminhadas para o endereço de e-mail: licitacao@camaravilapavao.es.gov.br, ou apresentadas presencialmente no setor de Compras e Licitações da Câmara Municipal.

Vila Pavão-ES, 14 (quatorze) de Março de 2025 (Dois mil e vinte e cinco).

PAULO RICARDO TRESSMANN
Agente de contratação

Protocolo 1512024

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 008/2025
ID CIDADES: 2025.074L0200001.09.0007
PROCESSO ELETRONICO N.º 047/2025

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART. N.º 75, INCISO II DA LEI N.º 14.133/2021

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Vila Pavão - ES

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de remoção de película/insulfilm, bem como fornecimento e instalação de nova película de proteção solar para vidros externos da sede da Câmara Municipal de Vila Pavão.

QUANTIDADE: Conforme o Termo de Referência; PERÍODO DAS PROPOSTAS: 14/03/2025 à 21/03/2025; Termo de Referência, e demais informações referentes a Dispensa de licitação

nº 008/2025 podem ser acessadas no site da Câmara Municipal de Vila Pavão-ES, no link: https://s3.amazonaws.com/el.com.br/portal/uploads/12628/documentos/862/e821f76a34499df355aa71eadb36cf16.pdf

As propostas deverão ser encaminhadas para o endereço de e-mail: licitacao@camaravilapavao.es.gov.br, ou apresentadas presencialmente no setor de Compras e Licitações da Câmara Municipal.

Vila Pavão-ES, 14 (quatorze) de Março de 2025 (Dois mil e vinte e cinco).

PAULO RICARDO TRESSMANN
Agente de contratação

Protocolo 1512246

Adjudicação e/ou Homologação

TERMO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2025
PROCESSO ELETRONICO N.º 003/2025
ID CIDADES: 2025.074L0200001.09.0002

A Câmara Municipal de Vila Pavão - ES, torna público para conhecimento dos interessados, que em conformidade com a Legislação pertinente, RATIFICA A CONTRATAÇÃO DIRETA, com fundamento no Art. 75, inciso II, da Lei n.º 14.133/21, em favor da empresa: JUAREZ PEREIRA BARBOSA - MEI inscrita no CNPJ: CNPJ: 13.458.550/0001-09, tem por objeto a contratação de empresa especializada em confecção, instalação e remoção de adesivos digitais/recortes aplicados em datas comemorativas na fachada da Câmara Municipal de Vila Pavão/ES no exercício de 2025, conforme justificativas no Processo eletrônico n.º 003/2025, Dispensa de Licitação nº 002/2025. Valor: R$ 3.450,00 (três mil quatrocentos e cinquenta reais).

Ato contínuo encaminhe-se o presente processo de dispensa de licitação para empenho da despesa. Publique-se.

Vila Pavão/ES, 14 (quatorze) de março de 2025 (Dois mil e vinte e cinco).

JADISMAR ALVES DE MACEDO
Presidente CMVP/ES

Protocolo 1512229

Entidades Municipais

Fundo Municipal de Saúde de Nova Venécia

Dispensa de Licitação

PREFEITURA DE NOVA VENÉCIA

PROCESSO Nº 610240/2025
DISPENSA Nº 005/2025

CÓDIGO CIDADES Nº 2025.052E0500001.09.0008

Reconheço a presença dos requisitos configuradores da dispensa emergencial, pelos fundamentos já expostos nos autos e RATIFICO os atos praticados no processo de dispensa de licitação nº 005/2025 e autorizo a contratação direta em caráter emergencial de empresa especializada para prestação de serviços de locação de veículos automotores, incluindo manutenção mecânica, elétrica e substituição de pneus, inclusive seguro, sem motorista, para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Nova Venécia/ES até 31/12/2025, conforme estabelecido no artigo 75, inciso VIII da Lei nº 14.133/21, em nome do VIAÇÃO SÃO LUIZ LTDA, CNPJ nº 04.222.081/0001-25.

Valor estimado da Dispensa:
R$ 300.000,00 (trezentos mil reais).

Nova Venécia, 14/03/2025.
CELSO RUELA ALBINO
Gestor do Fundo Municipal de Saúde
Secretário Municipal de Saúde

Protocolo 1512338

Fundo Municipal de Saúde de Santa Teresa

Inexigibilidade de Licitação

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

CÓDIGO CIDADES CONTRATAÇÕES - 2025.063E0500001.10.0006

A **Secretária Municipal de Saúde de Santa Teresa**, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições Legais e,
Considerando a necessidade de Contratação de empresa especializada na realização dos serviços de sistema de monitoramento de mosquitos adultos, vetores de dengue, zika virus e chikungunya, por meio de armadilhas georeferenciadas, com análises virológicas
Considerando a previsão orçamentária na LOA vigente e a existência de saldo orçamentário conforme atestado pelo setor competente;
Considerando a proposta comercial e demais documentos da empresa escolhida em apenso aos autos;
Considerando a justificativa de contratação e o Parecer Jurídico ambos em apenso aos autos;

Resolve:

I - Reconhecer a inexigibilidade de licitação, com fundamento no inciso I, art. 74, da Lei 14.133/2021, determinando a contratação com a empresa ECOVEC COMERCIO E LICENCIAMENTO DE TECNOLOGIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º 05.336.545/0001-97, pelo valor global de R$ 25.869,24 (vinte e cinco mil oitocentos e sessenta e nove reais e vinte e quatro centavos).
II - Com base nas informações constantes nos autos do 002193/2025, e, considerando que foram observados os prazos processuais, HOMOLOGO, nos termos do artigo 17, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021, o presente procedimento de inexigibilidade de licitação.

III - Determinar ao setor competente que proceda a publicação da presente homologação no Diário Oficial dos Municípios do Espírito Santo e no Portal Nacional de Contratações Públicas, bem como que prepare o instrumento de contrato, se for necessário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Santa Teresa - ES, 14 de março de 2025.

Sigrid Kerckhoff Stuhr
Secretária Municipal de Saúde
Protocolo 1512048

Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Alfredo Chaves

Dispensa de Licitação

SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE ALFREDO CHAVES/ES

TERMO DE DISPENSA - 009/2025

A Gerência de Apoio Administrativo do Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE do Município de Alfredo Chaves, com fulcro no **art. 75**, **inciso II**, **da Lei nº 14.133/2021**, bem como no parecer jurídico, conclui pela **DISPENSA DE LICITAÇÃO** para fornecimento de gêneros alimentícios, materiais de limpeza e higiene e outros, no valor global de **R$ 25.039,70 (vinte cinco mil trinta e nove reais e setenta centavos)**, conforme: **ID CidadES/ Contratação nº 2025.005E0100001.09.0009.**

Alfredo Chaves/ES, em 13 de março de 2025.

ERINEA PINTO DA VICTORIA SEZINI
Gerente de Apoio Administrativo
Portaria n°006/2025

RATIFICO o ato de Dispensa de Licitação com base no **art. 75**, **inciso II**, **da Lei nº 14.133/2021**, para contratação da empresa **COOPERATIVA DE LATICINIOS DE ALFREDO CHAVES - CLAC**, para fornecimento de gêneros alimentícios, materiais de limpeza e higiene e outros, no valor global de **R$ 25.039,70 (vinte cinco mil trinta e nove reais e setenta centavos)**, conforme: **ID CidadES/ Contratação nº 2025.005E0100001.09.0009.**

Alfredo Chaves/ES, em 13 de março de 2025.
ALEXANDRE ELIAS ABOUMRADE
Diretor Geral
Decreto Municipal n° 0018-N/2025
Protocolo 1511957

SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE ALFREDO CHAVES-ES
EXTRATO DO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 009/2025
PROCESSO Nº 0071/2025

1 - OBJETO:
Contratação de empresa para fornecimento de gêneros alimentícios, materiais de limpeza e higiene e outros, para atender as demandas do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Alfredo Chaves - SAAE/ES.
1.1 - ORIGEM: Gerência de Apoio Administrativo
1.2 - RESPONSÁVEL: Erinea Pinto da Victoria Sezini
1.3 - PERÍODO/VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2025.
2 - FORNECEDORES:
2.1 **COOPERATIVA DE LATICINIOS DE ALFREDO CHAVES - CLAC - CNPJ: 31.707.409/0002-57**
ENDEREÇO: Av. Getúlio Vargas, nº 190-A, Ouro Branco, Alfredo Chaves/ES, Cep.: 29.240-000.
VALOR: R$ 25.039,70 (vinte e cinco mil e trinta e nove reais e setenta centavos).

GENEROS ALIMENTÍCIOS					
ITEM	QTDE.	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR TOTAL (R$)
01	300	Und	Pó de Café pct. 500gr	R$ 24,98	R$ 7.494,00
02	200	Pct	Açúcar Cristal pct 02kg	R$ 8,25	R$ 1.650,00
03	200	Und	Margarina pote 500gr	R$ 9,45	R$ 1.890,00
04	100	CX	Biscoito sal tipo cream cracker	R$ 21,99	R$ 2.199,00
05	50	CX	Biscoito doce tipo maisena	R$ 21,99	R$ 1.099,50
VALOR TOTAL					R$ 14.332,50

MATERIAIS DE LIMPEZA					
ITEM	QTDE.	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR TOTAL (R$)
01	100	Und	Detergente liquido 500ml	R$ 2,99	R$ 299,00
02	100	Rolos	Saco para lixo 100l	R$ 14,45	R$ 1.445,00
03	100	Rolos	Saco para lixo 15l	R$ 12,45	R$ 1.245,00
04	10	Und	Vassoura aço, cabo madeira nº 05	R$ 21,99	R$ 219,90
05	50	Und	Sabão em pó embalagem 500gr	R$ 6,89	R$ 344,50
06	100	Und	Desinfetante liquido embalagem 1l	R$ 5,99	R$ 599,00
07	20	Pct	Esponja para pia dupla face embalagem c/ 04 un	R$ 4,99	R$ 99,80
Valor Total					R$ 4.252,20

MATERIAIS DE HIGIENE					
ITEM	QTDE.	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR TOTAL (R$)
01	100	Pct	Papel higiênico dupla face, rolo com 30 metros embalagem com 12un	R$ 19,45	R$ 1.945,00
02	100	Pct	Papel higiênico folha simples, rolo c/ 30m embalagem c/ 04un.	R$ 4,89	R$ 489,00
03	40	Und	Álcool 70% - 1l	R$ 7,89	R$ 315,60
Valor Total					R$ 2.749,60

MATERIAIS DE CONSUMO					
ITEM	QTDE.	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R$)	VALOR TOTAL (R$)
01	100	Pct	Copos Descartáveis 200ml	R$ 6,85	R$ 685,00
02	100	Und	Filtro de papel 103, embalagem com 30 filtros	R$ 5,67	R$ 567,00
03	60	Und	Papel toalha, embalagem com 02un.	R$ 5,14	R$ 308,40
04	100	Pct	Papel Toalha Interfolhado para mãos	R$ 21,45	R$ 2.145,00
Valor Total					R$ 3.705,40

Valor Total da Dispensa de Licitação n° 009/2025: R$ 25.039,70 (vinte cinco mil trinta e nove reais e setenta centavos.

3 - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:
Enquadramento: art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.
4 - JUSTIFICATIVA / MOTIVAÇÃO:
O SAAE/ES desempenha um papel fundamental na prestação de serviços públicos essenciais de abastecimento de água e tratamento de esgoto, exigindo condições adequadas de trabalho para seus servidores e colaboradores. Dessa forma, a aquisição de gêneros alimentícios e materiais de limpeza e higiene se faz necessária para garantir o adequado funcionamento da instituição, proporcionando um ambiente salubre e organizado.
A aquisição dos suprimentos permitirá:
- Melhorar as condições de trabalho e bem-estar dos servidores;
- Garantir um ambiente limpo e higiênico nas instalações do SAAE/ES;
- Assegurar a continuidade e a qualidade dos serviços prestados à população;
- Prevenir riscos sanitários e promover a saúde pública.

A ausência desses insumos pode comprometer a eficiência das atividades operacionais, impactando negativamente a rotina dos trabalhadores e, consequentemente, a prestação dos serviços essenciais à comunidade. Portanto, a contratação justifica-se pela necessidade de manter a continuidade e qualidade dos serviços oferecidos pelo SAAE/ES.
A aquisição será realizada conforme os princípios estabelecidos na Lei nº 14.133/2021, garantindo transparência, eficiência e economicidade.
Diante do exposto, justifica-se plenamente a contratação de empresa especializada para o fornecimento de gêneros alimentícios, materiais de limpeza e higiene, a fim de atender as necessidades do SAAE/ES. Essa aquisição é essencial para garantir condições adequadas de trabalho, a manutenção da qualidade dos serviços prestados à comunidade e a conformidade com as exigências sanitárias e operacionais da entidade.
A elaboração de Estudo Técnico Preliminar - ETP está dispensada nos termos do art. 14º, inc. I, da Instrução Normativa 58/2022.
5 - RECURSOS FINANCEIRO E ORÇAMENTÁRIOS:
Os recursos orçamentários estão previstos nas contas:
Fonte: Projeto/Atividade: 33903000000 - MATERIAL DE CONSUMO; FICHA 08; FONTE: 150000999. Projeto/Atividade: 160001.1712200292.155 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS DO SAAE.

6 -PRAZO E FORMA DE ENTREGA/RECEBIMENTO:
- RECEBIMENTO PROVISÓRIO: No momento da entrega e consistirá na mera contagem física, verificação da quantidade apresentada na nota fiscal e constatação quanto da integridade das embalagens, lacres, etc.
- RECEBIMENTO DEFINITIVO: deverá ocorrer em no máximo 05 (cinco) dias após o recebimento provisório.
- Os produtos deverão ter data de validade de no mínimo 250 dias a contar da data de entrega.

7 - **LOCAIS DE ENTREGA:**
Os bens deverão ser entregues no prazo de 24 (vinte e quatro) horas no SAAE, localizado na Avenida Getúlio Vargas, 1209 - Centro, Alfredo Chaves/ES, no horário de 07h30min às 11h ou das 12h às 16h30min, de segunda a sexta feira, previamente agendada, junto ao fiscal do SAAE de Alfredo Chaves.

8 - **FORMA DE PAGAMENTO:**
Em até 30(trinta) dias da entrega efetiva com as devidas condições dos produtos e Nota Fiscal acompanhada da Nota de Empenho, atestada por Fiscal do Contrato.

Alfredo Chaves/ES, 13 de março de 2025.
DANYELLE AMBROZINI CAMARGO
Agente de Contratação

Protocolo 1511969

Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Iconha

Dispensa de Licitação

DISPENSA DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 004/2025
Referente ao Processo Administrativo n.º 000021/2025.
ID CidadES: 2025.032E0100002.09.0005
Objeto: Contratação de empresa para aquisição de um motor bomba de 20cv e uma bomba centrifuga.
Considerando a necessidade da autarquia realizar investimentos que visam melhorar o funcionamento, controle operacional e gerar economias para autarquia.
Considerando o crescimento vegetativo dos bairros Jardim da ilha, Solidão, Jaracatiá e Santa Rita aumentando diretamente o consumo de água dos usuários.
Contratante: Serviço Autônomo de Água e Esgoto
CNPJ: 27.744.234/0001-08
Contratado: *FIORIN & FURLAN LTDA ME CNPJ:18.016.106/0001-49 no valor de* R$ 33.000,00 (Trinta e três mil reais).
Iconha-ES, 14 de março de 2025

Tarciso Jesus Marin
Diretor do Saae

Protocolo 1512384

Consórcio Público da Região Noroeste do Espírito Santo - CIM Noroeste -

Aviso de Licitação

REMARCA DATA: PROCESSO 264/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2025

O Consórcio Público da Região Noroeste do Estado do Espírito Santo - CIM Noroeste/ES, torna público que o certame em epígrafe, para: ***Aquisição de Materiais de Consumo (Materiais Hospitalares Injetáveis Perfurocortantes).*** Que estava suspenso para resposta a questionamentos e impugnação; estes foram devidamente respondidos e o Edital **NÃO PRECISOU** passar por ajustes. Sobre a nova data: Recebimento de propostas a partir de 17 de março de 2025. A sessão está prevista para o dia 21 de março de 2025 às 09:00 no www.portaldecompraspublicas.com.br. Tel. (27) 3745.1549.

ID: **2025.501C2600010.02.0010**
Águia Branca - ES, 14 de março de 2025.

Rodrigo Correia Bernardi
Agente de Contratação

Protocolo 1512460

Dispensa de Licitação

AUTORIZAÇÃO PARA DISPENSA - CIM NOROESTE/ES
Número do Processo Administrativo: 452/2025.
Dispensa: 14/2025.
Nome do Credor: MEDAL COMERCIO E SERVICOS LTDA.
Número CNPJ: 27.298.565/0001-53.
Endereço: Rua Santa Leopoldina, nº 08, Andar 1, Centro, Nova Venécia/ES, CEP: 29830-000.
Valor: R$ 60.800,00 (sessenta mil e oitocentos reais).
AUTORIZO a presente dispensa de licitação com fulcro no Art. 75, Inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, haja vista o fundamento constante do processo em destaque.
Águia Branca/ES, 14 de março de 2025.

AUGUSTO ASTORI FERREIRA
Presidente do CIM NOROESTE

Protocolo 1512593

Suspensão de Licitação

SUSPENDE: PROCESSO 4.351/2024 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2025

O Consórcio Público da Região Noroeste do Estado do Espírito Santo - CIM Noroeste/ES, torna pública **SUSPENSÃO** ao Edital do PE 012/2025 para: ***Futura e eventual aquisição de Material de Consumo - Medicamentos Controlados Psicotrópicos 1, em atendimento dos 15 municípios consorciados ao CIM Noroeste/ES. SUSPENDEU o certame*** que estava marcado para o dia 14 de março de 2025. Tendo em vista necessidade de análises e possíveis ajustes no instrumento convocatório. A nova data será anunciada nestes mesmos meios oficiais, assim que remarcada. Tel. (27) 3745.1549.

ID: **2025.501C2600010.02.0015**
Águia Branca - ES, 13 de março de 2025.

Rodrigo Correia Bernardi
Agente de Contratação

Protocolo 1512167

Adjudicação e/ou Homologação

RELATÓRIO DE ADJUDICAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3.192/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2024
ID CIDADES Nº: 2025.501C2600010.02.0006

O Presidente do Consórcio Público da Região Noroeste do Estado do Espírito Santo - CIM NOROESTE/ES, tendo em vista o que consta do processo **nº 3192/2024** referente à licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 031/2024**, que tem como objeto da presente licitação a futura e eventual implementação de parque gráfico terceirizado, com disponibilização dos elementos e logística necessários, visando atender as demandas dos municípios consorciados ao CIM Noroeste/ES, conforme especificações constantes do Termo de Referência, Anexo I. No julgamento das propostas de acordo com o critério de julgamento estabelecido no processo, tipificado "***MENOR PREÇO POR ITEM***", ***ADJUDICA***, o resultado do presente pregão eletrônico, e autoriza a contratação da seguinte empresa: **CIBOX COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ n° 02.906.841/0001-98** no valor total de **R$ 20.703.687,48 (vinte milhões e**

setecentos e três mil e seiscentos e oitenta e sete reais e quarenta e oito centavos); **REPROS SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA, CNPJ n° 07.346.326/0001-14** no valor total de **R$ 628.682,76 (seiscentos e vinte e oito mil e seiscentos e oitenta e dois reais e setenta e seis centavos). TOTALIZANDO UM VALOR GLOBAL DE R$ 21.332.370,24 (vinte e um milhões e trezentos e trinta e dois mil e trezentos e setenta reais e vinte e quatro centavos).**

ÁGUIABRANCA - ES, 14 de março de 2025.

AUGUSTO ASTORI FERREIRA
Presidente do CIM NOROESTE
Protocolo 1512191

RELATÓRIO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3.192/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 031/2024
ID CIDADES Nº: 2025.501C2600010.02.0006

O Presidente do Consórcio Público da Região Noroeste do Estado do Espírito Santo - CIM NOROESTE/ES, tendo em vista o que consta do processo nº 3192/2024 referente à licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 031/2024, que tem como objeto da presente licitação a futura e eventual implementação de parque gráfico terceirizado, com disponibilização dos elementos e logística necessários, visando atender as demandas dos municípios consorciados ao CIM Noroeste/ES, conforme especificações constantes do Termo de Referência, Anexo I. No julgamento das propostas de acordo com o critério de julgamento estabelecido no processo, tipificado "MENOR PREÇO POR ITEM", e em face do parecer conclusivo da Assessoria Jurídica do CIM NOROESTE/ES, **HOMOLOGA**, o resultado do presente pregão eletrônico, e autoriza a contratação da seguintes empresa: **CIBOX COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ n° 02.906.841/0001-98** no valor total de **R$ 20.703.687,48 (vinte milhões e setecentos e três mil e seiscentos e oitenta e sete reais e quarenta e oito centavos)**; **REPROS SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA, CNPJ n° 07.346.326/0001-14** no valor total de **R$ 628.682,76 (seiscentos e vinte e oito mil e seiscentos e oitenta e dois reais e setenta e seis centavos).**

ÁGUIABRANCA - ES, 14 de março de 2025.

AUGUSTO ASTORI FERREIRA
Presidente do CIM NOROESTE
Protocolo 1512195

RELATÓRIO DE ADJUDICAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 170/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2025
ID CIDADES Nº: 2025.501C2600010.02.008

O Presidente do Consórcio Público da Região Noroeste do Estado do Espírito Santo - CIM NOROESTE/ES, tendo em vista o que consta do processo **nº 170/2025** referente à licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 007/2025**, que tem como objeto da presente licitação a futura e eventual aquisição de Materiais de Consumo - **Sondas**, para atendimento das diversas secretarias dos 15 municípios consorciados ao CIM NOROESTE/ES, conforme especificações constantes do Termo de Referência, Anexo I. No julgamento das propostas de acordo com o critério de julgamento estabelecido no processo, tipificado "***Menor preço por item (LOTE)***", ***ADJUDICA***, o resultado do presente pregão eletrônico, e autoriza as contratações das seguintes empresas: **AMP COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ n° 35.253.171/0001-07** no valor total de **R$ 35.351,15 (trinta e cinco mil e trezentos e cinquenta e um reais e quinze centavos)**; **CM HOSPITALAR S.A., CNPJ n° 12.420.164/0005-80** no valor total de **R$ 919.728,30 (novecentos e dezenove mil e setecentos e vinte e oito reais e trinta centavos)**; **COFARMINAS COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA, CNPJ n° 02.537.890/0001-09** no valor total de **R$ 199.372,60 (cento e noventa e nove mil e trezentos e setenta e dois reais e sessenta centavos)**; **DA CRUZ DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ n° 33.760.101/0001-10** no valor total de **R$ 797.214,92 (setecentos e noventa e sete mil e duzentos e quatorze reais e noventa e dois centavos)**; **DLM HOSPITALAR EIRELI, CNPJ n° 34.186.181/0001-04** no valor total de **R$ 236.116,80 (duzentos e trinta e seis mil e cento e dezesseis reais e oitenta centavos)**; **DM SAUDE EIRELI, CNPJ n° 38.204.744/0001-09** no valor total de **R$ 53.438,60 (cinquenta e três mil e quatrocentos e trinta e oito reais e sessenta centavos)**; **HOSPIDROGAS COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ n° 35.997.345/0001-46** no valor total de **R$ 162.754,80 (cento e sessenta e dois mil e setecentos e cinquenta e quatro reais e oitenta centavos)**; **MEDICAMENTAL HOSPITALAR LTDA, CNPJ n° 31.378.288/0004-09** no valor total de **R$ 72.277,30 (setenta e dois mil e duzentos e setenta e sete reais e trinta centavos)**; **REDALMUS COMERCIAL LTDA, CNPJ n° 27.347.244/0001-00** no valor total de **R$ 2.873,00 (dois mil e oitocentos e setenta e três reais)**; **SEROPLAST INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ n° 23.596.733/0001-36** no valor total de **R$ 4.000,00 (quatro mil reais)**; **TARGET MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ n° 23.596.733/0001-36** no valor total de **R$ 19.160,10 (dezenove mil e cento e sessenta reais e dez centavos)**; **UNIDAS DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ n° 48.493.494/0001-10** no valor total de **R$ 805.012,00 (oitocentos e cinco mil e doze reais). TOTALIZANDO UM VALOR GLOBAL DE R$ 3.307.299,57 (três milhões e trezentos e sete mil e duzentos e noventa e nove reais e cinquenta e sete centavos).**

ÁGUIABRANCA - ES, 14 de março de 2025.

AUGUSTO ASTORI FERREIRA
Presidente do CIM NOROESTE
Protocolo 1512303

RELATÓRIO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 170/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2025
ID CIDADES Nº: 2025.501C2600010.02.008

O Presidente do Consórcio Público da Região Noroeste do Estado do Espírito Santo - CIM NOROESTE/ES, tendo em vista o que consta do processo **nº 170/2025** referente à licitação na

modalidade **Pregão Eletrônico nº 007/2025**, que tem como objeto da presente licitação a futura e eventual aquisição de Materiais de Consumo - **Sondas**, para atendimento das diversas secretarias dos 15 municípios consorciados ao CIM NOROESTE/ES, conforme especificações constantes do Termo de Referência, Anexo I. No julgamento das propostas de acordo com o critério de julgamento estabelecido no processo, tipificado "Menor preço por item (LOTE)", e em face do parecer conclusivo da Assessoria Jurídica do CIM NOROESTE/ES, **HOMOLOGA**, o resultado do presente pregão eletrônico, e autoriza a contratações das seguintes empresas: **AMP COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ n° 35.253.171/0001-07** no valor total de **R$ 35.351,15 (trinta e cinco mil e trezentos e cinquenta e um reais e quinze centavos)**; **CM HOSPITALAR S.A., CNPJ n° 12.420.164/0005-80** no valor total de **R$ 919.728,30 (novecentos e dezenove mil e setecentos e vinte e oito reais e trinta centavos)**; **COFARMINAS COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA, CNPJ n° 02.537.890/0001-09** no valor total de **R$ 199.372,60 (cento e noventa e nove mil e trezentos e setenta e dois reais e sessenta centavos)**; **DA CRUZ DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ n° 33.760.101/0001-10** no valor total de **R$ 797.214,92 (setecentos e noventa e sete mil e duzentos e quatorze reais e noventa e dois centavos)**; **DLM HOSPITALAR EIRELI, CNPJ n° 34.186.181/0001-04** no valor total de **R$ 236.116,80 (duzentos e trinta e seis mil e cento e dezesseis reais e oitenta centavos)**; **DM SAUDE EIRELI, CNPJ n° 38.204.744/0001-09** no valor total de **R$ 53.438,60 (cinquenta e três mil e quatrocentos e trinta e oito reais e sessenta centavos)**; **HOSPIDROGAS COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ n° 35.997.345/0001-46** no valor total de **R$ 162.754,80 (cento e sessenta e dois mil e setecentos e cinquenta e quatro reais e oitenta centavos)**; **MEDICAMENTAL HOSPITALAR LTDA, CNPJ n° 31.378.288/0004-09** no valor total de **R$ 72.277,30 (setenta e dois mil e duzentos e setenta e sete reais e trinta centavos)**; **REDALMUS COMERCIAL LTDA, CNPJ n° 27.347.244/0001-00** no valor total de **R$ 2.873,00 (dois mil e oitocentos e setenta e três reais)**; **SEROPLAST INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ n° 23.596.733/0001-36** no valor total de **R$ 4.000,00 (quatro mil reais)**; **TARGET MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ n° 23.596.733/0001-36** no valor total de **R$ 19.160,10 (dezenove mil e cento e sessenta reais e dez centavos)**; **UNIDAS DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ n° 48.493.494/0001-10** no valor total de **R$ 805.012,00 (oitocentos e cinco mil e doze reais). TOTALIZANDO UM VALOR GLOBAL DE R$ 3.307.299,57 (três milhões e trezentos e sete mil e duzentos e noventa e nove reais e cinquenta e sete centavos).**

ÁGUIABRANCA - ES, 14 de março de 2025.

AUGUSTO ASTORI FERREIRA
Presidente do CIM NOROESTE
Protocolo 1512309

Ata de Registro de Preço

AUTORIZAÇÃO DA CONCESSÃO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 054-2025 - PREGÃO ELTRÔNICO Nº 029/2024 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3913/2024.
O **CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO NOROESTE DO ESPÍRITO SANTO - CIM NOROESTE/ES**, torna público que **AUTORIZOU** a adesão a Ata de Registro de Preços n° 54/2025 ao **SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, AQUICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO DE LINHARES / ES**, conforme descrito abaixo:
Empresa: ATHUS LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA - CNPJ 27.788.052/0001-20.
1.1. Objeto: Pregão Eletrônico, sob a modalidade Registro de Preço, objetivando a futura e eventual prestação de **serviços de locação de horas máquinas**, para atender à demanda das diversas secretarias dos municípios consorciados ao CIM NOROESTE/ES, conforme especificações constantes neste Termo de Referência.
Valor Total da Adesão: **R$ 14.959.196,43 (Quatorze milhões novecentos e cinquenta e nove mil e cento e noventa e seis reais e quarente a três centavos)**
Águia Branca/ES, 14 de março de 2025.
AUGUSTO ASTORI FERREIRA
Presidente - CIM NOROESTE
Protocolo 1512298

Consórcio Público da Região Polinorte do Espírito Santo - CIM Polinorte -

Ata de Registro de Preço

RESUMO DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO - Nº 050/2024. PROCESSO ADM. 00939/2024. ID: 2024.501C2600003.02.0049.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REVITALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DE VIAS URBANAS NA SEDE E NO INTERIOR DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS E PARTICIPANTES DO REGISTRO DE PREÇOS, VISANDO CONFORME DESCRIÇÕES, ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES ESTABELECIDAS EM ANEXO.

ARP Nº 016/2025 - EJS CONSTRUÇÕES, PAVIMENTAÇÕES E COMÉRCIO LTDA (27.169.369/0001-89) com o lote: 1 no valor total de R$54.799.999,61 (Cinquenta e quatro milhões, setecentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e sessenta e um centavos).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a partir da data de publicação. Disponível: www.cimpolinorte.es.gov.br.

Ibiraçu/ES, 14 de Março de 2025.
MARCOS GERALDO GUERRA
Presidente - CIM POLINORTE
Protocolo 1512406

Consórcio Público da Região Sudoeste Serrana - CIM Pedra Azul

Adjudicação e/ou Homologação

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2025 - CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 166/2024 - TCEES ID Nº 2025.501C2600009.18.0001

TERMO DE CREDENCIAMENTO

A Comissão de Licitação, de posse dos documentos apresentados pela empresa **COMPORTAR SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **55.462.608/0001-20**, com base no que disciplina o item 5.1 do Edital de Chamamento Público, procedeu análise dos documentos, concluindo oportunamente, que foram atendidas as exigências previamente estabelecidas, estando assim, a empresa em tela, **HABILITADA E APTA** ao Credenciamento para a Prestação de Serviços de Saúde.

Keyla Monteiro Zanetti de Oliveira
Presidente da Comissão de Licitação - CIM PEDRA AZUL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Verificada a presença dos elementos necessários e a regularidade do feito, no uso das atribuições legais, **HOMOLOGO E ADJUDICO** o credenciamento da empresa **COMPORTAR SERVIÇOS LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº **55.462.608/0001-20**, para a prestação de serviços de saúde.

Afonso Cláudio/ES, em 14 de março de 2025.

Luciano Roncetti Pimenta
Presidente do Consórcio Público da Região Sudoeste Serrana do Espírito Santo
CIM PEDRA AZUL

Protocolo 1512041

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2025 - CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 166/2024 - TCEES ID Nº 2025.501C2600009.18.0001

TERMO DE CREDENCIAMENTO

A Comissão de Licitação, de posse dos documentos apresentados pela empresa **ENFERMAGEM PELUZIO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **59.481.793/0001-50**, com base no que disciplina o item 5.1 do Edital de Chamamento Público, procedeu análise dos documentos, concluindo oportunamente, que foram atendidas as exigências previamente estabelecidas, estando assim, a empresa em tela, **HABILITADA E APTA** ao Credenciamento para a Prestação de Serviços de Saúde.

Keyla Monteiro Zanetti de Oliveira
Presidente da Comissão de Licitação - CIM PEDRA AZUL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Verificada a presença dos elementos necessários e a regularidade do feito, no uso das atribuições legais, **HOMOLOGO E ADJUDICO** o credenciamento da empresa **ENFERMAGEM PELUZIO LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº **59.481.793/0001-50**, para a prestação de serviços de saúde.

Afonso Cláudio/ES, em 14 de março de 2025.

Luciano Roncetti Pimenta
Presidente do Consórcio Público da Região Sudoeste Serrana do Espírito Santo
CIM PEDRA AZUL

Protocolo 1512277

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2025 - CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 166/2024 - TCEES ID Nº 2025.501C2600009.18.0001

TERMO DE CREDENCIAMENTO

A Comissão de Licitação, de posse dos documentos apresentados pela empresa **ENFERMAGEM VAROTO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **59.324.092/0001-08**, com base no que disciplina o item 5.1 do Edital de Chamamento Público, procedeu análise dos documentos, concluindo oportunamente, que foram atendidas as exigências previamente estabelecidas, estando assim, a empresa em tela, **HABILITADA E APTA** ao Credenciamento para a Prestação de Serviços de Saúde.

Keyla Monteiro Zanetti de Oliveira
Presidente da Comissão de Licitação - CIM PEDRA AZUL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Verificada a presença dos elementos necessários e a regularidade do feito, no uso das atribuições legais, **HOMOLOGO E ADJUDICO** o credenciamento da empresa **ENFERMAGEM VAROTO LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº **59.324.092/0001-08**, para a prestação de serviços de saúde.

Afonso Cláudio/ES, em 14 de março de 2025.

Luciano Roncetti Pimenta
Presidente do Consórcio Público da Região Sudoeste Serrana do Espírito Santo
CIM PEDRA AZUL

Protocolo 1512319

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2025 - CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 166/2024 - TCEES ID Nº 2025.501C2600009.18.0001

TERMO DE CREDENCIAMENTO

A Comissão de Licitação, de posse dos documentos apresentados pela empresa **FARMACEUTICA ERIKA LTDA**, inscrita no CNPJ

sob o nº **59.452.702/0001-59**, com base no que disciplina o item 5.1 do Edital de Chamamento Público, procedeu análise dos documentos, concluindo oportunamente, que foram atendidas as exigências previamente estabelecidas, estando assim, a empresa em tela, **HABILITADA E APTA** ao Credenciamento para a Prestação de Serviços de Saúde.

Keyla Monteiro Zanetti de Oliveira
Presidente da Comissão de Licitação - CIM PEDRA AZUL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Verificada a presença dos elementos necessários e a regularidade do feito, no uso das atribuições legais, **HOMOLOGO E ADJUDICO** o credenciamento da empresa **FARMACEUTICA ERIKA LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº **59.452.702/0001-59**, para a prestação de serviços de saúde.

Afonso Cláudio/ES, em 14 de março de 2025.

Luciano Roncetti Pimenta
Presidente do Consórcio Público da Região Sudoeste Serrana do Espírito Santo
CIM PEDRA AZUL

Protocolo 1512352

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2025 - CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 166/2024 - TCEES ID Nº 2025.501C2600009.18.0001

TERMO DE CREDENCIAMENTO

A Comissão de Licitação, de posse dos documentos apresentados pela empresa **LABORATORIO JETIBA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **23.718.082/0001-00**, com base no que disciplina o item 5.1 do Edital de Chamamento Público, procedeu análise dos documentos, concluindo oportunamente, que foram atendidas as exigências previamente estabelecidas, estando assim, a empresa em tela, **HABILITADA E APTA** ao Credenciamento para a Prestação de Serviços de Saúde.

Keyla Monteiro Zanetti de Oliveira
Presidente da Comissão de Licitação - CIM PEDRA AZUL

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Verificada a presença dos elementos necessários e a regularidade do feito, no uso das atribuições legais, **HOMOLOGO E ADJUDICO** o credenciamento da empresa **LABORATORIO JETIBA LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº **23.718.082/0001-00**, para a prestação de serviços de saúde.

Afonso Cláudio/ES, em 14 de março de 2025.
Luciano Roncetti Pimenta
Presidente do Consórcio Público da Região Sudoeste Serrana do Espírito Santo
CIM PEDRA AZUL

Protocolo 1512671

Consórcio Público da Região Pólo Sul do Espírito Santo - CIM Pólo Sul -

Ata de Registro de Preço

AUTORIZAÇÃO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Ata de Registro de Preços nº. 001/2025
Processo Administrativo nº. 1141/2024
Pregão Eletrônico nº. 005/2024 - CIM POLO SUL
ID/TCEES: 2024.501C2600006.02.0004

O **CONSÓRCIO PÚBLICO DA REGIÃO POLO SUL - CIM POLO SUL**, torna pública a **AUTORIZAÇÃO** de **Adesão** à Ata de Registro de Preços nº. 001/2025, oriunda do Pregão Eletrônico nº. 005/2024, concedida ao Município de Linhares - ES (ref. OFÍCIO Nº. 00418/2025), conforme descrito abaixo:

Fornecedor: AMP COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.
CNPJ: 35.253.171/0001-07.

Objeto da ARP: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de material médico-hospitalar para atender aos entes públicos consorciados.

Itens, quantidades e valores da Adesão:

Item	Descrição do Objeto	Quant	Und	Valor Unit.	Valor Total
26	ÁCIDO GRAXO ESSENCIAL (ÓLEO AGE): origem vegetal, ricos em age curativo a base de ácidos graxos essenciais, associado a óleo de melaleuca e copaíba ou andiroba, rico em ácido linoleico e oleico, contendo ainda ácido caprico, caprilico, láurico, palmítico, miristico, esteárico, palmitato de retinol (vitamina A), acetato de tocoferol (vitamina E) e lecitina de soja. Apresentar no momento do certame laudo de citoxidade e registro na ANVISA como correlata classe de risco III, frasco 200 ml com embalagem deverá trazer externamente os dados de identificação, número de lote, data de fabricação e data de validade, que não pode ser inferior a 12 (doze) meses na data da entrega.	2.500	UND	R $ 23,45	R$ 58.625,00

48	COMPRESSA NÃO ADERENTE utilizada em Diversos tipos de feridas composto de Rayon impregnada com phmb ou Rayon Com oxido de zinco ou rayon com Melaleuca e copaiba. Tamanho de 7,5cm de largura e 7,5 de comprimento. Deverá apresentar laudo de Citotoxicidade.	600	UND	R $ 6,58	R$ 3.948,00

Mimoso do Sul - ES, 13 de março de 2025

GEDSON BRANDÃO PAULINO
Presidente do CIM POLO SUL
Protocolo 1512404

Consórcio Público Intermunicipal Para Fortalecimento da Produção e Comercialização de Produtos Hortigranjeiros - COINTER

Dispensa de Licitação

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2025
PREÂMBULO

O CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL PARA O FORTALECIMENTO DA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS HORTIGRANJEIROS - COINTER, com sede à Rodovia Cônego João Guilherme, S/N, Bairro Santa Helena, Colatina/ES, CEP: 29.705-720, por meio do Setor Administrativo, com fulcro na Lei Federal nº 14.133, de 01/04/2021, Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006 e suas alterações, bem como demais legislações aplicáveis à matéria e, de acordo com o disposto no presente Aviso e respectivos anexos, que dele passam a fazer parte integrante para todos os efeitos, independentemente de transcrição, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará Dispensa Presencial, com critério de julgamento menor preço, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. O Aviso encontra-se disponível na página do Consórcio COINTER (https://www.cointernoroeste.com.br/contratacoes-diretas/), bem como, na página do Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP (https://www.gov.br/pncp/pt-br).

Processo Administrativo Nº 051/2025
Dispensa de Licitação N° 010/2025
ID Contratações 2025.501C2600001.09.0011

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção/configuração em equipamentos de informática (notebook e computadores) pertencentes ao Consórcio Cointer, localizado na Unidade Regional Ceasa Noroeste, para o Consórcio Público Intermunicipal para o Fortalecimento da Produção e Comercialização de Produtos Hortigranjeiros - COINTER.

DATA LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO: Dia 19/03/2025, às 23h:59min, via e-mail.

REFERÊNCIA DE HORÁRIO: Horário de Brasília-DF

ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO: compras.cointer@gmail.com

LINK DE ACESSO AO EDITAL: https://www.cointernoroeste.com.br/contratacoes-diretas/
Protocolo 1512137

